

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

2025

GOV GO
O ESTADO QUE DÁ CERTO

SEAD
Secretaria de Estado
da Administração

GOV GO
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Organização e Consolidação do Relatório de Gestão

2025

Responsável Técnica:

Fernanda Maria da Silva Faria
Gerente de Planejamento Institucional

Colaboração:

Daniel de Souza Dutra

Lucio Warley Lippi

Stefany Prado Menezes

Vitor Barbosa Lenza Júnior

Walquíria Pereira Cabral

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL DO CONTEÚDO 34
2 MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO 36
2.1 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E INTEGRALIDADE PELO ORDENADOR DE DESPESA 40
3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 42
4 GOVERNANÇA 47
5 SISTEMA ESTRUTURADOR DAS REDES DE GESTÃO – SIGES 80
6 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO 83
7 GESTÃO DE RISCOS 117
8 MODELO DE NEGÓCIOS 124
9 COMPETÊNCIAS DA SEAD 129
10 LEGISLAÇÃO 133
11 POLÍTICAS PÚBLICAS 135
12 PLANO ESTRATÉGICO 152
13 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 171
14 PORTFÓLIO DE PROJETOS 181
15 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 197
16 CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHOS TEMÁTICOS 211
17 ALOCAÇÃO DE RECURSOS 219

18 RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS 229
19 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS 243
20 ENTREGAS DE VALOR 256
21 VALOR PÚBLICO GERADO 280
22 FATORES QUE OTIMIZARAM OS RESULTADOS 289
23 FATORES QUE MINIMIZARAM OS RESULTADOS 301
24 PREMIAÇÕES 310
25 PRODUÇÕES E PUBLICAÇÕES 322
26 PRINCIPAIS RESULTADOS 327
27 SISTEMAS CORPORATIVOS 433
28 INDICADORES INSTITUCIONAIS 435
28.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS 435
28.2 INDICADORES DE RESULTADOS 455
28.3 INDICADORES DE GESTÃO 470
28.4 INDICADORES DE DESEMPENHO 478
28.5 INDICADORES DE IMPACTO 487
29 INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE 494
30 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA (ESG) 502
31 EMPRESAS ESTATAIS ATIVAS 510
32 LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS 513
33 CONTRATO DE GESTÃO 520

34 PRÓXIMOS DESAFIOS 522
35 TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS 538
36 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS 542

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABEP-TIC – Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação Comunicação;

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ACL – Ambiente de Contratação Livre;

AC3 – Ajuda de Custo por Localidade;

AC4 – Ajuda de Custo por Serviço Extraordinário;

AET – Análise Ergonômica do Trabalho;

AFT – Administração Financeira do Estado;

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação;

AGEST – Associação Goiana de Engenheiros de Segurança do Trabalho;

AGRODEFESA – Agência Goiana de Defesa Agropecuária;

ALEGO – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

AM – Amplitude Modulada;

ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho;

ANE – Análise Expresso;

ANEST – Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho;

APIs – Interface de Programação de Aplicações (do inglês, *Application Programming Interfaces*);

APP – Aplicativo de informática;

ARP – Ata de Registro de Preço;

ASO – Atestado de Saúde Ocupacional;

AVMG – Almoxarifado Virtual de Minas Gerais;

AVN – Almoxarifado Virtual Nacional;

BACKLOG – Lista de tarefas, atividades ou trabalhos a serem realizadas para a entrega de um produto ou projeto;

BI – Inteligência de Negócios (do inglês, *Business Inteligence*);

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

BOT – Abreviatura de robô;

BPMN – Modelagem Gráfica (do inglês, *Business Process Model and Notation*);

CACG – Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão;

CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso;

CADFOR – Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás;

CAED – Comissão de Avaliação Especial de Desempenho;

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados;

CAPAG – Capacidade de Pagamento;

CASA CIVIL – Secretaria de Estado da Casa Civil;

CASA MILITAR – Secretaria de Estado da Casa Militar;

CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho;

CAUC – Sistema de Informação sobre Requisitos Fiscais;

CBMGO – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás;

CD – Comunicação de Dispensa;

CDAs – Certidões de Dívida Ativa;

CEASA – Central de Abastecimento de Goiás S.A.;

CEE – Conselho Estadual de Educação;

CEF – Caixa Econômica Federal;

CELGPAR – Companhia CELG de Participações;

CEO – Diretor Executivo (do inglês, *Chief Executive Officer*);

CEPAD – Catálogo Eletrônico de Padronização;

CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado;

CETIC – Comitê Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação;

CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

CF – Constituição Federal;

CFM – Conselho Federal de Medicina;

CFP – Conselho Federal de Psicologia;

CGE – Controladoria–Geral do Estado;

CH – Carga Horária;

CHOA - Curso de Habilitação de Oficiais de Administração

CID – Classificação Internacional de Doenças;

CIN – Carteira de Identidade Nacional;

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

CIPE – Código Identificador do Patrimônio Estadual;

CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito;

CLP – Centro de Liderança Pública;

CLT – Código de Leis Trabalhistas;

CMDF – Cronograma Mensal de Desembolso Financeiro;

CND – Certidão Negativa de Débitos;

CNH – Carteira Nacional de Habilitação;

CNV – Comunicação Não-Violenta;

COBREAP – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias;

CODEGO – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás;

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

COMDATA – Companhia Municipal de Processamento de Dados do Município de Goiânia;

CONEST – Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho;

CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Administração;

COPS – Comunidades de prática;

CORA – Sistema de Controle, Organização, Registro e Automação de Processos;

CPSI – Contratação Pública de Solução Inovadora;

CRC – Centro de Recondicionamento de Computadores;

CRC/GO – Conselho Regional de Contabilidade de Goiás;

CREMEGO – Conselho Regional de Medicina de Goiás

CRISA – Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A;

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

CTCE – Comissão de Tomada de Contas Especiais;

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

CUSD – Contrato de Uso do Sistema de Distribuição;

CUTE – Cota Única do Tesouro Estadual;

CVI – Cadeia de Valor Integrada;

D&I – Diversidade e Inclusão;

DAOF – Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;

DARE – Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais;

DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais;

DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;

DCTFWEB – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais on-line;

DDO – Documento de Descentralização Orçamentária;

DEEG – Diretoria Executiva da Escola de Governo;

DELE – Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais;

DESSS – Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor;

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito;

DGI – Diretoria de Gestão Integrada;

DGPP – Diretoria-Geral de Polícia Penal;

DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;

DOD – Documento de Oficialização de Demandas;

DPE – Defensoria Pública do Estado;

DUAM – Documento Único de Arrecadação Municipal;

DW – Repositório de Dados (do inglês, *Data Warehouse*);

EAD – Educação a Distância;

EAP – Estrutura Analítica do Projeto;

E–BOOK – Livro Digital;

E–CAC – Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte;

ECONOMIA – Secretaria de Estado da Economia;

EGOV – Escola de Governo;

E–MAIL – Correio Eletrônico;

EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária;

EMCIDEC – Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social;

EMP – Exames Médicos Periódicos;

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública;

ENGD – Estratégia Nacional de Governo Digital;

ENPS – Metodologia para Avaliar a Satisfação dos Usuários *(*do inglês, *Employee Net Promoter Score*);

ERP – Planejamento de Recursos Empresariais;

ERP – *Software* de Gestão de Informações;

ESG – Governança Social e Ambiental (do inglês, *Environmental, Social and Governance*);

ESOCIAL – Sistema de Escrituração Digital, das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas;

ETEC – Encomenda Tecnológica;

ETIPI – Empresa de Tecnologia do Piauí;

ETL – Acrônimo para integração de dados;

ETP – Estudo Técnico Preliminar;

EX – Exemplo;

FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás;

FAS – Sistema de Concursos e Seleções;

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

FIA/USP – Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo;

FISCATECH – Projeto de Fiscalização de Contratos na Administração Pública;

FRE – Sistema de Controle de Frequência;

FSSTGO – Fórum de Saúde e Segurança do Trabalho do Estado de Goiás;

FTP – Protocolo de Transferência de Arquivos;

G2C2 – Gerência de Gestão do Conhecimento e Competências;

GC – Gestão do Conhecimento;

GCGC – Gerência de Convênios e Governança Corporativa;

GDVV – Gratificação pelo Desempenho em Atividade do Vapt Vupt;

GEAAL – Gerência de Apoio Administrativo e Logístico;

GEAP – Gerência de Admissão de Pessoal;

GEAP – Gerência de Apoio Administrativo;

GEAVA – Gerência de Avaliação de Imóveis;

GEBS – Gerência de Consignação;

GECC – Gerência de Compras Centralizadas;

GECG – Gerência Central de Governança de Contratações;

GECG – Gerência de Compras Governamentais;

GECONT – Gerência de Contabilidade;

GECONV – Gerência de Convênios;

GECOPS – Gerência de Concursos e Processos Seletivos;

GECSSS – Gerência Central de Saúde e Segurança do Servidor;

GEFROTAS – Gerência de Frotas;

GEGPC – Gerência do Controle de Gasto com Pessoal;

GEIIP – Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal;

GEIMP – Gerência de Estudos e Impactos de Pessoal;

GEINFRA – Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial;

GEINP – Gerência de Inteligência de Negócios Públicos;

GELD – Gerência de Logística Documental;

GEMOP – Gerência de Modernização Institucional e Processos;

GENOP – Gerência de Normas e Padronização;

GEOF – Gerência de Execução Orçamentária e Financeira;

GEOS – Gerência da Ouvidoria Setorial;

GEPAG – Gerência Central da Folha de Pagamento;

GEPAP – Gerência de Perfil e Alocação de Pessoas;

GEPC – Gerência de Planejamento de Compras;

GEPI – Grupo Especial de Planejamento e Inovação;

GEPMO – Gerência de Patrimônio Mobiliário;

GEPS – Gerência de Processos e Sistemas de Compras;

GERES – Gerência de Estratégia do Atendimento ao Cidadão;

GES – Gerência de Suprimentos;

GESFROTAS – Sistema de Gestão de Frotas;

GESTD – Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados;

GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;

GGDP – Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;

GGIM – Gerência de Gestão de Informações Imobiliárias;

GGSP – Gerência de Gestão do Sistema de Pessoal;

GMO – Gerência de Modelos Organizacionais;

GNCP – Gerência de Normas e Critérios de Produtividade;

GOA – Gerência de Obrigações Acessórias;

GOIÁS PARCERIAS – Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás;

GOIÁS TELECOM – Goiás Telecomunicações - S.A.;

GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo;

GOIÁSFOMENTO – Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A.;

GOIASGÁS – Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.;

GOIASPREV – Goiás Previdência;

GOINFRA – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes;

GOVTECH – Programa de Solução Inovadora;

GPA – Gerência de Processos Administrativos;

GPI – Gerência de Planejamento Institucional;

GPS – Guia da Previdência Social;

GRF – Gerência de Regularização Fundiária;

GRF – Guia de Recolhimento do FGTS;

GRO – Gerência de Regularização de Ocupações;

GRRF – Guia de Recolhimento Rescisório Fiscal;

GT – Grupo de Trabalho;

GT INOVAQUISIÇÃO – Grupo de Trabalho para contratação de soluções inovadoras;

GT RENOVA – Programa de Atendimento ao Cidadão;

GT SST/CONSAD – Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança do Servidor do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração;

GT–AFD – Grupo de Trabalho do Assentamento Funcional Digital;

GTD/ZTD – A Arte de Fazer Acontecer (do inglês, *Getting Things Done*);

GTSST – Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança no Trabalho;

GVT – Gerência de Vistoria e Topografia;

IA – Inteligência Artificial;

IAGen – Inteligência Artificial Generativa;

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

IMB – Instituto Mauro Borges;

IMIL – Índice de Maturidade na Implementação da Lei de Licitações;

IN – Instrução Normativa;

INOVARTE – Projeto de Inovação na Gestão Pública;

INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa;

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social;

IP – Protocolo de Internet (do inglês, *Internet Protocol)*;

IPASGO – Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás;

IPEI – Indenização de Produtividade Individual;

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás;

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte;

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

KR – Resultados-Chave (do inglês, *Key Results*);

LAI – Lei de Acesso à Informação;

LAZ – Lago Azul Transmissão S/A;

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

LIDERAÇÃO – Programa de Desenvolvimento de Líderes;

LIP – Laudo de Insalubridade e Periculosidade;

LNC – Levantamento de Necessidade de Capacitação;

LOA – Lei Orçamentária Anual;

LOTCE-GO – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

LRE – Livro de Registro de Empregados;

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;

Ltda. – Limitada;

M.O.V.E. – Modernizar, Oportunizar, Valorizar e Envolver;

MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais;

MBA – Master of Business Administration;

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais;

MD-GEFIS – Reunião Técnica de Avaliação da Maturidade Fiscal;

METAGO – Metais de Goiás S/A;

MMGP – Modelo de Maturidade de Gerenciamento de Projetos;

MP – Ministério Público;

MVP – Produto Mínimo Viável (do inglês, *Minimum Viable Product*);

NBR – Norma Brasileira;

NPS – Metodologia de pesquisa que mede a satisfação e a lealdade dos usuários;

NR – Norma Regulamentadora;

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

OKR – Objetivos e Resultados-Chave (do inglês, *Objectives and Key Results*);

Omnichannel – Estratégia de varejo que integra todos os cania de comunicação e venda.

ONG – Organização não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

OS – Organização Social;

OSC – Organização da Sociedade Civil;

OVG – Organização das Voluntárias de Goiás;

PAD – Processo Administrativo Disciplinar;

PAF – Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores;

PAR – Comissão Administrativa de Responsabilização de Pessoas Físicas e Jurídicas;

PAS – Programa de Acolhimento ao Servidor;

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

PAV – Portal de Avaliação do Servidor;

PCA – Plano de Contratações Anual;

PCGO – Polícia Civil do Estado de Goiás;

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

PCP – Programa de Compliance Público;

PCR – Plano de Carreira e Remuneração;

PDCA – Metodologia de gestão que consiste em um ciclo de quatro etapas para resolver problemas e melhorar processos;

PDF – Programa de Desembolso Financeiro;

PE – Plano Estratégico;

PECI – Contratação de serviços de manutenção predial;

PEG – Planejamento Estratégico Governamental;

PEQUILAB – Laboratório de Inovação em Desenvolvimento de Pessoas;

PEQUINEWS – Revista da SEAD sobre Inovação em Governo;

PEQUISHOT – Pequenas postagens sobre Inovação em Governo;

PETD – Política Estadual de Transformação Digital;

PEV – Ponto de Entrega Voluntária;

PGE– Procuradoria-Geral do Estado;

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;

PGTIC – Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais;

PIS – Programa de Integração Social;

PL – Patrimônio Líquido;

PM – Polícia Militar do Estado de Goiás;

PMBOK – Guia Internacional de Melhores Práticas para Gestão de Projetos (do inglês, *Project Management Body of Knowledge*);

PMI – Instituto de Gerenciamento de Projetos (do inglês, *Project Management Institute*);

PMO – Escritório de Gerenciamento do Projetos (do inglês, *Project Management Office*);

POC – Prova de Conceito;

POP – Procedimento Operacional Padrão;

PPA – Plano Plurianual;

PPI – Projeto de Inclusão Produtiva da Agricultura Família da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás;

PPLT – Palácio Pedro Ludovico Teixeira;

PPM – Gerenciamento de Projetos e Portfólio (do inglês, *Project and Portfolio Management*);

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário;

PROBEM – Programa Universitário do Bem;

PROCON-GOIÁS – Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor;

PRODAGO – Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás;

PROESCOLA – Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola;

PROFISCO – Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil;

PROMOVE – Programa vinculado ao Programa MOVE Goiás;

PROTEGE – Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás;

PRT – Procuradoria Regional do Trabalho;

PSS – Processo Seletivo Simplificado;

QR CODE – Código de Resposta Rápida (do inglês, *Quick Response Code*);

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho;

RACI – Responsável, Aprovador, Consultado e Informado (Matriz de Responsabilidade);

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais;

REDE TIC – Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação;

REDECON – Rede de Contratações;

REDEPAT – Rede de Patrimônio;

REURB – Regularização Fundiária Urbana;

REURB-S – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social;

RG – Registro Geral;

RH – Recursos Humanos;

RP – Registro de Preços;

RPA – Automação Robótica de Processos;

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás;

RPV – Requisição de Pequeno Valor;

RQE – Registro de Qualificação de Especialista;

S/A – Sociedade Anônima;

S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador;

SAG – Serviço de Apoio à Gestão;

SAG – Sistema de Atendimento de Goiás;

SALIS – Sistema de Acompanhamento das Licenças do Servidor;

SANEAGO – Companhia de Saneamento de Goiás S.A.;

SCC – Superintendência Central de Compras e Contratos;

SCG – Sistema de Contabilidade Geral de Goiás;

SCGI – Portão de Informações Contábeis da Secretaria da Economia;

SCLPM – Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário;

SCTP – Superintendência Central de Transformação Pública;

SEAD – Secretaria de Estado da Administração;

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

SECTI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura;

SEDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação;

SEEL – Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;

SEGPLAN – Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças;

SEI – Sistema Eletrônico de Informações;

SEINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura;

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

SEPLAN – Secretaria de Planejamento;

SER – Secretaria de Estado da Retomada;

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados;

SES – Secretaria de Estado da Saúde;

SESI Multiparque – Complexo de lazer, esportes e cultura voltado para o bem-estar do trabalhador da indústria e da comunidade geral (antigo Clube Antônio Ferreira Pacheco), localizado em Goiânia;

SESMT – Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho;

SFR – Sistema de Frequência;

SGAC – Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão;

SGC – Sistema de Contabilidade Geral;

SGC – Sistema de Gestão de Capacitação;

SGD – Sistema de Gestão de Demandas;

SGD – Sistema de Gestão de Demandas;

SGG – Secretaria-Geral de Governo;

SGG – Sistema de Gerenciamento Geral em Saúde e Segurança no Trabalho;

SGI – Superintendência de Gestão Integrada;

SGO – Sistema de Gestão de Ouvidoria;

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade;

SGVV – Sistema de Gestão de Vapt Vupt;

SIC – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços;

SIC – Serviço de Informações ao Cidadão;

SIGA – Sistema de Gestão da Organização Administrativa;

SIGAC – Sistema Integrado de Gestão de Atendimento ao Cidadão;

SIGES – Sistema Estruturador das Redes de Gestão;

SIGMATE – Sistema de Gestão de Material do Estado;

SIGO – Sistema de Patrimônio Imobiliário de Goiás;

SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho;

SIPEF – Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e de Prestação de Contas Econômico Financeiro;

SIPLAM – Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual;

SIPOFE – Sistema Estruturador Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças Estadual;

SISLOG – Sistema de Logística do Estado de Goiás;

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente;

SISOBI – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos;

SISPAC – Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correcionais;

SISREV – Sistema da Logística Reversa;

SMART – Específico, Mensurável, Atingível, Relevante/Realista e temporais (do inglês, *Specific, Measurable, attainable, Relevant, Time*);

SNP – Sistema de Nomeação e Posse;

SOF – Secretaria de Orçamento Federal;

SPM – Sistema de Patrimônio Mobiliário;

SPTC – Superintendência de Polícia Técnico-Científica;

SRP – Sistema de Registro de Preços;

SSD – Sistema de Solicitação de Diárias;

SSI – Superintendência de Sistemas de Informação;

SSO – *Login* Único (do inglês, *Single Sign-On*);

SSP – Secretaria de Segurança Pública;

SST – Segurança e Saúde no Trabalho;

STI – Subsecretaria de Tecnologia da Informação;

STN – Secretaria do Tesouro Nacional;

SUBINOVAÇÃO – Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos;

SUBLP – Subsecretaria de Logística e Patrimônio;

SUCEP – Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal;

SUGEP – Superintendência Central de Gestão de Pessoal;

SUPATI – Superintendência Central do Patrimônio Imobiliário;

SUPERINOVA – Superintendência de Inovação da Gestão Pública;

SURES – Superintendência de Recrutamento e Seleção;

TAC – Termo de Ajuste de Conduta;

TAP – Termo de Abertura do Projeto;

TAP – Teste de Avaliação Profissional;

TCE-GO – Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

TCE-Hub – Armazenamento digital do Tribunal de Contas do estado de Goiás;

TCE-SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

TCT – Termo de Cooperação Técnica;

TCU – Tribunal de Contas da União;

TEP – Termo de Encerramento do Projeto;

TI – Tecnologia da Informação;

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação;

TJ – Tribunal de Justiça;

TMA – Tempo Médio de Atendimento;

TME – Tempo Médio de Espera;

TR – Termo de Referência;

TRANSF – Transformação;

TRANSURB – Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás S/A;

TRT – Tribunal Regional do Trabalho;

TSE – Tribunal Superior Eleitoral;

TTD – Tratamento Tributário Diferenciado;

TXT – Documento de Texto;

U.O. – Unidade Orçamentária;

UCs – Unidades Centrais;

UEG – Universidade Estadual de Goiás;

UNB – Universidade de Brasília;

USs – Unidades Setoriais;

Vapt Vupt – Programa de Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão do Governo de Goiás.

LISTA DE SISTEMAS E FERRAMENTAS

ALTO QI – QIBuilder elétricas - Plataforma Digital;

AUTODESK AUTOCAD – Software de projeto assistido por computador (CAD);

AUTODESK REVIT – Software de modelagem inteligente baseado na metodologia BIM (Building Information Modeling), idealizado para arquitetura, engenharia e construção civil;

BOJA OKR - Plataforma de gestão de metas (software) projetada para criar, alinhar, acompanhar e alcançar objetivos corporativos, de equipe e individuais;

CANVA – Plataforma online de design gráfico e comunicação visual intuitiva;

CHATBOT – Software de inteligência artificial (IA) que simula conversas humanas por texto ou voz

CHATGPT – Chatbot de Inteligência artificial generativa, desenvolvido pela OpenAI, capaz de interagir em conversas, responder perguntas, criar textos (ensaios, e-mails, roteiros) e programar códigos;

COMPRASNET.GO – Antigo Sistema de Compras do Estado de Goiás;

CONTROL JUS – Software de Controle Judicial;

COPILOT – Assistente virtual de inteligência artificial (IA) integrado aos produtos Microsoft;

CORA-PGE – Sistema CORA (Controle de Processos Administrativos e Judiciais) é o software oficial de gestão processual da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO);

COREJUR – Ferramenta de automação jurídica;

Dashboards – Painel de controle/gestão: ferramenta visual que compila e exibe indicadores-chave de desempenho (KPIs), métricas e dados importantes em uma única tela;

Data Warehouse (DW) – Repositório centralizado que consolida grandes volumes de dados de diversas fontes;

EXPRESSO – Modelo de prestação de serviços para o cidadão;

EXPRESSO APP – Prestação de serviços para o cidadão via aplicativo;

EXPRESSO BOT – Prestação de serviços para o cidadão via robô;

EXPRESSO WEB – Plataforma de serviços digitais do Governo de Goiás;

FAS – Ferramenta de Apoio a Seleção, referente a concursos e processos seletivos;

GFT – Sistema de Gestão de Força de Trabalho;

GIS – Sistemas de Informação Geográfica;

GNSS – Sistema Global de Navegação por Satélite;

GOMAP – Sistema de Monitoramento e Acompanhamento dos Projetos Governamentais;

GOMOBI – Mobilidade Corporativo;

GOVBR – Plataforma Digital do Governo Federal;

HAP – *Software* de cálculos de carga térmica e análise de energia em edifícios;

HELPSEI – Site de suporte para usuários do SEI;

INTEGRAGO – Plataforma Integrada de Gestão de Pessoas;

LOW–CODE – Ferramenta de desenvolvimento de softwares para criação de aplicações;

Microsoft TEAMS – Plataforma unificada de colaboração e comunicação corporativa (hub digital) que reúne chat, videoconferências, chamadas de áudio e compartilhamento de arquivos em um só lugar;

MIRO – Plataforma online de quadro branco colaborativo (whiteboard) projetada para facilitar o trabalho em equipe, especialmente em ambientes remotos ou híbridos;

NO-CODE – Plataforma de interface gráfica para criação de aplicações e sites;

OBSERVATÓRIO – Observatório da Rede de Gestão de Pessoas;

POSSENET – Sistema de Posse do Estado de Goiás;

POSTGRESQL – Banco de dados relacional de software livre;

POWER AUTOMATE – Plataforma de Automação;

POWER BI – Ferramenta de Business Intelligence (BI) da Microsoft;

PUI – Patrimônio de Unidade Imobiliária;

QUANTIVE RESULTS – Plataforma de software líder para gestão de OKRs (Objectives and Key Results) e execução de estratégia Digital;

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal;

RH 4.0 – Novo Sistema de Gestão de Pessoas;

RHNET – Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Estado de Goiás;

SD-WAN – Tecnologia de rede que usa software para gerenciar e otimizar redes de áreas amplas;

SEI-IA – Inteligência Artificial no SEI;

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;

SEMEAR – Projeto da Escola de Governo;

SEP – Seção de Patrimônio;

SHAREPOINT – Plataforma de Aplicações Web;

SIOFINET – Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira;

SKETCHUP – Software de modelagem 3D intuitivo e popular, amplamente utilizado em arquitetura, design de interiores e engenharia para criar, visualizar e editar projetos em três dimensões com rapidez;

SMARTSHEET – Plataforma em nuvem para gestão de trabalho e projetos que combina a familiaridade de uma planilha com recursos avançados de colaboração, automação e relatórios;

STAKEHOLDERS – Partes Interessadas: são indivíduos, grupos ou organizações que influenciam ou são afetados pelas ações, decisões e resultados de um projeto ou organização;

SRH – Sistema de Recursos Humanos;

SUKATECH – Programa do Governo de Goiás que visa a coleta e recondicionamento de equipamentos eletrônicos;

TCE-HUB – Armazenamento digital do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

TELEXPRESSO – Modalidade de Teleatendimento;

TOTEM – Terminal Conectado ao Sistema de Atendimento;

TRANSFORMAGOV – Redes de Inovação e Serviços Públicos;

TRANSFORMALAB – Transformação da Gestão e dos Serviços Públicos;

UX – User Experience;

VAPT VUPT – Programa de atendimento ao cidadão do estado de Goiás;

VBA – Linguagem de Programação (do inglês, *Visual Basic for Applications*)

VOIP – Sistema de telefonia que permite uma comunicação eficiente entre a equipe da liquidação e o público externo;

WHATSAPP – Aplicativo Digital;

WiFi – Fidelidade Sem Fio (do inglês, *Wireless Fidelity*);

ZOOM – Plataforma de videoconferência para reuniões on-line

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma: Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2025 - SEAD 45
Figura 2 – Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2023 48
Figura 3 – Siglas: Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2023 49
Figura 4 – E-book: Como Formatar Pedidos de Atualização da Legislação de Organização do Poder Executivo 50
Figura 5 – Relação entre Governança e Gestão 51
Figura 6 – Guia Prático para Implementação da Política de Governança 52
Figura 7 – Instância interna de Governança 53
Figura 8 – Apresentações de Resultados de Transformações de Serviços Públicos 72
Figura 9 – Unidades Vapt Vupt e Expresso Balcão no estado de Goiás 73
Figura 10 – Painel BI de avaliação dos canais de atendimento 96
Figura 11 – Novo painel BI do EXPRESSO 97
Figura 12 – Manual Jornada de Inovação Aberta com CPSI na Prática 107
Figura 13 – IA ANE 110
Figura 14 – Prioriza IA 111
Figura 15 – Modelo de Negócios da SEAD 126
Figura 16 – Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás 126
Figura 17 – Sistematização do Plano Estratégico 153
Figura 18 – Mapa Estratégico 154

Figura 19 – Missão 155
Figura 20 – Visão 156
Figura 21 – Valores 157
Figura 22 – OKR Estratégico 1: Segmento Cidadãos 158
Figura 23 – OKR Estratégico 2: Segmento Servidores Públicos 159
Figura 24 – OKR Estratégico 3: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 160
Figura 25 – OKRs Estratégicos 161
Figura 26 – OKRs Táticos 2025 162
Figura 27 – OKRs Operacionais 2025 163
Figura 28 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Cidadãos – outubro de 2023 a dezembro de 2025 164
Figura 29 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Servidores Públicos - outubro de 2023 a dezembro de 2025 165
Figura 30 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Órgãos e Entidades Públicas - outubro de 2023 a dezembro de 2025 166
Figura 31 – Integração Instrumentos de Planejamento 167
Figura 32 – Estratégias 168
Figura 33 – Cadeia de valor Integrada de Goiás 172
Figura 34 – Classificação dos Processos: finalísticos, gerenciais e de suporte 173
Figura 35 – Portfólio de Projetos da SEAD 181
Figura 36 – Painel Remuneratório Cargos e Carreiras 186
Figura 37 – Painel Ficha Estatística 186
Figura 38 – Método que integra GC e IAGen aplicado na Gestão de Pessoas 187

Figura 39 – Portal Prêmio Boas Práticas de Gestão 188
Figura 40 – Observatório da Rede de Gestão de Pessoas 189
Figura 41 – Portal da Gestão do Conhecimento e Competências 189
Figura 42 – Painel de Estágio Probatório 190
Figura 43 – Painel Remuneratório Cargos e Carreiras 191
Figura 44 – Painel Oportunizar 193
Figura 45 – Painel Moimentação de Pessoal 194
Figura 46 – Painel Programa de Estágio 194
Figura 47 – Despesas com tecnologia 199
Figura 48 – Índice de adesão ao aplicativo GO Patrimônio Móvel 207
Figura 49 – Ciclos de treinamentos SPM 237
Figura 50 – Encontro de líderes Vapt Vupt 239
Figura 51 – Canais de comunicação do TransformaLAB 250
Figura 52 – E-books publicados 252
Figura 53 – Boletim informative: Caiu na rede 253
Figura 54 – Relatório de eficiência patrimonial e redistribuição de bens 268
Figura 55 – Jornadas de transformação pública (gestão e serviços públicos) 272
Figura 56 – Atuação em cálculo da GDVV 274
Figura 57 – Algumas ações de cultura de inovação 276
Figura 58 – Algumas ações de cultura de inovação 277

Figura 59 – Certificação da SEAD – Prêmio Goiás Mais Transparente 310
Figura 60 – Certificação da SEAD – Prêmio Ouvidoria Pública 311
Figura 61 – Nota referente à Qualidade da informação Contábil e Fiscal 313
Figura 62 – 2° Lugar no ranking de execução orçamentária e financeira do Estado 314
Figura 63 – Prêmio Conexão Inova 317
Figura 64 – Prêmio de Inovação de Goiás 318
Figura 65 – DESSS no 22º Congresso da ANAMT 320
Figura 66 – DESSS no XIV Congresso CONSAD 323
Figura 67 – Modernização das unidades VaptVupt 330
Figura 68 – Sistemas de Gestão 331
Figura 69 – Registros de Capacitação 396
Figura 70 – Capacitação para utilização do software SGG 401
Figura 71 – Treinamento realizado em abril de 2025 406
Figura 72 – Descrição dos assuntos do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas 414
Figura 73 – Tela inicial - assuntos do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas 415
Figura 74 – KRs Estratégicos: Segmento Cidadãos 2025 436
Figura 75 – KRs Táticos 1: Segmento Cidadãos 2025 437
Figura 76 – KRs Táticos 2: Segmento Cidadãos 2025 438
Figura 77 – KRs Táticos 3: Segmento Cidadãos 2025 439
Figura 78 – KRs Operacionais 1: Segmento Cidadãos 2025 440

Figura 79 – KRs Operacionais 2: Segmento Cidadãos 2025 441
Figura 80 – KRs Operacionais 3: Segmento Cidadãos 2025 442
Figura 81 – KRs Operacionais 4: Segmento Cidadãos 2025 443
Figura 82 – KRs Estratégicos: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025 444
Figura 83 – KR Tático 1: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025 445
Figura 84 – KRs Operacionais 1: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025 446
Figura 85 – KRs Estratégicos: Segmento Servidores Públicos 2025 447
Figura 86 – KR Tático 1: Segmento Servidores Públicas 2025 448
Figura 87 – KR Tático 2: Segmento Servidores Públicas 2025 449
Figura 88 – KRs Operacionais 1: Segmento Servidores Públicos 2025 450
Figura 89 – Formulário de Pesquisa de Satisfação do Cliente 458
Figura 90 – Programa de Certificações Profissionais 461
Figura 91 – Resultado acumulado de servidores certificados 462
Figura 92 – peQuiLAB 463
Figura 93 – Programa de Pós Graduações 464
Figura 94 – Indicadores das CIPAs 2025 465
Figura 95 – Capacitação de Servidores - 2025 475
Figura 96 – Perdas de prazos judiciais em 2025 476
Figura 97 – Eventos de SST do eSocial processados com sucesso de Jan a Dez/2025 482
Figura 98 – Indicadores de Eficiência do Teleatendimento 2025 484

Figura 99 – Indicadores de Uso da Intranet 2025 485
Figura 100 – Imóveis Objeto de Regularização Fundiária (malas diretas endereçadas, faixas nos bairros, mapa esquelético dos imóveis) 514

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 – Registros fotográficos das ações do TransformaLAB 94
Foto 2 – Unidade Praça Cívica antes e após a reforma 102
Foto 3 – Unidade DETRAN antes e após a implantação do Padrão Vapt Vupt 103
Foto 4 – Programa GovTech 2 108
Foto 5 – Programa GovTech 2 109
Foto 6 – Estruturação de painéis de BI - DGPC 112
Foto 7 – Sala de Atendimento Ouvidoria - 2025 291
Foto 8 – Troféu Diamante no Prêmio de Governança e Monitoramento 312
Foto 9 – Premiação Melhor PMO de Estado de Goiás 312
Foto 10 – Entrega dos troféus e certificados – Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos Estados e DF (..... 314
Foto 11 – Vapt Vupt Hidrolândia 335
Foto 12 – Vapt Vupt Águas Lindas (Mercadão Goiano) 336
Foto 13 – Vapt Vupt Jussara 336
Foto 14 – Vapt Vupt Bela Vista 336
Foto 15 – Subestação. 337

Foto 16 – Vapt Vupt Trindade Maysa 337
Foto 17 – Vapt Vupt Admar Otto (Buriti Shopping) 338
Foto 18 – Vapt Vupt Praça da Bíblia 338
Foto 19 – Vapt Vupt Mara Rosa 339
Foto 20 – Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor 340
Foto 21 – Vapt Vupt São Miguel do Araguaia 340
Foto 22 – Vapt Vupt Mineiros (a) 341
Foto 23 – Vapt Vupt Mineiros (b) 341
Foto 24 – Vapt Vupt Mozarlândia 342
Foto 25 – Escola de Governo Henrique Santillo 342
Foto 26 – Vapt Vupt Ciretran Anápolis 343
Foto 27 – FAPEG 343
Foto 28 – SEAPA (a) 344
Foto 29 – SEAPA (b) 344
Foto 30 – Totem 346
Foto 31 – Cancela 346
Foto 32 – Capacitações 2025 398
Foto 33 – Atendimento Vapt Vupt no Goiás Social em março de 2025 406

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos servidores ativos por tipo de vínculo 76
Gráfico 2 – Distribuição de servidores ativos por área de atuação 76
Gráfico 3 – Redistribuição de bens móveis (2022-2025) 145
Gráfico 4 – Acuracidade do inventário geral dos estoques 208
Gráfico 5 – Atendimentos de suporte ao usuário 237
Gráfico 6 – Trabalhos técnicos – GVT 265
Gráfico 7 – Trabalhos técnicos - GEAVA 266
Gráfico 8 – Regularização fundiária - GRF 267
Gráfico 9 – Atendimentos realizados 269
Gráfico 10 – Ligações atendidas 270
Gráfico 11 – Percentual de utilização - 2025 285
Gráfico 12 – Número de Certificados por Modalidade 397
Gráfico 13 – Número de Certificados (2019 a 2025) 397
Gráfico 14 – Número de Servidores Certificados em 2025 398
Gráfico 15 – Processos tramitados por mês na GGSP em 2025 411
Gráfico 16 – Envio de remuneração para eSocial 412
Gráfico 17 – Nº de atendimentos pelos canais de atendimento da GEPAG em 2025 418
Gráfico 18 – Nº de processos tramitados na GEPAG em 2025 419

Gráfico 19 – Economia gerada pela conferência de processos em 2025 419
Gráfico 20 – Quadro geral das margens consignáveis 422
Gráfico 21 – Número de atendimentos por tipo de canal - 2025 424
Gráfico 22 – Contratos averbados no mês de novembro de 2025 425
Gráfico 23 – Contratos de Cartão de Benefício averbados em 2025 426
Gráfico 24 – Envio de remuneração para o eSocial - exercício de 2025 428
Gráfico 25 – Concursos públicos e processos seletivos simplificados (2025) 430
Gráfico 26 – Visão Geral de Admissão de Pessoal - 2025 431
Gráfico 27 – Evolução Mensal do Índice em 2025 457
Gráfico 28 – Servidores Certificados x Percentual de Satisfação: 1999- 2025 460
Gráfico 29 – Comparativo mensal de atendimentos do PAS de 2022 a 2025 466
Gráfico 30 – Evolução da Demanda pelo Programa de Acolhimento ao Servidor – PAS de 2022 a 2025 466
Gráfico 31 – Exames Médicos Admissionais Realizados de Jan a Dez de 2025 468
Gráfico 32 – Comparativo Anual 471
Gráfico 33 – Exames Médicos Periódicos Realizados de Jan a Dez (2024/2025) 476
Gráfico 34 – Comparativo Anual – Tempo Médio de Resposta 479
Gráfico 35 – Índice de cumprimento de prazos na tramitação de processos (2025) 482
Gráfico 36 – Índice de conformidade documental em processos periciais (2025) 483
Gráfico 37 – Evolução Mensal de 2025 488
Gráfico 38 – Mitigação da emissão de CO2 em 2025 507

Gráfico 39 – Evolução do Débito PRODAGO 518
Gráfico 40 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira na Gestão 556
Gráfico 41 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira na Gestão 557
Gráfico 42 – Evolução Orçamentária e Financeira da SEAD por U.O. (1801 e 1802) – 2020 a 2025 558
Gráfico 43 – Evolução Orçamentária e Financeira da U.O. 1801 - 2020 a 2025 559
Gráfico 44 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira da U.O. 1801 por Grupo de Despesas 560
Gráfico 45 – Evolução Orçamentária e Financeira da U.O. 1802 - 2020 a 2025 561
Gráfico 46 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira da U.O. 1802 por Grupo de Despesas 562

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Comissões da Corregedoria Setorial da SEAD 212
Quadro 2 – Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SiconfiIndicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi 313
Quadro 3 – Resultados Escritório de Projetos da SEAD 332
Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 348
Quadro 5 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Cidadãos, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA 373
Quadro 6 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Órgãos e Entidades Públicas, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA 374
Quadro 7 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Servidores Públicos, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA 375

Quadro 8 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual 377
Quadro 9 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual 378
Quadro 10 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral 379
Quadro 11 – Reuniões de Monitoramento das Entregas - Quinzenal - Nível Operacional 380
Quadro 12 – Economias geradas com ações de controle da folha de pagamento do Poder Executivo 408
Quadro 13 – Quantitativo de processos administrativos que tramitaram na SUGEP 410
Quadro 14 – Horas per capita de capacitação 459
Quadro 15 – Taxa de Conclusão de Cursos 459
Quadro 16 – Indicadores de Gestão de Projetos da SEAD: 2023-2025 473
Quadro 17 – Número de Servidores Certificados 475
Quadro 18 – Situação Atual por Empresa (2024-2025) 516
Quadro 19 – Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2025 538
Quadro 20 – Resultados das Tomadas de Contas Especiais concluídas no exercício 2025 540
Quadro 21 – Resumo do estoque resgistrado na U.O. 1801 – Gabinete do Secretário de Estado da Administração - 2020 a 2025 543
Quadro 22 – Saldos dos bens móveis registradas na U.O. 1801 – Gabinete do Secretário de Estado da Administração (202-2025) 544
Quadro 23 – Saldo da conta contábil intangível (2020-2025) 545
Quadro 24 – Saldo do intangível (2020-2025) 546
Quadro 25 – Bens imóveis do Estado de Goiás afetados à SEAD (2024-2025) 548
Quadro 26 – Evolução histórica dos bens imóveis da SEAD 2019-2025 551
Quadro 27 – Saldos do patrimônio líquido da SEAD 563

ÍNDICE DE REGISTROS DE TELA

Registro de Tela 1 – BI da Rede de Atendimento ao Cidadão 104
Registro de Tela 2 – Quadro de défcits por unidade Vapt Vupt 105
Registro de Tela 3 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual: Segmento Cidadãos 382
Registro de Tela 4 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual: Segmento Servidores Públicos 383
Registro de Tela 5 – Reunião de Transição Operacional entre Períodos - Semestral: Segmento Cidadãos 384
Registro de Tela 6 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 385
Registro de Tela 7 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual: Segmento Cidadãos 386
Registro de Tela 8 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral: Segmento Cidadãos 387
Registro de Tela 9 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 388
Registro de Tela 10 – D.U.A.M. Dívida Ativa Ajuizada 517

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de servidores ativos e inativos por tipo de vínculo 75
Tabela 2 – Entregas M.O.V.E Goiás 149
Tabela 3 – Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação 200
Tabela 4 – Entregas do Portifólio de Projetos com ações de TIC 201
Tabela 5 – Outras entregas de TIC 204

Tabela 6 – Principais entregas de valor 2025 261
Tabela 7 – Número de atendimentos por assunto - 2025 423
Tabela 8 – Impacto das Licenças Médicas na Folha de Pagamento 2025 453
Tabela 9 – Comparativo estratégico de indicadores (2024-2025) 453
Tabela 10 – Número de Licenças Médicas por Categoria em 2025 467
Tabela 11 – Participação dos Servidores em Atividade de Saúde e Segurança em 2025 467
Tabela 12 – Resultados de performance 477
Tabela 13 – Informações para o Índice de Absenteísmo em 2025 491
Tabela 14 – Arrematações por Ciclos de Leilão (2024-2025) 515
Tabela 15 – Situação do Débito PRODAGO em liquidação 517
Tabela 16 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1801 por exercício 554
Tabela 17 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1802 por exercício 554
Tabela 18 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1801 por grupo de despesa 555

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



1 VISÃO GERAL DO CONTEÚDO

A prestação de contas é uma obrigação constitucional de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, conforme parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

O dever de prestar contas é da pessoa física responsável por bens e valores públicos, não da entidade, e a comprovação deve ser feita de acordo com as normas da Administração. Todo administrador que gere recursos públicos estaduais deve prestar contas anualmente, ao término do exercício, que no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, essa obrigação se materializa por meio de um conjunto de peças e demonstrativos contábeis, que incluem, entre outros, o Relatório de Gestão cujo conteúdo é definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE-GO fundamentado no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as contidas nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal, que estabelecem as competências dos Tribunais de Contas, no inciso II do art. 26 da Constituição Estadual, no inciso II do art. 1º e no art. 60 da Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - LOTCE-GO).

Para fins da prestação de contas anuais do exercício de 2025, dos Gestores da Administração Pública Estadual, foi publicada a Resolução Normativa nº 5/2023, que, entre outras coisas, promoveu um rearranjo na estrutura geral do relatório de gestão, conforme consta do anexo III.

O Relatório de Gestão é o documento elaborado pelo gestor de órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Estadual para comprovar os resultados alcançados frente aos objetivos estabelecidos em um determinado exercício.

O conteúdo e as diretrizes para elaboração do Relatório de Gestão têm como base a Estrutura Internacional de Relato Integrado (*International Integrated Reporting Framework*) mantida pelo *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, IIRC na sigla em inglês), da *Value Reporting Fundation*, uma organização global sem fins lucrativos formada por reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões profissionais do setor contábil e ONGs, modelo de relato integrado implementado por diversas organizações no mundo todo, em razão de suas vantagens como instrumento de gestão e comunicação corporativa. O propósito do Relato Integrado é transformar a forma como as organizações prestam contas às partes interessadas, tendo a criação de valor como o cerne do relatório.

O Relatório de Gestão da Prestação de Contas do Gestor referente ao exercício de 2025, após elaboração pelas unidades integrantes desta Pasta, teve sua versão final consolidada pela Gerência de Planejamento Institucional, observado o arcabouço legal, de forma integrada e participativa com as partes interessadas no âmbito da SEAD, o que proporciona aos dirigentes e colaboradores a oportunidade de demonstrar sua atuação e desempenho no exercício finalizado, o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos e as perspectivas futuras. Serve também de subsídio para avaliação da eficiência e eficácia da gestão.

Durante o exercício de 2025, a nossa gestão se empenhou em promover a capacitação contínua dos servidores, aprimorar os processos de gestão do patrimônio público, otimizar a logística das operações governamentais, e fomentar a inovação na administração pública. Tais esforços visam a entrega de serviços cada vez mais qualificados à sociedade, potencializando o impacto das entregas de valor aos cidadãos com a capacidade de execução das políticas públicas.

Destacam-se algumas das principais iniciativas apresentadas neste relatório:

a) Desenvolvimento de Capacidades: implementação de programas de formação e atualização para servidores, utilizando ferramentas tecnológicas e metodologias inovadoras;
b) Gestão do Patrimônio: avaliação e classificação do patrimônio público, promovendo a transparência e a eficiência na utilização dos bens do Estado;
c) Logística e Suprimentos: reestruturação dos processos logísticos, com uma abordagem centrada na sustentabilidade e na eficácia da entrega de bens e serviços;
d) Inovação na Gestão Pública: lançamento de projetos piloto que visam a digitalização de serviços, facilitando o acesso dos cidadãos e melhorando a interação com o governo; e
e) Gerenciamento de Estatais: acompanhamento rigoroso das ações das estatais em liquidação, priorizando a eficiência na aplicação dos recursos e a recuperação de ativos.

Este relatório, além de atender às exigências legais, é um importante instrumento de diálogo com os órgãos de controle e com a sociedade civil.

2 MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO



ALAN FARIAS TAVARES
Secretário de Estado da Administração

A Secretaria de Estado da Administração – SEAD apresenta o presente Relatório de Gestão com o propósito de dar transparência às ações desenvolvidas e aos resultados alcançados no exercício, reafirmando seu compromisso com a eficiência, a integridade e a boa governança na administração pública estadual.

A SEAD desempenha o papel estruturante na modernização e no fortalecimento da gestão pública estadual, atuando como órgão central na formulação de políticas, diretrizes e práticas que promovem maior eficiência, integração e inovação na administração pública.

Ao longo do exercício de 2025, a Secretaria manteve seu compromisso com o aprimoramento contínuo da organização administrativa, a gestão estratégica de pessoas e o desenvolvimento de soluções voltadas à racionalização dos recursos públicos. Destaca-se, nesse contexto, a atuação integrada nas áreas de compras governamentais, contratos, logística, patrimônio e suprimentos, assegurando maior padronização, economicidade e transparência aos processos administrativos.

A SEAD também avançou de forma consistente na agenda de transformação digital e inovação, com iniciativas voltadas à simplificação de serviços, ampliação dos canais de atendimento ao cidadão e fortalecimento das capacidades institucionais do Estado. No campo da gestão de pessoas, foram intensificadas ações de valorização, capacitação e desenvolvimento dos servidores, alinhadas às necessidades presentes e futuras da administração pública.

Adicionalmente, a Secretaria exerceu suas atribuições na governança das empresas estatais, na política previdenciária e no acompanhamento de serviços públicos delegados, contribuindo para o equilíbrio fiscal, a responsabilidade na gestão e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem o compromisso da SEAD com a excelência na gestão pública, a geração de valor público e o atendimento cada vez mais eficiente às demandas da sociedade goiana.

Dentre os principais resultados deste relatório, destacamos as seguintes entregas:

Na área de inovação da gestão e dos serviços públicos, a Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, disponibilizada no EXPRESSO, passou a

contemplar 763 serviços públicos, dos quais 129 são em formato digital, todos com aplicação de linguagem simples e aprimoramento das informações disponibilizadas ao cidadão. Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas nas ações itinerantes voltadas à população em situação de maior vulnerabilidade, com aproximadamente 102 mil atendimentos, em 71 municípios, ampliando o acesso a serviços essenciais como emissão de documentos, serviços digitais, atendimentos sociais e intermediação de emprego. Em relação aos atendimentos presenciais, atualmente, o Estado conta com 78 unidades Vapt Vupt e 14 unidades Expresso Balcão. Em 2025, foram registrados aproximadamente 7, 4 milhões de atendimentos, com tempo médio de espera de 8 minutos e índice médio de satisfação de 84,49%. Esta satisfação é aferida por meio da avaliação dos usuários do serviço, destacando que, até dezembro de 2025, foram registradas 182.689 avaliações nos canais de atendimento ao cidadão, representando crescimento de 43,83% em relação a 2024. Ressalta-se, por fim, a realização de aproximadamente 30 milhões de atendimentos digitais por meio do EXPRESSO, evidenciando a ampliação do acesso digital e o fortalecimento da prestação de serviços públicos centrados no cidadão.

Na área de gestão e desenvolvimento de pessoas, com o aperfeiçoamento dos controles e gestão da folha de pagamento do Executivo, evitou-se aos cofres públicos, no período de janeiro a dezembro de 2025, uma despesa imprópria de mais de R$ 80,4 milhões de reais. Merece destaque, também, a economia gerada com a conferência de processos de diferença e dos lançamentos efetuados pelos órgãos, as quais impediram o pagamento indevido do montante de R$ 25.143.430,54 (vinte e cinco milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos) em 2025. E no que concerne à transparência, o Observatório da Rede de Gestão de Pessoas conta com 23 temas estratégicos e mais de 400 painéis interativos, permitindo uma visão detalhada e transparente da força de trabalho. Em 2025, o Observatório passou por relevante evolução estrutural, que ampliou o modelo semântico para todos os órgãos do Estado e promoveu ganhos de performance, inclusive com adoção do formato parquet e modularização de código. Destacam-se, ainda, os avanços nos painéis temáticos (Frequência, Férias, Progressão, Escolaridade, entre outros), com integração de bases, aprimoramento de regras de negócio, melhorias de usabilidade e implementação da Busca Inteligente, fortalecendo o ambiente analítico e a gestão orientada por evidências.

Sob a perspectiva do portfólio de projetos da SEAD, entre 2024 e 2025, houve melhoria significativa na maturidade da gestão dos projetos, sendo refletida: no aumento em seus números, que cresceu de 46 para 62 projetos, demonstrando um incremento na capacidade de execução da SEAD; manutenção na qualidade do cronograma, a qual o percentual de projetos atendendo ao "Cronograma mínimo" ou “Qualidade do Cronograma” manteve-se em 100%, evidenciando eficácia na gestão de tempo e no planejamento; gestão de riscos, sendo que a proporção de projetos que possuem riscos identificados manteve-se em 100%, indicando um acompanhamento rigoroso e estruturado destes; e o planejamento de custos, em que os indicadores "Possui PDF" e “PDFs consistentes” mantiveram-se em 100%, o que reflete bom planejamento e gestão dos custos dos projetos. Neste sentido, como resultado da implantação de práticas estruturadas de gerenciamento de projetos, observou-se aumento de aproximadamente 60% na taxa de entrega de iniciativas dentro do prazo e do escopo previstos, o que representa maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior confiabilidade na execução das ações governamentais. Esse avanço contribui para que programas e serviços públicos sejam disponibilizados à população com maior qualidade, tempestividade e aderência às demandas sociais.

A Escola de Governo, por meio de ações de capacitação para seus servidores públicos, emitiu o total de 42.457 certificados de cursos diversos que permeiam as competências gerais e transversais na gestão pública, com índice de aprovação de 98,88%, aferido por meio de pesquisa de reação nos cursos e demais ações educacionais (percentual de bom e ótimo).

Na área de Logística e Patrimônio, no que se refere ao patrimônio mobiliário, evidencia-se a redistribuição de bens móveis entre órgãos e entidades públicas, que gerou economia de R$ 19.568.713,46 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e treze reais e quarenta e seis centavos), sendo que a estratégia de movimentação entre órgãos reflete uma taxa de aproveitamento que prioriza a vida útil dos equipamentos e o cumprimento do princípio da eficiência na administração pública. Já quanto ao patrimônio imobiliário, no que se refere à Regularização Fundiária, as ações desenvolvidas em 2025 resultaram não apenas na organização e segurança jurídica do patrimônio público, mas também na geração direta de receita para o Estado com valor arrecadado de R$ 16.026.989,04 (dezesseis milhões, vinte e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e quatro centavos). Quanto às compras e contratações, houve a atualização do Sistema SISLOG para a versão 3.0, com inclusão de novos módulos, painéis atualizados, identidade visual renovada e novos recursos, que trazem mais modernização, eficiência, integração e transparência para a gestão pública.

Na área de liquidação de estatais, a realização de ativos avançou por meio de leilões, com consolidação de arrematações em dois ciclos, sendo o primeiro leilão iniciado em 2024 e concluído em 2025 (R$ 2.650.000,00 - dois milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) e o segundo, Leilão Público Eletrônico nº 002/2025 (R$ 1.217.004,15 - um milhão, duzentos e dezessete mil, quatro reais e quinze centavos). A diretriz reforça a capacidade de custeio da estrutura de liquidação e enfrentar o passivo federal, por ser a frente crítica para a extinção definitiva. Na frente trabalhista e de conformidade, 2025 registrou evolução operacional relevante no saneamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, tema historicamente complexo na Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO e incorporadas. No CRISA, além da conclusão da análise de cálculos em reclamatória trabalhista, houve individualização de valores para cerca de 1.500 ex-empregados, com comparativos ainda em andamento, e incremento expressivo com a análise e o lançamento sistemático de aproximadamente 1.600 dossiês ligados a vínculos classificados como “contratos nulos”, incluindo regularização cadastral, escrituração de remunerações por competência e checagem direta de extratos para identificar lacunas remanescentes. A Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás S/A - TRANSURB e a PRODAGO (folha própria) tiveram todas as pendências de FGTS regularizadas; no Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado - CERNE, a individualização avançou na maior parte dos saldos, restando menos de 10% a concluir, em razão de inconsistências de informação e dificuldades de conciliação com a CAIXA/FGTS.

A área de saúde e segurança do servidor manteve a execução de suas atividades em conformidade com as Normas Regulamentadoras - NRs de Segurança e Saúde no Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/1978, do Ministério do Trabalho, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e as adaptações necessárias ao contexto do serviço público estadual. Neste sentido, a partir de 1º de dezembro de 2025, as perícias médicas referentes a afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (Classificação Internacional de Doenças - CID F) dos servidores do Poder Executivo estadual passaram a ser realizadas em novo formato de avaliação especializada. Esse modelo adotado estabelece a realização das perícias em formato estritamente presencial, conduzidas por junta médica especializada,

integrada por três médicos psiquiatras devidamente registrados com Registro de Qualificação de Especialista – RQE. A iniciativa buscou fortalecer a qualidade técnica das avaliações periciais, ampliar a segurança diagnóstica e aprimorar a análise das condições clínicas relacionadas aos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais.

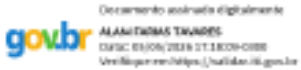
Na área de Tecnologia da Informação da SEAD, conforme dados disponíveis no Big Data Estadual, no ano de 2025 foram empenhados R$ 22.133.401,31 (vinte e dois milhões, cento e trinta e três mil, quatrocentos e um reais e trinta e um centavos), sendo que as despesas pagas totalizaram R$ 18.089.378,44 (dezoito milhões, oitenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Importante ressaltar que, em relação ao exercício de 2024, o montante de recursos destinados a soluções de Tecnologia da Informação no contexto da SEAD praticamente duplicou, o que evidencia a relevância estratégica e o foco da Pasta no desenvolvimento tecnológico e na modernização e melhoria de processos.

2.1 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E INTEGRALIDADE PELO ORDENADOR DE DESPESA

DECLARAÇÃO

Eu, Alan Farias Tavares, CPF: 698.383.561-15, RG: 3730400- SSP-GO, data da expedição:10/09/2012, declaro para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas no Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Administração – SEAD do Exercício de 2025, são verdadeiras e integrais, condizentes com a realidade dos fatos à época.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmamos a presente.



Assinatura

Goiânia-GO, 05 de abril de 2026.



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.1. Unidades integrantes do Gabinete do Secretário

- 1.1.1. Gerência da Secretaria-Geral
- 1.1.2. Chefia de Gabinete
- 1.1.3. Comunicação Setorial
- 1.1.4. Procuradoria Setorial
  - 1.1.4.1. Gerência de Processos Administrativos
- 1.1.5. Corregedoria Setorial
- 1.1.6. Gerência de Governança de Estatais – GGE
- 1.1.7. Gerência da Ouvidoria Setorial
- 1.1.8. Diretoria de Programas
  - 1.1.8.1. Gerência de Programas
- 1.1.9. Escritório de Projetos Setorial
- 1.1.10. Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão

1.2. Unidades integrantes da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor

- 1.2.1 Gerência de Apoio Administrativo
- 1.2.2. Gerência Central de Saúde e Segurança do Servidor
  - 1.2.2.1. Coordenação de Medicina do Trabalho
  - 1.2.2.2. Coordenação de Perícia Médica
  - 1.2.2.3. Coordenação de Engenharia do Trabalho
  - 1.2.2.4. Coordenação Técnica de Segurança do Trabalho
  - 1.2.2.5. Coordenação Psicossocial

1.3. Unidades integrantes da Diretoria Executiva da Escola de Governo

- 1.3.1. Coordenação Administrativa
- 1.3.2. Gerência do Laboratório de Inovação em Desenvolvimento de Pessoas - PequiLab
  - 1.3.2.1. Assessoria do Laboratório de Inovação em Desenvolvimento de Pessoas - PequiLab
- 1.3.3. Gerência de Desenvolvimento Profissional
- 1.3.4. Gerência do Ensino Superior e Projetos Pedagógicos
  - 1.3.4.1. Coordenação de Publicações e Produção Científica

1.4. Unidades integrantes da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais

- 1.4.1. Gerência de Gestão Financeira
- 1.4.2. Gerência de Gestão Administrativa

1.5. Unidades integrantes da Superintendência de Sistema de Informação

1.5.1. Coordenação de Dados

1.5.2. Gerência de Desenvolvimento de Sistemas

1.5.3. Gerência de Infraestrutura Tecnológica e Serviços

1.5.3.1 Coordenação Digital

1.6. Unidades integrantes da Superintendência de Gestão Integrada

1.6.1. Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados

1.6.2. Gerência de Planejamento Institucional

1.6.3. Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

1.6.4. Gerência de Compras Governamentais

1.6.5. Gerência de Execução Orçamentária e Financeira

1.6.6. Gerência de Apoio Administrativo e Logístico

1.6.7. Gerência de Convênios e Governança Coorporativa

1.6.8. Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial

1.6.9. Gerência de Modernização Institucional e Processos

1.6.10. Gerência de Contabilidade

1.7. Unidades integrantes da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

1.7.1. Gerência da Rede de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

1.7.2. Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal

1.7.2.1. Gerência de Estudos e Impactos de Pessoal

1.7.2.2. Gerência de Normas e Critérios de Produtividade

1.7.2.3. Gerência de Perfil e Alocação de Pessoas

1.7.2.4. Gerência de Gestão do Conhecimento e Competências

1.7.2.5. Gerência do Controle de Gasto com Pessoal

1.7.3. Superintendência Central de Gestão de Pessoal

1.7.3.1. Gerência Central da Folha de Pagamento

1.7.3.2. Gerência de Gestão do Sistema de Pessoal

1.7.3.3. Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal

1.7.3.4. Gerência de Obrigações Acessórias

1.7.3.5. Gerência de Consignação

1.7.4. Superintendência de Recrutamento e Seleção

1.7.4.1. Gerência de Concursos e Processos Seletivos

1.7.4.2. Gerência de Admissão de Pessoal

1.8. Unidades integrantes da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos

1.8.1. Coordenação dos Aprendizes do Futuro

1.8.2. Superintendência Central de Transformação Pública

1.8.1.1. Gerência de Modelos Organizacionais

1.8.1.2. Gerência de Avaliação da Gestão e dos Serviços Públicos

1.8.1.3. Gerência do Escritório de Processos

1.8.1.4. Gerência de Experiência do Usuário

1.8.1.4.1. Coordenação de Inovação de Serviços

1.8.1.5. Gerência de Gestão da Carta de Serviços

1.8.3. Superintendência de Inovação da Gestão Pública

1.8.3.1. Gerência de Inovação Aberta

1.8.3.2. Gerência de Inovação e Projetos de Gestão

1.8.3.3. Gerência de Inteligência de Negócios Públicos

1.8.4. Superintendência de Gestão de Atendimento ao Cidadão

1.8.4.1. Gerência de Estratégia do Atendimento ao Cidadão

1.8.4.2. Gerência de Operação de Atendimento ao Cidadão

1.8.4.2.1. Coordenação de Atendimento

1.8.4.2.2. Supervisão de Atendimento

1.8.4.2.3. Coordenação de Avaliação de Perfil e Treinamento do Expresso

1.8.4.3. Gerência de Relacionamento com os Municípios e Parceiros

1.8.4.3.1. Coordenação de Contratos e Convênios

1.9. Unidades integrantes da Subsecretaria de Logística e Patrimônio

1.9.1. Superintendência Central do Patrimônio Imobiliário

1.9.1.1. Gerência de Gestão de Informações Imobiliárias

1.9.1.2. Gerência de Avaliação de Imóveis

1.9.1.3. Gerência de Vistoria e Topografia

1.9.1.4. Gerência de Regularização Fundiária

1.9.1.5. Gerência de Regularização de Ocupações

1.9.2. Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário

1.9.2.1. Gerência de Patrimônio Mobiliário

1.9.2.2. Gerência de Frotas

1.9.2.3. Gerência de Suprimentos

1.9.2.4. Gerência de Logística Documental

1.9.3. Superintendência Central de Compras e Contratos

1.9.3.1. Gerência de Normas e Padronização

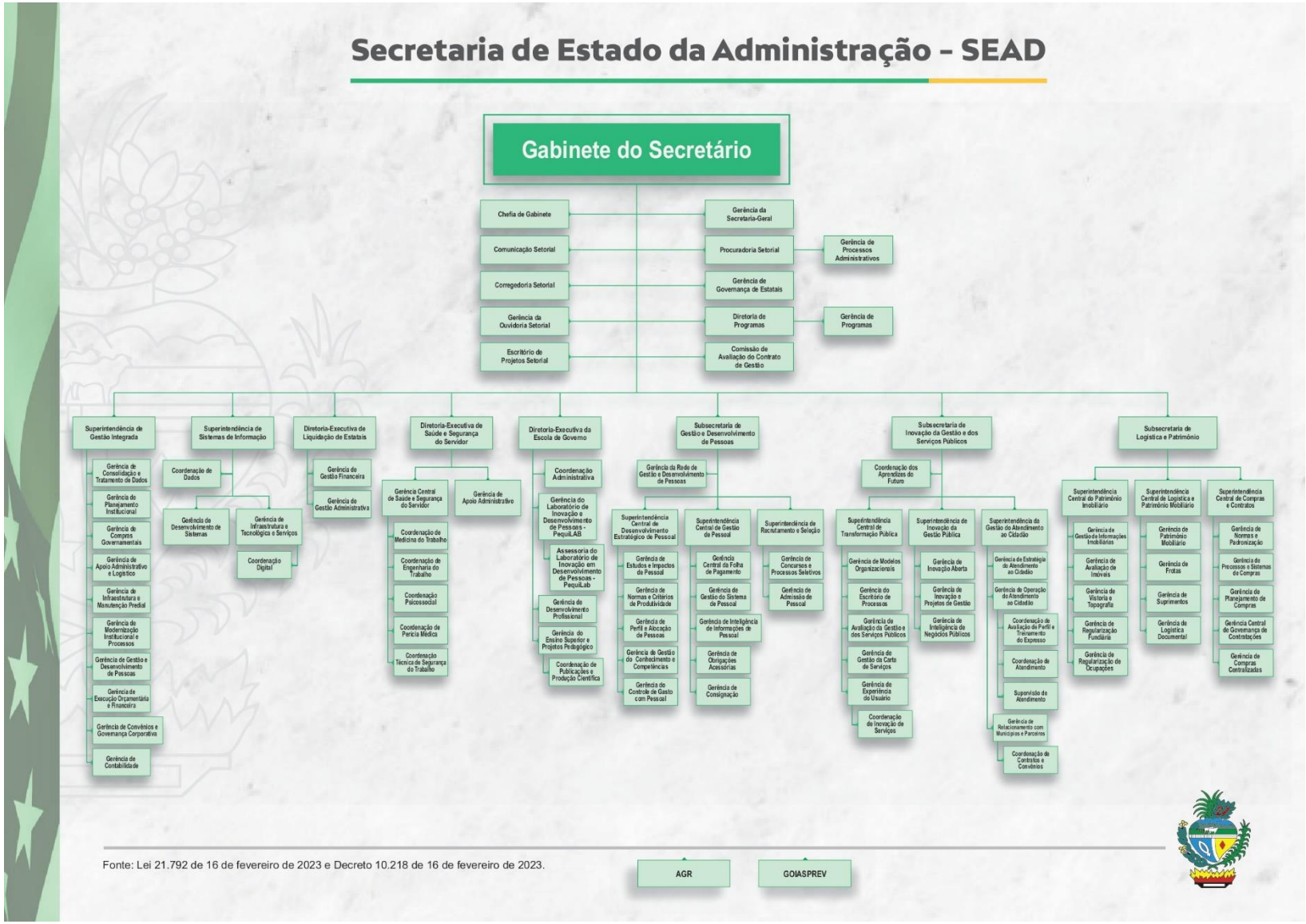
1.9.3.2. Gerência de Processos e Sistemas de Compras

1.9.3.3. Gerência de Planejamento de Compras

1.9.3.4. Gerência Central de Governança de Contratações

1.9.3.5. Gerência de Compras Centralizadas

Figura 1 – Organograma: Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2025 - SEAD



Fonte: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2011/07/SEAD-4.pdf - Site SEAD



GOVERNANÇA

4 GOVERNANÇA

A governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

DENTRE OS PRINCIPAIS MECANISMOS DE GOVERNANÇA PODEMOS DESTACAR:
Liderança: refere-se ao conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental, integridade, competência, responsabilidade e motivação, exercidas nos principais cargos das organizações;
Estratégia: compreende a definição e o monitoramento de objetivos, indicadores e metas, bem como o alinhamento entre planos e ações de unidades e organizações envolvidas na sua execução, além de critérios de priorização, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e
Controle: abrange o processo de gestão de riscos e controles internos, assim como aspectos como transparência, prestação de contas e responsabilização.

PRINCIPAIS CONCEITOS:
Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle de condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade, aplicados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão;
Valor público: produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização, os quais representam respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modificam aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

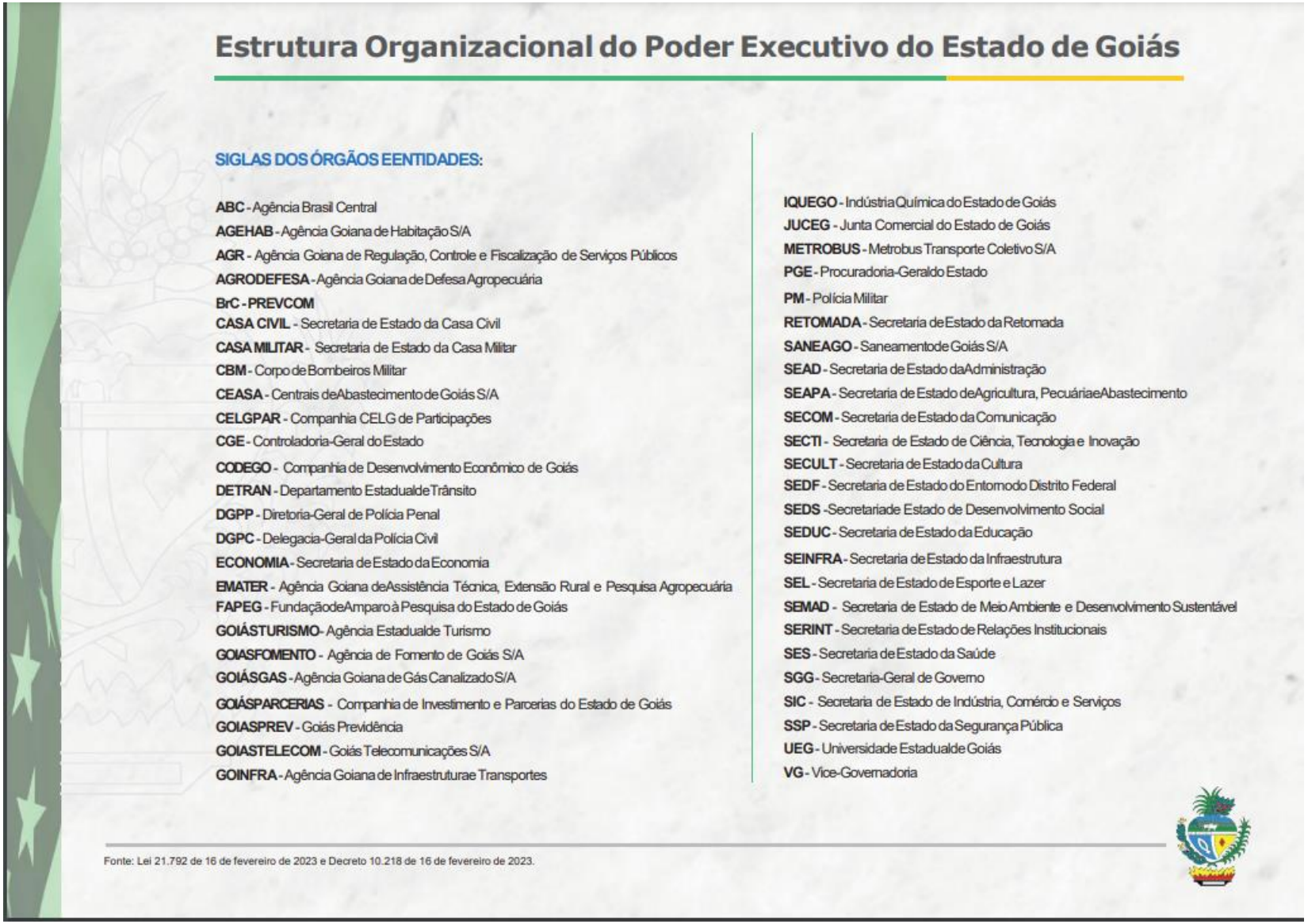
Alta administração: secretários de Estado e presidentes, ou autoridades equivalentes dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

Figura 2 – Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2023



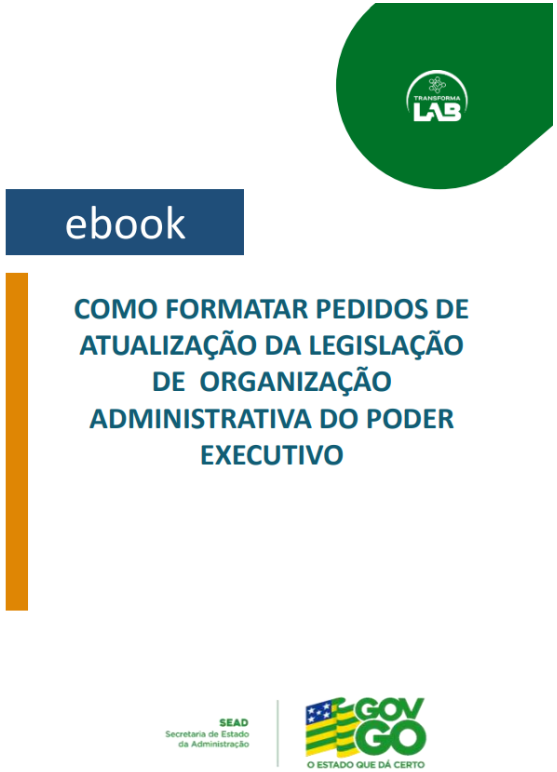
Fonte: Lei 21.792 de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto 10.218 de 16 de fevereiro de 2023.- Site SEAD, 2025.

Figura 3 – Siglas: Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2023



Fonte: Lei 21.792 de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto 10.218 de 16 de fevereiro de 2023.- Site SEAD, 2025.

Figura 4 – E-book: Como Formatar Pedidos de Atualização da Legislação de Organização do Poder Executivo



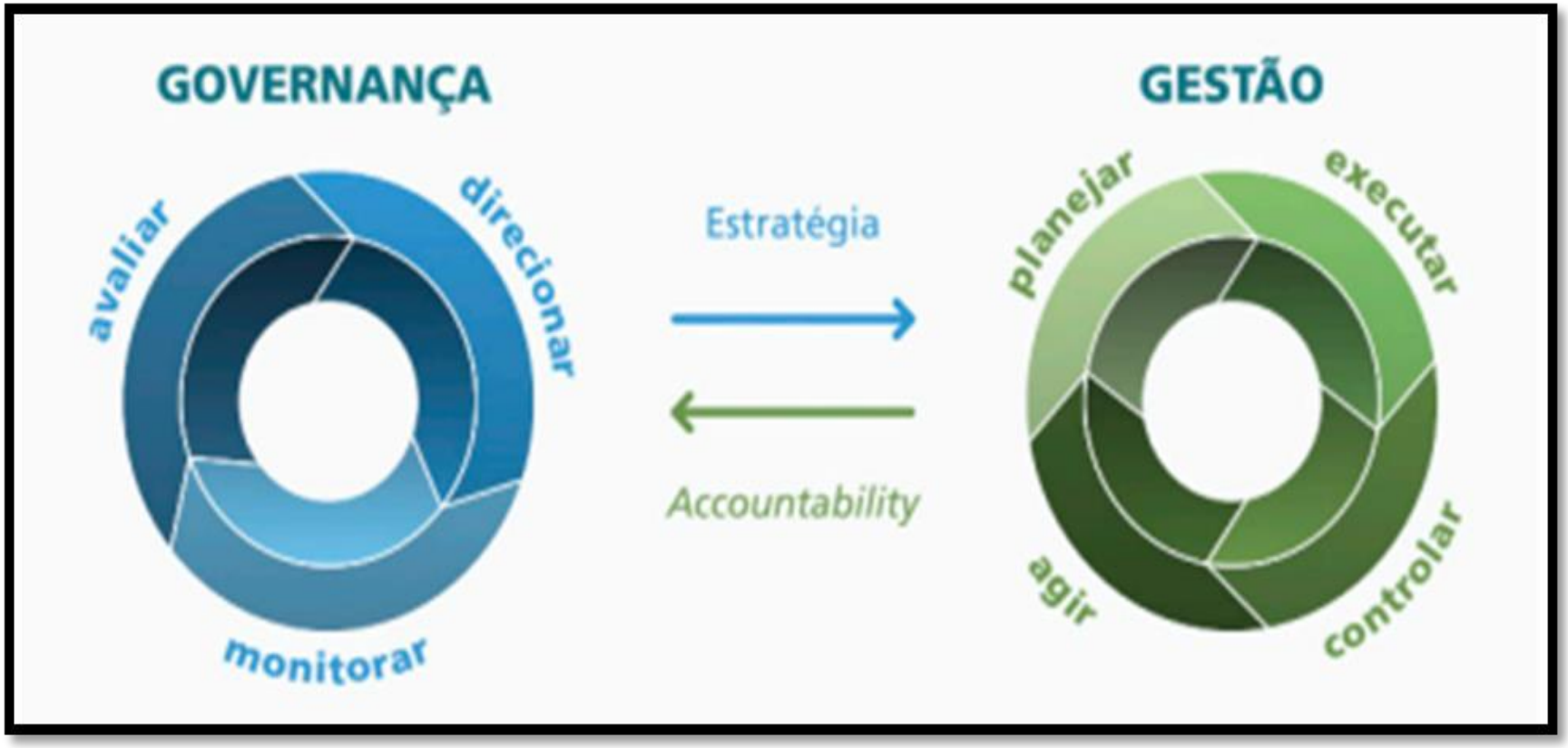
Fonte: Link direto https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2012/01/Ebook-GestaoDaOrganizacaoAdministrativa-2025.05.22-1.pdf

E-book: Como Formatar [Pedidos de Atualização da Legislação de Organização do Poder Executivo]

O e-book Como Formatar Pedidos de Atualização da Legislação de Organização Administrativa do Poder Executivo foi elaborado como um instrumento técnico-orientador voltado à disseminação de conhecimentos sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo, em conformidade com a legislação vigente. A publicação apresenta, de forma sistematizada, orientações conceituais e normativas relacionadas à organização administrativa, com foco na correta formulação e instrução de pedidos de atualização legislativa.

O material possui caráter educativo e prático, sendo direcionado especialmente aos agentes públicos que atuam na proposição, análise e gestão de alterações na estrutura organizacional do Estado. Dessa forma, contribui para a padronização de entendimentos, o fortalecimento da governança, a segurança jurídica dos processos e o aprimoramento da eficiência administrativa, promovendo maior clareza, transparência e qualidade na atuação institucional.

Figura 5 – Relação entre Governança e Gestão



Fonte: Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado - TCU

Figura 6 – Guia Prático para Implementação da Política de Governança



Fonte: https://www.canva.com/design/DAF3s198YBU/9Ux1H74Gk35_rJlUCUxniQ/view?utm_content=DAF3s198YBU&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=editor

Acesse o QR-Code Guia Prático para Implementação da Política de Governança

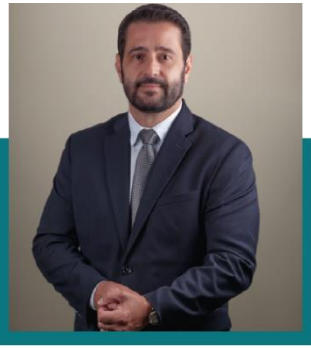
Figura 7 – Instância interna de Governança



SUBSECRETÁRIOS



Rogério Bernardes Carneiro
Subsecretário de Logística e Patrimônio



Rômulo Mendonça Bailão
Subsecretário de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos

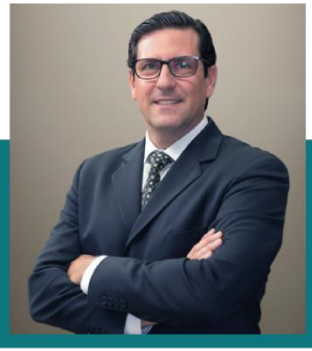


Thiago Junqueira Rodrigues
Subsecretário de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

DIRETORES



Bruno Batista Silva
Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais



Fábio Chacur Pascholati
Diretor-Executivo de Saúde e Segurança do Servidor



Roberta Rodrigues Costa
Diretora-Executiva da Escola de Governo

SUPERINTENDENTES



Antônio de Oliveira Lino
Superintendente de Gestão Integrada



Raissa dos Santos Vieira
Superintendente de Sistemas de Informação

CHEFIAS



Jorge Luiz Ramos Caiado Júnior
Chefe de Gabinete



Rodrigo Cunha Chueiri
Chefe da Procuradoria Setorial

Fonte: Gerência de Planejamento Institucional/SEAD, 2025.

A Governança da SEAD, no exercício de 2025, consolida-se como um eixo estruturante da gestão pública, pautada na transparência, integridade, eficiência e geração de valor público. Nesse contexto, a atuação institucional orienta-se por práticas de governança que integram planejamento estratégico, gestão de riscos, controles internos e mecanismos de participação social, assegurando o alinhamento das ações às diretrizes legais, às políticas públicas e aos objetivos institucionais. A estrutura de governança fortalece a coordenação entre as unidades administrativas, promove a tomada de decisão baseada em evidências e resultados e estimula a cultura de *accountability* e melhoria contínua dos processos. Ademais, busca-se o aprimoramento permanente dos instrumentos de gestão, com vistas ao aumento da efetividade das entregas e ao fortalecimento da credibilidade e da confiança da sociedade na Administração Pública Estadual.

No âmbito da Chefia de Gabinete, sua governança é o eixo que sustenta a integração entre as diretrizes políticas do Titular da Pasta e a execução técnica das unidades administrativas, funcionando como o principal mecanismo de monitoramento da direção estratégica organizacional. Inserida em um modelo que privilegia a integridade e a eficiência, a unidade atua na coordenação do fluxo de decisões, garantindo que as ações estejam rigorosamente alinhadas à missão de gerir ativos e pessoas com excelência, à visão de ser referência em gestão pública e aos valores institucionais de ética e transparência. Para a efetividade das políticas públicas delineadas no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, a Chefia de Gabinete operacionaliza o acompanhamento sistemático dos indicadores, servindo como uma instância de suporte que traduz os objetivos estratégicos em ações táticas e operacionais realizáveis pelas subsecretarias.

No processo de tomada de decisão estratégica, a unidade desempenha um papel de assessoria qualificada, filtrando informações complexas e subsidiando o Secretário com dados técnicos que mitigam a incerteza. Esse suporte é indissociável da gestão de riscos, competência que a Chefia de Gabinete exerce ao monitorar o Programa de Compliance Público – PCP e ao identificar, de forma antecipada, potenciais entraves administrativos, jurídicos ou políticos que possam comprometer as metas da Pasta. A governança, neste contexto, não é apenas um conjunto de normas, mas a prática diária de garantir que os recursos sejam alocados de forma prioritária nos projetos de maior impacto para o cidadão, assegurando a agilidade necessária em um ambiente de mudanças disruptivas.

O desempenho das competências da equipe do Gabinete fundamenta-se em um esforço coordenado de alocação de talentos em áreas críticas, como o apoio técnico-administrativo, a assessoria jurídica de gabinete e a coordenação de fluxos de processos. A gestão dos recursos humanos é pautada pela requalificação constante, necessária para lidar com ferramentas de inteligência de dados e sistemas de gestão integrada que otimizam o tempo de resposta institucional. No que tange aos recursos orçamentários, financeiros e materiais, a unidade adota uma postura de austeridade e racionalização, direcionando o uso de equipamentos e insumos para a manutenção de uma infraestrutura que suporte a digitalização acelerada e a conectividade necessária à governança em rede.

Por fim, a contribuição da Chefia de Gabinete para o alcance dos resultados estratégicos materializa-se na sua capacidade de agir como o "guardião da estratégia". Ao gerir os riscos operacionais e garantir a conformidade dos atos administrativos, a unidade permite que a alta gestão foque na inovação e na entrega de valor público. Os esforços da equipe são canalizados para que a estrutura de

governança da SEAD seja resiliente e transparente, assegurando que o Plano Estratégico SEAD 2023-2026 não seja apenas um documento formal, mas uma realidade vivenciada em cada decisão, processo e serviço entregue à sociedade goiana, fortalecendo a confiança nas instituições e a eficácia das políticas de estado.

A Gerência da Secretaria-Geral – GESG, desempenha função estratégica de apoio técnico-administrativo e assessoramento institucional ao Gabinete do Secretário, no que tange à governança, exerce papel estruturante ao assegurar a adequada formalização, padronização e regular tramitação dos expedientes administrativos submetidos à apreciação do Gabinete do Secretário e das unidades da Pasta. Sua atuação contribui diretamente para a organização dos fluxos processuais, o cumprimento de prazos institucionais e a mitigação de riscos administrativos.

Durante o exercício de 2025, a unidade foi responsável pela análise, elaboração e controle de aproximadamente 25 mil atos administrativos, entre despachos, ofícios, portarias e comunicações institucionais.

A Procuradoria Setorial da SEAD integra a estrutura de governança institucional como unidade administrativa vinculada ao Gabinete do Secretário de Estado, contribuindo para a efetividade das políticas públicas e para o cumprimento do Plano Estratégico da SEAD 2023–2026, por meio da promoção da segurança jurídica, da conformidade legal e da mitigação de riscos.

No contexto da governança, a unidade contribui para a efetividade das políticas públicas ao assegurar a legalidade, a conformidade normativa e a mitigação de riscos jurídicos, apoiando os gestores nos processos de tomada de decisão estratégica, tática e operacional, conforme as competências.

A atuação consultiva da Procuradoria Setorial e da Gerência de Processos Administrativos envolve o assessoramento jurídico em processos administrativos de interesse da SEAD, especialmente nas áreas de gestão de pessoas, patrimônio, contratações públicas e celebração de ajustes administrativos. Nesse âmbito, exerce controle prévio e incidental de legalidade, contribuindo para a prevenção de irregularidades e para a gestão de riscos institucionais, inclusive nos procedimentos licitatórios e contratuais.

A atuação contenciosa, por sua vez, compreende a representação judicial da SEAD e de suas autoridades, nos limites legais, especialmente em mandados de segurança e habeas data, incluindo a elaboração de informações, contestações e orientações para o cumprimento de decisões judiciais, reforçando a proteção dos interesses institucionais.

A estrutura da Procuradoria Setorial conta com a Gerência de Processos Administrativos – GPA, responsável pela atuação consultiva e contenciosa em matéria de pessoal, incluindo a análise de minutas de atos normativos, editais de processos seletivos e processos administrativos disciplinares, possibilitando adequada alocação dos recursos humanos e o alcance dos resultados institucionais.

A atuação da unidade orienta-se pelos princípios da legalidade, eficiência e integridade, priorizando a qualidade e o impacto das manifestações jurídicas no fortalecimento da governança institucional da SEAD.

A Corregedoria Setorial integra a estrutura do Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado da Administração. No âmbito das competências regulamentares, atua em apoio às unidades da Pasta, com foco na atividade correcional e na responsabilização administrativa, responsável por realizar investigações preliminares

para apuração de irregularidades funcionais, pela apuração de responsabilidades de servidores e de fornecedores, bem como pelo apoio às ações de controle e integridade, em articulação com a Controladoria Geral do Estado, e pela apuração de responsabilidades decorrentes de danos ao erário, por meio de processos de Tomada de Contas Especial. A atuação é orientada por integridade, impessoalidade, segurança jurídica e respeito ao devido processo legal, buscando assegurar responsabilização proporcional, prevenir reincidências e reduzir riscos institucionais, especialmente quanto a prescrição, nulidades processuais e falhas de instrução.

Como mecanismos de governança aplicados à rotina, destacam-se:

a) monitoramento de prazos e gestão do fluxo processual, com priorização de casos críticos e prevenção de prescrição;

b) padronização de procedimentos e registros, com adoção de modelos e rotinas de instrução processual;

c) distribuição de atribuições por Comissões, com competências definidas e reforço de responsabilização interna; e

d) tratamento de informações sensíveis, com cautelas de sigilo e rastreabilidade.

Quanto à gestão de riscos, a unidade prioriza, entre outros, os riscos de prescrição, retrabalho por nulidades, rotatividade e perda de conhecimento técnico, bem como riscos associados à confidencialidade. As medidas mitigadoras incluem acompanhamento sistemático de prazos, padronização de peças, orientação contínua às comissões, e estímulo à capacitação.

No tocante à Ouvidoria Setorial da SEAD, esta executa as atividades de ouvidoria da SEAD. A referida unidade atua sob orientação técnica da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, que também exerce a supervisão de suas atividades, conforme disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº 10.466, de 14 de maio de 2024.

Compete à Gerência da Ouvidoria Setorial — GEOS receber e tratar denúncias, reclamações, sugestões, opiniões, agradecimentos, elogios, críticas e pedidos de acesso à informação, encaminhados por quaisquer canais de comunicação, relacionados à prestação dos serviços públicos ofertados pela SEAD.

A partir da análise das manifestações recebidas, são elaborados relatórios de ouvidoria com o objetivo de subsidiar ações voltadas ao aprimoramento contínuo das atividades institucionais da Pasta, bem como fornecer diagnóstico qualificado dos serviços prestados, considerando a perspectiva dos agentes envolvidos e, especialmente, dos usuários dos serviços públicos.

Cabe, ainda, à Ouvidoria Setorial a gestão de riscos relacionados ao cumprimento dos prazos legais de atendimento e à qualidade das respostas apresentadas às manifestações registradas.

No tocante ao Escritório de Projetos Setorial, quanto à Governança de Projetos, a unidade administrativa constitui instância estratégica de governança responsável por promover a integração entre planejamento, execução, monitoramento e avaliação das iniciativas vinculadas ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026, atuando como elemento estruturante para a efetividade das políticas públicas sob a responsabilidade da Pasta.

Inserido no modelo de governança institucional, o Escritório de Projetos Setorial exerce papel articulador entre as áreas finalísticas, unidades administrativas e alta gestão, contribuindo para a organização, padronização e disseminação de práticas de gestão de projetos, programas e portfólio. Sua atuação possibilita o alinhamento das iniciativas estratégicas às diretrizes

governamentais, assegurando que os esforços institucionais estejam orientados ao cumprimento da missão organizacional, à consolidação da visão de futuro e à promoção dos valores institucionais.

No âmbito do apoio ao cumprimento dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais, a unidade desempenha funções relacionadas à priorização e acompanhamento do portfólio de projetos, monitoramento dos indicadores de desempenho, suporte metodológico às equipes executoras e consolidação de informações gerenciais que subsidiam o processo de tomada de decisão pela alta administração. Destaca-se, ainda, a atuação na identificação, análise e monitoramento dos riscos associados às iniciativas estratégicas, propondo medidas preventivas e corretivas que contribuam para a mitigação de impactos e aumento da probabilidade de alcance dos resultados planejados.

Quanto ao desempenho de suas competências institucionais, o Escritório de Projetos Setorial atua na definição e atualização de metodologias, instrumentos e padrões de governança e gestão, bem como na capacitação contínua dos servidores envolvidos na execução das iniciativas estratégicas. A unidade também promove a integração entre planejamento estratégico, gestão de projetos, gestão de processos e gestão de riscos, fortalecendo a cultura de gestão orientada a resultados e baseada em evidências.

Para o alcance de seus objetivos, a unidade conta com equipe técnica multidisciplinar, cuja alocação é orientada pela complexidade e criticidade das iniciativas estratégicas sob acompanhamento. Os recursos humanos são mobilizados de forma a garantir suporte técnico, acompanhamento sistemático e assessoramento às unidades executoras. No que se refere aos recursos orçamentários e financeiros, a unidade atua no acompanhamento da execução das iniciativas estratégicas, contribuindo para a adequada aplicação dos recursos públicos e para a observância dos princípios da eficiência, economicidade e transparência.

Em relação aos recursos materiais e tecnológicos, o Escritório de Projetos Setorial utiliza sistemas corporativos e ferramentas de gestão que permitem o monitoramento contínuo do desempenho das iniciativas, a consolidação de relatórios gerenciais e o compartilhamento de informações estratégicas entre os diversos níveis organizacionais, fortalecendo a comunicação institucional e a transparência das ações governamentais.

No tocante à gestão de riscos, a unidade atua de forma integrada às áreas responsáveis, promovendo a identificação sistemática de riscos estratégicos e operacionais, o acompanhamento dos planos de tratamento e a avaliação contínua do ambiente organizacional, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e para a melhoria dos processos de governança.

A Superintendência de Gestão Integrada – SGI integra a estrutura organizacional da SEAD, conforme o Decreto nº 10.437/2024, exercendo papel estratégico na articulação entre planejamento, execução, monitoramento, controle e avaliação dos resultados institucionais. Sua atuação está diretamente alinhada ao Plano Estratégico 2023-2026, assegurando coerência entre diretrizes estratégicas, desempenho organizacional e geração de valor público.

No exercício de 2025, por meio de suas unidades internas, a SGI fortaleceu a governança institucional, a modernização administrativa, a conformidade contábil e a infraestrutura tecnológica da SEAD, assegurando suporte técnico qualificado à execução das políticas públicas.

No campo da governança informacional e contábil, foram elaborados relatórios gerenciais produzidos a partir do Business Objects e

conciliados com os demonstrativos extraídos do Sistema de Contabilidade Governamental, permitindo a consolidação de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais. A integração dessas bases viabilizou a construção de painéis dinâmicos no Power BI, possibilitando análises horizontais e verticais dos resultados alcançados pela Secretaria, acompanhamento de séries históricas de despesas das unidades orçamentárias e qualificação das prestações de contas. Essa sistematização ampliou a transparência, fortaleceu a tomada de decisão e aprimorou o monitoramento institucional.

No modelo de governança da SEAD, a SGI ocupa posição estruturante, promovendo integração entre os níveis estratégico, tático e operacional. A Superintendência coordena unidades responsáveis por planejamento, dados, gestão de pessoas, orçamento, execução financeira, contabilidade, contratações, convênios, logística, infraestrutura e modernização de processos, favorecendo atuação sistêmica e decisões baseadas em evidências.

A governança é operacionalizada por meio de processos formalizados, definição clara de responsabilidades, segregação de funções, utilização de sistemas corporativos, monitoramento de indicadores e adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos. A atuação integrada das gerências permite identificar riscos institucionais, implementar medidas preventivas e corretivas, assegurar conformidade normativa e fortalecer a transparência e a prestação de contas.

A alocação de recursos humanos especializados, o uso racional dos recursos orçamentários e financeiros e a adequada gestão de contratos, infraestrutura e sistemas corporativos garantem suporte técnico e operacional às áreas finalísticas da SEAD. Esse arranjo institucional contribui para decisões estratégicas mais seguras, maior eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.

Nesse contexto, cada Gerência vinculada à SGI exerce papel específico e complementar na consolidação da governança institucional.

Na abrangência da Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados – GESTD, atua-se como eixo estruturante da governança informacional, sendo responsável pela padronização, consolidação e análise dos dados institucionais. Desenvolve relatórios gerenciais, painéis e análises estatísticas e econométricas que subsidiam indicadores estratégicos, projeções e simulações de cenários. Sua atuação fortalece a tomada de decisão baseada em evidências, amplia a confiabilidade das informações e qualifica a prestação de contas.

No cerne dessa engrenagem a Gerência de Planejamento Institucional – GPI, que dentre suas competências regulamentares é responsável por propor, desenvolver e supervisionar o modelo de governança setorial, com vistas à consecução das metas institucionais, atua articulando entre os níveis estratégico, tático e operacional, coordenando e monitorando a execução do Plano Estratégico 2023-2026, no acompanhamento de metas, análise de desempenho e gestão de riscos, assegurando alinhamento das iniciativas à missão institucional. Vinculada tecnicamente ao sistema estadual de planejamento, orçamento e finanças, fortalece a integração entre áreas, a transparência e a eficiência na execução das políticas públicas.

Conferindo materialidade do fluxo de governança a Gerência de Apoio Administrativo e Logístico – GEAP, responsável pela gestão administrativa e logística, assegura o suporte operacional necessário ao funcionamento das unidades da Secretaria. Atua na organização de fluxos, no controle, distribuição, manutenção e conservação da carga patrimonial, controle e distribuição de serviços contratados para a SEAD, acompanhamento de contratos e racionalização de

recursos, contribuindo para a eficiência administrativa e mitigação de riscos operacionais.

Adensando essa estrutura de integridade a Gerência de Convênios e Governança Corporativa – GCGC fortalece os mecanismos de controle, integridade e gestão de riscos relacionados às transferências voluntárias e às práticas de governança institucional. Atua por meio de rotinas estruturadas, emissão de pareceres técnico e interlocução com órgãos de controle, além de apoiar a implementação de práticas de Compliance e gestão de riscos, contribuindo para transparência e conformidade.

No que tange à Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial - GEINFRA, responsável pela manutenção preventiva, corretiva e preditiva das unidades administrativas e de atendimento vinculadas à SEAD, assegura condições adequadas de funcionamento, segurança e acessibilidade. Realiza fiscalização contratual, elaboração de projetos e laudos técnicos, mitigando riscos estruturais e garantindo continuidade dos serviços públicos.

Imbuída pela maturidade organizacional de processos a Gerência de Modernização Institucional e Processos – GEMOP atua de forma transversal na gestão por processos, promovendo padronização, racionalização e melhoria contínua. Realiza mapeamento e redesenho de fluxos, identifica gargalos e oportunidades de aprimoramento e fortalece a cultura de inovação e eficiência. Sua atuação contribui para decisões mais seguras, redução de retrabalho e aumento da maturidade organizacional.

Assegurando rigor técnico a Gerência de Contabilidade – GECONT atua na conformidade normativa e transparência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Realiza registros contábeis, conciliações, demonstrativos, análises econômico financeiras e monitoramento sistemático das informações fiscais. Utiliza sistemas corporativos e mecanismos de controle interno que reduzem riscos materiais e ampliam a rastreabilidade dos atos administrativos.

A atuação de forma estratégica da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – GGDP atua no provimento, desenvolvimento, acompanhamento funcional e implementação de políticas de valorização e capacitação dos servidores. Contribui para o fortalecimento da governança ao assegurar conformidade legal, gestão adequada da força de trabalho e mitigação de riscos relacionados à área de pessoal.

Na área de operação, controle e monitoramento da execução orçamentária e financeira a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira - GEOF assegura conformidade legal e responsabilidade fiscal. Realiza análise prévia dos processos, verifica disponibilidade orçamentária, acompanha cronogramas de desembolso e restos a pagar, mitigando riscos de descontinuidade contratual e geração de passivos.

A Gerência de Compras Governamentais – GECG coordena e supervisiona o ciclo completo das contratações públicas, desde o planejamento até o acompanhamento da execução contratual. Atua na padronização de procedimentos, mitigação de riscos, alinhamento entre planejamento e orçamento e interlocução com órgãos de controle, fortalecendo integridade, transparência e eficiência administrativa.

Dessa forma, a Superintendência de Gestão Integrada consolida-se como eixo central da governança da SEAD, promovendo integração institucional, uso eficiente de recursos, gestão de riscos estruturada e suporte qualificado à tomada de decisão estratégica, contribuindo diretamente para a efetividade das políticas públicas e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Na esfera da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, em 2025 esta organizou a governança do processo de liquidação da PRODAGO em liquidação e de suas incorporadas para viabilizar o encerramento com segurança jurídica e previsibilidade. A condução observou o rito do Decreto Estadual nº 9.659/2020 e foi sustentada por rotinas de controle e conferência, organização documental e consolidação dos inventários, com foco no saneamento de pendências históricas. No período, a atuação também exigiu articulação permanente com instâncias fiscais e judiciais e o direcionamento da realização de ativos para a quitação de passivos, ao mesmo tempo em que se buscou reduzir, de forma progressiva, a necessidade de repasses do Estado para manutenção da estrutura. Essas medidas deixaram estruturadas as condições técnicas e jurídicas para a etapa final do processo e para a extinção definitiva no exercício seguinte.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo – DEEG está inserida no modelo de governança pública adotado pelo Poder Executivo Estadual, estruturado a partir de mecanismos de liderança, estratégia e controle, com vistas à efetividade das políticas públicas e à geração de valor público à sociedade.

No âmbito do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, instituído pelo Decreto nº 10.263, de 19 de maio de 2023, a Escola de Governo atua de forma estratégica no eixo de desenvolvimento e capacitação de pessoas, contribuindo para a orientação, capacitação e apoio às unidades setoriais da Administração Pública, conforme previsto no art. 10, inciso VII, do referido Decreto. Essa atuação está alinhada ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026, ao Plano de Governo e aos demais instrumentos de planejamento governamental.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo integra, ainda, como unidade central, a Rede de Gestão de Pessoas do Estado, instituída pelo Decreto nº 10.275, de 22 de junho de 2023, cuja finalidade é promover a atuação estratégica, integrada e sistêmica na gestão e no desenvolvimento de pessoas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Nesse contexto, a Escola de Governo contribui para o alinhamento de diretrizes, a uniformização de processos, a disseminação de boas práticas e o fortalecimento das competências institucionais, especialmente por meio da qualificação de lideranças e do gerenciamento de competências por área de conhecimento.

A estrutura organizacional da DEEG é composta pela Gerência de Desenvolvimento Profissional – GDP, Gerência do Ensino Superior e Projetos Pedagógicos – GESPP, Gerência do Laboratório de Inovação em Desenvolvimento de Pessoas – PequiLab, Coordenação Administrativa, Coordenação de Publicações e Produções Científicas e Assessorias vinculadas ao PequiLab. Essa configuração organizacional favorece a atuação integrada entre as áreas finalísticas e de suporte, garantindo maior eficiência na execução das ações institucionais. Além disso, assegura a adequada alocação, utilização e gestão dos recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais e tecnológicos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na administração pública.

No que se refere aos mecanismos de liderança e de tomada de decisão, a governança interna da Escola de Governo é operacionalizada por meio de reuniões periódicas de alinhamento com as gerências, reuniões com as equipes de trabalho e encontros gerais com os colaboradores, com o objetivo de acompanhar a execução dos projetos e ações, monitorar resultados, promover a integração das equipes e subsidiar o processo decisório estratégico, tático e operacional.

No âmbito do planejamento e monitoramento, as ações da Escola de Governo estão alinhadas ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026 e aos

Objetivos e Resultados-Chave (OKRs), sendo acompanhadas por meio dos instrumentos de governança institucional.

Na esfera estratégica, foi estabelecido um modelo de governança da carteira de Projetos Prioritários de Governo, sob a coordenação da Secretaria Geral da Governadoria – SGG, que desenvolveu o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento dos Projetos Governamentais – GOMAP com regras próprias e periodicidade para o monitoramento das ações.

Quanto ao controle e à gestão de riscos, a Escola de Governo atua tanto no fortalecimento interno das práticas de governança quanto na capacitação dos servidores públicos estaduais. Nesse sentido, destaca-se a certificação em Compliance Público, ofertada pela Escola de Governo, que em 2025 capacitou 4.614 servidores, distribuídos nos seguintes eixos: (I) estruturação das regras e instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; (II) fomento à transparência; (III) responsabilização; e (IV) gestão de riscos. Essa iniciativa contribui diretamente para o aprimoramento do processo de tomada de decisão, para o fortalecimento dos controles internos e para a mitigação de riscos institucionais no âmbito da Administração Pública Estadual.

Dessa forma, a DEEG contribui para a efetividade da governança da SEAD ao alinhar sua atuação aos objetivos estratégicos, táticos e operacionais, ao promover a integração entre os diversos atores institucionais e ao fortalecer as capacidades do Estado por meio do desenvolvimento contínuo de pessoas.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS atua de forma alinhada ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026 e às diretrizes institucionais adotadas no âmbito da Pasta, contribuindo para a implementação da política de segurança e saúde no trabalho dos servidores estaduais. Para tanto, no exercício de 2025, a unidade manteve atuação articulada com a alta administração, unidades setoriais e órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

No âmbito de suas competências, a DESSS é responsável pela coordenação das ações de saúde e segurança do trabalho, pela prevenção e promoção da saúde do servidor público estadual, bem como pela condução das atividades da Junta Médica Oficial do Estado. Em 2025, tais atribuições foram executadas por equipe multidisciplinar composta por médicos peritos, médicos do trabalho, profissionais de segurança do trabalho, equipe psicossocial e quadro técnico-administrativo.

A Diretoria apoia o cumprimento dos objetivos da Pasta, especialmente por meio do suporte técnico, da produção de informações gerenciais e da gestão de riscos relacionados às atividades periciais e de saúde e segurança ocupacionais.

No que se refere à gestão de riscos, a DESSS monitora a conformidade com os normativos de saúde e segurança do trabalho, o cumprimento dos prazos judiciais e a sustentabilidade dos processos de trabalho. As ações de mitigação de riscos são conduzidas em alinhamento ao Programa de Compliance Público – PCP.

Destaca-se, por fim, que a unidade permaneceu orientada por princípios de ética, transparência e melhoria contínua, buscando fortalecer a governança da saúde e segurança do servidor e contribuir para a geração de valor público no âmbito da Administração Pública estadual.

Na área de tecnologia da informação, a Superintendência de Sistemas de Informação – SSI participa ativamente do Comitê Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC, conforme disposto na Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC, instituída pelo Decreto Estadual nº 10.678, de

16 de abril de 2025, o qual define as diretrizes para a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC na esfera da Administração estadual. No âmbito da SEAD, são definidas e acompanhadas as ações e os projetos prioritários de TIC para atendimento à estratégia da pasta, seja por meio de reuniões de acompanhamento com o Titular da Pasta, seja em reuniões de status com o Escritório de Projetos Setorial da SEAD.

Além disso, a alocação de recursos nos projetos que possuem entregas de TIC depende primeiramente de priorização desses projetos pelo Comitê de Governança de Projetos da SEAD, instituído pela Portaria n.º 1028/2023. Destacam-se os avanços obtidos durante o ano de 2025, no qual foi estabelecido um fluxo processual institucional de gestão de mudanças em projetos, de forma que atuação da equipe de Tecnologia da Informação – TI esteja respaldada e alinhada às prioridades estratégicas da Pasta.

Além do exposto, no ano de 2025 foi concluído um processo seletivo de profissionais temporários para a SSI. Esse processo contemplou especificamente um profissional Especialista em Governança Corporativa de Tecnologia da Informação a fim de fortalecer o corpo técnico da Superintendência e evidenciar o compromisso com a melhoria de seus processos internos.

A gestão de riscos é realizada em conformidade com o Programa de Compliance Público – PCP do Poder Executivo do Estado de Goiás. A partir dos riscos mapeados e as ações de controle implementadas é possível monitorar e realizar um gerenciamento preventivo de sua materialização.

Dessa forma, a área de tecnologia da informação passou a ter um foco maior na estratégia da Secretaria, sem deixar de lado a operação, identificando desafios e oportunidades e sugerindo caminhos mais eficientes para a criação de valor.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, as Superintendências vinculadas à mesma exercem papel estratégico na organização, coordenação e monitoramento das ações relacionadas às compras públicas, à gestão do patrimônio imobiliário, ao patrimônio mobiliário, às frotas, aos suprimentos e à logística documental no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás.

Neste sentido, a Superintendência Central de Compras e Contratos – SCC é responsável por estabelecer políticas, diretrizes e procedimentos relacionados às compras e contratações da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás. Suas competências compreendem a governança das contratações públicas, a centralização de licitações de interesse comum, visando à eficiência e à economicidade, a definição e o monitoramento das diretrizes para os Planos de Contratações Anuais, bem como a padronização de documentos e processos de compras.

A Superintendência atua, ainda, no aprimoramento do relacionamento com fornecedores, no estímulo à inovação e na prospecção de soluções que ampliem a efetividade das contratações públicas, além de fomentar a competitividade nos certames. Também é responsável pela implementação de medidas voltadas à transparência e à modernização dos processos de contratação, com ênfase na utilização de sistemas eletrônicos de compras e tecnologias que assegurem amplo acesso à informação, integridade dos procedimentos e ampliação da competitividade.

Dessa forma, a atuação da Superintendência Central de Compras e Contratos contribui para o alinhamento das demandas dos órgãos estaduais às boas práticas de gestão em compras e contratações públicas, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos e o fortalecimento da gestão administrativa no âmbito do Estado de Goiás.

A gestão dos imóveis públicos estaduais constitui uma política pública essencial para assegurar eficiência e transparência na administração. Essa gestão abrange a manutenção de cadastros, preservação de documentos, avaliação e correção de limites, bem como participação em transações diversas, como venda, doação e permuta, além da alimentação de sistemas eletrônicos. A administração da regularização fundiária, conforme a Lei nº 20.954/2020, é indispensável para assegurar o direito constitucional à moradia e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

A gestão pública do patrimônio imobiliário é essencial para o funcionamento eficiente de um Estado, pois impacta diretamente na administração dos recursos públicos, na qualidade de vida dos servidores e cidadãos, e na preservação ambiental. Um gerenciamento adequado permite a utilização racional dos imóveis, evitando desperdícios e otimizando os recursos. Por meio do planejamento estratégico, é possível reduzir custos com aluguel e manutenção, além de promover práticas sustentáveis, como economia de energia e valorização ambiental.

Isto posto, a conservação dos imóveis públicos garante a preservação do patrimônio e reduz despesas com reparos emergenciais. A requalificação de imóveis ociosos ou a sua alienação pode gerar receitas significativas, que podem ser reinvestidas em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura. Essa valorização e uso estratégico também contribuem para a revitalização de áreas urbanas degradadas, promovendo o desenvolvimento social e econômico.

Além disso, a gestão eficiente dos imóveis públicos tem um impacto direto na qualidade de vida dos servidores e usuários. Imóveis bem conservados e funcionais proporcionam ambientes de trabalho mais seguros e agradáveis, aumentando a produtividade e satisfação dos servidores. Paralelamente, a disponibilização de uma infraestrutura pública de qualidade melhora os serviços oferecidos à população, promovendo maior bem-estar social.

O planejamento e controle do patrimônio imobiliário também desempenham um papel essencial na governança do Estado. A manutenção de um cadastro atualizado e regularizado permite maior transparência e agilidade na tomada de decisões, além de evitar problemas legais e administrativos. Por fim, o uso estratégico desse patrimônio fortalece as políticas públicas e alinha os imóveis às prioridades governamentais, consolidando uma gestão moderna, eficiente e sustentável.

Neste sentido, a Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário – SUPATI, possui competência estratégica na formulação das políticas públicas, na organização e no acompanhamento geral da execução da gestão do patrimônio imobiliário estadual.

Desde 2019, o Estado vem atuando para transformar a gestão patrimonial, a qual se encontrava em situação de descontinuidade operacional e fragilidade estrutural, decorrente de gestões anteriores. A gestão foi reestruturada sucessivamente, até que em 2023, foi criada a Subsecretaria de Logística e Patrimônio, com a criação desta Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário, com atribuições exclusivas na gestão dos bens imóveis estaduais.

Dentre as suas competências destacam-se, resumidamente:

- Gerir, coordenar e supervisionar a política de gestão do patrimônio imóvel da administração direta, autárquica e fundacional;
- Manter interlocução com gestores patrimoniais federais e de outras esferas;
- Coordenar a guarda e conservação dos bens imóveis sem destino especial;

- Supervisionar a regularização cartorial;
- Apreciar transferências, cessões, aquisições, alienações, doações, permutas, desapropriações, demarcações e usucapiões;
- Pronunciar-se quanto à conveniência e oportunidade de novas instalações;
- Coordenar inventários;
- Propor alienação de imóveis não utilizados;
- Assistir demandas judiciais pertinentes; e
- Coordenar a Política Estadual de Regularização Fundiária das ocupações de imóveis públicos, exceto aquelas de interesse social e de terras devolutas.

Evidencia-se que todos os procedimentos relativos aos imóveis estaduais são geridos pela SUPATI, desde a aquisição até a alienação dos mesmos.

Ainda, a SUPATI mantém comunicação ativa com os órgãos e entidades por meio da Rede de Patrimônio – REDEPAT, integrante do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, criado pela Lei nº 21.792/2023, com foco em diretrizes, comunicação, padronização, capacitação, disseminação de boas práticas e uso de ferramentas inovadoras.

A Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário – SCLPM, é responsável pela gestão de bens móveis, bem como o estabelecimento de políticas e diretrizes para gestão de suprimentos, frotas e logística documental nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás.

A SCLPM formula e difunde políticas aplicadas a patrimônio móvel, frotas, suprimentos, gestão documental, Arquivo Central do Estado, arquivos setoriais e processo eletrônico, promovendo governança, centralização de indicadores, monitoramento das ações setoriais e padronização de processos e normativas.

No âmbito do patrimônio mobiliário, a atuação ocorre de forma integrada à Rede de Patrimônio – REDEPAT, vinculada ao Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, com foco na padronização de procedimentos, automação de rotinas, capacitação das unidades setoriais, fortalecimento da governança e promoção da inovação, assegurando uniformidade de práticas em todo o Poder Executivo estadual.

Na gestão de suprimentos, desenvolvem-se políticas e diretrizes voltadas à administração de estoques de materiais não permanentes, contribuindo diretamente para o Plano Estratégico SEAD 2023-2026, especialmente o OKR Estratégico do segmento Órgãos e Entidades Públicas: Nos tornamos o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, para estabelecer novos padrões de excelência em gestão pública. Foram modelados processos do macroprocesso “Administrar bens de consumo”, com atuação junto a 39 órgãos e 1.237 usuários do sistema corporativo. Para a execução das ações, foram alocados 12 servidores, totalizando 14.400 horas-homem, além de investimento de R$ 150 mil em capacitações e ferramentas analíticas. Como resultados, alcançou-se índice de 94,1% de acuracidade em estoques compostos por 21.888 itens, capacitação de 340 servidores e atendimento a 1.740 suportes técnicos, promovendo maior eficiência operacional e mitigação de riscos de desabastecimento ou excesso de materiais.

No que se refere à gestão de frotas, são coordenadas e supervisionadas as atividades relacionadas à utilização de veículos, máquinas e equipamentos, com proposição de normas, capacitação das unidades setoriais, monitoramento de sistemas eletrônicos e racionalização de gastos públicos, assegurando transparência,

conformidade legal, eficiência operacional e maximização da vida útil dos ativos.

Quanto à logística documental, a atuação compreende o planejamento, normatização e coordenação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, incluindo definição de padrões, integrações, suporte técnico e capacitação de usuários, além da gestão do Arquivo Central do Estado. São estabelecidas normas, métodos e procedimentos para organização, guarda, preservação, avaliação, destinação e recuperação de documentos físicos e digitais, com monitoramento de indicadores e promoção de boas práticas, garantindo integridade das informações, segurança jurídica e melhoria contínua dos processos institucionais.

No contexto de atuação da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos – SUBINOVAÇÃO, esta tem como função a organização, coordenação e supervisão técnica de suas unidades administrativas diretamente subordinadas, quais sejam: Coordenação dos Aprendizes do Futuro; Superintendência Central de Transformação Pública – SCTP; Superintendência de Inovação da Gestão Pública – SUPERINOVA; e a Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão – SGAC.

Compete ainda à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos a coordenação da Política de Transformação Digital da Gestão e dos Serviços Públicos, bem como da Política de Atendimento ao Cidadão.

A SCTP, regulamentada pelos Decretos nº 10.218/2023 e nº 10.437/2024, exerce papel estratégico na condução da política de transformação e modernização da gestão e dos serviços públicos estaduais. Sua atuação está orientada ao fortalecimento da capacidade institucional do Estado, por meio da formulação, coordenação e execução de programas, projetos e iniciativas voltadas à inovação, simplificação, digitalização e geração de valor público.

Nesse contexto, promove a disseminação de metodologias, boas práticas e instrumentos de gestão, além de prestar assessoramento técnico especializado aos órgãos e entidades em temas como modelos organizacionais, gestão e governança de processos e serviços, experiência do usuário e avaliação da gestão e dos serviços públicos. Também coordena a gestão da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás e da Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, a arquitetura de processos, as jornadas dos usuários (cidadão e servidor) e o Mapa de Transformação de Serviços; apoia a governança do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, do Programa EXPRESSO e do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos; monitora dados e evidências para qualificação da tomada de decisão; valida atos e estruturas organizacionais; e conduz estratégias integradas de melhoria contínua da administração pública e da entrega de serviços à sociedade.

No exercício de 2025, as iniciativas foram alinhadas ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, e estruturadas em quatro eixos prioritários: transformação de processos; gestão e oferta de serviços públicos; ampliação dos mecanismos de monitoramento e avaliação; e fortalecimento institucional. Tais frentes contribuíram diretamente para o avanço do OKR Estratégico do segmento Cidadãos: Garantimos o acesso humanizado e igualitário aos serviços do Estado até dezembro de 2026, oferecendo atendimento com excelência, e transformando digitalmente os serviços públicos passíveis de digitalização, para melhorar a qualidade de vida da população.

Para assegurar a execução integrada das entregas estratégicas, a SCTP encontra-se estruturada em unidades administrativas complementares que atuam de forma sinérgica, orientadas pela governança colaborativa e alinhada à abordagem metodológica do

Laboratório de Transformação da Gestão e dos Serviços Públicos – TransformaLAB, consolidando um modelo institucional voltado à inovação, à geração de resultados e à transformação ágil e sustentável da administração pública.

A SCTP conta com uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em gestão de projetos, gestão por processos, gestão da inovação e transformação digital, além de profissionais de apoio técnico e administrativo essenciais à execução das ações, programas e iniciativas sob sua responsabilidade. Essa estrutura fortalece a capacidade institucional para conduzir projetos estratégicos, promover a melhoria contínua da gestão pública e impulsionar a transformação da gestão e dos serviços públicos prestados à sociedade.

Por meio da Gerência de Modelos Organizacionais - GMO, atua na definição de padrões, metodologias e boas práticas voltadas à organização administrativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Presta assessoramento técnico na estruturação de unidades organizacionais, elaboração e revisão de regulamentos e atos normativos, bem como na emissão de pareceres relacionados a mudanças organizacionais, contribuindo para a coerência jurídica, regulatória e institucional das propostas. Também promove capacitações, dissemina conhecimento técnico, monitora resultados das ações, integra unidades setoriais, mantém atualizadas as bases de dados organizacionais e contribui para a governança e regulamentação do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, com foco na modernização da gestão e na qualificação dos serviços públicos.

Por meio da Gerência do Escritório de Processos, estrutura e dissemina a gestão por processos no âmbito do Poder Executivo estadual, estabelecendo padrões, metodologias e instrumentos de apoio à melhoria contínua. Atua no suporte aos órgãos e entidades na identificação, modelagem, análise e aprimoramento de processos de trabalho e serviços públicos, além de coordenar a gestão da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás e a arquitetura de processos. Promove capacitações, integra unidades setoriais, monitora indicadores e níveis de maturidade em gestão por processos e realiza diagnósticos organizacionais orientados à eficiência e à simplificação administrativa. Sua atuação contribui para o alinhamento entre processos operacionais e objetivos estratégicos institucionais, fortalece mecanismos de governança e tomada de decisão baseada em evidências e amplia a capacidade de implementação de políticas públicas por meio de processos mais integrados, interoperáveis e orientados a resultados, promovendo maior eficiência administrativa e geração de valor à sociedade.

Por meio da Gerência de Gestão da Carta de Serviços, estrutura, padroniza e acompanha a gestão da Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, apoiando órgãos e entidades na adoção de boas práticas, na atualização e qualificação das informações e na melhoria contínua dos serviços públicos. Atua na promoção da transparência, na aplicação de linguagem simples e na orientação para serviços centrados nas necessidades do cidadão. Também realiza capacitações, integra equipes setoriais, monitora indicadores e resultados, acompanha o Mapa de Transformação de Serviços, testa e avalia serviços sob a perspectiva do usuário e conduz diagnósticos de maturidade em gestão de serviços, contribuindo para o fortalecimento da governança e da qualidade das entregas públicas.

Por meio da Gerência de Experiência do Usuário, atua na promoção de uma gestão pública e de serviços públicos mais simples, eficientes e centrados nas necessidades das pessoas, estabelecendo metodologias, padrões e boas práticas orientadas à experiência do cidadão e do servidor. Apoia órgãos e entidades na melhoria contínua dos serviços, promove a cultura de inovação, cocriação e participação

dos usuários e conduz atividades relacionadas ao mapeamento e à gestão das jornadas dos usuários. Também aplica linguagem simples, testa e valida serviços com participação direta dos públicos atendidos, monitora resultados e acompanha o Mapa de Transformação de Serviços sob a ótica da experiência, além de manter iniciativas colaborativas que fortalecem a melhoria contínua e a geração de valor público.

Por meio da Gerência de Avaliação da Gestão e dos Serviços Públicos, estrutura e conduz processos contínuos de avaliação da gestão e dos serviços estaduais, definindo metodologias, indicadores e instrumentos de monitoramento que subsidiam decisões estratégicas e aprimoramentos institucionais. Atua no apoio técnico aos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, promove capacitações, integra unidades setoriais, consolida diagnósticos e níveis de maturidade da gestão e avalia o SIGES, contribuindo para sua governança e evolução. Também assessora instâncias estratégicas, como o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos e a governança do Programa EXPRESSO, articula soluções para problemas identificados em serviços presenciais e digitais e fortalece a cultura de avaliação, resultados e melhoria contínua na administração pública.

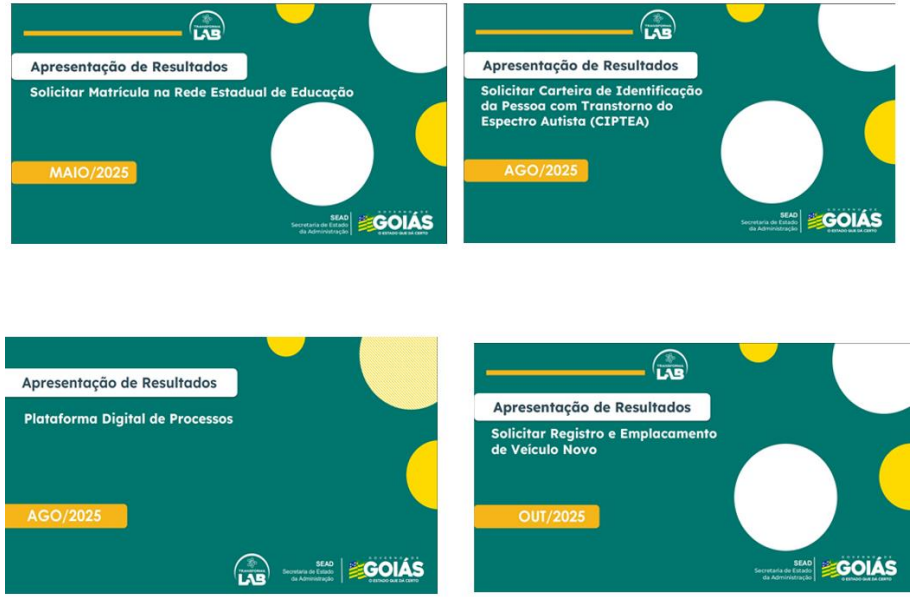
No exercício de 2025, as unidades administrativas da SCTP, no que tange à execução do Plano Estratégico da SEAD, atuaram de forma integrada na gestão dos KRs (Resultados-Chave - do inglês, Key Results).

Foram concluídos 5 KRs operacionais do KR Tático “Transformamos 10 serviços públicos estaduais”, quais sejam:

1. Realizamos a transformação do serviço “Matrícula Escolar” na SEDUC;
2. Realizamos a transformação da Plataforma Digital de Processos;
3. Realizamos a transformação do serviço “Passe Livre da Pessoa com Deficiência”;
4. Transformamos o serviço “Solicitar o Registro e Emplacamento de Veículo Novo” - DETRAN; e
5. “Solicitar Carteira de Identificação da Pessoa Autista” da SEDS.

Estes resultados refletem o avanço da transformação digital, da simplificação administrativa e da melhoria da experiência dos usuários dos serviços públicos estaduais.

Figura 8 – Apresentações de Resultados de Transformações de Serviços Públicos



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

A Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão – SGAC atua de forma alinhada ao OKR Estratégico do segmento Cidadãos: Garantimos o acesso humanizado e igualitário aos serviços do Estado até dezembro de 2026, oferecendo atendimento com excelência, e transformando digitalmente os serviços públicos passíveis de digitalização, para melhorar a qualidade de vida da população.

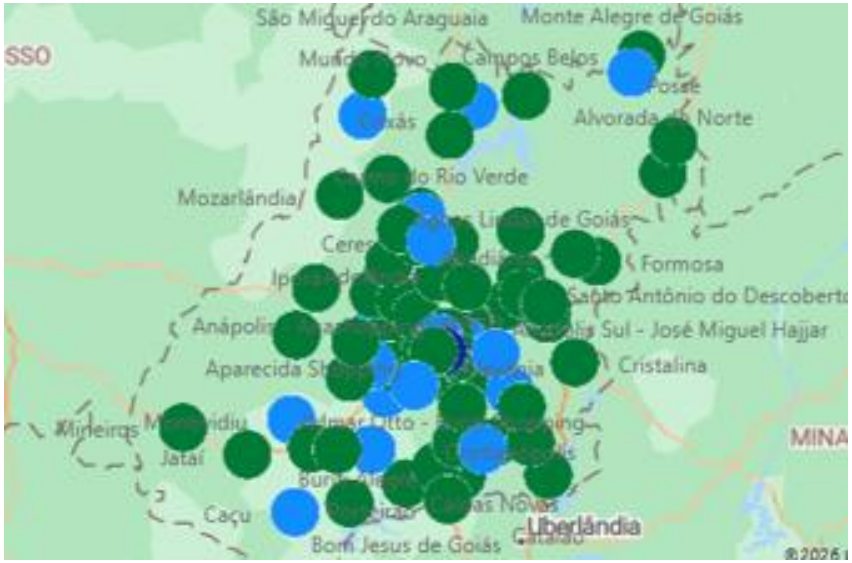
Compete à SGAC coordenar, padronizar e supervisionar as atividades de atendimento ao cidadão no estado de Goiás, incluindo: articulação com órgãos estaduais e municípios, gestão de programas, definição de serviços ofertados nas unidades, suporte administrativo e operacional, implementação de projetos e tecnologias, aplicação das normas do padrão de atendimento e gestão do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ.

É responsável, ainda, pela gestão do Programa Vapt Vupt, com estrutura composta por três unidades administrativas, realizando visitas técnicas e reuniões de alinhamento, assegurando suporte contínuo às unidades do Programa.

Atualmente, o Estado conta com 78 unidades Vapt Vupt de atendimentos presenciais, e 14 unidades Expresso Balcão. Em 2025, foram registrados aproximadamente 7,4 milhões de atendimentos, com tempo médio de espera de 8 minutos e índice médio de satisfação de 84,49%.

A governança envolve gestão administrativa, controle de pessoal, capacitação e avaliação de desempenho, monitoramento de indicadores, gestão de contratos e convênios e relacionamento com parceiros. A equipe técnica multidisciplinar atua de forma integrada, com alocação estratégica de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, assegurando eficiência, gestão de riscos e foco em resultados.

Figura 9 – Unidades Vapt Vupt e Expresso Balcão no estado de Goiás



Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

A Superintendência de Inovação da Gestão Pública – SUPERINOVA, regulamentada pelo Decreto nº 10.437, de 2024, atua de forma integrada às instâncias de direção, coordenação e monitoramento estratégico, contribuindo para a efetividade das políticas públicas por meio de metodologias e práticas inovação, da articulação interinstitucional e do apoio às secretarias estaduais na formulação e implementação de iniciativas de inovação da gestão pública.

A atuação da unidade está orientada por um modelo de governança baseado na integração entre áreas, no acompanhamento sistemático das iniciativas e no fortalecimento da tomada de decisão baseada em evidências, de modo a apoiar o cumprimento dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais da Secretaria.

No âmbito interno, a governança da Superintendência de Inovação da Gestão Pública é estruturada a partir da atuação integrada de suas unidades gerenciais, organizadas de forma complementar para assegurar a adequada execução das competências institucionais, a coordenação das iniciativas estratégicas e o suporte técnico às áreas demandantes.

A Gerência de Inovação Aberta responde pela condução das iniciativas de inovação aberta, pela articulação com órgãos estaduais e com o ecossistema de inovação, bem como pelo apoio às áreas de negócio na identificação de oportunidades e na seleção de soluções inovadoras, com destaque para a operacionalização da Jornada de Inovação Aberta e dos processos de Contratação Pública para Solução Inovadora – CPSI.

A Gerência de Inovação e Projetos de Gestão atua na promoção da cultura de inovação, na estruturação e no acompanhamento de projetos de inovação, no apoio metodológico às áreas finalísticas e na organização de ações de mapeamento de problemas e ideação de soluções, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e de iniciativas inovadoras.

A Gerência de Inteligência de Negócios Públicos é responsável pelo monitoramento de tendências tecnológicas, pela avaliação de novas tecnologias, pelo apoio à tomada de decisão baseada em evidências e pelo desenvolvimento de estudos e projetos voltados à aplicação de soluções analíticas e de inteligência artificial na gestão pública, apoiando a identificação de oportunidades e a mitigação de riscos associados à adoção de novas tecnologias.

No âmbito da governança da inovação, a Superintendência exerce papel central na coordenação de iniciativas estruturantes. A unidade contribui diretamente para o processo de tomada de decisão estratégica, ao apoiar a definição, o planejamento e a priorização de iniciativas de inovação, bem como ao subsidiar as áreas demandantes no entendimento de problemas, na avaliação de alternativas tecnológicas, de modelos de contratação e da viabilidade das soluções.

No que se refere à gestão de riscos, a Superintendência adota práticas preventivas desde as fases iniciais de planejamento das iniciativas, com ênfase no mapeamento prévio de problemas, na validação de demandas junto às áreas finalísticas, na definição clara de escopo e na avaliação de riscos técnicos, jurídicos e operacionais associados à implementação de soluções inovadoras.

A SUPERINOVA desempenha suas competências por meio da mobilização de sua equipe técnica, responsável pela coordenação dos projetos, articulação institucional, apoio metodológico às áreas demandantes, organização de processos de seleção de soluções inovadoras e acompanhamento das iniciativas em desenvolvimento. A alocação dos recursos humanos é realizada de forma orientada às prioridades institucionais, concentrando esforços nas agendas estratégicas de inovação e modernização da gestão pública.

No âmbito da gestão de recursos materiais, equipamentos e infraestrutura, a unidade utiliza os recursos institucionais disponíveis para viabilizar as atividades de articulação, reuniões técnicas, acompanhamento de projetos e apoio às secretarias participantes.

Em relação aos recursos orçamentários e financeiros, a Superintendência atua de forma articulada com as áreas administrativas competentes da Secretaria, observando as diretrizes institucionais de planejamento, execução e controle, de modo a assegurar a viabilidade das iniciativas sob sua coordenação e o uso responsável dos recursos públicos.

Dessa forma, a Superintendência de Inovação da Gestão Pública contribui para o fortalecimento da governança institucional da SEAD ao promover a integração entre órgãos, a inovação na gestão pública, apoiar a tomada de decisão estratégica e estruturar mecanismos de mitigação de riscos para o alcance dos resultados institucionais.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, subordinada ao Gabinete do Secretaria de Estado da Administração, compreende-se como principal objetivo contribuir com a boa governança das empresas estatais goianas, que são empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo controle acionário, direto ou indiretamente, pertence ao Estado de Goiás.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, unidade central responsável por realizar a gestão e o desenvolvimento de pessoas em todo o estado de Goiás, exerce e executa suas atividades por meio de suas unidades administrativas subordinadas, quais sejam: Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal – SUCEP, Superintendência Central de Gestão de Pessoal – SUGEP e a Superintendência de Recrutamento e Seleção – SURES.

Quanto à Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal – SUCEP, esta exerce sua governança atuando diretamente nos diversos instrumentos de planejamento desenvolvidos pela Pasta. No Plano Estratégico SEAD 2023-2026, a SUCEP está vinculada ao OKR Estratégico do segmento Servidores Públicos: Tornamos o Poder Executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais, do qual destaca-se a atuação no KR1: Aumentamos o engajamento dos servidores em 30%.

Quanto à Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás, a SUCEP atua principalmente nos Macroprocessos de Suporte – Gestão de Pessoas.

Em relação ao Plano Plurianual – PPA 2024-2027, em 2025, a SUCEP foi responsável pelo Programa 1025 - M.O.V.E. Goiás, Ação 2437 - Melhoria de Metodologias e Processos de Gestão de Pessoas, Produto 20779 - Produto de Gestão da Iniciativa Gestão de Pessoas Otimizada, Serviço 20778 - Dimensionamento da Força de Trabalho por Órgão ou Entidade Realizado.

No portfólio de projetos da SEAD, a SUCEP permaneceu à frente dos projetos do Eixo Gestão de Pessoas: Meta 6.24 - Planejamento da Força de Trabalho e Meta 6.25 – PROMOVE.

Assim, as ações de governança executadas pela SUCEP e suas unidades vinculadas tiveram como foco o cumprimento dos objetivos estratégicos e dos projetos prioritários da SEAD, dos produtos do PPA vigente da SEAD, além do atendimento a outras demandas específicas.

Quanto à Superintendência Central de Gestão de Pessoal – SUGEP, unidade básica subordinada à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da SEAD, esta tem como objetivo a gestão de pessoal, incluindo o controle de cargos, as despesas com pessoal no âmbito do Poder Executivo estadual, de que tratam os incisos VIII e X do art. 17 da Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023, promovendo uma gestão transformadora nessa área e oferecendo serviços de excelência principalmente aos servidores estaduais, alinhada à missão da SEAD.

A SUGEP está vinculada ao objetivo estratégico do Plano Estratégico SEAD 2023-2026, do segmento Servidores Públicos, sendo responsável pela gestão e o controle da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas previdenciários, além das pessoas sem vínculos do Poder Executivo estadual.

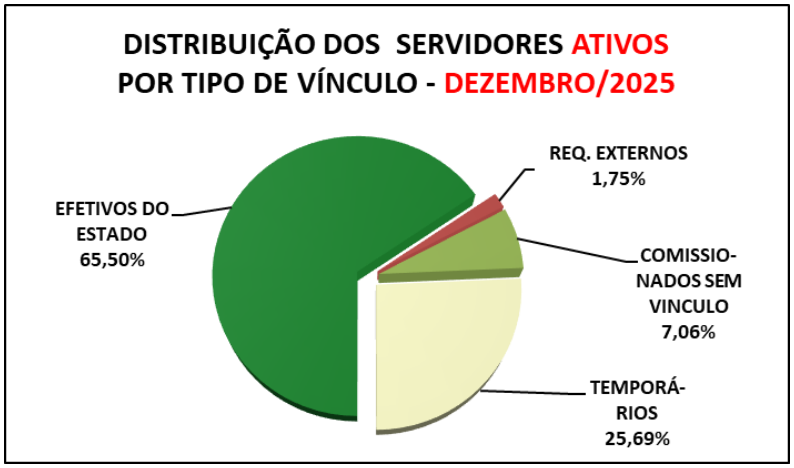
Considerando a posição (dezembro/2025), conforme quadro abaixo, o Poder Executivo estadual conta com 90,2 mil servidores ativos em sua folha de pagamento (considerando os efetivos, requisitados de prefeituras, estados, empresas públicas ou da União, comissionados sem vínculo e contratados temporariamente). Os inativos e pensionistas previdenciários somam 72,3 mil. As pessoas sem vínculo (estagiários, jetons, pensionais especiais etc.) somam 4,5 mil pessoas, totalizando mais de 167,1 mil vínculos com financeiro naquela referência:

Tabela 1 – Distribuição de servidores ativos e inativos por tipo de vínculo

TIPO DE VÍNCULO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES
Efetivos do Estado	59.122
Requisitados Externos	1.583
Comissionados sem vínculo	6.372
Temporários	23.190
SUBTOTAL SERVIDORES ATIVOS	**90.267**
Aposentados	59.101
Pensionistas Previdenciários	13.271
SUBTOTAL SERVIDORES INATIVOS – GOIASPREV	**72.372**
TOTAL DE SERVIDORES (ATIVOS+INATIVOS)	**162.639**
Estagiários	1.111
Jetons (Membros de Conselho)	140
Pessoas Sem Vínculo (Médicos Residentes, Funcam, Fiscais UEG)	1.247
Pensionistas Especiais (cartorários, césio 137, anistiados, etc.)	2.016
SUBTOTAL PESSOAS EM VÍNCULO	**4.514**
TOTAL GERAL DE VÍNCULOS	**167.153**

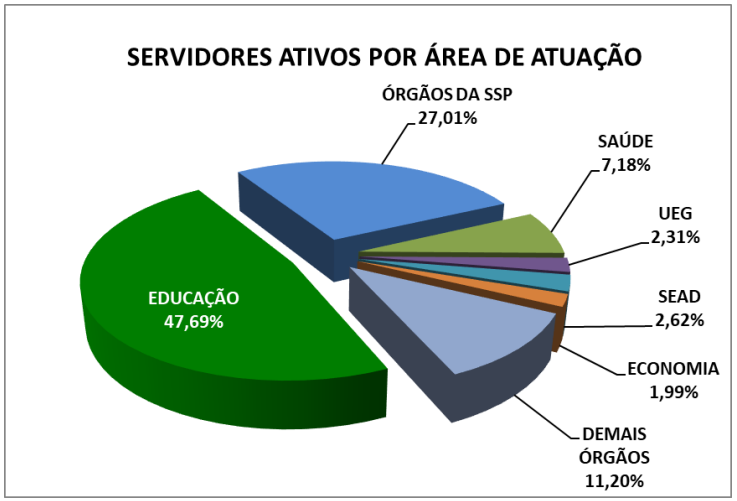
Fonte: RHNet; SUGEP/SEAD, 2025

Gráfico 1 – Distribuição dos servidores ativos por tipo de vínculo



Fonte: RHNet; SUGEP/SEAD, 2025.

Gráfico 2 – Distribuição de servidores ativos por área de atuação



Fonte: RHNet; SUGEP/SEAD, 2025.

O gráfico acima demonstra que a maior parte da força de trabalho é composta por servidores efetivos (65,50%), seguido por contratados temporariamente (25,69%). Os comissionados sem vínculo representam apenas 7,06% do contingente.

Já o gráfico abaixo demonstra que 84,19% dos servidores ativos (efetivos, comissionados e temporários) estão desempenhando suas funções nas áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação (SEDUC e UEG). Se acrescentarmos a Secretaria de Economia e a Secretaria de Administração, o índice alcança 88,80%, ou seja, apenas 11,2% dos servidores estão nas demais áreas de atuação:

Quanto à SURES, compete a gestão, coordenação e supervisão da política de recrutamento e seleção de pessoal para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional ou de outras instituições, conforme o interesse da administração; bem como coordenar e supervisionar a contratação das bancas de concursos públicos, de processos seletivos e de seleções internas, bem como gerir diretamente a realização dos certames de recrutamento e seleção de interesse do Estado; e a coordenação e supervisão dos pagamentos decorrentes das atividades de recrutamento e seleção.

A SURES integra a Rede de Gestão de Pessoas, que tem o objetivo de aprimorar a efetividade da gestão pública dos órgãos e das entidades

nas áreas de gestão e desenvolvimento de pessoas, principalmente quanto a:

- Desenvolvimento e melhoria da comunicação;
- Padronização, simplificação e automação de rotinas;
- Capacitação das unidades setoriais;
- Disseminação de boas práticas;
- Busca e uso de ferramentas inovadoras para otimizar os processos e a gestão;
- Participação das unidades na construção conjunta do ambiente produtivo e saudável;
- Monitoramento e auxílio recíproco na execução das atividades operacionais;
- Busca pelo engajamento e pertencimento no ambiente de gestão de pessoas;
- Reconhecimento pelos resultados alcançados; e
- Alinhamento de objetivos a serem alcançados e aos desafios a serem vencidos.

Os objetivos e ações da SURES estão inseridos no Programa M.O.V.E. Goiás, por meio da Rede de Gestão de Pessoas. O Programa tem como objetivos:

- Implantar projetos e adotar iniciativas para a gestão de pessoas mais efetiva, empática e estratégica, que compreenda o ser humano em sua completude, atraia novos talentos, desenvolva suas potencialidades e aloque–os por competência conforme o mapeamento das necessidades das unidades administrativas do Estado de Goiás;
- Desenvolver conhecimento, habilidade, atitude e percepção de valores do servidor público e tê-los como fundamentais para o sucesso das estratégias e o alcance de resultados da administração pública, com a promoção da qualificação e do perfil sistêmico e flexível desse servidor, para inspirá-lo e engajá-lo na superação de obstáculos, na conquista de novos patamares de excelência em sua atuação; e
- Adotar o acolhimento como prática de respeito na prestação de serviços públicos com foco no cidadão.

As estratégias e objetivos definidos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, e no Programa M.O.V.E., foram alinhados à metodologia adotada pelo PPA vigente, que se estrutura em Programas, Ações e Produtos.

Dessa forma, foi criado o Programa M.O.V.E. Goiás, identificado pelo código 1025. O posicionamento estratégico da SURES no Plano Estratégico SEAD 2023-2026 está inserido no segmento Servidores Públicos, dentro do objetivo estratégico: “Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, a fim de atrair e reter talentos excepcionais”.

No âmbito da Comunicação Setorial da SEAD, unidade administrativa que integra a estrutura de governança da Pasta como área estratégica de suporte à alta administração, esta contribui diretamente para a transparência, prestação de contas e fortalecimento da imagem institucional.

No contexto do Plano Estratégico SEAD 2023-2026, a unidade atua como elo entre a gestão pública e a sociedade, promovendo a disseminação de informações qualificadas sobre programas, ações e resultados da Secretaria. Sua atuação está alinhada aos princípios de liderança, estratégia e controle, por meio de:

- Liderança comunicacional, assessorando o titular da Pasta e gestores na definição de posicionamentos institucionais e gestão de crises;

- Estratégia de comunicação pública, com planejamento editorial, produção de conteúdo e relacionamento com a imprensa; e
- Controle e monitoramento, por meio do acompanhamento sistemático da exposição midiática (*clipping*), análise de reputação e gestão de riscos de imagem.

A estrutura da unidade é composta por equipe técnica especializada, com alocação de recursos humanos voltados à produção de conteúdo, atendimento à imprensa, cobertura institucional e monitoramento de mídia. Os recursos materiais e tecnológicos incluem sistemas de clipping, plataformas digitais e ferramentas de gestão de redes sociais.

A gestão de riscos está diretamente associada à prevenção de crises de imagem e à resposta rápida a conteúdos negativos ou sensíveis, assegurando a integridade institucional e a confiabilidade das informações divulgadas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO & COMPLIANCE PÚBLICO



PROJETOS DE GOVERNO



GESTÃO DE PESSOAS



COMPRAS E CONTRATOS



SISTEMA ESTRUTURADOR DAS REDES DE GESTÃO - SIGES

INOVAÇÃO DA GESTÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS



PATRIMÔNIO



CONTABILIDADE



PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS



5 SISTEMA ESTRUTURADOR DAS REDES DE GESTÃO – SIGES

O Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, instituído pela Lei nº 21.792/2023, constitui instrumento estratégico de integração e coordenação das atividades, ações, dados e informações sob responsabilidade das unidades centrais de governo, com o propósito de promover atuação sistêmica, eficiente e orientada à geração de valor público.

O SIGES visa aprimorar, de forma integrada, a eficiência, a eficácia e a efetividade das entregas e atividades comuns aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, assegurando alinhamento institucional e maior qualidade na prestação dos serviços à sociedade. Nos termos do parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 10.263/2023, as unidades setoriais do SIGES devem observar as políticas e diretrizes estabelecidas pela respectiva unidade central, bem como cumprir orientações técnicas e procedimentos definidos em seus respectivos campos de atuação.

Compõem o SIGES as redes temáticas estruturadoras das áreas de gestão de compras e contratos, patrimônio, planejamento e orçamento, finanças, inovação da gestão e dos serviços públicos, contabilidade pública, gestão de pessoas, gestão de projetos e tecnologia da informação, configurando um modelo de governança transversal voltado à padronização de práticas, à integração institucional e ao fortalecimento da capacidade de gestão do Estado.

No âmbito da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), o Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES está em processo de consolidação como mecanismo de articulação, integração e fortalecimento das práticas de gestão pública, observando as diretrizes coordenadas pela Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos – GEMOP, unidade subordinada à Superintendência de Gestão Integrada – SGI, integra a estrutura do SIGES como unidade técnica responsável por disseminar a gestão por processos na SEAD, atuando como ponto focal da Rede TransformaGOV nas temáticas de Processos, Carta de Serviços, Inovação e Avaliação. Essa posição estratégica possibilita apoiar metodologicamente as áreas internas, promover padronização e contribuir para o aprimoramento contínuo dos serviços públicos.

Em 2025, a unidade desempenhou papel relevante no fortalecimento da Rede de Processos e da Rede de Gestão da Carta de Serviços, participando ativamente de oficinas, encontros temáticos e capacitações voltadas à uniformização metodológica e ao avanço da maturidade institucional. Também integrou o 1º Diagnóstico de Maturidade da Gestão por Processos e de Serviços da SEAD, colaborando com o mapeamento das práticas existentes e a identificação de oportunidades de melhoria.

Como ação de disseminação da cultura de inovação, promoveu o evento Conecta SGI, que reuniu servidores para discutir desafios, compartilhar experiências e identificar iniciativas para fortalecer a governança de serviços e processos.

No que se refere aos serviços ofertados pela SEAD no Portal Expresso, atuou diretamente na revisão e atualização da Carta de Serviços, alcançando a melhoria de 84% dos serviços disponibilizados. Esse trabalho envolveu revisão de conteúdo, adequação à linguagem simples, padronização de informações e melhoria da experiência do

usuário, contribuindo para maior clareza, transparência e usabilidade.

A atuação da unidade no SIGES demonstra o compromisso da SEAD com a modernização administrativa, a qualificação dos serviços públicos e o fortalecimento das redes de gestão que estruturam a política estadual voltada à inovação, eficiência e integração.

No âmbito do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, instituído pelo Decreto nº 10.263, de 19 de maio de 2023, a Escola de Governo atua de forma estratégica no eixo de desenvolvimento e capacitação de pessoas, contribuindo para a orientação, capacitação e apoio às unidades setoriais da Administração Pública, conforme previsto no art. 10, inciso VII, do referido Decreto. Essa atuação está alinhada ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026, ao Plano de Governo e aos demais instrumentos de planejamento governamental.



Acesse o QR Code Decreto nº Lei nº 10.263/2023
Link acesso:
https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/107154/decreto-10263



Acesse o QR Code Lei nº Lei nº 21.792/2023
Link acesso:
https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/106749/lei-21792



ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

6 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

As estratégias de atuação referem-se às decisões e ações a serem tomadas pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD para atingir seus objetivos, considerando fatores internos e externos, conforme inciativas abaixo elencadas:

- Simplificação dos Processos e Serviços: revisar e simplificar processos, regulamentos e procedimentos, eliminando etapas desnecessárias e acelerando a prestação de serviços;
- Integração entre Órgãos: estabelecer um ecossistema que facilite a comunicação e colaboração entre diferentes órgãos públicos, promovendo uma gestão mais integrada e coesa;
- Inovação Contínua: estimular a cultura de inovação, mantendo o órgão na vanguarda da inovação em gestão pública;
- Reconhecimento e Valorização: estabelecer uma sistemática de reconhecimento que recompense o desempenho excepcional e estimule a inovação e as contribuições significativas à organização;
- Programa de Desenvolvimento e Capacitação: desenvolver competências que preparem os servidores para desafios relacionados à liderança, solução de problemas complexos, adaptação às novas tecnologias e aprendizagem contínua;
- Ambiente de Trabalho Colaborativo: promover a colaboração entre diferentes departamentos e níveis hierárquicos, utilizando instrumentos modernos de comunicação e espaços de trabalho flexíveis.

A estratégia de atuação da Chefia de Gabinete da SEAD é fundamentada em uma estrutura de governança que atua como o sistema nervoso central da organização, conectando a visão política do Titular da Pasta à execução técnica e operacional. Essa estrutura provê o suporte necessário para que a unidade cumpra seus objetivos estratégicos ao estabelecer fluxos decisórios baseados em evidências e dados, garantindo que a tomada de decisão estratégica seja ágil e segura. O modelo de governança adotado assegura que cada diretriz do Plano Estratégico SEAD 2023-2026 seja traduzida em ações concretas, em que a Chefia de Gabinete atua na supervisão constante da gestão, monitorando o desempenho das demais unidades e assegurando que os desvios sejam corrigidos em tempo real para não comprometer a entrega de valor público.

No que tange à gestão de riscos e aos controles internos, a unidade exerce um papel de blindagem institucional e conformidade. A estratégia de governança permite identificar antecipadamente riscos fiscais, jurídicos e operacionais que poderiam paralisar políticas públicas essenciais, como a gestão da folha de pagamento ou o suprimento de insumos para o Estado. Ao coordenar o Compliance público e os mecanismos de controle interno, o Gabinete garante que a inovação tecnológica e a digitalização acelerada ocorram sob um manto de integridade, transformando riscos em oportunidades de melhoria processual. Essa supervisão rigorosa é o que permite à SEAD manter a austeridade fiscal sem sacrificar a eficiência, equilibrando a otimização de custos com a necessidade de investimentos em modernização.

O relacionamento com a sociedade e as partes interessadas é integrado à estratégia como um canal de retroalimentação essencial para a geração de valor público. A governança da unidade estabelece que a interação com o cidadão, via Ouvidoria e o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, não é apenas um dever burocrático, mas uma ferramenta estratégica de escuta ativa que orienta o planejamento de médio e longo prazos. Ao prestar contas não apenas

sobre fatos pretéritos, mas sobre a direção futura, a Chefia de Gabinete demonstra como a estratégia de curto prazo (eficiência operacional) constrói as bases para resultados de longo prazo, como a transformação digital plena e a sustentabilidade fiscal e ambiental do Estado. Esse alinhamento demonstra que o uso dos recursos (humanos, orçamentários e tecnológicos) é direcionado para a produção de impactos sociais positivos, reduzindo burocracias e facilitando a vida do cidadão.

Para a implementação das políticas públicas sob sua atuação, a Chefia de Gabinete utiliza os recursos disponíveis para gerar produtos de alta relevância, como despachos saneadores, agendas estratégicas alinhadas e mediação de conflitos institucionais. O resultado prático dessa estratégia é uma Secretaria de Administração mais resiliente e transparente, onde os impactos são medidos pela celeridade dos processos e pela confiança depositada pelos demais órgãos e pela sociedade. Assim, a governança apoia a unidade ao garantir que a estratégia não seja estática, mas uma força dinâmica que utiliza a gestão de riscos e o controle social para assegurar que a SEAD cumpra sua missão institucional de forma ética, eficiente e inovadora, gerando valor público sustentável para o Estado de Goiás.

Quanto à Gerência da Secretaria-Geral – GESG, esta contribui para a estratégia organizacional ao assegurar a celeridade, a regularidade e o adequado encaminhamento dos processos administrativos, bem como a efetiva comunicação das decisões e diretrizes do Gabinete do Secretário às unidades da SEAD e aos interessados externos, garantindo que o fluxo de informações seja tempestivo e apto a subsidiar a tomada de decisão.

No âmbito da Procuradoria Setorial, esta atua como suporte jurídico ao direcionamento estratégico institucional, contribuindo para que iniciativas prioritárias da Secretaria avancem com estabilidade normativa e viabilidade jurídica. Nesse contexto, a unidade acompanha demandas de caráter estruturante sob a perspectiva jurídica, oferecendo subsídios técnicos que auxiliam a administração na definição de caminhos institucionais e no aprimoramento contínuo da gestão pública.

Sua atuação ocorre de forma transversal às áreas finalísticas e de suporte, promovendo alinhamento entre planejamento, execução administrativa e conformidade legal, sem assumir a titularidade das metas institucionais, mas contribuindo para sua implementação sustentável ao longo do tempo.

Na esfera da Corregedoria Setorial, esta tem como estratégia de atuação assegurar a efetividade do poder disciplinar e dos mecanismos de responsabilização administrativa, combinando atuação repressiva e preventiva. No eixo repressivo, busca apurar, com qualidade e tempestividade, desvios de conduta e infrações administrativas, assegurando instrução adequada, contraditório e ampla defesa. No eixo preventivo, busca reduzir reincidências e fortalecer a cultura de integridade, por meio de orientação, padronização e integração com áreas estratégicas da Pasta.

Para viabilizar essa estratégia, a atuação correcional é executada por meio de procedimentos investigativos preliminares, procedimentos disciplinares, instrumentos consensuais e mecanismos de responsabilização de servidores e de particulares, pessoas físicas ou jurídicas, além da condução da fase interna dos processos de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade da SEAD. Esses instrumentos permitem adequar a resposta administrativa à gravidade do fato, qualificar a instrução, assegurando resposta proporcional, instrução adequada e observância de prazos, com observância do devido processo legal, segurança jurídica e tempestividade.

Tem-se como principais instrumentos e frentes de atuação:

a) Processo Administrativo Disciplinar – PAD, destinado à apuração formal de infrações funcionais, com observância do devido processo legal, contraditório e ampla defesa;
b) Sindicância preliminar, voltada à apuração inicial de irregularidades funcionais, com a finalidade de esclarecer fatos, delimitar autoria e materialidade, e subsidiar decisão quanto a providências administrativas posteriores;
c) Investigações preliminares, destinadas à coleta inicial de informações e elementos de convicção, para qualificar a análise de admissibilidade e orientar a instauração, ou não, de procedimento formal;
d) Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, instrumento de resolução consensual de conflitos, utilizado de forma alternativa a processos disciplinares que envolvam transgressões disciplinares de menor potencial ofensivo, quando cabível, com foco em correção de conduta, prevenção de reincidência e regularização de condutas;
e) Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, quando aplicável, para apuração de responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas, conforme competência e instauração formal;
f) Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores – PAF, para apuração de condutas e irregularidades praticadas por fornecedores, no contexto de licitações e contratos, com adoção das medidas administrativas cabíveis;
g) Tomada de Contas Especial, no âmbito da fase interna, voltada à apuração de danos ao erário, identificação de responsáveis, quantificação do prejuízo e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
h) No âmbito interno, a atuação é orientada por diretrizes de integridade e conformidade adotadas pela SEAD e por orientações dos órgãos de controle, com foco no combate a desvios de conduta e na proteção do interesse público. Esse direcionamento contribui para:
    - Aprimorar a qualidade do gasto público, especialmente pela atuação em processos de responsabilização de fornecedores e em Tomadas de Contas Especiais, com foco na mitigação de prejuízos e na responsabilização quando devida;
    - Reforçar a excelência no atendimento ao cidadão, na medida em que condutas relacionadas ao atendimento e ao serviço público são apuradas com rigor procedimental e enfoque preventivo, reduzindo a reincidência; e
    - Valorizar e proteger os servidores que atuam de forma íntegra, ao coibir condutas transgressoras e fortalecer um ambiente institucional mais seguro e previsível.

Quanto à Gerência da Ouvidoria Setorial, esta é instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas à avaliação da efetividade, aprimoramento da gestão pública e a busca pela excelência no atendimento aos usuários dos serviços públicos prestado pela pasta.

O Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria Setorial é elaborado em linguagem acessível, com o propósito de facilitar a compreensão pelos diversos públicos interessados, e tem como objetivo apresentar um panorama geral dos resultados das atividades desenvolvidas no âmbito da SEAD. O documento é direcionado ao Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado da Administração, à Controladoria-Geral do Estado e, especialmente, à sociedade, em atendimento ao disposto no art. 14, inciso II, da Lei Federal nº 13.460, de 2017, observando os princípios constitucionais da transparência e da publicidade.

QR Code para acesso ao Relatórios Anual de Gestão da Ouvidoria Setorial

Link de acesso https://goias.gov.br/administracao/ouvidoria-sead/

Destaca-se que o referido Relatório de Gestão contempla, além da análise qualitativa e quantitativa das manifestações registradas pelos usuários dos serviços públicos no exercício de 2025, a apresentação de recomendações destinadas ao aprimoramento da prestação dos serviços públicos e ao fortalecimento do respeito aos cidadãos.

O Escritório de Projetos Setorial, integra a estrutura de governança da SEAD como instância estratégica de apoio à implementação, monitoramento e avaliação das iniciativas vinculadas ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Sua atuação está diretamente relacionada ao fortalecimento dos mecanismos de coordenação, supervisão e controle das ações governamentais, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos e para a geração de valor público por meio da implementação das políticas públicas sob responsabilidade da SEAD.

No âmbito da governança, a estrutura organizacional fornece diretrizes, normativos e instâncias decisórias que orientam a atuação do Escritório de Projetos Setorial, permitindo que a unidade exerça papel de assessoramento técnico à alta gestão e às unidades executoras na condução do portfólio de projetos, programas e iniciativas estratégicas. Esse modelo favorece a qualificação do processo de tomada de decisão estratégica, por meio da consolidação e disponibilização de informações gerenciais confiáveis, análise de desempenho das iniciativas, acompanhamento de indicadores e identificação de desvios, possibilitando a adoção tempestiva de medidas corretivas e o redirecionamento de esforços institucionais.

No que se refere à gestão de riscos e aos controles internos, o Escritório de Projetos Setorial atua de forma integrada às demais instâncias de governança, promovendo a identificação, análise, avaliação e monitoramento dos riscos relacionados às iniciativas estratégicas. A unidade contribui para a implementação de planos de tratamento de riscos, fortalecimento dos controles internos e disseminação de práticas de gestão orientadas à conformidade, transparência e integridade, reduzindo vulnerabilidades e aumentando a confiabilidade dos resultados institucionais.

Quanto à supervisão da gestão, a unidade exerce função relevante no acompanhamento sistemático da execução das iniciativas estratégicas, por meio de Reuniões de Governança, elaboração de relatórios gerenciais, utilização de painéis de monitoramento e análises críticas que subsidiam a atuação das instâncias de governança e da alta administração. Esse acompanhamento contínuo permite maior controle sobre prazos, custos, escopo e qualidade das entregas, contribuindo para o aprimoramento da eficiência e da efetividade das ações governamentais.

No relacionamento com a sociedade e com as partes interessadas, o Escritório de Projetos Setorial contribui para o fortalecimento da transparência e da comunicação institucional, ao apoiar a divulgação de resultados, metas e avanços das políticas públicas, além de promover a integração entre áreas internas, órgãos parceiros e demais atores envolvidos na implementação das iniciativas estratégicas. Essa atuação favorece o alinhamento das entregas institucionais às demandas sociais e amplia a legitimidade das ações governamentais.

No que concerne à prestação de contas, a unidade tem atuado na consolidação de informações relacionadas à execução do portfólio estratégico, demonstrando a evolução dos projetos, o cumprimento das metas estabelecidas e os resultados alcançados no período avaliado. Esse processo evidencia o fortalecimento das práticas de gestão por resultados, com maior padronização metodológica, melhoria dos processos de monitoramento e ampliação da capacidade institucional de planejamento e execução das políticas públicas.

Em relação à direção estratégica, o Escritório de Projetos Setorial contribui para a materialização das prioridades institucionais, atuando na priorização de iniciativas, na otimização da alocação de recursos e no acompanhamento sistemático das entregas estratégicas. Essa atuação possibilita uma visão integrada da estratégia organizacional, evidenciando a relação entre os objetivos estratégicos e a capacidade institucional de gerar valor público.

No curto prazo, a unidade contribui para o aprimoramento da gestão das iniciativas estratégicas, garantindo maior previsibilidade e controle das entregas governamentais. No médio prazo, fortalece a maturidade organizacional em gestão de projetos, riscos e resultados, ampliando a capacidade institucional de implementação de políticas públicas. No longo prazo, consolida a cultura de governança orientada a resultados e promove maior sustentabilidade das ações governamentais, assegurando benefícios duradouros para a sociedade.

Quanto ao uso dos recursos institucionais, o Escritório de Projetos Setorial atua na mobilização e acompanhamento dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e tecnológicos necessários à execução das iniciativas estratégicas, contribuindo para a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos. A unidade também promove a padronização de métodos, ferramentas e instrumentos de gestão, otimizando processos e ampliando a produtividade das equipes envolvidas.

Como produtos de sua atuação, destacam-se a implantação e o aperfeiçoamento de metodologias de gestão, a consolidação de relatórios gerenciais estratégicos, o monitoramento sistemático das iniciativas e o assessoramento técnico às unidades executoras.

Como resultados, observa-se o fortalecimento da governança institucional, o aumento da taxa de execução das iniciativas estratégicas e a melhoria da qualidade das entregas governamentais. Como impactos, evidencia-se o aprimoramento da capacidade institucional de formulação e implementação de políticas públicas,

contribuindo para a geração de benefícios diretos à sociedade e para o fortalecimento da confiança nas ações governamentais.

A estratégia da Superintendência de Gestão Integrada – SGI está estruturada na atuação coordenada de suas Gerências, que, de forma complementar e integrada, sustentam a tomada de decisão estratégica, a gestão de riscos, o fortalecimento dos controles internos, a supervisão da gestão e o relacionamento institucional da SEAD com órgãos de controle, entes parceiros e sociedade.

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados – GESTD assegura base informacional confiável e estruturada, elevando a maturidade analítica institucional e subsidiando decisões estratégicas com dados validados.

No tocante ao planejamento governamental a Gerência de Planejamento Institucional – GPI garante o alinhamento entre plano de governo, planejamento estratégico e resultados institucionais, consolidando metodologia orientada por metas e monitoramento contínuo.

No eixo das contratações e da execução da despesa, a Gerência de Compras Governamentais promove processos licitatórios planejados, íntegros e alinhados ao Plano de Contratações Anual; a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOF assegura o controle rigoroso da execução da despesa, a conformidade com os limites orçamentários e a previsibilidade financeira; e a Gerência de Contabilidade – GECONT garante registros fidedignos, demonstrativos consistentes e aderência às normas contábeis aplicáveis ao setor público. De forma integrada, essas unidades estruturam a governança da despesa e reforçam a responsabilidade fiscal.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa – GCGC atua especificamente na análise técnico financeira das prestações de contas, no monitoramento das transferências voluntárias e no fortalecimento da cultura de integridade e gestão de riscos, assegurando segurança jurídica e transparência nas relações institucionais.

Na área de modernização e processos a Gerência de Modernização Institucional e Processos – GEMOP concentra-se na modelagem, padronização e melhoria contínua dos fluxos organizacionais, reduzindo riscos operacionais, eliminando gargalos e fortalecendo os controles internos por meio da formalização de rotinas e definição clara de responsabilidades.

No suporte estrutural, a Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial – GEINFRA é responsável pelas condições físicas, segurança, acessibilidade e funcionalidade dos postos de atendimento, enquanto a Gerência de Apoio Administrativo e Logístico – GEAP assegura a gestão da frota, do patrimônio, do almoxarifado, dos serviços terceirizados e da documentação administrativa, garantindo a continuidade operacional da Secretaria.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – GGDP atua na dimensão estratégica do capital humano, subsidiando decisões com dados sobre força de trabalho, promovendo capacitação, assegurando conformidade legal nos atos de pessoal e fortalecendo a cultura de desempenho e valorização do servidor.

Sob a perspectiva temporal, no curto prazo, as Gerências asseguram regularidade operacional, conformidade normativa e continuidade dos serviços. No médio prazo, consolidam metodologias, integram sistemas, aprimoram processos e fortalecem mecanismos de governança e controle. No longo prazo, elevam a maturidade

institucional, ampliam a transformação digital, promovem inovação e consolidam práticas sustentáveis de gestão pública.

O uso integrado de recursos humanos, tecnológicos, orçamentários, patrimoniais e normativos resulta em produtos como dados estratégicos consolidados, planejamento monitorado, contratações regulares, execução financeira controlada, registros contábeis confiáveis, processos padronizados, infraestrutura adequada e força de trabalho qualificada. Os resultados incluem maior eficiência administrativa, mitigação de riscos, fortalecimento da governança e ampliação da transparência.

Como impacto, a Superintendência de Gestão Integrada amplia a capacidade institucional da SEAD de implementar políticas públicas com responsabilidade fiscal, integridade, eficiência e foco na geração de valor público, contribuindo para melhores serviços prestados à sociedade no curto, médio e longo prazos.

No que concerne à Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, a estratégia adotada em 2025 foi antecipar soluções para os gargalos que ainda impediam a conclusão da liquidação, com foco na redução do custo de manutenção da estrutura e na preparação do encerramento com segurança jurídica. As ações se concentraram na Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S e na condução técnica das tratativas do passivo federal junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, incluindo a instrução do pedido de reclassificação da Capacidade de Pagamento – CAPAG, de modo a buscar condições mais compatíveis com a realidade da empresa em liquidação. Em paralelo, a titulação de imóveis nos núcleos atendidos reforçou a estabilização patrimonial e contribuiu para mitigar riscos fiscais. O objetivo estratégico do exercício foi preparar as bases para que o Estado de Goiás conclua o ciclo de liquidação em 2026, com economia de recursos, previsibilidade do passivo e transição segura.

Quanto à Diretoria Executiva da Escola de Governo, sua atuação estratégica segue o Plano Estratégico SEAD 2023–2026 e o modelo de governança institucional. Este modelo pauta a tomada de decisão, o controle interno e a relação com as partes interessadas, com foco no valor público gerado para a sociedade.

No contexto do planejamento estratégico, a Escola de Governo posiciona-se de forma prioritária na estratégia “Experiência dos Servidores”, por meio da implementação do Programa de Desenvolvimento e Capacitação, cujo objetivo é desenvolver competências essenciais para que os servidores públicos estejam preparados para os desafios contemporâneos da gestão pública, especialmente aqueles relacionados à liderança, à solução de problemas complexos, à adaptação às novas tecnologias e à aprendizagem contínua.

Como ação estratégica prioritária desse programa, destaca-se o LiderAção, iniciativa voltada ao desenvolvimento de lideranças no âmbito da Administração Pública Estadual, com a missão de capacitar líderes para promover mudanças significativas na gestão pública. O programa busca o fortalecimento tanto de competências técnicas (hard skills) quanto de competências comportamentais (soft skills), com ênfase em ética, integridade, visão estratégica e orientação a resultados, contribuindo para o aprimoramento do processo decisório e para a melhoria do desempenho institucional.

O LiderAção está estruturado em quatro etapas, organizadas de forma a atender os diferentes níveis hierárquicos da administração pública: (I) Alta Liderança, direcionada a Secretários de Estado e correlatos; (II) Lideranças Estratégicas, voltada a Subsecretários, Superintendentes e funções equivalentes; (III) Gerentes, destinada

aos ocupantes de cargos gerenciais; e (IV) Futuros Líderes, direcionada a servidores com potencial de sucessão. Em 2025, foram executadas as etapas de Lideranças Estratégicas e Gerentes, resultando na certificação de 399 servidores e iniciou-se a etapa denominada “Líderes do Amanhã”, que ofereceu 60 vagas para formação de servidores aptos a ocuparem posições de liderança no futuro.

Como instrumento estruturante para a execução de suas ações e projetos, a Escola de Governo utiliza a Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, instituída pelo Decreto nº 9.738, de 27 de outubro de 2020, a qual estabelece as diretrizes norteadoras para a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores públicos estaduais. Essa política orienta a alocação dos recursos disponíveis e assegura a coerência entre as iniciativas de capacitação, os objetivos estratégicos do Governo e as prioridades institucionais.

Para garantir o alinhamento com o Plano de Governo, com o Plano Estratégico SEAD 2023-2026 e com a referida Política Estadual, a Escola de Governo realiza anualmente, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, o Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC. Esse instrumento subsidia o processo de tomada de decisão estratégica ao identificar lacunas de competências e necessidades de desenvolvimento dos servidores, permitindo o planejamento de ações educacionais alinhadas às demandas institucionais e aos resultados esperados das políticas públicas.

As unidades setoriais de gestão de pessoas dos órgãos e entidades atuam como elo estratégico entre a Política Estadual de Capacitação, o LNC e os programas ofertados pela Escola de Governo, fortalecendo o relacionamento com as partes interessadas e contribuindo para a efetividade das ações formativas. Essa articulação possibilita que os servidores participem das ações educacionais e apliquem os conhecimentos adquiridos em suas áreas de atuação, gerando impactos positivos na qualidade da gestão, na eficiência administrativa e na prestação de serviços ao cidadão.

Dessa forma, a estratégia adotada pela Diretoria Executiva da Escola de Governo evidencia a relação direta entre governança, planejamento, uso racional dos recursos e geração de resultados, demonstrando sua contribuição para a implementação das políticas públicas sob sua área de atuação.

No que tange à DESSS, esta manteve sua atuação estratégica orientada ao fortalecimento da política estadual de segurança e saúde no trabalho, com ênfase na gestão eficiente das perícias médicas e na adequação das Normas Regulamentadoras – NRs ao contexto do serviço público estadual.

As NRs, enquanto disposições complementares ao Capítulo V do Título II da Lei nº 6.514/1977, estabelecem obrigações, direitos e deveres voltados à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Nesse contexto, a DESSS prosseguiu com ações de implementação dessas normas, promovendo as devidas adequações ao serviço público estadual.

A saúde mental permaneceu como aspecto central da estratégia institucional, com priorização de iniciativas voltadas ao acolhimento e ao suporte psicológico dos servidores. Destaca-se, nesse campo, a continuidade do Programa de Acolhimento ao Servidor – PAS, que oferece escuta qualificada e apoio especializado, contribuindo para um ambiente de trabalho mais equilibrado e humanizado.

No plano operacional, a unidade deu continuidade ao aprimoramento dos processos internos e ao fortalecimento da gestão de riscos, mantendo alinhamento aos princípios de

transparência, responsabilidade e melhoria contínua da gestão pública.

Embora persistam desafios inerentes ao contexto da administração pública, a DESSS mantém seu compromisso com a construção de políticas eficazes, orientadas à promoção de um serviço público mais seguro, saudável e acessível aos servidores.

No contexto da SSI, a Governança de TI desempenha um papel essencial na efetividade das políticas públicas, integrando-se ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, para alinhar recursos e esforços com os objetivos organizacionais. A alocação de recursos, abrangendo aspectos financeiros, orçamentários e humanos, é guiada pelas prioridades estratégicas da pasta, a fim de que os resultados-chave das áreas de negócio sejam atingidos. Nesse contexto, a equipe da SSI, que passa por constantes capacitações, demonstra esforços significativos no cumprimento das metas, promovendo a inovação e a colaboração interdepartamental.

A Subsecretaria de Logística e Patrimônio, no contexto do planejamento estratégico, se insere na estratégia excelência operacional. A Superintendência Central de Compras e Contratos atua de forma estruturada para assegurar o alinhamento entre a governança administrativa, os objetivos estratégicos da SEAD e as políticas públicas sob sua responsabilidade, com foco na geração de valor público e no uso eficiente dos recursos estaduais.

Sua estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos por meio de modelo organizacional integrado, que articula planejamento, governança das contratações, padronização de procedimentos, gestão de processos, sistemas e compras centralizadas. Esse arranjo fortalece a tomada de decisão estratégica baseada em dados, diretrizes normativas e evidências.

No processo decisório, promove-se a consolidação das demandas dos órgãos e entidades, o planejamento das contratações e a definição de estratégias que ampliem ganhos de escala, eficiência e economicidade. A adoção de planos de contratações anuais, a padronização de documentos e o uso de sistemas eletrônicos fortalecem a previsibilidade, reduzem riscos e aprimoram o planejamento do gasto público.

A gestão de riscos e os controles internos são operacionalizados por meio da padronização de processos, do monitoramento das contratações e da observância das normas legais e regulamentares, mitigando riscos legais, operacionais e financeiros.

No relacionamento com a sociedade e as partes interessadas, a atuação ocorre com foco na ampliação da transparência, da competitividade e do acesso à informação, especialmente por meio de sistema eletrônico de compras. Nesse contexto, a Rede de Compras e Contratos – REDECON foi instituída com o objetivo de fortalecer a eficiência, a governança e a gestão das contratações públicas estaduais, por meio da definição de diretrizes e políticas, da capacitação dos agentes públicos e da padronização de procedimentos, incluindo certificação e possibilidade de gratificação conforme legislação vigente.

Além da prestação de contas dos resultados alcançados, a estratégia projeta a atuação institucional no curto, médio e longo prazos, com foco na modernização, na inovação e no fortalecimento da governança das contratações públicas.

Na Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário, as estruturas de governança garantem a viabilização dos programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, contribuindo para o alcance das metas previstas no Plano de Governo, Plano Estratégico SEAD 2023-2026, Plano Estratégico GEPI e Portfólio de Projetos, compatibilizadas

com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano de Contratações Anual e Lei Orçamentária Anual.

Destacam-se as diretrizes do OKR Estratégico 3 do segmento Órgãos e Entidades Públicas: Nos tornamos o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, para estabelecer novos padrões de excelência em gestão pública. Especialmente o KR 3: Alcançamos o grau de excelência de 90% em gestão Patrimonial, avaliado pelos órgãos da administração pública estadual. Bem como a observância da Matriz de Riscos da SEAD.

O objetivo estratégico está vinculado à perspectiva estratégica das grandes ambições do mapa estratégico da SEAD, com foco em ser o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, estabelecendo novos padrões de excelência em gestão pública e facilitando a comunicação e colaboração entre diferentes órgãos públicos. Na estratégia de excelência operacional, a atuação concentra-se na simplificação de processos e serviços, integração entre órgãos e inovação contínua. Já na estratégia de experiência dos servidores, prioriza-se o programa de desenvolvimento e capacitação e o ambiente de trabalho colaborativo.

No campo da melhoria da gestão patrimonial, foram empreendidas ações como a estruturação do inventário patrimonial, a implantação de procedimentos de reavaliação e depreciação de bens imóveis e o desenvolvimento de sistema corporativo próprio, o Sistema de Patrimônio Imobiliário de Goiás – SIGO. A supervisão da gestão ocorre por meio de controle de produtividade e utilização de ferramentas como Google, Data Studio, Planner e Trello.

Para a Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário, a estratégia de atuação baseia-se na estrutura de governança da SEAD, apoiando o cumprimento dos objetivos estratégicos e embasando a tomada de decisões, a gestão de riscos, o acompanhamento de projetos e os controles internos, com aplicação da metodologia OKR.

No patrimônio mobiliário, a instituição da REDEPAT consolidou suporte normativo, padronização de processos, capacitação e sistemas tecnológicos voltados à modernização da gestão patrimonial. No último exercício, foi realizado diagnóstico detalhado para correção de fragilidades e modernização de processos de trabalho, com foco na desburocratização e implementação de novas políticas de gestão.

Na gestão de suprimentos, a governança apoia os objetivos estratégicos por meio de processos decisórios colaborativos, auditorias mensais e controles internos, com execução da Iniciativa 10003 – Administração/Estruturação de Patrimônio, Compras, Logística e Documental do Estado do PPA 2024–2027, utilização de recursos financeiros e humanos, modelagem de processos e planejamento de modernização de sistemas, resultando em avanços na acuracidade de estoques, capacitações e atendimentos de suporte.

A gestão de frotas orienta sua estratégia para o suporte aos órgãos do Poder Executivo estadual, com foco na racionalização, eficiência e transparência dos gastos com deslocamentos e viagens, alinhados aos princípios de ESG – Environmental, Social and Governance.

Na logística documental, a estratégia está voltada à modernização administrativa, padronização de procedimentos, racionalização do ciclo de vida documental e evolução tecnológica do SEI, incluindo atualizações de versão, implementação de módulos e integração com sistemas finalísticos do Estado, totalizando 32 sistemas integrados em produção.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, parte-se da premissa de que a estratégia estadual de transformação da gestão e dos serviços públicos estrutura-se a partir de instrumentos institucionais integrados, com destaque para o desenvolvimento da Política Estadual de Transformação Digital – PETD, o Programa EXPRESSO e a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão, o Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES e o Laboratório de Transformação da Gestão e dos Serviços Públicos – TransformaLAB. Esses mecanismos orientam a modernização administrativa, promovem a inovação pública e fortalecem a capacidade do Estado de entregar serviços mais simples, eficientes e centrados nas necessidades da população.

A Política Estadual de Transformação Digital e a Política Estadual do Atendimento do Cidadão constituem os principais direcionadores estratégicos para a modernização da gestão e dos serviços públicos estaduais, promovendo a transformação digital no âmbito do Poder Executivo, especialmente em articulação por meio do Programa EXPRESSO. Objetiva-se impulsionar a inovação, a inteligência e a eficiência na execução das políticas públicas, por meio da simplificação de processos, da ampliação de práticas digitais e da participação ativa do cidadão na construção e avaliação dos serviços públicos.

O Programa EXPRESSO, instituído pela Lei nº 20.846/2020, consolida-se como modelo integrado de prestação de serviços públicos, conectando servidores, serviços e usuários de forma ágil, prática e descentralizada. O programa busca ampliar a eficiência e a qualidade das entregas governamentais, promovendo maior agilidade, clareza, desburocratização e ampliação da oferta de serviços, com redução de custos e tempo de atendimento, além de reforçar a orientação das políticas públicas às necessidades do cidadão.

O Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, instituído pela Lei nº 21.792/2023, configura-se como instrumento estratégico de integração e coordenação das atividades, ações, dados e informações sob responsabilidade das unidades centrais de governo. Seu propósito é assegurar atuação sistêmica, integrada e orientada à geração de valor público, promovendo o aprimoramento contínuo da eficiência, eficácia e efetividade das entregas e atividades comuns aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional. Integram o SIGES as redes temáticas das áreas de gestão de pessoas; projetos de governo; compras e contratos; patrimônio; planejamento, orçamento e finanças; contabilidade; inovação da gestão e dos serviços públicos; tecnologia da informação; e Compliance público, consolidando um modelo de governança transversal e colaborativo.

O Laboratório de Transformação da Gestão e dos Serviços Públicos – TransformaLAB, coordenado pela Superintendência Central de Transformação Pública, constitui ambiente estruturado de inovação voltado ao apoio técnico aos órgãos e entidades estaduais na melhoria da implementação de políticas públicas, na transformação da gestão e na qualificação dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao atendimento ao cidadão. Sua atuação está orientada ao enfrentamento de problemas complexos, à cocriação de soluções simplificadas, à simplificação de processos e serviços, ao fortalecimento de práticas de boa gestão e à promoção da colaboração entre governo e sociedade. Por meio do TransformaLAB, os órgãos recebem apoio técnico especializado, contando com um portfólio estruturado de soluções que, em 2025, contemplou 39 produtos, entre oficinas, ebooks, publicações técnicas, cursos presenciais e ações de operação assistida.

Foto 1 – Registros fotográficos das ações do TransformaLAB



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

A SCTP, por meio da Gerência do Escritório de Processos, contribui diretamente para a execução das estratégias da SEAD a partir da supervisão da gestão por processos, do acompanhamento sistemático das iniciativas estratégicas, da avaliação de metas e da validação dos resultados alcançados. Essa atuação reforça mecanismos de responsabilização, transparência e melhoria contínua, além de fomentar práticas estruturadas de padronização, documentação e disseminação do conhecimento organizacional, ampliando o nível de maturidade institucional e a eficiência operacional da administração pública.

Para a qualificação da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás, foram conduzidas iniciativas estratégicas de fortalecimento da gestão por processos e da visão sistêmica da administração pública estadual. Entre as ações realizadas, destacam-se as Oficinas de Validação da Cadeia de Valor Integrada, envolvendo 24 órgãos e entidades públicas, bem como aproximadamente 400 servidores; a implantação do Escritório de Processos na Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO, ampliando a maturidade institucional em gestão por processos; e a realização de treinamento em modelagem de processos para 114 servidores de 22 órgãos e entidades públicas, fortalecendo a atuação dos pontos focais e promovendo a disseminação de metodologias estruturadas.

Por meio da Gerência de Avaliação da Gestão e dos Serviços Públicos, atua estrategicamente no monitoramento e na avaliação contínua dos canais de atendimento ao cidadão, disponibilizando às áreas técnicas evidências qualificadas sobre a percepção dos usuários e subsidiando a tomada de decisão da alta gestão. É realizada a gestão metodológica e o acompanhamento dos resultados das avaliações dos canais vinculados ao Programa EXPRESSO, que atualmente alcança os 246 municípios goianos por meio de serviços digitais disponibilizados no Portal EXPRESSO e no aplicativo EXPRESSO, além dos atendimentos presenciais nas unidades Vapt Vupt e EXPRESSO Balcão. O modelo de avaliação considera as necessidades e expectativas dos usuários como elementos centrais para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e do atendimento prestado.

O fluxo de avaliação é iniciado após a conclusão do atendimento nos canais presenciais e digitais, disponibilizando ao usuário diferentes meios de participação, como QR Code nas senhas de atendimento presencial, links no Portal EXPRESSO e no aplicativo móvel. A metodologia adotada permite a atribuição de notas e o registro de comentários qualitativos sobre o atendimento, o serviço e o canal utilizado, gerando informações estratégicas para análise gerencial e aprimoramento contínuo. Esse processo fortalece a transparência, amplia os mecanismos de participação social e contribui para o aumento da efetividade das ações governamentais.

Até dezembro de 2025, foram registradas 182.689 avaliações nos canais de atendimento ao cidadão, representando crescimento de 43,83% em relação a 2024, quando foram contabilizadas 127.016 avaliações, conforme dados disponibilizados em painéis de Business Intelligence e relatórios públicos no site da SEAD.

Acesse o QR *Code* para acesso aos relatórios

Link de acesso: https://goias.gov.br/administracao/transformacao-da-gestao-publicos/

Em 2025, a distribuição das avaliações ocorreu da seguinte forma: 108.192 nas unidades Vapt Vupt; 1.940 nas unidades EXPRESSO Balcão; 983 no aplicativo EXPRESSO; 66.443 no EXPRESSO Web (ambiente logado); e 5.131 no EXPRESSO Web (ambiente não logado), totalizando, ainda, 82.783 comentários qualitativos registrados pelos usuários. Como parte da estratégia de transparência ativa, foram publicados 12 relatórios mensais com os resultados das avaliações no Portal EXPRESSO. Foi consolidado o painel de Business Intelligence "Avaliações dos Canais de Atendimento do EXPRESSO", conforme a figura abaixo, com o objetivo de ampliar a publicidade dos resultados e fortalecer o monitoramento sistemático das avaliações provenientes dos canais presenciais e digitais, contribuindo para a governança baseada em evidências e para a melhoria contínua da gestão e dos serviços públicos.

Acesse o QR *Code* Painel BI de Avaliação dos Canais de Atendimento
Link de acesso: https://www.go.gov.br/indicadores-de-avaliacao

Figura 10 – Painel BI de avaliação dos canais de atendimento



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

Além do painel contendo as avaliações dos canais, foi disponibilizado o novo BI EXPRESSO, para ampliar a visibilidade dos servidores gestores das unidades de atendimento e demais equipes gestoras dos canais digitais e presenciais, integrando indicadores de volume e feedbacks qualitativos (comentários) por canal. A atuação passa a ser de assessoria estratégica, em que a avaliação serve como motor para a melhoria contínua, e a inovação dos serviços públicos sempre pautada pela transparência e pelo controle social.

Figura 11 – Novo painel BI do EXPRESSO



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

Foi realizado, também, o Diagnóstico de Maturidade da Gestão por Processos e Serviços, iniciativa estratégica voltada à avaliação do nível de maturidade institucional em práticas de gestão por processos e de gestão de serviços públicos, com foco no fortalecimento da governança, na padronização metodológica e na melhoria contínua das entregas governamentais. O primeiro ciclo contemplou 38 pastas da administração direta, avaliadas por meio de instrumento estruturado composto por 50 indicadores - sendo 25 relacionados à gestão por processos e 25 à gestão de serviços. A governança do diagnóstico foi assegurada por reuniões técnicas de alinhamento entre unidades centrais e setoriais, destinadas à validação das pontuações atribuídas e ao tratamento de divergências metodológicas. Como resultado, foram produzidos relatórios consolidados e estruturados, aptos à divulgação institucional e ao suporte à tomada de decisão estratégica, contribuindo para o planejamento de ações de desenvolvimento organizacional e elevação da maturidade da gestão pública estadual.

Outrossim, realizou-se o acompanhamento sistemático das ações relacionadas ao Ranking da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação – ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais, incluindo a validação técnica das informações submetidas e o suporte aos órgãos e entidades no alinhamento às diretrizes e critérios de avaliação.

Ainda, no exercício de 2025, apoiou a gestão da Rede TransformaGOV, promovendo orientação técnica, monitoramento e avaliação dos servidores integrantes da rede, com foco no fortalecimento da governança colaborativa e na qualificação das entregas institucionais. A avaliação da Rede TransformaGOV consolidou-se como instrumento estratégico de monitoramento, escuta ativa e aperfeiçoamento contínuo das entregas pactuadas por meio de Planos de Trabalho, bem como da dinâmica de relacionamento entre as unidades centrais e setoriais. Ao acompanhar a percepção dos servidores diretamente envolvidos na execução das iniciativas, o processo contribui para uma gestão mais transparente, responsiva e orientada à geração de valor público.

Neste sentido, o 1º Ciclo de Avaliação da Rede TransformaGOV contou com a participação de 62 servidores representantes de seis órgãos do Governo de Goiás: Secretaria de Estado da Administração – SEAD, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Secretaria-Geral de Governo – SGG, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e Secretaria de Estado da Economia – ECONOMIA.

Por meio da Gerência de Gestão da Carta de Serviços, a SCTP atuou estrategicamente na promoção da transparência ativa, na qualificação da experiência do usuário e no fortalecimento de uma gestão pública orientada ao cidadão, assegurando que os serviços estaduais fossem apresentados de forma clara, acessível, padronizada e permanentemente atualizada. Em 2025, foram qualificados 189 serviços públicos de diferentes órgãos e entidades estaduais. Destacam-se, a realização de 13 oficinas de Gestão da Carta de Serviços e Linguagem Simples, com a participação de 225 servidores de diversos órgãos e entidades públicas; a promoção de 2 treinamentos do Sistema Administrativo EXPRESSO (EXPRESSO Admin), capacitando cerca de 40 servidores.

A Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, disponibilizada no EXPRESSO, passou a contemplar 763 serviços públicos, dos quais 129 em formato digital, todos com aplicação de linguagem simples e aprimoramento das informações disponibilizadas ao cidadão. Essas ações contribuíram para a padronização institucional das informações, o fortalecimento da transparência ativa e a melhoria contínua da qualidade das entregas governamentais.

Como diretriz estratégica, buscou-se consolidar a Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás como instrumento estruturante de gestão, transparência e geração de valor público, fortalecendo a integração entre gestão por processos, transformação digital e experiência do usuário, com foco na qualificação permanente dos serviços públicos e na ampliação do acesso da sociedade às políticas e serviços do Estado.

Por meio da Gerência de Experiência do Usuário, atuou estrategicamente na transformação de serviços e políticas públicas, promovendo a centralidade da experiência do usuário como diretriz estruturante para a tomada de decisão e para o aprimoramento das entregas governamentais. Essa atuação materializou-se na realização de pesquisas quantitativas e qualitativas, tanto nas etapas de diagnóstico e compreensão dos problemas públicos quanto nos testes e validações das soluções cocriadas, fortalecendo a abordagem orientada por evidências e a participação ativa dos usuários no processo de transformação.

Destacaram-se as seguintes iniciativas estratégicas: desenvolvimento do painel de Business Intelligence “Banco de Desafios/Problemas e Soluções” (apenas acesso interno), que possibilita o acompanhamento em tempo real de um inventário estruturado de desafios públicos e soluções, contribuindo para a aceleração de projetos de transformação no Estado de Goiás; realização de ações metodológicas de experiência do usuário, incluindo 7 pesquisas quantitativas, 7 pesquisas qualitativas, 15 oficinas de cocriação de soluções e 3 testes de usabilidade de protótipos; assessoramento técnico a órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como a instituições de outros poderes, com a condução de oficinas junto ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, aos pontos focais da Rede TransformaGOV e à Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA; promoção de eventos de disseminação de conhecimento em experiência do usuário; e condução do projeto “Escutas que Transformam”, com a realização de pesquisas quantitativas voltadas ao levantamento de preferências e necessidades dos cidadãos em relação a serviços críticos e prioritários para a transformação digital. Além disso, foram realizadas oficinas de Identificação de Entregas e de Cocriação de Soluções para a Rede TransformaGOV; oficinas de Design Thinking e de Desenho de Serviços centrados no cidadão para órgãos do sistema de justiça; o desenvolvimento da Jornada dos Pontos Focais; a criação dos jogos sérios Detetive UX e Sociedade das Ideias.

Essas ações contribuíram para o fortalecimento da cultura institucional centrada no usuário, para o aprimoramento contínuo dos serviços públicos e para o desenvolvimento de soluções mais aderentes às necessidades reais da sociedade, ampliando a efetividade das políticas públicas e a qualidade da experiência dos cidadãos no acesso aos serviços estaduais.

Por meio da Gerência de Modelos Organizacionais, foram publicados 18 decretos que promoveram alterações nas estruturas organizacionais da Secretaria de Estado da Casa Civil – CASA CIVIL, Secretaria de Estado da Casa Militar – CASA MILITAR, Corpo de Bombeiros Militar – CBM, Controladoria-Geral do Estado – CGE-GO, Diretoria-Geral da Polícia Civil – DGPC, Diretoria-Geral de Polícia Penal – DGPP, Secretaria de Estado da Economia – ECONOMIA, Agência Estadual de Turismo – GOIÁS TURISMO, Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, Procuradoria-Geral do Estado – PGE, Polícia Militar do Estado de Goiás – PM, Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, Secretaria-Geral de Governo – SGG e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP. Esse movimento contínuo de revisão e modernização organizacional evidencia o aprimoramento do desenho institucional do Poder Executivo, com foco na eficiência administrativa, no alinhamento estratégico e na melhoria da entrega das políticas públicas.

Também, foram publicados os regulamentos da Secretaria de Estado da Saúde – SES, da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP e da Diretoria-Geral de Polícia Penal – DGPP, restando apenas GOINFRA e SEINFRA para publicação. A consolidação desse conjunto normativo fortalece a segurança jurídica, amplia a transparência institucional e estabelece base estruturada para análises organizacionais sistêmicas e futuras reformulações administrativas. Destaca-se, ainda, a publicação da regulamentação da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação – Rede TIC, componente do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, com o objetivo de fortalecer a governança e a integração das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Executivo estadual.

Foram, ainda, desenvolvidas regulamentações estratégicas voltadas ao aprimoramento da governança e da gestão pública, incluindo o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos do Estado de Goiás, a Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, com diretrizes para sua gestão e governança, e o desenvolvimento da regulamentação da Gestão de Processos e da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás.

No campo do desenvolvimento institucional e da qualificação de servidores, foi disponibilizada, em parceria com a Diretoria Executiva da Escola de Governo, a Certificação em Transformação e Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos. Adicionalmente, em parceria com a Escola de Governo e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foi ofertada a Certificação Google UX para 400 servidores públicos estaduais, ampliando competências em experiência do usuário e transformação digital.

Em relação à promoção da inovação, disseminação de conhecimento e fortalecimento das redes de governança, destacam-se a realização do 2º Seminário Estadual de Transformação Digital, que reuniu cerca de 500 participantes, em parceria com a Secretaria-Geral de Governo – SGG e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI; a realização do 2º Prêmio de Inovação do Setor Público de Goiás, também em parceria com a SGG e a SECTI; o 1º Encontro Temático de Experiência do Usuário, Avaliação e Modelos Organizacionais, com a participação de aproximadamente 50 servidores pontos focais da Rede TransformaGOV; o 3º Encontro Temático de Gestão da Carta de Serviços, reunindo cerca de 30 servidores; o 2º Encontro Temático de Gestão de Processos, com

aproximadamente 40 participantes; e a realização do BPM Day Goiás, evento técnico especializado em inovação, governança e gestão de processos, que reuniu cerca de 600 participantes entre servidores públicos, profissionais da iniciativa privada e representantes da academia, consolidando-se como importante espaço de integração e disseminação de boas práticas em gestão pública.

Adicionalmente, foi disponibilizado o Pacote de Soluções do TransformaLAB, composto por 39 produtos estruturados entre e-books, oficinas, cursos, diagnósticos e ferramentas de apoio à gestão, ofertados a todos os órgãos e entidades estaduais com o objetivo de fortalecer capacidades institucionais e acelerar iniciativas de transformação da gestão e dos serviços públicos.

No âmbito do fortalecimento da governança do conhecimento e da padronização metodológica, foi disponibilizado o ambiente colaborativo SharePoint do TransformaLAB e de suas temáticas estruturantes – Transformação e Simplificação Pública, Transformação Digital, Modelos Organizacionais, Gestão por Processos, Carta de Serviços ao Usuário, Experiência do Usuário e Avaliação – consolidando um repositório unificado de metodologias, orientações técnicas e instrumentos de gestão para apoio às unidades centrais e setoriais.

Acesse QR Code SharePoint TransformaLAB (acesso apenas intranet do Estado)
Link de acesso: https://goiasgovbr.sharepoint.com/sites/sctp-transformalab

Como instrumentos estratégicos de diagnóstico e inteligência institucional, foram desenvolvidos e disponibilizados o Diagnóstico de Maturidade da Gestão de Processos e de Serviços; o Diagnóstico dos Serviços Públicos mais demandados pelos Cidadãos Goianos; e o Diagnóstico Organizacional sob a perspectiva da Lei nº 21.792/2023 e do Decreto nº 10.218/2023, contribuindo para a tomada de decisão baseada em evidências e para o planejamento de ações estruturantes.

No campo da gestão orientada por dados e evidências, foram disponibilizados painéis estratégicos de Business Intelligence – BI, incluindo o BI do Mapa de Transformação de Serviços; o BI de Avaliação do EXPRESSO; o BI da Rede TransformaGOV; o BI da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás; e o BI do Banco de Desafios/Problemas e Soluções, ampliando a capacidade de monitoramento, análise e acompanhamento das iniciativas de transformação e melhoria contínua.

Destaca-se, ainda, a disponibilização da integração do Cadastro Base do Cidadão por meio do EXPRESSO, em parceria com a Secretaria-Geral de Governo – SGG, bem como o lançamento do EXPRESSO 3.0, contemplando o EXPRESSO Web e o EXPRESSO App, também em parceria com a SGG, fortalecendo a transformação digital dos serviços públicos e ampliando a oferta de soluções integradas, acessíveis e centradas nas necessidades dos cidadãos.

No âmbito da ampliação da oferta de serviços públicos transformados, tornando-os mais simples, acessíveis e digitais, e de sua disponibilização por meio do EXPRESSO, foram conduzidos projetos estruturantes de transformação de serviços, orientados à melhoria da experiência do usuário, à desburocratização e à modernização da gestão pública estadual. As iniciativas contemplaram diferentes órgãos e políticas públicas prioritárias, com

foco na geração de valor ao cidadão e no aumento da eficiência operacional, conforme destacado a seguir:

- SSP/DGPC: emissão da Carteira de Identidade Nacional – CIN;
- DETRAN: renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH; Registro e Emplacamento de Veículo Novo; e Regularizar Dívida Ativa Junto ao DETRAN;
- DETRAN/ECONOMIA: implantação da Plataforma Digital de Processos - Protocolo Digital;
- SEDS: Passe Livre da Pessoa com Deficiência; e Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA;
- SEDUC: Matrícula Escolar;
- SEAD: Tomada de Posse em Cargo Público;
- SEAD/CGE: Conselho Virtual de Usuários dos Serviços Públicos do Estado de Goiás.

Estes projetos refletem o avanço consistente da agenda de transformação digital e simplificação de serviços públicos, promovendo maior integração entre órgãos, ampliação do acesso digital e fortalecimento de modelos de prestação de serviços centrados no cidadão.

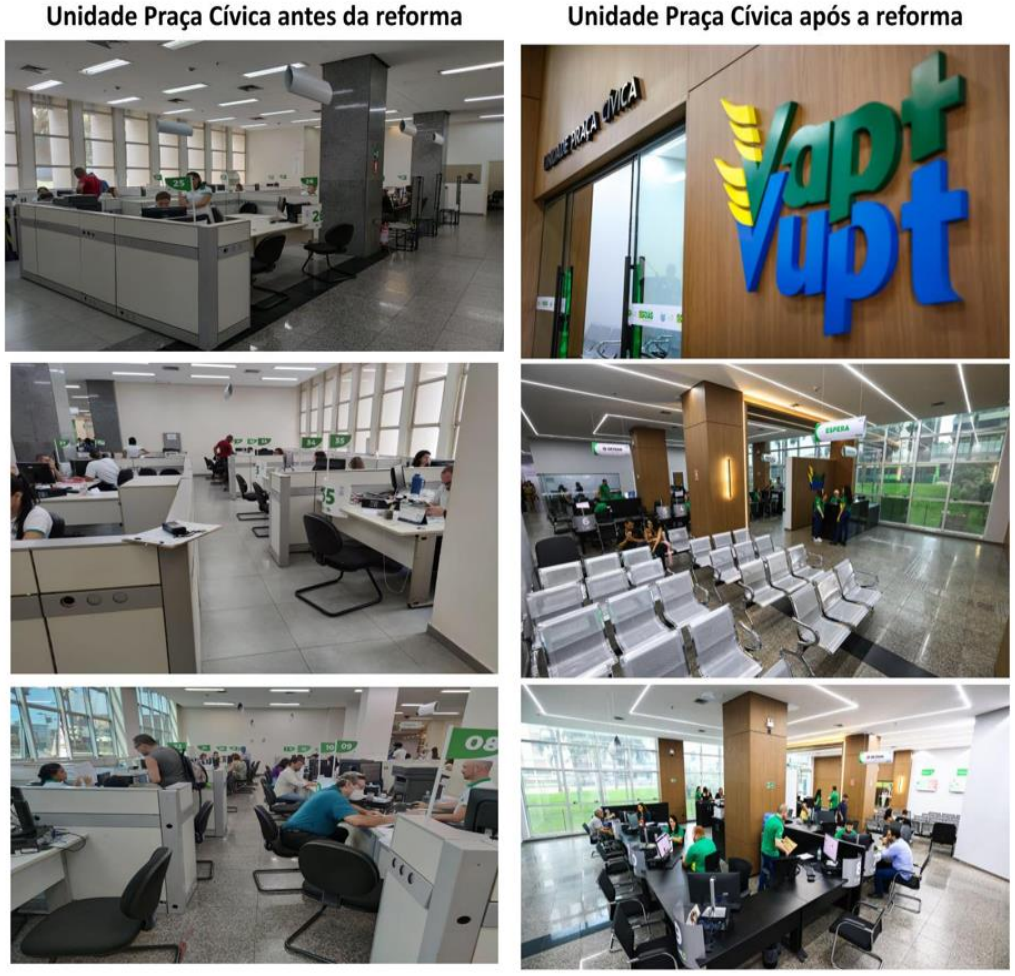
Além dessas frentes estruturantes, outras ações e entregas estratégicas merecem destaque, evidenciando o avanço consistente da agenda de transformação da gestão e dos serviços públicos estaduais. Entre elas, a condução do projeto de Gestão por Processos no PMO Goiás, promovendo alinhamento metodológico e padronização de práticas; o levantamento, modelagem e melhoria de processos de gestão de pessoas para implantação do sistema de recursos humanos do Estado, o IntegraGO; a modelagem de processos da vida funcional do servidor no projeto de Assentamento Funcional Digital, ainda em andamento; o direcionamento estratégico para evolução em 99 indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados; a inclusão de QR Code para avaliação de serviços nas unidades presenciais de atendimento; o redesenho e simplificação de 35 processos administrativos; a gestão de 116 planos de trabalho da Rede TransformaGOV; e a realização de aproximadamente 30 milhões de atendimentos digitais por meio do EXPRESSO no ano de 2025, evidenciando a ampliação do acesso digital e o fortalecimento da prestação de serviços públicos centrados no cidadão.

Partindo para a Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão, esta orienta sua atuação estratégica pela geração de valor público, assegurando acesso qualificado, eficiente e humanizado aos serviços estaduais, com base em dados, gestão de riscos e monitoramento contínuo de resultados.

A governança estratégica é apoiada por três instrumentos principais:

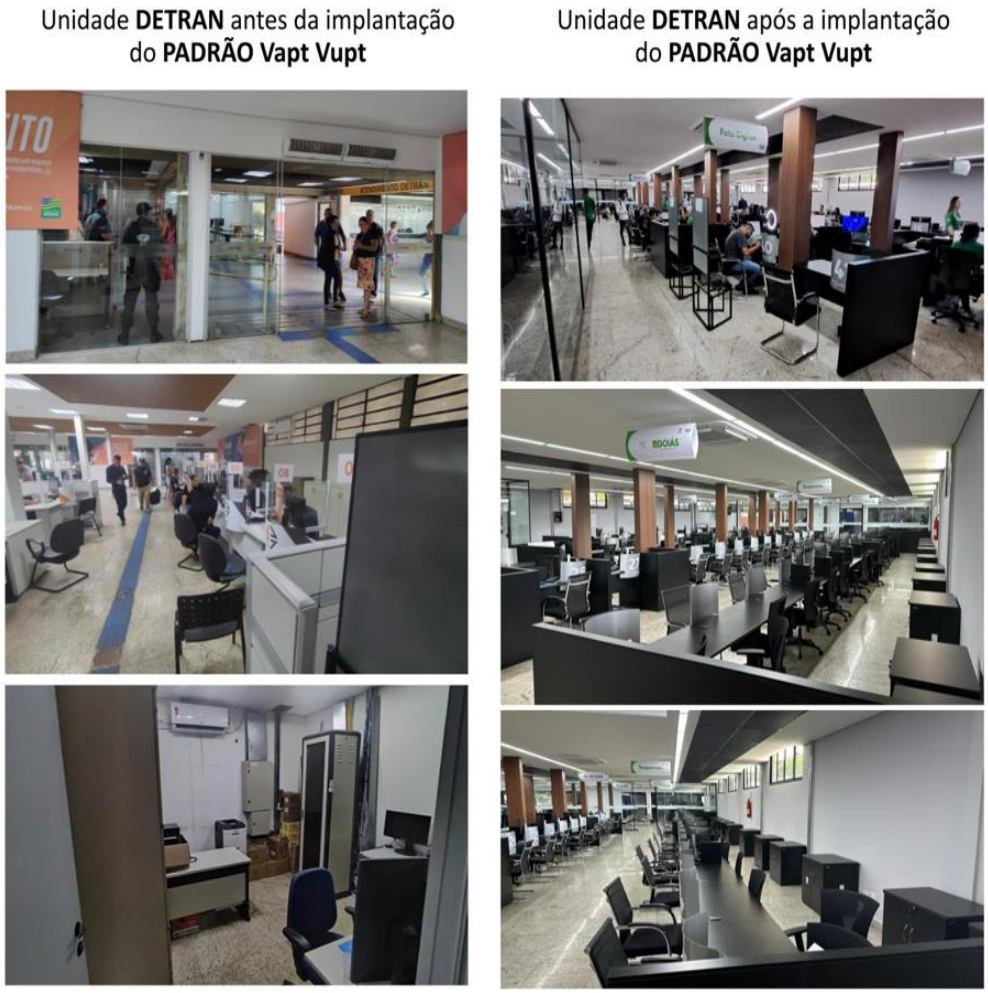
1. GT RENOVA: Comitê coordenado pela Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, responsável pelo acompanhamento semanal de reformas, ampliações e implantação de novas unidades Vapt Vupt, com participação integrada das áreas envolvidas. O GT fortalece a tomada de decisão, o controle de prazos e a mitigação de riscos operacionais.

Foto 2 – Unidade Praça Cívica antes e após a reforma



Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

Foto 3 – Unidade DETRAN antes e após a implantação do Padrão Vapt Vupt



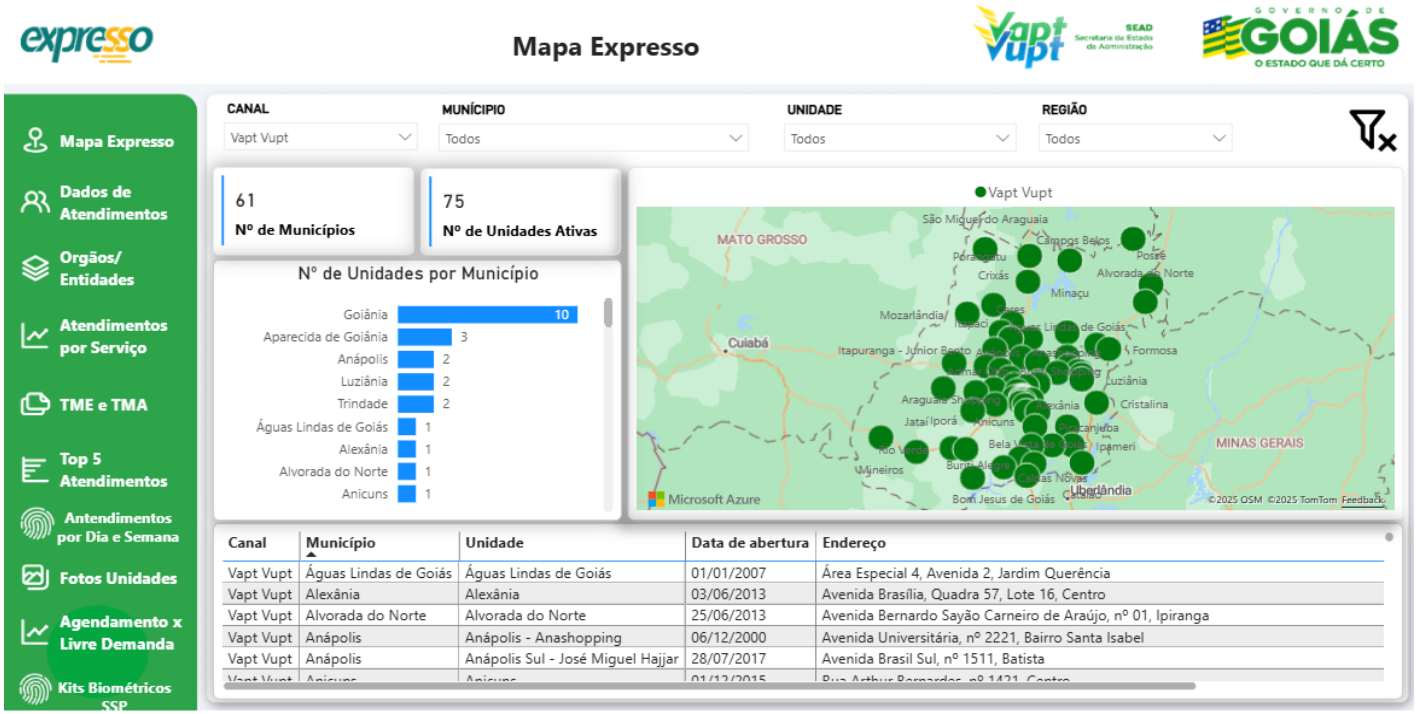
Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

2. BI da Rede de Atendimento ao Cidadão: Ferramenta estratégica de monitoramento e inteligência de dados, que consolida informações sobre:

- Quantidade de agendamentos e atendimentos por unidade, município, órgão e serviço;
- Indicadores de tempo médio de espera e atendimento;
- Taxa de desistência, produtividade e volume por atendente;
- Comparativos por período (dia, mês e ano).

O BI subsidia decisões gerenciais, otimização de recursos e melhoria da experiência do cidadão.

Registro de Tela 1 – BI da Rede de Atendimento ao Cidadão

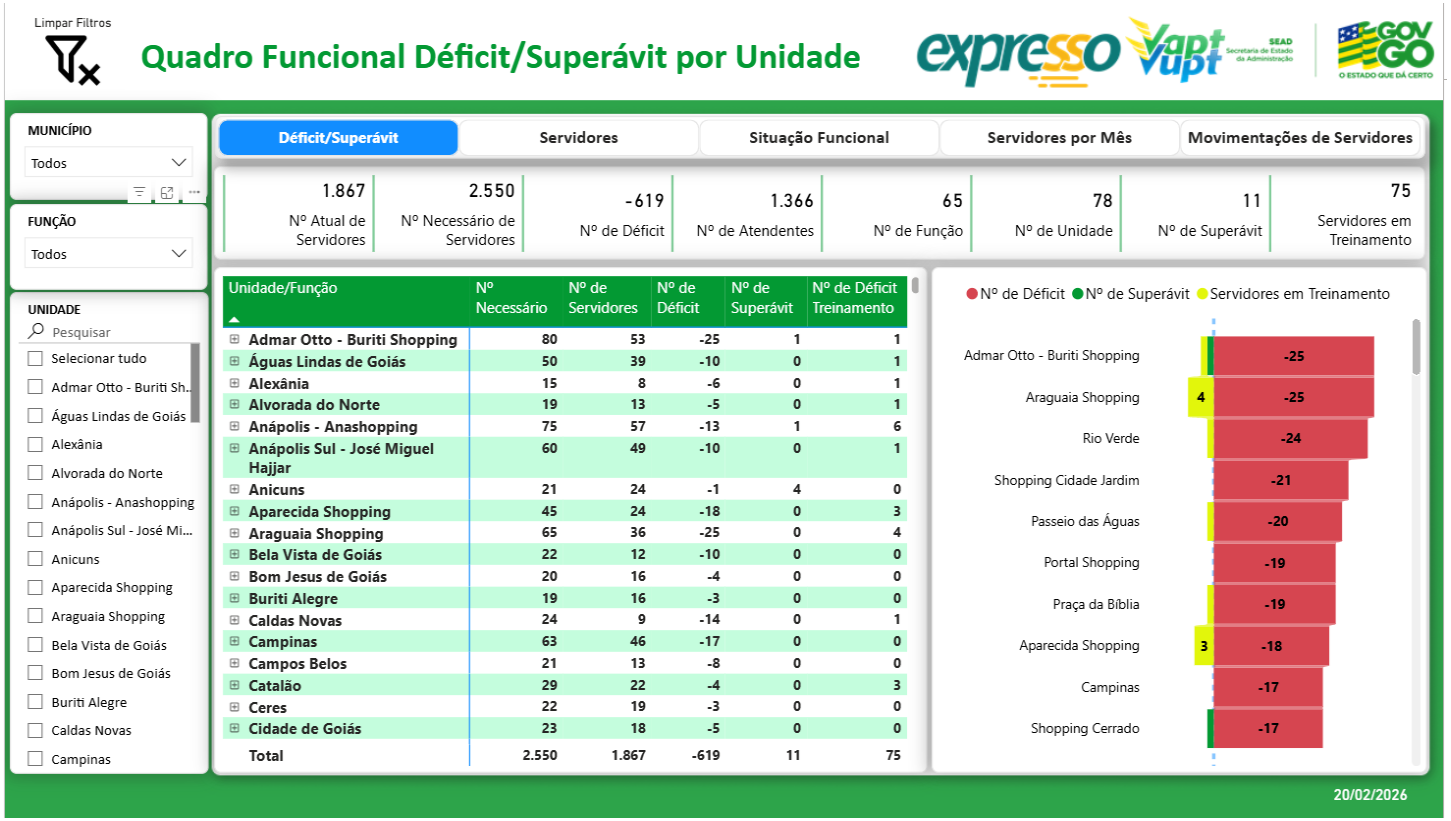


Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

3. BI do Quadro Funcional das Unidades: sistema de acompanhamento da força de trabalho, com identificação de déficits e superávits de servidores por unidade, permitindo redistribuição estratégica, equilíbrio operacional e maior eficiência na prestação do serviço.

Esses instrumentos fortalecem a supervisão da gestão, os controles internos e a capacidade de resposta às demandas da sociedade, assegurando resultados sustentáveis no curto, médio e longo prazos.

Registro de Tela 2 – Quadro de défcits por unidade Vapt Vupt



Unidade/Função	Nº Necessário	Nº de Servidores	Nº de Déficit	Nº de Superávit	Nº de Déficit Treinamento
Admar Otto - Buriti Shopping	80	53	-25	1	1
Águas Lindas de Goiás	50	39	-10	0	1
Alexânia	15	8	-6	0	1
Alvorada do Norte	19	13	-5	0	1
Anápolis - Anashopping	75	57	-13	1	6
Anápolis Sul - José Miguel Hajjar	60	49	-10	0	1
Anicuns	21	24	-1	4	0
Aparecida Shopping	45	24	-18	0	3
Araguaia Shopping	65	36	-25	0	4
Bela Vista de Goiás	22	12	-10	0	0
Bom Jesus de Goiás	20	16	-4	0	0
Buriti Alegre	19	16	-3	0	0
Caldas Novas	24	9	-14	0	1
Campinas	63	46	-17	0	0
Campos Belos	21	13	-8	0	0
Catalão	29	22	-4	0	3
Ceres	22	19	-3	0	0
Cidade de Goiás	23	18	-5	0	0
Total	2.550	1.867	-619	11	75

Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

Quanto à Superintendência de Inovação da Gestão Pública, sua atuação estratégica estrutura-se em um modelo de governança focado na integração institucional, no uso de evidências para decisões e na entrega de soluções inovadoras para problemas da administração. Esse arranjo permite que a unidade contribua de forma direta para o cumprimento dos objetivos institucionais da Secretaria, ao articular diferentes órgãos, atores externos e áreas técnicas em torno de iniciativas estruturantes de inovação.

O processo de tomada de decisão estratégica é apoiado pela escuta ativa das áreas finalísticas, pelo mapeamento de problemas, pela análise de viabilidade técnica e institucional das soluções propostas e pela avaliação prévia de alternativas tecnológicas e modelos de implementação progressiva de inovação. Essa dinâmica orienta a priorização de projetos e a definição das agendas de atuação, incluindo a consolidação da jornada de inovação aberta e a estruturação de projetos baseados em inteligência artificial, ciência de dados e automação de processos, ampliando a capacidade do Estado de responder a desafios complexos de forma mais ágil e orientada a resultados.

A gestão de riscos e os controles internos estão incorporados às etapas de planejamento e execução das iniciativas, com ênfase na validação prévia das demandas, na definição clara de escopo, na análise de riscos técnicos, jurídicos e operacionais e no acompanhamento sistemático das entregas, reduzindo a probabilidade de retrabalho, de baixa aderência das soluções às necessidades institucionais e de insucesso na adoção de novas tecnologias.

A supervisão da gestão ocorre por meio do acompanhamento contínuo do portfólio das iniciativas, do alinhamento entre as frentes de inovação aberta, cultura de inovação e inteligência de negócios públicos e da articulação permanente com as áreas demandantes e com as instâncias de coordenação da Secretaria, favorecendo maior coerência entre planejamento e execução e ampliando a capacidade de resposta da unidade diante de mudanças de contexto e de prioridades governamentais.

O relacionamento com a sociedade e com as partes interessadas é promovido, principalmente, por meio das iniciativas de inovação aberta, da articulação com startups, universidades, instituições de pesquisa, órgãos de controle e demais parceiros institucionais, bem como pela aproximação sistemática com as demais secretarias de estado, fortalecendo a cocriação de soluções e a legitimidade das políticas públicas voltadas à modernização da gestão.

No curto prazo, a estratégia da unidade está direcionada à consolidação dos programas estruturantes de inovação aberta, ao fortalecimento da cultura de inovação nos órgãos estaduais e à ampliação do uso de soluções de inteligência de negócios e automação de processos, com foco na melhoria da eficiência administrativa. No médio prazo, busca-se ampliar o número de iniciativas inovadoras implementadas de forma transversal, fortalecer redes de inovação no âmbito do Governo do Estado e difundir metodologias próprias desenvolvidas pela Superintendência. No longo prazo, a diretriz estratégica está voltada à consolidação de um ecossistema institucional de inovação capaz de sustentar políticas públicas mais efetivas, integradas e orientadas a dados.

O uso dos recursos humanos, materiais e tecnológicos é orientado às prioridades estratégicas da unidade, concentrando esforços na estruturação de projetos, no apoio técnico às áreas demandantes, na articulação institucional e na disseminação de metodologias e práticas de inovação.

Nesse contexto, destacam-se como principais produtos e entregas institucionais a Jornada de Inovação Aberta e a estruturação de processos de contratação por meio do Contrato Público para Solução Inovadora – CPSI, incluindo a condução dos dois primeiros CPSI do Estado de Goiás em parceria com a Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

Figura 12 – Manual Jornada de Inovação Aberta com CPSI na Prática



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025

Acesse o QR *Code* Manual Jornada de Inovação Aberta com CPSI na Prática
Link de acesso: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2025/06/Jornada-de-Inovacao-Aberta-com-CPSI-na-Pratica-1.pdf

Também se destaca a coordenação e execução do Programa GovTech 2, realizada em articulação com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás, o HUB Goiás e demais secretarias participantes, promovendo a conexão entre governo e ecossistema de inovação para desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas à gestão pública. No âmbito do programa, foram estruturados desafios estratégicos junto aos órgãos estaduais, com destaque para: a Secretaria de Estado da Administração, com o desafio de aprimorar a fiscalização de contratos de tecnologia da informação; a Secretaria de Estado da Saúde – SES, com o desafio de aperfeiçoar o processo de notificação de morte encefálica para doação de córneas; a Secretaria de Estado da Economia – ECONOMIA, com o desafio de integração de dados fiscais para melhoria da fiscalização tributária; a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, com o desafio de estruturação de uma gestão integrada da jornada de inovação tecnológica; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, com o desafio de fortalecer a fiscalização pós-licenças ambientais; e a Secretaria-Geral de Governo – SGG, com desafios relacionados a

cidades inteligentes, gestão de projetos, monitoramento e dados governamentais.

Foto 4 – Programa GovTech 2



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Foto 5 – Programa GovTech 2



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

No campo da inteligência de dados, destaca-se o desenvolvimento da solução de inteligência artificial Análise Expresso – ANE, integrada ao BI de avaliação dos serviços públicos para classificação automática de sentimentos dos comentários dos cidadãos.

Figura 13 – IA ANE



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Ainda nessa frente, foi desenvolvida a ferramenta Prioriza IA, voltada ao apoio na avaliação e priorização de projetos estratégicos da SEAD, contribuindo para decisões baseadas em evidências.

Figura 14 – Prioriza IA



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Quanto à automação de processos, destaca-se a implantação de automações robóticas de processos (RPA) para apoio às áreas de atendimento ao cidadão e de desenvolvimento profissional, promovendo ganhos de eficiência operacional.

Foram também estruturados painéis de Business Intelligence para apoio à tomada de decisão, com destaque para o painel do Sistema de Logística Reversa – SISREV e da Superintendência de Identificação Humana da Diretoria-Geral da Polícia Civil – DGPC.

Foto 6 – Estruturação de painéis de BI - DGPC



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

No âmbito da prospecção tecnológica, realizaram-se estudos técnicos e Provas de Conceito – POCs para avaliação de soluções de chatbot, automação de análise documental e ferramentas low-code e omnichannel.

No eixo metodológico e de disseminação do conhecimento, foram produzidos e-books e materiais orientativos relacionados à cultura de inovação, inovação aberta e inteligência de negócios públicos.

Por fim, destaca-se a execução de ações de disseminação da cultura de inovação, por meio dos projetos InovArte, da série de vídeos Inova InFoco, além da realização de eventos, oficinas e capacitações junto aos órgãos estaduais, fortalecendo a atuação em rede e a maturidade institucional em inovação.

Dessa forma, a estratégia da Superintendência de Inovação da Gestão Pública está orientada à geração de valor público, ao apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas mais eficientes, colaborativas e baseadas em evidências, promovendo impactos positivos para a administração pública e para a sociedade nos horizontes de curto, médio e longo prazos.

No âmbito da Gerência de Governança de Estatais – GGE, a estratégia pauta-se no alinhamento das decisões com o Gabinete do Secretário da Administração. A operacionalização dessa estratégia ocorre por meio de reuniões de pautas relevantes, com a participação ativa da CGE, da Secretaria da Economia, das pastas jurisdicionantes e dos dirigentes das estatais.

Na atuação estratégica de gestão de riscos, foi identificado o “Risco de Desalinhamento dos órgãos envolvidos”, que se trata do desalinhamento dos órgãos envolvidos diretamente e indiretamente na política de governança das empresas estatais. Suas causas prováveis são falta de interesse, falta de conhecimento e falta de capacidade técnica; tendo como consequência o enfraquecimento da governança das empresas estatais. Por se tratar de um risco de nível médio (probabilidade possível e impacto menor), ele é considerado nas ações da GGE, que adota uma estratégia focada na redução do risco. Isso significa que são realizadas ações preventivas com o objetivo de minimizar a probabilidade de que este ocorra.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, quanto à SUCEP, tem-se que a execução das entregas e atividades é feita de forma alinhada com os direcionamentos gerais da SGDP e o Gabinete do Secretário.

Os principais riscos das entregas e atividades da SUCEP e unidades vinculadas estão inseridos no Compliance para a devida gestão e acompanhamento. As equipes são constantemente treinadas, em ações de educação permanente e continuada, para aperfeiçoamento de suas entregas. Os materiais e equipamentos disponibilizados pela SEAD estão adequados ao trabalho, sendo necessária, ainda, a adequação de alguns recursos tecnológicos de softwares institucionais e comerciais para o aumento da eficiência das entregas e melhor gestão da informação e do conhecimento, o que já está em fase de discussão e providências pelas áreas responsáveis na pasta.

A atuação estratégica da SUCEP e unidades vinculadas está diretamente alinhada aos Decretos nº 10.263, de 19 de maio de 2023, nº 10.275, de 22 de junho de 2023 e nº 10.437, de 9 de abril de 2024.

O Decreto nº 10.263, de 2023, que regulamenta o Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, estabelece uma estrutura colaborativa em rede entre a unidade central e as unidades setoriais dos órgãos do Poder Executivo, visando uma gestão integrada, eficiente e orientada à entrega de valor público. A unidade central define políticas, diretrizes e normas gerais, orientando e capacitando as unidades setoriais quanto aos padrões de gestão. Estas, por sua

vez, adaptam as normas às especificidades de cada órgão, operacionalizando e monitorando a execução das atividades, bem como, reportando à unidade central os ajustes e melhorias contínuas.

Especificamente, o Decreto nº 10.275, de 2023 regulamenta a atuação da Rede de Gestão de Pessoas, que tem o objetivo de aprimorar a efetividade da gestão pública dos órgãos e das entidades nas áreas de gestão e desenvolvimento de pessoas, garantindo que as diretrizes estabelecidas pelas unidades centrais sejam bem compreendidas pelas unidades setoriais e correlatas de gestão de pessoas.

Já o Decreto nº 10.437, de 2024, aprova o regulamento da SEAD e estabelece as competências de suas unidades administrativas. Assim, a atuação da SUCEP e suas unidades visam dar cumprimento também às respectivas competências atribuídas.

Quanto à SUGEP, na Cadeia De valor Integrada do Estado de Goiás, esta atua principalmente nos Macroprocessos de Suporte – Gestão de Pessoas. Assim, as ações de governança executadas em 2025 pela unidade, tiveram como foco o cumprimento dos objetivos estratégicos e dos projetos prioritários da SEAD, além do atendimento a outras demandas específicas.

A execução das entregas e atividades pela SUGEP e unidades vinculadas é feita de forma alinhada com os direcionamentos gerais das reuniões com a Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e/ou com o Gabinete do Secretário e das reuniões específicas de projetos prioritários ou de pautas relevantes.

Os principais riscos das entregas e atividades da SUGEP e unidades vinculadas estão inseridos no Compliance Público para a devida gestão e acompanhamento, uma vez que todas as unidades possuem riscos mapeados e acompanhados no Compliance Público para auxiliar no seu desempenho e melhoria dos processos de trabalho.

A Superintendência de Recrutamento e Seleção - SURES integra a Rede de Gestão de Pessoas, por meio da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, instituída pelo decreto nº10.275, de 22 de junho de 2023, que tem o objetivo de aprimorar a efetividade da gestão pública dos órgãos e das entidades nas áreas de gestão e desenvolvimento de pessoas, principalmente quanto a:

- Desenvolvimento e melhoria da comunicação;
- Padronização, simplificação e automação de rotinas;
- Capacitação das unidades setoriais;
- Disseminação de boas práticas;
- Busca e uso de ferramentas inovadoras para otimizar os processos e a gestão;
- Participação das unidades na construção conjunta do ambiente produtivo e saudável;
- Monitoramento e auxílio recíproco na execução das atividades operacionais;
- Busca pelo engajamento e pertencimento no ambiente de gestão de pessoas;
- Reconhecimento pelos resultados alcançados; e
- Alinhamento de objetivos a serem alcançados e aos desafios a serem vencidos.

Os objetivos e ações da Superintendência de Recrutamento e Seleção estão inseridos no Programa MOVE GOIÁS, por meio da Rede de Gestão de Pessoas.

O Programa MOVE tem como objetivos:

- Implantar projetos e adotar iniciativas para a gestão de pessoas mais efetiva, empática e estratégica, que compreenda o ser humano em sua completude, atraia novos talentos, desenvolva suas potencialidades e aloque–o por competência conforme o mapeamento das necessidades das unidades administrativas do Estado de Goiás;
- Desenvolver conhecimento, habilidade, atitude e percepção de valores do servidor público e tê-los como fundamentais para o sucesso das estratégias e o alcance de resultados da administração pública, com a promoção da qualificação e do perfil sistêmico e flexível desse servidor, para inspirá–lo e engajá–lo na superação de obstáculos, na conquista de novos patamares de excelência em sua atuação; e
- Adotar o acolhimento como prática de respeito na prestação de serviços públicos com foco no cidadão.

As estratégias e objetivos definidos no Planejamento Estratégico e no Programa MOVE foram alinhados à metodologia adotada pelo PPA, que se estrutura em Programas, Ações e Produtos.

Dessa forma, foi criado o Programa M.O.V.E. Goiás, identificado pelo código 1025. O posicionamento estratégico da Superintendência de Recrutamento e Seleção no Planejamento Estratégico 2023-2026 da SEAD está inserido na perspectiva “Servidores”, dentro do objetivo estratégico: “Tornar o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, a fim de atrair e reter talentos excepcionais.”

A Comunicação Setorial tem sua estratégia orientada à geração de valor público por meio da transparência ativa e do fortalecimento da relação entre Estado e sociedade.

Com base nos dados de 2025, observa-se um desempenho consistente na exposição midiática da SEAD, com predominância de inserções positivas ao longo do exercício. Destacam-se:

- Total anual relevante de inserções, com forte presença em veículos de comunicação;
- Elevado percentual de matérias positivas, evidenciando assertividade na comunicação institucional;
- Baixo índice de matérias negativas, demonstrando eficiência na gestão de riscos e crises; e
- Presenca recorrente do titular da Pasta, reforcando a estratégia de personalização da comunicação institucional.

A tomada de decisão estratégica da unidade é baseada em dados e evidências, especialmente a partir dos relatórios de clipping, que permitem:

- Identificar oportunidades de pauta;
- Corrigir percepções distorcidas;
- Direcionar campanhas institucionais; e
- Fortalecer agendas prioritárias do governo.

Além disso, a Comunicação Setorial atua no relacionamento com *stakeholders*, incluindo imprensa, servidores públicos e sociedade civil, ampliando o alcance das políticas públicas e garantindo maior compreensão das ações governamentais.



GESTÃO DE RISCOS

7 GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é uma estratégia governamental prioritária e é gerida pela Controladoria Geral do Estado – CGE e num segundo nível, pelos escritórios setoriais de controladoria interna.

O Monitoramento dos riscos das unidades básicas da SEAD é realizada bimensalmente, por meio de reuniões técnicas.

A Chefia de Gabinete exerce a gestão de riscos ao monitorar o Programa de Compliance Público – PCP e ao identificar, de forma antecipada, potenciais entraves administrativos, jurídicos ou políticos que possam comprometer as metas da Pasta. Ao gerir os riscos operacionais e garantir a conformidade dos atos administrativos, a unidade permite que a alta gestão foque na inovação e na entrega de valor público. Os esforços da equipe são canalizados para que a estrutura de governança da SEAD seja resiliente e transparente, assegurando que o Plano Estratégico SEAD 2023-2026 não seja apenas um documento formal, mas uma realidade vivenciada em cada decisão, processo e serviço entregue à sociedade goiana, fortalecendo a confiança nas instituições e a eficácia das políticas de estado.

A Gerência da Secretaria-Geral – GESG, atua na gestão de riscos, ao assegurar a adequada formalização, padronização e regular tramitação dos expedientes administrativos submetidos à apreciação do Gabinete do Secretário e das unidades da Pasta contribui diretamente para a organização dos fluxos processuais, o cumprimento de prazos institucionais e a mitigação de riscos administrativos.

A Procuradoria Setorial da SEAD, contribui para a mitigação de riscos jurídicos, apoiando os gestores nos processos de tomada de decisão estratégica, tática e operacional, conforme as competências. Nesse âmbito, exerce controle prévio e incidental de legalidade, contribuindo para a prevenção de irregularidades e para a gestão de riscos institucionais, inclusive nos procedimentos licitatórios e contratuais.

A Corregedoria Setorial, quanto à gestão de riscos, prioriza, entre outros, os riscos de prescrição, retrabalho por nulidades, rotatividade e perda de conhecimento técnico, bem como riscos associados à confidencialidade. As medidas mitigadoras incluem acompanhamento sistemático de prazos, padronização de peças, orientação contínua às comissões, e estímulo à capacitação.

No tocante à Ouvidoria Setorial da SEAD, cabe a gestão de riscos relacionados ao cumprimento dos prazos legais de atendimento e à qualidade das respostas apresentadas às manifestações registradas. A partir da análise das manifestações recebidas, são elaborados relatórios de ouvidoria com o objetivo de subsidiar ações voltadas ao aprimoramento contínuo das atividades institucionais da Pasta, bem como fornecer diagnóstico qualificado dos serviços prestados, considerando a perspectiva dos agentes envolvidos e, especialmente, dos usuários dos serviços públicos.

O Escritório de Projetos Setorial, destaca-se, ainda, a atuação na identificação, análise e monitoramento dos riscos associados às iniciativas estratégicas, propondo medidas preventivas e corretivas que contribuam para a mitigação de impactos e aumento da probabilidade de alcance dos resultados planejados. A unidade atua de forma integrada às áreas responsáveis, promovendo a identificação sistemática de riscos estratégicos e operacionais, o acompanhamento dos planos de tratamento e a avaliação contínua

do ambiente organizacional, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e para a melhoria dos processos de governança.

A SGI, com a atuação integrada das gerências, permite identificar riscos institucionais, implementar medidas preventivas e corretivas, assegurar conformidade normativa e fortalecer a transparência e a prestação de contas. Isto é assegurado, por meio de processos formalizados, definição clara de responsabilidades, segregação de funções, utilização de sistemas corporativos, monitoramento de indicadores e controles.

Na abrangência da Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados – GESTD, A gestão de riscos está implicitamente relacionada às atividades de análises estatísticas e econométricas, monitoramento por indicadores estratégicos, projeções e simulações de cenários, que apoiam a antecipação de problemas, redução de incertezas e tomada de decisão baseada em evidências.

A Gerência de Planejamento Institucional – GPI da SEAD apresenta uma análise técnica sobre a gestão de riscos que estão sobre os seus cuidados, focando em dois pontos críticos que estão na planilha Smartsheet-Matriz de Risco-Compliance-CGE para a eficiência da administração pública: a convergência entre planejamento e orçamento, e o monitoramento do PPA.

O risco “Disparidade entre Instrumentos de Planejamento e Orçamento” explicita a falta de sintonia entre o que é planejado estrategicamente e o que é efetivamente alocado no financeiro, gerando uma situação em que as ações são executadas com base apenas na disponibilidade financeira imediata oferecida por parte da Secretaria da Economia, deixando à margem as metas de longo prazo, o que pode acarretar no impacto de descontinuidade de políticas públicas e projetos, subutilização de recursos e falha no alcance dos objetivos estratégicos da SEAD.

Para tanto, foram tomadas medidas de mitigação para promover a integração PPA-LOA, utilizando os programas, produtos e serviços como o elo central de integração, em que o PPA define o desenho da política e a Lei Orçamentária Anual detalha o recurso financeiro necessário.

A Gerência de Apoio Administrativo e Logístico – GEAP, atua na gestão de riscos, através da organização de fluxos, no controle, distribuição, manutenção e conservação da carga patrimonial, controle e distribuição de serviços contratados para a SEAD, acompanhamento de contratos e racionalização de recursos, contribuindo para a eficiência administrativa e mitigação de riscos operacionais.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa – GCGC, atua na gestão de riscos através do fortalecimento dos mecanismos de controle e integridade, na análise técnica das transferências voluntárias, na interlocução com órgãos de controle e na implementação de práticas de Compliance, visando transparência, conformidade e mitigação de riscos institucionais.

No que tange à Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial – GEINFRA, A gestão de riscos está relacionada às ações de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, à fiscalização contratual e à elaboração de projetos e laudos técnicos, visando mitigar riscos estruturais, assegurar segurança operacional e garantir a continuidade dos serviços públicos.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos – GEMOP, mitiga os riscos realizando mapeamento e redesenho de fluxos, identifica gargalos e oportunidades de aprimoramento” e “contribui para decisões mais seguras”

Assegurando rigor técnico a Gerência de Contabilidade – GECONT atua através de monitoramento sistemático das informações fiscais, utiliza sistemas corporativos e mecanismos de controle interno que reduzem riscos materiais e ampliam a rastreabilidade dos atos administrativos.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – GGDP, faz sua gestão de riscos mediante ações de conformidade legal, acompanhamento funcional e gestão adequada da força de trabalho que previnem riscos operacionais, jurídicos e administrativos.

Na área de operação, controle e monitoramento da execução orçamentária e financeira a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOF, assegura conformidade legal e responsabilidade fiscal. Realiza análise prévia dos processos, verifica disponibilidade orçamentária, acompanha cronogramas de desembolso e restos a pagar, mitigando riscos de descontinuidade contratual e geração de passivos.

A Gerência de Compras Governamentais – GECG coordena e supervisiona o ciclo completo das contratações públicas, desde o planejamento até o acompanhamento da execução contratual. Atua na padronização de procedimentos, mitigação de riscos, alinhamento entre planejamento e orçamento e interlocução com órgãos de controle, fortalecendo integridade, transparência e eficiência administrativa.

Na esfera da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, atua na gestão de riscos através de rotinas de controle e conferência, organização documental e consolidação dos inventários, com foco no saneamento de pendências históricas, articulando com instâncias fiscais e judiciais e o direcionamento da realização de ativos para a quitação de passivos, ao mesmo tempo em que se buscou reduzir, de forma progressiva, a necessidade de repasses do Estado para manutenção da estrutura.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo – DEEG, atua na gestão de riscos por meio do fortalecimento interno das práticas de governança quanto na capacitação dos servidores públicos estaduais. Nesse sentido, destaca-se a certificação em Compliance Público, ofertada pela Escola de Governo, que em 2025 capacitou 4.614 servidores, distribuídos nos seguintes eixos: (I) estruturação das regras e instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; (II) fomento à transparência; (III) responsabilização; e (IV) gestão de riscos. Essa iniciativa contribui diretamente para o aprimoramento do processo de tomada de decisão, para o fortalecimento dos controles internos e para a mitigação de riscos institucionais no âmbito da Administração Pública Estadual.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – atua na à gestão de riscos relacionados às atividades periciais e de saúde e segurança ocupacionais. A DESSS monitora a conformidade com os normativos de saúde e segurança do trabalho, o cumprimento dos prazos judiciais e a sustentabilidade dos processos de trabalho. As ações de mitigação de riscos são conduzidas em alinhamento ao Programa de Compliance Público – PCP.

Na área de tecnologia da informação, a Superintendência de Sistemas de Informação – SSI, a gestão de riscos é realizada em conformidade com o Programa de Compliance Público – PCP do Poder Executivo do Estado de Goiás. A partir dos riscos mapeados e as ações de controle implementadas é possível monitorar e realizar um gerenciamento preventivo de sua materialização.

Na Superintendência Central de Compras e Contratos – SCC, a gestão de riscos e os controles internos são operacionalizados por meio da padronização de processos, do monitoramento das contratações e da observância das normas legais e regulamentares, mitigando riscos legais, operacionais e financeiros.

Nesse contexto, a Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário – SUPATI exerce papel estratégico na gestão de riscos ao estruturar, coordenar e supervisionar a política de gestão do patrimônio imobiliário estadual, garantindo maior controle, integridade e continuidade das operações patrimoniais. Sua atuação abrange desde a aquisição até a alienação de imóveis, incorporando mecanismos de prevenção e mitigação de riscos por meio da regularização cartorial, coordenação de inventários, fiscalização da guarda e conservação dos bens e análise técnica de operações como cessões, doações, permutas e desapropriações. Além disso, ao atuar na apreciação de demandas judiciais e na coordenação da regularização fundiária, reduz riscos legais e patrimoniais. A interlocução com outras esferas governamentais e a atuação em rede por meio da REDEPAT fortalecem a padronização, a transparência e o compartilhamento de boas práticas, contribuindo para a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e de governança, bem como para a tomada de decisão mais segura e eficiente no âmbito da administração pública.

A Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário – SCLPM incorpora a gestão de riscos em sua atuação ao estabelecer políticas, diretrizes e mecanismos de controle voltados à administração de bens móveis, suprimentos, frotas e logística documental no âmbito do Poder Executivo estadual. Na gestão de suprimentos, mitiga riscos de desabastecimento e excesso de materiais por meio do controle de estoques, monitoramento de indicadores e padronização de processos. Na gestão de frotas, atua na redução de riscos operacionais, financeiros e de uso indevido de ativos, ao promover a racionalização de gastos, o monitoramento de sistemas e a maximização da vida útil dos veículos e equipamentos. No campo da logística documental, reduz riscos de perda de informações, inconsistências e insegurança jurídica, por meio da normatização, organização, preservação e controle de documentos físicos e digitais. Além disso, ao promover governança, integração em rede (REDEPAT) e padronização de procedimentos, a SCLPM contribui para mitigar riscos de despadronização, falhas operacionais e baixa confiabilidade das informações**,** fortalecendo a eficiência, a conformidade e a tomada de decisão no setor público.

Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos – SUBINOVAÇÃO atua na gestão de riscos por meio de suas superintendências: Superintendência Central de Transformação Pública – SCTP; Superintendência de Inovação da Gestão Pública – SUPERINOVA; e a Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão – SGAC.

A Superintendência Central de Transformação da Gestão Pública – SCTP incorpora a gestão de riscos ao promover a padronização, a governança e o monitoramento contínuo das ações relacionadas à transformação da gestão e dos serviços públicos. Ao disseminar metodologias, boas práticas e instrumentos de gestão e prestar assessoramento técnico em modelos organizacionais, governança de processos e serviços, contribui para mitigar riscos de inconsistências organizacionais, fragilidades na governança e despadronização de práticas. A coordenação da Cadeia de Valor Integrada, da arquitetura de processos e das jornadas dos usuários, aliada à identificação, modelagem, análise e aprimoramento de processos, atua na redução de riscos de ineficiência, gargalos operacionais e desalinhamento entre processos e objetivos estratégicos. O monitoramento de dados, indicadores e níveis de maturidade, bem como a avaliação contínua

da gestão e dos serviços públicos, contribuem para mitigar riscos de decisões não fundamentadas e baixa qualidade das entregas públicas. A validação de atos e estruturas organizacionais e a atuação na elaboração e revisão de regulamentos e pareceres técnicos reduzem riscos jurídicos, regulatórios e institucionais, enquanto a padronização, atualização e avaliação da Carta de Serviços, associadas ao acompanhamento da experiência do usuário, mitigam riscos relacionados à inadequação dos serviços às necessidades dos cidadãos e à baixa efetividade na prestação dos serviços públicos.

No âmbito da Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão – SGAC, a gestão de riscos está expressa na garantia de eficiência e foco em resultados, sendo operacionalizada por meio da padronização e supervisão do atendimento, monitoramento de indicadores, gestão da qualidade, controle de pessoal, gestão de contratos e implementação de projetos e tecnologias, que contribuem para mitigar riscos operacionais, de conformidade e de qualidade na prestação dos serviços ao cidadão.

Na Superintendência de Inovação da Gestão Pública – SUPERINOVA, a gestão de riscos e os controles internos estão incorporados às etapas de planejamento e execução das iniciativas, com ênfase na validação prévia das demandas, na definição clara de escopo, na análise de riscos técnicos, jurídicos e operacionais e no acompanhamento sistemático das entregas, reduzindo a probabilidade de retrabalho, de baixa aderência das soluções às necessidades institucionais e de insucesso na adoção de novas tecnologias.

Gerência de Governança de Estatais – GGE, a atuação estratégica de gestão de riscos, foi identificado o “Risco de Desalinhamento dos órgãos envolvidos”, que se trata do desalinhamento dos órgãos envolvidos diretamente e indiretamente na política de governança das empresas estatais. Suas causas prováveis são falta de interesse, falta de conhecimento e falta de capacidade técnica; tendo como consequência o enfraquecimento da governança das empresas estatais. Por se tratar de um risco de nível médio (probabilidade possível e impacto menor), ele é considerado nas ações da GGE, que adota uma estratégia focada na redução do risco. Isso significa que são realizadas ações preventivas com o objetivo de minimizar a probabilidade de que isto ocorra.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, a gestão de riscos é executada por meio de suas unidades administrativas subordinadas: Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal – SUCEP, Superintendência Central de Gestão de Pessoal – SUGEP e a Superintendência de Recrutamento e Seleção – SURES.

Dentro da Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal – SUCEP, os principais riscos das entregas e atividades da SUCEP e unidades vinculadas estão inseridos no Compliance para a devida gestão e acompanhamento. As equipes são constantemente treinadas, em ações de educação permanente e continuada, para aperfeiçoamento de suas entregas. Os materiais e equipamentos disponibilizados pela SEAD estão adequados ao trabalho, sendo necessária, ainda, a adequação de alguns recursos tecnológicos de softwares institucionais e comerciais para o aumento da eficiência das entregas e melhor gestão da informação e do conhecimento, o que já está em fase de discussão e providências pelas áreas responsáveis na Pasta.

No âmbito da Superintendência Central de Gestão de Pessoal – SUGEP, os principais riscos estão inseridos no Compliance para a devida gestão e acompanhamento, uma vez que todas as unidades

possuem riscos mapeados e acompanhados no Compliance para auxiliar no seu desempenho e melhoria dos processos de trabalho.

O risco identificado na Superintendência de Recrutamento e Seleção – SURES está setorizado por unidade gerencial, que é responsável pela gestão do mesmo, conforme relacionado abaixo:

Gerência de Concursos e Processos Seletivos - GECOPS

Risco: Falhas na Realização de Concursos Públicos e Processos Seletivos;

Área/Processo (Escopo): Gestão de Pessoas;

Objetivo Estratégico: Tornamos o Poder Executivo do Estado de Goiás o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, desenvolvendo competências e criando um ambiente de trabalho que atraia e retenha talentos excepcionais. (Fonte: Planejamento Estratégico SEAD 2023-2026 - Metodologia OKR, pág. 7);

Objetivo Operacional: Realizar concursos públicos, processos seletivos para contratação de servidores temporários e estagiários, e seleções internas para cargos, funções comissionadas e gratificações, para a administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual ou demais instituições, conforme interesse da Administração;

Regulamento da SEAD - Decreto nº 10.437, de 9 de abril de 2024.

Categoria do Risco: Operacional

- Número de vezes que o risco se materializou: 01 (uma) vez.

Observações:

- No terceiro quadrimestre de 2025, o risco se materializou 01(uma) vez, sendo:

  Concurso público para Polícia Penal (Edital nº 002/2024): uma vez que o Resultado Final do referido concurso, publicado no dia 03/11/2025, foi divulgado contendo erros. Em razão disso, esse resultado foi revogado e um novo resultado final foi divulgado no dia 14/11/2025, encerrando-se, assim, a realização desse concurso.

Na Comunicação Setorial da SEAD, a gestão de riscos está diretamente associada à prevenção de crises de imagem e à resposta rápida a conteúdos negativos ou sensíveis, assegurando a integridade institucional e a confiabilidade das informações divulgadas.



MODELO DE NEGÓCIOS

8 MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócio adotado pela SEAD visa demonstrar como a Pasta cria e entrega valor público para a sociedade, organizando seus processos e atividades para o cumprimento de sua missão e visão, integrando a governança à gestão do plano estratégico, como forma de atingir os objetivos estratégicos, garantir a excelência na prestação de serviços públicos.

CADEIA DE VALOR:

No setor público, a cadeia de valor é uma representação gráfica dos processos que geram valor para a sociedade, e que visa resolver problemas e satisfazer as necessidades dos beneficiários.

Introduzida por Michael Porter, essa notação enfatiza a captura dos processos e atividades que agregam valor ao serviço ou produto fornecido ao cidadão, fornece uma visão geral, mas não a visão detalhada dos processos de negócios.

A cadeia de valor é uma ferramenta essencial para a gestão por processos, pois norteia a estrutura dos processos e está associada ao planejamento estratégico. A cadeia de valor permite: Identificar processos, quantificar processos, encontrar meios para melhorar os processos, automatizar parte ou a totalidade dos processos, reconhecer pontos fracos e oportunidades de melhoria.

Cadeia de Valor Integrada do Estado: Instrumento de gestão e governança, que traduz a missão do Estado de Goiás e fornece uma visão sistêmica de todos os processos de trabalho, que executados de forma integrada pelos órgãos e entidades estaduais, entregam valor público à sociedade.

Construída à luz da Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Decretos Reguladores Estaduais e Lei-decreto 200 - Sistemas Estruturadores da Administração Pública e base legal estadual. (Chaves, Nicir. 2021 - Ministério da Economia / SEAD - Secretaria de Estado da Administração de Goiás / Superintendência Central de Transformação Pública / Gerência do Escritório de Processos, 2021).

A Cadeia de Valor está organizada em níveis, sendo:

I - Nível 3 - Processos de Trabalho: Conjunto de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais meta;
II - Nível 2 - Processos: Conjunto de “processos de trabalho” que são agrupados obedecendo à lógica do ciclo PDCA (Planejar, Executar, Controlar e Agir);
III - Nível 1 - Macroprocesso: Conjunto de processos responsáveis pela consecução da missão da organização e que entregam valor à sociedade;
IV - Nível 0 - Macrofunção: Conjunto de macroprocessos finalísticos que representam os principais temas tratados na base legal do Estado.

Os Processos da Cadeia de Valor estão organizados e classificados como:

PROCESSOS GERENCIAIS:

São usados para medir, monitorar e controlar atividades de negócio. Garantem que um processo primário ou de suporte atenda às metas operacionais, financeiras, regulatórias e legais.

Os processos de gerenciamento não agregam valor diretamente ao cidadão, mas são necessários para garantir que a organização opere de maneira eficaz e eficiente.

PROCESSOS FINALÍSTICOS OU PRIMÁRIOS:

São processos multifuncionais de ponta a ponta, que entregam valor diretamente ao cidadão. Eles representam as atividades essenciais (core/negócio) que uma organização executa para cumprir sua missão.

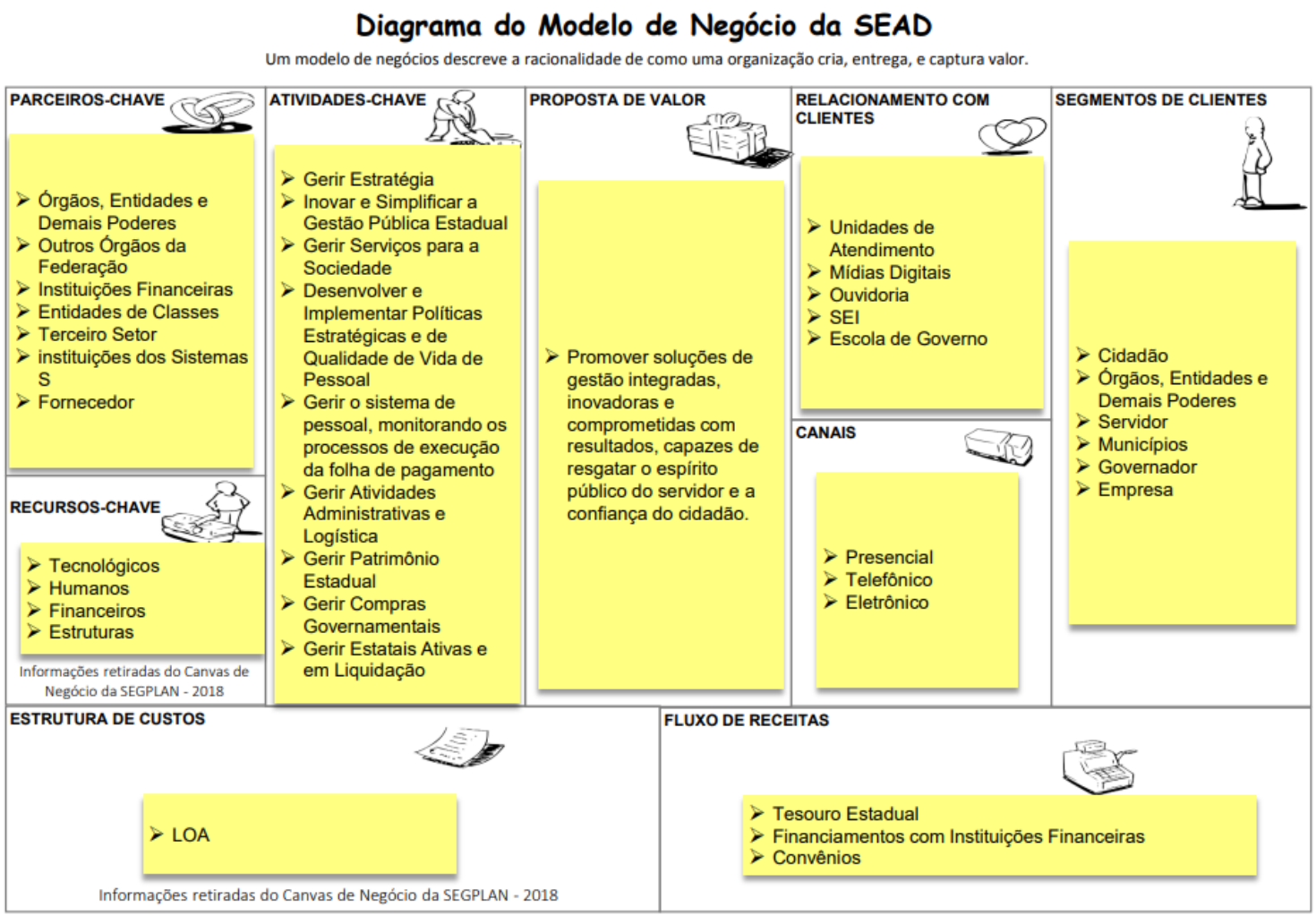
PROCESSOS DE SUPORTE:

São projetados para apoiar os processos primários, geralmente gerenciando recursos e/ou infraestrutura exigidos pelos processos primários. Os processos de suporte não entregam valor diretamente ao cidadão, mas podem ser críticos e estratégicos para as organizações, pois influenciam diretamente na capacidade de uma organização em executar efetivamente os processos primários.

Na Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás a SUGEP atua principalmente nos Macroprocessos de Suporte - Gestão de Pessoas; a SUCEP nos Macroprocessos de Suporte - Gestão de Pessoas.

Acesse o QR-*Code* Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás
Link de acesso:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTg1NmI4NDUtMWYwYS00MDYyLWI2MGItZjJkOGFiOGYyNzczIiwidCI6IjY3ZmQ0MzFjLWIyYWQtNDg2Ny04MWJjLWQ3NTYyMjBiNTZkNCJ9

Figura 15 – Modelo de Negócios da SEAD



Fonte: Workshop Planejamento Estratégico da SEAD - 2019.

Figura 16 – Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás



Fonte: Cadeia de Valor Integrada do Estado - Site SEAD, 2025.



COMPETÊNCIAS DA SEAD

9 COMPETÊNCIAS DA SEAD

A Secretaria de Estado da Administração – SEAD é o órgão responsável pela administração do patrimônio, liquidação das empresas estatais, modernização, desburocratização, gestão de pessoal e serviços públicos, formação e capacitação dos servidores dos órgãos estaduais e tem como missão realizar gestão integrada, conectando servidores, órgãos, entidades e parceiros, de forma transformadora, inovadora e empática, a fim de ampliar a oferta de serviços de excelência à sociedade.

Conforme previsto na Seção II, do Capítulo II, da Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração:

I - A orientação, a coordenação e a gestão da organização administrativa da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual;

II - A formulação da política de administração patrimonial do Poder Executivo estadual, sem prejuízo das competências específicas de cada órgão ou entidade, inclusive quanto:

a) Ao inventário, ao registro e ao cadastro dos imóveis estaduais;
b) À guarda e à conservação dos bens imóveis sem destino especial ou não efetivamente transferidos à responsabilidade de outros órgãos da administração;
c) À guarda, à catalogação e à restauração dos documentos dos imóveis do domínio do Estado e dos imóveis em cuja preservação haja interesse público;
d) À gestão dos bens móveis;
e) À alienação dos bens de domínio público estadual;
f) À destinação dos bens imóveis da propriedade do Estado de Goiás, incluídas a concessão, a cessão, a permissão e a autorização de uso ou outros arranjos pertinentes; e
g) À estruturação de projetos de utilização dos bens imóveis do Estado.

III - O estabelecimento da política geral de locação de bens móveis e imóveis pelos órgãos e pelas entidades, no que couber;

IV - O estabelecimento de políticas, diretrizes, planejamento e coordenação das compras corporativas nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo estadual;

V - O estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão de contratos nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo estadual;

VI - O estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão de suprimentos, frotas e logística documental nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo estadual;

VII - A formulação das diretrizes, das normas e dos procedimentos para a inovação permanente da gestão e dos serviços públicos estaduais, com ênfase na eficiência e na geração de valor público, com a inclusão:

a) Da inovação da prestação de serviços públicos para a transformação digital e a simplificação burocrática;
b) Da gestão e da inovação do atendimento ao cidadão para a universalização da prestação de serviços e do fortalecimento dos atendimentos digitais;

c) Da ampliação da oferta dos serviços digitais em múltiplos canais de atendimento; e
d) Do fortalecimento dos sistemas de gestão e das áreas centrais com foco na transformação digital, na simplificação administrativa e na ampliação das capacidades estatais.

VIII - A gestão do sistema central e o controle da despesa de pessoal;

IX - A formulação de políticas e diretrizes para a inovação permanente da gestão e do desenvolvimento de pessoas e do futuro das carreiras;

X - A gestão e o desenvolvimento de pessoas, inclusive de estagiários e temporários, bem como a implementação e o controle de políticas salariais, dos cargos, das normas e das movimentações de servidor realizadas sob a forma de disposição e cessão;

XI - A formação, a capacitação, a qualificação, o aperfeiçoamento, o desenvolvimento de competências e outros processos educacionais voltados para o serviço público;

XII - A realização de concursos públicos e de outros processos seletivos, em caráter exclusivo para os órgãos e as entidades do Poder Executivo estadual, consideradas as exceções previstas em lei, e em caráter facultativo para os demais Poderes, órgãos, entidades, esferas de governo ou instituições públicas ou privadas;

XIII - A coordenação e a proposição do desenvolvimento das diretrizes e da execução das políticas de segurança e medicina do trabalho, igualmente de prevenção e promoção da saúde do servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, bem como a execução das atividades relacionadas à Junta Médica Oficial do Estado;

XIV - A manifestação acerca das cláusulas relativas ao gasto com pessoal e à gestão de servidores do Poder Executivo cedidos a entidades em contratos de gestão com organizações sociais, em termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público e em contratos de terceirização que envolvam a contratação de pessoal para a execução de atividades da área finalística do órgão ou da entidade ou ainda a substituição de servidor efetivo ou empregado público permanente do seu quadro de pessoal, bem como o acompanhamento gerencial das despesas com pessoal computadas nos limites de gastos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000;

XV - A formulação e o acompanhamento da política de governança das empresas estatais;

XVI - A privatização, a supervisão e o acompanhamento das liquidações de empresas estatais;

XVII - A formulação e o acompanhamento da política da administração previdenciária; e

XVIII - O acompanhamento da regulação, do controle e da fiscalização dos serviços públicos de competência do Estado de Goiás cuja exploração tenha sido delegada a terceiros, entidade pública ou privada, mediante Lei, concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo obedecerão às normas e às orientações da SEAD referentes a organização administrativa, modernização, inovação, gestão, desenvolvimento e capacitação de pessoal, compras governamentais, licitações e contratos, saúde e segurança do servidor, atendimento ao cidadão, bem como gestão do patrimônio e dos serviços públicos.

Competem à Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais

Art. 18. À Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais, subordinada à SEAD, competem as atividades pertinentes aos processos de

liquidação das empresas públicas e das sociedades de economia mista sob o controle acionário do Estado.

Parágrafo único. O Diretor Executivo de Liquidação de Estatais, que é também o liquidante das empresas, será preferencialmente servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou de emprego público permanente e terá autonomia no exercício de suas competências, observadas as disposições do art. 211 e seu parágrafo único da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Competem à Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor

Art. 19. À Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor, subordinada à SEAD, competem a coordenação e o gerenciamento da qualidade de vida ocupacional, com foco na segurança e na medicina do trabalho, também a prevenção e a promoção da saúde dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

§ 1º O Diretor Executivo será o Responsável Técnico da unidade, bem como responderá perante o Conselho Regional de Medicina – CRM e os demais órgãos e entidades competentes, em atendimento ao art. 28 do Decreto federal nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, e à Resolução CFM nº 2.147, de 17 de junho de 2016, publicada nas páginas 332 a 334 da Seção I do Diário Oficial da União do dia 27 de outubro de 2016, e deverá possuir formação médica e registro no CRM.

§ 2º Os titulares das unidades de Medicina do Trabalho e de Perícia Médica serão preferencialmente servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo ou de emprego público permanente e deverão possuir formação médica e registro no CRM, bem como cumprir a carga horária estabelecida para o seu respectivo cargo de provimento efetivo ou emprego público permanente.

Acesse o QR-Code Decreto nº 10.437 9 de abril de 2024 - Regulamento da SEAD
Link de acesso:
https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/108665/pdf



LEGISLAÇÃO

10 LEGISLAÇÃO

Acesse o QR Code Consulta à legislação geral do Estado

Link de acesso: https://goias.gov.br/administracao/legislacao-aplicavel/ OU

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/por-tipo



POLÍTICAS PÚBLICAS

11 POLÍTICAS PÚBLICAS

O PLANO PLURIANUAL - PPA - 2024-2027

O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e nos arts. 110 e 110-A da Constituição Estadual, que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC 101/2000), em seus artigos 5º e 16, vincula o PPA às leis orçamentárias. Além de um dispositivo legal, de modo prático, o Plano Plurianual é o instrumento oficial que possibilita à Administração Pública, no médio prazo, planejar programas e realizações que se constituam meios de condução e estratégias para o alcance de seus objetivos.

O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade.

Com vistas à elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, a Secretaria de Estado da Economia – ECONOMIA iniciou os trabalhos extraindo pilares do Plano de Governo eleito, para o mandato 2023-2026, uma vez que a fidelidade dos fundamentos do Plano Plurianual ao conjunto de intenções eleito pelo voto popular é premissa básica de respeito ao valor democrático. Isto posto, e com o intuito de aproveitar a estrutura no PPA em vigor para os anos de 2024 a 2027, foram destacados oito eixos, dos quais foram derivados uma série de objetivos estratégicos. Estes eixos sofreram atualizações para manterem ainda mais proximidade ao planejado pelo governo e desejado pela população, permitindo uma comunicação mais efetiva dentro e fora do poder público. Além do Plano de Governo, também decorrem premissas derivadas da conjuntura econômica, do cenário fiscal e da responsabilidade com as contas públicas, das novas tendências do planejamento público e da gestão para resultados.

Durante o exercício de 2025 as políticas públicas previstas no PPA 2024-2027, de responsabilidade da SEAD foram realizadas por meio dos programas, ações orçamentárias, produtos e serviços, sendo 4 (quatro) programas finalísticos, 6 (seis) ações orçamentárias, 6 (seis) produtos e 34 (trinta e quatro) serviços.

A implementação das políticas públicas pela Chefia de Gabinete da SEAD ocorre por meio de uma coordenação estratégica que assegura a tradução das diretrizes do Plano de Governo em ações administrativas concretas e programas de governo de alto impacto. No centro desse processo, a unidade atua como o núcleo de integração que garante que o planejamento estratégico da Pasta esteja em total consonância com as metas estabelecidas pela gestão estadual, especialmente no que tange à eficiência administrativa e à melhoria do atendimento ao cidadão. A estruturação das definições políticas é realizada através de um fluxo contínuo de monitoramento de metas e priorização de demandas, no qual a Chefia de Gabinete valida a conformidade de cada projeto com o Plano Estratégico SEAD 2023-2026, assegurando que o propósito de servir à população permaneça como o norteador das decisões técnicas.

Para colocar o planejamento em prática, a unidade coordena a alocação estratégica de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos, garantindo que os meios estejam diretamente vinculados aos fins sociais. No aspecto tecnológico, os esforços são direcionados para a digitalização de serviços e processos, reduzindo

custos operacionais e facilitando o acesso do usuário aos bens públicos. Humanamente, a Chefia de Gabinete fomenta a requalificação das equipes para que a execução das políticas de gestão de pessoas e patrimônio seja cada vez mais técnica e menos burocrática. Esse direcionamento de recursos permite que a SEAD entregue valor público em curto prazo, através da celeridade processual; em médio prazo, pela consolidação de modelos de governança eficientes; e em longo prazo, pela sustentabilidade fiscal e modernização definitiva da máquina estatal.

As atividades que corroboram de maneira significativa para esse alcance incluem a assessoria direta ao Titular da Pasta na mediação de parcerias institucionais e o monitoramento rigoroso dos programas de modernização administrativa, como o Sistema Eletrônico de Informações – SEI e as compras públicas sustentáveis. A capacidade da SEAD de gerar resultados relevantes para a sociedade é potencializada pela atuação da Chefia de Gabinete na supervisão da transparência e do Compliance, garantindo que cada recurso investido nas políticas públicas da Pasta retorne ao cidadão em forma de serviços ágeis e de qualidade. O alinhamento com o Plano de Governo é evidenciado na busca incessante pela "simplificação da vida do goiano", em que a unidade administrativa assegura que a estrutura da Pasta funcione como um motor de eficiência, desonerando o cidadão e garantindo que o Estado seja um facilitador do desenvolvimento socioeconômico e do bem-estar coletivo.

Quanto à Procuradoria Setorial, esta exerce papel essencial como área meio na sustentação jurídica das políticas públicas conduzidas pela Pasta, assegurando que sua formulação e execução ocorram em conformidade com o ordenamento jurídico e com estabilidade institucional.

A unidade atua no assessoramento jurídico relacionado a servidores e contratos administrativos, promovendo a interpretação e aplicação de normativos, instrumentos de planejamento governamental e diretrizes institucionais.

Por meio de orientações jurídicas qualificadas, contribui para a sustentabilidade normativa das políticas públicas, prevenindo inconsistências e reduzindo riscos de questionamentos administrativos e judiciais.

A Corregedoria Setorial, enquanto unidade correcional e de responsabilização, não executa políticas públicas finalísticas diretamente voltadas à entrega de bens ou serviços ao cidadão, mas contribui de forma estruturante para a efetividade das políticas públicas da SEAD e do Estado, ao fortalecer integridade, conformidade, responsabilização e proteção do erário.

Essa contribuição ocorre por meio da apuração de irregularidades funcionais, da responsabilização administrativa de servidores e particulares, quando cabível, e da adoção de medidas voltadas à recomposição de prejuízos, o que reduz riscos institucionais e aumenta a confiança na Administração, promovendo um ambiente institucional mais íntegro, seguro e orientado ao interesse público.

No exercício de 2025, a implementação dessa política de integridade, em sentido prático, se materializou na condução de procedimentos e instrumentos como investigações preliminares, sindicâncias preliminares, processos administrativos disciplinares, Termos de Ajustamento de Conduta – TACs, apuração de responsabilidade nas infrações praticadas por fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, na fase licitatória e/ou contratual e na fase interna das Tomadas de Contas Especiais, com foco na correção de condutas, na prevenção de reincidências, na melhoria do ambiente organizacional e na mitigação de danos ao interesse público.

Assim, as ações da Corregedoria mantiveram alinhamento com diretrizes de governança e Compliance do Estado, com ênfase em transparência, responsabilização, eficiência procedimental e orientação às unidades demandantes, sempre observadas as regras de sigilo aplicáveis.

Em observância à Lei nº 20.846/2020, do Estado de Goiás, que instituiu a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão no âmbito do Poder Executivo estadual, a Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Ouvidoria Setorial, promove a articulação entre diversas unidades internas com o objetivo de disponibilizar, de forma ativa, o acesso às informações relativas às diferentes áreas de atuação da Pasta.

A transparência pública configura importante instrumento de participação e controle social, possibilitando à sociedade acompanhar e fiscalizar as ações e decisões da administração pública, bem como apresentar sugestões e propostas de melhoria. Nesse contexto, a SEAD, além de assegurar a divulgação de informações de interesse coletivo, incentiva os usuários dos serviços públicos a se manifestarem acerca da qualidade dos serviços prestados e de oportunidades de aprimoramento, por meio de pesquisas de satisfação disponibilizadas no portal de serviços do Governo do Estado de Goiás, por meio do link https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria?orgao=30, nos canais de ouvidoria e em outros meios institucionais de comunicação.

Acesse o QR *Code* para Pesquisas de Satisfação

No âmbito do Escritório de Projetos Setorial, este exerce papel estratégico na implementação das políticas públicas sob responsabilidade da SEAD, atuando como estrutura organizadora, integradora e monitoradora das ações e programas governamentais que visam promover o bem-estar da população e aprimorar a prestação de serviços públicos.

No contexto da execução das políticas públicas, o Escritório de Projetos Setorial atua na tradução das diretrizes estabelecidas no Plano de Governo e no Planejamento Estratégico SEAD 2023-2026, em programas, projetos e iniciativas estruturadas, assegurando que as ações governamentais sejam planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas de forma sistemática e orientada a resultados. A unidade contribui para a organização metodológica das iniciativas, promovendo o alinhamento entre os objetivos estratégicos governamentais e as entregas realizadas pelas áreas executoras.

As definições relacionadas à implementação das políticas públicas são estruturadas por meio de processos formais de planejamento, priorização e acompanhamento das iniciativas estratégicas. Nesse processo, o Escritório de Projetos Setorial apoia a identificação das demandas prioritárias, a definição de escopos, metas e indicadores, a estruturação de planos de trabalho e o estabelecimento de

mecanismos de governança que orientam a execução das ações. Essa atuação permite transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, contribuindo para que o planejamento institucional seja efetivamente colocado em prática.

No que se refere à aplicação dos recursos institucionais, a unidade exerce função relevante na orientação e acompanhamento da alocação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos necessários à execução das políticas públicas. O Escritório de Projetos Setorial promove a integração entre as unidades envolvidas, contribuindo para o uso racional e eficiente dos recursos públicos, além de apoiar a identificação de necessidades de capacitação, modernização tecnológica e aprimoramento de processos que impactam diretamente a qualidade das entregas governamentais.

O alinhamento das ações ao Plano de Governo ocorre por meio do monitoramento contínuo das iniciativas estratégicas e da análise do desempenho das políticas públicas implementadas pela SEAD. A unidade consolida informações gerenciais, acompanha indicadores de resultados e elabora relatórios que subsidiam a alta gestão na avaliação do cumprimento das metas governamentais, permitindo a adoção de ajustes estratégicos e operacionais quando necessário. Essa atuação fortalece a integração entre planejamento, execução e avaliação das políticas públicas.

Entre os esforços desenvolvidos pelo Escritório de Projetos Setorial, destacam-se a disseminação de metodologias e boas práticas de gestão de projetos, o fortalecimento dos mecanismos de governança e controle, o assessoramento técnico às unidades executoras e a promoção de espaços de articulação e alinhamento entre as áreas responsáveis pela implementação das iniciativas estratégicas. Essas atividades contribuem significativamente para o aumento da capacidade institucional da SEAD em planejar, executar e monitorar políticas públicas de forma estruturada e orientada à geração de resultados para a sociedade.

No curto prazo, a atuação da unidade possibilita maior organização e controle das iniciativas governamentais, assegurando maior previsibilidade das entregas e melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos. No médio prazo, contribui para o fortalecimento da maturidade institucional em gestão de projetos, governança e gestão por resultados, ampliando a capacidade da SEAD de implementar políticas públicas com maior eficiência e efetividade. No longo prazo, promove a consolidação de uma cultura organizacional orientada à inovação, à melhoria contínua e à geração sustentável de valor público.

Os produtos gerados pelo Escritório de Projetos Setorial incluem a estruturação e monitoramento do portfólio estratégico, a elaboração de relatórios gerenciais, a padronização de metodologias de gestão e o assessoramento técnico às áreas executoras. Como resultados, observa-se o fortalecimento da governança institucional, a melhoria do desempenho das iniciativas estratégicas e o aprimoramento dos processos de tomada de decisão. Como impactos, destaca-se a ampliação da capacidade da SEAD em implementar políticas públicas que contribuam para a modernização da administração pública, a melhoria da prestação de serviços e o atendimento mais eficiente às demandas da sociedade.

No tocante à contribuição da Superintendência de Gestão Integrada – SGI para a implementação das políticas públicas sua atuação consiste em assegurar as condições administrativas, logísticas, tecnológicas, financeiras, estruturais, processuais, de governança e de gestão de pessoas necessárias para que a SEAD execute suas ações e programas de governo com eficiência, transparência e foco no cidadão. Sua atuação está alinhada ao Plano de Governo e ao Plano Estratégico da SEAD, funcionando como eixo estruturante que

viabiliza a execução das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria.

Por meio da integração entre planejamento, orçamento, contratações, contabilidade, infraestrutura, logística, dados, convênios, modernização institucional e desenvolvimento de pessoas, a Superintendência direciona recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais de forma coordenada, assegurando que as diretrizes estratégicas se convertam em ações concretas e resultados mensuráveis para a sociedade goiana.

A Gerência de Contabilidade garante a regularidade dos registros e a conformidade técnica dos atos contábeis, prevenindo danos ao erário e assegurando que os recursos públicos sejam aplicados com economicidade e transparência.

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados transforma dados institucionais em informações estratégicas, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências e apoiando iniciativas de modernização digital.

No âmbito da GPI, a implementação das políticas públicas é viabilizada pela integração técnica entre as diretrizes do Plano de Governo e o ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA). A unidade atua como o elo estratégico que converte o planejamento em prática, assegurando que a alocação de recursos financeiros, humanos e materiais seja direcionada ao cumprimento das metas do Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Por meio do monitoramento sistemático e da conciliação da capacidade de execução, corroborando para a geração de valor público, garantindo que as ações finalísticas da Secretaria possuam sustentabilidade e eficiência para promover o bem-estar da sociedade em curto, médio e longo prazos

Concernente a Gerência de Compras Governamentais, esta viabiliza as contratações necessárias à execução dos programas governamentais, assegurando integridade, previsibilidade e alinhamento ao Plano de Contratações Anual.

A atuação da Gerência Orçamentária e Financeira assegura suporte financeiro às ações estratégicas, garantindo execução regular das despesas relacionadas à manutenção administrativa, tecnologia da informação, capacitação de servidores, contratos institucionais e demais iniciativas essenciais à entrega de serviços públicos. Esse alinhamento entre planejamento e execução orçamentária fortalece a sustentabilidade fiscal e a capacidade de entrega da SEAD.

No tocante à Gerência de Apoio Administrativo e Logístico garante a infraestrutura operacional necessária à execução das políticas públicas, administrando frota, patrimônio, almoxarifado, contratos operacionais e gestão documental, com foco em eficiência, controle e integridade.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa assegura regularidade, transparência e gestão de riscos nas transferências voluntárias, fortalecendo a confiança institucional e a efetividade das parcerias.

No campo de atuação da Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial contribui ao manter ambientes seguros, acessíveis e adequados para servidores e cidadãos, especialmente nas unidades de atendimento, promovendo qualidade e continuidade na prestação dos serviços públicos. A Gerência de Modernização Institucional e Processos aprimora fluxos, revisa procedimentos e fortalece a transparência por meio da organização e redesenho de processos, qualificando a jornada do usuário e reduzindo inconsistências operacionais.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas estrutura e qualifica o capital humano responsável pela execução das políticas públicas, por meio do dimensionamento da força de trabalho, gestão cadastral, elaboração da folha, capacitação, avaliação de desempenho e cumprimento das normas de pessoal. Sua atuação assegura estabilidade administrativa, valorização do servidor e melhoria contínua da capacidade institucional.

No curto prazo, a Superintendência garante regularidade administrativa, conformidade legal e continuidade dos serviços. No médio prazo, consolida metodologias, fortalece controles internos, aprimora processos e amplia o uso de tecnologias e dados. No longo prazo, promove maturidade institucional, inovação, sustentabilidade fiscal e consolidação de uma cultura organizacional orientada por resultados.

Assim, ao estruturar e integrar suas unidades vinculadas, a Superintendência de Gestão Integrada amplia a capacidade da SEAD de implementar políticas públicas com eficiência, responsabilidade e foco na geração de valor público, assegurando que os programas governamentais se convertam em serviços de qualidade e benefícios concretos para a sociedade goiana.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo atua de forma estratégica e transversal na implementação da política pública de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos estaduais, contribuindo diretamente para o fortalecimento da capacidade institucional do Estado e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população goiana.

A atuação da Escola de Governo está estruturada na execução do Programa de Capacitação Profissional dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, alinhado ao Plano Plurianual 2024–2027, ao Plano de Governo e ao Eixo Estratégico VI – Sustentabilidade Fiscal e Gestão Governamental, tendo como base normativa a Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, instituída pelo Decreto nº 9.738/2020. Essa política estabelece diretrizes claras para o planejamento, a execução e o monitoramento das ações formativas, assegurando que os recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais sejam direcionados de forma eficiente, transparente e orientada a resultados.

A implementação da política pública ocorre de maneira sistêmica, articulando instrumentos de planejamento e gestão, tais como o Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC, o Plano Anual de Capacitação, os programas estruturantes de desenvolvimento de lideranças, as certificações profissionais, as ações de inovação em governo e a oferta de cursos de pós-graduação próprios. Esse arranjo institucional permite transformar diretrizes estratégicas em ações concretas, alinhadas às demandas reais dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

No exercício de 2025, as ações executadas pelas unidades administrativas integrantes desta Diretoria Executiva, demonstraram a efetividade da política pública implementada. Foram emitidos 42.457 mil certificados, com forte predominância da modalidade de Ensino a Distância – EaD, o que evidencia a democratização do acesso à capacitação e a ampliação do alcance territorial das ações, beneficiando servidores de todas as regiões do Estado, sem a necessidade de deslocamento.

A política pública também se materializa por meio da implantação e consolidação de cursos de pós-graduação próprios, viabilizados após o credenciamento da Escola de Governo junto ao Conselho Estadual de Educação. Essa iniciativa reduziu custos com contratações externas, ampliou o número de servidores atendidos e garantiu maior aderência dos conteúdos à realidade da administração pública estadual, com impacto direto na qualificação técnica de gestores e

equipes envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Outro eixo relevante da implementação da política é o Programa LiderAção, voltado ao desenvolvimento de competências de liderança em diferentes níveis hierárquicos, bem como o Programa de Certificações Profissionais, que promove formação aprofundada em áreas estratégicas da gestão pública, como governança, contratações, Compliance, gestão de pessoas, inovação e projetos. Essas iniciativas fortalecem a capacidade do Estado de executar políticas públicas com maior eficiência, reduzir falhas operacionais, aprimorar processos decisórios e elevar o padrão de entrega dos serviços públicos.

No campo da inovação, as ações conduzidas pelo PequiLab, incluindo oficinas, programas de capacitação, eventos temáticos e a produção de conteúdos digitais, consolidam a política pública de desenvolvimento de pessoas como indutora de uma cultura de inovação, ética, diversidade e foco em resultados, alinhada às demandas contemporâneas da sociedade. A utilização de metodologias ativas, microlearning e conteúdos digitais ampliou significativamente o alcance das ações, com baixo custo incremental e elevado impacto institucional.

Os indicadores de desempenho e impacto do programa evidenciam a efetividade da política pública implementada. Em 2025, o indicador de horas per capita de capacitação atingiu 9,29 horas, representando crescimento consistente ao longo dos últimos anos, enquanto a taxa média de conclusão dos cursos manteve-se em patamar satisfatório, demonstrando o bom aproveitamento dos recursos investidos. Esses resultados refletem diretamente na melhoria da produtividade, da qualidade da gestão e da satisfação dos servidores e dos usuários dos serviços públicos.

Dessa forma, a política pública executada pela Diretoria Executiva da Escola de Governo contribui de maneira significativa para os objetivos estratégicos da SEAD e do Governo do Estado, promovendo a valorização do servidor, o fortalecimento da capacidade administrativa, a modernização da gestão pública e a geração de valor público em curto, médio e longo prazos, com impactos concretos para os cidadãos goianos.

Na área de atuação da DESSS, esta permanece estruturada em dois pilares fundamentais:

1. Política de Gestão de Perícias Médicas, desempenhando o papel de Junta Médica Oficial do Estado;
2. Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos do Poder Executivo, conforme estabelecido pela Lei nº 19.145/2015.

Essas políticas são implementadas por meio de programas e ações que visam adequar as condições de trabalho, promover a saúde e prevenir agravos relacionados ao trabalho, em alinhamento ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026 e às diretrizes governamentais de valorização do servidor público. Para tanto, a DESSS conta com corpo administrativo e técnico especializado, composto por médicos peritos, médicos do trabalho, engenheiros e técnicos de segurança do trabalho, psicólogos, assistente social e equipe técnico-administrativa. Esses profissionais atuam diretamente na DESSS ou integram os Serviços Especializados em Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Público – SESMT Público nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

A Política de Gestão de Perícias Médicas viabiliza o acesso dos servidores a benefícios como licenças médicas e aposentadorias por invalidez, entre outros institutos legais.

A Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores Públicos, por sua vez, contempla a aplicação das NRs ao serviço público estadual, para promover ambientes de trabalho mais seguros e contribuir para a redução de acidentes e doenças ocupacionais, destacando-se as seguintes iniciativas estruturantes:

- Exames Médicos Periódicos – EMP: monitoram a saúde dos servidores para identificação precoce de agravos relacionados ao trabalho. O modelo de execução terceirizada, por meio de empresa contratada via pregão eletrônico, permanece contribuindo para a ampliação da cobertura e para o cumprimento das metas estabelecidas;
- Programa de Acolhimento ao Servidor – PAS: oferece suporte emocional breve e focal por meio de atendimento psicológico on-line, com garantia de sigilo e privacidade, em conformidade com as normativas do Conselho Federal de Psicologia;
- Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR: identifica, avalia e controla riscos ocupacionais, contribuindo para ambientes laborais mais seguros;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO: reúne ações voltadas à prevenção, ao monitoramento da saúde e ao diagnóstico precoce de agravos relacionados ao trabalho;
- Circuito de Saúde e Segurança do Servidor: iniciativa de promoção de hábitos saudáveis e de educação em saúde, com ações de orientação, triagens e atividades de conscientização;
- Homologação de Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP e de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT: atividade de análise técnica que contribui para a adequada compensação dos servidores expostos a riscos ocupacionais, bem como para a redução de litígios e de pagamentos indevidos; e
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA: fomenta a cultura prevencionista no serviço público, observadas as diretrizes da NR-5.

Na área de atuação da Superintendência de Sistemas de Informação – SSI, esta desempenha as atividades de gestão, de acordo com suas competências, incluindo o desenvolvimento e manutenção de sistemas, gestão de infraestrutura, segurança da informação e estruturação de dados para apoio ao processo decisório da SEAD.

Apesar de não entregar as políticas diretamente aos cidadãos, a estrutura tecnológica fornecida pela Superintendência de Sistemas de Informação no âmbito da SEAD contribui para o alcance dos objetivos-chave das áreas finalísticas da pasta, por meio da implementação de ferramentas, automação de processos e fornecimento de infraestrutura computacional. Assim, a SSI contribui para geração de valor à sociedade através de seus processos de negócio, alinhados à estratégia institucional.

No escopo da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, as políticas públicas sob a responsabilidade da Superintendência Central de Compras e Contratos – SCC são implementadas por meio de ações estruturantes voltadas ao aprimoramento da governança, do planejamento e da execução das compras e contratações públicas estaduais, com impacto direto na eficiência da gestão e na entrega de bens e serviços à sociedade.

Em 2025, a atuação da SCC concentrou-se na consolidação do novo regime de contratações públicas instituído pela Lei nº 14.133/2021, assegurando a continuidade das políticas públicas e o regular funcionamento da estrutura administrativa do Estado. As ações desenvolvidas estão alinhadas ao Plano de Governo e orientadas à geração de valor público, por meio do uso estratégico e racional dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos.

No que se refere ao planejamento das contratações, destaca-se a simplificação do Plano de Contratações Anual – PCA, com adequações e evoluções realizadas no Sistema de Logística do Estado de Goiás – SISLOG, voltadas à facilitação, padronização e otimização dos procedimentos relacionados ao planejamento das contratações públicas. Essa iniciativa fortalece o planejamento estratégico das aquisições, amplia a previsibilidade das contratações e contribui para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Quanto à regulamentação, em 2025 avançou-se na regulamentação da Lei nº 14.133/2021, com:

- Decreto nº 10.680/2025, que estabelece normas de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação – TIC;
- Decreto nº 10.678/2025, que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PGTIC;
- Decreto nº 10.840/2025, que altera o Decreto nº 9.900, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- Instrução Normativa nº 001/2025, que dispõe sobre a consulta e verificação da regularidade de fornecedores nos sistemas SISLOG e COMPRASNET.GO.

Além disso, alguns decretos estão sendo objeto de revisão para assegurar maior segurança jurídica e eficiência nos processos de compras e contratações em âmbito estadual.

Com relação ao sistema de compras SISLOG, destaca-se a implantação da versão 2.0, com fluxos padronizados e integração das etapas de planejamento e execução das contratações. Paralelamente, encontra-se em desenvolvimento e, parcialmente já disponível, a versão 3.0, com novos módulos, painéis atualizados, identidade visual renovada e novos recursos, que trazem mais modernização, eficiência, integração e transparência para a gestão pública.

No campo da governança, houve o fortalecimento da Rede de Contratações – REDECON, promovendo maior integração, padronização e colaboração entre os órgãos e entidades estaduais. A atuação da Rede contribui para o alinhamento institucional, a uniformização de práticas e o aprimoramento da governança das contratações públicas.

Destaca-se, ainda, o investimento contínuo em capacitação, com o treinamento de mais de 8 mil servidores em temas relacionados às contratações públicas e ao uso do SISLOG, por meio da Certificação em Contratações Públicas. Essa ação fortalece a governança, eleva o nível de conformidade legal e amplia a capacidade institucional da administração pública para executar as políticas públicas de forma eficiente e transparente.

Dessa forma, em 2025, a SCC direcionou esforços relevantes para estruturar, operacionalizar e consolidar políticas públicas voltadas à modernização das compras e contratações governamentais, assegurando condições para a continuidade dos serviços públicos, a execução de projetos e investimentos estratégicos e a geração de resultados e impactos positivos para a sociedade no curto, médio e longo prazos.

Quanto à SUPATI, por meio de suas unidades subordinadas, como gestora de uma atividade meio da gestão pública, atua indiretamente em todas as demais atividades públicas estaduais, seja na destinação de imóveis para a implantação de um equipamento público, na fiscalização do uso dos imóveis estaduais visando garantir o uso racional dos imóveis públicos e para garantir a boa conservação das benfeitorias, para que tanto o servidor,

quanto o contribuinte possam usufruir de bons equipamentos públicos.

Atua, ainda, diretamente para evitar o uso irracional de recurso público nas locações e aquisições de imóveis, ao realizar todas as avaliações de imóveis de interesse do Estado de Goiás. No mesmo sentido, atua para que o Estado não seja prejudicado nas alienações de imóveis.

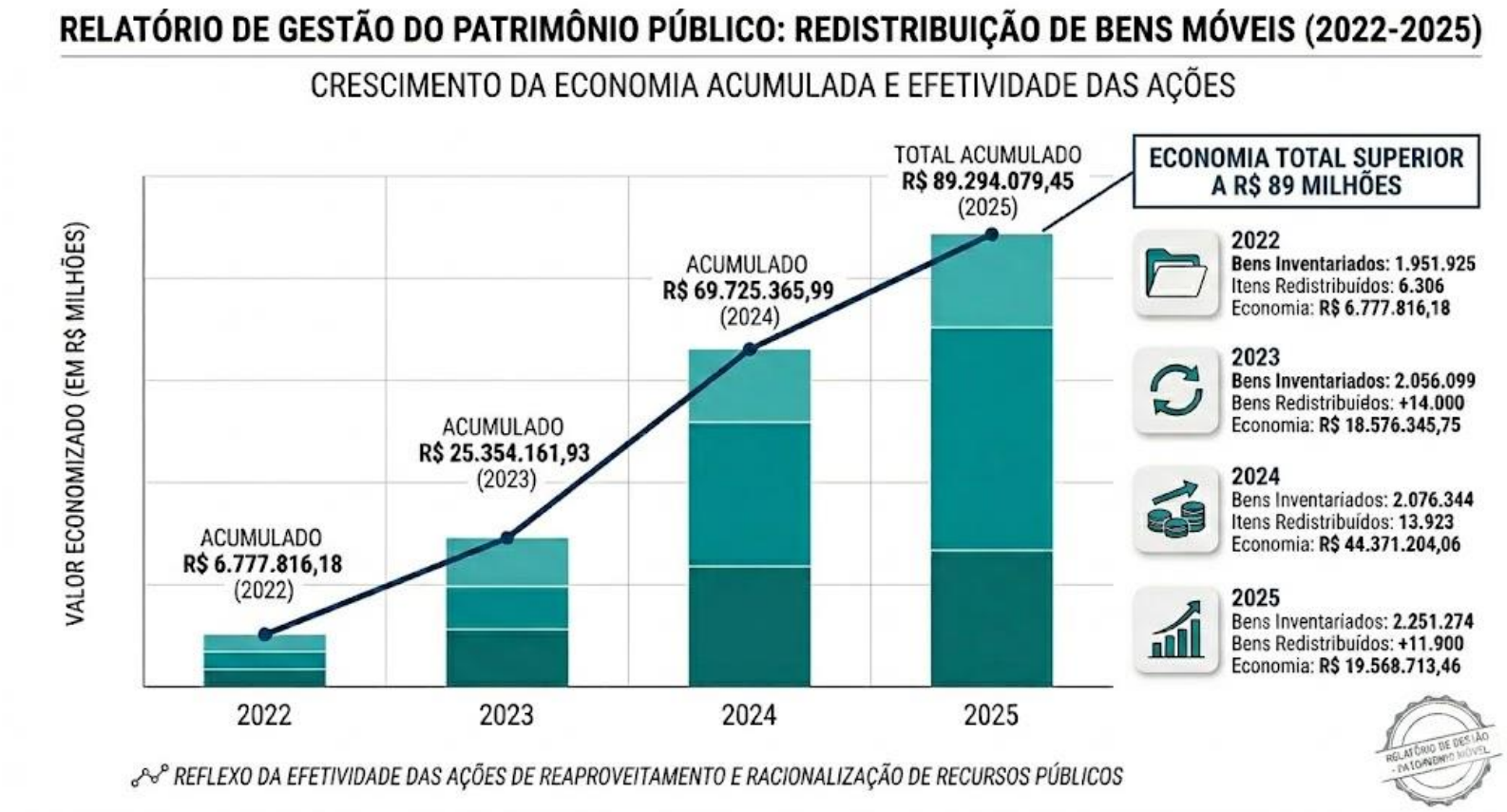
No âmbito da gestão de ativos, os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual realizaram os procedimentos de inventário patrimonial de bens móveis sob a orientação e as diretrizes técnicas da Gerência de Patrimônio Mobiliário – GEPMO.

Como resultado, o Inventário Patrimonial de Bens Móveis foi integralmente concluído nos últimos exercícios, assegurando o estrito cumprimento do Decreto nº 9.063 de 04 de outubro de 2017, e do Decreto 9.279 de 30 de julho de 2018, bem como da Instrução Normativa nº 05/2019, garantindo a fidedignidade dos registros contábeis e patrimoniais.

Nos últimos quatro exercícios, a redistribuição de bens móveis entre órgãos e entidades gerou economia superior a R$ 89 milhões, evidenciando os seguintes resultados:

- Em 2022, foram inventariados 1.951.925 bens móveis, com a redistribuição de 6.306 itens, resultando em economia de R$ 6.777.816,18 (seis milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e dezoito centavos);
- Em 2023, o quantitativo de bens inventariados alcançou 2.056.099, sendo redistribuídos mais de 14.000 bens, o que proporcionou economia de R$ 18.576.345,75 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos);
- Em 2024, o total inventariado foi de 2.076.344 bens móveis, com a redistribuição de 13.923 itens e expressiva economia de R$ 44.371.204,06 (quarenta e quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quatro reais e seis centavos), consolidando a relevância da gestão estratégica do patrimônio público;
- Em 2025, foram inventariados 2.251.274 bens móveis, com a redistribuição de mais de 11.900 itens, resultando em economia de R$ 19.568.713,46 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e treze reais e quarenta e seis centavos).

Gráfico 3 – Redistribuição de bens móveis (2022-2025)



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

A GES implementa políticas públicas por meio da Iniciativa 10003 - Administração/Estruturação de Patrimônio, Compras, Logística e Documental do Estado do PPA 2024-2027, alinhada ao Plano de Governo de modernização fiscal, direcionando recursos financeiros da ordem de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), além de 12 servidores e de ferramentas tecnológicas como o Sistema de Gestão de Material do Estado – SIGMATE, para 340 capacitações de profissionais e modelagem BPMN.

Essas definições estruturam planejamento prático, com planejamento de avaliações de maturidade evidenciando esforços para padronização em 39 órgãos, mitigando excessos de estoque e promovendo uma cultura de rede que valoriza o erário como bem comum, garantindo bem-estar populacional.

Atividades como 1.740 suportes atendidos e avanços em acuracidade de 94,1% corroboram a capacidade da SEAD para objetivos de valor público, com impactos em curto prazo (eficiência em serviços essenciais para 21.888 itens), médio (redução de desperdícios fiscais) e longo (sustentabilidade via decisões baseadas em dados), especialmente para cidadãos beneficiados por suprimentos otimizados. Suprimentos transcendem logística, impulsionando equidade social por práticas colaborativas – correlacionando 340 capacitados (27% dos 1237 usuários do SIGMATE) a maior uso eficaz do sistema.

A Gerência de Logística Documental é responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão documental no âmbito estadual. Entre suas atribuições, destaca-se a administração do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, garantindo seu pleno funcionamento, atualização contínua, evolução tecnológica e suporte técnico aos usuários. A unidade também gerencia o Arquivo Central do Estado, planejando e executando as atividades de recepção, custódia, preservação e destinação de documentos físicos, em conformidade com as normas arquivísticas e a legislação vigente.

O Arquivo Central do Estado é responsável pela gestão e custódia de aproximadamente 60.000 caixas-arquivo, que correspondem a cerca de 48 milhões documentos provenientes de diversos órgãos e entidades da administração pública estadual. Esses acervos possuem diferentes prazos de guarda, incluindo documentos com temporalidade estendida até o ano de 2100 e conjuntos documentais classificados como de guarda permanente, cuja preservação é essencial para a memória institucional e para a garantia de direitos.

No âmbito da gestão do processo eletrônico, destaca-se o suporte técnico-operacional prestado a mais de 119 mil usuários internos no SEI e mais de 63 mil usuários externos. Ao longo do período, foram registrados 62.423 chamados de suporte e 9.834 atendimentos telefônicos, refletindo a crescente demanda pelo uso do sistema e sua consolidação como principal ferramenta de tramitação administrativa digital.

Em 2025, foram criados aproximadamente 1.460.000 processos eletrônicos, evidenciando a continuidade da expansão do uso do SEI e o fortalecimento da gestão documental digital no âmbito estadual.

Quanto à interoperabilidade tecnológica, o processo de integração entre sistemas corporativos e o SEI continuou avançando. Atualmente, encontram-se em operação 32 sistemas integrados, com outros 60 sistemas integrados no ambiente homologação.

Destaca-se, ainda, a crescente utilização do Peticionamento Eletrônico, ferramenta que possibilita ao cidadão a abertura de requerimentos e solicitações de todos os tipos, com o envio digital de documentos, reduzindo a obrigatoriedade de deslocamento por parte do cidadão, eliminando a necessidade de atendimento presencial e reduzindo custos operacionais e consumo de papel.

Em 2025, foi implantada a interligação do Peticionamento Eletrônico com a plataforma GOV.br, a qual o cidadão consegue acesso imediato ao sistema, sem a necessidade de apresentar documentos comprobatórios para validação de identidade. Além disso, foram criados diversos novos tipos de peticionamentos eletrônicos, demonstrando a consolidação dessa funcionalidade como instrumento essencial de transformação digital e ampliação do acesso aos serviços públicos.

Ainda no campo das políticas públicas, a atuação da gerência esteve alinhada às diretrizes estaduais de transformação digital, modernização administrativa e transparência pública, promovendo iniciativas voltadas à digitalização de acervos, racionalização da produção documental e fortalecimento da gestão arquivística. Essas ações contribuem para a preservação da memória institucional, a melhoria da eficiência administrativa e o atendimento às demandas da sociedade por serviços públicos mais ágeis, acessíveis e sustentáveis.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, verifica-se que a Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro, no âmbito da SEAD, atua na implementação de política pública voltada à inclusão social e à formação profissional de adolescentes e jovens, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e para o fortalecimento do serviço público.

O Programa é executado por meio de planejamento integrado com órgãos e entidades da administração pública estadual e instituições responsáveis pela contratação dos aprendizes, contemplando a definição de critérios de seleção, lotação, formação e acompanhamento dos menores.

A Coordenação direciona recursos humanos e administrativos para o cadastro, a alocação e o monitoramento das atividades dos aprendizes nas unidades administrativas, bem como para a realização de formações técnicas e comportamentais, assegurando a adequada execução das ações previstas.

As atividades desenvolvidas encontram-se alinhadas ao Plano de Governo, especialmente no que se refere à valorização do capital humano, à promoção da inclusão social e à qualificação para o trabalho, gerando valor público em curto, médio e longo prazos para os jovens atendidos e para a sociedade.

Quanto à SCTP, conforme competências regulamentares, suas políticas públicas são executadas e entregues por meio de projetos de transformação da gestão e dos serviços públicos (voltados ao cidadão e ao servidor), estruturados com foco na simplificação, digitalização e melhoria da experiência do usuário, contribuindo diretamente para a melhoria da efetividade, com o aumento da eficiência administrativa e com a ampliação do acesso a serviços públicos mais ágeis, transparentes e centrados nas necessidades da sociedade e dos servidores públicos.

Entre os principais esforços desenvolvidos, destacam-se a disseminação da cultura de transformação pública, o apoio técnico às unidades administrativas estaduais, a proposição de melhorias e padronizações metodológicas e o fortalecimento da gestão e da governança dos assuntos sob responsabilidade central, promovendo maior integração institucional, transparência e foco nas pessoas na execução das políticas públicas.

Dessa forma, reforça-se o papel estratégico na geração de valor público, assegurando que o planejamento governamental se converta em execução qualificada, com resultados mensuráveis e alinhados às prioridades estratégicas do Governo do Estado e às necessidades da população.

Quanto à Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão, esta executa políticas públicas voltadas à ampliação, qualificação e

democratização do acesso aos serviços públicos, promovendo integração institucional e melhoria da experiência do usuário.

A implementação ocorre por meio da gestão das unidades físicas de atendimento, que concentram, em um único espaço, serviços de diferentes órgãos, assegurando capilaridade, padronização e eficiência. A atuação está alinhada ao Plano de Governo, especialmente quanto à modernização da gestão, eficiência administrativa e centralidade no cidadão.

Principais ações:

- Expansão e interiorização das unidades, ampliando o acesso aos serviços essenciais;
- Padronização de fluxos e protocolos, garantindo qualidade e uniformidade;
- Monitoramento contínuo de indicadores (volume, tempo de espera, desistência e satisfação);
- Uso de *Business Intelligence* para decisões baseadas em dados;
- Integração e articulação com órgãos e parceiros.

Os recursos humanos, financeiros e tecnológicos são alocados de forma estratégica para assegurar eficiência operacional e melhoria contínua da infraestrutura e dos serviços.

A atuação contribui para a geração de valor público, com maior acessibilidade, redução de desigualdades regionais e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população.

A Superintendência de Inovação da Gestão Pública implementa as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da gestão pública estadual por meio da indução de práticas de inovação, da articulação institucional e do apoio técnico às secretarias e unidades administrativas na estruturação de soluções para desafios da administração pública.

Entre os principais esforços desenvolvidos, destacam-se a promoção da inovação aberta como instrumento para o enfrentamento de problemas públicos, a articulação com órgãos estaduais e com o ecossistema de inovação, o apoio às áreas finalísticas na definição e no desenvolvimento de iniciativas inovadoras, a disseminação da cultura de inovação entre os servidores públicos e a aplicação de práticas de inteligência de negócios públicos para qualificação das políticas públicas e da gestão.

Dessa forma, a Superintendência de Inovação da Gestão Pública contribui para que o planejamento governamental se traduza em ações orientadas à geração de valor público, ao fortalecimento da eficiência administrativa e ao aprimoramento da capacidade do Estado de responder às demandas da sociedade, no curto, médio e longo prazos.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, esta opera na promoção de boas práticas de governança das empresas estatais goianas. Com a missão de coordenar a governança, promove a integração das políticas gerais, as boas práticas e o atendimento aos requisitos legais de transparência, ética e Compliance. Assim, a atuação da Gerência de Governança de Estatais – GGE se alinha com as políticas públicas que visam garantir a boa administração dos recursos públicos, promovendo a eficiência e a lisura no uso dos mesmos.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, a SUCEP e suas unidades vinculadas possuem competências relacionadas às políticas estratégicas de pessoal e são executadas a partir do alinhamento e deliberações junto à SGDP e ao Gabinete do Secretário, os quais ocorrem continuamente, conforme estudos e demandas em discussão.

Os serviços vinculados ao PPA 2024-2027 são monitorados mensalmente e suas informações são repassadas à unidade setorial de planejamento da SEAD.

Os projetos prioritários do Grupo Especial de Planejamento e Inovação também são monitorados mensalmente, com reuniões entre as unidades envolvidas e a equipe do escritório setorial de projetos, além do registro das informações na ferramenta GOMAP. Entretanto, no decorrer do mês também são feitas reuniões com as equipes envolvidas para o desenvolvimento e acompanhamento das etapas dos projetos.

Quanto à SUGEP, esta, juntamente com as suas unidades subordinadas, tem como objetivo a gestão de pessoal e o controle do gasto com folha de pagamento do Poder Executivo estadual, promovendo uma gestão transformadora nessa área e oferecendo serviços de excelência principalmente aos servidores estaduais, para que eles tenham condições de entregar excelentes serviços aos mais de 7 milhões de cidadãos goianos.

Quanto à SURES, no exercício de 2025, as políticas públicas previstas no PPA 2024-2027, sob sua responsabilidade, foram executadas até maio do referido ano devido a revisão do PPA, por meio do programa 1025 - M.O.V.E. Goiás, da ação 2437 - Melhoria de Metodologias e Processos de Gestão de Pessoas e do produto 18298 - Gestão de Pessoas Otimizada, entretanto continuam sendo executadas fora do PPA vigente.

Tabela 2 – Entregas M.O.V.E Goiás

Programa: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS Ação: 2245 - Melhoria de Metodologias e Processos de Gestão de Pessoas													
Produtos / Unidade de Medida	**Unidade de medida**	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SELEÇÃO SIMPLIFICADA REALIZADA	Número	1	3	4	3	1	0	2	1	1	2	0	2
CONCURSO PÚBLICO REALIZADO	Número	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Fonte: Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual - SIPLAM													

Fonte: SIPLAM/SGDP/SEAD, 2025.

No âmbito da Comunicação Setorial, esta desempenha papel fundamental na implementação das políticas públicas da SEAD, garantindo que as ações e programas governamentais sejam devidamente divulgados, compreendidos e acessíveis à população.

A unidade atua na:

- Tradução da linguagem técnica para linguagem acessível, facilitando o entendimento das políticas públicas;
- Divulgação de serviços e programas, contribuindo para o acesso do cidadão às iniciativas do governo;
- Cobertura institucional de ações estratégicas, ampliando a transparência e a visibilidade das entregas públicas;
- Produção de conteúdos digitais e multimídia, alinhados às demandas da sociedade contemporânea.

Os dados de *clipping* de 2025 evidenciam o impacto dessas ações, com mais de 1.900 inserções ao longo do ano, majoritariamente positivas, refletindo a efetividade da comunicação na promoção das políticas públicas da Pasta.

A unidade também contribui para a melhoria da jornada do cidadão, ao garantir que informações sobre serviços públicos sejam claras, atualizadas e amplamente disseminadas, em consonância com os princípios de eficiência, transparência e austeridade.



PLANO ESTRATÉGICO

12 PLANO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico no setor público configura-se como um processo estruturado e contínuo de definição de diretrizes, orientado à construção de uma visão de futuro para o Estado e para a sociedade. Esse processo envolve a articulação entre objetivos, metas e instrumentos de gestão, de modo a assegurar a coerência entre os meios disponíveis e os resultados pretendidos. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico Governamental – PEG refere-se à capacidade institucional do Estado de formular, de maneira participativa e inovadora, uma visão prospectiva de desenvolvimento, alinhando recursos, políticas e ações de forma integrada e suficiente para viabilizar sua implementação.

O Plano Estratégico SEAD 2023-2026, foi meticulosamente elaborado para alinhar nossas ações com as grandes ambições que temos na implementação das Políticas Públicas, as quais somos o órgão responsável no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, abrangendo, dessa forma, nossa missão, visão e valores até os Objetivos e Resultados-Chave (OKRs) que nos guiarão nos próximos anos. Cada seção foi pensada de modo a possibilitar uma visão clara de onde estamos, onde queremos chegar e como planejamos fazer isso.

O processo de construção deste Plano, foi realizado em 4 (quatro) grandes estágios. No primeiro, foi contemplada a análise da perspectiva interna e externa, a partir do levantamento juto aos servidores integrantes da alta gestão. No segundo momento, a definição das diretrizes estratégicas, com a identidade organizacional representada pelo propósito transformador e pelos valores. No terceiro, a formulação dos OKRs (Objetivos e Resultados-Chave), sendo eles os OKRs Estratégicos, Táticos e Operacionais. O quarto estágio, que traz o ciclo de gestão da execução da estratégia, neste, foi adotado o plano de monitoramento e controle de execução da estratégia, com acompanhamento das iniciativas estabelecidas, bem como o impacto destas nos resultados-chaves, de modo a possibilitar a visualização de desempenho da organização em direção aos seus objetivos, e evitar a descontinuidade e/ou desatualização do presente instrumento, por meio das reuniões de monitoramento das entregas estratégicas (Check-Ins).

Figura 17 – Sistematização do Plano Estratégico



Fonte: Repositório do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que pressupõe um entendimento adequado da organização e do contexto em que se encontra. O resultado do processo de elaboração da estratégia é o Plano Estratégico – PE, que inclui:

MAPA ESTRATÉGICO

Figura 18 – Mapa Estratégico



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

MISSÃO

Figura 19 – Missão



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

VISÃO

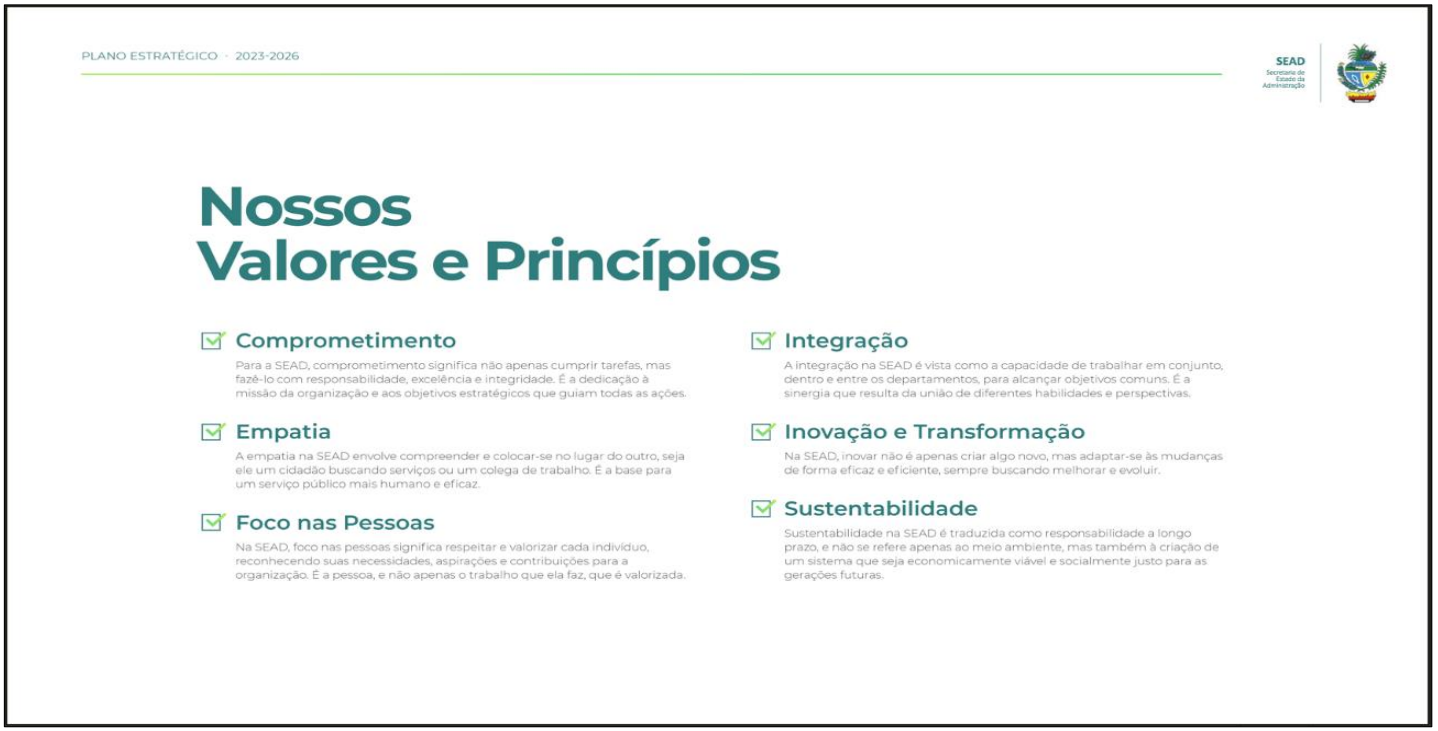
Figura 20 – Visão



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

VALORES

Figura 21 – Valores



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

OKRs ESTRATÉGICOS

Figura 22 – OKR Estratégico 1: Segmento Cidadãos



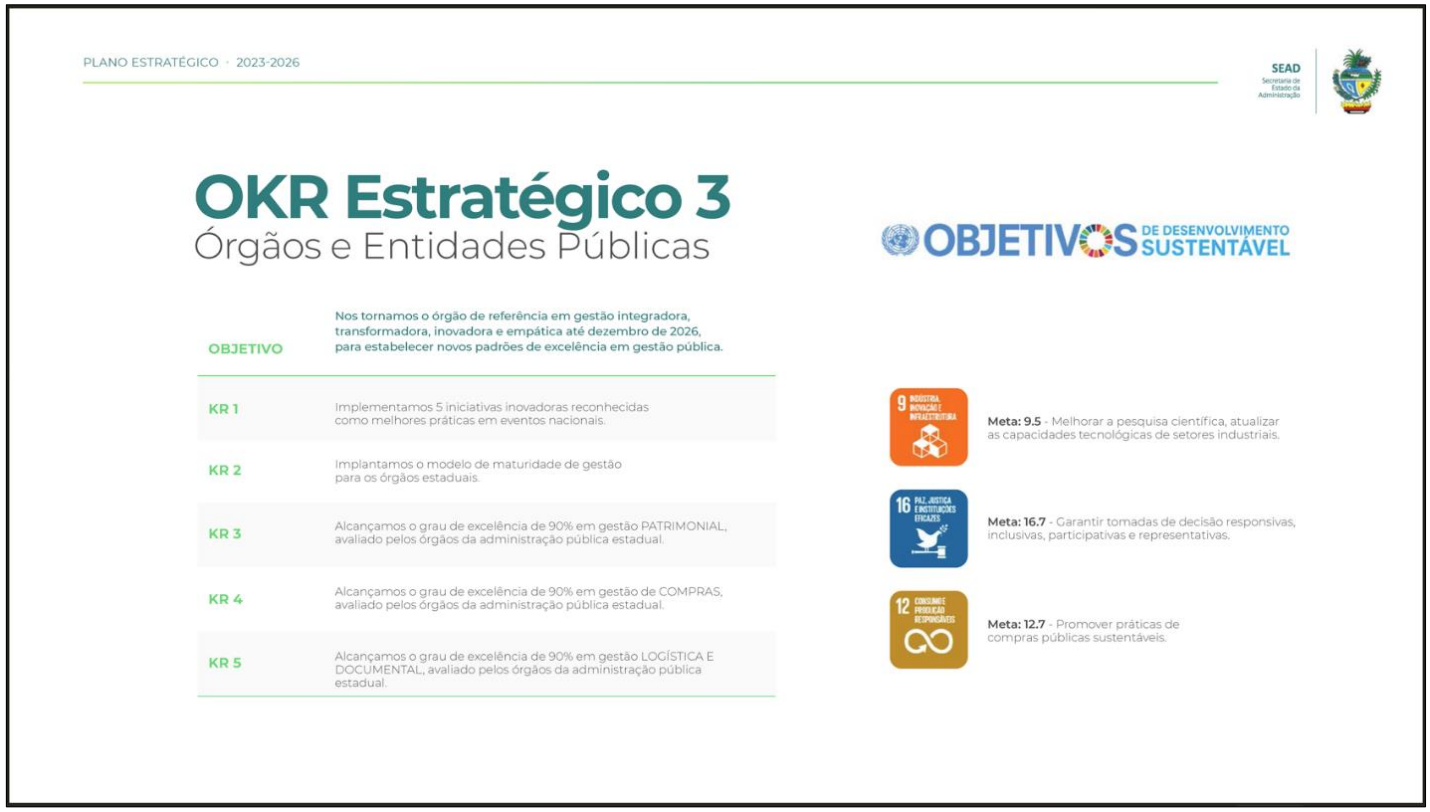
Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

Figura 23 – OKR Estratégico 2: Segmento Servidores Públicos



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

Figura 24 – OKR Estratégico 3: Segmento Órgãos e Entidades Públicas



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

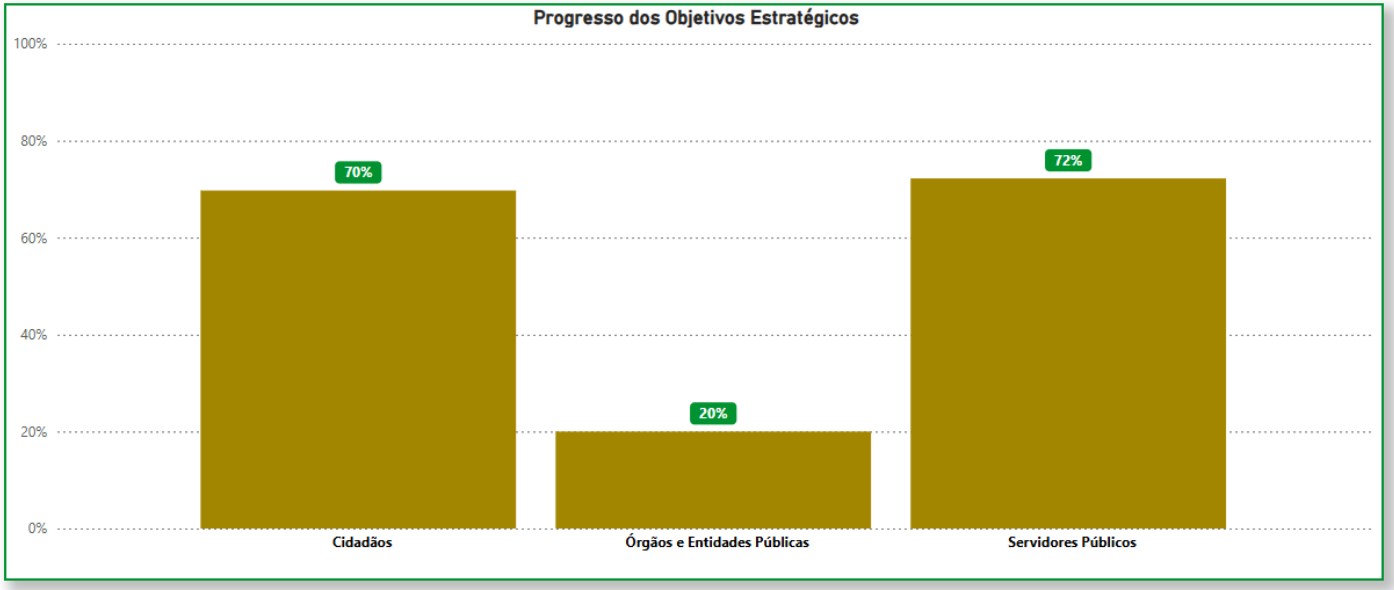
OKRs ESTRATÉGICOS

Figura 25 – OKRs Estratégicos

COMPARATIVO ENTRE SEGMENTOS DE OKRs ESTRATÉGICOS

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Objetivos Estratégicos	Progresso - Objetivos Estratégicos
Cidadãos	Estratégico	Garantimos o acesso humanizado e igualitário aos serviços do Estado até dezembro de 2026, oferecendo atendimento com excelência, e transformando digitalmente os serviços públicos passíveis de digitalização, para melhorar a qualidade de vida da população.	70%
Órgãos e Entidades Públicas	Estratégico	Nos tornamos o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, para estabelecer novos padrões de excelência em gestão pública.	20%
Servidores Públicos	Estratégico	Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais.	72%



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

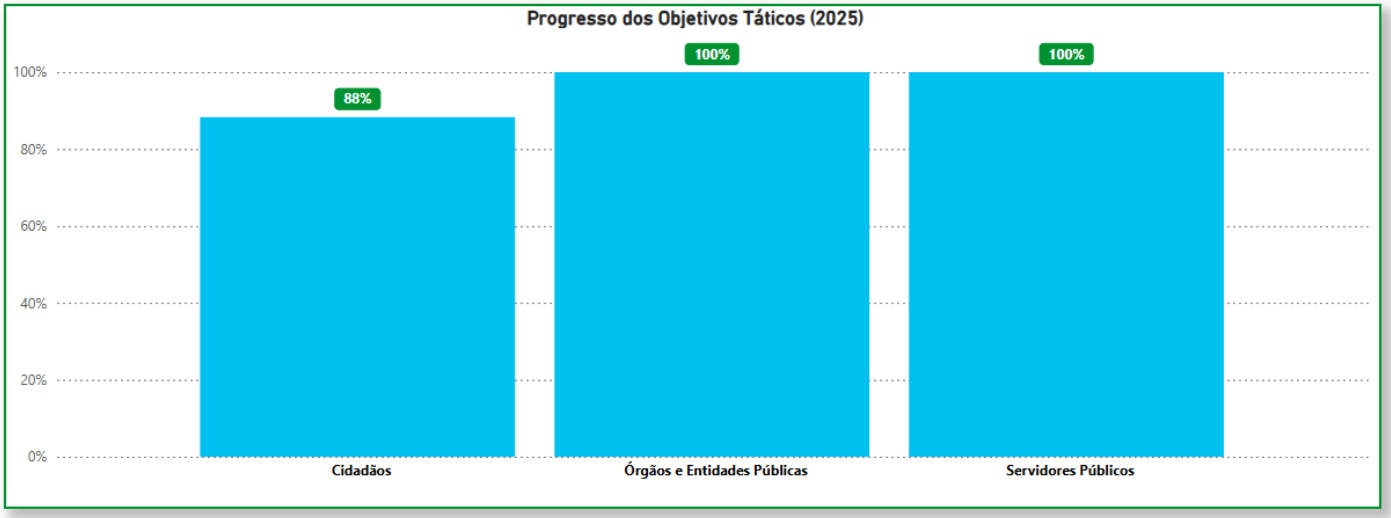
OKRs TÁTICOS

Figura 26 – OKRs Táticos 2025

COMPARATIVO ENTRE SEGMENTOS DE OKRs TÁTICOS (2025)

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Objetivos Táticos	Progresso - Objetivos Táticos 2025
Cidadãos	Tático (2025)	* Tático 1 (2025) - Transformamos e digitalizamos serviços públicos estaduais para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, na dimensão da oferta de serviços públicos. * Tático 3 (2025) - Proporcionamos atendimento presencial eficiente e qualificado em um ambiente moderno e aconchegante até março de 2026.	88%
Órgãos e Entidades Públicas	Tático (2025)	* Tático 1 (2025) - Criamos um modelo de maturidade de gestão para garantir atuação integrada, eficiente e efetiva, e promover a entrega de valor aos órgãos.	100%
Servidores Públicos	Tático (2025)	* Tático 1 (2025) - Criamos um ambiente de trabalho vanguardista para ter os servidores mais satisfeitos. * Tático 2 (2025) - Fomentamos a cultura de excelência em gestão de pessoas por meio do fortalecimento da escuta ativa e da análise dos resultados da avaliação de satisfação.	100%



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

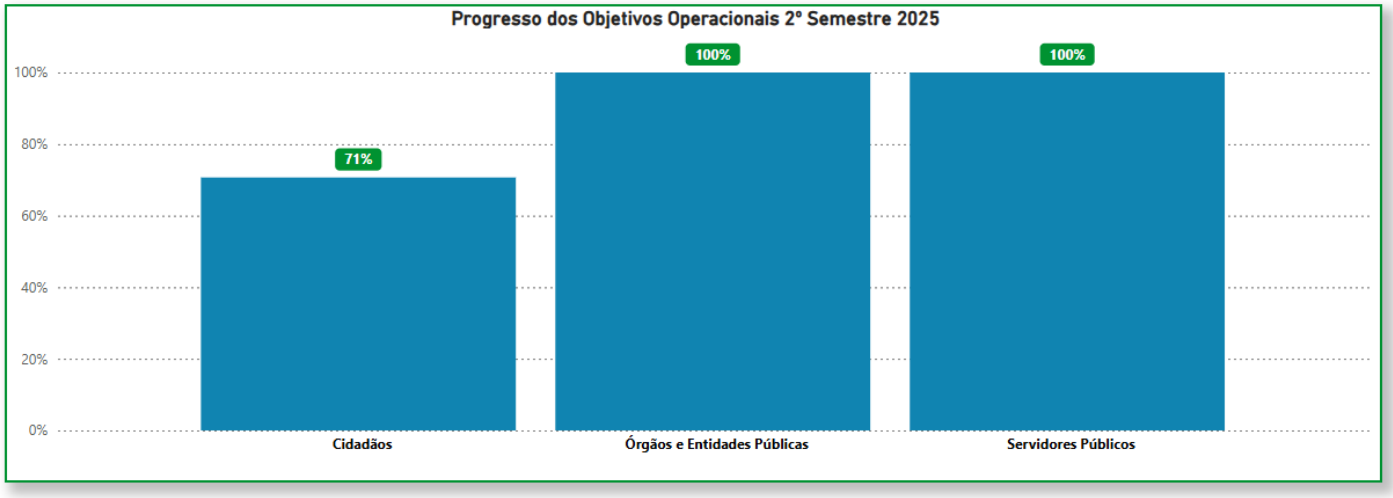
OKRs OPERACIONAIS

Figura 27 – OKRs Operacionais 2025

COMPARATIVO ENTRE SEGMENTOS DE OKRs OPERACIONAIS 2º SEMESTRE 2025

SEAD Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Objetivos Operacionais	Progresso - Objetivos Operacionais 2025 S2
Cidadãos	Operacional 2025 - 2º Semestre	* 2025 S2 (001) - Avançamos na digitalização dos serviços públicos para transformarmos a qualidade de vida dos cidadãos. * 2025 S2 (002) - Promovemos a capacitação dos servidores do Vapt Vupt no tema qualidade no atendimento, até dezembro de 2025. * 2025 S2 (003) - Modernizamos as unidades de atendimento ao cidadão com melhorias de conforto até dezembro de 2025. * 2025 S2 (004) - Ampliamos e melhoramos a capacidade de atendimento nas unidades Vapt Vupt de Goiânia até março de 2026.	71%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional 2025 - 2º Semestre	* 2025 S2 (001) - Realizamos o diagnóstico, a validação e o aceite final.	100%
Servidores Públicos	Operacional 2025 - 2º Semestre	* 2025 S2 (001) - Garantimos a aplicação eficaz da metodologia de avaliação de excelência em gestão de pessoas em 100% dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.	100%



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

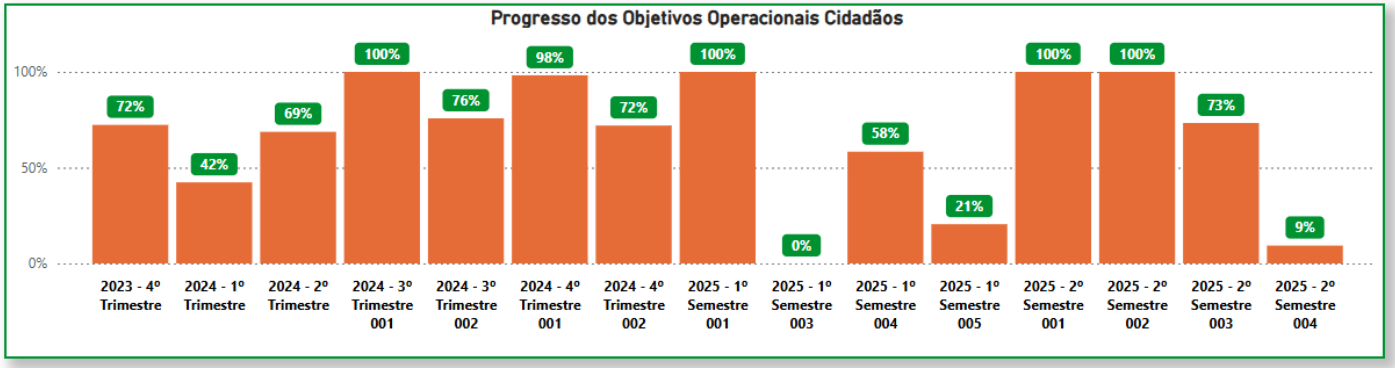
EVOLUÇÃO DOS OKRs OPERACIONAIS CIDADÃOS

Figura 28 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Cidadãos – outubro de 2023 a dezembro de 2025

COMPARATIVO ENTRE PERÍODOS DE OKRs OPERACIONAIS CIDADÃOS

SEAD Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Períodos	Objetivos Operacionais Cidadãos	Progresso - Objetivos Operacionais Cidadãos
			participação ativa, através de uma ferramenta de gamificação para realização da avaliação dos serviços públicos.	
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 1 - 2025)	2025 - 1º Semestre 001	Avançamos na digitalização dos serviços públicos para transformarmos a qualidade de vida dos cidadãos.	100%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 3 - 2025)	2025 - 1º Semestre 003	Promovemos a capacitação dos servidores do Vapt Vupt no tema qualidade no atendimento, até dezembro de 2025.	0%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 3 - 2025)	2025 - 1º Semestre 004	Modernizamos as unidades de atendimento ao cidadão com melhorias de conforto até dezembro de 2025.	58%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 3 Tático 3 - 2025)	2025 - 1º Semestre 005	Ampliamos e melhoramos a capacidade de atendimento nas unidades Vapt Vupt de Goiânia até março de 2026.	21%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 1 - 2025)	2025 - 2º Semestre 001	Avançamos na digitalização dos serviços públicos para transformarmos a qualidade de vida dos cidadãos.	100%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 3 - 2025)	2025 - 2º Semestre 002	Promovemos a capacitação dos servidores do Vapt Vupt no tema qualidade no atendimento, até dezembro de 2025.	100%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 3 - 2025)	2025 - 2º Semestre 003	Modernizamos as unidades de atendimento ao cidadão com melhorias de conforto até dezembro de 2025.	73%
Cidadãos	Operacional - (Ligação KR 3 Tático 3 - 2025)	2025 - 2º Semestre 004	Ampliamos e melhoramos a capacidade de atendimento nas unidades Vapt Vupt de Goiânia até março de 2026.	9%



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

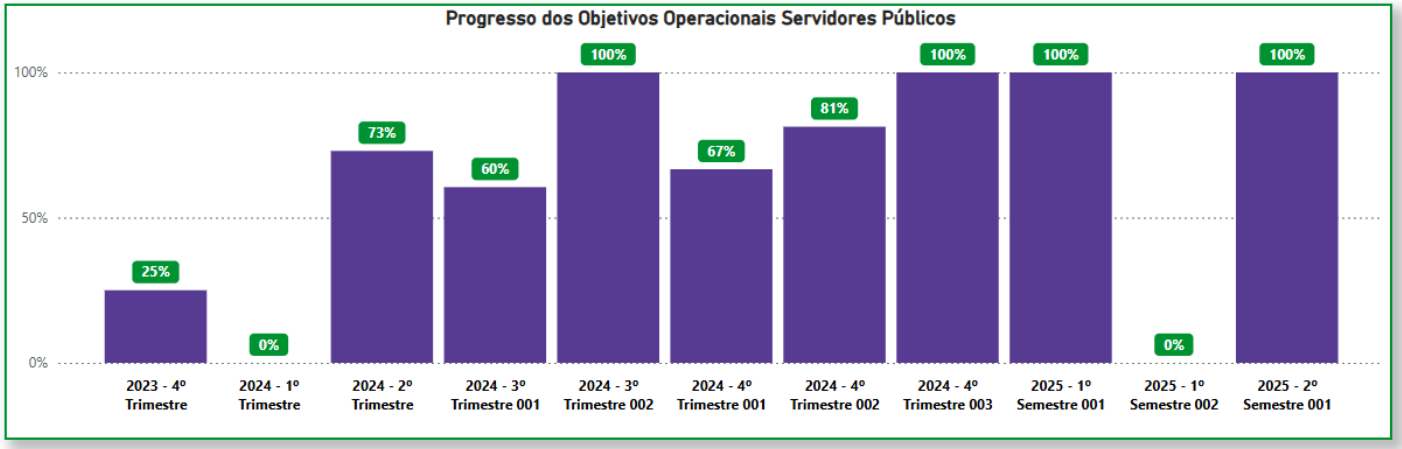
EVOLUÇÃO DOS OKRs OPERACIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS

Figura 29 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Servidores Públicos - outubro de 2023 a dezembro de 2025

COMPARATIVO ENTRE PERÍODOS DE OKRs OPERACIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS

SEAD Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Períodos	Objetivos Servidores Públicos	Progresso - Objetivos Operacionais Servidores Públicos
			satisfação dos servidores.	
Servidores Públicos	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 2)	2024 - 4º Trimestre 002	Concluímos a formação dos gerentes.	81%
Servidores Públicos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 2)	2024 - 4º Trimestre 003	Concluímos a formação de lideranças estratégicas.	100%
Servidores Públicos	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 1 - 2025)	2025 - 1º Semestre 001	Implementamos ações para aumento do nível de satisfação dos servidores.	100%
Servidores Públicos	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 2 - 2025)	2025 - 1º Semestre 002	Garantimos a aplicação eficaz da metodologia de avaliação de excelência em gestão de pessoas em 100% dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.	0%
Servidores Públicos	Operacional - (Ligação KR1 Tático 2 - 2025)	2025 - 2º Semestre 001	Garantimos a aplicação eficaz da metodologia de avaliação de excelência em gestão de pessoas em 100% dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.	100%



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

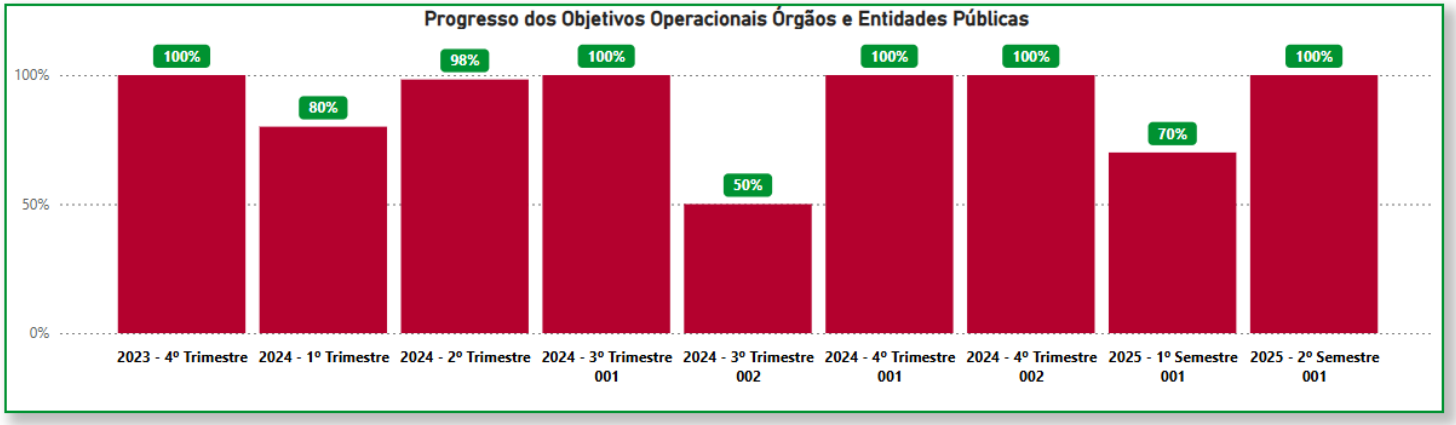
EVOLUÇÃO DOS OKRs OPERACIONAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

Figura 30 – Evolução dos OKRs Operacionais Segmento Órgãos e Entidades Públicas - outubro de 2023 a dezembro de 2025

COMPARATIVO ENTRE PERÍODOS DE OKRs OPERACIONAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

Segmento de OKRs	OKRs	Períodos	Objetivos Órgãos e Entidades Públicas	Progresso - Objetivos Operacionais Órgãos e Entidades Públicas
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 1)	2024 - 2º Trimestre	Concluimos a pesquisa e análise das boas práticas em gestão para criação do modelo de maturidade.	98%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 1 Tático 1)	2024 - 3º Trimestre 001	(Conlcuído) - Concluimos a pesquisa e análise das boas práticas em gestão para criação do modelo de maturidade.	100%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 1)	2024 - 3º Trimestre 002	Desenvolvemos o modelo de maturidade de gestão.	50%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 2 Tático 1)	2024 - 4º Trimestre 001	Desenvolvemos o modelo de maturidade de gestão.	100%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 3 Tático 1)	2024 - 4º Trimestre 002	Realizamos o piloto de avaliação de maturidade em gestão de compras, logística e patrimônio.	100%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 4 Tático 1 - 2025)	2025 - 1º Semestre 001	Realizamos o diagnóstico, a validação e o aceite final.	70%
Órgãos e Entidades Públicas	Operacional - (Ligação KR 4 Tático 1 - 2025)	2025 - 2º Semestre 001	Realizamos o diagnóstico, a validação e o aceite final.	100%



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Figura 31 – Integração Instrumentos de Planejamento



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

ESTRATÉGIAS

Figura 32 – Estratégias



Fonte *Plano Estratégico SEAD 2023-2026*

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

- Simplificação dos Processos e Serviços: Revisar e simplificar processos, regulamentos e procedimentos, eliminando etapas desnecessárias e acelerando a prestação de serviços;
- Integração entre Órgãos: Estabelecer um ecossistema que facilite a comunicação e colaboração entre diferentes órgãos públicos, promovendo uma gestão mais integrada e coesa;
- Inovação Contínua: Estimular a cultura de inovação, mantendo o órgão na vanguarda da inovação em gestão pública;
- Reconhecimento e Valorização: Estabelecer uma sistemática de reconhecimento que recompense o desempenho excepcional e estimule a inovação e as contribuições significativas à organização;
- Programa de Desenvolvimento e Capacitação: Desenvolver competências que preparem os servidores para desafios relacionados à liderança, solução de problemas complexos, adaptação às novas tecnologias e aprendizagem contínua; e
- Ambiente de Trabalho Colaborativo: Promover a colaboração entre diferentes departamentos e níveis hierárquicos, utilizando instrumentos modernos de comunicação e espaços de trabalho flexíveis.



MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

13 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás foi construída com base na Constituição, regulamentos, decretos e demais normas que regem o funcionamento da administração pública estadual, estruturando a atuação do Estado por meio de um conjunto integrado de macroprocessos e processos.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Administração – SEAD atua na gestão e no aprimoramento dos processos sob sua responsabilidade, conforme definidos na Cadeia de Valor do Estado. As iniciativas oriundas do Planejamento Estratégico Institucional são direcionadas a esses processos, promovendo sua melhoria, transformação e alinhamento às prioridades governamentais. Esse arranjo está organizado na Arquitetura de Processos, que estrutura os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte e os processos que os compõem.

Nessa conjuntura, o Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, estabelece as diretrizes e prioridades que orientam a atuação da Pasta. As iniciativas estratégicas decorrentes desse planejamento são desdobradas e direcionadas aos processos sob sua responsabilidade, conforme estruturados na Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás, promovendo o alinhamento entre estratégia e execução e induzindo a melhoria contínua e a transformação dos processos. Esse conjunto está organizado na Arquitetura de Processos, que estrutura os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte e os processos que os compõem.

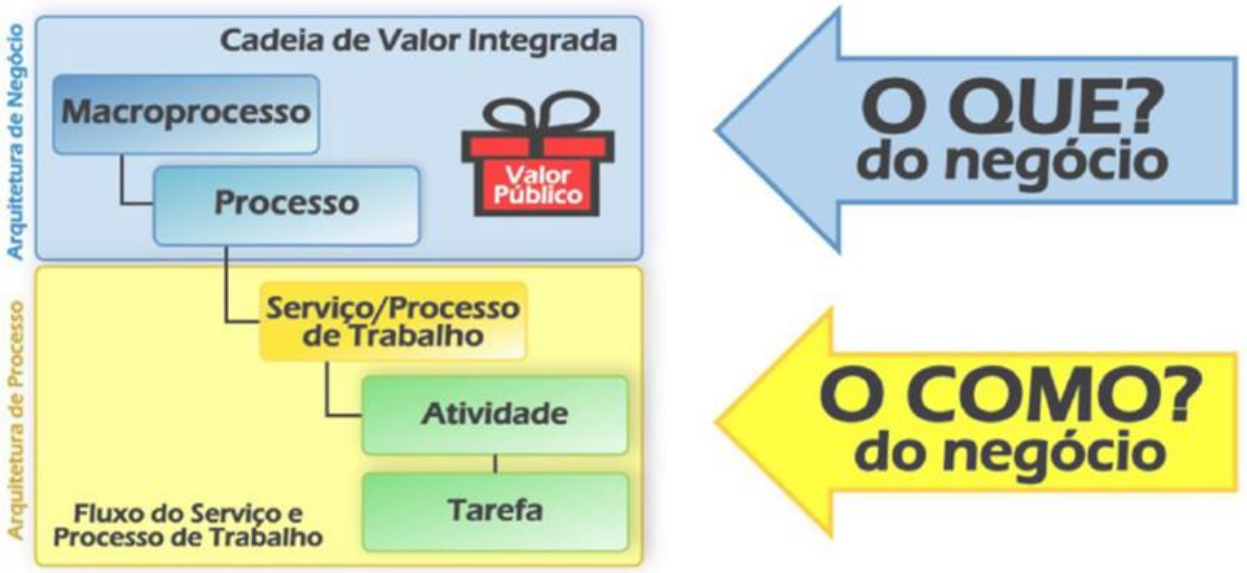
A gestão por processos desempenha papel fundamental nesse contexto, ao fornecer metodologias e práticas que permitem compreender, estruturar, monitorar e aprimorar os processos organizacionais. Em complemento, a gestão de projetos atua como instrumento para viabilizar a implementação das iniciativas estratégicas, promovendo o alinhamento entre planejamento e execução, além de fortalecer a governança, o controle de prazos, custos e riscos e a cultura de resultados na administração pública. Dessa forma, a SEAD assegura a execução eficiente de suas iniciativas prioritárias, com foco na geração de valor público e no atendimento às necessidades da sociedade.

A Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás consolida, em uma arquitetura estruturada de processos, os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte, permitindo a visualização integrada de como o Estado gera valor público, desde a formulação das políticas públicas até a entrega de bens e serviços ao cidadão. Essa organização orienta a atuação do Estado para além de uma lógica departamental, promovendo uma visão transversal, integrada e orientada a resultados.

Construída com base na Constituição, regulamentos, decretos e demais normas que regem o funcionamento do Estado, sendo organizada de forma hierárquica em:

1. Macroprocessos / Macrofunções; 2. Processos (de Negócio); 3. Processos de Trabalho; 4. Atividades; 5. Tarefas.

Figura 33 – Cadeia de valor Integrada de Goiás



Fonte: SCTP/SEAD, 2025. Link de acesso: https://goias.gov.br/administracao/escritorio-de-processos

Os processos são classificados em: finalísticos, gerenciais e de suporte, conforme figura abaixo.

Figura 34 – Classificação dos Processos: finalísticos, gerenciais e de suporte



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

QR Code Painel BI de Classificação dos Processos: finalísticos, gerenciais e de suporte
Link de acesso:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTg1NmI4NDUtMWYwYS00MDYyLWI2MGItZjJkOGFiOGYyNzczIiwidCI6IjY3ZmQ0MzFjLWIyYWQtNDg2Ny04MWJjLWQ3NTYyMjBiNTZkNCJ9

Os macroprocessos gerenciais e de suporte compreendem os conjuntos de processos que sustentam a atuação do Estado e viabilizam a execução dos macroprocessos finalísticos, estando relacionados à gestão de pessoas, contratações públicas, patrimônio, tecnologia da informação, logística, modernização administrativa e gestão por processos. Os processos que compõem esses macroprocessos são permanentemente analisados, monitorados e aprimorados, com vistas a assegurar maior eficiência operacional, padronização, transparência e qualidade na execução das atividades administrativas e no suporte à entrega das políticas públicas e dos serviços governamentais.

A adoção da gestão por processos no Estado permite a identificação clara das entregas de valor, das responsabilidades institucionais, das interfaces entre unidades administrativas e dos pontos críticos de melhoria, fortalecendo a governança organizacional e qualificando a tomada de decisão estratégica. Esse modelo contribui para o aumento da capacidade produtiva do Estado, a redução de redundâncias e retrabalhos, a mitigação de riscos operacionais e o alinhamento mais eficiente dos recursos às prioridades institucionais e governamentais.

Os processos executados pela Chefia de Gabinete da SEAD são estruturados para funcionar como o elo de transmissão que converte as diretrizes da Cadeia de Valor do Estado em entregas concretas de governança. Esse desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional permite que a unidade atue na coordenação dos macroprocessos sob responsabilidade da SEAD e que sustentam a missão da Pasta, organizando as atividades de forma que cada ação administrativa contribua diretamente para a ampliação das capacidades produtivas do órgão. O valor público, neste contexto, é gerado na intersecção entre a eficiência dos processos internos de gestão de ativos e pessoas e a qualidade do serviço percebida pelo cidadão, garantindo que a estrutura do gabinete não seja apenas um suporte administrativo, mas um motor de resultados sociais.

No âmbito dos macroprocessos gerenciais, a Chefia de Gabinete atua na governança estratégica e na articulação institucional, assegurando que as entregas de valor para a sociedade sejam contínuas e alinhadas ao Plano Estratégico SEAD 2023 a 2026. Nesse contexto, a unidade coordena e direciona a atuação dos processos gerenciais e de suporte administrativo, de forma integrada, para viabilizar as metas da Pasta, como a modernização patrimonial e a gestão eficiente do capital humano. Ao estruturar e acompanhar essa atuação, a unidade consegue identificar gargalos operacionais e redirecionar esforços para áreas que impactam diretamente a jornada do usuário, transformando recursos em benefícios

tangíveis, como a celeridade em processos de compras públicas e a transparência na aplicação do erário.

As principais entregas de valor decorrentes dessa atuação manifestam-se na capacidade de resposta ágil do Estado e na integridade das decisões governamentais. A gestão orientada por valor público impõe que a Chefia de Gabinete monitore continuamente se os processos gerenciais estão, de fato, contribuindo para a simplificação da vida do cidadão e para a promoção da austeridade fiscal. O resultado dessa atuação é uma estrutura administrativa que não apenas executa atividades, mas gera impactos positivos em curto, médio e longo prazos, fortalecendo a confiança da sociedade na administração pública goiana e garantindo que o planejamento estratégico institucional se materialize em uma governança resiliente, inovadora e conectada às necessidades da população.

A Procuradoria Setorial da SEAD integra os fluxos administrativos da Pasta por meio do assessoramento jurídico prestado às áreas responsáveis por negócios públicos, gestão patrimonial e assuntos relacionados aos servidores, pela Gerência de Processos Administrativos, oferecendo orientação técnica para a adequada condução dos processos decisórios.

Sua atuação concentra-se na análise jurídica preventiva e no suporte às unidades administrativas, contribuindo para maior coerência normativa, organização dos procedimentos e estabilidade institucional. Nesse contexto, a presença da unidade nos processos administrativos favorece a redução de inconsistências e o aprimoramento das práticas institucionais, sem interferir na execução das atividades finalísticas das áreas competentes.

No contexto da cadeia de valor Integrada do Estado , a Corregedoria Setorial atua em macroprocessos relacionados à integridade, controle interno, responsabilização e proteção do erário, com foco na apuração de irregularidades e na adoção de providências administrativas cabíveis, sempre com observância do devido processo legal e das garantias aplicáveis.

Destaca-se como principais macroprocessos Gerenciais:

a) Apuração correcional e responsabilização de servidores, por meio de investigações preliminares, sindicâncias preliminares, Termos de Ajustamento de Conduta, quando cabíveis, e, principalmente, instrução de processos administrativos disciplinares, com instrução, análise e encaminhamento para decisão da autoridade competente;

b) Responsabilização administrativa de fornecedores, por meio de processos administrativos próprios, voltados à apuração de condutas e irregularidades no âmbito de licitações e contratos; e

c) Instrução e condução da fase interna dos processos de Tomada de Contas Especial, voltados à recomposição do erário e ao encaminhamento ao órgão de controle externo, quando aplicável.

A Superintendência de Gestão Integrada organiza sua atuação com base na Cadeia de Valor do Estado, estruturando uma Arquitetura de Processos que integra macroprocessos finalísticos, de gerenciamento e de suporte. Essa organização permite transformar o Planejamento Estratégico Institucional da SEAD em ações coordenadas, garantindo coerência entre planejamento, execução, monitoramento, controle e avaliação.

No âmbito dos macroprocessos finalísticos, a Superintendência assegura o desdobramento estratégico das diretrizes

governamentais em programas, projetos e iniciativas estruturadas, promovendo o alinhamento entre metas institucionais, planejamento orçamentário e execução administrativa. Atua na estruturação e supervisão das contratações públicas, desde a padronização da fase preparatória até a incorporação da gestão de riscos, garantindo regularidade, competitividade e aderência às prioridades governamentais. Também executa a gestão e o monitoramento das transferências voluntárias e instrumentos congêneres, com análise de prestações de contas, orientação técnica e acompanhamento de riscos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos descentralizados.

A Superintendência ainda consolida e qualifica dados institucionais, transformando informações dispersas em insumos estratégicos para a alta gestão, fortalecendo o monitoramento de resultados e a tomada de decisão baseada em evidências. No campo da modernização administrativa, promove o mapeamento e a melhoria de processos, a padronização de fluxos, a atualização da Carta de Serviços e o aperfeiçoamento contínuo da estrutura organizacional, ampliando a eficiência e a previsibilidade das entregas.

Nos macroprocessos de gerenciamento, a atuação concentra-se na governança institucional e na integridade administrativa. A Superintendência coordena a gestão da força de trabalho, abrangendo dimensionamento, alocação, desenvolvimento, avaliação de desempenho, capacitação, saúde e segurança no trabalho, além da gestão cadastral e da folha de pagamento. No âmbito fiscal, assegura a programação e a execução orçamentária das despesas, a gestão do fluxo financeiro, o controle de contas a pagar, a emissão de cronograma de desembolso e o acompanhamento da adequação orçamentária dos atos administrativos. Paralelamente, garante a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão, a evidenciação patrimonial, a elaboração e consolidação das prestações de contas e o atendimento aos órgãos de controle interno e externo, assegurando transparência, fidedignidade das informações e responsabilidade fiscal.

No campo dos macroprocessos de suporte, a Superintendência garante a sustentação administrativa e estrutural necessária ao funcionamento da Secretaria. Isso inclui a gestão de bens móveis e imóveis, controle patrimonial, administração de almoxarifado e suprimentos, fiscalização de contratos sob sua competência, gestão técnica das edificações, elaboração e acompanhamento de projetos de engenharia, manutenção predial preventiva e corretiva, racionalização do uso dos espaços físicos e monitoramento das condições de segurança das instalações. Essas entregas asseguram ambientes adequados ao desempenho das atividades institucionais e à continuidade do atendimento nas unidades da SEAD e nos Vapt Vupt.

A integração desses macroprocessos amplia a capacidade institucional da Secretaria ao reduzir riscos administrativos e fiscais, fortalecer a governança, assegurar disciplina orçamentária, proteger o patrimônio público e qualificar a gestão de pessoas e de processos. Como resultado, a Superintendência de Gestão Integrada viabiliza condições estruturais, técnicas, humanas e financeiras para que as políticas públicas sejam executadas com regularidade, transparência, eficiência e sustentabilidade, consolidando entregas institucionais consistentes e estáveis à sociedade.

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, a unidade executa processos de negócio inseridos no macroprocesso de suporte Gestão de Pessoas da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás, com foco na formação, capacitação e desenvolvimento de competências dos servidores públicos estaduais, contribuindo para

a ampliação das capacidades institucionais do Estado. Por meio da interação contínua com os órgãos e com os servidores, tais processos geram produtos e serviços educacionais que impactam diretamente a qualidade da gestão pública e a prestação de serviços ao cidadão, contribuindo para a geração de valor público em curto, médio e longo prazos.

No tocante à DESSS, está inserida na Cadeia de Valor da SEAD, no âmbito do Macroprocesso Gestão de Pessoas, especificamente no processo Gerir Saúde e Segurança do Servidor, e executa os seguintes processos de trabalho:

- Gerir a perícia médica para concessão de licença;
- Promover perícia médica para concessão de benefícios administrativos e previdenciários;
- Promover e monitorar a saúde ocupacional;
- Coordenar a reabilitação e readaptação funcional;
- Realizar acolhimento psicossocial do servidor;
- Estabelecer nexo causal ocupacional;
- Homologar tempo de serviço por exposição a agentes nocivos para fins de aposentadoria especial;
- Administrar a guarda de arquivos físicos e digitais de prontuários médicos;
- Coordenar os programas de Segurança do Trabalho;
- Elaborar, avaliar e homologar laudos técnicos de segurança do trabalho;
- Realizar e promover atividades de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT; e
- Gerir canais de comunicação com o usuário.

Esses processos mobilizam recursos humanos especializados, sistemas de informação e instrumentos normativos, permitindo à unidade produzir entregas relacionadas à avaliação da capacidade laborativa, ao monitoramento dos riscos ocupacionais, aoacompanhamento psicossocial e à promoção de ambientes de trabalho mais seguros.

Como principais entregas de valor, destacam-se a viabilização do acesso regular dos servidores aos benefícios legais, a produção de informações para apoio à gestão, o monitoramento de riscos ocupacionais e o fortalecimento das ações de prevenção em saúde e segurança do trabalho.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, a unidade é responsável pela condução dos macroprocessos de suporte de Gestão da Logística Pública, Gestão do Patrimônio Imobiliário e Gestão do Patrimônio Mobiliário, conforme estabelecido na Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás.

Nesse contexto, a Superintendência Central de Compras – SCC executa o processo “Gerenciar Contratações”, inserido no macroprocesso de Gestão da Logística Pública. A unidade efetiva suas entregas por meio da centralização das contratações (contratações centralizadas ou compartilhadas), além de atuar no planejamento e monitoramento das aquisições e contratações, bem como no desenvolvimento e gestão do sistema oficial de contratações do Estado, o SISLOG.

No que se refere à gestão do patrimônio imobiliário, a SUPATI executa processos inseridos no macroprocesso de Gestão do Patrimônio Imobiliário, dentre os quais se destacam: “Receber Imóveis”, “Cadastrar Imóveis”, “Gerir o Censo e o Monitoramento de Imóveis”, “Gerir Destinação de Imóveis”, “Gerir Alienações de Imóveis” e “Gerir Regularização Fundiária”. A execução desses processos gera valor tanto para os órgãos e entidades estaduais quanto para a sociedade, destacando-se a regularização fundiária como atividade com impacto direto ao cidadão.

Em 2019, foi identificada a necessidade de otimização do programa de Regularização Fundiária dos imóveis estaduais ocupados por particulares. Esta iniciativa se fundamenta no direito social à moradia, no pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse contexto, foi promulgada a Lei nº 20.954/2020, de 30 de dezembro de 2020. Essas ações estão direcionadas ao atendimento do interesse público no âmbito das políticas habitacionais, buscando responder às demandas e necessidades dos cidadãos. A regularização fundiária tem como principal objetivo impulsionar o acesso à moradia própria por meio de estratégias que priorizam a obtenção do título de domínio (escritura pública) para os ocupantes de imóveis no Estado de Goiás, tendo como enfoque legitimar aqueles que já ocupam os imóveis.

No âmbito da gestão do patrimônio mobiliário e dos serviços logísticos, a Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário executa processos inseridos nos macroprocessos de Gestão da Logística Pública e Gestão do Patrimônio Mobiliário, sendo responsável por atividades relacionadas à gestão documental, processo eletrônico, frotas, suprimentos e patrimônio mobiliário. Suas entregas concentram-se na formulação de políticas, padronização de procedimentos, apoio às unidades setoriais, capacitação de servidores, monitoramento da execução das políticas estabelecidas e manutenção dos sistemas de tecnologia da informação que suportam essas atividades, bem como na proposição de melhorias e inovações voltadas ao aprimoramento dos processos, com vistas à geração de economicidade, transparência e desenvolvimento sustentável.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, a Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão é responsável por processos de negócio inseridos no macroprocesso gerencial de Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação, diretamente relacionados à organização, coordenação e melhoria do acesso do cidadão aos serviços públicos, dentre os quais se destacam:

- Planejamento e expansão da rede;
- Gestão operacional das unidades;
- Integração com órgãos parceiros;
- Monitoramento de indicadores e satisfação do usuário.

A atuação orientada por processos amplia a capacidade produtiva do Estado, otimiza recursos e assegura entregas mensuráveis, como redução do tempo de espera, melhoria da satisfação e maior acessibilidade aos serviços. Dessa forma, consolida-se como instrumento estruturante de geração de valor público, alinhado às prioridades governamentais e às necessidades da sociedade.

A Superintendência de Inovação da Gestão Pública integra a Cadeia de Valor do Estado de Goiás por meio da execução de processos inseridos no macroprocesso gerencial de Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação, atuando de forma transversal no fortalecimento da capacidade institucional do Estado para a formulação, implementação e aprimoramento das políticas públicas executadas pelos órgãos responsáveis pelos macroprocessos finalísticos.

Nesse contexto, a atuação da Superintendência contribui para a efetivação do Planejamento Estratégico Institucional ao apoiar os órgãos por meio da indução de práticas de inovação, da articulação interinstitucional, da qualificação dos processos de tomada de decisão e da aplicação de soluções analíticas orientadas à melhoria da gestão pública. Sua atuação na cadeia de valor viabiliza que as

áreas responsáveis pelos macroprocessos finalísticos ampliem sua capacidade de entregar valor público à sociedade.

Embora não execute diretamente processos finalísticos, a Superintendência executa processos inseridos no macroprocesso gerencial de Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação, fortalecendo a governança, a cooperação entre órgãos e a adoção de abordagens inovadoras para o enfrentamento de problemas públicos, o que repercute de maneira indireta, porém estratégica, na qualidade, efetividade e sustentabilidade das entregas realizadas pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

Dessa forma, a Superintendência de Inovação da Gestão Pública participa da Cadeia de Valor do Estado como agente habilitador da geração de valor público, ao ampliar as capacidades organizacionais, metodológicas e tecnológicas da administração pública estadual, contribuindo para que os macroprocessos finalísticos alcancem melhores resultados para os cidadãos e usuários dos serviços públicos.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, os processos executados pela SUCEP estão inseridos no macroprocesso de suporte Gestão de Pessoas da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás, e suas entregas não estão diretamente relacionadas à sociedade, mas sim ao fortalecimento das capacidades internas da administração pública estadual.



PORTFÓLIO DE PROJETOS

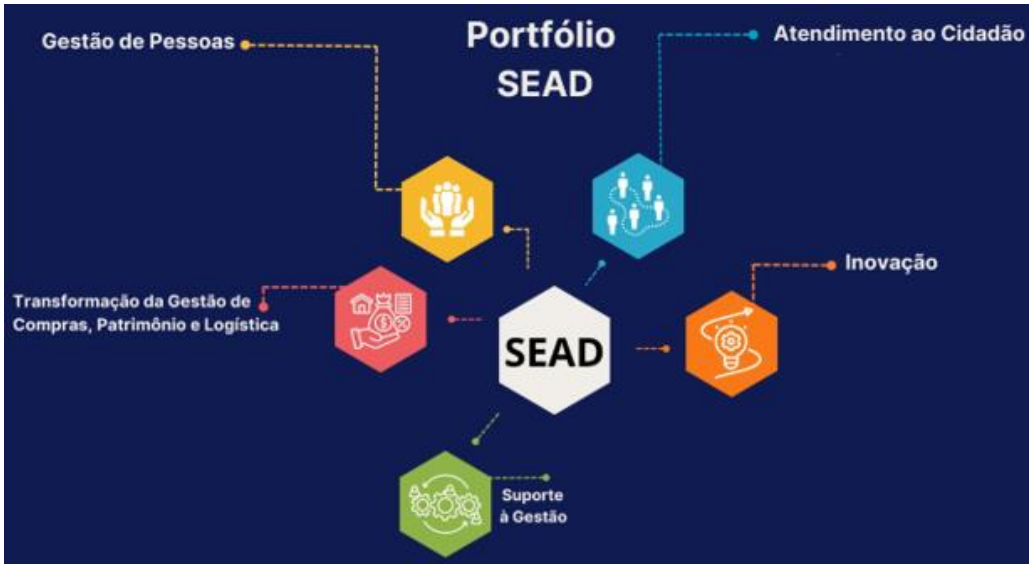
14 PORTFÓLIO DE PROJETOS

A Unidade Administrativa Escritório de Projetos Setorial exerce papel estratégico no planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação dos projetos sob responsabilidade da SEAD, assegurando que as iniciativas estejam alinhadas às diretrizes do Plano de Governo, aos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual – PPA e aos objetivos definidos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026.

No âmbito de sua atuação, o Escritório de Projetos Setorial tem como principal atribuição promover a integração entre o planejamento estratégico e a execução das iniciativas governamentais, garantindo que os projetos desenvolvidos contribuam diretamente para a implementação das políticas públicas e para a geração de valor público. Para tanto, a unidade atua na estruturação metodológica dos projetos, na priorização das iniciativas, no acompanhamento sistemático da execução e na avaliação dos resultados e benefícios entregues à sociedade.

O portfólio de projetos da SEAD está distribuído em cinco eixos:

Figura 35 – Portfólio de Projetos da SEAD



Fonte: Escritório de Projetos/SEAD, 2025.

Um portfólio de projetos é uma ferramenta estratégica que reúne e organiza um conjunto de projetos sob a gestão de uma entidade, descreve de forma estruturada e abrangente as iniciativas; segundo o Project Management Body of Knowledge – PMBOK, um portfólio de projetos é um componente de entrega de valor que compõe um sistema alinhado à estratégia da organização.

O portfólio de projetos da SEAD é uma ferramenta estratégica que reúne e organiza um conjunto de iniciativas alinhadas às ações prioritárias do governo. O portfólio foi estruturado em cinco eixos principais: Gestão de Pessoas; Transformação de Compras, Patrimônio e Logística; Atendimento ao Cidadão, Inovação, e Suporte à Gestão. Essa organização estratégica permite um acompanhamento eficiente do progresso e dos resultados alcançados, garantindo a entrega de valor ao cidadão.

EIXO GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo: implantar uma nova ferramenta de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, com foco na gestão do dimensionamento da força de trabalho de forma contínua. Esse modelo busca integrar critérios objetivos para o avanço na carreira dos servidores públicos, identificar perfis de servidores, aplicar testes profissionais, manter um Banco de Talentos e de Vagas, além de promover o engajamento e a cultura da transformação digital na administração pública estadual, proporcionando acesso a serviços relevantes para os servidores públicos. Formar e capacitar servidores públicos para atuarem de forma mais eficiente na gestão pública, incluindo líderes e futuros líderes estaduais. Isso envolve a implementação de programas de capacitação para desenvolver competências estratégicas e inovadoras, por meio de trilhas e certificações profissionais, além da oferta de cursos de pós-graduação em áreas estratégicas para a gestão pública. Essas iniciativas visam aprimorar a capacidade dos servidores de articular e gerir ações governamentais de maneira profissional e estratégica.

EIXO SUPORTE À GESTÃO

Objetivo: desenvolver a organização de Sistemas de Gestão da Administração Pública Estadual a partir da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás e que organize a atuação das carreiras de gestão; cultivar a transparência, cultura ética e íntegra, busca por eficiência operacional e responsabilidade social e ambiental, além do cumprimento rigoroso das leis e regulamentos aplicáveis para garantir o bom desempenho das empresas estatais, contribuindo para o melhor atendimento ao cidadão e desenvolvimento econômico e social de Goiás; disponibilizar novos processos de trabalho e ferramentas de gestão para gerir modelos organizacionais através da promoção de pesquisa e estudo de ferramentas de gestão utilizadas por outros entes, esferas e poderes para gerir reformas administrativas e a própria organização; definir competências e atribuições das unidades básicas e complementares da estrutura organizacional do Estado, definidas na Lei da organização administrativa, estabelecendo limites de poder e níveis de autoridades dentro dos órgãos e entidades estaduais; elevar a posição de Goiás no Ranking de Competitividade dos Estados, refletindo melhorias nos pilares avaliados.

EIXO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Objetivo: desenvolver e otimizar os serviços públicos para beneficiar os cidadãos, por meio da modernização, democratização,

desburocratização e inovação dos serviços estaduais. Isso inclui a melhoria da qualidade e excelência no atendimento, ampliação dos canais de atendimento, reforma e modernização de unidades Vapt Vupt, além do investimento em formação, capacitação e qualificação para o serviço público. Essas ações visam facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços, tanto de forma virtual quanto presencial, com uma abordagem mais humanizada. Coordenar, implementar e apoiar a transformação e inovação na gestão e serviços da administração pública estadual de Goiás. Simplificando processos e promovendo a transformação digital para oferecer serviços mais fáceis, rápidos, integrados e de maior qualidade aos cidadãos.

EIXO TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS, PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA

Objetivos: modernizar e tornar eficientes os processos de logística e gestão de materiais, garantindo o uso adequado dos recursos, transparência e sustentabilidade ambiental. Implementar de práticas modernas e tecnologias avançadas para redução de custos e desperdícios, estabelecimento de políticas claras para gestão de frotas visando eficiência operacional, desenvolvimento de aplicativos móveis para inventário e integração de sistemas para uma visão unificada dos ativos da organização. Além disso, a criação de sistemas para reutilização de materiais excedentes e a implementação de sistemas de *Business Intelligence* – BI para análise de dados visam promover a sustentabilidade e identificar oportunidades de economia; Implementar a regularização fundiária para garantir segurança jurídica e inclusão social, elaborar um plano diretor para otimizar o uso dos imóveis estaduais e promover o desenvolvimento urbano sustentável, e implementar um sistema integrado de gestão de patrimônio para facilitar o acesso às informações e promover transparência e controle eficazes. Esses objetivos visam uma gestão eficiente, transparente e sustentável dos bens imobiliários do estado, beneficiando a população e promovendo o desenvolvimento socioeconômico; modernizar a gestão documental do Estado de Goiás, enfrentando desafios atuais como a desorganização de 500 milhões de páginas de documentos. Implementar tecnologias inovadoras, como o assentamento funcional digital e a digitalização de documentos físicos, padronizando e integrando processos para melhorar a eficiência, segurança e transparência. Inclui a preservação do acervo histórico com tratamento e digitalização, agilização de processos de servidores públicos, cumprimento legal da guarda de arquivos, aumento da transparência para a cidadania e redução do consumo de papel para fins ambientais; modernizar e otimizar os processos de aquisição, visando aumentar eficiência, reduzir custos e criar valor por meio de ações como digitalização, gestão de gastos, fornecedores, sustentabilidade e desenvolvimento de talentos. Sob liderança dedicada, a iniciativa visa garantir competitividade e alinhamento estratégico, trazendo benefícios para clientes e *stakeholders*. Seus objetivos incluem gerenciar gastos para economia e contratos melhores, fortalecer relacionamentos com fornecedores, integrar sustentabilidade, desenvolver talentos, fomentar a cultura de inovação e melhoria contínua, criar valor e alinhar-se aos objetivos estratégicos da organização para o cumprimento efetivo das metas.

EIXO INOVAÇÃO

Objetivos: promover a Inovação, estimulando a cultura da inovação e criatividade através de diferentes formas de engajamento e aprendizado; Capacitar profissionais: oferecendo oportunidades de capacitação e desenvolvimento de habilidades para a concepção e implementação de projetos inovadores; Disseminar conhecimento,

compartilhando boas práticas, experiências e casos de sucesso para inspirar e orientar profissionais e organizações interessadas em inovar; Integrar soluções de inteligência artificial ao SEI para automatizar a análise e fiscalização de contratos; e Aprimorar a eficiência e eficácia da gestão de contratos na administração pública (reduzir o tempo e os custos associados à fiscalização manual de contratos; melhorar a transparência e a prestação de contas na gestão de contratos públicos).

Os projetos acompanhados pelo Escritório contemplam ações voltadas ao fortalecimento da gestão pública, à modernização administrativa, à transformação digital de serviços, ao aprimoramento de processos organizacionais e à melhoria da prestação de serviços ao cidadão. Tais iniciativas estão diretamente vinculadas aos compromissos assumidos no Plano de Governo, especialmente no que se refere à ampliação da eficiência administrativa, à promoção da inovação e ao fortalecimento da transparência e da governança pública.

No que se refere ao Plano Plurianual, os projetos monitorados pela unidade contribuem para a execução dos programas governamentais e para o alcance dos indicadores de resultado estabelecidos, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, eficaz e orientada a resultados. O Escritório de Projetos Setorial também atua no monitoramento do desempenho das iniciativas, promovendo a identificação de riscos, o acompanhamento de prazos, custos e entregas, bem como a proposição de medidas corretivas sempre que necessário.

Em relação ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, a unidade exerce papel fundamental na tradução dos objetivos estratégicos em projetos estruturados, permitindo que as diretrizes institucionais sejam implementadas de forma organizada, mensurável e orientada à geração de impactos positivos para a sociedade. Além disso, o Escritório de Projetos contribui para a consolidação da cultura de gestão por resultados, promovendo a disseminação de boas práticas e o fortalecimento da governança institucional.

Como resultados de sua atuação, destacam-se a melhoria na qualidade do planejamento das iniciativas, o aumento da taxa de sucesso dos projetos, o fortalecimento do alinhamento estratégico, a ampliação da transparência na execução das políticas públicas e o aprimoramento da capacidade institucional de entrega de bens, serviços e soluções que atendam às demandas da população.

Em 2025, a Gerência de Modernização Institucional e Processos, unidade integrante da Superintendência de Gestão Integrada, apoiou projetos de outras áreas desta Pasta, como o projeto SEAD por Você. Além disso, no âmbito do Fluxo Integrado de Estruturação de Projetos, a referida Gerência desempenha papel colaborativo em todos os projetos, realizando análise prévia da necessidade e o mapeamento dos processos de negócio envolvidos.

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, esta desenvolve projetos alinhados ao Plano de Governo, ao Plano Plurianual (PPA 2024–2027) e ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026, com foco no eixo Gestão e no fortalecimento da capacidade institucional do Estado, por meio do desenvolvimento de competências estratégicas dos servidores públicos estaduais.

Dentre os principais projetos destaca-se o Programa de Capacitação para Desenvolvimento de Lideranças, o projeto de Promoção de novas Certificações Profissionais e Capacitações em áreas estratégicas da gestão e o projeto de oferta de Cursos de Pós-Graduação. Conjuntamente, essas iniciativas reforçam o compromisso da SEAD com a modernização da gestão pública, a valorização do servidor e a geração de valor público para a sociedade.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, entre 2023 e 2025 a SUCEP atuou na coordenação e no gerenciamento das entregas e atividades relacionadas às competências das unidades administrativas a ela vinculadas.

A Gerência de Estudos e Impactos de Pessoal – GEIMP, possui como principal competência a realização de estudos e impactos de pessoal relativos aos servidores dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Em 2023 e 2024 a GEIMP atuou no projeto prioritário do GEPI – Eixo Gestão de Pessoas – Meta 6.26 - Repensar Carreiras, o qual objetiva a reestruturação das carreiras do Poder Executivo, com a realização de estudos e diversos cálculos de impactos orçamentário- financeiros envolvendo 20 órgãos/entidades públicas, 335 cargos, 75 leis e decretos para minimizar as distorções existentes entre os cargos, estruturas de carreira, de remuneração e de evolução funcional, de modo a otimizar a gestão das carreiras, a satisfação dos servidores, os resultados e as entregas dos serviços aos cidadãos.

O trabalho envolveu reuniões de alinhamento com representantes indicados pelos titulares dos órgãos e entidades públicas envolvidas e as equipes técnicas da SEAD; além da validação final pelos titulares da Pasta como Órgão Central de Gestão de Pessoal, dos respectivos órgãos de origem envolvidos, bem como análise jurídica expedida pelas Procuradorias Setorial e Geral do Estado, análise orçamentária e financeira pela Secretaria de Estado da Economia, e análise técnico-legislativa pela Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2023, a primeira etapa de entregas do Repensar Carreiras, com suas devidas instruções processuais, incluindo as minutas de leis e projeções de impactos orçamentário-financeiros, resultou no envio de anteprojetos de lei para a Assembleia Legislativa, com reflexos na reestruturação de carreiras de seis órgãos e entidades. Em 2024, a segunda etapa de consolidação do Repensar Carreiras resultou na reestruturação das carreiras de mais um órgão. Já em 2025, embora não estivesse mais no monitoramento do GEPI, o Repensar Carreiras resultou na reestruturação das carreiras de outros quatro órgãos e entidades públicas. Ao todo foram atingidos cerca de 21% (vinte e um por cento) dos servidores efetivos e empregados públicos civis do Poder Executivo estadual.

Além da atuação nos projetos prioritários, a GEIMP executou diversos impactos orçamentário-financeiros de demandas externas, e realizou estudos para revisão geral anual (data-base), concursos públicos, nomeações, evoluções funcionais, alterações na estrutura administrativa organizacional do Poder Executivo, concessão de gratificações do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, piso da enfermagem, vínculos duplicados na folha de pagamentos, remuneração magistério, reajustes remuneratórios no geral, dentre outros.

A GEIMP também é responsável pela criação e manutenção no Observatório de Gestão de Pessoas do Painel Remuneratório de Goiás - Cargos e Carreiras, contendo a relação de todos os cargos do Poder Executivo, dos quadros permanente e transitório, nível de escolaridade e tipo de remuneração, tabela salarial de todos os níveis, servidores ativos e inativos por cargo e nível. Também o é quanto ao Painel Ficha Estatística, que demonstra informações sobre vínculo, sexo, escolaridade, faixa salarial, lotação por município, faixa etária, remuneração média, tempo de serviço, além de um estudo de gerações. Todos esses dados são importantes para entender a dinâmica da força de trabalho estadual e estão disponíveis tanto no Portal Goiás, com informações aos servidores da Rede de Gestão de Pessoas, quanto no site da SEAD, para acesso a toda população.

Figura 36 – Painel Remuneratório Cargos e Carreiras



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

Figura 37 – Painel Ficha Estatística



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

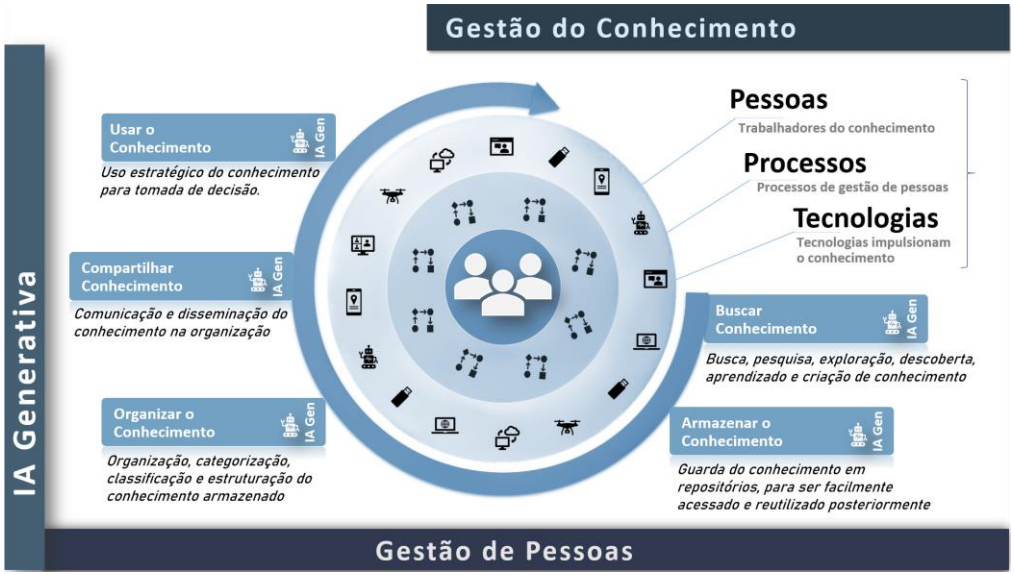
A Gerência de Gestão do Conhecimento e Competências – G2C2, no cumprimento de sua missão de estruturar a gestão do conhecimento e competências no Governo de Goiás, esteve envolvida desde sua criação em 2023, nos seguintes projetos e iniciativas:

1. Projeto de desenvolvimento e implementação da política de gestão do conhecimento nas unidades de gestão de pessoas: trata-se da estruturação da G2C2, com definição de diretrizes para capacitar a equipe interna, dos processos de conhecimento, projetos a serem implementados e formas de disseminação dos conceitos e técnicas de Gestão do Conhecimento – GC.

2. Projeto de Capacitação em Gestão do Conhecimento e Competências: envolve a realização de ações de treinamento, workshops, seminários e oficinas, visando fortalecer a cultura do conhecimento dentro do governo. O Curso de Gestão do Conhecimento se destaca pela parceria com a Diretoria da Escola de Governo, dentro da Certificação em Gestão de Pessoas.

3. Projeto de Integração entre Gestão do Conhecimento – GC e Inteligência Artificial Generativa – IA Gen: este projeto diz respeito à metodologia desenvolvida para integrar GC e IAGen, visando o ganho de produtividade na organização do conhecimento de gestão de pessoas. O objetivo do método foi integrar IA Generativa ao Ciclo de Gestão do Conhecimento (Ciclo de GC) no contexto das atividades de Gestão de Pessoas, sistematizando as atividades, desde a compreensão do problema, ao uso estratégico da solução para tomada de decisão. Como resultado, o método tem sido aplicado no curso de gestão do conhecimento e foi apresentado no XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, realizado em Brasília, em agosto de 2024, por meio do artigo "IA Generativa Integrada à Gestão do Conhecimento: Uma Abordagem Contemporânea Aplicada à Gestão de Pessoas". A figura abaixo ilustra o método G2C2:

Figura 38 – Método que integra GC e IAGen aplicado na Gestão de Pessoas



Fonte: SGDP/SEAD, 2025, adaptado de DUARTE et al, 2024.

4. Projeto de Disseminação da Gestão do Conhecimento na Rede de Gestão de Pessoas: o projeto atende aos Decretos nº 10.275, de 2023 e nº 10.263, de 2023, que instituem o sistema SIGES, a Rede de Gestão de Pessoas e a atuação da gestão do conhecimento e competências nas unidades setoriais de gestão de pessoas. Como forma de difundir e compartilhar os conceitos de Gestão do Conhecimento e atuação da G2C2, foram realizadas palestras e oficinas em órgãos e entidades estaduais.

5. A aplicação de técnicas de GC pelas unidades setoriais de gestão de pessoas: este resultado já pode ser percebido em ações realizadas pelas unidades setoriais, como o uso de tecnologias na melhoria da qualidade de documentos, na organização das atividades,

racionalização dos processos e consequente ganho de produtividade. Além do fortalecimento da cultura de compartilhamento de conhecimento.

6. Projeto Comunidades de Prática – CoPs em GC e IAGen: grupos de pessoas que compartilham conhecimento em um tema de interesse comum, gerando conhecimento coletivo. A G2C2 criou duas CoPs, para motivar servidores do governo na troca de experiências sobre gestão do conhecimento e IAGen.

7. Projeto do Observatório de Boas Práticas de Gestão: trata-se da construção do Portal do Prêmio Boas Práticas de Gestão, apresentando práticas e ideias inscritas na edição de 2023, realizado pela SEAD.

Figura 39 – Portal Prêmio Boas Práticas de Gestão



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

8. Projeto do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas: o Observatório visa oferecer à alta liderança da SEAD uma ferramenta baseada em Big Data e Business Intelligence – BI, para análise multidimensional dos dados funcionais e financeiros dos servidores do Poder Executivo do Estado de Goiás. Trata-se de um observatório de conhecimento com objetivo de apoiar o planejamento e tomada de decisão estratégica em gestão de pessoas. A G2C2 participou ativamente do projeto, liderando a padronização e orientando quanto à arquitetura e processo de implementação segundo uma cultura de coprodução, na qual todas as áreas participam colaborativamente, produzindo um produto final inovador. Primeiro trabalho com participação ativa da G2C2, precisamente com o maior impacto e entrega de valor à alta liderança da SEAD e à sociedade. A G2C2 foi responsável por coordenar a padronização da identidade visual e orientar estratégias para a arquitetura de dados junto às unidades da SGDP. Trata-se de uma ferramenta com 23 diferentes assuntos para análise exploratória de dados do Sistema RHNET. A figura abaixo apresenta o Observatório:

Figura 40 – Observatório da Rede de Gestão de Pessoas



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

Como um subproduto do Observatório, foi desenvolvido também o Portal da Gestão do Conhecimento e Competências, que oferece diferentes visões sobre os servidores lotados na SEAD.

Figura 41 – Portal da Gestão do Conhecimento e Competências



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

A Gerência de Normas e Critérios de Produtividade – GNCP tem como competência principal a gestão das normativas de pessoal e dos critérios de produtividade relacionadas aos servidores do Poder Executivo estadual. É responsável pela gestão do Estágio Probatório dos servidores civis do Estado de Goiás, que esteve no PPA 2024-2027 até 2025, e foi excluído em decorrência de ser classificada como atividade de rotina. A responsabilidade da gestão consiste na elaboração de cronograma, confecção de documentos para orientação, como manual para o preenchimento correto das avaliações. A avaliação do estágio probatório para os servidores civis e do magistério é semestral, correspondente aos ciclos de outubro a março e de abril a setembro, sendo que as etapas de aferição do desempenho pelo servidor e pela chefia, bem como a avaliação pela

comissão são realizadas nos meses de maio e novembro, respectivamente.

Também atuou em conjunto com a GEIMP no projeto prioritário do GEPI – Eixo Gestão de Pessoas – Meta 6.26 - Repensar Carreiras, participando das ações de alinhamento com os órgãos e entidades envolvidos, dos estudos normativos das legislações vigentes no Estado e correlatas em outros entes e da consolidação dos anteprojetos de leis.

Outra entrega importante com atuação da GNCP é a relacionada ao projeto prioritário do Eixo Gestão de Pessoas: Meta 6.25 - PROMOVE, que consiste na formulação de um novo modelo de critérios para evolução funcional dos servidores, dentre os quais está inserida a sistematização de um novo modelo de avaliação de desempenho. Em 2024 foram realizadas reuniões com as comissões dos órgãos que tiveram suas carreiras reestruturadas e elaborada a minuta de regulamentação, a qual foi editada em 2025, com a publicação do Decreto nº 10.802, de 22 de outubro de 2025. Em 2024 também foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Promove para operacionalização e acompanhamento das evoluções funcionais, entretanto, em 2025, com a contratação da Empresa de Tecnologia do Piauí – ETIPI para implementação do novo sistema de gestão e desenvolvimento de pessoas do Poder Executivo, o desenvolvimento foi migrado para essa empresa e a previsão é que o PROMOVE seja entregue no primeiro semestre de 2026. Além da atuação na elaboração da regulamentação e no desenvolvimento do sistema, a GNCP é responsável pela coordenação geral da implementação em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, e atuou no direcionamento das unidades setoriais de gestão e desenvolvimento de pessoas e das comissões, além da elaboração de manuais e materiais de orientação, inclusive aos servidores em geral.

A GNCP é responsável, ainda, pela criação e manutenção no Observatório de Gestão de Pessoas do Painel de Estágio Probatório dos servidores civis do Estado de Goiás, disponibilizando, no Portal Goiás, informações às unidades centrais e setoriais de gestão e desenvolvimento de pessoas acerca de servidores em estágio probatório e do Painel Panorama Remuneratório, o qual contém informações sobre as remunerações das carreiras no cenário nacional e está disponível tanto no Portal Goiás quanto no site da SEAD para acesso a toda população. Esse painel tem sido amplamente utilizado por outros entes e organizações, a exemplo do Instituto República.org, que se baseou nas informações do Panorama para a elaboração do Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público - 2024.

Figura 42 – Painel de Estágio Probatório



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

Figura 43 – Painel Remuneratório Cargos e Carreiras



Fonte: [Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas]

A Gerência de Perfil e Alocação de Pessoas – GEPAP tem como competências principais, a gestão do dimensionamento da força de trabalho, dos processos de disposição e do Programa de Estágio do Poder Executivo.

Nos projetos prioritários do Grupo Especial de Planejamento e Inovação – GEPI 2023, a GEPAP é responsável pelo projeto do Eixo Gestão de Pessoas: Meta 6.24 - Planejamento da Força de Trabalho, para o qual foi celebrado, em novembro de 2023, o convênio com a Universidade de Brasília – UNB. Essa entrega também está relacionada ao PPA 2024-2027. Em janeiro de 2024, foi realizado o lançamento do Programa para toda a Rede de Gestão de Pessoas e, no decorrer do exercício, foram realizados os mapeamentos qualitativos de todas as unidades administrativas da SEAD, com início dos mapeamentos quantitativos no mês de novembro. Ainda em novembro, ocorreu o lançamento do dimensionamento em 12 órgãos externos à SEAD para início da etapa de coleta qualitativa em uma unidade finalística de cada Pasta. A execução do projeto foi realizada conforme cronograma planejado e concluída em setembro de 2025, com a finalização das unidades da SEAD e de 12 unidades de diversos órgãos do Poder Executivo estadual.

A metodologia baseia-se na aferição das entregas e atividades sob a responsabilidade de cada unidade administrativa e da força de trabalho disponível para executá-las, a partir de coletas qualitativas e quantitativas. O mapeamento e a análise dessas informações permitiram aos gestores e servidores, a obtenção do panorama acerca das entregas e atividades que são desempenhadas nas unidades, as quais, muitas vezes, eram executadas sem nenhum tipo de registro ou acompanhamento gerencial. Com a consolidação e a validação final dos resultados da pesquisa, verificou-se que a equipe está apta a implementar o dimensionamento. A partir da atualização das informações, será possível que as decisões acerca de alocação e de contratação de servidores sejam efetivadas com base em dados, de forma objetiva e efetiva, otimizando os recursos da administração e aumentando a produtividade das unidades.

Embora a contratação inicial tenha representado um importante avanço para a gestão, é fundamental que os investimentos nessa área sejam expandidos, para possibilitar que todos os órgãos e entidades públicas estaduais tenham o dimensionamento da força de trabalho implementado, e que a meta seja cumprida em sua totalidade. A proposta de nova contratação para aplicação nos demais órgãos e entidades do Poder Executivo estadual está nos projetos apresentados para o Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil

– PROFISCO, com possibilidade de formalização de novo convênio no exercício de 2026.

Também atuou no projeto da Meta 6.28 – Programa de Estágio, com o intuito de ampliar as vagas ofertadas pelo Poder Executivo estadual. Com a edição do Decreto nº 10.418, de 6 de março de 2024, foram incluídas 200 novas vagas para seleção SEAD e 200 para atendimento aos estudantes oriundos do Programa Universitário do Bem – ProBem, da Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, passando para o total de 1.300 oportunidades de estágio nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Nos exercícios de 2023 a 2025 foram realizados processos seletivos, tanto de seleção SEAD quanto de seleção ProBem e em 2025, foi firmado o primeiro termo de cooperação técnica para a oferta de estágio também na modalidade obrigatório. Em recente pesquisa realizada pela GEPAP, identificou-se alto nível de satisfação, tanto das chefias e dos supervisores de estágio, quanto dos próprios estudantes. O programa auxilia os estudantes a desenvolverem suas habilidades, aprimorarem seus conhecimentos e construírem um futuro profissional promissor, ao mesmo tempo em que a troca de experiências e conhecimentos entre o mundo acadêmico e a prática profissional contribui para o aumento da qualidade dos serviços executados pelas unidades estaduais. Além disso, o Programa de Estágio representa o papel social do Poder Executivo estadual em viabilizar que os estudantes do estado de Goiás tenham excelentes oportunidades de desenvolvimento profissional para sua futura atuação no mercado de trabalho.

Outra entrega que esteve vinculada ao PPA 2024-2027 é o Banco de Talentos, que será implementado com o auxílio da reformulação do Sistema Oportunizar. Atualmente o referido sistema tem atendido às demandas pontuais de alocação de servidores, como na situação da distribuição dos nomeados no concurso dos analistas e dos estagiários que participaram do processo seletivo realizado pela SEAD. Os órgãos cadastram o perfil desejado dos servidores/estagiários e estes cadastram o seu perfil profissional e comportamental. A partir dessas informações, o Sistema Oportunizar realiza o encontro entre vaga e servidor/estagiário de forma a subsidiar o direcionamento da lotação. Outra ferramenta disponível no Oportunizar é a opção de agendamento da entrevista com a equipe da psicologia, no próprio sistema. Para as etapas seguintes, pretende-se aperfeiçoar o banco de talentos para subsidiar todas as movimentações de competência do órgão central de gestão de pessoal e, posteriormente, disponibilizar um módulo para que as unidades setoriais de gestão de pessoal tenham condições de efetivar a remoção com o auxílio do Sistema Oportunizar. Entretanto, com a implementação do eSocial, as melhorias do Sistema Oportunizar ficaram sobrestadas, por isso sua exclusão do PPA vigente. Todavia, há previsão de retomada da reformulação do Oportunizar a partir de 2026, com a implementação do Sistema Integra, que será responsável pelo arcabouço de sistemas relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas do Poder Executivo estadual.

A GEPAP também atua na análise dos processos de disposição de pessoal e na gestão do Programa de Estágio, com a realização da seleção dos estudantes, em parceria com a Gerência de Concursos e Processos Seletivos da SEAD e a distribuição aos órgãos e entidades públicas, conforme vagas disponíveis e área de formação demandada.

Destaca-se, na GEPAP, a atuação no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, no OKR Estratégico do segmento Servidores Públicos: Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais. Especificamente no KR 1: Aumentamos o engajamento dos servidores em 30%. Para tanto, foi desenvolvida e aplicada a

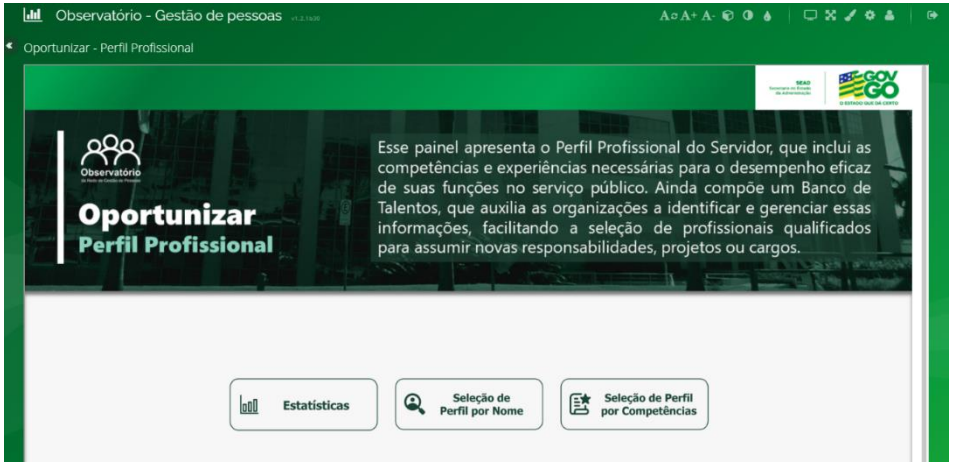
Pesquisa de Clima Organizacional aos servidores de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Neste sentido, com base na Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, proposta por Abraham H. Maslow, que compreende a motivação humana em cinco níveis de necessidades: fisiológicas, segurança, sociais, estima e autorrealização, bem como na métrica adaptada do Net Promoter Score – NPS, utilizada para medir o grau de satisfação e lealdade dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho, a Pesquisa buscou, inicialmente, identificar o índice geral de satisfação dos servidores ativos no Governo de Goiás, sem deixar de compreender o clima organizacional a partir das percepções das diferentes gerações, de líderes e liderados.

Dessa forma, em 2024 foi executada a primeira rodada da pesquisa sob a coordenação da GEPAP, na qual o resultado alcançado foi de 12,7%, o que representa que o Poder Executivo estadual se encontrava na zona de aperfeiçoamento. A partir daí a GEPAP, com o apoio da Gerência da Rede de Gestão de Pessoas, atuou individualmente em cada órgão e entidade pública, demonstrando os resultados individualizados por Pasta, para o conhecimento da realidade apontada por seus servidores e discussões de eventuais ações que poderiam ser implementadas para melhoria dos índices. Assim, em 2025 a segunda rodada apresentou o novo resultado de 27,8%, o que demonstra não apenas o cumprimento do KR1: Aumentamos o engajamento dos servidores em 30%; proposto no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, mas principalmente, que as ações dos órgãos e entidades públicas promoveram melhoria na satisfação e engajamento dos servidores.

Outra atuação importante da GEPAP é a criação e a manutenção dos painéis do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas: o Painel de Movimentação de Pessoal, que demonstra os dados de disposições e de cessões de servidores; o Painel do Programa de Estágio, com informação da distribuição de estagiários entre os diversos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, por área de atuação, inclusive o custo do investimento; e o Painel Oportunizar, com uma visão de levantamento de competências e experiências profissionais, a fim de subsidiar a alocação de pessoal nos órgãos e entidades.

Figura 44 – Painel Oportunizar



Fonte: [Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas]

Figura 45 – Painel Moimentação de Pessoal



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

Figura 46 – Painel Programa de Estágio



Fonte: Site do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

A SUGEP, conjuntamente com suas unidades administrativas subordinadas, desenvolve os seguintes projetos:

1. Projeto de Implantação do IntegraGO

A implantação do Sistema IntegraGO, por intermédio da ETIPI, tem como finalidade o aperfeiçoamento da área de Tecnologia da Informação aplicada à gestão de pessoas, mediante a aquisição de uma suíte tecnológica moderna, robusta e integrada, destinada à substituição da plataforma atualmente em uso (RHNet). A solução contratada deverá proporcionar padronização, automação, confiabilidade, segurança da informação e integração de dados, garantindo maior eficiência administrativa, redução de retrabalho, melhoria na qualidade das informações gerenciais e aderência à legislação vigente.

2. Projeto de Implantação do eSocial

O projeto de implantação do eSocial, é gerido pelas Gerências de Gestão do Sistema de Pessoal e pela Gerência de Obrigações Acessórias, porém com participação ativa da Gerência Central da Folha de Pagamento e da Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal. O eSocial é um projeto compulsório do governo federal, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que tem por objetivo desenvolver um sistema eletrônico de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

3. Projeto BI de Pessoas – RH Integrado

O projeto BI de Pessoas objetiva a construção de Banco de Dados, unificando informações dos sistemas RHnet, SALIS, SFR, Sistema de Capacitação da Escola de Governo, dentre outros. O BI de Pessoas possibilita a elaboração de relatórios diversos para auxiliar no monitoramento da base de dados do cadastro funcional e financeiro, visando a conformidade dos registros e os encaminhamentos necessários para regularização, se for o caso. Além disso, possibilita a construção de painéis de informações para subsidiar a gestão de pessoas e a qualificação da despesa com pessoal.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gerência da Secretaria-Geral – GESG utiliza o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como ferramenta central para o recebimento, registro e distribuição de documentos e malotes. O uso desta plataforma permite a rastreabilidade dos processos e a eliminação de redundâncias físicas no fluxo de trabalho.

Além do sistema oficial, a GESG emprega ferramentas de controle digital para monitorar prazos e responder a convites e correspondências, como planilha on-line, e-mail e WhatsApp. A integração tecnológica assegura que a gestão documental seja realizada de forma moderna, eficiente e auditável.

Ainda, em conjunto com a Superintendência de Sistemas de Informação – SSI da Pasta, está sendo desenvolvida uma ferramenta destinada à automatização do controle dos processos administrativos, com foco no monitoramento da tramitação e no acompanhamento de prazos, visando ao aprimoramento da eficiência, da rastreabilidade e da governança administrativa.

No que se refere à Procuradoria Setorial da SEAD, no âmbito das iniciativas relacionadas à tecnologia da informação, esta presta assessoramento jurídico às demandas que envolvem soluções tecnológicas, especialmente quanto à análise de instrumentos contratuais, responsabilidades administrativas e conformidade normativa.

A atuação da unidade ocorre mediante orientação jurídica às áreas competentes, com atenção a aspectos relacionados à proteção de dados pessoais, segurança da informação e ao tratamento de processos que envolvam informações sensíveis ou submetidas a sigilo legal, garantindo a adequada observância das normas aplicáveis.

Esse suporte contribui para que as iniciativas digitais da Secretaria sejam conduzidas com estabilidade normativa e alinhamento às diretrizes institucionais, sem interferir na execução técnica das atividades próprias das unidades responsáveis.

Quanto à Corregedoria Setorial, esta não exerce função de governança ou gestão institucional de tecnologia da informação, porém utiliza ferramentas e meios institucionais para apoiar a tramitação, o registro e o acompanhamento de seus procedimentos, bem como a comunicação com unidades internas e partes interessadas, sempre com atenção às cautelas de sigilo e à proteção de informações sensíveis.

No exercício a unidade priorizou o uso de canais e meios formais de registro e de comunicação, com foco em rastreabilidade, padronização de rotinas e segurança da informação, especialmente em procedimentos que demandam acesso restrito. Nesse contexto, os servidores participaram de capacitação voltada ao uso de ferramentas de inteligência artificial aplicadas ao serviço público, com foco em ampliar o conhecimento sobre possibilidades de apoio às atividades administrativas, sem prejuízo das cautelas de sigilo, da conformidade normativa e da responsabilidade funcional no tratamento de informações.

No âmbito da DESSS, esta atua como unidade demandante e usuária especializada de soluções de TI, utilizando sistemas corporativos e ferramentas digitais que apoiam a execução de seus processos,

especialmente aqueles relacionados à perícia médica, à saúde ocupacional e ao monitoramento de dados dos servidores, sempre em consonância com o modelo corporativo da SEAD, que centraliza as diretrizes, a infraestrutura e os padrões tecnológicos adotados no Poder Executivo estadual.

Entre as principais iniciativas apoiadas por recursos de TI, destacam-se:

- Utilização de sistemas informatizados para gestão das perícias médicas e registros de saúde do servidor;
- Suporte tecnológico ao envio e ao monitoramento dos eventos de Segurança Saúde do Trabalho – SST no eSocial;
- Uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI para tramitação processual;
- Organização e guarda de prontuários em meio físico e digital;
- Contratação do Sistema de Gerenciamento Geral de Saúde e Segurança – SGG, iniciativa demandada pela DESSS com o objetivo de integrar informações de saúde e segurança do trabalho, apoiar o atendimento às obrigações do eSocial e fortalecer a gestão baseada em dados.

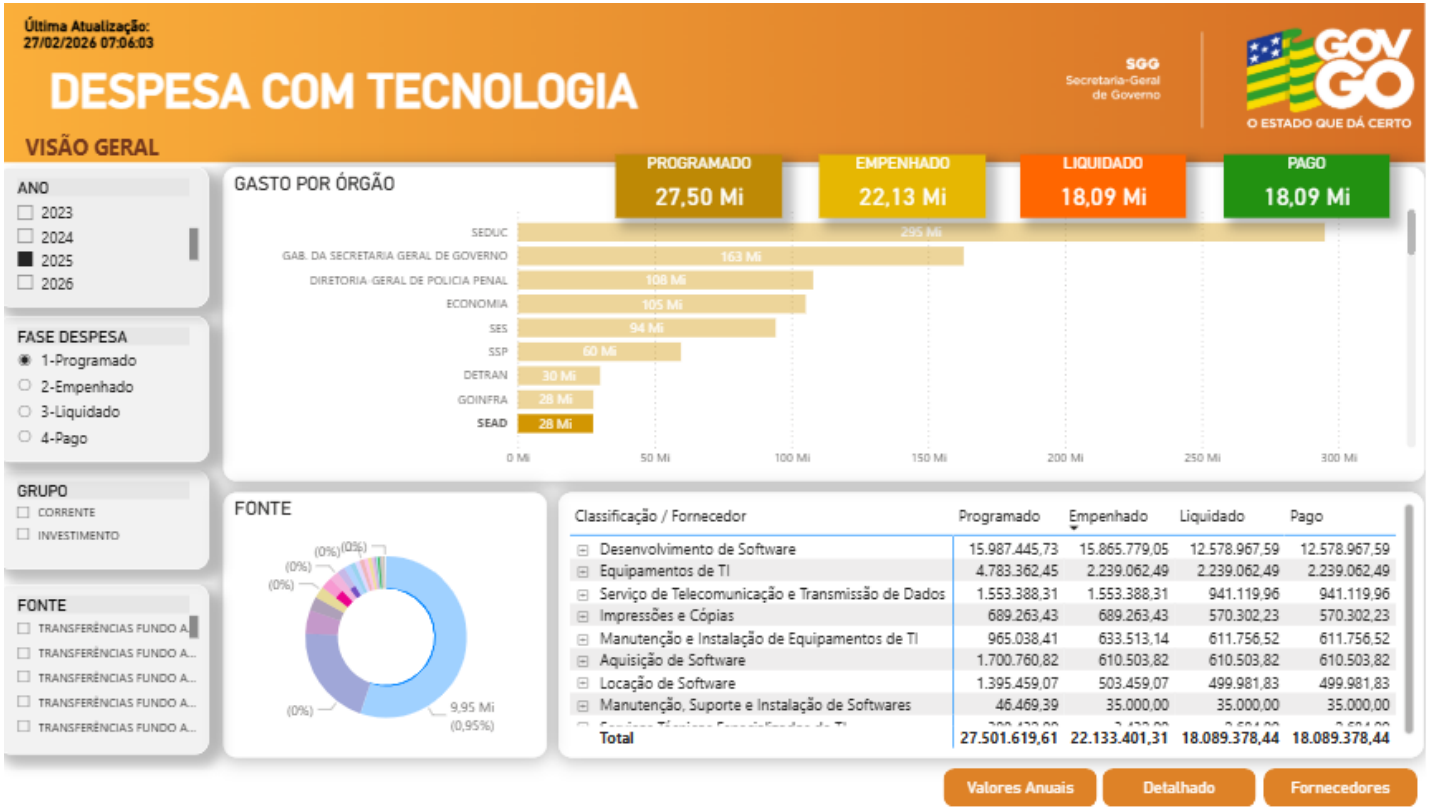
A implantação do SGG representa avanço na estruturação das informações de saúde e segurança do servidor, com potencial para ampliar a rastreabilidade dos registros ocupacionais.
No que se refere à segurança da informação, a DESSS observa as políticas corporativas da SEAD, adotando controles de acesso, resguardo do sigilo profissional e medidas de proteção de dados pessoais sensíveis, especialmente aqueles relacionados à saúde do servidor, em conformidade com a legislação vigente.

No que tange à Superintendência de Sistemas de Informação – SSI, criada pela Lei n.º 21.239, de 12 de janeiro de 2022, sendo a área responsável pelos processos de suporte de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito da SEAD, possuindo em sua estrutura administrativa, quatro unidades complementares que atuam conforme detalhamento a seguir:

- Gerência de Desenvolvimento de Sistemas: responsável por planejar e coordenar a concepção, o desenvolvimento, a implantação, e a manutenção dos sistemas de informação sob sua responsabilidade, garantindo a integração e interoperabilidade entre eles;
- Gerência de Infraestrutura Tecnológica e Serviços: responsável por gerir a infraestrutura tecnológica da Secretaria, no que tange à instalação e à sustentação dos ativos de informática e das redes de comunicação de dados, além de gerenciar e monitorar os recursos e os serviços de tecnologia da informação sob sua responsabilidade;
- Coordenação de Dados: responsável por subsidiar as áreas de negócio da SEAD com dados que auxiliem na tomada de decisão, além de auxiliar e orientar as ações de desenvolvimento e utilização da ciência de dados para extrair informação qualificada que venha contribuir nos processos e gestão da Secretaria;
- Coordenação Digital: responsável por manter a infraestrutura tecnológica necessária para o atendimento eletrônico e digital ao cidadão e por auxiliar as unidades Vapt Vupt no suporte técnico referente a equipamentos de informática e sistemas de informação.

De acordo com dados disponíveis no Big Data Estadual, no ano de 2025 foram empenhados R$ 22.133.401,31 (vinte e dois milhões, cento e trinta e três mil, quatrocentos e um reais, e trinta e um centavos) para a área de Tecnologia da Informação da SEAD, e as despesas pagas totalizaram R$ 18.089.378,44 (dezoito milhões, oitenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais, e quarenta e quatro centavos), conforme pode ser observado na figura abaixo:

Figura 47 – Despesas com tecnologia



Fonte: Painel Despesas com Tecnologia da Informação. Disponível em: https://bigdataestadual.sistemas.go.gov.br/

Importante ressaltar que, em relação ao exercício de 2024, o montante de recursos destinados a soluções de Tecnologia da Informação no contexto da SEAD praticamente duplicou, o que evidencia a relevância estratégica e o foco da Pasta no desenvolvimento tecnológico e na modernização e melhoria de processos.

Em relação aos recursos orçamentários e financeiros alocados para o ano de 2025, estes foram executados por meio de diversos contratos de TI formalizados no âmbito da SSI, por intermédio de suas gerências, e também de áreas de negócio gestoras de sistemas. As despesas com contratações mais relevantes estão listadas a seguir:

Tabela 3 – Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação

Objeto do Contrato	Valor
Aquisição e implantação de solução tecnológica para gestão de recursos humanos no âmbito da Administração estadual	R$ 9.783.254,88
Serviços técnicos de desenvolvimento de sistemas e de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.	R$ 6.758.268,58
Aquisição de computadores para modernização das unidades do Vapt Vupt	R$ 1.783.310,00
Serviços de telecomunicações para tráfego de dados e acesso à Internet	R$ 1.553.388,31
Aquisição licenças dos *softwares* AutoCAD *Collection* e QiBuilder	R$ 1.700.760.82
Serviços de *outsourcing* de impressão, cópias e digitalização	R$ 689.263,43

Fonte: Sistemas de Contratações de Goiás (ComprasNet.Go e SISLOG), 2025.

Dentre os projetos que constam no Portfólio de Projetos da SEAD, pode-se destacar os listados abaixo, os quais possuíram entregas significativas no ano de 2025, envolvendo recursos de TIC:

Tabela 4 – Entregas do Portifólio de Projetos com ações de TIC

Eixo do Portfólio	Projeto	Descrição da Demanda de TIC	Entregas Realizadas em 2025
Gestão de Pessoas	Implantação do eSocial	Desenvolvimento de suíte de telas no sistema RHNet para o envio dos dados Fases 2 e 3 do eSocial.	Foram realizadas adequações para o atendimento às exigências legais do eSocial, referentes ao ciclo de entregas do ano de 2025. O projeto atingiu 92% dos envios obrigatórios.
	Automatização do processo de convocações dos candidatos aprovados em concurso público	Solução para gerir as convocações de candidatos aprovados em concurso público para realizar de forma mais efetiva a gestão do quadro de vagas de concursos de grandes proporções com alta complexidade devido a multiplicidade de demandas e dos múltiplos interessados	Foi implementada uma automação que resolve erros nas nomeações, e respectivamente nas posses, e melhora a gestão dos candidatos aprovados em concursos públicos, no que se refere a troca de nome, solicitação de final de fila, mandados judiciais e reclassificação dos candidatos que anteriormente era realizado de forma manual.
	RH 4.0 – 2ª Etapa (IntegraGO)	Contratação de um novo Sistema de RH baseado em estrutura ERP para o Governo do Estado de Goiás	Foi finalizada a contratação de uma plataforma integrada de gestão de recursos humanos para a Administração Pública de Goiás
	Busca Inteligente no Observatório de Gestão de Pessoas	Implementação de solução de Inteligência Artificial para auxiliar os usuários na exploração do Observatório de Gestão de Pessoas	Foi realizada a implantação da ferramenta e disponibilizada em produção com 84% de acurácia

Continua

Tabela 4 – Entregas do Portifólio de Projetos com ações de TIC - CONTINUAÇÃO

Eixo do Portfólio	Projeto	Descrição da Demanda de TIC	Entregas Realizadas em 2025
Transformação da Gestão Patrimonial e Logística	SIGO 1.0 - Sistema de Patrimônio Imobiliário	Desenvolvimento de sistema informatizado para Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado	Foram realizadas as entregas dos módulos de Cadastro de Imóveis Carga de PUI e melhorias de usabilidade.
	SIGO 1.2 – Gestão de Inventário	Desenvolvimento de um módulo para gestão de inventário no Sistema de Patrimônio Imobiliário (SIGO)	Foi desenvolvido e implantado nova versão do SIGO, sendo o responsável pela realização do inventário de bens imobiliários em todos os órgãos do Estado de Goiás de forma mais ágil e precisa.
	BI Compras e Patrimônio	Desenvolvimento de *Data Warehouse* e painéis de *Business Intelligence* (BI) para acompanhamento de indicadores de compras e patrimônio	Estruturação de dados e painéis de BI com indicadores de gestão extraídos dos sistemas SIGMATE (gestão de materiais), SPM (patrimônio móvel), SIGO (patrimônio imóvel), SISLOG (compras) e SEP (protocolo de processos).

Continua

Tabela 4 – Entregas do Portifólio de Projetos com ações de TIC - CONTINUAÇÃO

Eixo do Portfólio	Projeto	Descrição da Demanda de TIC	Entregas Realizadas em 2025
Atendimento ao Cidadão	SIGAC - 2ª etapa	Desenvolvimento do Sistema de Gestão do Atendimento ao Cidadão para substituição do Sistema de Gestão do *Vapt Vupt*	Desenvolvimento e implantação dos módulos de gestão e administração das unidades de atendimento ao cidadão em substituição ao Sistema de Gestão Integrada (SGI)
	Cidadão Conectado	Disponibilização de acesso à internet sem fio nas dependências das unidades do Programa Vapt Vupt	Aquisição dos e instalação parcial dos equipamentos de ponto de acesso Wi-Fi nas unidades de atendimento e melhoria dos links de comunicação das unidades para suportar o projeto
	GTRenova Implantação	Implantação de novas unidades Vapt Vupt para atendimento ao cidadão	Instalação e configuração de toda a infraestrutura tecnológica para 2 novas unidade *Vapt Vupt* implantada
	GTRenova Reformas e Mudanças	Reformas ou mudanças de unidades do Vapt Vupt para melhoria no atendimento ao cidadão	Movimentação e reinstalação de toda a infraestrutura tecnológica em 6 unidades do *Vapt Vupt* reformadas ou que mudaram de imóvel.
Suporte à Gestão	Migração da Plataforma SEI para versão 5.0	Migração do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a última versão disponível	Plataforma modernizada com novos recursos, maior segurança e conformidade com normativas vigente, redução de custos operacionais com manutenção corretiva e integração aprimorada com outros sistemas institucionais.

Fonte: Sistema GOMAP, 2025.

Visando garantir maior eficiência e eficácia na gestão destes projetos, foram contratados no ano de 2025 três profissionais temporários Especialistas em Gerenciamento de Projetos de TIC para atuarem na Superintendência de Sistemas de Informação. Além disso, os servidores da SSI realizaram diversas capacitações na Escola de Governo referentes a Compras Governamentais, Gestão de Contratos e Gestão de Riscos.

Em 2025, além dos projetos listados no Portfólio de Projetos da SEAD, foram realizadas as seguintes entregas das unidades administrativas subordinadas à SSI:

Tabela 5 – Outras entregas de TIC

Entrega	Descrição
Fornecimento de infraestrutura tecnológica para atendimento ao cidadão	Montagem de infraestrutura tecnológica e apoio nos eventos do Goiás Social, Justiça Itinerante, Mutirões, dentre outros
Suporte técnico às unidades de atendimento ao cidadão	Instalação e manutenção de computadores em diversas unidades do *Vapt Vupt* espalhadas pelo estado de Goiás
Atendimento e suporte técnico de TIC aos colaboradores, viabilizando a prestação dos serviços públicos ao cidadão	Atendimento e suporte técnico a 7.484 (sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro) chamados, via Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas – SGD, 2025.

No que tange à Subsecretaria de Logística e Patrimônio, a SCC optou pelo desenvolvimento de um sistema próprio para a operacionalização das contratações com amparo na nova lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o Sistema de Logística do Estado de Goiás – SISLOG, instituído pelo Decreto nº 10.212, de 6 de fevereiro de 2023. Em 2025, o SISLOG passou por melhorias e evoluiu para a versão 3.0, com novos módulos, painéis atualizados, identidade visual renovada e novos recursos, que trazem mais modernização, eficiência, integração e transparência para a gestão pública.

A Superintendência de Gestão Integrada, no âmbito das contratações públicas, especialmente relacionadas à Tecnologia da Informação, estruturou e formalizou, com análise técnica e gestão de riscos, relevantes aquisições e contratações alinhadas ao planejamento institucional e à execução orçamentária. Entre elas destacam-se a aquisição de licença de software como serviço para colaboração e inovação, a contratação de fornecimento de link de dados e a aquisição de licenças do software Auto Qi Builder pelo período de cinco anos. Essas iniciativas fortaleceram a infraestrutura tecnológica, a conectividade, a segurança da informação e a modernização das ferramentas institucionais, assegurando aplicação eficiente dos recursos públicos e melhoria da produtividade administrativa.

Complementarmente, foi assegurada a adequada classificação, execução e monitoramento das despesas de investimento e custeio em TIC, com controle financeiro dos contratos, acompanhamento da conformidade contábil segundo normativas vigentes e apoio direto aos processos de modernização tecnológica. Essa atuação promoveu alinhamento entre governança tecnológica e execução orçamentária, garantindo continuidade operacional dos serviços digitais e maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

No campo da infraestrutura física, foram utilizados softwares técnicos especializados, como AltoQI QIBuilder, Autodesk Autocad, Microsoft Power BI, HAP Carrier, Revit e SketchUp, viabilizando a elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia com precisão e eficiência. Ainda em 2025, foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Demandas, baseado na metodologia ITIL e sob curadoria da Superintendência de Sistemas de Informação, com o objetivo de centralizar, organizar e gerenciar solicitações de manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Em fase de implementação, com homologação prevista para fevereiro de 2026, o sistema substitui o fluxo manual anteriormente realizado por planilhas, permitindo triagem por criticidade, definição de níveis de serviço e acompanhamento integral das etapas do atendimento, desde o recebimento até a conclusão. A iniciativa ampliou a rastreabilidade, fortaleceu a gestão e elevou a eficiência operacional da área.

No eixo da modernização institucional e gestão de processos, foram utilizadas soluções digitais como SharePoint, Canva e Bizagi para modelagem, organização e disponibilização dos fluxos institucionais. Os processos mapeados são armazenados no servidor da SEAD e disponibilizados a usuários com conta goias.gov.br por meio do ambiente institucional, além de inseridos no Repositório Central administrado pelo Escritório de Processos. Essa sistematização assegura padronização, acessibilidade, racionalização de recursos e transparência na gestão dos processos organizacionais.

De forma integrada, essas entregas consolidam o papel da Superintendência de Gestão Integrada como estrutura estratégica de suporte à governança, à conformidade, à modernização e à sustentabilidade administrativa da SEAD, assegurando bases técnicas, financeiras, tecnológicas e estruturais para o alcance dos resultados institucionais.

Quanto à governança de TI, a Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP adota um modelo alinhado às diretrizes institucionais do Governo do Estado, observando princípios de planejamento, padronização, interoperabilidade, segurança da informação e racionalização de recursos. As decisões relacionadas à área são orientadas por planejamento estratégico, priorização de demandas institucionais e acompanhamento sistemático dos resultados, visando à melhoria contínua dos serviços prestados. Durante o exercício, foram aplicados recursos financeiros em infraestrutura tecnológica, manutenção de sistemas, aquisição de licenças, contratação de serviços especializados e modernização de ambientes computacionais, com foco na sustentação das atividades finalísticas e no aprimoramento dos processos de gestão patrimonial. Destacam-se, entre as contratações mais relevantes, a implantação e o aperfeiçoamento do sistema de gestão patrimonial, bem como a aquisição de licenças de softwares especializados, como o Revit e o AutoCad Civil 3D, voltados ao desenvolvimento de projetos, à modelagem de informações prediais (BIM) e ao suporte técnico às atividades de planejamento, regularização e gestão dos bens imóveis.

No que se refere às principais iniciativas na área de Tecnologia da Informação, destacam-se o fortalecimento dos sistemas corporativos utilizados no controle, cadastro, acompanhamento, regularização e fiscalização dos bens imóveis do Estado, bem como o desenvolvimento e a integração de soluções voltadas à automação de rotinas administrativas, à padronização de procedimentos e à consolidação de bases de dados institucionais. Essas iniciativas contribuíram para o aumento da confiabilidade das informações, a redução de retrabalho, a melhoria dos fluxos processuais e o aprimoramento da gestão baseada em evidências.

No contexto da cadeia de valor da gestão patrimonial, a área de TI atua como suporte essencial às atividades de planejamento,

incorporação, regularização, alienação, fiscalização e controle dos imóveis públicos, garantindo a rastreabilidade das informações, a padronização dos procedimentos e a transparência dos atos administrativos.

Quanto à segurança da informação, a SEAD observa rigorosamente as diretrizes legais e normativas vigentes, adotando políticas, procedimentos e controles voltados à proteção dos ativos informacionais, à preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, bem como à continuidade dos serviços digitais. São implementadas medidas como controle de acesso, gestão de perfis de usuários, atualização de ambientes e ações de conscientização institucional, visando à mitigação de riscos e à prevenção de incidentes.

Dessa forma, a área de Tecnologia da Informação consolida-se como instrumento estratégico para o fortalecimento da gestão do patrimônio imobiliário, contribuindo para a modernização administrativa, a qualificação dos processos internos, a otimização dos recursos públicos e o aprimoramento da governança institucional.

Quanto à Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário – SCLPM, esta atende pelos sistemas de gestão de cada área correlata, quais sejam:

- Sistema de Patrimônio Mobiliário – SPM, que executa todas as tarefas operacionais relacionadas com a gestão do patrimônio móvel do estado;
- GO Patrimônio Móvel, destinado a automatizar as tarefas de auditoria e inventário de bens móveis;
- Sistema de Materiais – SIGMATE, que executa todas as tarefas operacionais da gestão de bens de consumo;
- Sistema de Gestão de Frotas – GESFROTA, que mantém os cadastros de veículos do estado;
- Mobilidade Corporativo – GOMobi, destinado a automatizar a gestão de ordens de tráfego e deslocamento de veículos; e
- Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que é o responsável pela autuação, tramitação e publicidade de processos administrativos totalmente digitais, além da criação de documentos e assinatura eletrônica digital, no âmbito da administração pública estadual.

A gestão técnica e ações de desenvolvimento e aprimoramento são feita em parceria com a Superintendência de Sistemas de Informação – SSI e a Secretaria-Geral de Governo – SGG, em que a SCLPM é responsável por coletar, analisar, formular e estabelecer as regras de negócio que devem ser implementadas e os parceiros são responsáveis pela implementação tecnológica e pela gestão de recursos de infraestrutura para suportar esses sistemas.

A consolidação do aplicativo GO Patrimônio Móvel transformou a gestão de ativos ao substituir rotinas manuais pela automatização das auditorias via leitura de códigos de barras. Esta solução tecnológica não apenas mitigou falhas operacionais inerentes aos procedimentos de inventário, mas promoveu uma drástica racionalização de atividades, reduzindo o tempo de execução e o consumo de insumos, como papel e serviços de impressão. A integração em tempo real entre o aplicativo e o Sistema de Patrimônio Mobiliário – SPM permitiu que as unidades setoriais acompanhassem a verificação presencial de forma concomitante. Essa sinergia conferiu celeridade e dinamismo à análise de dados, possibilitando intervenções imediatas diante de eventuais inconsistências. Como resultado, observou-se um incremento substancial na confiabilidade das informações e na precisão quanto

ao estado de conservação dos bens. O ganho de produtividade permitiu que os auditores concluíssem suas tarefas em prazos significativamente menores, viabilizando o célere retorno desses profissionais às suas atividades finalísticas e estratégicas.

Ressalta-se, por fim, que, no exercício de 2025, segundo ano de implantação do aplicativo, foi conferida às unidades setoriais de patrimônio a possibilidade de escolha quanto às ferramentas a serem utilizadas, permitindo-se a opção pelo uso exclusivo do aplicativo móvel, pelas fichas de digitação ou por uma abordagem mista, que combinasse ambas as alternativas. Do universo de 39 órgãos e entidades públicas do Poder Executivo estadual, 25 adotaram o aplicativo, o que representa um índice de adesão de 64,1%. A análise comparativa revelou que os órgãos que migraram realizaram as auditorias por meio do aplicativo apresentaram maior celeridade, redução do esforço operacional e superior tempestividade na consolidação dos dados em relação àquelas que mantiveram métodos manuais. Em 2026, espera-se entregar a versão 2.0 do SPM Patrimônio Móvel, que, além de automatizar as tarefas de inventário, atuará na gestão de transferência de bens móveis entre unidades e no inventário de bens móveis de gestores.

Figura 48 – Índice de adesão ao aplicativo GO Patrimônio Móvel



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

O modelo de governança de TI da GES segue diretrizes da SEAD, com foco em integração e segurança, aplicando em 2025 o recurso de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atualizações do SIGMATE e suporte a análises de dados, que processaram informações de 21.888 itens de estoque para 1.237 usuários cadastrados. Ações relevantes incluíram modelagem de processos, com aplicação de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em recursos, e suporte analítico, alinhadas à cadeia de valor em armazenamento e distribuição, resultando em avanços na acuracidade de 94,1%. As principais iniciativas envolveram o planejamento para modernização de sistemas com foco em previsões de demanda e integrações (SIOFI/SCG), além de projetos como modelagem BPMN, gerando resultados como maior confiabilidade

dos dados e suporte a 1.740 atendimentos. A segurança da informação abrange SSO, logs retidos e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, mitigando riscos cibernéticos em redes de suprimentos – correlacionando 340 capacitados (27% dos usuários) à eficiência em decisões baseadas em dados.

Gráfico 4 – Acuracidade do inventário geral dos estoques



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, as principais iniciativas e projetos concentram-se na simplificação e digitalização de serviços por meio do EXPRESSO, no fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas, na ampliação da governança de dados e no apoio estruturado à gestão por processos. Essas frentes contribuem diretamente para a transformação da gestão e dos serviços públicos, promovendo maior padronização, celeridade e qualidade nas entregas à sociedade. Como resultados, observam-se ganhos de eficiência operacional, redução de retrabalhos, aumento da confiabilidade das informações e aprimoramento da experiência dos usuários internos e externos.

Integrada à Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás e à Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, a tecnologia da informação consolida-se como eixo estratégico para a transformação digital e o fortalecimento da governança pública, viabilizando serviços mais eficientes, seguros e orientados às reais necessidades do cidadão.

Além disso, destaca-se o investimento em Business Inteligence – BI, nos painéis de monitoramento, no Mapa de Transformação de Serviços e no EXPRESSO.

No âmbito da Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão, a tecnologia da informação é elemento estruturante para a operação, monitoramento e aprimoramento das Unidades de Atendimento.

O modelo de governança de TI está alinhado às diretrizes corporativas da SEAD, com atuação integrada às áreas centrais de tecnologia, assegurando padronização, interoperabilidade e segurança dos sistemas.

Principais iniciativas e recursos tecnológicos:

- Sistema de gestão do atendimento (controle de fluxo e dados operacionais);
- Plataforma de agendamento eletrônico;

- Ferramentas de Business Intelligence – BI e painéis gerenciais;
- Infraestrutura tecnológica das unidades (rede, equipamentos e estações de trabalho).

Os investimentos concentram-se na manutenção e modernização da infraestrutura, evolução dos sistemas de atendimento e aprimoramento das ferramentas de análise de dados.

Resultados na Cadeia de Valor:

- Maior controle e transparência dos dados;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Padronização das informações na rede;
- Suporte qualificado à tomada de decisão;
- Aperfeiçoamento da experiência do cidadão.

Quanto à segurança da informação, a atuação observa as políticas corporativas e normas vigentes de proteção de dados, garantindo confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. A TI, portanto, sustenta a modernização da rede de atendimento e fortalece a governança e a geração de valor público.

No âmbito da Superintendência de Inovação da Gestão Pública – SUPERINOVA, as principais iniciativas concentram-se no uso estratégico de soluções analíticas, de inteligência artificial e de automação de processos, voltadas ao apoio à gestão, à qualificação da tomada de decisão e ao suporte técnico às áreas demandantes da Secretaria. Essas frentes contribuem para o fortalecimento das capacidades institucionais da SEAD, com ganhos de eficiência, maior confiabilidade das informações utilizadas pelos gestores e melhoria dos processos internos de análise, planejamento e priorização de iniciativas.

A atuação da SUPERINOVA ocorre de forma integrada ao modelo corporativo de governança de TI da SEAD, no qual a unidade exerce o papel de demandante e articuladora das necessidades tecnológicas relacionadas às suas frentes de inovação e de inteligência de negócios públicos, apoiando a definição de escopos, a priorização de demandas e o acompanhamento da implantação das soluções, sempre em consonância com as diretrizes institucionais de tecnologia e de segurança da informação.

Destaca-se, ainda, o direcionamento de esforços para o uso de ferramentas de Business Intelligence, soluções de inteligência artificial e automação de processos, bem como para a estruturação de painéis e instrumentos analíticos de apoio à gestão, ampliando a capacidade da Secretaria de utilizar dados e informações de forma estruturada na condução de suas atividades.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, a SURES, sob a gestão da Superintendência de Sistemas de Informação, evidencia-se como principal iniciativa em tecnologia da informação o desenvolvimento do Sistema de Nomeação e Posse – SNP, projeto estratégico voltado à automatização dos processos de convocação, nomeação e posse de candidatos aprovados em concursos públicos e de servidores comissionados.

A implementação do SNP está alinhada às diretrizes de modernização administrativa e ao aprimoramento da eficiência operacional, contribuindo para maior celeridade, padronização e transparência dos procedimentos relacionados à admissão de pessoal.



CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHOS TEMÁTICOS

16 CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHOS TEMÁTICOS

A participação da Chefia de Gabinete em conselhos, comitês e grupos de trabalho temáticos constitui um dos pilares de sustentação da governança da SEAD, funcionando como instâncias de articulação multissetorial que viabilizam o alinhamento das decisões estratégicas. A unidade atua ativamente em fóruns de deliberação interna e externa, com destaque para o Comitê de Compliance Público da SEAD, no qual a Chefia de Gabinete exerce um papel técnico e mediador, garantindo que as diretrizes do Programa de Compliance Público sejam disseminadas e cumpridas em todas as áreas da Pasta. Essas estruturas são fundamentais para o apoio à governança, pois permitem a construção de soluções compartilhadas para problemas complexos, assegurando que o alcance de resultados da SEAD seja fruto de um debate técnico robusto e transparente.

Além dos comitês de governança, a unidade participa de grupos de trabalho voltados à modernização administrativa e à revisão de marcos regulatórios, como os grupos temáticos responsáveis pela implementação do Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Nestes espaços, a contribuição da Chefia de Gabinete reside na capacidade de integrar as visões de diferentes subsecretarias, evitando o isolamento de projetos e promovendo a sinergia de recursos. A participação em conselhos relacionados à gestão de pessoas e ao patrimônio público também permite que a unidade leve a visão do Titular da Pasta para as instâncias de decisão colegiada, garantindo que a direção estratégica da organização seja respeitada e que as políticas públicas alcancem o cidadão com a eficácia pretendida.

Destaca-se, também, a atuação da Chefia de Gabinete como integrante do Comitê de Governança de Projetos da SEAD, na forma do art. 1º, § 1º, da Portaria nº 1028, de 06 de junho de 2023, que cria o referido Comitê.

A contribuição dessas estruturas para o alcance dos resultados da SEAD é evidenciada pela maior segurança jurídica e técnica das decisões tomadas. Ao submeter projetos e metas à análise de grupos de trabalho temáticos, a Chefia de Gabinete assegura que os riscos sejam previamente mapeados e mitigados, elevando a qualidade das entregas. Essa dinâmica de colaboração interinstitucional fortalece a transparência e o controle social, uma vez que as deliberações em comitês geram registros auditáveis e promovem a responsabilidade corporativa. Assim, os conselhos e comitês deixam de ser meras instâncias burocráticas para se tornarem centros de inteligência estratégica que potencializam a capacidade da SEAD de gerar valor público e cumprir sua missão institucional de forma ética e inovadora.

A Procuradoria Setorial da SEAD participa de instâncias colegiadas institucionais, exercendo função técnico-jurídica de assessoramento e análise normativa. Destaca-se a atuação junto à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, contribuindo para a observância das normas relacionadas à gestão documental, acesso à informação, proteção de dados e sigilo administrativo.

A unidade também integra o Comitê de Governança de Projetos da SEAD, oferecendo suporte jurídico às discussões estratégicas e às demandas encaminhadas pelo colegiado, no âmbito de suas competências institucionais.

Quanto à Corregedoria Setorial, esta organiza sua atuação por comissões, conforme a natureza do procedimento, o que contribui para a distribuição de responsabilidades, a especialização das atividades e a padronização dos fluxos de trabalho. Essa estrutura, além de atender às exigências legais e regulamentares aplicáveis,

favorece a continuidade das apurações, a observância de prazos e a qualidade da instrução.

As Comissões Processantes que integram a Unidade são:

a) Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – PAD;

b) Comissão Permanente de Sindicância;

c) Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores – PAF;

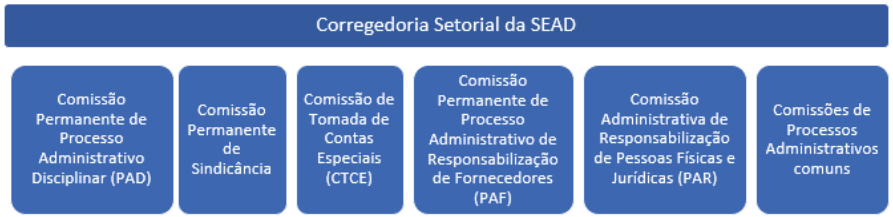
d) Comissão de Tomada de Contas Especiais – CTCE;

e) Comissão Administrativa de Responsabilização de Pessoas Físicas e Jurídicas – PAR; e

f) Comissões de Processos Administrativos comuns, conforme demanda.

Essa organização reforça a governança interna da Corregedoria Setorial, distribui responsabilidades e contribui para previsibilidade e celeridade.

Quadro 1 – Comissões da Corregedoria Setorial da SEAD



Fonte: Corregedoria Setorial da SEAD, 2025.

Já a Ouvidoria Setorial da SEAD, atualmente, não integra conselhos, comitês ou grupos de trabalho temáticos em funcionamento permanente no âmbito institucional. Destaca-se, contudo, que a referida unidade participou, no decorrer do ano de 2025, do processo de construção normativa que culminou na publicação do Decreto nº 10.850/2025, o qual instituiu o Conselho de Usuários de Serviços Públicos no âmbito da Administração Pública Estadual. A atuação da Ouvidoria Setorial ocorreu mediante contribuições técnicas relacionadas à participação social, ao fortalecimento dos canais de escuta do cidadão e ao aprimoramento dos mecanismos de avaliação dos serviços públicos.

Registra-se que o referido Conselho de Usuários está, no momento, em fase de implementação, razão pela qual ainda não há participação efetiva da unidade em suas atividades deliberativas ou consultivas.

Ressalta-se, entretanto, que a colaboração da unidade no processo de elaboração do mencionado decreto contribuiu para o fortalecimento da governança institucional, especialmente no que se refere à ampliação da participação social, ao aperfeiçoamento da gestão dos serviços públicos e ao alinhamento das práticas administrativas aos princípios da transparência, do controle social e da melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

O Comitê de Governança de Projetos da SEAD, instituído pela Portaria nº 1028, de 06 de junho de 2023, presidido pela Chefia do Escritório de Projetos, atua para a entrega de valor estratégico por meio da execução dos Portfólios, Programas e Projetos da Secretaria. Ele define papéis, responsabilidades e diretrizes para a realização das atividades de supervisão, controle, avaliação das entregas, benefícios e/ou resultados, planejamento e compartilhamento de recursos, avaliação de mudanças, avaliação de riscos dentre outras, para

tomadas de decisão, bem como disseminação da cultura de Governança, Gestão de Portfólios, Programas e Projetos.

O Comitê de Governança de Projetos apoia permanentemente o Escritório de Projetos Setorial no sentido de facilitar a adoção e a aplicação das boas práticas de Governança, Gestão de Portfólios, Programas e Projetos no órgão/entidade, sendo suas principais atribuições:

- Seleção e priorização do portfólio da SEAD;
- Aprovação para execução de projetos;
- Apoio para a otimização do desempenho dos projetos da SEAD, solicitando e/ou validando planos de gerenciamentos de escopo, cronograma, custos, comunicações, engajamento de partes interessadas e riscos, quando pertinente, e em conformidade com o ciclo de vida do projeto e/ou abordagem de gerenciamento adotada;
- Validação e aceite de entrega de projetos; e
- Participação nas reuniões de Governança de Projetos, conforme ciclo e/ou periodicidade estabelecido pelo Escritório de Projetos Setorial, para resolução de entraves/riscos, avaliação de mudanças, tomadas de decisão etc.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE PROJETOS DA SEAD:

I - Secretário da SEAD;
II - Chefe de Gabinete da SEAD;
III - Chefe do Escritório de Projetos Setorial;
IV - Superintendente de Gestão Integrada;
V - Subsecretário de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
VI - Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos;
VII - Subsecretário de Logística e Patrimônio;
VIII - Diretora Executiva da Escola de Governo;
IX - Gerente de Modernização Institucional e Processos;
X - Chefe da Procuradoria Setorial;
XI - Chefe da Comunicação Setorial;
XII - Gerente de Planejamento Institucional;
XIII - Gerente Orçamentário-Financeiro;
XIV - Superintendente de Sistemas da Informação;
XV - Secretário executivo do Comitê Compliance Público.

Essas instâncias colaborativas têm contribuído significativamente para o aprimoramento da governança organizacional, promovendo maior transparência, alinhamento estratégico e integração entre as unidades administrativas. Ademais, possibilitam o acompanhamento sistemático dos projetos estratégicos, o gerenciamento estruturado de riscos, o controle de mudanças e a priorização de iniciativas que gerem maior valor público.

As Gerências integrantes da Superintendência de Gestão Integrada ampliaram sua atuação nos espaços de governança, redes institucionais e instâncias colegiadas estratégicas da SEAD, fortalecendo a modernização administrativa, a gestão de riscos, o planejamento governamental e a eficiência energética.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos participou, ao longo do exercício, de eventos e grupos temáticos da Rede TransformaGOV, além de oficinas de cocriação, encontros de gestão de processos e iniciativas colaborativas de construção de atos normativos. Essas participações fortaleceram o alinhamento da

unidade às práticas nacionais de modernização e aprimoramento da gestão pública.

Desde 2023, a Gerência atua como membro do Comitê de Governança de Projetos, contribuindo para o monitoramento, a priorização e a condução das iniciativas estratégicas da SEAD. Para 2026, está prevista a estruturação do Comitê de Processos da SEAD, ampliando a governança sobre a Arquitetura de Processos e reforçando o papel da unidade na melhoria contínua dos serviços e na integração com o portfólio estratégico da Secretaria.

A Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial deu continuidade, em 2025, às ações relacionadas ao Programa de Eficiência Energética da Administração Direta e Indireta do Estado de Goiás, instituído pelo Decreto Estadual nº 10.417/2024, mantendo os objetivos previstos no Termo de Cooperação Técnica – TCT formalizado em 2024. A unidade atuou como partícipe formal do Programa, com designação de gestor para acompanhamento do TCT nº 005/2024 – SGG.

As ações concentraram-se na redução dos custos de energia elétrica das unidades consumidoras estaduais e na implementação das medidas de eficiência energética previstas no Plano de Trabalho. Destaca-se a elaboração de Carta-Denúncia encaminhada à concessionária de energia elétrica, manifestando oposição à renovação automática do Contrato de Compra de Energia Regulada e viabilizando a migração para o Ambiente de Contratação Livre por meio da Application Programming Interface – API “Migração Simplificada”. A medida objetiva redução tarifária estimada em até 50 por cento, conforme padrões aplicáveis às modalidades incentivadas no Ambiente de Contratação Livre – ACL, havendo unidades que já interromperam a renovação automática e aguardam a formalização do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD Livre.

A Gerência de Compras Governamentais participa do Grupo de Gestão de Riscos da SEAD, instância voltada ao fortalecimento dos mecanismos de integridade, gestão de riscos, controles internos e conformidade normativa. Sua atuação contribui para o aprimoramento dos procedimentos de contratação pública, com identificação preventiva de vulnerabilidades, padronização de fluxos, mitigação de riscos e alinhamento às boas práticas de governança.

A Gerência de Planejamento Institucional - GPI integra o Comitê de Governança de Projetos, instituído pela Portaria nº 2419, de 30 de dezembro de 2025, cuja finalidade é promover a entrega de valor estratégico por meio da execução de portfólios, programas e projetos da Secretaria. Também compõe a Comissão de Recursos no âmbito da SEAD e a Comissão de Recursos do Órgão Central de Gestão de Pessoal, nos termos do artigo 6º do Decreto nº 8.940, de 17 de abril de 2017, conforme designações formalizadas por portarias no exercício de 2025. A participação nas referidas comissões tem como foco a operacionalização do controle de desempenho e manifestação referentes aos servidores públicos durante o estágio probatório.

No âmbito das redes estruturantes do Estado, a GPI integra a Rede SIPOFE, instituída pelo Decreto nº 10.289, atuando na implementação das políticas, diretrizes e normas relativas ao planejamento e ao orçamento. Integra, também a Rede TransformaGOV, instituída pelo Decreto nº 10.287, voltada à transformação inteligente e inovadora da gestão e dos serviços públicos.

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, esta integra o Grupo de Trabalho – GT das Escolas de Governo no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD. O GT

tem como principal função compartilhar soluções e fortalecer as Escolas de Governo vinculadas às Secretarias de Administração Estaduais.

Quanto à Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS, esta participa e mantém integração técnica com as seguintes instâncias de articulação e assessoramento relacionadas à saúde, à segurança do trabalho e à atividade médico-pericial:

- Conselho Regional de Medicina de Goiás – CREMEGO;
- Fórum de Saúde e Segurança do Trabalho do Estado de Goiás/18ª Procuradoria Regional do Trabalho – FSSTGO/18ª PRT; e
- Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança do Servidor do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - GT SST/CONSAD.

A participação nessas estruturas contribui para o fortalecimento da governança institucional, na medida em que possibilita o alinhamento técnico às diretrizes, normativas e boas práticas, bem como a troca de experiências e o acompanhamento de tendências e orientações relevantes para a implementação das políticas de saúde e segurança do servidor.

Essas instâncias também apoiam o alcance de resultados da SEAD ao favorecerem a articulação interinstitucional, a qualificação técnica das equipes e o aprimoramento contínuo de processos e ações relacionados à saúde ocupacional, à segurança do trabalho e à atenção psicossocial.

Na esfera da Superintendência de Sistemas de Informação, esta é parte integrante do modelo de governança estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, o qual possui como principal instância estratégica o Comitê Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC. Tal comitê tem como competência definir, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, as políticas, diretrizes e medidas voltadas à eficiência e eficácia do uso de tecnologias da informação e comunicação, dentre outras. Nesse sentido, a SSI tem participado ativamente das discussões e da operacionalização da governança e conformidade da gestão de TIC no Estado de Goiás.

No ano de 2025, foi estruturado o Comitê de Governança de Dados Estadual – CGDE, criado pelo Decreto Estadual nº 10.609, de 18 de dezembro de 2024, com o objetivo de estabelecer diretrizes e boas práticas para a gestão, segurança, proteção e compartilhamento de dados no âmbito do Governo do Estado de Goiás. Conforme a Portaria SGG nº 54/2025, que nomeia os membros do referido Comitê, a titular da Superintendência de Sistemas de Informação é membro suplente, representando a Secretaria de Estado da Administração.

Com uma atuação mais interna à Pasta, a Superintendência de Sistemas de Informação é parte integrante do Comitê de Governança de Projetos da SEAD, liderado pelo Escritório de Projetos Setorial e também do Comitê de Gestão de Riscos da SEAD, vinculado à Chefia de Gabinete.

A SSI participa, ainda, do GT Renova, que consiste em um grupo de trabalho que monitora, semanalmente, as reformas, mudanças e implantações de novas unidades Vapt Vupt. Além da Superintendência de Sistemas de Informação, o GT conta com a participação ativa da Superintendência de Atendimento ao Cidadão e da Superintendência de Gestão Integrada.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, tem-se que a SCC participa ativamente de diversos conselhos, comitês e grupos de trabalho temáticos que contribuem para o aprimoramento

da governança e para o alcance dos resultados da SEAD. Essas estruturas colaborativas permitem a troca de experiências, a padronização de processos e a implementação de melhores práticas na gestão de compras e contratos.

Cita-se, como exemplo, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – CONSAD, no qual os Secretários de Estado de Administração do País promovem encontros periódicos, visando à troca de experiências e à busca de soluções criativas para o aperfeiçoamento da gestão Pública no Brasil.

O foco do CONSAD em todas as suas frentes de trabalho tem sido pensar modelos de gestão pública com foco em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão. Um colegiado que se fortaleceu ao longo dos anos, pautado por um ambiente de trabalho plural, multipartidário, e por isso mesmo propício ao debate e ao desenvolvimento da administração pública estadual, mantendo espaços permanentes de troca de experiências e de discussão sobre boas práticas de gestão pública. O CONSAD conta com Grupos de Trabalho de vários temas, entre eles, na área específica de compras públicas.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, tem-se que a SCTP e SGAC integram o Comitê Estadual de Governança do Programa EXPRESSO, instituído pelo Decreto nº 10.058, de 18 de março de 2022, que possui a missão de coordenar a implementação, a governança e o aprimoramento contínuo do Programa no âmbito do Poder Executivo estadual, assegurando a adequada disponibilização de orientações e serviços públicos ao cidadão, com foco em acessibilidade, eficiência e geração de valor público.

De igual forma, a SCTP integra o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, instituído pela Lei nº 20.846, de 02 de setembro de 2020, e regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 10.858, de 07 de janeiro de 2026, o qual representa um órgão de caráter consultivo, destinado a assegurar a participação dos usuários no acompanhamento e na avaliação dos serviços públicos oferecidos pelos órgãos e pelas entidades estaduais. O mesmo encontra-se em implantação, especialmente em ambiente virtual disponibilizado no EXPRESSO.

Além disso, encontra-se em estágio de discussão a unificação dos comitês de gestão de governança estaduais (projetos, planejamento, riscos e processos), de modo a trazer maior efetividade na análise e tomada de decisão. Tais estruturas promovem a articulação interinstitucional, o alinhamento às diretrizes estratégicas de governo e a padronização de práticas, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para o alcance dos objetivos institucionais.

Quanto à SUPERINOVA, esta participa de arranjos técnicos e equipes interinstitucionais de trabalho constituídos no âmbito da Jornada de Inovação Aberta, do Programa GovTech e das iniciativas de estruturação de processos de contratação de soluções inovadoras, a exemplo dos projetos que foram desenvolvidos em parceria com a CGE. As equipes atuam de forma integrada com os órgãos demandantes na definição de desafios, na estruturação de processos, no acompanhamento das etapas dos projetos e na mitigação de riscos, apoiando a coordenação das iniciativas estratégicas de inovação da SEAD.

Destaca-se, ainda, a participação da SUPERINOVA no GT INOVAquisição, um grupo de trabalho para contratação de soluções inovadoras, instituído pela Portaria Intersecretarial nº 029/2024 – SEAD, com a finalidade de avaliar e propor diretrizes para a contratação de soluções inovadoras no âmbito do Estado. No

desenvolvimento dos trabalhos, considerou-se a experiência já executada no projeto da Controladoria-Geral do Estado, conduzido por meio da Jornada de Inovação Aberta, e, posteriormente, a emissão do parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado – PGE quanto à utilização do modelo adotado. Como resultado, concluiu-se pela não necessidade de edição de ato normativo específico para regulamentação da CPSI no âmbito estadual, optando-se pela consolidação do modelo em formato de manual instrucional, como instrumento de orientação e padronização dos procedimentos.

Estas estruturas de articulação técnica contribuem para o fortalecimento da governança da SEAD, ao promoverem alinhamento institucional, segurança jurídica, padronização de procedimentos e maior integração entre os órgãos estaduais, ampliando a capacidade da Secretaria de induzir soluções inovadoras e alcançar resultados de forma coordenada.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, esta possui assento na coordenação executiva do Grupo ESG do CONSAD. De igual forma, atua diretamente no Grupo de Trabalho Especial de Desestatização da CelgPar, bem como no Fórum das Empresas Estatais.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, a SUCEP representa a SEAD no Grupo de Trabalho de Gestão Estratégica de Pessoas do CONSAD. A atuação nesse GT permite a colaboração em âmbito nacional nos debates e nas trocas de informações sobre as políticas estratégicas da área de gestão e desenvolvimento de pessoas. Também atua no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, com foco nas ações de melhoria das informações no âmbito do Poder Executivo estadual e no Comitê de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação no Sistema Único de Saúde – SUS, com foco nas políticas e ações no âmbito do trabalho e da educação no SUS Goiás, que assegurem a equidade de gênero, raça e etnia, o combate ao racismo, etarismo, capacitismo e aos preconceitos em todas as suas formas.

A SURES, no âmbito de suas atribuições e em consonância com as diretrizes institucionais da SEAD, participa de comitês e grupos de trabalho temáticos que contribuem para o fortalecimento da governança e para o alcance de resultados estratégicos da Pasta. Essas instâncias promovem a integração entre unidades, o alinhamento de práticas, o aprimoramento de processos e a implementação de iniciativas voltadas à modernização da gestão pública, à valorização de pessoas e à promoção da equidade.

Nesse contexto, a SURES integra os seguintes grupos e comitês:

- Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT;
- Plano Estratégico SEAD 2023-2026;
- Rede de Gestão de Pessoas;
- Certificação de Pessoas;
- Projeto Amigos da GGDP; e
- Comitê Gestor Estadual de Enfrentamento ao Racismo.



ALOCAÇÃO DE RECURSOS

17 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação de recursos no âmbito da SEAD é realizada em conformidade com a disponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e humanos, observado o princípio da economicidade, conforme relatado pelas unidades administrativas.

No âmbito da Chefia de Gabinete da SEAD, a alocação de recursos é conduzida sob uma lógica de planejamento integrado, em que o orçamento e o capital humano são direcionados especificamente para sustentar a agilidade decisória do Secretário de Estado e a coordenação das metas do Plano Estratégico SEAD 2023-2026. No que tange aos recursos orçamentários, o planejamento é estruturado para garantir a manutenção de uma estrutura de apoio técnico-administrativo capaz de absorver as demandas crescentes de digitalização e governança, priorizando investimentos em custeio que otimizem a comunicação institucional e o suporte logístico do gabinete. No campo das pessoas, a alocação é pautada pelo perfil técnico e pela multidisciplinaridade, selecionando profissionais capacitados para atuar em frentes críticas como a assessoria jurídica, a gestão de fluxo de processos e o atendimento ao cidadão, garantindo que o contingente humano seja proporcional ao volume de responsabilidades estratégicas da unidade.

Para garantir que essa alocação ocorra de acordo com os princípios da legalidade e da economicidade, a alta administração da SEAD implementou mecanismos rigorosos de controle e supervisão. A Chefia de Gabinete opera sob a égide do Programa de Compliance Público, que atua como um filtro de legitimidade para todos os atos, processos e procedimentos. Atividades como a segregação de funções e o monitoramento sistemático de gastos são determinadas para assegurar que cada recurso utilizado produza o máximo de impacto institucional com o menor custo possível. A eficiência e a eficácia são buscadas por meio da padronização de procedimentos internos e da adoção de tecnologias de gestão que permitem o acompanhamento em tempo real da execução orçamentária do gabinete, evitando desperdícios e redirecionando esforços conforme as prioridades do Plano de Governo.

Além disso, a legitimidade dos atos é reforçada por meio de auditorias internas e mecanismos de transparência ativa, nos quais a Chefia de Gabinete atua na validação da conformidade de cada despesa e na justificativa técnica de cada contratação de pessoal ou serviço. Esse modelo de gestão determinado pela alta administração impõe que a alocação de recursos não seja meramente contábil, mas sim um ato estratégico que corrobora para o alcance dos objetivos da SEAD. Assim, o planejamento de recursos na unidade administrativa é desenhado para viabilizar a entrega de valor público, assegurando que o suporte ao titular da Pasta seja contínuo, seguro juridicamente e focado na excelência da gestão pública estadual, produzindo resultados tangíveis para a sociedade a curto e longo prazos.

Na esfera da Gerência da Secretaria-Geral – GESG, os recursos humanos da gerência são alocados de forma a priorizar o atendimento direto ao gabinete e a triagem célere de documentos urgentes. A distribuição de tarefas é pautada na especialização técnica para a redação de atos oficiais e na organização do acervo documental setorial.

Quanto aos recursos materiais, a unidade prioriza insumos voltados à digitalização e manutenção do arquivo, visando a transição definitiva para o meio eletrônico. A gestão eficiente desses ativos garante que o suporte administrativo ao Titular da Pasta ocorra sem interrupções.

No âmbito da Procuradoria Setorial, esta adotou medidas voltadas ao aprimoramento de sua organização interna e ao fortalecimento da capacidade institucional da unidade, com foco na qualificação do assessoramento jurídico prestado à SEAD.

As ações implementadas incluíram ajustes na organização interna das atividades e a participação dos integrantes em ações de atualização técnica relacionadas às demandas institucionais, iniciativas que contribuíram para maior padronização dos fluxos de trabalho e melhor acompanhamento das demandas administrativas.

Alinhadas às diretrizes institucionais, essas medidas viabilizaram a condução das atividades jurídicas com maior previsibilidade e organização, reforçando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e legitimidade dos atos, processos e procedimentos da Secretaria.

Na esfera da Corregedoria Setorial, a alocação de recursos concentra-se, prioritariamente, em recursos humanos, considerando a natureza técnica dos procedimentos e a necessidade de observância de prazos legais. A organização do trabalho busca compatibilizar a capacidade operacional da unidade com o volume e a complexidade das demandas, por meio de planejamento interno, distribuição de processos e atuação por comissões, com definição de responsabilidades e acompanhamento sistemático dos prazos.

No exercício de 2025, a unidade direcionou seus esforços para compor comissões conforme o tipo de procedimento e o grau de complexidade, monitorar prazos e gerir o fluxo de trabalho com atenção a casos críticos, padronizar fluxos processuais para reduzir retrabalho e prevenir prescrição, e promover orientações técnicas diante das particularidades de cada caso.

Os recursos humanos e os meios de trabalho disponíveis foram direcionados, ainda, para assegurar instrução adequada e articulação com as outras Unidades da Pasta que trazem demandas à Corregedoria, de modo a garantir respostas proporcionais, seguras e tempestivas, alinhadas às diretrizes institucionais de integridade e ao aprimoramento da gestão pública.

Com o intuito de aprimorar a atuação da Unidade, os servidores participaram de cursos de capacitação, especialmente em temas sensíveis e em procedimentos relacionados à correição que demandam atualização e maior especialização técnica.

Também foram adotadas medidas voltadas ao aprimoramento do conhecimento digital e ao uso de canais institucionais de comunicação, com foco na transparência e na segurança das informações sensíveis que tramitam na unidade, especialmente nos casos submetidos a sigilo.

Para a realização de diligências externas necessárias ao regular andamento dos feitos, como citações pessoais em processos administrativos disciplinares, foram utilizados veículos oficiais, respeitando os princípios da legalidade dos procedimentos correcionais estabelecidos na legislação vigente, primando pela economicidade, eficiência e eficácia do ato.

Quanto à Ouvidoria Setorial, no tocante à alocação de recursos, ressalta-se a relevância da distribuição de pessoal, com o objetivo de alcançar a resolução dos processos nos prazos previstos. Dessa forma, a unidade, em conjunto com as ações apontadas pelo Gabinete do Secretário, busca sempre trabalhar visando a produtividade e a entrega de resultados dentro do prazo sem nunca deixar de observar a qualidade e a observância pelas normas.

Na esfera do Escritório de Projetos Setorial, este desempenha papel estratégico no apoio ao planejamento e à gestão dos recursos orçamentários e de pessoas necessários ao alcance dos objetivos institucionais da SEAD. Sua atuação está voltada à estruturação, priorização e monitoramento de projetos e iniciativas estratégicas, assegurando o alinhamento dessas ações às diretrizes do Plano de Governo, do Plano Plurianual – PPA e do Planejamento Estratégico Institucional.

No âmbito do planejamento orçamentário, o Escritório de Projetos Setorial apoia as unidades executoras na identificação das demandas de recursos relacionadas aos projetos estratégicos, contribuindo para a elaboração de estimativas de custos, cronogramas financeiros e definição de prioridades de investimento. Esse processo é orientado por critérios técnicos e por metodologias de gerenciamento de portfólio, possibilitando uma visão integrada dos investimentos, maior previsibilidade na execução orçamentária e melhor direcionamento dos recursos públicos às entregas e resultados institucionais.

Quanto à gestão de recursos humanos, a unidade contribui para o dimensionamento das equipes envolvidas nos projetos, promovendo o mapeamento de competências, a definição de papéis e responsabilidades e o suporte metodológico às equipes executoras. Paralelamente, são fomentadas ações de capacitação e disseminação de boas práticas em gestão de projetos, fortalecendo a aplicação de metodologias e ampliando a capacidade institucional para execução das iniciativas estratégicas.

Com o objetivo de assegurar a legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e legitimidade dos atos, processos e procedimentos organizacionais, a SEAD implementa mecanismos estruturantes de governança e controle, com apoio técnico do Escritório de Projetos Setorial. Entre esses mecanismos, destacam-se a institucionalização de fluxos padronizados para estruturação e acompanhamento de projetos, a adoção de instrumentos formais de planejamento e monitoramento, como Termo de Abertura de Projeto, planos de projeto e relatórios gerenciais, bem como a atuação de instâncias de governança responsáveis pela priorização de iniciativas e pela tomada de decisão estratégica.

Adicionalmente, são desenvolvidas ações de monitoramento sistemático dos projetos estratégicos, gerenciamento de riscos, controle de mudanças e consolidação de informações gerenciais, subsidiando a tomada de decisão pela alta administração e fortalecendo a transparência e a conformidade normativa. Esses mecanismos contribuem para o uso racional dos recursos públicos, ampliando a capacidade da SEAD de entregar resultados efetivos para a sociedade.

A Superintendência de Gestão Integrada atuou de forma estruturada no planejamento dos recursos orçamentários e da força de trabalho, permitindo a compatibilização entre metas institucionais, limites fiscais e capacidade operacional. Esse planejamento considerou projeções de custos, demandas de pessoal, análises de risco, definição de prioridades e acompanhamento contínuo da execução, garantindo maior previsibilidade administrativa e alinhamento estratégico entre recursos disponíveis e objetivos estabelecidos para o exercício. As atividades foram desenvolvidas de forma articulada, assegurando a adequada alocação de recursos humanos, orçamentários, financeiros e tecnológicos da SEAD, em consonância com o Plano de Governo e o Planejamento Estratégico Institucional.

A alta administração da SEAD instituiu mecanismos de governança voltados a assegurar a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade dos atos administrativos, incluindo

padronização de fluxos, segregação de funções, revisões técnicas, uso de sistemas corporativos de controle, capacitação continuada das equipes e adoção de matrizes de risco. Tais mecanismos fortaleceram os controles internos, mitigaram falhas procedimentais e ampliaram a segurança jurídica da organização.

A consolidação e qualificação das informações institucionais foram asseguradas pela Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados, que, mesmo com equipe reduzida composta por três servidores, manteve fluxo contínuo de atendimento às demandas, organizando bases de dados, padronizando informações e fornecendo suporte técnico à tomada de decisão. A confiabilidade e a tempestividade das informações produzidas impactam diretamente a qualidade da gestão institucional.

No âmbito contábil, a Gerência de Contabilidade desenvolveu suas atividades com base na estrutura administrativa existente, priorizando atualização normativa e qualificação técnica permanente da equipe. Analisou, revisou e emitiu parecer técnico em todas as repactuações, reajustes e reequilíbrios contratuais nos contratos da SEAD. A participação em cursos e eventos promovidos pela Escola de Governo do Estado de Goiás contribuiu para assegurar conformidade aos normativos vigentes e qualidade nas demonstrações contábeis, refletindo no suporte adequado aos órgãos de controle e na fidedignidade das informações financeiras da SEAD.

A Gerência de Compras Governamentais alinhou seu planejamento ao Plano Estratégico 2023–2026 e ao Plano de Contratações Anual, compatibilizando metas institucionais com capacidade operacional e disponibilidade financeira. A adoção de padronização de fluxos, segregação de funções, análise de riscos e revisão técnica dos processos fortaleceu os controles internos e conferiu maior segurança jurídica às contratações públicas conduzidas no âmbito da Secretaria.

No eixo da execução orçamentária e financeira, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira priorizou a sustentabilidade dos contratos continuados, o controle de restos a pagar e a compatibilização entre programação financeira e execução da despesa. Instrumentos como a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, o Programa de Desembolso Financeiro e o Cronograma Mensal de Desembolso foram utilizados como mecanismos operacionais de controle, assegurando equilíbrio fiscal e previsibilidade na gestão dos recursos. Analisou e revisou os repasses e prestações de contas da PRODAGO (empresa em liquidação), bem como os repasses realizados à OVG para custeio das despesas e programas encampados pela instituição.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa concentrou sua força de trabalho na análise de prestações de contas, no acompanhamento dos instrumentos vigentes e no fortalecimento das práticas de governança, gestão de riscos e Compliance. Mesmo sem dotação orçamentária própria relevante, a unidade utilizou a infraestrutura institucional disponível de forma otimizada, contribuindo para a qualidade técnica das análises e para a mitigação de riscos associados às transferências e aos instrumentos celebrados.

No campo da infraestrutura física, a Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial, criada pela Lei Estadual nº 21.239/2022, atuou com equipe multidisciplinar composta por engenheiros, arquitetos, técnicos de manutenção, equipe jurídica e apoio administrativo. Em 2025, foram firmados contratos voltados à melhoria das condições estruturais das unidades, incluindo aquisição de totens para recarga de dispositivos eletrônicos, manutenção preditiva, preventiva e corretiva de grupos geradores e aquisição de 80 equipamentos de

climatização. Essas medidas asseguraram continuidade operacional, melhoria do ambiente de atendimento ao público e preservação da infraestrutura predial.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos concentrou esforços na qualificação técnica da equipe e na disseminação de metodologias de gestão por processos e projetos. Com cinco servidores altamente capacitados, registrou 584 horas de capacitação em 2025, mantendo formações voltadas a projetos, processos, User Experience – UX Design e inovação. Essa base técnica fortalece a capacidade institucional de estruturar iniciativas estratégicas, revisar fluxos organizacionais e apoiar a modernização administrativa.

A Gerência de Apoio Administrativo e Logístico atuou na racionalização dos recursos materiais e logísticos, na padronização dos procedimentos de suporte administrativo e na otimização da gestão de bens e serviços de apoio. A unidade implementou mecanismos como controle de estoques fundamentado em demanda real, revisão de fluxos de requisição e distribuição, padronização de materiais, atualização de manuais e intensificação da rastreabilidade das operações de controle, manutenção e conservação da carga patrimonial afetada à SEAD. Tais práticas fortaleceram a economicidade, reduziram desperdícios e aprimoraram o atendimento às unidades internas.

Por sua vez, a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas desempenhou papel estratégico no planejamento e acompanhamento das necessidades de força de trabalho, contribuindo para o mapeamento de competências, a definição de perfis profissionais, a qualificação continuada e a gestão de movimentações internas. A adoção de trilhas de aprendizagem, o uso de sistemas corporativos de gestão de pessoal e a ampliação das ações de capacitação reforçaram a aderência entre capacidades institucionais e demandas estratégicas da SEAD, aumentando a eficiência e legitimidade dos processos de gestão de pessoas.

De forma integrada, as atividades desenvolvidas pelas gerências refletem a atuação sistêmica da Superintendência de Gestão Integrada, uma vez que cada entrega técnica realizada compõe o conjunto de resultados institucionais da SEAD. A articulação entre planejamento, execução, controle, infraestrutura, governança, dados, contratações, logística e gestão de pessoas assegura sustentação administrativa consistente para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria.

No exercício, as unidades integrantes da SEAD participaram ativamente de cursos, palestras, workshops e eventos voltados ao aprimoramento das competências técnicas necessárias à execução das atividades administrativas. Essas ações de capacitação fortaleceram os controles internos, elevaram a qualidade das entregas institucionais e contribuíram para o aumento da maturidade administrativa da SEAD, refletindo-se na eficiência, eficácia e segurança jurídica dos atos e procedimentos realizados ao longo do exercício.

No tocante à Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, a alocação de recursos foi conduzida de forma restritiva, com repasses do Tesouro Estadual direcionados à folha de pessoal e às obrigações do parcelamento junto à PGFN. As demais despesas correntes e administrativas foram suportadas por recursos próprios, obtidos a partir da realização de ativos, preservando a continuidade mínima da estrutura necessária à liquidação. O planejamento do exercício buscou reduzir progressivamente a dependência de aportes para custeio, preparando as condições para que, em 2026, haja diminuição adicional dos repasses voltados à manutenção, permanecendo as

obrigações relativas ao passivo federal. Esse modelo reforça a economicidade, a regularidade dos pagamentos e a organização do encerramento da PRODAGO em liquidação.

No exercício de 2025, a Superintendência de Sistemas de Informação necessitou de suplementação de recursos orçamentários para efetivar a contratação de serviços especializados de TIC, tendo em vista o aumento dos investimentos em desenvolvimento e modernização de sistemas, como também na melhoria da sustentação da infraestrutura tecnológica, com foco em segurança da informação. Em relação ao recurso utilizado no ano anterior, a SSI apresenta um incremento de aproximadamente 80% (oitenta por cento) na execução orçamentária do exercício de 2025. Esse aporte foi aplicado estrategicamente com o objetivo de melhorar a eficiência, a segurança e a inovação.

Foram investidos R$ 1,7 milhão na modernização da infraestrutura computacional das unidades do Vapt Vupt, a fim de melhorar o desempenho das aplicações e propiciar ao cidadão uma melhor experiência de atendimento. Outro investimento significativo consistiu na aquisição da plataforma integrada para gestão de recursos humanos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás – IntegraGO, atualmente em fase de implantação.

Foram alocados também, durante o exercício de 2025, novos recursos humanos para reforço da equipe de TI da SEAD. Trata-se de uma contratação de servidores temporários com alta capacidade técnica, que trouxe maior robustez e capacidade de dar vazão aos projetos e demandas tecnológicas da Pasta.

No que tange à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, quanto à área de compras, o planejamento de recursos orçamentários e de pessoal é realizado de forma estratégica, visando ao cumprimento dos objetivos estabelecidos para o exercício. A alta administração da SEAD implementa mecanismos, ações e atividades que garantem a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade dos atos, processos e procedimentos da organização.

A SEAD realizou concurso público, conforme Edital nº 01/2022, lançado em fevereiro de 2022, autorizado nos termos do processo administrativo nº 202100004109140, destinado ao provimento de cargos de analista de gestão governamental, para diversas funções, dentre elas, licitações e contratos. O edital previu 90 vagas para o cargo de Analista de Gestão Governamental – Licitações e Contratos, das quais 86 foram destinadas à ampla concorrência e 4 a pessoas com deficiência. Foram considerados aprovados os candidatos classificados dentro do número de vagas; os demais, limitados a 20% do total de vagas de cada função (18 postos), compõem o cadastro de reserva. Até o final de 2025, todos os candidatos aprovados, inclusive os integrantes do cadastro de reserva, foram nomeados. Contudo, nem todos os nomeados tomaram posse e, dentre aqueles que ingressaram em exercício, parte solicitou exoneração para assumir outros cargos públicos decorrentes de aprovações supervenientes, o que impactou a efetiva ocupação das vagas previstas.

No que se refere à área de patrimônio imobiliário, a alocação de recursos foi definida no médio prazo, quando da elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 e, para o ano de 2025, fixado na Lei Orçamentária Estadual - LOA, conforme as diretrizes definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. O levantamento dos recursos necessários para o desenvolvimento das ações previstas no ano de 2025 foi realizado por meio de reuniões das equipes, considerando as atividades a serem desenvolvidas, os recursos necessários e os comparativos entre os custos previstos e realizados em anos anteriores. O principal item na alocação de recursos da Superintendência de Patrimônio Imobiliário está vinculado às

despesas com pessoal, cuja apropriação é realizada no Programa 4100 – Encargos da Folha de Pagamentos dos Servidores Públicos.

No âmbito da área de patrimônio mobiliário e logística, o planejamento de recursos orçamentários é feito de forma setorizada, com o objetivo de atender às demandas de cada projeto. Além disso, há a prospecção contínua de pessoal para compor as equipes de trabalho, buscando sempre os perfis que mais se encaixam em cada necessidade. Em 2025, foi planejada a alocação de R$ 500 mil em orçamento e 12 servidores (14.400 horas) para metas do PPA 2024-2027, por meio da Iniciativa 10003 - Administração/Estruturação de Patrimônio, Compras, Logística e Documental do Estado; priorizando 340 capacitações e modelagem para alcançar avanços em acuracidade de 94,1% e mitigação de excessos de estoque em 21.888 itens, além de suportar 1.740 atendimentos. A alta administração da SEAD implementou mecanismos como aprovações hierárquicas e auditorias para garantir a legalidade, com ações de treinamento voltadas à economicidade e à eficiência. Esses esforços asseguraram eficácia no suporte a decisões baseadas em dados e legitimidade alinhada à LRF, além de cobertura de capacitação correspondente a 27% dos 1.237 usuários do SIGMATE.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, a alocação de recursos foi estruturada em horizonte de médio prazo, por meio do Plano Plurianual 2024–2027, e detalhada anualmente na Lei Orçamentária Estadual, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela área de planejamento central e da Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOF da SEAD. O dimensionamento das necessidades para execução das ações programadas foi conduzido a partir de análises técnicas e reuniões de planejamento das equipes, considerando o escopo das atividades previstas, os insumos necessários e os comparativos históricos entre custos planejados e executados em exercícios anteriores, assegurando maior previsibilidade e racionalidade na utilização dos recursos públicos.

Os recursos humanos aplicados encontram-se vinculados ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, tendo como principal componente o dispêndio de capital humano da Superintendência, reconhecido como ativo estratégico para a execução das iniciativas de transformação e modernização da gestão pública. A distribuição dos recursos observa as diretrizes do Planejamento Estratégico e as prioridades definidas pela alta administração, garantindo alinhamento institucional e suporte adequado à implementação de projetos e entregas finalísticas.

Quanto à SGAC, a alocação de recursos é planejada em consonância com o PPA 2024-2027, observando as diretrizes estratégicas da SEAD e as prioridades definidas pela alta administração. O planejamento orçamentário e de pessoal é estruturado com foco na manutenção, expansão e qualificação da rede de Unidades de Atendimento ao Cidadão, assegurando a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à população.

O dimensionamento das necessidades orçamentárias é realizado com base em análises técnicas que consideram a capacidade instalada das unidades, o volume histórico e projetado de atendimentos, os contratos vigentes. Esse processo permite maior previsibilidade financeira, racionalização de despesas e alinhamento entre planejamento e execução.

No que se refere aos recursos humanos, a alocação observa critérios de demanda por unidade, complexidade dos serviços ofertados e indicadores operacionais, tais como volume de atendimentos, tempo médio de espera e produtividade. O capital humano é reconhecido como elemento estratégico para a geração de valor público, sendo

priorizadas ações de capacitação, padronização de procedimentos e melhoria contínua do desempenho das equipes.

Para garantir a legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e legitimidade dos atos e procedimentos, a SGAC adota mecanismos de governança e controle, tais como:

- Planejamento orçamentário integrado ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026;
- Monitoramento sistemático da execução financeira e contratual;
- Acompanhamento de indicadores de desempenho operacional;
- Avaliação periódica da capacidade produtiva das unidades;
- Observância às normas legais e regulatórias aplicáveis às contratações e à gestão administrativa;
- Atuação articulada com as áreas centrais de planejamento, orçamento, controle interno e tecnologia da informação.

Os recursos aplicados concentram-se, majoritariamente, na gestão de contratos de apoio operacional, na sustentação dos sistemas de atendimento e no custeio da força de trabalho envolvida na operação da rede.

Dessa forma, a alocação de recursos na SGAC está diretamente vinculada ao alcance dos objetivos institucionais, assegurando que os meios financeiros, materiais e humanos sejam direcionados de maneira estratégica e responsável para a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade do atendimento e a geração de valor público à sociedade.

Quanto à SUPERINOVA, esta realiza o planejamento e a alocação de recursos humanos e orçamentários de forma alinhada às prioridades institucionais definidas pela alta administração da SEAD, direcionando esforços para as agendas de inovação aberta, cultura de inovação e inteligência de negócios públicos. A organização do trabalho da equipe ocorre a partir do planejamento das iniciativas, da definição de prioridades e da distribuição de atividades conforme a complexidade técnica dos projetos, assegurando a adequada utilização das capacidades instaladas da unidade para o alcance dos objetivos do exercício.

A gestão dos recursos orçamentários é conduzida de forma articulada com as áreas administrativas da Secretaria, observando as diretrizes de planejamento, execução e controle, bem como os princípios da legalidade, economicidade e eficiência. As demandas de apoio técnico, capacitações, eventos, ações de articulação institucional e desenvolvimento de projetos são estruturadas previamente, de modo a garantir a viabilidade financeira das iniciativas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Como mecanismos de governança e controle, a Superintendência adota o planejamento prévio das ações, o acompanhamento sistemático das atividades, a validação institucional das demandas junto às áreas competentes, o registro formal dos processos e o monitoramento dos resultados, assegurando a legitimidade dos atos administrativos, a eficiência dos procedimentos adotados e a efetividade das entregas institucionais.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, quanto à SUCEP, considera-se a insuficiência no quadro de servidores para atendimento de todas as demandas das unidades, especialmente da GNCP e GEIMP. Mesmo com o concurso público de Analista de Gestão Governamental, realizado em 2022, houve a redução de 13 servidores, a maioria por pedido de exoneração.

Quanto aos recursos orçamentários, faz-se necessário maior investimento para possibilitar a participação de servidores das equipes em ações de capacitação ofertadas por instituições e entidades fora do âmbito da Escola de Governo, pois é preciso estar conectado com as tendências de gestão de pessoas para melhorar o desenvolvimento das políticas estratégicas.

Quanto à SUGEP, esta e unidades vinculadas encontram respaldo da alta gestão, tanto para apoio quanto para orientação acerca das atividades desempenhadas, o que contribui para elevar o nível do comprometimento da equipe e da performance dos resultados das entregas realizadas.

As equipes são constantemente treinadas, em ações de educação permanente e continuada, para aperfeiçoamento de suas entregas. Os materiais e equipamentos disponibilizados pela SEAD estão adequados ao trabalho, sendo necessária, contudo, a adequação de alguns recursos tecnológicos de softwares institucionais e comerciais para o aumento da eficiência das entregas.

Na maioria dos seus processos de trabalho, a atuação da SUGEP e unidades vinculadas consiste na análise e elaboração de informações técnicas para subsidiar as deliberações de instâncias superiores, a exemplo da gestão da despesa de pessoal, projeção da folha de pagamento e da execução mensal da folha de pagamentos.

Essas entregas possuem nível de complexidade muito alto e para executá-las as unidades da SUGEP necessitam de servidores com perfil extremamente técnico, o que requer a utilização de capacitações continuadas e treinamentos permanentes para alinhamento e aprimoramento.

Outro fator importante de se destacar, foi o apoio da alta gestão visando o fortalecimento da equipe da Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal, especialmente com a contratação de profissionais com formação em TI, que impactou positivamente nas entregas de todas as unidades vinculadas à SUGEP.

Quanto à SURES, a alocação de recursos é realizada de forma planejada e alinhada aos objetivos estratégicos da SEAD, considerando as demandas relacionadas à execução de concursos públicos, processos seletivos e atos de admissão de pessoal.

Os recursos humanos são distribuídos entre as unidades administrativas GECOPS e GEAP, conforme suas competências, visando à eficiência operacional e ao cumprimento de prazos. No campo tecnológico, a unidade utiliza sistemas estruturantes, como o. SEI, PosseNet e o FAS, que contribuem para a automação e o controle dos processos.

Quanto aos recursos orçamentários e financeiros, a SURES atua na gestão dos pagamentos vinculados às contratações e execução de certames, observando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.



RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

18 RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

A SEAD preza pela gestão participativa e transparente junto às partes interessadas, para tanto se esforça para demonstrar em suas diversas unidades administrativas a transparência nas informações, por meio da publicação de relatórios anuais e documentos de prestação de contas que apresentem de forma acessível as ações, decisões e resultados do órgão, garantindo que as partes interessadas possam compreender facilmente como suas demandas estão sendo atendidas; disponibiliza canais de comunicação diretos e eficientes, como ouvidorias, para que cidadãos e outras partes interessadas possam apresentar suas preocupações, sugestões e reclamações de forma fácil e ágil; compromisso legal, assegurando que todas as ações e interações com as partes interessadas estejam em conformidade com as legislações pertinentes, respeitando os direitos e deveres tanto do órgão público quanto dos cidadãos; treinamento e capacitação, promovendo capacitações internas sobre a importância do relacionamento com as partes interessadas, para que todos os servidores públicos entendam e valorizem esse aspecto em sua atuação, fortalecendo a confiança e o engajamento com a sociedade.

O relacionamento com as partes interessadas, sob a gestão da Chefia de Gabinete da SEAD, é pautado por uma postura proativa de escuta e articulação, fundamentada na premissa de que a geração de valor público depende da integração harmônica entre executores, usuários e beneficiários. A unidade mantém uma rede de interlocução constante que abrange desde os servidores internos e órgãos da administração direta e indireta até o cidadão e fornecedores. A qualidade dessas relações é sustentada por uma comunicação fluida e transparente, na qual a Chefia de Gabinete atua como o principal elo de conexão, garantindo que os legítimos interesses das partes sejam compreendidos e incorporados ao processo de tomada de decisão. Esse entendimento não é meramente passivo; ele se traduz na adaptação de fluxos e na priorização de projetos que respondam às necessidades urgentes de cada grupo, fortalecendo a confiança institucional.

No campo da articulação interinstitucional, a Chefia de Gabinete desempenha um papel vital na coordenação de processos que visam integrar os diferentes níveis e esferas do setor público. Essa coordenação é essencial para evitar a duplicidade de esforços e garantir que as políticas de gestão de pessoal, patrimônio e logística sejam aplicadas de forma sistêmica em todo o Estado. A unidade promove reuniões técnicas, fóruns de discussão e parcerias com outros poderes e entes federativos, assegurando que a SEAD atue como um facilitador da governança estadual. Essa integração permite que a Pasta preserve o valor público ao antecipar conflitos de interesses e alinhar as expectativas das partes interessadas com a capacidade operacional do órgão, garantindo que as entregas sejam viáveis e sustentáveis.

A comunicação contínua é o instrumento utilizado para manter o engajamento e a transparência com todos os atores envolvidos. A Chefia de Gabinete assegura que as informações estratégicas e as atualizações de processos cheguem de maneira clara aos usuários dos serviços da SEAD, utilizando tanto canais oficiais quanto espaços de diálogo direto. Ao responder prontamente às demandas e sugestões, a unidade demonstra que leva em conta a visão do usuário para aperfeiçoar a jornada de serviços públicos. Esse modelo de relacionamento, baseado na reciprocidade e na responsabilidade corporativa, garante que a SEAD não apenas gere valor, mas o entregue de forma legítima, consolidando sua posição como uma instituição aberta, colaborativa e focada no impacto positivo para a sociedade goiana no curto, médio e longo prazos.

A relação da Gerência da Secretaria-Geral – GESG com as partes interessadas ocorre de forma eficiente, com atendimento ágil por meio dos canais oficiais de comunicação (E-mail, WhatsApp e Telefone) e de forma presencial. Busca-se, assim, compreender demandas apresentadas e promover soluções adequadas para eventuais questões que possam surgir no decorrer dos trâmites processuais.

Na esfera da Procuradoria Setorial, esta mantém interlocução institucional contínua com as unidades da SEAD, por meio do assessoramento jurídico prestado às demandas encaminhadas para análise, contribuindo para o alinhamento das decisões administrativas às diretrizes normativas e institucionais.

Destaca-se a atuação preventiva da unidade, realizada por meio de assessoramento direto em reuniões institucionais e espaços de diálogo com gestores, incluindo a participação de secretários e superintendentes, ocasião em que orientações jurídicas são apresentadas previamente, favorecendo soluções mais céleres e a adequada condução dos processos decisórios.

A unidade também atua em demandas originadas em outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que envolvam competências da SEAD, promovendo articulação interinstitucional e oferecendo orientação jurídica adequada às solicitações encaminhadas. Esse relacionamento institucional favorece a integração entre as áreas envolvidas, assegurando comunicação contínua e contribuindo para a qualificação das decisões administrativas e para a geração de valor público.

No tocante à Corregedoria Setorial, as principais partes interessadas na atuação abrangem as unidades administrativas da SEAD que demandam instrução e providências, os servidores públicos e demais pessoas físicas envolvidas nos processos de competência da Corregedoria, as pessoas jurídicas e fornecedores submetidos a processos de responsabilização, os procuradores que atuam nos autos, e o Cidadão que aciona a unidade, especialmente por meio de manifestações e denúncias encaminhadas pelos canais institucionais. Também integram esse conjunto os órgãos de controle e de assessoramento jurídico que interagem com a Unidade, conforme a natureza de cada processo.

Em regra, a atuação correcional se desenvolve a partir de procedimentos formalmente instaurados pelo titular da Pasta na qualidade de autoridade competente ou pela autoridade que recebeu delegação. Estabelece-se, dessa forma, uma atuação articulada junto ao Secretário e à Chefia de Gabinete, especialmente nos encaminhamentos e nas etapas decisórias dos processos, conforme as competências e os ritos aplicáveis.

O relacionamento com Gerências e Superintendências da SEAD ocorre de forma contínua, pois a instrução dos feitos correcionais, demanda requisição e consolidação de informações, obtenção de documentos, esclarecimentos técnicos e apoio às diligências, com registros formais e observância de prazos. Nesse contexto, a Corregedoria mantém articulação com a Ouvidoria, como canal de recebimento e encaminhamento de manifestações, com a Escola de Governo, visando o aperfeiçoamento técnico e a atualização dos servidores, com a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, para alinhamento e obtenção de informações funcionais necessárias à adequada instrução dos procedimentos, e com a Gerência de Convênios e Governança Corporativa, para tratar das medidas administrativas internas preliminares relacionadas às Tomadas de Contas Especiais.

Com relação aos servidores, ao fortalecer a conformidade e a responsabilização interna, a Corregedoria contribui indiretamente

para aprimorar o ambiente organizacional e a qualidade do atendimento da SEAD.

Com as partes processuais e seus representantes, a atuação se dá no âmbito dos procedimentos formalmente instaurados, assegurando imparcialidade, contraditório e ampla defesa, bem como orientações sobre trâmites, prazos e formas de protocolo, respeitados os limites de sigilo e de acesso aos autos.

No tocante à articulação externa, a Corregedoria mantém interlocução institucional com a CGE, para alinhamentos técnicos e orientações aplicáveis à atividade correcional; com a Procuradoria Geral do Estado, quando necessário, para suporte jurídico e consolidação de entendimentos; e com o TCE, especialmente no contexto das Tomadas de Contas Especiais, para encaminhamentos e atendimento de diligências. Além disso, para fins de instrução e elucidação de fatos, a Unidade frequentemente expede ofícios a órgãos e entidades externas, inclusive de outras Pastas e esferas, bem como a órgãos do Poder Judiciário, delegacias, Junta Comercial e cartórios, com a finalidade de obter informações e documentos relevantes ao curso processual, inclusive em hipóteses que demandam cautelas específicas de sigilo e tratamento de dados sensíveis.

As atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Setorial estão sempre associadas à transparência, controle e participação social intermediando a relação entre a SEAD com os usuários (interno e externo), com vistas ao aprimoramento da gestão. As partes interessadas são:

a) A Administração Pública;
b) O usuário interno; e
c) O usuário externo.

No âmbito da Administração Pública, a Unidade de Ouvidoria atua como instrumento estratégico de gestão, controle social e aprimoramento institucional, sendo responsável pelo tratamento das manifestações relacionadas às políticas públicas e aos serviços prestados pelo órgão, com foco na melhoria contínua da gestão e na qualificação do atendimento ao cidadão.

No atendimento aos usuários internos (servidores, aposentados e pensionistas) e externos (público em geral), a atuação da unidade orienta-se pela busca de soluções efetivas, observados os limites e parâmetros legais que regem a prestação do serviço público. Essa atuação contribui para o fortalecimento da confiança institucional e para o aumento do nível de satisfação dos usuários, evidenciando o compromisso da Ouvidoria com a resolutividade das demandas e com a promoção de respostas qualificadas e tempestivas.

No que se refere ao relacionamento institucional, a natureza transversal das atividades da Ouvidoria demanda interação permanente com todas as áreas e gerências da SEAD, considerando que a instrução e solução das manifestações dependem da articulação e do compartilhamento de informações entre as unidades administrativas.

Destaca-se, ainda, a atuação integrada com a Subcontroladoria de Governo Aberto e Ouvidoria-Geral da CGE, por meio de alinhamentos técnicos, orientações normativas e tratativas operacionais contínuas, contribuindo para o fortalecimento das práticas de governança, transparência, participação social e melhoria dos serviços públicos.

Quanto ao Escritório de Projetos Setorial, este desempenha papel relevante no fortalecimento do relacionamento institucional com as principais partes interessadas da SEAD, contribuindo para a geração, preservação e entrega de valor público. Sua atuação está direcionada à promoção de práticas estruturadas de engajamento, comunicação

contínua e articulação interinstitucional, assegurando que os interesses e necessidades legítimas dos diferentes atores envolvidos sejam compreendidos e considerados no planejamento e na execução das iniciativas estratégicas.

Considerando que os projetos são desenvolvidos em contextos organizacionais complexos, com múltiplas interações sociais e institucionais, o Escritório de Projetos Setorial orienta a adoção de práticas sistematizadas de identificação, análise e gestão das partes interessadas. Nesse sentido, são utilizados instrumentos e metodologias alinhados às boas práticas de gerenciamento de projetos, que possibilitam mapear os agentes envolvidos, avaliar seus níveis de interesse e influência e planejar estratégias de engajamento compatíveis com cada realidade institucional. Esse processo é iniciado na fase de concepção dos projetos e atualizado ao longo de todo o ciclo de vida das iniciativas.

A unidade também estimula a transparência e a comunicação estruturada com as partes interessadas, promovendo a disponibilização de informações claras e acessíveis sobre decisões, políticas, programas e projetos conduzidos pela Secretaria. Para isso, incentiva o estabelecimento de canais formais e permanentes de diálogo entre as áreas internas, órgãos parceiros, instâncias de governança, demais esferas do setor público e a sociedade, favorecendo a troca de informações, o alinhamento de expectativas e a resolução colaborativa de eventuais conflitos.

No âmbito da articulação interinstitucional, o Escritório de Projetos Setorial atua como facilitador da integração entre unidades administrativas, órgãos governamentais e demais parceiros estratégicos, contribuindo para a coordenação de processos e para o alinhamento de iniciativas que demandam atuação conjunta entre diferentes níveis e esferas da administração pública. Essa atuação fortalece a governança das políticas públicas, amplia a eficiência na execução das ações governamentais e potencializa a geração de resultados sustentáveis para a sociedade.

Adicionalmente, a unidade promove a disseminação de práticas que valorizam a participação, a equidade e a inclusão no relacionamento com as partes interessadas, incentivando abordagens colaborativas e a adoção de técnicas de mediação, negociação e comunicação estruturada. Essas práticas contribuem para o fortalecimento das relações institucionais, para o aumento do nível de engajamento dos atores envolvidos e para a elevação das taxas de sucesso das iniciativas estratégicas.

A Superintendência de Gestão Integrada mantém relacionamento contínuo, estruturado e orientado a resultados com seus públicos internos e externos. Sua atuação baseia-se na utilização de canais oficiais de comunicação e em práticas colaborativas que possibilitam compreender, considerar e responder aos interesses legítimos das partes interessadas, coordenar processos críticos e assegurar a geração, preservação e entrega de valor público.

O público interno é composto pelos órgãos e entidades da Administração Estadual que demandam suporte técnico e orientação, além dos servidores vinculados à SEAD. Suas demandas abrangem informações funcionais e orientações sobre processos administrativos relacionados à execução orçamentária e financeira, compras, logística, infraestrutura, contabilidade, planejamento e dados. O público externo inclui fornecedores, locatários, municípios, secretarias municipais e entidades civis envolvidas em transferências voluntárias, cujas principais necessidades dizem à emissão de certidões de adimplência referentes a exercícios anteriores a 2011.

A comunicação com esses públicos ocorre principalmente por meio do e-mail institucional, utilizado para comunicações formais,

esclarecimentos técnicos e envio de documentos, do Sistema Eletrônico de Informações, empregado para tramitação, assinatura e arquivamento de documentos oficiais, e do telefone institucional, utilizado para atendimentos imediatos e alinhamentos operacionais. Complementarmente, utiliza-se o WhatsApp, em caráter profissional, como recurso de comunicação ágil para demandas que exigem respostas rápidas e coordenação entre equipes internas e atores externos. Além desses canais, são empregadas reuniões técnicas, oficinas, diligências, visitas, mapeamentos e outras interações necessárias ao tratamento dos temas sob responsabilidade de cada área.

As interações desenvolvidas pelas gerências seguem dinâmicas específicas:

A Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial mantém articulação constante com unidades de atendimento ao cidadão e setores de inovação e, sempre que necessário, com as unidades Vapt Vupt, assegurando atualizações contínuas sobre demandas estruturais e promovendo condições adequadas de funcionamento.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos relaciona-se ativamente com áreas internas, órgãos parceiros e redes de inovação, utilizando oficinas, reuniões técnicas e entregas formais para fomentar melhorias e padronizar fluxos.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa mantém comunicação organizada com municípios, entidades privadas sem fins lucrativos, órgãos de controle e unidades internas, garantindo segurança jurídica, conformidade e clareza nas orientações relativas às transferências voluntárias.

A Gerência de Apoio Administrativo e Logístico mantém interlocução permanente com servidores, colaboradores terceirizados, demais gerências da SEAD e órgãos que utilizam serviços compartilhados, assegurando logística, manutenção, patrimônio e gestão contratual adequados às necessidades operacionais.

A Gerência de Execução Orçamentária e Financeira dialoga continuamente com a Secretaria de Estado da Economia, gestores de contrato e unidades internas, assegurando estabilidade financeira e coerência entre planejamento e execução da despesa.

A Gerência de Compras Governamentais promove comunicação estruturada com áreas requisitantes, fornecedores e órgãos de controle, fundamentada em transparência, publicidade dos atos e isonomia.

Na área de atuação da GPI o alinhamento entre os titulares das unidades básicas e complementares é elemento-chave para a implementação da governança e das diretrizes estratégicas, abrangendo o Plano Plurianual, o Plano Estratégico — por meio da metodologia OKR - Objetivos e Resultados-Chave, além da aderência à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como o acompanhamento dos projetos que compõem o Portfólio da SEAD.

O fluxo contínuo de informações e a comunicação eficaz entre a GPI e as unidades da Pasta asseguram o alinhamento das iniciativas às prioridades institucionais, tanto no nível estratégico quanto operacional.

A transparência e o compartilhamento sistemático de dados relativos ao Plano de Governo, instrumentos de planejamento e execução orçamentária, bem como ao monitoramento de projetos, promovem uma visão integrada das atividades e fortalecem a cooperação entre os setores.

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados interage de forma transversal com todas as áreas da Secretaria, realizando coleta e qualificação de dados, automação de processos, geração de relatórios e acompanhamento de metas.

A Gerência de Contabilidade mantém relação contínua com unidades internas, órgãos setoriais, órgãos de controle e instituições financeiras, assegurando conformidade contábil, qualidade das demonstrações e segurança das informações.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas mantém comunicação contínua com servidores, unidades setoriais e diretorias da SEAD, oferecendo orientações sobre carreira, benefícios, movimentações, capacitação e registros funcionais. Para facilitar o acesso às informações, a Gerência utiliza múltiplos canais, entre eles um *chatbot* que disponibiliza serviços e consultas de forma ágil, permitindo que o servidor obtenha rapidamente orientações sobre processos, férias, folha, contracheque, recadastramento e declarações. Além disso, mantém um ambiente estruturado no SharePoint, onde são disponibilizadas cartilhas, fluxos, normativos e materiais de apoio que padronizam as orientações e fortalecem a autonomia do usuário. Esses recursos são complementados por atendimentos via e-mail institucional, SEI, telefone e reuniões técnicas, garantindo comunicação abrangente, integrada e alinhada às normas de gestão de pessoas.

A comunicação praticada pela Superintendência observa princípios de padronização de fluxos, segregação de funções, revisões técnicas e registro formal das decisões no SEI, assegurando rastreabilidade, integridade, confiabilidade e transparência das informações.

Como resultado, as práticas adotadas favorecem a coordenação entre áreas, promovem integração interinstitucional, reduzem inconsistências e conferem maior previsibilidade às rotinas administrativas. Esses elementos fortalecem a qualidade do atendimento ao cidadão, a segurança jurídica das contratações e a consolidação de uma gestão orientada a resultados, alinhada às diretrizes superiores da SEAD e ao interesse público.

No âmbito da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, o relacionamento com as partes interessadas concentrou-se na articulação com a PGFN para tratamento do passivo federal e com os municípios parceiros para execução da Regularização Fundiária Urbana – REURB. O diálogo buscou alinhar prazos, exigências e fluxos de trabalho, conciliando a redução progressiva de repasses estaduais com a segurança jurídica dos ocupantes dos imóveis e a condução do processo de liquidação de forma ordenada, com previsibilidade e controle.

No tocante à Escola de Governo, esta prioriza a relação com suas partes interessadas, fator fundamental para o sucesso na sua atuação. O entendimento profundo e contínuo dos interesses e necessidades dessas partes, aliado a uma comunicação transparente e eficaz, fortalece a confiança e contribui para a efetividade na entrega de valor à sociedade.

Abaixo, destacam-se algumas formas de comunicação e interação com o público da referida Diretoria Executiva:

- A secretaria escolar, com atendimento direto aos alunos, bem como aos interessados que procuram a escola, quer de forma presencial ou virtual;
- As pesquisas de reação/satisfação aplicadas a cada evento/curso/oficina ministrados. O índice de satisfação referente às ações educacionais de 2025 foi de 98,88% (percentual de bom e ótimo);
- As seleções e interações com os instrutores internos da escola. Os professores são selecionados por meio de processo

seletivo e após seu ingresso no quadro docente, são realizadas reuniões de alinhamento, bem como o acompanhamento das atuações pelos coordenadores de cursos (que são servidores da escola que coordenam áreas temáticas de capacitações);
- As articulações com a Rede de Pessoas, especialmente as gerências de gestão e desenvolvimento de pessoas dos órgãos/entidades, por meio de reuniões e encontros virtuais nos quais são divulgadas as ações da escola para repasse aos servidores em geral;
- Reuniões técnicas e eventos com outras instituições públicas parceiras;
- O Levantamento de Necessidades de Capacitações dos órgãos/entidades do Poder Executivo (anual).

Quanto à DESSS, esta mantém relacionamento, especialmente, com servidores públicos estaduais, órgãos e entidades do Poder Executivo e áreas de gestão de pessoas – GGDPs, bem como busca compreender e considerar as necessidades desse público por meio de articulação técnica, acompanhamento de demandas e utilização de mecanismos formais de comunicação institucional.

No exercício de 2025, a Diretoria Executiva deu continuidade ao fortalecimento do relacionamento institucional e à melhoria da transparência das informações, com iniciativas orientadas à qualificação do fluxo comunicacional e ao apoio às áreas finalísticas.

Como mecanismos de escuta, foram realizadas pesquisas de satisfação e levantamentos junto às GGDPs, cujos resultados vêm subsidiando a identificação de oportunidades de melhoria nos fluxos de comunicação e atendimento.

De modo geral, as ações desenvolvidas têm contribuído para ampliar a disponibilidade de informações e aprimorar gradualmente a experiência dos usuários. Observa-se, ainda, que a integração com essas áreas permanece como ponto de atenção para a unidade.

No tocante à Superintendência de Sistemas de Informação, apesar de não consistir em uma área finalística da SEAD, realiza a gestão de uma série de recursos tecnológicos e humanos para o devido apoio aos processos de negócio da Secretaria, que geram e entregam valor diretamente ao cidadão. Neste sentido, as partes interessadas são as unidades básicas e complementares da pasta, além das unidades de atendimento ao cidadão, os Vapt Vupts.

Além dessas, figuram ainda como stakeholders da SSI a Subsecretaria de Tecnologia da Informação – STI/SGG, que atua como Unidade Central de Tecnologia da Informação no Estado de Goiás, e os fornecedores que prestam serviço ou fornecimento de material para a Superintendência de Sistemas de Informação.

A SSI e suas unidades vinculadas buscam constantemente construir um bom relacionamento e reforçar seu compromisso institucional com todas as partes interessadas, pautando sempre pelo diálogo, transparência e responsabilidade.

Pode-se afirmar que nos últimos anos houve uma maior aproximação entre as partes interessadas e a área de TI. Tal aproximação teve um impacto significativo nos resultados alcançados por alguns projetos. Ademais, a comunicação regular dos resultados aos stakeholders garante a transparência necessária às prestações de contas, reforçando o papel estratégico da TI como parceira fundamental na realização da missão organizacional.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, no que tange à área de compras, a SCC mantém relacionamento estruturado e colaborativo com suas principais partes interessadas, buscando compreender e atender a seus legítimos interesses e

necessidades. A articulação interinstitucional e a coordenação de processos são continuamente estimuladas, com vistas ao fortalecimento da integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, contribuindo para a geração, a preservação e a entrega de valor público.

A comunicação institucional é tratada como eixo estratégico, sendo conduzida de forma contínua e transparente, de modo a promover o engajamento das partes interessadas e o alinhamento das ações desenvolvidas. Nesse contexto, são realizadas reuniões técnicas e institucionais entre as pastas envolvidas sempre que necessário, visando o alinhamento de demandas, o acompanhamento de ações e à resolução de questões estratégicas. Adicionalmente, são promovidas reuniões mensais com os gerentes da Rede de Contratações – REDECON, destinadas à apresentação e ao acompanhamento das entregas da SCC, bem como à troca de experiências, ao compartilhamento de boas práticas e à coleta de feedback, fortalecendo a governança e a integração das contratações públicas no âmbito estadual.

Quanto à área de patrimônio imobiliário, a interação com as partes interessadas ocorre por meio da REDEPAT e das ações relacionadas à Regularização Fundiária, envolvendo articulação institucional e atendimento às demandas dos ocupantes de imóveis estaduais e dos órgãos e entidades públicas, com foco na geração e entrega de valor público.

Quanto à área de patrimônio mobiliário e logística, a SCLPM mantém canal continuamente aberto com todos os órgãos e entidades da administração pública estadual. A atuação é realizada por meio de reuniões periódicas, atendimentos, treinamentos, capacitações, parcerias com a Escola de Governo, e demais ações. No caso do Patrimônio Mobiliário, a REDEPAT é o mecanismo formal de interação contínua. No caso das demais áreas, a interação, ainda que não formalizada, acontece utilizando o mesmo modelo da Rede. Cada interação é recebida, analisada e tratada com vistas a orientar, apoiar, monitorar e oferecer a melhor solução possível para a demanda apresentada, sendo a solução destacada como modelo de ação para os interessados.

Além disso, a SCLPM mantém canal aberto com os demais entes públicos e, quando necessário, com fornecedores de serviços e materiais, visando à interlocução transparente e à solução de eventuais problemas. Atua também no monitoramento dos contratos de fornecimento executados pelas centrais, para garantir a fiel execução de seus termos.

Somando-se às inovações tecnológicas, a Gerência de Patrimônio Mobiliário – GEPMO manteve suporte técnico contínuo às unidades setoriais, estruturado em dois ciclos estratégicos de capacitação. O primeiro ciclo consistiu em treinamento presencial focado na utilização do Sistema de Patrimônio Mobiliário - SPM, alcançando 173 servidores. O segundo ciclo foi viabilizado por meio da Escola de Governo, com a oferta do curso de Inventário Patrimonial de Bens Móveis, que registrou 226 alunos concluintes em duas turmas.

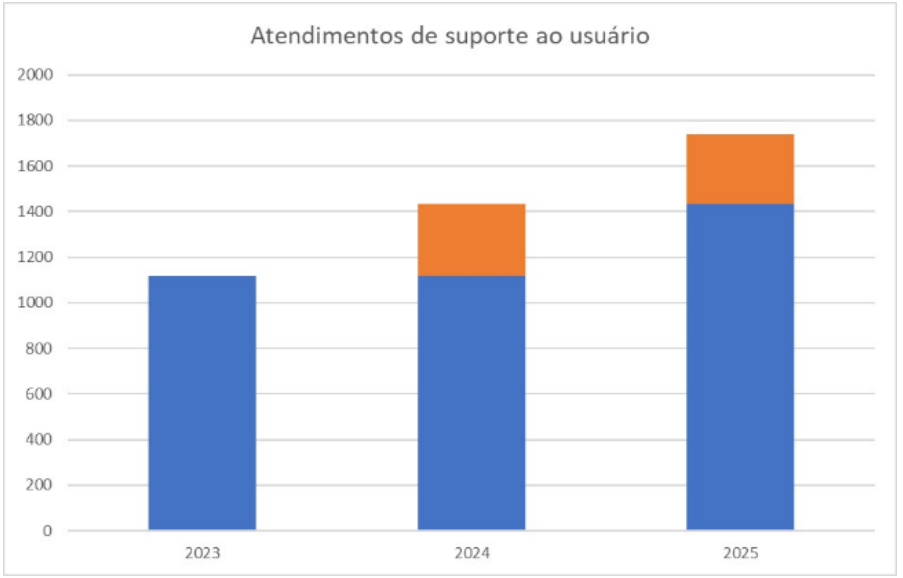
Figura 49 – Ciclos de treinamentos SPM



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

A GES mantém relações com 39 órgãos estaduais, com 1.237 usuários no SIGMATE e 340 servidores capacitados, considerando necessidades identificadas por meio de feedbacks em capacitações e fóruns mensais. A articulação interinstitucional ocorre, inclusive, com a Escola de Governo, contribuindo para avanços na gestão de 21.888 itens de estoque. A comunicação é realizada de forma contínua, por meio de canais como WhatsApp (62 3201-8781) e e-mail institucional sigmate@goias.gov.br, com registro de 1.740 suportes atendidos, fortalecendo a integração entre executores e beneficiários das políticas públicas.

Gráfico 5 – Atendimentos de suporte ao usuário



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, tem-se que a Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro mantém relacionamento contínuo e estruturado com suas principais partes interessadas, compreendidas pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, instituições responsáveis pela contratação dos aprendizes, unidades administrativas de lotação, parceiros institucionais e os próprios adolescentes e jovens beneficiários do Programa.

A Coordenação atua de forma articulada, considerando os interesses e as necessidades legítimas das partes envolvidas, por meio de

comunicação permanente, orientações técnicas, alinhamento de procedimentos e acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelos aprendizes. Essa atuação visa assegurar a adequada execução do Programa e o atendimento às demandas institucionais e operacionais.

No âmbito da articulação interinstitucional, a Coordenação promove a integração entre os diferentes órgãos e unidades, coordenando fluxos de informações, encaminhamentos e providências relacionadas à lotação, acompanhamento e gestão dos aprendizes, contribuindo para a melhoria dos processos e para o fortalecimento da atuação conjunta no setor público.

A comunicação é realizada de forma contínua e eficaz, utilizando canais formais, como e-mails, reuniões, orientações técnicas e visitas in loco, quando necessário, garantindo transparência, alinhamento de expectativas e respostas tempestivas às demandas apresentadas.

Dessa forma, a Coordenação contribui para a geração, preservação e entrega de valor público, ao fortalecer as relações institucionais, aprimorar a integração entre os atores envolvidos e assegurar que os objetivos do Programa sejam alcançados em benefício dos jovens aprendizes e da sociedade.

Quanto à SCTP, a articulação com os órgãos e entidades estaduais é estruturada por meio da rede da área de inovação da gestão e dos serviços públicos - Rede TransformaGOV, regulamentada pelo Decreto nº 10.287/2023, que integra servidores estratégicos responsáveis pela geração de valor ao cidadão e pela implementação das agendas de transformação da gestão e dos serviços públicos. A Rede TransformaGOV, bem como as suas subredes, têm como finalidade promover o alinhamento institucional e o engajamento das equipes com as diretrizes estratégicas de modernização administrativa, assegurando atuação coordenada, colaborativa e orientada a resultados no âmbito do Poder Executivo estadual.

A Rede TransformaGOV, e suas subredes, reúnem representantes das Superintendências e Diretorias de Gestão Integrada, Gerências de Planejamento Institucional, Gerências de Modernização Institucional e responsáveis pelos processos e serviços finalísticos dos órgãos e entidades estaduais, constituindo um arranjo estruturado de governança colaborativa e integração interinstitucional. A coordenação das ações ocorre por meio de reuniões periódicas, operações assistidas, oficinas técnicas e agendas de assessoramento conduzidas pelas unidades da SCTP, realizadas em formatos presencial e virtual, fortalecendo a disseminação de metodologias, o alinhamento estratégico e a qualificação contínua das entregas institucionais.

Mantém-se relacionamento contínuo e estruturado com suas principais partes interessadas, internas e externas, buscando compreender necessidades, expectativas e demandas para orientar a execução das ações e o aprimoramento contínuo dos processos e serviços. Essa atuação é pautada pela transparência, cooperação interinstitucional e aderência às diretrizes estratégicas da SEAD.

No âmbito externo, considera o usuário dos serviços públicos (cidadãos e empresas) como referência central para o aprimoramento das entregas, utilizando informações provenientes de demandas formais, manifestações, avaliações e interações institucionais para subsidiar decisões e priorização de melhorias.

Quanto à SGAC, esta mantém relacionamento contínuo, estruturado e transparente com suas principais partes interessadas, buscando compreender, de forma sistemática, suas necessidades, expectativas e demandas, a fim de assegurar a geração e entrega de valor público.

Constituem-se como principais partes interessadas:

- Cidadãos usuários dos serviços disponibilizados nas Unidades Vapt Vupt e Expresso Balcão;
- Órgãos e entidades que compõem as unidades de atendimento;
- Prefeituras e empreendedores parceiros;
- Colaboradores da Superintendência e das unidades de atendimento; e
- Demais áreas da Secretaria de Estado da Administração.

No âmbito externo, o cidadão é considerado referência central para o aprimoramento dos serviços. A Superintendência utiliza múltiplos canais de comunicação e escuta ativa, como os portais institucionais (Vapt Vupt, SEAD e Expresso), registros de manifestações na Ouvidoria, pesquisas de satisfação e monitoramento de indicadores operacionais. As informações coletadas são sistematicamente avaliadas e tratadas, subsidiando ações corretivas, preventivas e de melhoria contínua, especialmente no que se refere à qualidade do atendimento, tempo de espera e organização dos fluxos.

No relacionamento com os órgãos parceiros que integram as unidades, a articulação ocorre por meio de reuniões técnicas, alinhamentos operacionais, pactuação de fluxos e acompanhamento de indicadores de desempenho, assegurando integração entre os diferentes entes públicos e maior eficiência na prestação dos serviços.

Quanto às partes interessadas internas, a SGAC promove reuniões periódicas, encontros com coordenadores das unidades e comunicação institucional contínua, visando à disseminação de diretrizes, alinhamento estratégico, compartilhamento de informações e fortalecimento do engajamento das equipes. Essa coordenação contribui para a padronização dos procedimentos, melhoria da governança e qualificação das entregas à sociedade.

A atuação integrada com as demais áreas da SEAD reforça o alinhamento institucional, garantindo suporte adequado nas áreas de planejamento, orçamento, tecnologia da informação e controle interno.

Dessa forma, a SGAC consolida um modelo de relacionamento pautado na cooperação interinstitucional, na comunicação contínua e na escuta ativa, assegurando que as legítimas necessidades das partes interessadas sejam consideradas no planejamento e na execução das ações, com foco na melhoria dos serviços e na geração sustentável de valor público.

Figura 50 – Encontro de líderes Vapt Vupt



Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

Quanto à SUPERINOVA, esta mantém relacionamento contínuo e estruturado com suas principais partes interessadas, compreendidas, sobretudo, pelos órgãos e unidades da administração pública estadual, pelos servidores públicos envolvidos nas iniciativas, pelos parceiros institucionais e pelos atores do ecossistema de inovação, como startups, universidades e instituições de pesquisa. Esse relacionamento é orientado pela compreensão das necessidades das áreas demandantes, pela escuta ativa e pela construção conjunta de soluções para desafios da gestão pública.

A articulação interinstitucional ocorre por meio dos projetos desenvolvidos em parceria com as secretarias, que envolvem mapeamento de problemas, definição colaborativa de desafios, acompanhamento das etapas de execução e apoio técnico permanente às equipes dos órgãos participantes. Essa dinâmica favorece a integração entre diferentes áreas do Governo do Estado, fortalece a coordenação dos processos e amplia a capacidade institucional de geração de valor público.

A comunicação com as partes interessadas é realizada de forma contínua, por meio de reuniões técnicas, oficinas, eventos, ações de disseminação da cultura de inovação, produção de materiais orientativos e canais institucionais, assegurando transparência, alinhamento de expectativas e adequado acompanhamento das iniciativas. Dessa forma, a Superintendência contribui para a construção de relações colaborativas, para o atendimento dos interesses legítimos dos envolvidos e para a entrega de resultados que impactam positivamente a gestão pública e, de forma indireta, os cidadãos usuários dos serviços públicos.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, esta entende como partes interessadas, além da sociedade, as 13 empresas estatais ativas no Estado de Goiás, suas respectivas secretarias jurisdicionantes, bem como a Secretaria de Estado da Economia, a Controladoria-Geral do Estado e demais órgãos de controle.

Essa relação ocorre por meio de ações de comunicação e mediação de interesses entre empresas, governos e sociedade no que tange às competências da SEAD para melhoria da governança das empresas.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, como integrantes da Unidade Central de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, a SUCEP e a SUGEP, bem como suas unidades subordinadas, relacionam-se diretamente com as demais unidades centrais e as unidades setoriais, representadas pelas Gerências de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas dos órgãos e entidades estaduais, ou equivalente, e suas chefias imediatas, representadas pelas Superintendências/Diretorias de Gestão Integrada, lidando apenas, em casos específicos, diretamente com os servidores públicos e os cidadãos.

O relacionamento entre unidade central e unidades setoriais promove a parceria necessária para que as políticas estratégicas de pessoal sejam executadas e impactem no objetivo final, que é a melhoria da gestão e do desenvolvimento dos servidores estaduais.

Já no caso do acompanhamento dos gastos com pessoal em contratos, o relacionamento da SUCEP se dá, também, com as unidades dos órgãos e entidades públicas responsáveis pela gestão dos contratos de gestão ou das contratações terceirizadas, envolvendo, ainda, as organizações sociais e as empresas contratadas.

Quanto à SURES, esta tem como premissa na condução dos seus projetos e ações, o relacionamento com os atores/partes

interessadas que fazem parte dos resultados cada vez mais promissores que vêm sendo apresentados nos últimos anos.

Essa relação se dá em ações pontuais realizadas, na comunicação constante e diária por meio presencial e virtual, bem como no foco de aperfeiçoamento dos canais de atendimento.

Para esse fim, destacam-se:

- A assessoria técnica, com atendimento direto aos órgãos/entidades públicas com demandas para processos seletivos e/ou concursos públicos, seja por meio presencial ou virtual;
- As articulações com as gerências de gestão e desenvolvimento de pessoas dos órgãos/entidades públicas, com demandas para processos seletivos e/ou concursos públicos, por intermédio de reuniões, encontros presenciais e virtuais, nos quais são divulgadas as ações da superintendência para repasse aos servidores em geral.



PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

19 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

A Comunicação Setorial gerencia os canais institucionais da SEAD e executa todo o relacionamento com a imprensa. Seus canais de comunicação são:

- Telefone: (62) 3201-5729; e
- E-mail: kattia.rodrigues@goias.gov.br.

O principal canal de comunicação oficial da Chefia de Gabinete é por meio do WhastApp. Sob coordenação da Gerência da Secretaria-Geral, existem também os seguintes canais:

- Telefones: (62) 3201-5780 e (62) 3201-5787;
- WhatsApp: (62) 3201-5780; e
- E-mail: gesg.administração@goias.gov.br.

No tocante à Gerência da Secretaria-Geral, a interação ocorre por meio do atendimento direto ao público no Gabinete e do fornecimento de informações sobre a tramitação de processos de interesse comum. A GESG atua como ponto de contato para o recebimento de convites e pleitos direcionados à alta gestão.

A unidade também responde de forma célere a pedidos de acesso à informação, garantindo que o cidadão receba dados precisos sobre os atos normativos da SEAD. Esse diálogo constante fortalece a transparência e a imagem institucional perante a sociedade.

A GESG possui os seguintes canais:

- Telefone: (62) 3201-5780;
- WhatsApp: (62) 3201-5780; e
- E-mail: gesg.administração@goias.gov.br.

Quanto à Procuradoria Setorial, esta realiza a comunicação com as partes interessadas no âmbito de suas atribuições institucionais por meio dos fluxos administrativos formais da Secretaria de Estado da Administração, especialmente na interlocução com unidades internas e órgãos da Administração Pública que encaminham demandas para análise jurídica.

A comunicação ocorre prioritariamente por sistemas institucionais e meios oficiais de registro das informações, assegurando rastreabilidade, transparência e observância às normas relacionadas à proteção de dados e ao sigilo legal. Ferramentas digitais de comunicação são utilizadas como apoio às rotinas administrativas, contribuindo para a orientação ágil das demandas encaminhadas à unidade.

Canais da Procuradoria Setorial:

- Telefone: (62) 3201-5758; e
- E-mail: rodrigo.cchueiri@pge.go.gov.br.

A Corregedoria Setorial utiliza canais institucionais para comunicação e recebimento de demandas, com foco em formalização, rastreabilidade e observância do sigilo quando aplicável. Os principais canais de comunicação com a sociedade e com as partes interessadas são:

a) SEI, para recebimento de expedientes internos, portarias instauradoras, encaminhamentos e juntada formal de documentos;
b) O telefone institucional (62 3201-2731), para orientações gerais sobre trâmites e andamento processual, respeitados os limites legais de acesso às informações;

c) Aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) vinculado ao número institucional (62 3201-2731), utilizado para contato com servidores, procuradores dos autos e cidadãos, para recepção de documentos e esclarecimentos iniciais, com posterior formalização quando necessário;
d) E-mails institucionais, quais sejam: ctce.sead@goias.gov.br e corregedoriasetorial.administracao@goias.gov.br, utilizados para comunicação mais célere com outras unidades, envio e recebimento de ofícios e documentos, bem como para comunicação com partes e seus representantes legais, quando cabível.

Adicionalmente, as manifestações e denúncias apresentadas pela sociedade, em regra, são registradas e encaminhadas por meio do Sistema de Gestão de Ouvidoria – SGOe, conforme os fluxos institucionais aplicáveis, com posterior tratamento e apuração no âmbito da Corregedoria, quando cabível.

A Gerência da Ouvidoria Setorial da SEAD disponibiliza os seguintes canais de atendimento:

- Site: https://goias.gov.br/administracao/fale-conosco/;
- E-mail: ouvidoria.administracao@goias.gov.br;
- Central de atendimento: (62) 3201-5739 / (62) 3201-5743;
- Endereço: Rua 82, nº 400 Ed. Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 7º andar - Setor Central – CEP: 74.015-908 - Goiânia–GO; e
- O horário de atendimento da Ouvidoria Setorial da SEAD é das 8h às 18h.

No Portal Expresso, por meio do *link* https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria, o registro de manifestação está disponível 24h por dia, todos os dias.

O Escritório de Projetos Setorial mantém comunicação estruturada e contínua com as partes interessadas, utilizando diferentes canais institucionais que garantem transparência, acessibilidade às informações e fortalecimento da governança pública. Entre os principais meios de comunicação destacam-se o site SharePoint do Escritório de Projetos Setorial, e-mails institucionais e aplicativos de mensagens instantâneas, os quais são utilizados conforme a natureza da informação e o público-alvo envolvido.

O site no SharePoint desempenha papel relevante na divulgação de informações sobre programas, projetos, resultados institucionais, normativos e orientações técnicas, permitindo amplo acesso da rede de Gestão de Projetos às ações desenvolvidas pelo Escritório.

A atuação do Escritório de Projetos Setorial está fundamentada na cultura organizacional, nos princípios éticos e nos valores institucionais da SEAD, refletindo-se na forma como são conduzidas as relações com as partes interessadas e na gestão dos recursos públicos. A unidade orienta suas práticas pela transparência, integridade, responsabilidade, cooperação institucional e foco na geração de valor público, assegurando que as interações sejam pautadas pelo respeito, pela equidade e pelo compromisso com a qualidade dos resultados entregues à sociedade.

Canais do Escritório de Projetos:

- Telefone: (62) 3201-5719;
- E-mail: priscila.meira@goias.gov.br; e
- *SharePoint*: https://goiasgovbr.sharepoint.com/sites/sead-projetos.

No que diz respeito à Superintendência de Gestão Integrada a comunicação com a sociedade e com as partes interessadas ocorre por meio de canais oficiais e instrumentos consolidados de informação, seguindo as práticas descritas pelas unidades organizacionais.

O site institucional permanece como o principal ambiente público de divulgação de informações, serviços, orientações técnicas, documentos oficiais e conteúdos relacionados às atividades administrativas, funcionando como referência para órgãos parceiros, cidadãos e fornecedores. Os perfis e páginas da SEAD nas mídias sociais complementam essa divulgação, ampliando o alcance das informações e fortalecendo a transparência ativa da Administração.

A comunicação direta com partes interessadas, especialmente órgãos da Administração Estadual, municípios, fornecedores, entidades civis e servidores, é realizada predominantemente por meio de e-mail institucional, telefone, SEI e aplicativos de mensagens instantâneas. Esses canais asseguram comunicação ágil e contínua, favorecem o alinhamento técnico-operacional e possibilitam respostas tempestivas a demandas de natureza administrativa, financeira, contratual, orçamentária, logística e funcional. A interação é reforçada por reuniões técnicas, oficinas, diligências, visitas e mapeamentos que complementam a comunicação digital e contribuem para a construção conjunta de soluções entre as partes interessadas.

No âmbito da gestão de pessoas, além dos meios tradicionais, destaca-se o uso de um *chatbot* institucional que centraliza informações e orientações relativas a processos funcionais, férias, contracheque, folha de pagamento, recadastramento, abertura de processos e emissão de declarações. Adicionalmente, a SEAD mantém repositórios no SharePoint com cartilhas, fluxos, normativos e materiais de apoio, permitindo o acesso organizado e padronizado às informações, reforçando a autonomia e segurança informacional dos servidores.

As manifestações provenientes da sociedade, servidores, fornecedores e prestadores de serviço também são acolhidas por meio da Ouvidoria e dos mecanismos previstos na Lei de Acesso à Informação, que registram e tratam solicitações, reclamações, denúncias, elogios, sugestões e pedidos de acesso a informações públicas. Esses instrumentos asseguram transparência, participação social e controle, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos internos e para o cumprimento dos princípios da administração pública, fortalecendo a confiança e o diálogo entre a SEAD e seus diversos públicos.

As práticas de participação cidadã se materializam em interações institucionais com municípios, entidades parceiras, órgãos de controle e usuários dos serviços, mediante reuniões, comitês, consultas técnicas e articulações permanentes realizadas pelas gerências. Esses espaços fortalecem a cooperação, alinham expectativas e ampliam a capacidade de resposta da SEAD frente às demandas que envolvem serviços públicos estaduais.

A cultura organizacional, a ética e os valores da SEAD se refletem na forma como esses canais são utilizados: promovem comunicação clara, respeito às normas, profissionalismo, integridade, transparência e foco no interesse público. A padronização dos fluxos, a segregação de funções e a formalização das decisões no SEI reforçam a responsabilidade administrativa e a qualidade das interações com a sociedade e com as partes interessadas, garantindo que os canais de comunicação funcionem como instrumentos de confiança, eficiência e fortalecimento da gestão pública.

Na seara da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, a comunicação com a sociedade e com as partes interessadas ocorreu principalmente por meio de atendimento direto nos bairros, durante os mutirões de regularização fundiária, e por atendimento presencial na sede da Diretoria. As orientações aos beneficiários foram complementadas por divulgação local e registros institucionais, garantindo transparência e informações suficientes para organização documental e acompanhamento das etapas da REURB-S.

Canais da DELE:

- Telefone: (62) 3201-5776;
- E-mail:bruno.basilva@goias.gov.br; liquidação.administracao@goias.gov.br.

Quanto à Diretoria Executiva da Escola de Governo, tem-se como instrumentos de comunicação direta com seu público-alvo e a comunidade em geral:

- Secretaria Escolar: na sede da escola, com atendimento presencial, por telefone (62) 3201-9263/9261/9267, e-mail roberta.costa@goias.gov.br e WhatsApp;
- Site https://www.escoladegoverno.go.gov.br/: onde são divulgadas informações institucionais e sobre todas as ações da escola, com acesso ao Portal do Aluno, materiais diversos sobre capacitações, inovação, concursos públicos e seleções;
- Instagram (@escolagovgoias): canal com divulgações rápidas sobre cursos com inscrições abertas, eventos, oficinas, seleções, além de dicas e demais informações inerentes à Escola de Governo.

Um dos elos de relacionamento mais importantes para a Diretoria Executiva da Escola de Governo é o estabelecido com os parceiros da Rede de Gestão de Pessoas do Estado, instituída por meio do Decreto nº 10.275, de 22 de junho de 2023, como unidade central de capacitação. Existe um canal direto com os responsáveis pela gestão de pessoas setoriais que atuam nos órgãos e entidades e participação nos eventos promovidos pela Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

No âmbito da DESSS, esta utiliza múltiplos canais institucionais para comunicação com servidores públicos estaduais, órgãos e demais partes interessadas. Esses canais mantiveram funcionamento regular em 2025 com destaque para o teleatendimento como importante porta de entrada do usuário e para a Intranet como instrumento interno de padronização e disseminação de orientações técnicas.

No ambiente digital, a DESSS manteve a atualização contínua de informações por meio do website da SEAD, do Google institucional e de outros meios eletrônicos corporativos. Os indicadores de acesso demostram utilização consistente desses canais para a busca de informações institucionais, reforçando seu papel como meios relevantes de orientação ao usuário.

As demandas de Ouvidoria relacionadas à DESSS são tratadas pelos canais corporativos da SEAD, em observância aos fluxos institucionais e aos prazos legais estabelecidos. As manifestações recebidas, somadas às pesquisas de satisfação conduzidas pela unidade, vêm sendo utilizadas como ferramentas para a identificação de oportunidades de melhoria nos processos de comunicação e atendimento.

Em sua atuação nos canais de comunicação, a Diretoria observa os princípios de ética, respeito ao usuário, transparência administrativa e resguardo do sigilo profissional, especialmente em razão da natureza sensível das informações de saúde do servidor.

De modo geral, os canais de comunicação utilizados em 2025 contribuíram para ampliar a oferta de orientações aos usuários e apoiar o acesso às informações institucionais. Permanecem oportunidades de aprimoramento na integração dos meios de atendimento e a DESSS segue empenhada no aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos de comunicação, em consonância com as diretrizes da SEAD e com o objetivo de fortalecer a geração de valor público. Abaixo, canais de comunicação da DESSS:

- Teleatendimento: (62) 3201-6800;
- Telefone: (62) 3201-6829; e
- E-mail: fabio.pascholati@goias.gov.br.

Quanto à Superintendência de Sistemas de Informação, esta não possui um canal direto de comunicação com a sociedade. Entretanto, por meio da utilização de ferramentas do Sistema de Gestão de Demandas – SGD, implantado na SEAD, é possível colher feedbacks das partes interessadas, garantindo maior qualidade de comunicação e coleta de sugestões, utilizadas para melhorar os processos internos. Ademais, considerando o fluxo de entregas contínuas realizadas pelas unidades administrativas da Superintendência de Sistemas da Informação, são realizadas periodicamente reuniões de alinhamento com as partes interessadas, de forma que as decisões e novas ações sejam realizadas cooperativamente e de forma mais precisa. Abaixo, canais de comunicação da SSI:

- Telefone: (62) 3201-8705; e
- E-mail: raissa.vieira@goias.go.br.

No âmbito da SUBLP, quanto à área de Compras, esta utiliza diversos canais institucionais para interação com a sociedade, fornecedores e demais partes interessadas, garantindo transparência, acesso à informação e participação cidadã.

O principal canal é o site do Sistema de Logística do Estado de Goiás – SISLOG, por meio do link https://sislog.go.gov.br/. No SISLOG, são disponibilizados serviços de *help desk*, além de atendimento por e-mail e telefone.

- E-mails institucionais: centraldecontratos@goias.gov.br; sislog@goias.gov.br; cadfor@goias.gov.br;
- Telefones: (62) 3201-8765 - Suporte/Atendimento; (62) 3201-8766 - Cadastro de Fornecedores – CADFOR.

As informações relativas a licitações e contratos estão disponíveis no Portal da Transparência do Estado de Goiás:
https://transparencia.go.gov.br/licitacoes-sislog/
https://transparencia.go.gov.br/licitacoes/
https://transparencia.go.gov.br/contratos/

As demandas relacionadas à Ouvidoria e à Lei de Acesso à Informação – LAI são tratadas com diligência, por meio da Ouvidoria Geral do Estado: https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria

As demandas recebidas são encaminhadas e respondidas via SEI - Sistema Eletrônico de Informações, garantindo formalidade, rastreabilidade e transparência.

A atuação da área reflete os valores institucionais de ética, responsabilidade e compromisso com o interesse público, promovendo acesso à informação e fortalecimento do controle social.

Quanto à área de Patrimônio Imobiliário, esta utiliza meios institucionais e formais para assegurar comunicação efetiva com órgãos públicos, entes externos e cidadãos.

Os principais canais incluem:

- Site institucional da SEAD;
- E-mail corporativo: frederico.coriolano@goias.gov.br;
- Atendimento telefônico: (62) 3201-2742;
- Atendimento presencial;
- WhatsApp institucional: (62) 3201-8353.

Em situações que exigem formalidade legal, são utilizados:

- Intimações;
- Notificações;
- Ofícios;
- Comunicações administrativas formais.

A interação com as partes interessadas ocorre, ainda, por meio de:

- Reuniões presenciais e remotas;
- Processos administrativos via SEI;
- Intranet institucional.

A comunicação institucional busca assegurar transparência, segurança jurídica e eficiência processual, refletindo a cultura organizacional pautada na ética, responsabilidade patrimonial e valorização do patrimônio público.

Quanto à área de Patrimônio Mobiliário e Logística, esta mantém suas informações institucionais publicadas no site institucional da SEAD, sistemas corporativos e murais eletrônicos.

Os principais canais utilizados incluem:

- Site institucional da SEAD;
- Atendimento telefônico: (62) 3201-8765/8770/8775;
- E-mail corporativo: juarez.freitas@goias.gov.br;
- Processos administrativos via SEI;
- WhatsApp institucional: (62) 98598-4326/ (62) 98328-0696;
- Aplicativos de comunicação para *feedbacks* rápidos.

Os canais de comunicação têm promovido elevado índice de resolutividade nas demandas, transparência no atendimento e ampliação da participação dos usuários em capacitações, refletindo os valores institucionais de eficiência, inovação, empatia e zelo pelo erário.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, a Gerência de Avaliação da Gestão e dos Serviços Públicos, subordinada à Superintendência Central de Transformação Pública, é responsável pela gestão metodológica, acompanhamento sistemático e consolidação dos resultados das avaliações dos canais de atendimento ao cidadão vinculados ao Programa EXPRESSO, contribuindo para o monitoramento da qualidade das entregas e para a melhoria contínua dos serviços públicos estaduais. Seus canais de comunicação são:

- Telefones: (62) 3201-5734 e (62) 3201-5715;
- E-mails: luzio.santos@goias.gov.br/jonathas.prado@goias.gov.br; e
- *SherePoint:* *https://goiasgovbr.sharepoint.com/sites/seadavaliacao*.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

O Programa EXPRESSO possui abrangência em todos os 246 municípios goianos, disponibilizando serviços digitais por meio do Portal e Aplicativo EXPRESSO, bem como atendimentos presenciais nas unidades Vapt Vupt e EXPRESSO Balcão.

O fluxo de avaliação é iniciado após a conclusão do atendimento nos diferentes canais, possibilitando ao usuário avaliar aspectos relacionados ao atendimento recebido, ao serviço prestado, aos canais digitais e à estrutura física das unidades presenciais. As avaliações são disponibilizadas por múltiplos meios – QR Code, links no Portal EXPRESSO e no aplicativo – ampliando os canais de comunicação entre o cidadão e os responsáveis pela prestação dos serviços públicos. A metodologia adotada permite, além da atribuição de notas, o registro de comentários qualitativos, gerando insumos relevantes para a tomada de decisão da alta gestão, para o aprimoramento dos serviços e para o fortalecimento da transparência e da efetividade da atuação estatal.

O TransformaLAB, como ambiente de apoio à inovação e à transformação da gestão e dos serviços públicos, mantém, ainda, canais estruturados de comunicação com o público institucional e com o público orgânico, fortalecendo a disseminação de metodologias, a interação com os atores envolvidos e o engajamento nas agendas de modernização administrativa. Canais de comunicação:

- E-mail: transformalab@goias.gov.br; e
- Link acesso: https://linktr.ee/TransformaLAB

Figura 51 – Canais de comunicação do TransformaLAB



Fonte: SCTP/SEAD. 2025.

Podem ser utilizados múltiplos canais de comunicação com a sociedade e com suas partes interessadas, com o objetivo de promover transparência, participação cidadã, acesso à informação e diálogo contínuo com públicos internos e externos. Entre os principais instrumentos destacam-se o site institucional da SEAD, a Ouvidoria Setorial, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Comunicação Setorial e os canais institucionais diretos (como e-mails e telefones das unidades), que asseguram a interação qualificada e a disseminação de informações relevantes sobre as políticas, programas e serviços públicos estaduais.

São executadas, ainda, ações estruturadas de comunicação voltadas ao fortalecimento da gestão e governança, à ampliação da maturidade institucional e ao alinhamento metodológico entre os órgãos e entidades estaduais. Essas iniciativas incluem a realização de reuniões técnicas, oficinas e encontros virtuais com pontos focais setoriais, bem como a divulgação sistemática de manuais, orientações metodológicas, materiais de apoio e boas práticas por meio de e-mail institucional, aplicativos corporativos de mensagens, portal colaborativo SharePoint, painéis de Business Intelligence e demais canais internos. Destaca-se, nesse contexto, a atuação permanente na Rede TransformaGOV, configurada como ambiente estruturado de diálogo, articulação interinstitucional, alinhamento estratégico e compartilhamento de experiências no âmbito do Poder Executivo estadual.

Quanto à SGAC, esta mantém canais estruturados de comunicação com a sociedade e demais partes interessadas, assegurando transparência, acesso à informação e melhoria contínua dos serviços.

Comunicação com a Sociedade

Os principais canais incluem os portais institucionais (Vapt Vupt, site da SEAD e Expresso), unidades presenciais, Ouvidoria Setorial e Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, conforme a Lei de Acesso à Informação.

As manifestações registradas são analisadas sistematicamente e subsidiam ações corretivas e preventivas, além de orientar decisões gerenciais. Pesquisas de satisfação aplicadas após os atendimentos também contribuem para o monitoramento da qualidade dos serviços.

Comunicação com Partes Interessadas

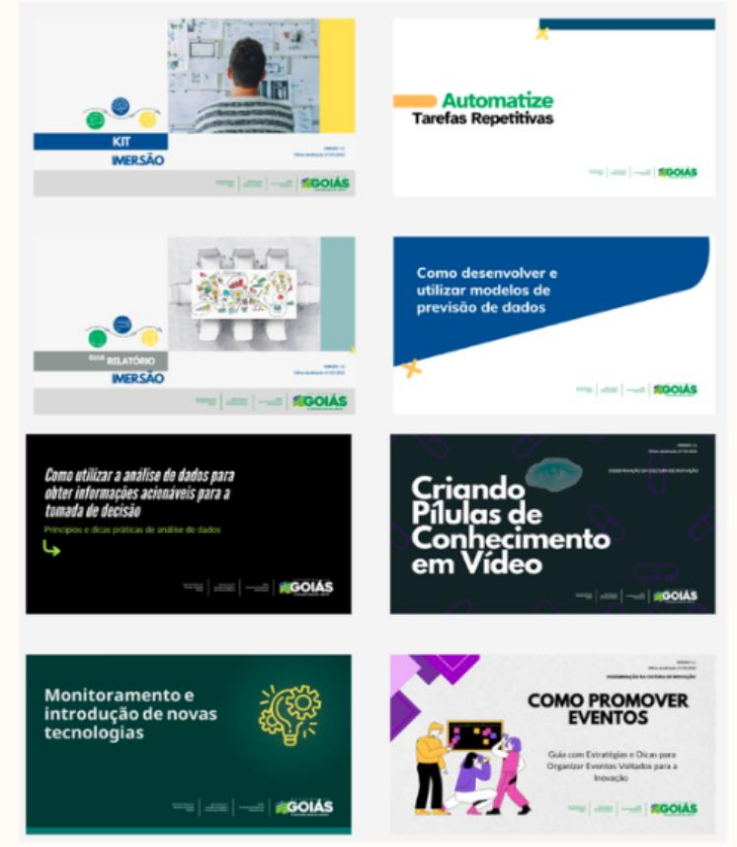
A interação com órgãos parceiros, prefeituras e demais áreas institucionais ocorre por meio de reuniões técnicas, alinhamentos periódicos, e-mails institucionais e compartilhamento de indicadores e relatórios gerenciais. Estes instrumentos fortalecem a integração, o alinhamento estratégico e a governança da rede de atendimento.

Cultura e Valores

A atuação é pautada pela ética, transparência, foco no cidadão e responsabilidade na gestão pública, refletindo-se na escuta ativa, na tratativa das demandas e na busca contínua pela qualificação dos serviços prestados.

Quanto à SUPERINOVA, esta utiliza como principais canais de comunicação com a sociedade e com as partes interessadas, a divulgação de conteúdos institucionais por meio dos canais oficiais da SEAD, com destaque para os vídeos publicados no perfil institucional da Secretaria nas redes sociais, especialmente no Instagram, a produção e disponibilização de e-books e materiais orientativos, a realização de eventos, oficinas e encontros presenciais e virtuais, bem como a divulgação periódica de boletins informativos institucionais.

Figura 52 – E-books publicados



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Como instrumentos permanentes de articulação e comunicação direta com os órgãos e servidores envolvidos nas agendas de inovação, a Superintendência mantém grupo de WhatsApp com os pontos focais de inovação da rede TransformaGov, o que possibilita comunicação contínua, rápida disseminação de orientações, alinhamento de agendas, esclarecimento de dúvidas e fortalecimento da atuação em rede. Adicionalmente, as lives institucionais e os eventos promovidos no âmbito das jornadas e programas de inovação ampliam a transparência das ações e a participação dos diferentes públicos interessados.

Figura 53 – Boletim informative: Caiu na rede



CAIU NA REDE BOLETIM

SEJA BEM-VINDO À REDE TRANSFORMAGOV

1ª EDIÇÃO/2025

NOTÍCIA | NOVIDADE NA ÁREA

TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: A REDE TRANSFORMAGOV

O Governo de Goiás acaba de dar mais um passo significativo para modernizar a administração pública e melhorar os serviços prestados à população: a **Certificação em Transformação e Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos.**
Vamos entender melhor o que isso significa?

O que é a Certificação em Transformação e Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos?

A nova qualificação irá capacitar os servidores públicos, focando na modernização e inovação dos processos administrativos. O objetivo é garantir que os serviços públicos se tornem mais ágeis, eficientes e centrados nas necessidades da população.

Por que essa Certificação é tão importante?

Servidores bem preparados são essenciais para uma gestão pública mais moderna. A Certificação garante que os profissionais adotem práticas inovadoras, alinhadas às competências globais, como as da OCDE, para melhorar a administração pública.

Como isso beneficia a população de Goiás?

Com servidores mais capacitados, os cidadãos goianos terão acesso a serviços públicos mais ágeis, eficientes e alinhados às suas necessidades. A transformação e a inovação na gestão pública vão além dos órgãos governamentais e resultam diretamente em serviços de maior qualidade para a população.



CAIU NA REDE BOLETIM

REDE TRANSFORMAGOV TEMÁTICA INOVAÇÃO

2ª EDIÇÃO/2025

PONTOS FOCAIS

INOVAÇÃO EM AÇÃO

A Rede TransformaGOV segue fortalecendo a cultura de inovação no Governo de Goiás. Nesta edição, apresentamos duas iniciativas relevantes conduzidas pelos pontos focais de inovação da **Fapeg** e da **AGR**.

Fapeg – Integração e capacitação em Inteligência Artificial

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) realizou o evento **Integra Fapeg**, com o tema "Fomentando a Inovação com Inteligência Artificial". O evento reuniu servidores e especialistas para debater aplicações da IA no setor público, como chatbots, diagnóstico em saúde e automação de processos administrativos.
A ação marcou o início de uma trilha de capacitação voltada para o uso estratégico da IA, com o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Fundação.



CAIU NA REDE BOLETIM

REDE TRANSFORMAGOV TEMÁTICA INOVAÇÃO

3ª EDIÇÃO/2025

PONTOS FOCAIS

INOVAÇÃO EM REDE

A Rede TransformaGOV segue fortalecendo a cultura de inovação no Governo de Goiás. Nesta edição, apresentamos mais duas iniciativas relevantes conduzidas pelos pontos focais de inovação da **Sead** e da **Juceg**.

Sead – Conecta SGI promove imersão em inovação para servidores da SGI

Em comemoração ao Dia Nacional da Inovação, a Secretaria de Estado da Administração (Sead), por meio da Gerência de Modernização Institucional e Processos, com atuação do ponto focal de inovação, **Delma do Nascimento Ramalho de Souza**, promoveu o evento **Conecta SGI – Ideias Inovadoras**, no HUB Goiás.

A iniciativa teve como objetivo **fortalecer a cultura de inovação** na Superintendência de Gestão Integrada, promovendo uma manhã de integração, aprendizado e troca de experiências entre os servidores. A programação proporcionou uma imersão em temas como mentalidade inovadora, uso da inteligência artificial na gestão pública e inovação aplicada.

Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

De forma complementar, as manifestações encaminhadas por meio da Ouvidoria Setorial e da LAI são tratadas pelos canais corporativos da SEAD, com apoio técnico da SUPERINOVA quando relacionadas às suas áreas de atuação, e a participação dos diferentes públicos é estimulada por meio das iniciativas de inovação aberta, das lives institucionais e dos eventos realizados, assegurando transparência, ética, colaboração e comunicação contínua com as partes interessadas.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, possui como principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas, o site oficial da SEAD, na página específica das empresas estatais, acessando por meio do link https://goias.gov.br/administracao/empresas-estatais/, onde são encontradas as publicações realizadas pela Gerência de Governança de Estatais, tais como boletins periódicos, painel de BI, cadastro de autoridades e publicações especiais. Já a comunicação direta, pode ser realizada pelo telefone (62) 3201-7305, ou pelo e-mail institucional: estatais.administracao@goias.gov.br.

Por fim, ressalta-se que a Gerência de Governança de Estatais se guia em princípios de transparência e cordialidade em suas relações com as partes interessadas, promovendo constante troca de informações por meio dos canais supracitados, bem como via reuniões presenciais e virtuais.

No que concerne à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, os canais de comunicação disponibilizados pela SUCEP, são Sistema Eletrônico de Informações – SEI, atendimentos via WhatsApp institucional pelo número (62) 3201-7433, e presenciais; além do site oficial da SEAD e do Portal Expresso, os quais são utilizados para divulgações de assuntos relacionados às competências de suas unidades subordinadas, orientações, esclarecimentos de dúvidas, manifestações e decisões administrativas.

Quanto à SUGEP, os canais de comunicação com as unidades setoriais se dão, especialmente, por meio de telefones (62) 3201-5664 / (62) 3201-5699, grupos de WhatsApp para discussões temáticas, e-mail institucional luis.lima@goias.gov.br, encontros periódicos que são promovidos pela Gerência da Rede de Gestão de Pessoas, além de encontros por videoconferência, sempre que necessário.

Quanto à SURES, por meio de sua assessoria, é responsável pela interlocução entre suas unidades e suas respectivas ações de recrutamento e seleção, com a Comunicação Setorial da SEAD, unidade responsável pela comunicação institucional da Pasta.

Os instrumentos de comunicação direta com seu público-alvo e a comunidade em geral, da SURES, são:

- Assessoria técnica: na sede da Superintendência, com atendimento presencial, pelo telefone (62)3201-8741 e/ou e-mail ana.coan@goias.gov.br;
- GECOPS: pelo telefone (62)3201-2815 e e-mails: concursos.administracao@goias.gov.br; selecao.administracao@goias.gov.br;
- GEAP: pelo telefone (62)3201-2815 e e-mail: concurso.administracao@goias.gov.br;
- Site https://www.administracao.go.gov.br/: onde são divulgadas informações institucionais e sobre todas as ações da Superintendência, com acesso à Ferramenta de Apoio a Seleção – FAS e todo conteúdo referente a concursos e processos seletivos.



ENTREGAS DE VALOR

20 ENTREGAS DE VALOR

No âmbito da Chefia de Gabinete da SEAD, a entrega de valor materializa-se na capacidade de converter diretrizes políticas e administrativas em benefícios tangíveis que impactam diretamente o cidadão, a rede de órgãos estaduais e o corpo de servidores públicos. No contexto do desenvolvimento sustentável e da justiça social, essa unidade atua como a garantidora de que as políticas governamentais não fiquem restritas ao campo do planejamento, mas se transformem em serviços públicos mais ágeis, transparentes e acessíveis. O valor público entregue é percebido na celeridade da tramitação de demandas complexas e na segurança jurídica das decisões do Titular da Pasta, o que assegura que recursos e programas de governo cheguem à ponta final com eficiência, reduzindo as desigualdades de acesso à administração e promovendo uma gestão mais humana e inclusiva.

Para os órgãos e entidades públicas, a entrega de valor da Chefia de Gabinete reflete-se na padronização e na integração das políticas de gestão, eliminando gargalos burocráticos e facilitando a cooperação interinstitucional. Essa atuação permite que a SEAD funcione como um eficiente centro de serviços compartilhados, otimizando o uso de recursos financeiros e tecnológicos em todo o Estado. Já para os servidores públicos, o valor é entregue por meio de uma governança que prioriza a transparência na gestão de carreiras e a modernização dos ambientes de trabalho, equilibrando a performance institucional com o bem-estar e a requalificação profissional frente às inovações disruptivas.

Essas entregas estão rigorosamente alinhadas ao Plano de Governo, que estabelece a eficiência administrativa e a transparência como pilares para o fortalecimento do Estado. A Chefia de Gabinete assegura esse alinhamento ao monitorar o cumprimento das metas do Plano Estratégico SEAD 2023-2026, garantindo que cada ação governamental sob responsabilidade da SEAD contribua para a austeridade fiscal e para a melhoria da qualidade de vida dos goianos. Ao articular o suporte à alta gestão com o foco no cidadão-usuário, a unidade garante que o governo seja visto como um facilitador do desenvolvimento, onde a tecnologia e a gestão de ativos são meios para alcançar o fim maior: a justiça social e a prosperidade sustentável de Goiás.

Dessa forma, a Chefia de Gabinete não apenas assiste à administração, mas produz resultados que são a própria evidência da boa governança. A entrega de valor se consolida na preservação do erário, na ética institucional e na entrega de serviços que simplificam a vida das pessoas, demonstrando que a SEAD utiliza seus recursos materiais e humanos para produzir impactos sociais positivos e duradouros, em total sintonia com a visão de um Estado moderno, ágil e comprometido com a excelência na prestação do serviço público.

Sob a alçada da Procuradoria Setorial, esta materializa suas entregas de valor por meio do assessoramento jurídico prestado às unidades administrativas da Secretaria de Estado da Administração, assegurando que ações governamentais, programas institucionais e processos administrativos sejam conduzidos com estabilidade normativa e adequada formalização jurídica.

As manifestações técnicas e orientações jurídicas emitidas pela unidade viabilizam a implementação de iniciativas institucionais voltadas ao fortalecimento da gestão pública, permitindo que

políticas e serviços administrativos alcancem seus destinatários de forma regular e contínua. Nesse contexto, a atuação da Procuradoria contribui para decisões administrativas mais consistentes, favorecendo a execução das ações governamentais alinhadas às diretrizes do Plano de Governo.

A Corregedoria Setorial entrega valor à SEAD e à sociedade ao assegurar que apurações correcionais e medidas de responsabilização administrativa sejam conduzidas com eticidade, imparcialidade, segurança jurídica e observância de prazos, contribuindo para a integridade institucional da SEAD e para a proteção do interesse público. Essa entrega se materializa na condução de procedimentos correcionais e de responsabilização, desde etapas preliminares da apuração, pela investigação, até a tramitação de processos disciplinares, com realização de diligências, consolidação de informações, produção de peças técnicas e encaminhamentos à Autoridade competente para decisão, além da adoção de instrumentos consensuais quando cabíveis, e na atuação voltada à recomposição do erário nos casos pertinentes, como as Tomadas de Contas Especiais, promovendo respostas proporcionais e consistentes, que garantem fundamentação robusta às decisões do Secretário da Pasta, no âmbito do Direito Administrativo Sancionador.

Além da atividade finalística, a Corregedoria agrega valor ao orientar unidades demandantes e partes interessadas quanto a fluxos, providências e documentação necessária, reduzindo retrabalho, qualificando a instrução dos feitos e fortalecendo a confiabilidade dos processos. Resguardado o sigilo legal, mantém comunicação institucional com servidores, advogados e cidadãos para esclarecimentos sobre trâmite e encaminhamentos, o que favorece previsibilidade, transparência possível e confiança no tratamento das demandas.

Para o cidadão e para a Administração, isso se reflete em orientações institucionais que fortalecem padrões de integridade, em apurações consistentes, decisões fundamentadas e medidas voltadas à proteção do erário. Para os servidores, reflete-se em previsibilidade, imparcialidade e respeito às garantias processuais. Garante-se, dessa forma, a efetividade da atuação disciplinar no âmbito da SEAD.

No tocante à Ouvidoria Setorial, em alusão aos valores estabelecidos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, destaca-se que as seguintes diretrizes são adotadas com o objetivo de gerar valor:

a) Comprometimento: plena observância à legislação, sobretudo às normas das Leis Estaduais nº 20.756/2020, 18.025/2013 e do Decreto nº 10.466/2024, respeitando os prazos e os princípios constitucionais basilares desta unidade;

b) Eficiência: estrito respeito aos prazos e busca por resoluções processuais pautadas na responsabilidade, celeridade e qualidade;

c) Empatia: compreensão de todas as partes envolvidas no processo, com afastamento da pessoalidade e priorização da equidade na análise das demandas e respostas da Administração;

d) Foco nas Pessoas: atuação centrada no ser humano, seja no atendimento ao usuário ou no tratamento ao servidor. Esta diretriz materializa-se pela convergência entre equidade e legalidade, aliadas a uma comunicação cidadã;

e) Confiabilidade: segurança transmitida aos usuários quanto à resolução de suas demandas, fortalecendo a confiança no rito processual por meio do acompanhamento transparente e contínuo do trâmite das manifestações; e

f) Integração: atuação pautada na articulação constante com os demais órgãos e unidades da Pasta, assegurando celeridade na obtenção de informações e precisão nos esclarecimentos prestados.

O Escritório de Projetos Setorial desempenha um papel estratégico na entrega de valor à sociedade, colaborando com que os projetos e iniciativas governamentais sejam conduzidos com eficiência, transparência e alinhamento às diretrizes estabelecidas no Plano de Governo.

Por meio de uma gestão estruturada, a unidade auxilia a materialização das políticas públicas, transformando ações e programas em benefícios reais para os cidadãos. Entre as principais entregas de valor estão a otimização de processos administrativos, a melhoria dos serviços públicos e a implementação de soluções inovadoras que promovem o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Além disso, contribui para o uso racional dos recursos, fazendo com que investimentos sejam aplicados de maneira estratégica, com impacto direto na qualidade de vida da população. Essa abordagem reforça o compromisso com a governança eficiente e o atendimento às demandas sociais, consolidando a entrega de valor como um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Todas as iniciativas geridas pelo Escritório de Projetos são estruturadas para atender às expectativas das partes interessadas e cumprir as metas estabelecidas pelo Plano de Governo, assegurando que cada projeto contribua efetivamente para o bem-estar da sociedade.

Dados de evolução do portfólio de projetos entre 2024 e 2025 destacam a performance dos principais indicadores de desempenho.

A análise dos dados sugere a manutenção da qualidade na maturidade da gestão dos projetos, refletida nos seguintes pontos:

- Aumento no número de projetos: o portfólio cresceu de 46 para 62 projetos, demonstrando um incremento na capacidade de execução da SEAD;
- Melhoria na qualidade do cronograma: o percentual de projetos atendendo ao "Cronograma mínimo" ou “Qualidade do Cronograma” manteve-se em 100%, evidenciando a eficácia na gestão de tempo e no planejamento;
- Gestão de riscos: a proporção de projetos que possuem riscos identificados manteve-se em 100%, indicando um acompanhamento rigoroso e estruturado dos riscos;
- Planejamento de custos: os indicadores "Possui PDF" e “PDFs consistentes” mantiveram-se em 100%, o que reflete bom planejamento e gestão dos custos dos projetos.

Em resumo, os dados indicam uma evolução positiva na governança dos projetos, com maior controle sobre indicadores de desempenho.

As entregas das gerências que compõem a Superintendência de Gestão Integrada materializam ações governamentais em resultados concretos para os cidadãos, servidores e órgãos da administração pública, em aderência às diretrizes do Plano de Governo 2023–2026.

No âmbito da Gerência de Contabilidade, o valor público foi entregue por meio da instrução de mais de 360 processos e da realização de mais de 100 cálculos técnico-financeiros, fundamentais para a segurança e precisão na execução orçamentária, contábil e patrimonial. A unidade prestou consultorias, análises técnicas e orientações contínuas, além de concluir as prestações de contas de 2019 a 2024, com aprovação integral dos exercícios de 2019 a 2023 pelos órgãos de controle. Essa atuação reforçou a integridade e a

confiabilidade das informações financeiras do Estado e fortaleceu a governança fiscal da SEAD.

A Gerência de Planejamento Institucional contribuiu para a entrega de valor ao assegurar o alinhamento entre o Plano de Governo, o PPA, o Plano Estratégico da SEAD 2023–2026 e os instrumentos formais de planejamento e gestão. Ao integrar governança, riscos, projetos e processos, a unidade fortaleceu a tomada de decisão da alta administração, promoveu a priorização estratégica de iniciativas e o monitoramento sistemático de resultados por meio de indicadores e OKRs. Assim, consolidou uma gestão orientada ao desempenho e à efetividade.

A Gerência de Compras Governamentais materializou a entrega de valor público por meio da condução das contratações essenciais ao funcionamento da SEAD e à prestação de serviços ao cidadão. Em 2025, a unidade realizou aquisições nas frentes de tecnologia, infraestrutura predial, locações de unidades Vapt Vupt, energia, água, conectividade, mobiliário, climatização e insumos operacionais, além de soluções tecnológicas estratégicas. Essas ações asseguraram continuidade de serviços, modernização administrativa e melhoria do atendimento ao público, em alinhamento às diretrizes do Plano de Governo relacionadas à eficiência administrativa e à transformação digital.

A Gerência de Execução Orçamentária e Financeira entregou valor público ao garantir a continuidade dos serviços estaduais por meio da execução tempestiva dos pagamentos, da redução dos riscos fiscais e do aprimoramento da previsibilidade orçamentária. A atuação transparente e responsável da unidade contribuiu diretamente para a regularidade da aplicação dos recursos públicos e para a confiabilidade das ações governamentais.

A Gerência de Apoio Administrativo e Logístico transformou o suporte administrativo e a gestão patrimonial em instrumentos de eficiência e sustentabilidade institucional. Ao otimizar o uso da frota, do combustível e dos recursos patrimoniais, a unidade assegurou economicidade e preservação de bens públicos, garantindo que a infraestrutura esteja sempre apta a apoiar as atividades da SEAD. A atuação da GEAAL viabilizou a execução de tarefas essenciais ao funcionamento da Secretaria, com impactos diretos na qualidade do serviço prestado à sociedade.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa, embora não atenda diretamente o cidadão final, desempenhou papel estruturante ao garantir conformidade, transparência e segurança jurídica na aplicação dos recursos destinados a municípios e entidades parceiras. Suas análises de prestações de contas, diligências, orientações técnicas e padronização de procedimentos asseguraram que as políticas públicas executadas por meio de transferências voluntárias se transformassem em benefícios concretos para a sociedade, promovendo uso responsável e eficiente dos recursos.

A Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial reforçou a entrega de valor ao assegurar condições adequadas de funcionamento e acessibilidade nas unidades de atendimento ao cidadão. Em consonância com o artigo 3º da Lei Estadual nº 20.846/2020, a unidade promoveu acessibilidade ao instalar e substituir sinalizações táteis em várias unidades do Vapt Vupt, garantindo atendimento democrático, seguro e inclusivo para todos os cidadãos.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ao mapear 105 fluxos de trabalho, publicar quatro e-books

orientadores, revisar 84 por cento da Carta de Serviços da SEAD e promover cinco eventos de integração e disseminação de boas práticas. Essa atuação permitiu simplificar procedimentos, padronizar rotinas e promover maior transparência, garantindo que as entregas institucionais sejam mais eficientes e voltadas ao cidadão.

A soma das entregas realizadas pelas gerências fortalece a capacidade administrativa da SEAD e potencializa a implementação de políticas públicas. Cada ação desenvolvida contribuiu para transformar diretrizes governamentais em resultados concretos, promovendo eficiência, transparência, modernização e responsabilidade na gestão pública, em benefício direto da sociedade.

No âmbito da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, a principal entrega de valor do exercício foi o avanço da Regularização Fundiária Urbana – REURB-S, com o encaminhamento de 701 títulos aos cartórios de Goiânia e Senador Canedo, a partir de 1.024 processos autuados, convertendo ocupações consolidadas em propriedade formal. Em paralelo, avançou-se na organização técnica das medidas voltadas ao tratamento do passivo federal junto à PGFN, contribuindo para a redução de contingências e para a preparação do encerramento definitivo das estruturas em liquidação.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo materializa as políticas públicas de desenvolvimento de pessoas por meio de entregas de valor tangíveis e intangíveis que beneficiam diretamente os servidores públicos, os órgãos e entidades estaduais e, de forma indireta, o cidadão. Essas entregas estão alinhadas ao Plano de Governo, especialmente no que se refere à modernização da gestão pública, ao fortalecimento da capacidade institucional do Estado e à melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos.

Entre as entregas de valor tangíveis, destaca-se a implantação e consolidação do Programa de Capacitação Profissional dos Servidores Públicos, iniciada em 2019, que resultou em crescimento expressivo do número de servidores certificados. Enquanto no período de 1999 a 2018 foram certificados 86.116 servidores, entre 2019 e 2025 esse quantitativo alcançou 168.232 certificações, representando um aumento aproximado de 95%. Esse resultado evidencia o impacto direto da política de capacitação na qualificação do quadro funcional do Estado e no aprimoramento do desempenho institucional. Somam-se a esses resultados a ampliação do acesso à formação em nível de pós-graduação e mestrado, sem ônus para o servidor, a redução de custos com contratações externas, a valorização e retenção de talentos no serviço público e o fortalecimento da capacidade técnica para a formulação e avaliação de políticas públicas.

No campo das entregas de valor intangíveis, destacam-se a melhoria da qualidade dos serviços públicos e da imagem institucional do Estado, decorrentes da atuação de servidores mais preparados para atender às demandas da população. Observa-se, ainda, aumento da produtividade, otimização de processos, redução de falhas operacionais e decisões mais assertivas, além do fortalecimento de uma cultura organizacional orientada à aprendizagem contínua, à inovação, à ética e à responsabilidade pública. A oferta sistemática de oportunidades de desenvolvimento profissional contribui para a elevação da satisfação dos servidores, a melhoria do clima organizacional, o fortalecimento das relações interpessoais e o aprimoramento do acolhimento e do atendimento ao cidadão.

Dessa forma, as entregas de valor promovidas pela Escola de Governo refletem a efetividade das ações governamentais e demonstram sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a geração de benefícios reais para a sociedade, em consonância com as

diretrizes do Plano de Governo e com os objetivos estratégicos da SEAD.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS gera valor por meio da implementação de políticas, programas e serviços voltados à preservação da saúde, da capacidade laborativa e das condições seguras de trabalho dos servidores públicos estaduais.

No exercício de 2025, as principais entregas de valor da unidade materializaram-se na execução da Política de Gestão de Perícias Médicas e da Política de Segurança e Saúde no Trabalho dos Servidores do Poder Executivo. Esse conjunto de entregas tangíveis contribuiu para a regularidade da vida funcional do servidor, para a prevenção de agravos relacionados ao trabalho e o aprimoramento das condições laborais na Administração Pública estadual. Destacam-se:

- Realização de perícias médicas para concessão de licenças e benefícios, assegurando segurança jurídica e regularidade administrativa;
- Execução ampliada dos EMP, com 42.139 exames realizados em 2025, fortalecendo o monitoramento da saúde ocupacional;
- Oferta do PAS, que registrou 3.952 atendimentos em 2025, ampliando o suporte psicossocial aos servidores;
- Desenvolvimento e homologação de instrumentos técnicos de segurança do trabalho (PGR, PCMSO, LTCAT e LIP), a partir de 2025, com nova metodologia decorrente da contratação de empresa especializada;
- Apoio ao envio e qualificação das informações de SST no eSocial, fortalecendo a base informacional do Estado.

Essas entregas beneficiam diretamente os servidores públicos estaduais e apoiam os órgãos e entidades do Poder Executivo na gestão de sua força de trabalho, contribuindo, de forma indireta, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Tabela 6 – Principais entregas de valor 2025

Entrega de Valor	Público Beneficiado	Resultado Observado em 2025	Contribuição para o Plano de Governo
Perícias médicas para concessão de licenças e benefícios	Servidores públicos estaduais; órgãos de origem	Regularidade funcional e segurança jurídica nos afastamentos	Valorização do servidor e fortalecimento da gestão de pessoas
Exames Médicos Periódicos (EMP)	Servidores públicos estaduais	42.139 exames realizados	Promoção da saúde ocupacional e prevenção de agravos
Programa de Acolhimento ao Servidor (PAS)	Servidores públicos estaduais	3.952 atendimentos psicossociais	Cuidado com a saúde mental e melhoria no ambiente de trabalho
Programas e laudos de SST (PGR, PCMSO, LTCAT, LIP)	Órgãos e entidades do Executivo; servidores expostos a riscos	Ampliação das ações de prevenção e conformidade normativa	Ambientes de trabalho mais seguros e gestão preventiva
Informações de SST ao eSocial	Estado de Goiás; órgãos e entidades	Qualificação da base informacional trabalhista e previdenciária	Modernização da gestão e uso de dados para decisão
Ações de orientação e comunicação ao servidor	Servidores e áreas de gestão de pessoas	Ampliação do acesso a informações e apoio operacional	Transparência e melhoria da experiência do usuário

Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

No âmbito da SSI, apesar da área de TI não apresentar entrega de valor diretamente ao cidadão, a unidade tem contribuído significativamente para a melhoria dos processos internos da SEAD e dos demais órgãos, reduzindo custos operacionais e aumentando a produtividade das equipes. A adoção de novas tecnologias vem possibilitando maior integração entre os setores e melhor experiência para os usuários internos e externos. Dessa forma, a

otimização e eficiência da máquina pública acaba agregando valor de forma indireta ao cidadão, uma vez que os esforços e recursos economizados podem ser melhor empregados nas políticas públicas.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, no que se refere às ações que promovem a geração de valor da Superintendência Central de Compras e Contratos – SCC, as principais entregas de 2025 foram:

- Certificação em Contratações Públicas: inclusão dos cursos de Concorrência e Contratação Direta;
- Continuidade na publicação dos Boletins informativos "Contratações em foco";
- Procedimento simplificado para o PCA;
- Sistema SISLOG: versão 3.0, com inclusão de novos módulos, painéis atualizados, identidade visual renovada e novos recursos, que trazem mais modernização, eficiência, integração e transparência para a gestão pública.

A Gerência de Normas e Padronização – GENOP atua, entre outros, na padronização dos procedimentos e dos documentos relativos aos processos das contratações centralizadas e específicas, na proposta de regulamentações da nova lei, e na coordenação da realização de estudos, definição de modelos e soluções de contratações estaduais. Dessa forma, em 2025, foram realizadas as seguintes entregas:

- Elaboração de 12 documentos padronizados no Sistema de Logística de Goiás – SISLOG, a serem utilizados nos processos de licitação e contratação direta, além da atualização dos 127 documentos já criados;
- Revisões e elaborações de minutas de decretos que regulamentam os principais pontos da nova lei de licitações e contratos, tais como:

1. DECRETOS QUE ESTÃO PASSANDO POR REVISÃO:

- Decreto de Pesquisa de preços;
- Decreto do Pregão; e
- Decreto da Concorrência.

2. DECRETOS EM FASE DE ELABORAÇÃO:

- Minuta de Decreto que regulamenta a exigência nas contratações públicas de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica;
- Minuta de Decreto referente a Sistema de Registro de Preços;
- Minuta de Decreto de Gestão de Contratos; e
- Minuta de Decreto de Credenciamento.

3. NORMATIVOS PUBLICADOS:

- Publicação do Decreto estadual nº 10.680/2025 no Diário Oficial GO nº 24.515, do dia 16/04/2025, que estabelece as normas de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação – TIC pela administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás;
- Publicação do Decreto estadual nº 10.678/2025 no Diário Oficial GO nº 24.515, do dia 16/04/2025, que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PGTIC e revoga o Decreto nº 8.800, de 10 de novembro de 2016, e o Decreto nº 9.461, de 9 de julho de 2019;
- Publicação da Instrução Normativa nº 001/2025 no Diário Oficial GO n° 24.506, do dia 03/04/2025, que dispõe sobre a consulta e verificação da regularidade de fornecedores nos

sistemas SISLOG e COMPRASNET.GO, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, e dá outras providências; e

- Publicação do Decreto nº 10.840, de 20 de dezembro de 2025, que Altera o Decreto nº 9.900, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

A Gerência de Processos e Sistemas de Compras – GEPS é responsável pelo suporte técnico, pelas orientações e atendimento aos usuários internos e externos do Sistema de Logística de Goiás – SISLOG e demandas residuais do COMPRASNET.GO, por meio de telefone, e-mail e help desk, com uma média mensal de mais de 32.605 atendimentos em 2025.

Efetua, também, o registro de penalidades nos sistemas, encaminhadas através de Decisões Judiciais ou Processos Administrativos, tendo sido registradas 118 penalidades em 2025.

O Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR realiza credenciamento provisório para participação dos fornecedores nos certames licitatórios e realiza a análise completa da documentação para o credenciamento de homologação do fornecedor, para formalização da contratação.

O atendimento via Help Desk e telefone é realizado para orientações dos usuários internos e externos do CADFOR, com uma média mensal de 2.000 atendimentos.

A Gerência de Planejamento de Compras – GEPC atua na fase preparatória das contratações, na elaboração de estudos técnicos preliminares – ETPs, pesquisa de preços, termos de referência, circularização de intenção de registro de preços, entre outros. Além disso, coordena o banco de especificações, no qual os produtos e serviços são cadastrados.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 conferiu tratamento abrangente para a fase de planejamento, nomeada na nova Lei como fase preparatória.

Além de apontar e descrever etapas da fase de planejamento, a Lei nº 14.133/2021 deixou evidente a preocupação em torno da necessidade de os órgãos e entidades, por meio de sua alta administração, implementarem ações de governança e gestão de riscos, com o objetivo de, além de atender os objetivos expressos na Lei para os processos licitatórios, “promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações”, conforme preceitua o Art. 11, parágrafo único do referido diploma legal.

Nessa esteira, em 2025 foram elaborados 73 ETPs, 85 termos de referência, 31 pesquisas de preços, bem como foram circularizadas 14 intenções de registro de preços. Já em relação ao banco de especificações, no exercício, foram cadastrados mais de 8.304 itens/produtos.

A Gerência de Compras Centralizadas – GECC atua nos procedimentos licitatórios e contratação direta, realiza sua divulgação, recebe, examina e julga os pedidos de esclarecimento, impugnações, propostas e documentos de habilitação e recursos nos processos licitatórios centralizados, entre outras.

Em relação às modalidades de pregão e concorrência, foram preparadas 21 minutas de edital (em elaboração e submetidas à análise jurídica); destas, 15 certames estiveram em fase de

julgamento, 9 foram publicados e 8 foram homologados no decorrer de 2025. Já em relação às contratações diretas, houve 13 contratações homologadas.

Com a publicação da Instrução Normativa SEAD nº 001/2024, que dispõe sobre as contratações compartilhadas e o Sistema de Registro de Preços – SRP, para contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, a Gerência Central de Governança de Contratações – GECG atua, de forma contundente na gestão das Atas de Registro de Preços – ARPs produzidas no Estado de Goiás.

Portanto, a gestão das ARPs pela unidade central decorre de regulamentos que delimitam a organização administrativa do Estado, com vistas a promover a centralização e otimização dos processos de contratação, possibilitando, desta forma, acesso facilitado nas adesões às ARPs pelos entes interessados, sendo que a previsão de consentimento da unidade central se fundamenta em decorrência do dever de centralização, conforme disposto na nova lei de licitações, em seu artigo 19, inciso I.

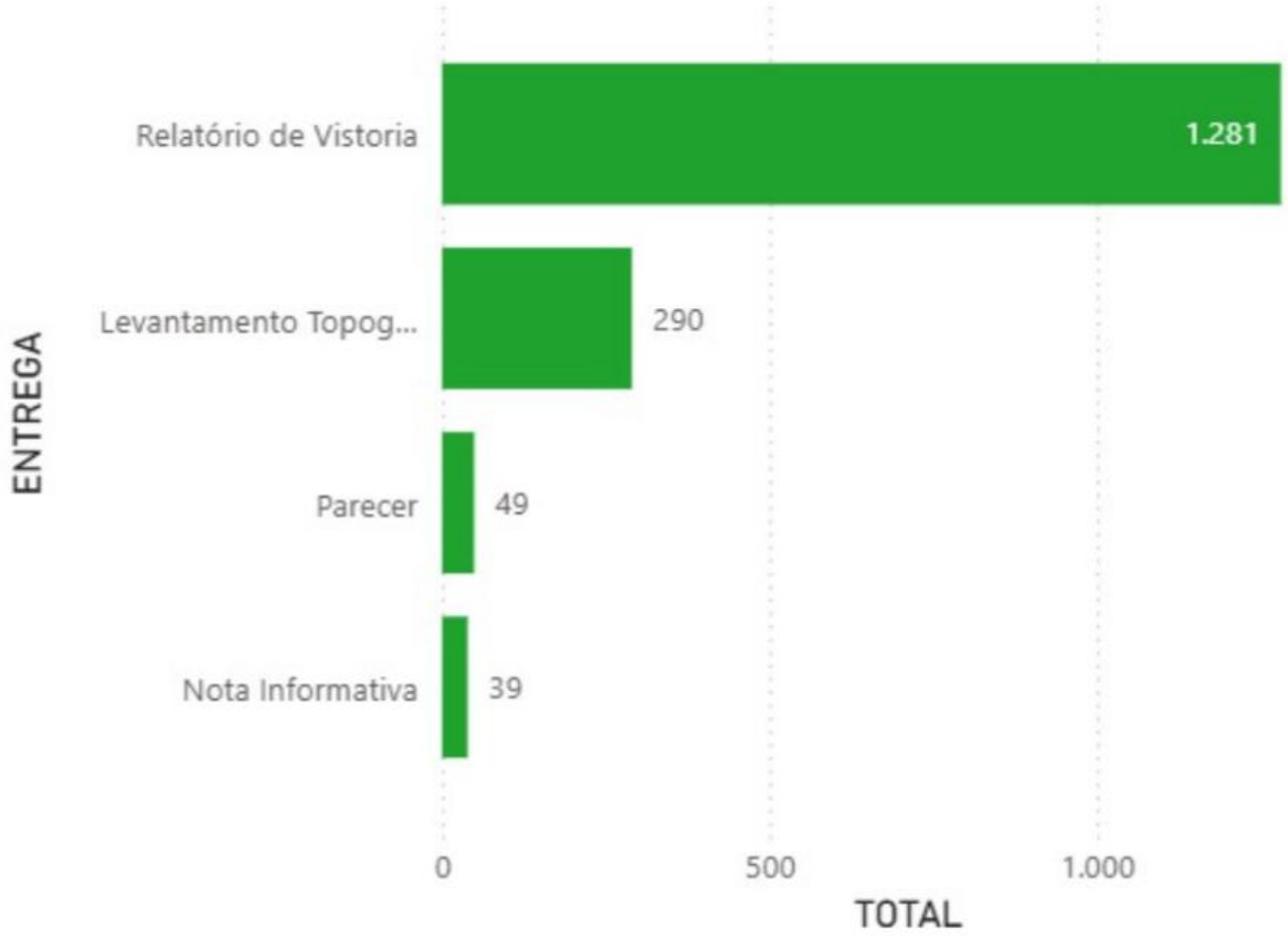
Assim sendo, em 2025 foram produzidos centenas de atos para consecução dessa finalidade:

- 51 Gerenciamentos de Atas de Registro de Preços produzidas pela Central de Compras;
- 30 Gerenciamentos de Atas de Registro de Preços produzidas por outros Órgãos;
- 222 Autorizações para os Órgãos, de adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos;
- 131 Autorizações para que os Órgãos deem prosseguimento às suas Atas de Registro de Preços de demanda exclusiva/compartilhada no SISLOG, em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2024;
- 113 Ofícios Termos de Liberação para Partícipes; e
- 26 Ofícios Termos de Liberação para Caronas.

Todas as informações acima são motivadas e fundamentadas nos relatórios apresentados mensalmente pelas gerências, no processo SEI 202400005005265, cuja fonte é validada e ofertada pela Superintendência de Compras e Contratos da Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SCC.

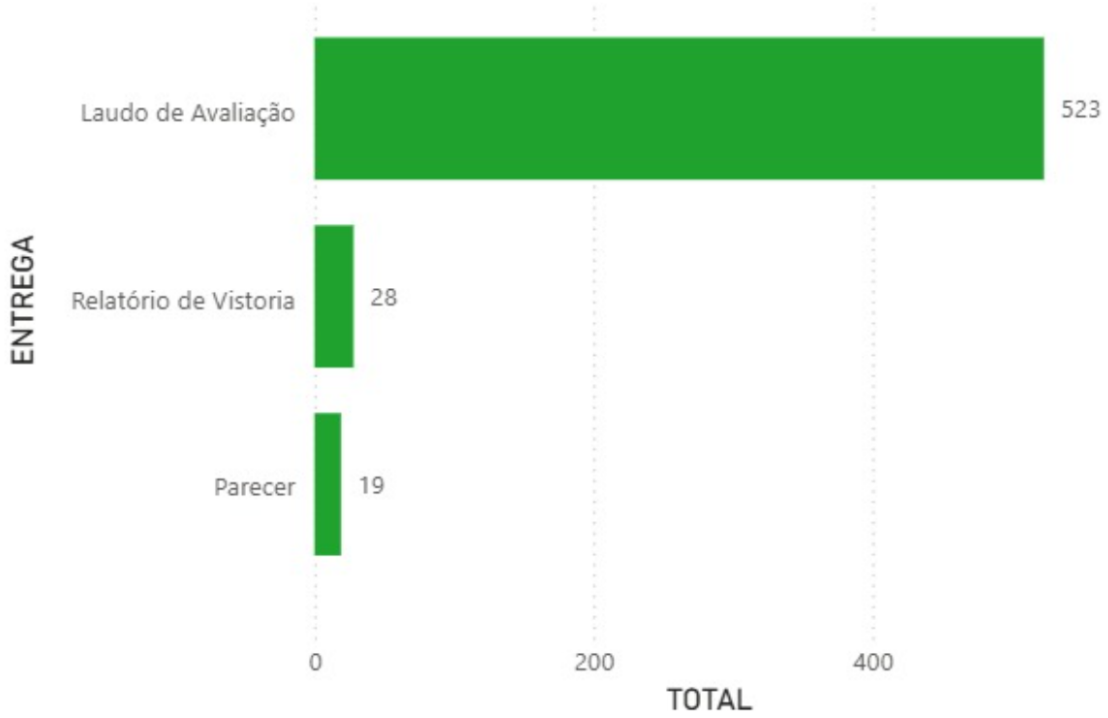
No âmbito das ações voltadas à geração de valor institucional, as unidades técnicas da SEAD por meio da Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário – SUPATI, desenvolveram, ao longo de 2025, um conjunto relevante de atividades relacionadas à elaboração de laudos de avaliação, relatórios de vistoria, levantamentos técnicos e emissão de pareceres. As entregas apresentadas a seguir demonstram o volume de produção técnica das áreas, evidenciando a atuação especializada e o suporte estratégico prestado à gestão patrimonial e à tomada de decisão administrativa.

Gráfico 6 – Trabalhos técnicos – GVT



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

Gráfico 7 – Trabalhos técnicos - GEAVA



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

No que se refere à Regularização Fundiária, as ações desenvolvidas em 2025 resultaram não apenas na organização e segurança jurídica do patrimônio público, mas também na geração direta de receita para o Estado. O resultado apresentado a seguir evidencia o impacto financeiro das medidas adotadas, demonstrando a efetiva materialização de valor público por meio da arrecadação decorrente dos processos de regularização.

Gráfico 8 – Regularização fundiária - GRF

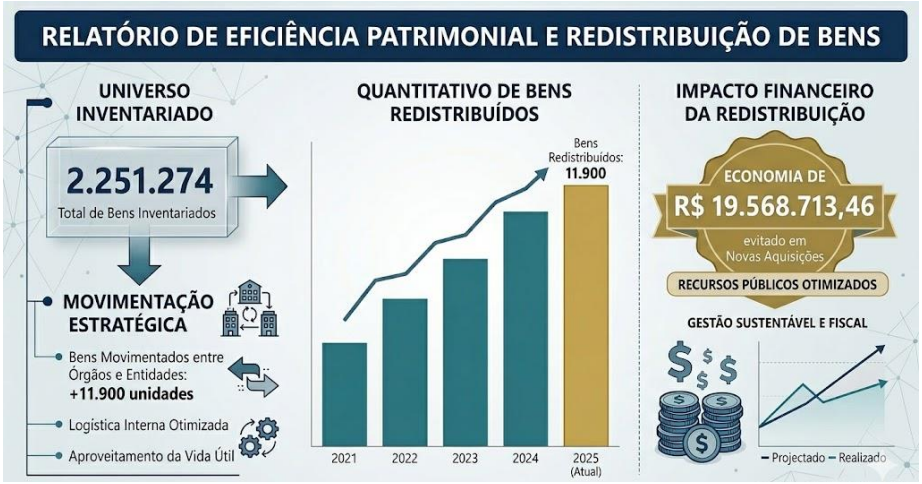


Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

No âmbito da Superintendência Central de Logística e Patrimônio Mobiliário – SCLPM, subordinada à SUBLP, tem-se que suas unidades administrativas imediatamente subordinadas perfazem suas entregas de valor.

A Gerência de Patrimônio Mobiliário, por meio da transferência externa de bens móveis, destaca a redistribuição de 11.900 itens, que gerou uma economia de R$ 19.568.713,46 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e treze reais e quarenta e seis centavos.). Este valor representa o montante que teria sido despendido pelo erário caso houvesse a necessidade de aquisição de novos materiais no mercado.

Figura 54 – Relatório de eficiência patrimonial e redistribuição de bens



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

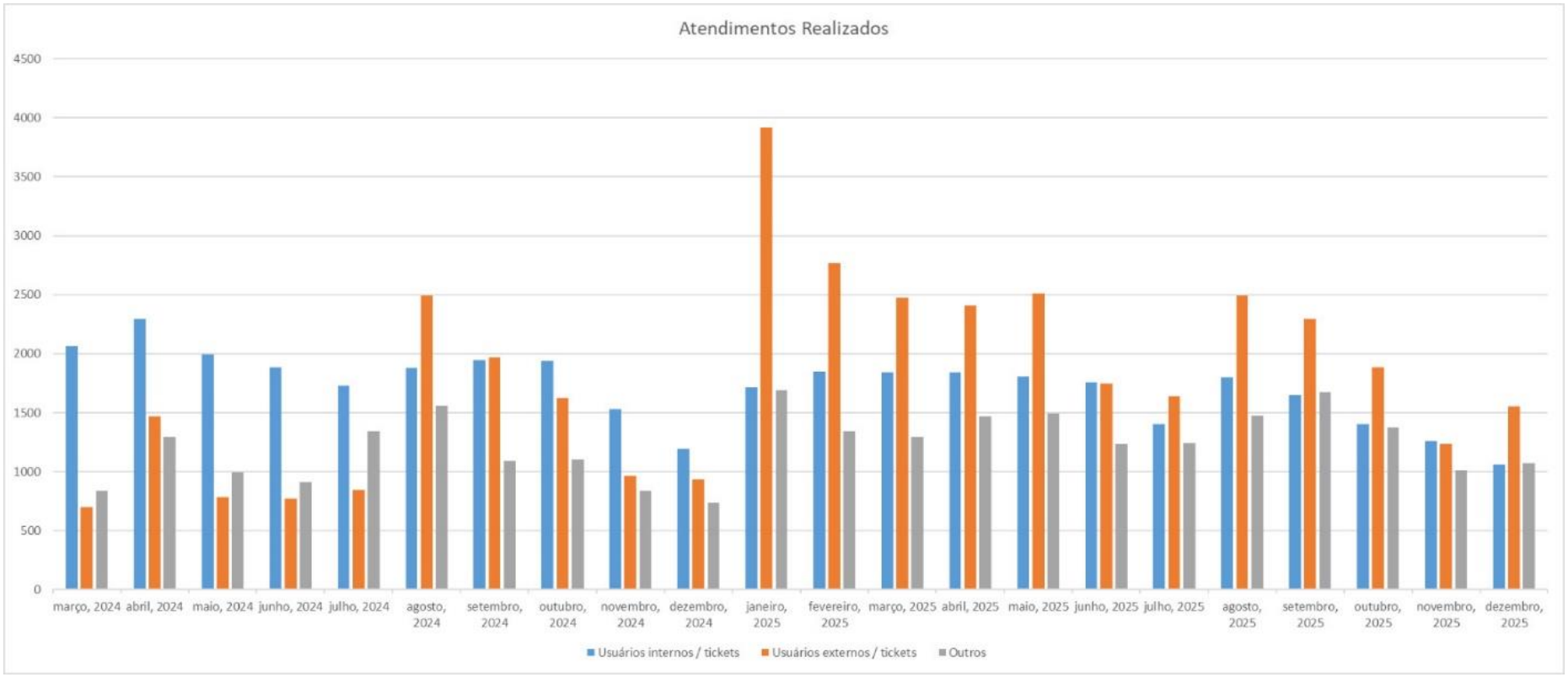
A estratégia de movimentação entre órgãos reflete uma taxa de aproveitamento que prioriza a vida útil dos equipamentos e o cumprimento do princípio da eficiência na administração pública.

Quanto à Gerência de Suprimentos, em 2025 realizou entregas de valor tangível aos cidadãos via otimização de estoques de 21.888 itens, reduzindo custos para serviços públicos essenciais como saúde e educação, alinhado ao Plano de Governo em relação à eficiência fiscal. Para os 39 órgãos e entidades públicas, modelaram-se processos, elevando acuracidade a 94,1%; 340 servidores foram capacitados (27% dos 1.237 usuários do SIGMATE), promovendo inclusão e desenvolvimento sustentável por práticas econômicas que minimizam desperdícios, suportando 1.740 atendimentos.

As referidas entregas materializam ações governamentais em benefícios reais, como menor impacto ambiental por obsolescência, fomentando justiça social via redes colaborativas que transformam suprimentos em motor de equidade.

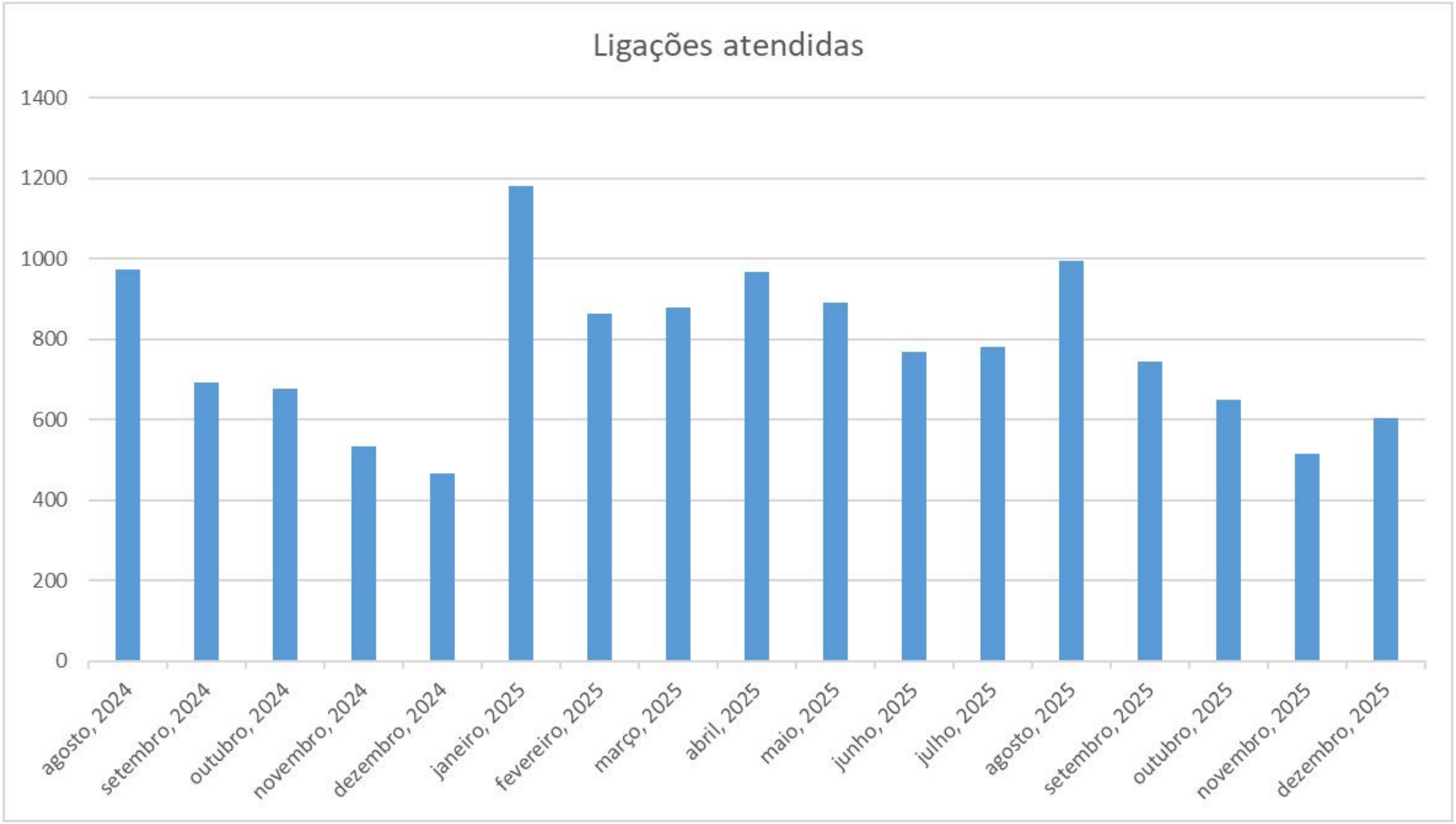
Quanto à Gerência de Logística Documental, no âmbito da gestão do processo eletrônico, destaca-se o suporte técnico-operacional prestado a mais de 119 mil usuários internos no SEI e mais de 63 mil usuários externos. Ao longo do período, foram registrados 62.423 chamados de suporte e 9.834 atendimentos telefônicos, refletindo a crescente demanda pelo uso do sistema e sua consolidação como principal ferramenta de tramitação administrativa digital. Em 2025, foram criados aproximadamente 1.460.000 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil) processos eletrônicos, evidenciando a continuidade da expansão do uso do SEI e o fortalecimento da gestão documental digital no âmbito estadual.

Gráfico 9 – Atendimentos realizados



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

Gráfico 10 – Ligações atendidas



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

Quanto à interoperabilidade tecnológica, o processo de integração entre sistemas corporativos e o SEI continuou avançando, permitindo a produção documental, tramitação processual e acompanhamento de informações de forma totalmente eletrônica. Atualmente, encontram-se em operação 32 sistemas integrados, com outros 60 sistemas integrados no ambiente homologação, ampliando a eficiência administrativa e a automação dos fluxos institucionais.

Destaca-se, ainda, a crescente utilização do Peticionamento Eletrônico, que possibilita ao cidadão o envio digital de documentos e solicitações administrativas, eliminando a necessidade de atendimento presencial e reduzindo custos operacionais e consumo de papel. Em 2025, foram criados diversos novos tipos de peticionamentos eletrônicos, demonstrando a consolidação dessa funcionalidade como instrumento essencial de transformação digital e ampliação do acesso aos serviços públicos.

Em 2025, a Gerência de Frotas iniciou a atuação em rede com as setoriais dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás em busca de uniformização de procedimentos, difusão das melhores práticas, ganhos em escala nas aquisições e contratações, bem como a criação de evidências para informar a tomada de decisão das autoridades competentes. Além disso, realizou o registro de preço de combustíveis, e iniciou o processo para o registro de preço de manutenção e locação de veículos com fornecimento de mão de obra de motoristas, locação de veículos para utilização sob demanda e locação de veículos.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, destaca-se que a Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro, realiza entregas de valor por meio de ações voltadas à formação profissional, à inclusão social e à preparação de adolescentes e jovens para o mundo do trabalho.

Essas entregas materializam-se na inserção e no acompanhamento dos aprendizes nas unidades administrativas, na oferta de formação técnica e comportamental e no suporte às unidades de lotação, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços públicos e para o fortalecimento da gestão administrativa.

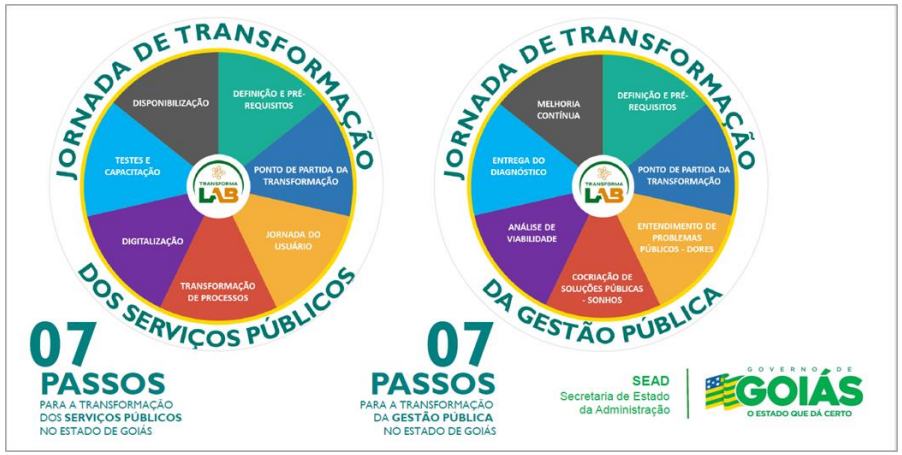
As ações encontram-se alinhadas ao Plano de Governo, ao promover a valorização do capital humano, a ampliação do acesso a oportunidades e a geração de benefícios sociais duradouros para a sociedade.

Quanto à SCTP, evidencia-se que a Jornada de Transformação dos Serviços Públicos é um processo organizado e sistematizado de compreender as necessidades reais dos usuários (experiência do usuário), pensar a cadeia de ações (processos) de forma a simplificar o serviço e dar uma melhor experiência de fruição dos serviços públicos sendo que a visão do usuário é o foco. Trata-se de uma metodologia que compreende passos e etapas recomendadas para todas as setoriais que são partes interessadas e atuantes na política pública de transformação digital, no âmbito dos serviços públicos.

A Jornada de Transformação da Gestão Pública promove a melhoria do serviço prestado ao cidadão, refletindo a excelência da gestão implementada nos órgãos e entidades públicas. É preciso realizar mudanças estruturantes na administração pública e isto só se consegue por meio da inovação, simplificação, desburocratização e construção colaborativa de soluções. A Jornada de Transformação da Gestão Pública é uma metodologia que propõe a execução de ações para uma gestão integrada e simplificada que entrega valor ao cidadão por meio da indução de uma mudança cultural na gestão pública goiana. Tem o objetivo de promover a mudança operacional e de cultura, sendo responsável por atuar na melhoria dos processos

de gestão e sustentação contidos na Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás.

Figura 55 – Jornadas de transformação pública (gestão e serviços públicos)



Fonte: SCTP/SEAD, 2025.

A SCTP atua como área estratégica de apoio e habilitação institucional, contribuindo de forma estruturante para a cadeia de geração de valor do Estado de Goiás, sem realizar a entrega direta de serviços finalísticos ao cidadão. A atuação concentra-se na consolidação da gestão e governança pública como instrumento de modernização administrativa, fortalecimento institucional e qualificação da execução das políticas públicas.

Essas iniciativas resultam em benefícios concretos para os órgãos e entidades públicas, como maior padronização de procedimentos, redução de retrabalho, aumento da eficiência operacional, melhoria da qualidade das informações e maior integração entre áreas e sistemas. As entregas estão alinhadas às diretrizes do Plano de Governo, contribuindo para a modernização administrativa, a transformação digital, o fortalecimento da governança e a melhoria contínua dos serviços públicos, promovendo a geração de valor público, o desenvolvimento sustentável e a ampliação da justiça social.

A geração de valor público também ocorre por meio da ampliação da transparência, da facilitação do acesso às informações e da qualificação da prestação dos serviços públicos estaduais. A Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, disponibilizada no EXPRESSO, organiza as informações de forma clara, acessível e padronizada, permitindo que o cidadão compreenda como interagir com o Estado e exercer seus direitos, reduzindo dúvidas, retrabalho e barreiras de acesso.

Outro ponto para geração de valor público está associado à incorporação de abordagens centradas no usuário e metodologias ágeis nos processos de formulação, avaliação e melhoria de serviços e políticas públicas. Essa atuação se concretiza por meio da realização de pesquisas quantitativas e qualitativas para identificação de necessidades reais, problemas e pontos críticos antes da implementação de soluções, bem como pela utilização de práticas de prototipagem e testes em escala reduzida. Tais estratégias promovem decisões mais orientadas por evidências, melhor utilização dos recursos públicos e maior aderência das soluções às expectativas dos usuários, contribuindo para serviços mais eficazes, eficientes e alinhados às demandas da sociedade.

Quanto à SGAC, esta realiza entrega de valor público por meio da coordenação, padronização e qualificação dos canais de atendimento presencial e digital do Estado, assegurando acesso facilitado, atendimento humanizado e melhoria contínua dos serviços públicos.

A atuação se materializa na ampliação e organização da rede de atendimento, no monitoramento de indicadores operacionais e na

adoção de ações corretivas e preventivas com base nas manifestações registradas.

Essas entregas resultam em benefícios concretos para:

- Cidadãos: maior acessibilidade, redução de tempo de espera, informações claras e padronizadas e melhoria da experiência de atendimento;
- Órgãos e entidades públicas: integração operacional, padronização de fluxos e aumento da eficiência na prestação dos serviços;
- Gestão pública estadual: geração de dados estratégicos para tomada de decisão e aprimoramento contínuo das políticas de atendimento.

As ações estão alinhadas às diretrizes do Plano de Governo, especialmente no que se refere à modernização administrativa, transformação digital, desburocratização e fortalecimento da governança, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a ampliação do acesso a direitos e a promoção da justiça social.

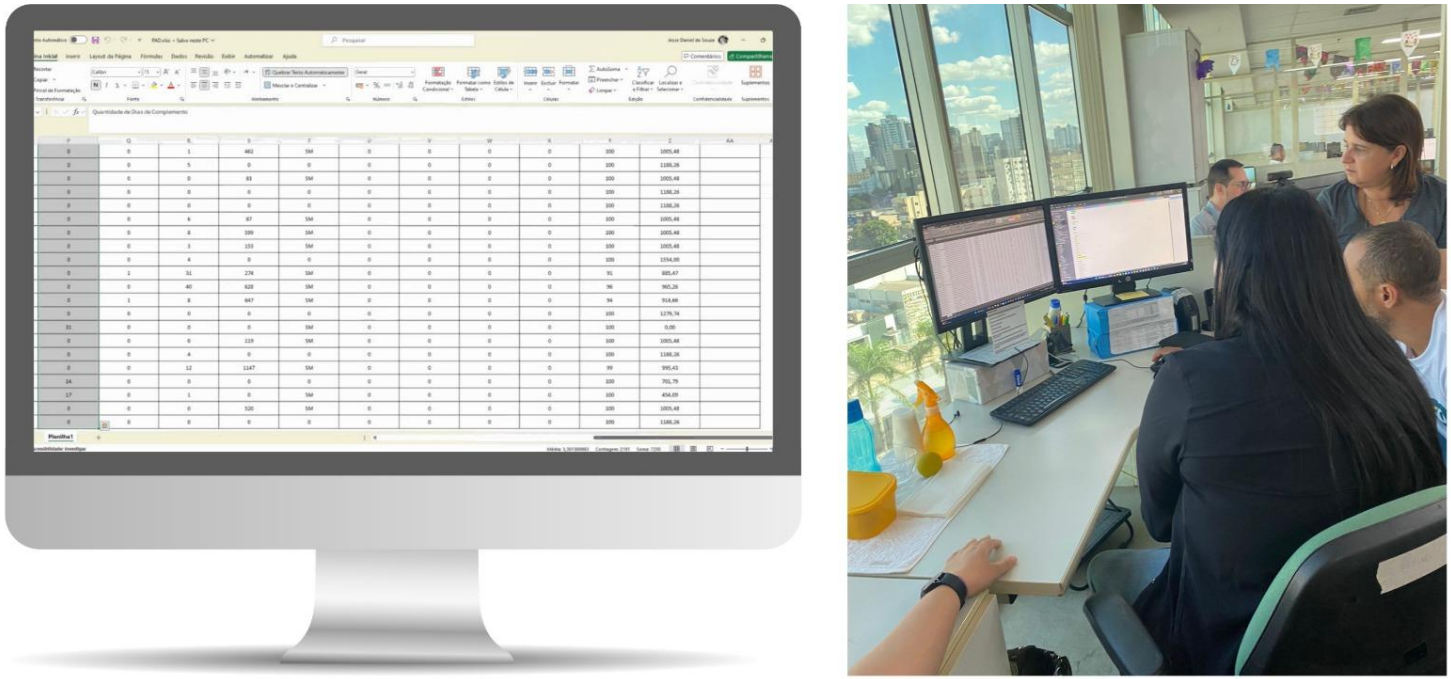
Quanto à SUPERINOVA, esta atua como área estratégica de apoio e habilitação institucional, contribuindo de forma estruturante para a geração de valor público no Estado de Goiás, sem realizar a entrega direta de serviços finalísticos ao cidadão. Sua atuação concentra-se na indução da inovação na gestão pública, na articulação interinstitucional e na qualificação da capacidade dos órgãos estaduais para formular, implementar e aprimorar políticas públicas e processos administrativos.

A principal jornada estruturante conduzida pela Superintendência é a Jornada de Inovação Aberta da Gestão Pública, que consiste em um processo organizado e sistematizado para identificação de desafios reais enfrentados pelos órgãos, imersão nos problemas, definição colaborativa de desafios e desenvolvimento de soluções inovadoras em parceria com o ecossistema de inovação, por meio de etapas de mapeamento, cocriação, validação, testes e estruturação de modelos de contratação, com destaque para o uso do Contrato Público para Solução Inovadora – CPSI. Trata-se de uma metodologia orientada à construção colaborativa de soluções e à redução de riscos na adoção de inovações pelo setor público.

A geração de valor público ocorre, também, por meio das iniciativas de inteligência de negócios públicos e de uso de tecnologias analíticas, que envolvem o desenvolvimento de soluções baseadas em dados, modelos de apoio à decisão, painéis de inteligência e aplicações de inteligência artificial para qualificação do planejamento, do monitoramento e da priorização de projetos e políticas públicas, ampliando a capacidade dos gestores de tomar decisões fundamentadas em evidências.

No campo da melhoria da gestão pública, a Superintendência promove a automação de rotinas administrativas, a análise e o redesenho de processos de apoio à gestão e a disseminação de metodologias e práticas inovadoras, com foco na redução de retrabalho, no aumento da eficiência operacional e na melhoria da qualidade das informações utilizadas pelas áreas técnicas. Nesse contexto, destacam-se duas iniciativas de automação robótica de processos – RPA: a automação do cálculo da folha de pagamento de instrutores, que reduziu o tempo de execução das atividades de aproximadamente 3 dias para cerca de 1 hora, e a automação da folha da Gratificação de Desempenho em Atividade do Vapt Vupt – GDVV, que reduziu o tempo operacional de 3 dias para cerca de 20 segundos. Essas automações contribuíram para a padronização das rotinas, redução de erros manuais, maior confiabilidade das informações e liberação das equipes para atividades de maior valor estratégico.

Figura 56 – Atuação em cálculo da GDVV



Cálculo da Gratificação pelo Desempenho em Atividade do **Vapt Vupt** (GDVV)
Redução de **3 dias para 20 segundos** das atividades.

Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

.

Estas jornadas e atividades resultam em benefícios concretos para os órgãos e entidades públicas, tais como: maior padronização de procedimentos, redução de riscos na contratação de soluções inovadoras, fortalecimento da governança de projetos, maior integração entre áreas, aumento da eficiência administrativa e melhoria da capacidade institucional para execução das políticas públicas. De forma indireta, tais ganhos repercutem positivamente na qualidade dos serviços ofertados à população.

As entregas de valor da SUPERINOVA estão alinhadas às diretrizes do Plano de Governo, voltadas ao fortalecimento da gestão pública, à inovação no setor público, à melhoria da capacidade estatal e à promoção de soluções mais eficientes para os desafios da administração pública, contribuindo para a geração de valor público, para o desenvolvimento sustentável e para a ampliação da justiça social.

Outro aspecto relevante para a geração de valor público está associado à disseminação da cultura de inovação entre os servidores públicos, por meio de oficinas, capacitações, produção de materiais metodológicos, ações formativas e projetos institucionais que estimulam a mudança cultural, a ampliação de competências e o engajamento das equipes na melhoria contínua da gestão pública.

Nesse contexto, destacam-se as edições do evento Diálogos Inspiradores, que reuniram mais de 400 servidores públicos, promovendo reflexões e compartilhamento de boas práticas sobre inovação no setor público.

Também se destaca a produção da série institucional de vídeos formativos, estruturada em 6 temporadas temáticas (Inteligência Artificial, Ciência de Dados, Inovação, Inovação Aberta, Inteligência de Negócios e Competências para Inovar), totalizando 33 episódios publicados, com 38.874 visualizações e média de 1.180 visualizações por vídeo, ampliando o alcance das ações de capacitação em formato digital.

Adicionalmente, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, foram produzidos conteúdos sobre inteligência artificial direcionados aos beneficiários do Programa ProBem, que alcançaram mais de 33 mil visualizações, fortalecendo a difusão do conhecimento tecnológico e a inclusão digital.

Figura 57 – Algumas ações de cultura de inovação



LiderAção - Escola de Governo



OVG



DETRAN - Ciretrans



SEDUC

Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Figura 58 – Algumas ações de cultura de inovação



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

A Gerência de Governança de Estatais - GGE promove a geração de valor ao implementar melhorias de práticas, ferramentas de integração e estratégias eficazes, fomentando uma gestão de governança coesa, eficiente e transparente nas empresas estatais. Essas ações visam aprimorar a condução das empresas estatais goianas, garantindo uma administração pública mais justa e responsável.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, a SURES consolidou, em 2025, a implementação de relevantes políticas públicas por meio da realização de concursos públicos e processos seletivos, gerando impactos concretos para a sociedade goiana. A seleção de profissionais qualificados para áreas estratégicas do Estado contribuiu para o fortalecimento da administração pública e para a ampliação e qualificação dos serviços essenciais prestados à população.

No período, foram homologados dois concursos públicos, sendo um destinado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica – SPTC/ SSP, e outro à Diretoria-Geral de Polícia Penal – DGPP, além da realização de 20 processos seletivos. As seleções contemplaram a contratação de profissionais para diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, entre os quais: Secretaria-Geral de Governo – SGG, Secretaria de Indústria e Comércio – SIC, Secretaria de Estado da Administração – SEAD, Secretaria de Estado da Casa Civil – CASA CIVIL, Secretaria de Estado da Retomada – SER, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Agência Estadual de Turismo - GOIÁS TURISMO, Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL, Diretoria-Geral de Polícia Penal – DGPP, Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor – PROCON, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – CBMGO, Escola de Governo e Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA.

Ademais, a admissão de servidores efetivos e comissionados atendeu de forma direta e estratégica às demandas dos órgãos governamentais, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos.

Todas essas entregas estão alinhadas ao Plano de Governo, que busca modernizar a gestão pública, promover justiça social e garantir um serviço público mais eficiente, acessível e transparente. Dessa forma, a SURES reafirma seu compromisso com a valorização do mérito, a inclusão social e a construção de um Estado cada vez mais preparado para atender às demandas da sociedade goiana.



VALOR PÚBLICO GERADO



21 VALOR PÚBLICO GERADO

Para a sociedade, o valor público é percebido na melhoria das condições das unidades de atendimento ao cidadão, que passam a operar com maior segurança, acessibilidade e continuidade, ampliando a satisfação do usuário e assegurando uma experiência mais digna e resolutiva.

Para os órgãos e entidades públicas, a governança administrativa promovida pela Superintendência de Gestão Integrada resulta em maior estabilidade na execução das políticas públicas, com contratações íntegras, regularidade da aplicação dos recursos, conformidade contábil e previsibilidade orçamentária, fatores essenciais para a entrega de serviços públicos contínuos e confiáveis.

Os servidores experimentam valor público por meio da padronização de procedimentos, da regularidade da vida funcional, da clareza das orientações e da melhoria das condições de trabalho, o que fortalece o desempenho institucional e aumenta a capacidade do Estado de responder às demandas sociais com eficiência. A simplificação de fluxos, a consolidação de informações confiáveis para decisão e o aprimoramento das práticas de gestão contribuem para uma administração mais transparente, ágil e orientada a resultados.

Esses benefícios, sustentados por práticas de governança, responsabilidade fiscal e gestão eficiente, consolidam uma melhoria duradoura na prestação dos serviços públicos estaduais. Dessa forma, a Superintendência de Gestão Integrada gera valor público ao promover maior acessibilidade aos serviços, fortalecer a confiança da sociedade no Estado, aprimorar o uso dos recursos públicos e contribuir para a construção de uma administração mais justa, eficiente e alinhada às necessidades reais da população.

O valor público gerado pela Chefia de Gabinete da SEAD constitui o impacto real e a transformação positiva que a sociedade goiana percebe como resultado da articulação e governança exercidas pela unidade. Mais do que a simples execução de tarefas administrativas, o valor público aqui se materializa na melhoria da confiança institucional e na percepção de um Estado mais íntegro, ágil e eficiente. A mudança mais relevante e duradoura percebida pela sociedade é a transição de uma burocracia rígida para uma gestão orientada a resultados, onde a atuação do Gabinete garante que as decisões estratégicas do Titular da Pasta se traduzam em serviços que facilitam o cotidiano do cidadão, reduzindo tempos de espera e eliminando barreiras de acesso ao serviço público.

Um benefício central derivado dessa atuação é a consolidação da cultura de austeridade e transparência. Quando a Chefia de Gabinete coordena o Compliance e a gestão de riscos, o benefício para a sociedade é a garantia de que os recursos dos impostos estão sendo aplicados com ética e responsabilidade, resultando em uma máquina pública que custa menos e entrega mais. Essa melhoria é duradoura pois institui processos auditáveis e padrões de integridade que permanecem como um legado para as futuras gestões, assegurando que o interesse coletivo prevaleça sobre interesses particulares ou ineficiências históricas.

Além disso, a geração de valor público se manifesta na inclusão e na justiça social promovidas pela digitalização e modernização administrativa. A melhoria percebida é a "desburocratização da cidadania": o cidadão passa a interagir com um Estado que fala uma linguagem clara e que oferece soluções na palma da mão, por intermédio da tecnologia. No longo prazo, o impacto é uma sociedade mais empoderada, que exerce o controle social com mais facilidade e que usufrui de políticas públicas de gestão de pessoal e patrimônio que dão suporte indireto, porém essencial, a todas as

demais áreas como saúde, segurança e educação. Portanto, o valor gerado pela Chefia de Gabinete é a sustentação de um Estado moderno e resiliente, que transforma a eficiência interna em qualidade de vida e dignidade para todos os cidadãos.

No tocante à Procuradoria Setorial, o valor público gerado pela atuação ocorre de forma indireta, por meio da orientação jurídica adequada prestada às unidades da Secretaria e da atuação preventiva voltada à redução de riscos e à prevenção de litígios. Ao oferecer assessoramento técnico qualificado e participar das discussões institucionais ainda nas fases iniciais das demandas, a unidade contribui para decisões mais seguras e para a condução organizada dos processos internos, evitando conflitos futuros e favorecendo a continuidade das ações governamentais.

Quanto à Corregedoria Setorial, este valor está relacionado ao fortalecimento da integridade, da probidade e da confiança institucional da SEAD, à proteção do patrimônio público e à indução de melhorias comportamentais e procedimentais no serviço público. Isso decorre da atuação tecnicamente qualificada de seus servidores, o que garante uma apuração imparcial das irregularidades, adstrita ao devido processo legal administrativo, assegurando-se a segurança jurídica a todos os envolvidos nos processos e procedimentos de sua competência.

Um sistema de correição consistente no âmbito da SEAD reduz riscos de impunidade, reincidência, prescrição das transgressões funcionais e demais irregularidades abrangidas pelo seu escopo de apuração. Ao promover responsabilização administrativa legal, proporcional e orientada por integridade, a Corregedoria Setorial contribui para um ambiente administrativo mais seguro, ético, previsível e eficiente no âmbito da Pasta, com efeitos duradouros na qualidade do serviço prestado pela SEAD à sociedade.

No âmbito da Ouvidoria Setorial, esta gera valor público ao fortalecer a participação social, ampliar a transparência e contribuir para o aprimoramento contínuo dos serviços públicos prestados à sociedade. Por meio do recebimento, análise e tratamento das manifestações dos usuários, tais como reclamações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informação, a Ouvidoria Setorial transforma a experiência do cidadão em insumo estratégico para a melhoria da gestão pública.

O valor público produzido manifesta-se na ampliação dos canais de diálogo entre o cidadão e a administração pública, garantindo escuta qualificada, respostas tempestivas e acompanhamento efetivo das demandas apresentadas. Os resultados alcançados, evidenciados pelo reduzido tempo médio de resposta e pelos índices de resolutividade e satisfação dos usuários, demonstram o compromisso institucional com a eficiência, a qualidade do atendimento e o respeito ao usuário dos serviços públicos.

Destaca-se, ainda, a utilização dos dados de ouvidoria como ferramenta de apoio à tomada de decisão gerencial, permitindo a identificação de fragilidades, demandas recorrentes e oportunidades de melhoria nos diferentes serviços ofertados pela Pasta. A vinculação entre as manifestações registradas e os tipos de serviços públicos prestados possibilita diagnósticos mais precisos, contribuindo para ajustes administrativos e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, com reflexos diretos na qualidade das entregas à sociedade.

No campo da transparência e do controle social, a Ouvidoria fortalece mecanismos de participação cidadã ao incentivar a avaliação contínua dos serviços públicos, inclusive por meio de pesquisas de satisfação e da implementação do Conselho de Usuários dos Serviços

Públicos, instituído pelo Decreto nº 10.850, ampliando a participação social na avaliação e no aprimoramento das políticas públicas.

Assim, o valor público gerado pela Ouvidoria Setorial traduz-se na melhoria progressiva da prestação dos serviços públicos, no fortalecimento da confiança entre sociedade e Estado e na promoção de uma gestão mais responsiva, transparente e orientada às necessidades do cidadão, produzindo efeitos relevantes e duradouros para a administração pública e para a sociedade goiana.

O Escritório de Projetos Setorial contribui diretamente para a geração de valor público ao estruturar, monitorar e apoiar a execução de projetos estratégicos que materializam as políticas públicas e as diretrizes governamentais. A atuação da unidade promove melhorias concretas na qualidade da gestão pública, refletindo em entregas mais eficientes, previsíveis e alinhadas às necessidades da sociedade.

Como resultado da implantação de práticas estruturadas de gerenciamento de projetos, observou-se aumento de aproximadamente 60% na taxa de entrega de iniciativas dentro do prazo e do escopo previstos, o que representa maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior confiabilidade na execução das ações governamentais. Esse avanço contribui para que programas e serviços públicos sejam disponibilizados à população com maior qualidade, tempestividade e aderência às demandas sociais.

Outro benefício relevante decorrente da atuação do Escritório de Projetos Setorial é o fortalecimento da integração entre áreas estratégicas da Secretaria, como planejamento, orçamento, tecnologia e gestão de pessoas. Essa articulação promove maior alinhamento entre a formulação estratégica e a execução das políticas públicas, reduzindo retrabalhos, ampliando a efetividade das iniciativas governamentais e potencializando os resultados institucionais entregues à sociedade.

A consolidação das práticas de governança e gestão de projetos também tem contribuído para o fortalecimento da imagem institucional da SEAD perante órgãos de controle, parceiros institucionais e cidadãos, ampliando a transparência, a confiabilidade e a credibilidade das ações governamentais. Esse reconhecimento favorece a continuidade das políticas públicas, fortalece a cultura de gestão orientada a resultados e amplia a capacidade do Estado de responder às demandas sociais de forma estruturada e sustentável.

Nesse contexto, o Escritório de Projetos Setorial exerce papel estratégico ao promover melhorias duradouras na capacidade institucional da SEAD, assegurando que os projetos e iniciativas governamentais gerem impactos positivos, mensuráveis e alinhados às necessidades da sociedade, contribuindo para a entrega de serviços públicos mais eficientes, integrados e orientados ao interesse coletivo.

No âmbito da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, como valor público gerado, tem-se a segurança jurídica para as famílias tituladas e a redução de incertezas antigas sobre a posse dos imóveis. Para o Estado, houve a estabilização do acervo patrimonial, mitigação de riscos e desoneração progressiva com a preparação do encerramento das estruturas em liquidação.

As ações desenvolvidas pela Diretoria Executiva da Escola de Governo, no âmbito da SEAD, resultam na geração de valor público ao promover melhorias estruturais e duradouras na capacidade do Estado de formular, implementar e avaliar políticas públicas, refletindo positivamente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

A ampliação e qualificação contínua das ações de capacitação contribuíram para o fortalecimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos servidores, impactando de forma relevante a eficiência administrativa, a redução de retrabalhos, a melhoria dos processos internos e a tomada de decisões mais fundamentadas. Esses efeitos repercutem na prestação de serviços públicos mais ágeis, com maior previsibilidade, qualidade e foco em resultados, beneficiando diretamente a população goiana.

O investimento sistemático no desenvolvimento de lideranças, na inovação em governo e na formação especializada em áreas estratégicas da gestão pública fortaleceu a governança, ampliou a capacidade de coordenação estatal e favoreceu a adoção de práticas mais éticas, colaborativas e orientadas ao interesse público. Como consequência, observa-se maior alinhamento entre planejamento, execução e resultados das políticas públicas, com melhor uso dos recursos públicos e maior efetividade das ações governamentais.

Adicionalmente, a democratização do acesso à capacitação, especialmente por meio do ensino a distância, contribuiu para reduzir desigualdades regionais, assegurando que servidores de diferentes municípios tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento. Esse aspecto reforça o caráter inclusivo da política pública de capacitação e amplia seus impactos sociais de médio e longo prazos.

Dessa forma, o valor público gerado pelas ações da Escola de Governo transcende os resultados imediatos das entregas realizadas, traduzindo-se em ganhos institucionais permanentes, maior confiança da sociedade nas instituições públicas e melhoria consistente da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo e com os objetivos estratégicos da SEAD, instituídos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026.

No âmbito da DESSS, sua atuação contribuiu para a geração de valor público por meio do fortalecimento das políticas de saúde e segurança no trabalho, da qualificação dos processos periciais e da vigilância ocupacional no âmbito do Poder Executivo estadual.

As entregas realizadas pela unidade produziram benefícios principalmente para os servidores públicos estaduais, com reflexos indiretos na qualidade dos serviços prestados à sociedade, tais como:

- Maior regularidade e segurança jurídica nos afastamentos funcionais, decorrentes da atuação da Junta Médica Oficial do Estado;
- Ampliação do monitoramento da saúde ocupacional, com incremento expressivo na realização dos EMP;
- Fortalecimento das ações de cuidado em saúde mental, por meio da expansão dos atendimentos do PAS;
- Avanço na estruturação da prevenção de riscos ocupacionais, com a execução de programas e laudos técnicos de SST;
- Melhoria da base informacional trabalhista e previdenciária, especialmente com o envio sistemático dos eventos de SST ao eSocial e com a implantação do SGG.

Essas iniciativas contribuíram para a redução de vulnerabilidades ocupacionais e para o aumento da capacidade institucional de monitoramento da saúde da força de trabalho pública. Embora persistam desafios relacionados à ampliação da cobertura das ações e ao fortalecimento da integração com os órgãos setoriais, os resultados de 2025 indicam evolução gradual na consolidação de uma política estruturada de saúde e segurança do servidor, com

potencial para gerar ganhos sustentáveis de eficiência administrativa, proteção laboral e qualidade do serviço público.

No tocante à Superintendência de Sistemas de Informação, esta gera valor público ao estruturar e sustentar a base digital que viabiliza a formulação, execução e monitoramento das políticas públicas estaduais. Por meio da oferta de infraestrutura segura, sistemas integrados e soluções orientadas a dados, a TI fortalece a capacidade institucional do Estado, contribuindo para serviços públicos mais confiáveis, ágeis e alinhados às necessidades da sociedade.

Com o foco em modernização tecnológica, automação de processos e a integração de informações, a SSI vem promovendo ganhos significativos de eficiência administrativa, com redução de retrabalho, padronização de fluxos e apoio à tomada de decisão baseada em evidências. Tais avanços melhoram a produtividade e aprimoram a qualidade das entregas governamentais, refletindo diretamente na melhoria da experiência do cidadão com os serviços públicos.

Além disso, o fortalecimento da governança de TI, da segurança da informação e da transformação digital vem ampliando a transparência, a integridade dos dados e o acesso da população aos serviços, inclusive por meio de canais digitais. Dessa forma, a atuação da TI mostra-se estratégica para a modernização da gestão pública, para o uso mais eficiente dos recursos e para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições estaduais.

Na seara da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, o valor público gerado corresponde ao benefício, à mudança ou à melhoria percebida pela sociedade como consequência das entregas realizadas pelo Estado, representando o que efetivamente melhorou de forma relevante e duradoura a partir das ações desenvolvidas pelas unidades da SEAD.

A melhoria da qualidade, da eficiência e da integridade das compras e contratações realizadas pelo Estado de Goiás refletiu diretamente na prestação de bens e serviços à sociedade. As entregas promovidas contribuíram para que os recursos públicos fossem aplicados de forma mais planejada, transparente e eficiente, resultando em maior previsibilidade das aquisições, redução de riscos, ampliação da competitividade e fortalecimento da governança das contratações públicas. A centralização estratégica das contratações, a padronização de procedimentos, a implementação do Plano de Contratações Anual – PCA e a utilização de sistema informatizado de compras ampliaram a eficiência do gasto público e contribuíram para a economicidade, permitindo melhores condições de contratação e a maximização do retorno social dos recursos investidos.

Do ponto de vista da transparência e do controle social, houve fortalecimento do acesso à informação, da rastreabilidade dos processos e da integridade dos procedimentos licitatórios, promovendo maior confiança da sociedade e ambiente mais competitivo e inclusivo, com impactos positivos para o mercado e para a economia local. Em perspectiva de médio e longo prazos, o fortalecimento da governança, a capacitação dos agentes públicos e a consolidação de modelos e sistemas estruturantes elevam a capacidade institucional do Estado e asseguram a execução das políticas públicas com maior qualidade e responsabilidade.

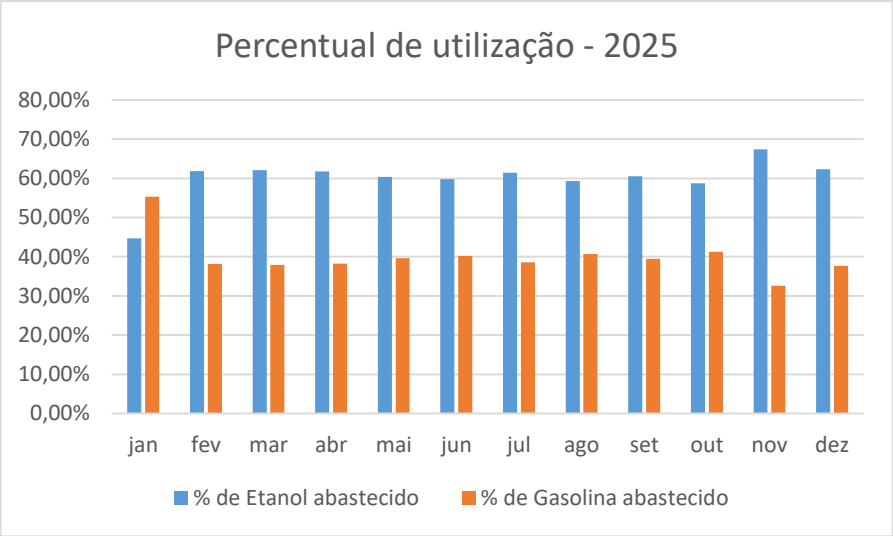
No âmbito da Regularização Fundiária, as medidas implementadas resultaram em ganhos concretos e duradouros para a sociedade. A adoção de checklists padronizados para alienações de imóveis públicos e a estruturação de fluxos de atendimento presenciais e eletrônicos proporcionaram maior organização, transparência e previsibilidade aos procedimentos.

Com a consolidação das diretrizes da Lei Estadual nº 20.954/2020 e a regulamentação promovida pelo Decreto nº 10.641/2025, o processo administrativo tornou-se mais dinâmico, seguro e eficiente, com fortalecimento da segurança jurídica, oferta de informações claras e redução de inconsistências processuais, contribuindo para maior celeridade na tramitação. O valor público gerado traduz-se na ampliação do acesso à regularização fundiária, na promoção do direito à moradia regular, no ordenamento territorial e na redução de conflitos possessórios, consolidando melhorias estruturais na prestação do serviço público.

Em 2025, a mitigação de excessos de estoque liberou recursos para investimentos sociais e reduziu compras emergenciais, melhorando o acesso a serviços públicos sem onerar o erário. Essa mudança, percebida por meio de relatórios transparentes e feedbacks de 39 órgãos, fortaleceu a confiança na gestão e promoveu sustentabilidade fiscal. A atuação em rede, com 340 servidores, resultou em giros mais eficientes e menor impacto ambiental.

Na gestão de frotas, o trabalho de conscientização e padronização junto às setoriais dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás viabilizou a substituição gradual da gasolina pelo etanol, com aumento de 28,40% no consumo de etanol e redução proporcional das emissões de gases de efeito estufa na ordem de 5,35% em comparação ao exercício anterior, além de incentivo à atividade econômica nos termos da Lei nº 21.666/2024.

Gráfico 11 – Percentual de utilização - 2025



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

Dessa forma, o valor público gerado em 2025 expressa-se na melhoria da gestão, na maior eficiência da aplicação dos recursos públicos, no fortalecimento da segurança jurídica, na promoção da sustentabilidade ambiental e na entrega de benefícios concretos e duradouros à sociedade.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, tem-se que a Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro gera valor público ao contribuir para a efetivação de política pública voltada à inclusão social e à qualificação profissional de adolescentes e jovens, promovendo desenvolvimento humano, fortalecimento da cidadania e ampliação de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

O valor público manifesta-se na melhoria estrutural da relação entre o Estado e a sociedade, ao estimular práticas de formação ética, responsabilidade social e compromisso com o interesse público, refletindo de forma positiva e duradoura na qualidade dos serviços públicos e na formação de cidadãos mais conscientes e preparados.

A atuação da Coordenação também fortalece a capacidade institucional do Estado ao promover integração entre unidades administrativas, racionalização de processos e utilização orientada dos recursos públicos, contribuindo para a sustentabilidade das ações governamentais e para a geração de benefícios sociais de longo prazo.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro produzem impactos que transcendem os resultados imediatos, consolidando ganhos sociais relevantes e alinhados aos objetivos estratégicos do Estado.

Quanto à SCTP, o valor público gerado manifesta-se de forma transversal e sistêmica, por meio do fortalecimento da capacidade institucional do Estado de Goiás em planejar, organizar e executar seus processos de trabalho de maneira integrada, padronizada e orientada a resultados. As entregas são estruturantes e produzem impactos relevantes e sustentáveis na qualidade das políticas públicas e dos serviços ofertados à sociedade.

De igual forma, a geração de valor público se evidencia na ampliação da transparência e na facilitação do acesso às informações sobre serviços públicos, tornando mais claros os requisitos, prazos e formas de acesso. Esse avanço contribui para a redução de dúvidas e deslocamentos desnecessários, melhora a experiência do usuário e fortalece a padronização das informações institucionais, beneficiando simultaneamente cidadãos e administração pública por meio da melhoria contínua dos serviços e do fortalecimento da transparência ativa.

Também, a transformação digital orientada à centralidade do usuário promove a entrega de serviços mais simples, intuitivos e acessíveis, resultando em experiências mais fluídas e positivas. O valor público gerado manifesta-se na ampliação da autonomia do cidadão na escolha dos canais de atendimento – digitais ou presenciais – e na garantia de que as soluções sejam concebidas a partir das reais necessidades dos usuários, contribuindo para serviços mais inclusivos, eficientes e alinhados às expectativas da sociedade.

Quanto à SGAC, o valor público gerado se evidencia na melhoria concreta e duradoura do acesso da população aos serviços públicos estaduais.

Neste sentido, a ampliação e qualificação da rede de atendimento presencial e digital proporcionaram maior capilaridade, redução de tempo de espera, padronização de informações e maior comodidade ao cidadão. Houve avanço na transparência das orientações sobre serviços, requisitos e prazos, reduzindo deslocamentos desnecessários e retrabalho.

A escuta ativa, por meio de pesquisas de satisfação e manifestações registradas na Ouvidoria, permitiu ajustes contínuos nos processos de atendimento, elevando a qualidade percebida pelos usuários e fortalecendo a confiança da sociedade na atuação do Estado.

O valor público também se manifesta na geração de dados estratégicos para tomada de decisão, na integração entre órgãos parceiros e na melhoria da experiência do cidadão, garantindo serviços mais acessíveis, organizados, eficientes e alinhados às reais necessidades da população.

Dessa forma, a atuação da SGAC contribui de maneira relevante para a modernização administrativa, ampliando o acesso a direitos e à promoção de maior equidade no atendimento à sociedade.

For fim, quanto à SUPERINOVA, sua atuação gera valor público ao fortalecer, de forma estruturante, a capacidade dos órgãos e entidades estaduais de planejar, implementar e aprimorar políticas públicas e processos de gestão, por meio da adoção de metodologias de inovação, da articulação interinstitucional e do uso qualificado de dados e tecnologias no apoio à tomada de decisão. Esse fortalecimento institucional produz efeitos duradouros na forma como o Estado enfrenta problemas públicos e organiza suas ações.

Como principal benefício para a sociedade, observa-se a melhoria da eficiência administrativa, da coordenação entre órgãos e da qualidade das decisões governamentais, com reflexos indiretos na qualidade dos serviços públicos, na melhor utilização dos recursos públicos e no aumento da capacidade do Estado de responder às demandas sociais de maneira mais ágil, integrada e orientada a evidências.

De forma complementar, a disseminação da cultura de inovação entre os servidores públicos contribui para mudanças organizacionais sustentáveis, ampliando competências, estimulando a melhoria contínua da gestão e fortalecendo, nos médio e longo prazos, a capacidade do Governo do Estado de gerar resultados públicos mais consistentes e alinhados ao interesse da sociedade.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, esta gera valor público na promoção de melhoria duradoura da gestão das estatais goianas. A implementação de políticas de governança robustas reduz riscos de má gestão e aumenta a confiança da sociedade nas instituições. O benefício real é a preservação do patrimônio público e a maior eficiência na prestação de serviços, garantindo que o Estado entregue resultados relevantes e duradouros para a população por meio de suas empresas.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, a SURES gera valor público ao garantir que o ingresso de servidores no Poder Executivo Estadual ocorra de forma transparente, isonômica e baseada no mérito, contribuindo para a qualificação da força de trabalho e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Alinhada ao Plano Estratégico da SEAD 2023-2026, especialmente ao OKR Estratégico do segmento Servidores Públicos “Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais”, a atuação da unidade viabiliza o provimento adequado de pessoal, reduzindo déficits e fortalecendo a capacidade de entrega das políticas públicas.

Adicionalmente, a modernização e padronização dos processos de recrutamento, seleção, nomeação e posse promovem maior eficiência, celeridade e transparência, fortalecendo a confiança da sociedade e contribuindo para uma administração pública mais efetiva, inclusiva e orientada a resultados.



FATORES QUE OTIMIZARAM OS RESULTADOS

22 FATORES QUE OTIMIZARAM OS RESULTADOS

A entrega de resultados é um aspecto essencial para mensurar a efetividade da gestão e da prestação dos serviços. Contudo, diversos fatores podem influenciar positiva ou negativamente a eficiência e a eficácia desse processo. Esses fatores podem variar desde aspectos relacionados à gestão e planejamento até elementos mais subjetivos, como motivação e ambiente de trabalho.

No âmbito da Chefia de Gabinete da SEAD, o alcance dos objetivos e a maximização dos resultados são frutos de uma combinação estratégica entre competências internas consolidadas e o aproveitamento de oportunidades surgidas no ambiente externo. Um dos principais fatores internos de otimização é a maturidade da governança institucional, que permitiu a estruturação de fluxos de trabalho mais ágeis e a profissionalização da assessoria técnica. A existência de uma equipe multidisciplinar e requalificada possibilitou que o Gabinete deixasse de ser um centro apenas burocrático para se tornar um núcleo de inteligência estratégica, capaz de antecipar gargalos e oferecer soluções jurídicas e administrativas céleres, reduzindo o tempo de resposta nas decisões do Titular da Pasta.

Externamente, a aceleração da transformação digital no setor público brasileiro apresentou-se como uma oportunidade crucial que foi prontamente capturada pela unidade. A crescente aceitação de tecnologias como computação em nuvem e ferramentas de colaboração remota permitiu que a Chefia de Gabinete otimizasse a comunicação interinstitucional e a gestão de processos em tempo real. Além disso, o forte apoio da alta administração do Estado ao Programa de Compliance Público – PCP criou um ambiente de segurança institucional que favoreceu a implementação de controles internos mais rigorosos, minimizando riscos e elevando a legitimidade dos atos praticados. A convergência entre a necessidade de austeridade fiscal e a disponibilidade de novas ferramentas tecnológicas funcionou como um catalisador para a inovação, permitindo que o Gabinete entregasse mais valor com a mesma base de recursos.

A combinação desses fatores resultou em uma sinergia que potencializou as entregas da Pasta. Internamente, a cultura de planejamento baseada no Plano Estratégico 2023-2026 deu clareza de propósito à equipe, enquanto externamente, o empoderamento do cidadão e a exigência por transparência serviram como propulsores para o aperfeiçoamento dos canais de ouvidoria e acesso à informação. Essa integração entre o fortalecimento das capacidades internas (potencialidades) e o cenário de modernização do Estado (oportunidades) foi o diferencial que permitiu à Chefia de Gabinete não apenas atingir suas metas, mas estabelecer um novo patamar de eficiência e excelência na gestão pública estadual, garantindo resultados relevantes e duradouros para a sociedade.

No tocante à Gerência da Secretaria-Geral – GESG, a otimização dos resultados foi impulsionada pela reforma da redação oficial, tornando os despachos de encaminhamento mais objetivos e diretos. Esta mudança eliminou ambiguidades e acelerou o tempo de análise e remessa de processos para as unidades de destino.

Outro fator determinante foi a criação de novos fluxos procedimentais e o alinhamento prévio com as unidades destinatárias dos encaminhamentos. Tal coordenação harmonizou as expectativas e reduziu significativamente o retorno de processos para correção, garantindo maior fluidez.

Quanto à Procuradoria Setorial, dentre os fatores que contribuíram positivamente para o alcance dos resultados institucionais,

destacam-se os ajustes na organização interna das atividades da unidade administrativa, com a definição de fluxos de trabalho mais estruturados e a especialização das demandas por matérias jurídicas. A atualização técnica contínua dos integrantes da unidade e o uso de ferramentas tecnológicas também favoreceram maior eficiência no acompanhamento dos processos administrativos.

Além disso, o fortalecimento do apoio administrativo nas rotinas de distribuição e organização dos processos contribuiu para maior previsibilidade na tramitação das demandas jurídicas e para o aprimoramento da capacidade de resposta da unidade.

Na esfera da Corregedoria Setorial, contribuíram para a otimização dos resultados a modernização e a padronização decorrentes do uso de soluções e sistemas institucionais disponibilizados pela CGE, como o SISPAC e seus módulos, que ampliam a rastreabilidade, a celeridade e a uniformidade dos procedimentos. Também se destacou a ampliação da comunicação e do trabalho colaborativo por meio de ferramentas institucionais, como Teams e WhatsApp, com ganhos de agilidade em diligências, articulações e obtenção de informações.

Outro fator relevante foi a consolidação de orientações e entendimentos técnicos por órgãos como a PGE-GO, a CGE-GO e o TCE-GO, contribuindo para reduzir incertezas, retrabalho e inconsistências na condução dos processos. Somam-se a isso os cursos de capacitação realizados no período, tanto em temas técnicos de correição (relacionados aos processos de Sindicâncias, PAR, PAF, PAD), de Tomada de Contas Especial, quanto em ferramentas e recursos voltados ao aprimoramento do trabalho, como eticidade no trabalho público, e inclusive em iniciativas relacionadas a novas soluções digitais, como ferramentas de inteligência artificial, permitindo sua aplicação ao apoio administrativo e à padronização de rotinas de forma segura e eficaz.

Ressalta-se, ainda, a atuação articulada com gerências e unidades da SEAD, que favoreceu a instrução adequada e a tempestividade dos feitos. Nesse contexto, destaca-se a interação com a Gerência de Convênios e Governança Corporativa, que contribuiu especialmente nas medidas administrativas internas preliminares relacionadas às Tomadas de Contas Especiais. Por sua vez, a atuação conjunta com a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, permitiu o alinhamento e a obtenção de informações funcionais necessárias aos processos de responsabilização. A Ouvidoria permaneceu como canal relevante de encaminhamento e organização de manifestações, auxiliando o fluxo de tratamento das demandas. A atuação conjunta com a Chefia de Gabinete também se mostrou essencial, especialmente nas etapas de encaminhamento e nas fases decisórias dos processos, contribuindo para alinhamento, celeridade e segurança institucional.

Ademais, o comprometimento dos servidores lotados na Corregedoria e a cooperação interna na condução dos processos contribuíram para a manutenção da qualidade da instrução, do controle de prazos e da entrega de encaminhamentos com segurança jurídica.

Por fim, destaca-se a participação da Corregedoria Setorial no 1º Encontro de Corregedorias do Estado de Goiás, promovida pela CGE-GO em parceria com o TCE-GO, o que contribuiu para atualização técnica, alinhamento de entendimentos e troca de boas práticas, com reflexos na padronização de rotinas e no aprimoramento da atuação correcional.

Quanto à Ouvidoria Setorial, dentre os fatores responsáveis por otimizar os resultados estão:

- Infraestrutura: a Ouvidoria Setorial está alocada no 7º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira – PPLT, setor central da capital.

O local garante o acesso do público à Ouvidoria em um espaço físico individualizado, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro ao usuário. Além de ser acessível a PcD e contar com sinalização adequada, a unidade dispõe do suporte das recepções principal e do andar para a orientação dos manifestantes.

Foto 7 – Sala de Atendimento Ouvidoria - 2025



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025

Importante ressaltar que no PPLT a ouvidoria está estrategicamente próxima da alta gestão da pasta, assim como das principais unidades básicas e complementares o que possibilita maior acesso às áreas técnicas e atuação a contento às demandas.

Além disso, na atual gestão todos os computadores e demais equipamentos eletrônicos foram substituídos por modelos de última geração, o que otimizou os processos de trabalho proporcionando melhores entregas aos usuários dos serviços públicos.

- Qualificação Profissional: o planejamento Estratégico SEAD 2023-2026 traçou objetivos estratégicos para pasta, dentre eles, o OKR estratégico do segmento servidores públicos "Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais.", o qual promove a qualificação e qualidade de vida aos servidores de forma a inspirá-los e engajá-los para superarem obstáculos e conquistarem novos patamares de excelência em sua atuação adotando o acolhimento como práticas e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas.

Nessa esteira, a Gerência da Ouvidoria Setorial da SEAD no encargo de promover o desenvolvimento da equipe de servidores da unidade, serviu-se das capacitações específicas à sua área de atuação disponibilizadas pela Escola de Governo, nos eixos do Compliance Público do Estado de Goiás.

Visando ampliação de conhecimentos, outros cursos relacionados às atividades de ouvidoria foram realizados em outras instituições pelos servidores desta unidade de Ouvidoria Setorial.

- Tecnologia: o uso da tecnologia exerceu grande influência no processo de trabalho desenvolvido na Unidade. A exemplo da

possibilidade de crescimento do trabalho on-line pelos aplicativos: (*Zoom* e *WhatsApp*), o que aumentou a velocidade de comunicação entre áreas e para os usuários.

Com intuito de disponibilizar dados estatísticos e subsidiar a tomada de decisão da alta gestão, a Ouvidoria da SEAD continua inovando ao elaborar e disponibilizar Relatório On-line (Dashboard) com informações consolidadas mensalmente, através de Painéis interativos.

- Apoio Técnico: a Chefia de Gabinete da SEAD e a Subcontroladoria de Transparência, Controle Social e Ouvidoria da CGE foram unidades que forneceram suporte e apoio técnico constantes, fatores imprescindíveis para atuação e êxito dessa Unidade Setorial de Ouvidoria.

No âmbito do Escritório de Projetos Setorial, ao longo dos últimos três anos, a unidade consolidou uma série de práticas que transformaram a gestão de projetos em um pilar estratégico da Secretaria. Essas ações não apenas elevaram a maturidade organizacional, como também geraram resultados concretos em eficiência, transparência e entrega de valor público, são elas:

1. Institucionalização do Escritório de Projetos Setorial como Unidade Básica (2023)

- Prática: Reconhecimento formal via Decreto nº 10.218/2023, vinculando o Escritório de Projetos diretamente ao Gabinete do Secretário.
- Impacto: Maior legitimidade, autonomia e acesso à alta liderança, permitindo decisões mais ágeis e alinhadas ao planejamento estratégico.

2. Criação e Expansão da Rede de Gestão de Projetos

- Prática: Formação de uma rede colaborativa com 95 servidores capacitados em gestão de projetos.
- Impacto: Descentralização com coordenação centralizada, promovendo engajamento, troca de boas práticas e maior capilaridade na execução dos projetos.

3. Implantação de Metodologias Híbridas e Fluxos de Trabalho

- Prática: Desenvolvimento de guias, *templates* e trilhas formativas adaptadas à realidade da gestão pública. Publicação da Instrução Normativa de Gestão de Mudanças em junho/2025.
- Impacto: Aumento da competência técnica dos servidores, padronização de processos e maior assertividade na condução dos projetos.

4. Digitalização da Gestão com GOMAP e Power BI

- Prática: Adoção do sistema GOMAP para registro e acompanhamento de projetos, integrado a dashboards interativos em *Power* BI.
- Impacto: Monitoramento em tempo real, transparência nos resultados e suporte à tomada de decisão baseada em dados.

5. Governança Estratégica e Reportes Executivos

- Prática: Estabelecimento de rituais de governança com o Comitê de Projetos e reportes mensais ao Gabinete.
- Impacto: Maior alinhamento entre projetos e objetivos estratégicos, além de fortalecimento da prestação de contas institucional.

6. Gestão de Riscos e Reestruturação de Projetos Críticos

- Prática: Implementação de práticas de gestão de riscos e suporte técnico para projetos em situação de alerta.

- Impacto: Redução de retrabalho, aumento da taxa de sucesso dos projetos e otimização do uso de recursos públicos.

7. Promoção da Cultura de Projetos

- Prática: Realização de eventos, oficinas temáticas e campanhas internas para valorização da gestão por projetos. Criação do Projeto Conexão PMO, que consiste em eventos periódicos para orientação e integração das equipes de gestão de projetos.
- Impacto: Mudança de *mindset* organizacional, com maior protagonismo dos servidores e foco em resultados concretos para o cidadão.

Em 2025, a Superintendência de Gestão Integrada teve seus resultados otimizados por fatores internos e externos que fortaleceram a governança, aumentaram a eficiência e garantiram maior previsibilidade das entregas, alinhadas ao Plano de Governo 2023–2026.

Na Gerência de Compras Governamentais, a padronização de fluxos, o domínio técnico da equipe e o uso intensificado de sistemas oficiais agilizaram contratações e reduziram riscos. A articulação com áreas requisitantes e órgãos de controle reforçou a conformidade e a segurança jurídica.

A Gerência de Contabilidade aprimorou resultados por meio de rotinas padronizadas, clareza procedimental e qualificação técnica, elevando a confiabilidade das informações e mitigando riscos ao erário.

Na Gerência de Apoio Administrativo e Logístico, o monitoramento contínuo de dados logísticos e patrimoniais, aliado à comunicação interna eficiente e ao foco em conformidade, otimizou o uso de frota, patrimônio e contratos, ampliando economicidade e controle.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos sustentou ganhos com equipe altamente qualificada, investimento consistente em capacitações e atuação colaborativa, somados a benchmarking institucional que impulsionou a padronização e a simplificação de processos.

A Gerência de Planejamento Institucional obteve melhor desempenho ao integrar planejamento, governança, riscos, processos e projetos, com uso sistemático de indicadores e OKRs alinhados às prioridades do Plano de Governo, o que gerou maior clareza estratégica e decisões mais assertivas.

Na Gerência de Execução Orçamentária e Financeira, a previsibilidade fiscal, a execução tempestiva de pagamentos e o reforço de controles financeiros garantiram estabilidade administrativa, continuidade contratual e redução de riscos.

A Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial alcançou eficiência com práticas preventivas, fiscalização contínua de contratos e padronização técnica das intervenções, reduzindo custos emergenciais e melhorando segurança e funcionalidade das unidades.

A Gerência de Convênios e Governança Corporativa elevou a efetividade ao padronizar orientações, fortalecer a conformidade e manter diálogo constante com municípios, entidades e órgãos de controle, assegurando análises mais céleres e maior segurança jurídica nas transferências voluntárias.

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados potencializou resultados ao padronizar bases informacionais, automatizar rotinas e

qualificar indicadores, fornecendo relatórios e painéis tempestivos que reduziram retrabalho e embasaram decisões estratégicas, ampliando transparência e governança informacional.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas teve seus resultados otimizados pela qualificação técnica da equipe, pelo uso ampliado de sistemas corporativos de gestão de pessoal e pela comunicação integrada com órgãos e unidades da SEAD. A melhoria dos fluxos de atendimento, a organização das informações funcionais, a adoção de práticas de conformidade e o alinhamento com diretrizes de governança contribuíram para maior segurança administrativa, redução de inconsistências e agilidade nos processos de vida funcional, fortalecendo diretamente a capacidade institucional da SEAD.

De forma integrada, esses fatores explicam a melhoria do desempenho da Superintendência de Gestão Integrada em 2025, com ganhos de eficiência, confiabilidade e aderência às diretrizes institucionais, refletindo-se na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No âmbito da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, destacam-se como fatores que otimizaram os resultados, a cooperação com municípios parceiros e a execução concentrada em mutirões deram escala às ações de REURB, bem como no eixo fiscal, a interlocução técnica com a PGFN e a instrução qualificada das medidas (Transação Individual e revisão de CAPAG), que favoreceram o avanço do saneamento.

O alcance dos resultados obtidos pela Escola de Governo no período analisado foi favorecido por um conjunto de fatores internos e externos que, de forma integrada, contribuíram para o fortalecimento das ações institucionais e para a efetividade das entregas realizadas.

Entre os fatores internos, destaca-se o alinhamento estratégico entre as capacitações ofertadas e as demandas reais dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, identificadas por meio do Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC. Esse direcionamento permitiu a oferta de cursos mais aderentes à realidade administrativa do Estado, ampliando a aplicabilidade prática dos conteúdos e o impacto das ações formativas no desempenho institucional.

Os investimentos contínuos na qualidade dos cursos e nos serviços prestados, aliados ao atendimento qualificado da equipe técnica da Escola de Governo, contribuíram para a manutenção de elevados índices de satisfação dos participantes, reforçando a credibilidade institucional e a confiança dos servidores nas ações de capacitação ofertadas.

Outro fator relevante foi o patrocínio da alta gestão, expresso por meio do apoio institucional, incentivo às iniciativas inovadoras e garantia de recursos, o que se mostrou essencial para a implementação de melhorias, adoção de novas metodologias e ampliação do escopo das ações educacionais.

No campo dos fatores externos, a celebração de termos de cooperação com pagamento de contrapartida junto a empresas públicas e outras instituições (como Agehab, Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa, entre outras) foi fundamental para apoiar a sustentabilidade das atividades da Escola de Governo, além de possibilitar a ampliação do acesso às capacitações por agentes públicos que, de outra forma, não seriam atendidos.

As parcerias estratégicas firmadas com instituições de referência, como a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo – FIA/USP, Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Ensino

e Pesquisa – INSPER, Grupo de Trabalho das Escolas de Governo do CONSAD e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, contribuíram significativamente para a atualização permanente das metodologias pedagógicas e das tecnologias educacionais adotadas, fortalecendo a qualidade técnica das ações formativas.

Por fim, os investimentos no ensino a distância (EaD) ampliaram e democratizaram o acesso às capacitações, ao mesmo tempo em que otimizaram custos operacionais, possibilitando maior alcance territorial e escalabilidade das ações.

Para o alcance dos resultados obtidos pela Superintendência de Sistemas de Informação, consideram-se alguns fatores que influenciaram de forma positiva:

- Patrocínio da alta gestão, por meio do direcionamento e incentivo à melhoria contínua e utilização de novas tecnologias;
- Capacitação dos gerentes de projeto, analistas de gestão e demais servidores da Superintendência na Escola de Governo, resultando em uma gestão mais eficiente e eficaz dos projetos e contratos;
- Contratação de 34 profissionais temporários para reforço às áreas técnicas e de gestão da SSI;
- Priorização estratégica dos recursos de TI junto ao Comitê de Governança de Projetos, permitindo uma alocação mais eficiente e eficaz para os projetos prioritários;
- Implantação do fluxo de gestão de mudanças em projetos, por iniciativa do Escritório de Projetos Setorial, o que contribuiu para uma melhor previsibilidade nos projetos executados; e
- Melhoria na comunicação e alinhamento com as partes interessadas, contribuindo para uma maior transparência e colaboração.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, considerando o aportado por suas unidades administrativas subordinadas, dentre os fatores que contribuíram de forma positiva para o alcance dos objetivos e resultados, destacam-se:

- Capacitação contínua dos servidores, por meio da Certificação em Contratações Públicas, contribuindo para o aprimoramento técnico, padronização de práticas e fortalecimento da governança das contratações públicas;
- Participação em congressos, encontros, simpósios e eventos técnicos especializados, favorecendo atualização constante e incorporação de boas práticas;
- Disponibilização de sistema informatizado próprio para o processamento das compras e contratações públicas – SISLOG, assegurando maior controle, rastreabilidade, padronização e transparência;
- Realização de treinamentos específicos para operacionalização do SISLOG, reduzindo falhas e ampliando a eficiência dos procedimentos;
- Composição da equipe majoritariamente por servidores efetivos oriundos do concurso público realizado em 2022, fortalecendo a estabilidade e o conhecimento institucional;
- Instituição da Rede de Contratações – REDECON, por meio do Decreto Estadual nº 10.307/2023, promovendo integração e padronização entre os órgãos;
- Estrutura organizacional adequada, com definição clara de competências e unidades especializadas;
- Patrocínio da Alta Gestão;

- Elaboração e aplicação de normatização disciplinando a execução das atividades inerentes à gestão patrimonial;
- Implementação do sistema de patrimônio imobiliário;
- Melhoria na confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações patrimoniais, reduzindo retrabalho e inconsistências;
- Fortalecimento da estrutura operacional, com adequada gestão de frota, disponibilização de veículos e diárias para atividades externas;
- Estruturação da área técnica, com aquisição ou locação de equipamentos topográficos e contratação de empresa especializada;
- Capacitação e aprimoramento contínuo das equipes, por meio de cursos da Escola de Governo, participação no Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias - COBREAP 2025 e discussões internas de casos;
- Realização de concurso público voltado à área de gestão patrimonial;
- Acesso à plataforma de monitoramento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA);
- Capacitação dos servidores envolvidos em cada área de atuação;
- Fortalecimento da parceria com as unidades setoriais;
- Estrutura organizacional apropriada para os desafios institucionais;
- Compromisso do Governo do Estado com uma gestão ambientalmente responsável;
- Instituição da política estadual de combustíveis, que preconiza o uso de etanol pelo menor impacto ambiental e relevância econômica para o Estado;
- Ausência de barreiras ou limitações à implantação das sugestões apresentadas, facilitando o avanço das ações.

Consideram-se, ainda, fatores internos, como a realização de 340 capacitações de servidores e a modelagem de processos em BPMN, que elevaram a acuracidade dos estoques de 21.888 itens. A utilização do SIGMATE, com 1.237 usuários, correlacionada à qualificação das equipes, que possibilitou a realização de 1.740 suportes mais eficazes em 36 órgãos. O aprendizado contínuo em decisões baseadas em dados permitiu análises proativas, reduzindo riscos de rupturas e ampliando oportunidades de inovação sustentável.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, considerou-se para o alcance dos objetivos da Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro, fatores internos e externos, que contribuíram para a efetividade das ações desenvolvidas.

Potencialidades (fatores internos): atuação técnica e comprometida da equipe; acompanhamento contínuo dos aprendizes; comunicação permanente com as unidades de lotação; e alinhamento às diretrizes legais e institucionais.

Oportunidades (fatores externos): atuação articulada com unidades administrativas e com as instituições responsáveis pela contratação dos aprendizes, por meio de comunicação institucional; e a utilização de canais formais, assegurando o alinhamento de procedimentos e a integração das ações do Programa.

Quanto à SCTP, destacam-se entre os fatores que otimizaram os resultados institucionais: a ampliação do trabalho colaborativo e do engajamento entre órgãos e entidades estaduais, impulsionada pela institucionalização da Rede TransformaGOV; o fortalecimento da padronização dos processos sob responsabilidade das unidades

centrais e setoriais; a expansão das iniciativas de capacitação, com a criação da Certificação Profissional em Transformação e Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos; o engajamento das equipes por meio da formação de times de transformação; e o direcionamento permanente para entregas e resultados, com foco na melhoria contínua e na simplificação de serviços e produtos públicos.

Os resultados alcançados decorrem da convergência de fatores internos estratégicos, dentre os quais se destacam a qualificação técnica das equipes, o comprometimento dos servidores com a melhoria contínua, a consolidação de metodologias padronizadas de gestão, a utilização de instrumentos estruturantes – como a Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás e a Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás – e o apoio institucional da alta administração à agenda de modernização e transformação da gestão pública.

Quanto à SGAC, os resultados alcançados decorreram da combinação de fatores internos e externos que potencializaram a execução das ações estratégicas.

Entre os fatores internos, destacam-se a qualificação técnica das equipes, o comprometimento dos servidores, a padronização dos fluxos operacionais, o monitoramento sistemático de indicadores e a utilização de pesquisas de satisfação e manifestações registradas na Ouvidoria como ferramentas de melhoria contínua.

Como fatores externos, evidenciam-se o fortalecimento da parceria com órgãos integrantes das unidades de atendimento, a cooperação com prefeituras e empreendedores parceiros, a ampliação dos canais digitais e o apoio institucional às iniciativas de modernização e transformação do atendimento público.

A convergência desses elementos possibilitou maior eficiência operacional, melhoria da experiência do cidadão e aprimoramento contínuo da rede de atendimento estadual.

Quanto à SUPERINOVA, dentre os principais fatores internos que contribuíram positivamente para o alcance dos resultados, destacam-se: a atuação de equipe técnica multidisciplinar; a integração entre as frentes de inovação aberta, cultura de inovação e inteligência de negócios públicos; a adoção de metodologias próprias para a estruturação de projetos e mapeamento de problemas; bem como a ampla realização de ações de mentoria em inovação voltadas aos servidores públicos, que ampliaram competências institucionais e fortaleceram a cultura organizacional orientada à melhoria contínua.

Como fatores externos, ressalta-se a intensificação da articulação com os órgãos estaduais e com o ecossistema de inovação, especialmente startups, universidades e instituições de pesquisa, que possibilitaram o acesso a novas competências, soluções e abordagens para o enfrentamento de desafios da gestão pública.

De forma combinada, a consolidação de redes de cooperação interinstitucional, associada ao fortalecimento interno das capacidades técnicas e metodológicas da equipe, criou um ambiente favorável à execução das iniciativas, à mitigação de riscos e à obtenção de resultados mais consistentes, contribuindo para o fortalecimento da capacidade da SEAD de induzir soluções inovadoras e alcançar seus objetivos institucionais.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, entre os fatores que contribuíram positivamente para o alcance dos resultados, destaca-se o fortalecimento das diretrizes institucionais relacionadas à governança das empresas estatais, especialmente a partir da publicação do Decreto nº 10.433/2024, que estabeleceu

parâmetros e orientações para o acompanhamento e aprimoramento da gestão dessas entidades.

Internamente, o apoio da alta administração da Secretaria de Estado da Administração e a atuação técnica da equipe contribuíram para o avanço das atividades de monitoramento e consolidação das informações das empresas estatais. Destacam-se, também, os servidores qualificados e comprometidos, bem como a estrutura física adequada.

Além disso, a utilização de ferramentas tecnológicas de acompanhamento e análise de dados contribuiu para maior eficiência na organização e no tratamento das informações, potencializando o alcance dos objetivos estabelecidos para a unidade.

No âmbito da SUCEP, unidade administrativa subordinada à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, consideram-se como fatores que influenciaram de forma positiva a execução das atividades: o apoio da alta gestão da Pasta; a qualificação das equipes de trabalho; a parceria com as demais unidades centrais e setoriais, sejam da área de gestão e desenvolvimento de pessoas ou das áreas responsáveis pelos assuntos afins; além dos recursos físicos adequados e do ambiente organizacional saudável.

Quanto à SUGEP, destaca-se que o apoio da alta gestão da SEAD na execução das atividades da desta e de suas unidades vinculadas, foi um fator de sucesso para os resultados alcançados.

Além disso, o comprometimento dos servidores das unidades vinculadas, bem como a realização de capacitações e treinamentos também foram essenciais para o aperfeiçoamento dos resultados.

Também auxiliaram na otimização dos resultados, a disponibilização, pela SEAD, de adequada estrutura física e de equipamentos de informática mais novos para o desenvolvimento dos trabalhos.

Outro aspecto importante, foi a parceria com as unidades setoriais de gestão e desenvolvimento de pessoas e com outras unidades da própria SEAD (especialmente a TI Setorial), além de outras Pastas.

Vale destacar, que o fortalecimento da equipe da Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal, com a nomeação de profissionais com formação em TI, impactou positivamente os trabalhos de todas as unidades vinculadas à SUGEP.

Quanto à SURES, o comprometimento dos líderes institucionais em promover uma cultura de excelência e resultados, foi fundamental para a implementação de iniciativas estratégicas, alocação de recursos adequados e alinhamento das ações com os objetivos organizacionais. O patrocínio da alta gestão proporcionou direção e inspiração, incentivando a equipe a alcançar níveis mais elevados de desempenho.

Destaca-se, também, os servidores qualificados e comprometidos com o resultado, visto que durante o período abordado neste relatório, foi evidente o impacto positivo da força de trabalho altamente qualificada e motivada da unidade. O investimento em capacitação e desenvolvimento profissional proporcionou aos servidores as habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios do ambiente de trabalho em constante evolução. Além disso, o comprometimento demonstrado pelos servidores em relação aos objetivos da instituição foi essencial para a consecução das metas estabelecidas.

Somado a isso, a colaboração de parceiros externos desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da atuação da unidade.

FATORES QUE OTIMIZARAM OS RESULTADOS

Observou-se, no período, um alto nível de engajamento e cooperação, fatores que permitiram a criação de sinergias e o alcance de resultados além das capacidades individuais da SURES.



FATORES QUE MINIMIZARAM OS RESULTADOS

23 FATORES QUE MINIMIZARAM OS RESULTADOS

A análise dos fatores que minimizaram os resultados da Chefia de Gabinete da SEAD revela obstáculos que, embora enfrentados com resiliência, impuseram limites à velocidade das entregas e à plena execução do planejamento estratégico. Internamente, uma das principais fragilidades reside na persistência de uma cultura organizacional ainda em transição, onde a resistência à mudança e o apego a fluxos burocráticos tradicionais dificultam a digitalização plena e a adoção de métodos de trabalho mais ágeis. Esse cenário é agravado pela carência de pessoal em áreas técnicas altamente especializadas dentro do gabinete, o que gera sobrecarga nas equipes existentes e limita a capacidade de assessoria em temas de alta complexidade tecnológica ou jurídica, impactando o tempo de resposta em momentos de crise ou alta demanda decisória.

Externamente, o cenário é marcado por ameaças que fogem ao controle direto da unidade, como as instabilidades nas janelas de oportunidade para a aquisição de novas tecnologias e a volatilidade do mercado de talentos na área de TI, que dificulta a retenção de profissionais qualificados necessários para a modernização da gestão. Além disso, as constantes mudanças no ordenamento jurídico e nas normas de controle externo exigem um esforço adaptativo exaustivo, que muitas vezes desvia a equipe de atividades de planejamento estratégico para o atendimento de urgências de conformidade. A própria natureza da SEAD como órgão central faz com que a Chefia de Gabinete seja vulnerável a ineficiências de outros órgãos e entidades, cujos atrasos no envio de informações ou descumprimento de prazos geram um efeito dominó que compromete a agilidade das decisões do Secretário de Estado.

Outro fator determinante que minimiza os resultados é o impacto das mudanças disruptivas mencionadas anteriormente, quando estas ocorrem em uma velocidade superior à capacidade de absorção institucional. A rápida obsolescência de sistemas e a pressão por segurança cibernética em um ambiente de ameaças digitais crescentes exigem investimentos constantes e rigorosos, cujas restrições orçamentárias e a austeridade fiscal podem, por vezes, limitar. A combinação dessas fragilidades internas com as ameaças externas cria um ambiente de incerteza que demanda da Chefia de Gabinete uma gestão de riscos contínua e intensiva, evidenciando que, embora os resultados sejam alcançados, o custo operacional e o desgaste das equipes são elevados por barreiras estruturais e conjunturais que ainda precisam ser superadas para a plena geração de valor público.

No que tange à Procuradoria Setorial, no âmbito da gestão, a baixa qualidade ou imprecisão na formulação de algumas consultas administrativas e o encaminhamento de processos com prazos reduzidos para análise jurídica interferem na regularidade do fluxo de trabalho da unidade, exigindo revisões durante a instrução das demandas. Situações encaminhadas em caráter de urgência também repercutem na organização das prioridades da unidade, demandando ajustes contínuos na condução das atividades jurídicas.

No que compete à Corregedoria Setorial, alguns fatores impactaram negativamente a atuação da unidade, dentre os quais destaca-se a rotatividade de servidores, com reinício da curva de aprendizagem e consequente queda temporária de produtividade, além da restrição de força de trabalho com perfil técnico compatível e disponibilidade para atuação correcional, o que limita a recomposição das Comissões especializadas e a absorção de demandas mais complexas.

Também se observou a necessidade de ajustes interpretativos e procedimentais decorrentes da ampliação de cenários decisórios e da consequente exigência de atualização de rotinas, o que demanda maior cautela na instrução e pode gerar reavaliações e adequações no curso dos processos.

Soma-se a isso expressiva demanda associada aos processos correcionais que passaram a ser de competência da SEAD em razão da reorganização institucional do IPASGO, demandando da Corregedoria Setorial da SEAD atuação em procedimentos complexos de responsabilização funcional, em matéria de alta complexidade técnica, intrinsecamente relacionados à área da saúde pública, pressionando a capacidade instalada da Unidade.

Por fim, alterações no trâmite e em procedimentos relacionados aos processos de Tomada de Contas Especial também impactaram o fluxo de trabalho, exigindo adaptações e ajustes operacionais que repercutiram na estabilidade e na previsibilidade da instrução desses feitos.

No decorrer do ano de 2025, a Ouvidoria Setorial empreendeu iniciativas voltadas à recomposição de sua força de trabalho, considerando o quadro de servidores incompleto, circunstância que refletiu em seus indicadores operacionais. Nesse contexto, houve a necessidade de intensificação das ações de reorganização interna, planejamento, capacitação e redistribuição de atribuições, com vistas a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

No tocante ao Escritório de Projetos Setorial, apesar dos avanços alcançados, este enfrenta desafios que impactam o alcance de seus objetivos e resultados. Os referidos desafios envolvem tanto fatores internos quanto externos, exigindo ações corretivas.

Eventuais falhas na comunicação entre equipes e partes interessadas comprometem o alinhamento de expectativas e a fluidez dos processos.

Mudanças no cenário político impactam o planejamento e a continuidade de algumas iniciativas. A burocracia e entraves administrativos também dificultam a agilidade no andamento de alguns projetos.

Destacam-se, outrossim, os desafios enfrentados:

1. Manutenção do Engajamento da Rede de Projetos

- Desafio: Sustentar o nível de participação ativa dos 95 servidores da Rede, diante da rotatividade de pessoal e acúmulo de funções.
- Impacto: Risco de perda de continuidade e enfraquecimento da cultura de projetos em algumas unidades.
- Ação em curso: Criação de trilhas de engajamento contínuo, reconhecimento institucional e fóruns temáticos.

2. Gestão da Capacidade Técnica

- Desafio: Garantir que os servidores da Rede tenham tempo e preparo técnico para conduzir projetos com qualidade.
- Impacto: Risco de sobrecarga e execução parcial de boas práticas.
- Ação em curso: Ampliação das trilhas de capacitação, mentorias e suporte técnico personalizado.

3. Mensuração de Valor Público

- Desafio: Evoluir dos indicadores de entrega para métricas de impacto e valor gerado ao cidadão.

- Impacto: Dificuldade em demonstrar o retorno estratégico dos projetos em linguagem acessível à sociedade.
- Ação em curso: Desenvolvimento de indicadores de valor público e estudos de caso com foco em resultados concretos.

4. Sustentabilidade Institucional

- Desafio: Garantir que o Escritório de Projetos continue sendo prioridade estratégica em futuras gestões.
- Impacto: Risco de descontinuidade ou perda de protagonismo institucional.
- Ação em curso: Fortalecimento da governança, institucionalização de práticas e registro histórico dos resultados.

Em 2025, a Superintendência de Gestão Integrada operou em um ambiente caracterizado por elevada complexidade administrativa, forte pressão normativa e alta demanda operacional. Nesse contexto, diversas gerências enfrentaram fatores internos e externos que impactaram a fluidez das atividades, a previsibilidade das entregas e a capacidade de execução plena dos resultados planejados. Embora as unidades tenham mantido suas funções essenciais, foi necessário intensificar esforços de coordenação, priorização e mitigação para sustentar a qualidade dos serviços prestados.

Na Gerência de Contabilidade, as limitações de equipe frente ao volume crescente de demandas e a necessidade de articulação constante com unidades da Administração Direta e de outros poderes influenciaram o ritmo de instrução processual. A complexidade dos normativos tributários e contábeis exigiu análises adicionais e retrabalhos, ampliando o tempo de resposta e pressionando a agenda operacional.

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados enfrentou desafios decorrentes da obtenção tardia e heterogênea das bases necessárias ao processamento, o que ampliou o esforço de saneamento e validação das informações. Esses fatores comprometeram a tempestividade de relatórios e painéis essenciais ao apoio à decisão e às rotinas das demais unidades.

Na Gerência de Planejamento Institucional, a inexistência de sistemas automatizados para coleta contínua de informações e monitoramento de OKRs reduziu a fluidez do acompanhamento estratégico e demandou esforços manuais significativos. Além disso, comunicações tardias ou incompletas sobre riscos identificados limitaram a adoção de medidas preventivas e exigiram ajustes posteriores nos cronogramas e ações planejadas.

A Gerência de Compras Governamentais enfrentou restrições decorrentes da insuficiente maturidade técnica de algumas áreas requisitantes no planejamento inicial das contratações, o que gerou retrabalhos e ajustes documentais. Falhas pontuais de comunicação interna afetaram a fluidez dos fluxos, enquanto o arcabouço normativo complexo e o volume elevado de demandas ampliaram a pressão operacional. Episódios que exigiram reforço de conformidade contratual também demandaram atuação corretiva adicional, influenciando a previsibilidade dos processos.

A Gerência de Execução Orçamentária e Financeira registrou impactos relacionados à integração parcial entre áreas e ao envio tardio de informações necessárias à execução financeira e ao fechamento mensal. A ausência de planejamento antecipado por algumas unidades, combinada a instabilidades em sistemas

corporativos e reprogramações frequentes, reduziu a previsibilidade e exigiu maior esforço analítico em períodos críticos.

Na Gerência de Convênios e Governança Corporativa, o volume crescente de demandas e a variabilidade na maturidade dos processos de integração de sistemas e padronização de fluxos geraram retrabalhos e ampliação dos prazos de tramitação. Dependências externas, alterações normativas e solicitações de órgãos de controle exigiram readequações contínuas de prioridades, impactando o ritmo das análises e dos acompanhamentos.

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas teve seus resultados minimizados pela limitação de mão de obra diante do volume expressivo de solicitações funcionais e pela necessidade de análises individualizadas e tecnicamente complexas. A dependência de informações complementares de outras unidades e a frequência de interpretações normativas ampliaram a carga de trabalho, reduzindo a agilidade dos atendimentos.

Na Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial, a ausência de ferramenta própria de monitoramento contratual ao longo de grande parte do exercício exigiu consolidação manual de dados essenciais, elevando o esforço operacional e impactando a previsibilidade das ações de manutenção. A implementação tardia do Sistema de Gestão de Demandas mitigou parcialmente essa limitação, mas não eliminou os impactos acumulados.

A Gerência de Modernização Institucional e Processos enfrentou restrições decorrentes da limitação de equipe frente ao volume de iniciativas e da dependência de articulação intersetorial para obtenção de insumos e validações. Em processos específicos, a complexidade normativa demandou aprofundamento analítico e replanejamento, reduzindo a cadência das entregas.

De maneira transversal, observaram-se fatores comuns que influenciaram negativamente o desempenho da Superintendência, tais como limitações de equipe diante do volume crescente de demandas, dependências intersetoriais, insuficiência de sistemas automatizados capazes de apoiar processos de alta criticidade, complexidade normativa contínua, falhas episódicas de comunicação, instabilidades sistêmicas e atrasos no acesso a dados essenciais. Somaram-se a esses elementos restrições estruturais e operacionais que exigiram readequações constantes.

Embora esses fatores tenham minimizado parte dos resultados previstos, também evidenciaram oportunidades de aprimoramento para o ciclo subsequente, alimentando ações corretivas, fortalecimento de rotinas e evolução das práticas de governança e gestão.

No âmbito da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, destacam-se como fatores que minimizaram os resultados, a baixa liquidez de ativos vinculados a restrições e dependência de prazos e exigências de instâncias externas nas tratativas fiscais, bem como dificuldades e exigências de cartórios em áreas remanescentes impactaram o ritmo de encaminhamentos.

O desempenho das ações desenvolvidas pela Escola de Governo no exercício de 2025 foi impactado por alguns fatores de natureza interna que, embora não tenham inviabilizado a execução das atividades, contribuíram para a limitação do alcance pleno dos objetivos estabelecidos.

Um dos principais fatores refere-se às limitações nos sistemas tecnológicos de gerenciamento das capacitações. A demora no desenvolvimento e na disponibilização de módulos estratégicos do Sistema de Gestão de Capacitações – SGC, especialmente aqueles voltados ao gerenciamento das Pós-Graduações, dificultou o

acompanhamento acadêmico e administrativo dessas ofertas, bem como a otimização de processos relacionados à gestão das ações educacionais. Tal situação exigiu a adoção de soluções alternativas, com maior esforço operacional das equipes envolvidas.

Outro fator relevante foi o número insuficiente de servidores para atender à crescente demanda por capacitação e qualificação técnica no âmbito do Poder Executivo estadual. A Diretoria Executiva desenvolveu suas atividades com quadro reduzido de pessoal, o que impactou a capacidade de ampliação e diversificação das ações ofertadas, além de gerar maior sobrecarga operacional, limitando ganhos de escala e eficiência.

No tocante à SSI, dentre os fatores negativos, internos ou externos que impactaram nos resultados obtidos, pode-se destacar:

- Restrições orçamentárias que limitaram o escopo de alguns projetos e atrasaram processos de aquisição;
- Limitação de recursos disponíveis via contrato de prestação de serviços de desenvolvimento, evolução e sustentação de sistemas; e
- Desafios na gestão de mudanças, especialmente no contexto de implementação de novos sistemas e processos.

No que se refere à Subsecretaria de Logística e Patrimônio, dentre os fatores negativos, internos ou externos que impactaram nos resultados obtidos, destacam-se:

- Alta rotatividade de servidores na área de contratações públicas, tanto nas unidades setoriais quanto na unidade central, o que compromete a continuidade das atividades, demanda esforços recorrentes de capacitação e gera perda de conhecimento institucional acumulado;
- Necessidade permanente de evolução e aprimoramento do Sistema de Compras do Estado – SISLOG, exigindo ajustes contínuos para atender às demandas operacionais, normativas e de integração dos processos de contratações públicas;
- Morosidade no processo de regulamentação de determinados temas relacionados à Lei nº 14.133/2021, o que impacta a uniformização de procedimentos, gera insegurança operacional e dificulta a plena implementação do novo regime de contratações públicas no âmbito estadual;
- Insuficiência de profissionais com conhecimento técnico especializado em licitações e contratos, considerando a complexidade do novo marco legal, o que limita a capacidade operacional e impõe maior carga de trabalho aos servidores com maior expertise na área;
- Informações insuficientes em certidões de matrículas para identificação de imóveis;
- Dificuldade em monitorar os imóveis estaduais desocupados, devido à sua quantidade e por estarem distribuídos em todo o território estadual (além de imóveis em outros estados);
- Dificuldade de instrução processual dos ocupantes de imóveis estaduais em processos de regularização fundiária;
- Ausência de desenvolvedor exclusivo para atuar na implantação do Sistema de Patrimônio Imobiliário;
- Dificuldade da integração de dados com sistemas externos;
- Baixa qualidade da rede de dados;
- Contratos de locação com validade de 1 ano ou inferior a 5 anos, o que resulta em uma alta demanda de avaliações anuais;

- Avaliação de imóveis atípicos, cuja locação independe da demanda de imóveis, por se tratar de imóveis únicos ou específicos, de acordo com as necessidades do órgão locador, como exemplo, a locação de espaço para lanchonetes/restaurantes nos órgãos, locação de espaços de eventos, teatros etc;
- Fragilidades internas, como limitações do SIGMATE logado, geraram inconsistências em 21.888 itens de estoque;
- Ameaças externas, como atrasos regulatórios, limitaram avanços em maturidade nos 39 órgãos; e
- Ausência de cultura consolidada de trabalho em equipe nos Órgãos do Estado, com registro de atividades que demandam tempo superior ao necessário em razão de falhas de comunicação interna nas setoriais e resistência a mudanças estruturais em procedimentos historicamente sedimentados.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, dentre os fatores que limitaram ou minimizaram os resultados institucionais, destacam-se:

- Reduzida autonomia das áreas centrais em relação às unidades setoriais, o que impacta o ritmo de implementação de iniciativas estruturantes;
- Elevada dependência da área central de tecnologia da informação para a viabilização de soluções e entregas digitais;
- Necessidade de articulação constante com outras unidades administrativas para a execução de ações e produtos institucionais;
- Limitação quantitativa das equipes diante do volume crescente e da complexidade das demandas, o que afeta a capacidade operacional e o tempo de resposta das iniciativas estratégicas;
- Baixa autonomia da SGAC em relação aos órgãos condôminos das Unidades Vapt Vupt, impactando o ritmo de implementação de melhorias e padronizações;
- Alta dependência de outras unidades administrativas para a viabilização de entregas, especialmente relacionadas a sistemas e decisões estruturantes;
- Limitação quantitativa de equipes frente ao volume de atendimentos;
- Restrições orçamentárias que impactam a expansão e modernização da infraestrutura da rede;
- Necessidade de constantes adequações decorrentes de alterações normativas e operacionais promovidas por órgãos parceiros;
- Limitação de capacidade operacional da equipe diante do crescimento da demanda por apoio às secretarias;
- A necessidade de conciliar, no mesmo período, atividades de planejamento, estruturação metodológica e execução das iniciativas;
- Resistência à mudança e à adoção de práticas inovadoras por parte de algumas áreas, especialmente em agendas que exigem revisão de rotinas consolidadas e novas formas de trabalho;
- Dependência de agendas, prazos e disponibilidade das áreas demandantes e de parceiros institucionais;
- Complexidade dos processos administrativos e de contratação, sobretudo em projetos inovadores; e
- Tempo necessário para sensibilização e alinhamento institucional quanto aos novos modelos de inovação aberta e de contratação de soluções inovadoras, o que, de forma

combinada, impactou o ritmo de consolidação de parte das iniciativas.

No que se refere à Gerência de Governança de Estatais – GGE, entre os fatores que impactaram parcialmente o alcance dos resultados previstos, destacam-se aspectos relacionados à diversidade estrutural e à complexidade organizacional das empresas estatais estaduais, que possuem diferentes realidades administrativas, operacionais e societárias.

Também podem ser citadas limitações relacionadas à disponibilidade e padronização de informações encaminhadas pelas empresas, o que, em alguns casos, demanda maior tempo para análise e consolidação dos dados necessários ao acompanhamento da gestão.

Internamente, observou-se o quadro reduzido de servidores como fator limitante. Já no âmbito externo, fatores como variações no cenário econômico e a constante atualização de normas e diretrizes relacionadas à governança e à gestão das empresas estatais também exigem adequações contínuas nos processos de acompanhamento, podendo impactar o ritmo de implementação de algumas ações planejadas pela unidade.

No âmbito da SUCEP, unidade administrativa subordinada à Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, consideram-se como fatores negativos para a execução das atividades: as limitações dos recursos orçamentários-financeiros do Poder Executivo estadual e dos recursos humanos na área de gestão de pessoas, especialmente com a redução de pessoal nas unidades administrativas, bem como a falta de reposição de servidores, além da dificuldade de recursos para desenvolvimento de sistemas para apoio de ações que requerem o suporte tecnológico.

Neste mesmo sentido, a separação física das unidades vinculadas à SUCEP também é um ponto de atenção, pois reduz a integração entre as equipes e o melhor acompanhamento da realização das entregas.

Quanto à SUGEP, embora a área central de TI do Estado tenha colaborado com os resultados da unidade, a falta de recursos em número adequado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de informação também foi um entrave em alguns aspectos.

Com a obrigatoriedade de implementação do eSocial, conforme legislação federal, a priorização dessa área foi para atendimento às demandas relacionadas, deixando outros projetos importantes sem o suporte necessário, especialmente o que previa melhorias nos sistemas corporativos, como RHNet, novo portal de recadastramento, o atraso da integração do RHNet com o SALIS, além do atraso da conclusão do BI de Pessoas, dentre outros.

Quanto à SURES, a falta de automatização nos processos de convocação e posse de servidores aprovados em concursos públicos representa um desafio persistente para a unidade. Atualmente, a gestão dos candidatos aprovados, incluindo atividades como troca de nome, solicitação de final de fila, cumprimento de mandados judiciais e reclassificação, é conduzida manualmente, utilizando planilhas Excel. A implementação de sistemas automatizados é imprescindível para agilizar esses processos, garantindo uma gestão mais eficiente e transparente. Vale ressaltar que a posse indevida de candidatos aprovados em concursos públicos e o descumprimento de mandados judiciais representam riscos substanciais, tanto para a administração pública quanto para a população, além de causar impacto negativo nas mídias sociais.

Destaca-se, também, a carência de servidores com qualificação jurídica. A quantidade expressiva de processos relacionados a ações judiciais é um desafio adicional enfrentado pela unidade. Há uma

carência significativa de servidores com formação jurídica para lidar com essa demanda crescente. É imprescindível a disponibilização de mais servidores com essa capacidade para garantir a eficiência e a celeridade dos processos judiciais e administrativos conduzidos por esta unidade.

Ainda, sobre a limitação de espaço físico para a preparação de concursos públicos e processos seletivos, tem-se que a condução de concursos públicos e processos seletivos requer um espaço físico apropriado para assegurar o bem-estar e a segurança da equipe envolvida, além de garantir a eficácia na organização das etapas do certame. Entretanto, a escassez de espaço tem sido um desafio para a realização dessas atividades. A falta de infraestrutura adequada leva a depender das instalações da Escola de Governo, gerando deslocamentos da equipe responsável.



PREMIAÇÕES

24 PREMIAÇÕES

A transparência pública é um direito constitucional, regulado pelas Leis de Acesso à Informação. O princípio foi regulamentado, no Estado de Goiás, pela Lei nº 18.025/2013, que prescreveu que todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como os Tribunais de Contas, a Defensoria Pública, o Ministério Público e outras entidades que estejam sob a responsabilidade do Estado de Goiás devem divulgar as informações públicas em seus sítios na internet, em secção específica.

O Governo de Goiás objetivando cumprir esse dispositivo legal, em 2019 instituiu o Prêmio Goiás Mais Transparente, a fim de incentivar e reconhecer as ações executadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, no cumprimento das normas de transparência pública. Desde então, a SEAD tem envidados esforços e alcançado certificação máxima, em todas as edições. Em 2025 a SEAD obteve certificação Diamante.

Figura 59 – Certificação da SEAD – Prêmio Goiás Mais Transparente



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025

O **Prêmio de Ouvidoria Pública do Estado de Goiás**, promovido pela CGE-GO dentro do Programa de Compliance Público – PCP, reconhece os melhores serviços de ouvidoria com selos Diamante, Ouro e Prata. A premiação, que iniciou em 2024, incentiva a transparência e a participação cidadã, premiando órgãos que se destacam na excelência do atendimento e gestão de demandas relativas à atuação das Ouvidorias Setoriais. Em 2025 a SEAD obteve certificação máxima, Diamante.

Figura 60 – Certificação da SEAD – Prêmio Ouvidoria Pública



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025

O Escritório de Projetos da SEAD recebeu o troféu Diamante no Prêmio Governança e Monitoramento realizado em março de 2025. Esse reconhecimento reforça o compromisso com a excelência e a inovação na gestão pública.

Foto 8 – Troféu Diamante no Prêmio de Governança e Monitoramento



Fonte: Escritório de Projetos Setorial/SEAD, 2025.

Foi reconhecido ainda como o melhor PMO do Estado de Goiás, pelo Project Management Institute, durante o 18º Seminário de Gestão, Projetos e Liderança – SGPL, em outubro de 2025.

Foto 9 – Premiação Melhor PMO de Estado de Goiás



Fonte: Escritório de Projetos Setorial/SEAD, 2025.

No que se refere à Superintendência de Gestão Integrada, evidenciam-se as seguintes premiações:

Gerência de Contabilidade:

- - Primeiro lugar no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal por três anos consecutivos;
- - Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos Estados e DF 2019 a 2024 (STN)
- - 2° Lugar no ranking de execução orçamentária e financeira do Estado.
- - Diamante na 2ª Edição do Prêmio Ética e Responsabilidade.
- - Ouro na 2ª Edição do Prêmio Governança.
- - Diamante na 7ª Edição do Prêmio Goiás + Transparente.

Figura 61 – Nota referente à Qualidade da informação Contábil e Fiscal



Fonte: Gerência de Contabilidade / SEAD

Quadro 2 – Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SiconfiIndicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi

2019		2020		2021		2022		2023		2024			
ICF		ICF		ICF		ICF		ICF		ICF		%	Pontos
B	PE	A	PE	A	TO	A	GO	A	GO	A	GO 1º	100.000%	173.000
B	SC	A	MS	A	SC	A	RO	A	RO	A	TO 2º	99.884%	172.800
B	PB	A	RO	A	AM	A	ES	A	TO	A	RO 3º	99.421%	172.000
B	RO	B	ES	A	PE	A	SC	A	ES	A	MT 4º	98.924%	171.140
B	PA	B	PR	A	GO	A	TO	A	MS	A	RN 5º	98.922%	171.136
B	AM	B	PB	A	ES	A	PE	A	PR	A	ES 6º	98.571%	170.529
B	MS	B	GO	A	BA	A	PR	A	SC	A	PI 7º	98.558%	170.506
B	ES	B	TO	A	MS	A	PI	A	BA	A	BA 8º	98.520%	170.440
B	MT	B	AM	A	PR	A	MS	A	AM	A	SC 9º	97.916%	169.396
B	AC	B	SC	B	RJ	A	SE	A	PE	A	AM 10º	97.536%	168.739
B	RS	B	RS	B	PB	A	AM	A	PI	A	PA 11º	97.408%	168.517
B	BA	B	SE	B	SE	A	DF	A	RN	A	CE 12º	97.200%	168.158
B	RN	B	PI	B	RS	B	MT	A	MT	A	PE 13º	97.171%	168.106
B	PR	B	RN	B	PA	B	RJ	B	DF	A	PR 14º	96.679%	167.255
B	DF	B	PA	B	RO	B	RN	B	RS	A	MG 15º	96.656%	167.215
B	AL	B	BA	B	DF	B	MG	B	SP	A	MS 16º	96.468%	166.891
B	CE	B	AC	B	RN	B	BA	B	MG	A	RS 17º	96.204%	166.433
B	MG	B	AL	B	MT	B	AC	B	AC	A	PB 18º	95.638%	165.455
B	GO	B	RJ	B	AL	B	PB	B	PA	A	AL 19º	95.242%	164.769
C	PI	C	CE	B	PI	B	RS	B	SE	B	SP 20º	94.788%	163.983
C	TO	C	MT	B	CE	B	AL	B	RJ	B	DF 21º	94.172%	162.919
C	RJ	C	DF	B	AC	B	PA	B	PB	B	SE 22º	93.504%	161.763
C	SE	C	MG	B	SP	C	MA	B	AL	B	MA 23º	93.480%	161.722
C	SP	D	SP	B	MA	C	CE	B	CE	B	RJ 24º	92.328%	159.729
C	MA	D	MA	B	MG	C	AP	C	MA	B	AC 25º	91.302%	157.954
D	AP	D	RR	C	AP	C	SP	C	RR	B	RR 26º	90.773%	157.038
E	RR	D	AP	D	RR	E	RR	E	AP	C	AP 27º	84.182%	145.636

Fonte: https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/premio

Gerente de Contabilidade com os 3 troféus e certificado do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos Estados e DF (Estado de Goiás ficou em 1º lugar em 2022/2023/2024).

Foto 10 – Entrega dos troféus e certificados – Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos Estados e DF (



Fonte: Gerência de Contabilidade / SEAD

Figura 62 – 2° Lugar no ranking de execução orçamentária e financeira do Estado



Fonte: https://bigdataestadual.sistemas.go.gov.br/Principal/InicioIntranet

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, destacam-se as seguintes conquistas:

- Programa LiderAção selecionado e publicado no Caderno Fortalecendo Lideranças Públicas (INSPER), como referência nacional;
- Convite institucional para participação em oficina nacional de Diversidade e Inclusão (Singuê e WeGov);
- Oficina Colagem Ancestral aprovada e conduzida na Semana de Inovação da ENAP, maior evento de inovação em governo do país.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, considerando que a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 145/2023, instituiu o Prêmio Solo Seguro, iniciativa destinada a reconhecer, anualmente, boas práticas e inovações relacionadas à temática fundiária no Brasil, com ênfase na promoção da segurança jurídica e da proteção ambiental. O referido prêmio tem por finalidade, dentre outros objetivos, fomentar a adoção de medidas voltadas ao combate das ocupações clandestinas e ao incremento da eficiência na titulação de proprietários de áreas urbanas e rurais, especialmente aquelas de relevante impacto social.

Outra vertente do Prêmio Solo Seguro consiste em estimular a integração entre órgãos públicos, instituições privadas e a sociedade civil organizada, de modo a consolidar uma governança fundiária responsável e sustentável.

Nesse contexto, a SEAD recebeu, por meio da sua Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário e sua Gerência de Regularização Fundiária, em 25 de agosto de 2025, a Menção Honrosa no âmbito do Prêmio Solo Seguro, em reconhecimento ao projeto desenvolvido sob o tema “Regularização Fundiária Urbana de Imóvel Quitado”, com fundamento na Lei Estadual n.º 20.954/2020.

No que se refere à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, em 2025, por meio da Superintendência Central de Transformação Pública, a SEAD e o Estado de Goiás, obteve relevantes reconhecimentos em âmbito estadual e nacional, evidenciando a consistência das estratégias de inovação, transformação digital e qualificação dos serviços públicos:

- 1º Prêmio de Inovação do Setor Público de Goiás: a iniciativa “Jornada de Transformação dos Serviços Públicos”, coordenada pelo TransformaLAB/SCTP, conquistou o 1º lugar na categoria Melhor Solução de Inovação, destacando-se pela elevada aplicabilidade, resultados concretos e impacto na melhoria dos serviços públicos;
- 5º Prêmio Conexão Inova: o projeto “Jornada de Transformação dos Serviços Públicos” foi finalista na categoria Serviços Públicos – Projetos Concluídos, alcançando o 3º lugar em âmbito nacional, consolidando-se como referência em inovação aplicada à gestão pública;
- Digital Transformation Awards 2025: as iniciativas “Jornada de Transformação dos Serviços Públicos” e o Programa EXPRESSO foram finalistas na categoria Governo Estadual Estruturador, obtendo o 5º lugar nacional, com reconhecimento pela capacidade de estruturar e impulsionar a transformação digital governamental;
- Ranking da Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital – ABEP-TIC: o Estado de Goiás posicionou-se entre os cinco melhores do país no ranking geral de oferta de serviços públicos digitais. Destaca-se, ainda, o desempenho em Linguagem Simples, no qual o Estado figura

entre as três unidades federativas que alcançaram pontuação máxima.

As iniciativas conduzidas pela Superintendência de Inovação da Gestão Pública no campo da inovação aberta e da aplicação de tecnologias para apoio à gestão pública possibilitaram o reconhecimento institucional da SEAD em eventos de destaque no Estado de Goiás. No exercício, a Superintendência foi selecionada como finalista no Prêmio Conexão Inova, realizado no âmbito do evento Convergência, na categoria Inovação Aberta – Projetos Concluídos, com o Manual Jornada de Inovação Aberta com CPSI na Prática.

Figura 63 – Prêmio Conexão Inova



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

Destaca-se, ainda, a classificação como finalista no 2º Prêmio de Inovação de Goiás, com a solução Análise Expresso – ANE, voltada à automatização da análise de sentimentos dos feedbacks dos cidadãos sobre serviços públicos estaduais, utilizando técnicas de Inteligência Artificial e Processamento de Linguagem Natural, reforçando o reconhecimento institucional das iniciativas desenvolvidas pela SUPERINOVA no fortalecimento da inovação.

Figura 64 – Prêmio de Inovação de Goiás



Fonte: SUPERINOVA/SEAD, 2025.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor - DESSS participou do 22º Congresso Nacional da Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT, realizado entre os dias 1º e 4 de outubro de 2025, em Goiânia, um dos principais fóruns técnico-científicos da área no país.

A unidade esteve representada pelo Titular da Diretoria Executiva, e titular da Coordenação de Medicina do Trabalho, que apresentaram dois trabalhos científicos em formato e-pôster, abordando temas relacionados à promoção da saúde ocupacional no serviço público, com destaque para o PAS e para estratégias de acessibilidade e inclusão na Medicina do Trabalho.

Durante a solenidade de abertura, o Diretor Executivo da DESSS foi homenageado com a Medalha Bernardino Ramazzini e o Diploma de Honra ao Mérito, distinção concedida pela ANAMT em reconhecimento à sua contribuição para o desenvolvimento da Medicina do Trabalho no Brasil.

A participação da DESSS no evento fortalece sua inserção em redes técnicas nacionais, amplia o intercâmbio de conhecimentos e contribui para o aprimoramento das práticas institucionais de promoção da saúde e segurança dos servidores públicos.

Figura 65 – DESSS no 22º Congresso da ANAMT



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.



PRODUÇÕES E PUBLICAÇÕES

25 PRODUÇÕES E PUBLICAÇÕES

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, destacam-se as seguintes produções:

- 03 Artigos aprovados e apresentados no Congresso Consad 2025: 1. Programa Lideração: Desenvolvimento Estratégico de Lideranças na Gestão Pública; 2. Certificação em Compliance Público: Impulsionando a Integridade e a Eficácia na Gestão Pública; 3. Programa Mentoria Entre Pares Desenvolvimento de Lideranças Com Teoria U;
- 01 Artigo aprovado e apresentado no Encontro Brasileiro de Administração Pública – EBAP 2025: “A Qualificação do Servidor e o Fortalecimento da Administração Pública: A Experiência do Programa de Certificação Profissional do Estado de Goiás”.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor - DESSS participou do XIV Congresso CONSAD de Gestão Pública, realizado entre os dias 26 e 28 de agosto de 2025, em Brasília, considerado o principal evento nacional voltado à gestão pública.

No âmbito da programação científica, a Diretoria apresentou dois trabalhos técnicos na área temática Cultura Organizacional e Gestão Estratégica de Pessoas: “Promoção da Saúde Mental no Serviço Público: o Impacto de um Programa de Acolhimento Psicossocial”, que abordou a experiência do Programa de Acolhimento ao Servidor – PAS, e “Circuito de Segurança e Saúde do Servidor: Disseminando a Adoção de um Estilo de Vida Seguro e Saudável entre os Servidores Públicos”, destacando estratégias de promoção da saúde e prevenção de riscos ocupacionais no serviço público.

A unidade esteve representada pelo Titular da DESSS, titulares da Gerência de Apoio Administrativo e coordenações, que também participaram de debates técnicos e de discussões no âmbito do Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança do Servidor, voltadas ao alinhamento de procedimentos de perícia médica em trânsito entre os estados. Essa participação vem reforçar a inserção da Diretoria em redes nacionais de gestão pública, ampliando o intercâmbio de experiências e contribuindo para o aprimoramento das políticas de saúde e segurança do servidor público.

Figura 66 – DESSS no XIV Congresso CONSAD



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

A DESSS também participou da Semana de Inovação 2025, realizada entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em Brasília. O encontro reuniu gestores e especialistas de diversas instituições públicas para debater soluções inovadoras e práticas voltadas ao aprimoramento dos serviços públicos.

A Diretoria Executiva esteve representada por servidoras, que acompanharam as atividades técnicas e tiveram contato com iniciativas, metodologias e ferramentas voltadas à inovação na administração pública.

A participação da DESSS no evento amplia o acesso a experiências e práticas inovadoras que podem apoiar a melhoria da gestão.

Ainda, a DESSS integrou o time da SEAD no CONSAD Express realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2025, em Bento Gonçalves (RS). O encontro, promovido pelo CONSAD, reuniu representantes de diversas unidades da federação para o intercâmbio de experiências e a discussão de soluções voltadas ao aprimoramento da gestão pública.

Representando a Diretoria Executiva, o Gerente de Saúde e Segurança do Servidor, que integrou o Grupo de Trabalho – GT de Saúde, contribuiu para os debates sobre políticas públicas relacionadas à gestão de pessoas, promoção da saúde e segurança no trabalho no serviço público.

As discussões realizadas no evento abordaram temas como integração entre os estados, utilização estratégica de dados, compartilhamento de boas práticas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à modernização da administração pública.

No que se refere à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, em 2025, quanto à solução ANE – Análise Expresso, também gerou a produção científica apresentada no artigo “Development and Deployment of Sentiment Analysis AI on Citizens’ Feedback in Goiás”, publicado na Digital Government Research Conference (dg.o 2025), evento internacional que reúne pesquisas aplicadas à transformação digital no setor público. O estudo aborda as técnicas de processamento de linguagem natural, programação e análise de dados utilizadas para a categorização automática dos sentimentos dos comentários registrados nas avaliações dos serviços do programa EXPRESSO, evidenciando a maturidade técnica das iniciativas desenvolvidas e ampliando a visibilidade institucional em âmbito internacional.

No campo da inovação e modernização tecnológica, o sucesso do aplicativo GO Patrimônio Móvel, que confere autonomia aos auditores na execução da auditoria dos bens móveis, rendeu o reconhecimento acadêmico e técnico com a apresentação do artigo "Patrimônio Móvel: Inovação e Sustentabilidade na Gestão Patrimonial Móvel" no Congresso CONSAD, em 2025, sendo possível o acesso via link: https://static.even3.com/anais/1244233.pdf?v=638977047626694412.

Assim, o aplicativo consolida-se como um instrumento de controle e responsabilidade, beneficiando gestores, órgãos de controle e, primordialmente, a sociedade goiana através do uso eficiente dos recursos públicos.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, os trabalhos executados pelas equipes da SUCEP receberam reconhecimento no XIV Congresso CONSAD de Gestão Pública, realizado entre os dias 26 e 28 de agosto de 2025, com aprovação e

apresentação e dois artigos científicos à representantes de todo o país:

1. Agentes de IA Generativa e Gestão do Conhecimento: um emergente cenário na gestão de Pessoas.
Autores: André Osório, Guilherme Costa, Kedma Duarte e Fabiana Falcomer.

2. Pesquisa de Clima Organizacional no Poder Executivo estadual: do desenvolvimento à análise dos resultados.
Autores: Eliéser Da Silva Rodrigues, Fabiana Falcomer, Gleiciane Matos De Souza e Leandro Loose Guimarães.

Quanto à SURES, destaca-se a realização do Curso de Formação em Heteroidentificação Étnico-Racial, promovido em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS, como iniciativa relevante no âmbito da gestão de pessoas. A ação contribuiu para o fortalecimento das políticas de equidade racial, o aprimoramento dos procedimentos de verificação e a segurança jurídica dos certames públicos.

A iniciativa evidencia o compromisso da SURES com a implementação de boas práticas, a capacitação contínua e o alinhamento às diretrizes institucionais, colaborando para o fortalecimento da governança e para a geração de valor público.



PRINCIPAIS RESULTADOS

26 PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados alcançados pela Chefia de Gabinete da SEAD consolidam-se na agilidade institucional e na conformidade rigorosa dos atos administrativos, refletindo diretamente o cumprimento das metas pactuadas no Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Como efeito imediato das ações de governança, destaca-se a otimização do fluxo decisório do Secretário de Estado, permitindo que processos complexos e demandas urgentes de outras pastas recebam encaminhamentos técnicos em prazos significativamente menores. Essa mudança de curto prazo é percebida na celeridade das agendas estratégicas e na redução de gargalos burocráticos internos, garantindo que a estrutura de suporte do gabinete funcione como um facilitador da execução das políticas de gestão de ativos e pessoas e não como um ponto de retenção processual.

No âmbito dos programas de integridade, um resultado direto foi o fortalecimento do Programa de Compliance Público dentro da unidade, resultando em uma taxa de conformidade elevada nos processos analisados e na mitigação imediata de riscos jurídicos e administrativos. A implementação de mecanismos de monitoramento em tempo real permitiu que a Chefia de Gabinete entregasse, como produtos imediatos, despachos mais robustos e pareceres alinhados às diretrizes de austeridade fiscal. Além disso, a melhoria nos indicadores de atendimento da Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC gerou uma resposta positiva imediata da sociedade, elevando o índice de resolutividade das demandas externas e assegurando a transparência ativa preconizada pelas normas vigentes.

Outro resultado relevante no médio prazo foi a integração tecnológica das comunicações do gabinete com as demais subsecretarias, o que proporcionou uma visão sistêmica das metas da SEAD. Por meio de projetos de digitalização e da utilização de ferramentas de inteligência de dados, a unidade conseguiu padronizar o recebimento e o tratamento de informações estratégicas, o que mudou a forma como as prioridades são geridas e monitoradas. Esse realinhamento produziu um ambiente administrativo mais resiliente e adaptável, no qual os efeitos das entregas, como a modernização de sistemas de compras e patrimônio, passaram a ser acompanhados com métricas precisas, garantindo que o valor público gerado seja documentado e as metas de governo sejam atingidas com precisão e legitimidade.

Nessa mesma linha de eficiência operacional, a GESG consolidou, no exercício de 2025 sua atuação como unidade estruturante da governança administrativa da Secretaria de Estado da Administração, alcançando resultados expressivos no âmbito da organização, formalização e controle dos atos institucionais.

Durante o período, foram produzidos e controlados aproximadamente 25 mil atos administrativos, evidenciando elevado grau de produtividade e de capacidade operacional da unidade.

A média anual corresponde a aproximadamente 2.018 atos administrativos por mês, demonstrando regularidade, consistência e eficiência na condução das atividades.

Na esfera da Procuradoria Setorial, sua atuação refletiu na conformidade jurídica dos processos administrativos e contratos submetidos à análise, bem como na uniformização de entendimentos aplicados às demandas recorrentes. A orientação preventiva prestada pela unidade contribuiu para a redução de riscos e para

maior segurança nas decisões da gestão, promovendo maior organização e consistência na condução dos atos administrativos.

No exercício de 2025, a Corregedoria Setorial realizou investigações preliminares decorrentes de denúncias registradas no sistema de Ouvidoria e de demandas encaminhadas diretamente por outras unidades, com a adoção das providências necessárias para esclarecimento dos fatos e definição das medidas cabíveis. No âmbito correcional, foram conduzidas sindicâncias, termos de ajustamento de conduta, quando cabíveis, e Processos Administrativos Disciplinares – PADs, com execução de todas as etapas processuais de competência da Corregedoria, incluindo citação e intimação, interrogatório, instrução, oitiva de testemunhas, indiciamento e elaboração de relatório final, com encaminhamento à autoridade competente.

Como parte da rotina de trabalho, também foram realizados registros e atualizações nos sistemas de acompanhamento aplicáveis, incluindo alimentação do SISPAC, contribuindo para rastreabilidade e padronização das informações. Houve, ainda, prestação de informações às partes interessadas e à sociedade, quando possível e respeitado o sigilo legal, bem como encaminhamento e suporte de informações à Procuradoria Geral do Estado em situações de judicialização envolvendo processos de competência da Corregedoria.

Destaca-se, igualmente, a atuação orientativa junto a outras unidades da SEAD, com vistas a qualificar a instrução e assegurar o correto encaminhamento de demandas relacionadas às competências da Corregedoria. Ressalta-se, ainda, o apoio à regular condução dos processos, com a participação de defensoria dativa nos PADs, quando aplicável. No âmbito das Tomadas de Contas Especiais, os processos foram instruídos na fase interna, com adoção das medidas administrativas pertinentes e alimentação do TCE Hub, sistema do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para envio de informações e documentação, bem como foi realizado o acompanhamento das decisões dessa Corte de Contas na fase externa, inclusive quanto às deliberações finais e aos encaminhamentos decorrentes.

Outrossim, destaca-se a apuração de transgressões funcionais em processos correcionais oriundos do IPASGO, que representaram parcela expressiva das demandas tratadas pela Corregedoria no período. Considerando a complexidade e a sensibilidade dessas matérias, a Corregedoria concentrou esforços na adequada instrução, no controle de prazos e na condução das etapas processuais pertinentes, com articulação intersetorial e adoção das providências necessárias para assegurar a legalidade, probidade, segurança jurídica e efetividade nos feitos, com encaminhamentos compatíveis com as competências institucionais.

A Ouvidoria Setorial pauta sua atuação pela produtividade e pelo cumprimento rigoroso de prazos, conciliando celeridade à qualidade técnica e ao estrito cumprimento das normas vigentes. Dentre os principais e mais relevantes resultados alcançados pela Ouvidoria Setorial da SEAD em 2025, pode-se destacar:

- Certificação Diamante em Ouvidoria Pública – Prêmio Ouvidoria Pública;
- Certificação Diamante em Transparência Pública – Prêmio Goiás Mais Transparente;
- 100% de atendimento às demandas recebidas do Portal SEAD e programa Vapt Vupt;
- 100% das Denúncias finalizadas com as devidas respostas;
- Dimensionamento e otimização da força de trabalho da unidade;

- Reformulação e otimização do processo de tratamento de denúncias e Pedidos de Acesso à Informação;
- Criação de grupo de trabalho on-line– Análise contínua dos modelos de atendimento e levantamento de informações;
- Conscientização contínua das áreas mais demandadas quanto aos prazos e normas;
- Integração efetiva com as áreas da SEAD que trabalhavam de forma isolada;
- Elaboração de relatórios extemporâneos demandados por áreas técnicas da SEAD sobre avaliações de serviços;
- Participação no processo de Criação do *ChatBot* da Ouvidoria Geral – CGE;
- Participação no processo de aprimoramento do Sistema de Gestão de Ouvidoria – CGE;
- Participação no Comitê Setorial de Compliance Público – PCP da Pasta; e
- Participação direta em atividades avaliadas de forma excelente no Programa de Compliance Público – PCP.

No que compete ao Escritório de Projetos Setorial, este tem alcançado resultados relevantes no cumprimento das metas e objetivos pactuados por meio da estruturação, acompanhamento e monitoramento de programas, planos, projetos e ações estratégicas sob sua responsabilidade. A atuação da unidade tem contribuído para o fortalecimento da governança institucional e para a melhoria da capacidade de execução das iniciativas prioritárias da SEAD.

Entre os principais resultados obtidos, destaca-se a ampliação da previsibilidade e do controle sobre a execução dos projetos estratégicos, decorrente da padronização de metodologias, instrumentos e fluxos de trabalho relacionados ao gerenciamento de projetos. Essa padronização possibilitou maior clareza na definição de escopo, prazos, responsabilidades e recursos necessários, reduzindo inconsistências e promovendo maior eficiência na condução das iniciativas governamentais.

Observa-se, ainda, a melhoria na qualidade das informações gerenciais disponibilizadas à alta administração, por meio da consolidação periódica de relatórios de monitoramento, painéis de acompanhamento e análises de desempenho dos projetos. Esse aprimoramento tem subsidiado o processo de tomada de decisão estratégica, permitindo intervenções tempestivas, priorização mais assertiva de iniciativas e maior alinhamento entre planejamento e execução.

Outro resultado relevante refere-se ao fortalecimento da cultura institucional de gestão orientada a resultados, evidenciado pelo aumento do engajamento das unidades executoras na utilização das práticas e ferramentas de gerenciamento de projetos. A disseminação de orientações técnicas, capacitações e suporte metodológico tem contribuído para o desenvolvimento das equipes e para a melhoria da condução das ações estratégicas.

Destaca-se, também, a evolução dos mecanismos de gerenciamento de riscos e controle de mudanças, que passaram a ser incorporados de forma mais sistemática à condução dos projetos, reduzindo impactos negativos, aumentando a capacidade de resposta a situações críticas e assegurando maior estabilidade na execução das iniciativas.

Como efeito imediato dessas ações, verifica-se o aumento do índice de cumprimento de prazos e entregas previstas, a melhoria na integração entre áreas institucionais envolvidas nos projetos e o fortalecimento da transparência e rastreabilidade das informações relacionadas às iniciativas estratégicas, contribuindo para maior efetividade na implementação das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria.

Desde sua institucionalização, o Escritório de Projetos da SEAD tem sido um vetor de transformação organizacional, promovendo ganhos expressivos em eficiência, engajamento, transparência e entrega de valor público. A seguir, estão os principais resultados observados:

1. Satisfação do Cliente Interno

- Resultado: a satisfação dos servidores envolvidos em projetos aumentou significativamente;
- Indicador: pesquisa interna de 2025 apontou alto índice de aprovação quanto ao suporte metodológico e à atuação do Escritório de Projetos; e
- Impacto: maior engajamento, confiança na governança e valorização da cultura de projetos.

2. Produtividade e Eficiência

- Resultado: a produtividade na execução de projetos estratégicos cresceu de forma consistente;
- Indicadores: redução de 35% no retrabalho em projetos com suporte direto do Escritório de Projetos; aumento de 60% na taxa de entrega dentro do prazo e escopo entre 2022 e 2025;
- Impacto: otimização de recursos, maior previsibilidade e foco em resultados.

Figura 67 – Modernização das unidades VaptVupt



Fonte: Escritório de Projetos Setorial/SEAD, 2025.

Figura 68 – Sistemas de Gestão



Fonte: Escritório de Projetos Setorial/SEAD, 2025.

3. Crescimento da Rede de Projetos

- Resultado: expansão da Rede de Gestão de Projetos como força colaborativa;
- Indicador: de 18 servidores em 2021 para 95 servidores ativos em 2025, distribuídos por eixos temáticos e unidades da SEAD; e
- Impacto: descentralização com governança, promovendo capilaridade e inovação.

4. Mudança Cultural e Maturidade Organizacional

- Resultado: consolidação da cultura de projetos como prática institucional;
- Indicadores: 195 projetos registrados no GOMAP desde 2023. Capacitações com mais de 300 participações em oficinas e mentorias; e
- Impacto: mudança de mindset, protagonismo dos servidores e alinhamento estratégico.

5.Transparência e Tomada de Decisão Baseada em Dados

- Resultado: fortalecimento da governança e da prestação de contas;
- Indicador: implantação de dashboards interativos em *Power* BI com acesso público e institucional; e
- Impacto: decisões mais assertivas, visibilidade dos resultados e confiança dos *stakeholders*.

Quadro 3 – Resultados Escritório de Projetos da SEAD

Área de Impacto	Indicador Quantitativo	Evolução Observada (2021–2025)
Satisfação do cliente interno	89% de aprovação	+42 pontos percentuais
Produtividade	60% de projetos entregues no prazo e escopo	+35%
Rede de Projetos	95 servidores ativos na Rede	+427%
Cobertura via GOMAP	100% dos projetos estratégicos monitorados	+100% cobertura
Governança estratégica	Reportes mensais ao Comitê e Gabinete	Institucionalização completa

Fonte: Escritório de Projetos Setorial/SEAD, 2025.

Estes resultados demonstram que o Escritório de Projetos da SEAD não apenas organiza projetos, mas transforma pessoas, processos e propósitos.

A Superintendência de Gestão Integrada - SGI, por meio de suas gerências, alcançou importantes avanços, os principais resultados obtidos incluem:

Gestão de Dados

A Gerência de Consolidação e Tratamento de Dados - GESTD desempenhou papel estratégico na modernização da gestão, por meio da automatização de processos e do aprimoramento das informações gerenciais da SGI.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a criação de dashboards de monitoramento de transporte, proporcionando controle mais detalhado de viagens e diárias pagas, a automação de alertas de vencimento de contratos, com redução de riscos operacionais, e a implementação de APIs que proporcionaram a redução de 90% no tempo de atendimento das solicitações de veículos e 60% nos gastos com contratos de eventos.

Ressalta-se, ainda, o aprimoramento do sistema de controle de produtividade das unidades da SGI, garantindo maior eficiência na gestão das atividades e maior celeridade na disponibilização de informações estratégicas à alta administração, fortalecendo a tomada de decisão e o controle interno.

Infraestrutura e Manutenção Predial

Em 2025, a Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial - GEINFRA executou 212 Ordens de Serviço (O.S.), totalizando R$ 2.837.771,44 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) em valores medidos, direcionados à manutenção, adequação e recomposição de condições de funcionamento de estruturas e ambientes sob responsabilidade da SEAD. As entregas realizadas produziram efeitos diretos e imediatos na continuidade do atendimento ao público, na segurança das edificações e na melhoria das condições de uso dos espaços administrativos e de prestação de serviços.

A Rede Vapt Vupt concentrou parcela relevante das intervenções, com manutenções e adequações em unidades como Goianésia, Itapací, Piracanjuba, Ipameri, Senador Canedo, Hidrolândia, Caldas Novas, Águas Lindas, Campinas, entre outras. Os resultados imediatos incluem restabelecimento de condições operacionais, correções de infraestrutura e adequações de ambientes para manter o atendimento regular e reduzir indisponibilidades.

Foram realizadas ações de suporte à operação administrativa, com intervenções em instalações elétricas/dados, adequações de layout, melhorias em banheiros, esquadrias, iluminação, além de demandas na SEAD - Anexo Universitário, como a aquisição de cancelas para controle de entrada e saída de carros do estacionamento. O efeito direto foi a normalização de ambientes de trabalho, melhoria de fluxo e segurança, e manutenção das condições mínimas de funcionamento das instalações.

As entregas incluíram intervenções estruturais e de adequação na Escola de Governo Henrique Santillo, como a manutenção no sistema de drenagem, desenvolvimento de um estúdio, reparos prediais e de itens de infraestrutura. O resultado percebido no curto prazo foi a melhoria das condições de uso de salas e áreas de apoio, favorecendo a continuidade das atividades formativas e administrativas.

Na Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor - DESSS houve execução de serviços de impacto, como estrutura metálica, intervenções em telhado/rufo/cobertura, pintura e serviços correlatos. O efeito imediato foi o controle de riscos estruturais, recomposição de proteção contra intempéries e preservação do

patrimônio público, além de melhoria das condições de segurança e operação.

Foram registradas intervenções específicas no PROCON e no Vapt Vupt Ciretran Anápolis, além de atendimentos a outros locais (ex.: Arquivo Central, Colégio José Carlos de Almeida e outros). Os resultados imediatos envolveram adequação de ambientes e manutenção de infraestrutura predial, permitindo a continuidade das atividades e a mitigação de falhas recorrentes.

A execução das manutenções prediais de 2025 gerou, de forma direta e imediata:

- Retomada e manutenção da continuidade operacional de unidades de atendimento e espaços administrativos, reduzindo interrupções por falhas prediais;
- Recomposição de condições de segurança (ex.: intervenções em estruturas, coberturas/telhados, instalações e itens correlatos), prevenindo agravamento de riscos e danos patrimoniais;
- Melhoria de funcionalidade e organização de ambientes por adequações de layout, divisórias/drywall, ajustes arquitetônicos e melhorias de uso cotidiano;
- Melhoria de acessibilidade e atendimento ao público, com serviços como piso tátil e adequações pontuais em unidades;
- Regularização de infraestrutura essencial (elétrica/dados, iluminação, refrigeração e serviços hidrossanitários), com efeitos diretos na habitabilidade e na prestação de serviços;
- Apoio logístico às intervenções (locações de contêiner, andaime, caçamba e itens de apoio), garantindo condições de execução e continuidade durante manutenções.

Além das ações executadas ao longo de 2025, destaca-se que a GEINFRA também desempenhou papel essencial no suporte técnico às unidades da SEAD e às unidades Vapts Vupts. Foram elaborados inúmeros projetos elétricos e de dados, estruturais, hidrossanitários, bem como projetos de climatização e refrigeração de ambientes, atendendo tanto às demandas da SEAD quanto às de outras secretarias, como a SEAPA e a FAPEG. Esses projetos forneceram bases técnicas seguras e adequadas para futuras obras, ampliações, correções de infraestrutura e adequações normativas, contribuindo diretamente para a melhoria contínua da infraestrutura pública. A Gerência também desempenhou papel estratégico na elaboração de Projetos de Proteção e Segurança Contra Incêndio, garantindo conformidade com as normas vigentes e proporcionando maior segurança às edificações públicas. Foram desenvolvidos projetos completos para diversas unidades e estruturas da Rede Vapt Vupt, incluindo: Vapt Vupt Araguaia Shopping, Vapt Vupt Morrinhos, Vapt Vupt Praça da Bíblia, Vapt Vupt Garavelo, Vapt Vupt Anashopping, Vapt Vupt Minaçu, Vapt Vupt Admar Otto, Vapt Vupt Bougainville, Vapt Vupt Cidade Jardim e Vapt Vupt Praça Cívica. Além disso, foram contempladas demandas externas, como o PPCI da SEAPA. A GEINFRA também atuou em eventos temporários que exigiam planos específicos de segurança contra incêndio, elaborando projetos para o ‘Dia dos Pais’ na AGRODEFESA, ‘Festa Junina’ na AGRODEFESA, o ‘Dia do Servidor’ no Teatro Basileu França e Confraternização de Final de Ano de 2025 no SESIi Multiparque. As entregas geraram impacto imediato na segurança dos ambientes, assegurando a operação regular das atividades e o cumprimento das diretrizes técnicas previstas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

A GEINFRA também avançou na melhoria da experiência do usuário nas unidades de atendimento. Em 2025, foram adquiridos e instalados totens de carregamento de celular em todas as unidades do Vapt Vupt, garantindo mais conforto e autonomia aos cidadãos

durante o atendimento. A iniciativa gerou um resultado imediato na qualidade da permanência dos usuários, agregando funcionalidade aos ambientes e modernizando os serviços oferecidos.

A equipe de arquitetura da GEINFRA também desenvolveu um amplo portfólio de entregas e projetos estratégicos. No segmento de Unidades Vapt Vupt, o foco voltou-se para a requalificação e relocalização de espaços. Foram elaborados projetos de mudança para as unidades Trindade Centro e Trindade Maysa, esta última já operando no novo local; e as Unidade Cidade Jardim e Anápolis Sul, também finalizadas e atuando nas respectivas novas áreas. Destaca-se também a atuação nos primeiros Mercadões Goianos do Estado, com a execução do projeto de mudança da unidade de Águas Lindas (já finalizada) e a elaboração do projeto para Santo Antônio do Descoberto, além do projeto da Unidade de Jussara, já em novo endereço. Adicionalmente, foram confeccionados os projetos de adequação para as novas sedes das unidades Vapt Vupt Praça da Bíblia (atualmente em obras), Araguaia Shopping (já finalizada), Buriti Shopping (já finalizada), Shopping Bougainville (atualmente em obras), Formosa, Jataí, Bom Jesus, Nerópolis, Minaçu e Morrinhos, cujas transferências estão em trâmite. O período também marcou a inauguração das novas unidades Vapt Vupt de Mara Rosa e do PROCON, com projetos integralmente desenvolvidos pela equipe.

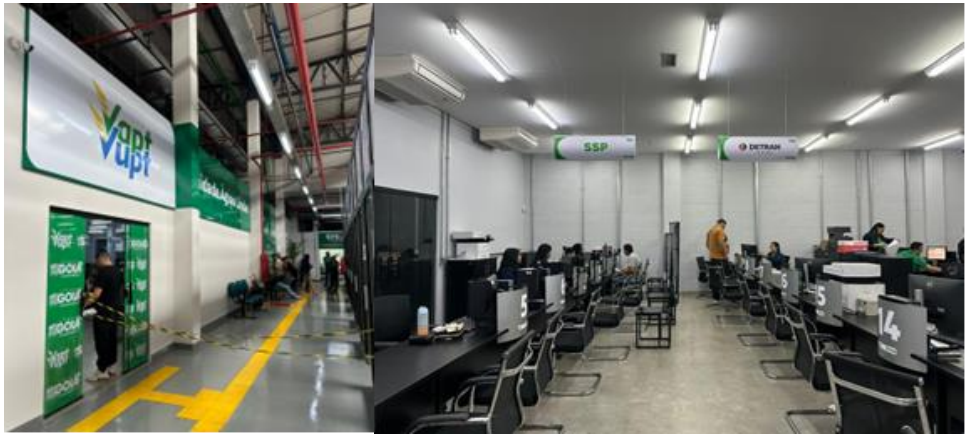
Ainda sobre Unidades Vapt Vupt, diversas Unidades tiveram suas programações visuais revitalizadas, seja internamente ou na fachada, a exemplo das Unidades Passeio das Águas e Shopping Cerrado, além de propostas que ainda serão executadas.

No âmbito das Unidades Administrativas, foram realizadas intervenções de reforma e reestruturação de layout. Entre as entregas executadas, constam a revitalização da fachada da DESSS, e uma proposta de expansão de sua área útil com o uso de contêineres; um estúdio audiovisual para a Escola de Governo, que se encontra em execução, assim como a expansão da Escola, com novas áreas de descanso, refeitório e lanchonete, já construídas; a já executada reestruturação do layout da GGDP no edifício da SEAD no anexo Universitário, e a reestruturação do layout de todo o 7º andar e parte do 6º andar do PPLT, referentes à SEAD. Também, uma proposta para uma sala de reunião do Subsecretário de Patrimônio.

Por fim, a GEINFRA prestou apoio técnico com projetos externos para outras pastas, sendo estes o projeto de reforma e ampliação de todo o complexo da SEAPA, já aprovado pela Secretaria; e o projeto de reforma da FAPEG, atualmente em execução.

Seguem fotos de algumas manutenções executadas, e posteriormente de alguns projetos elaborados ao longo de 2025 pela GEINFRA:

Foto 11 – Vapt Vupt Hidrolândia



Fonte: GEINFRA/SEAD, 2025.

Foto 12 – Vapt Vupt Águas Lindas (Mercadão Goiano)



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 13 – Vapt Vupt Jussara



Fonte: GEINFRA/SEAD, 2025.

Foto 14 – Vapt Vupt Bela Vista



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 15 – Subestação.



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 16 – Vapt Vupt Trindade Maysa



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 17 – Vapt Vupt Admar Otto (Buriti Shopping)



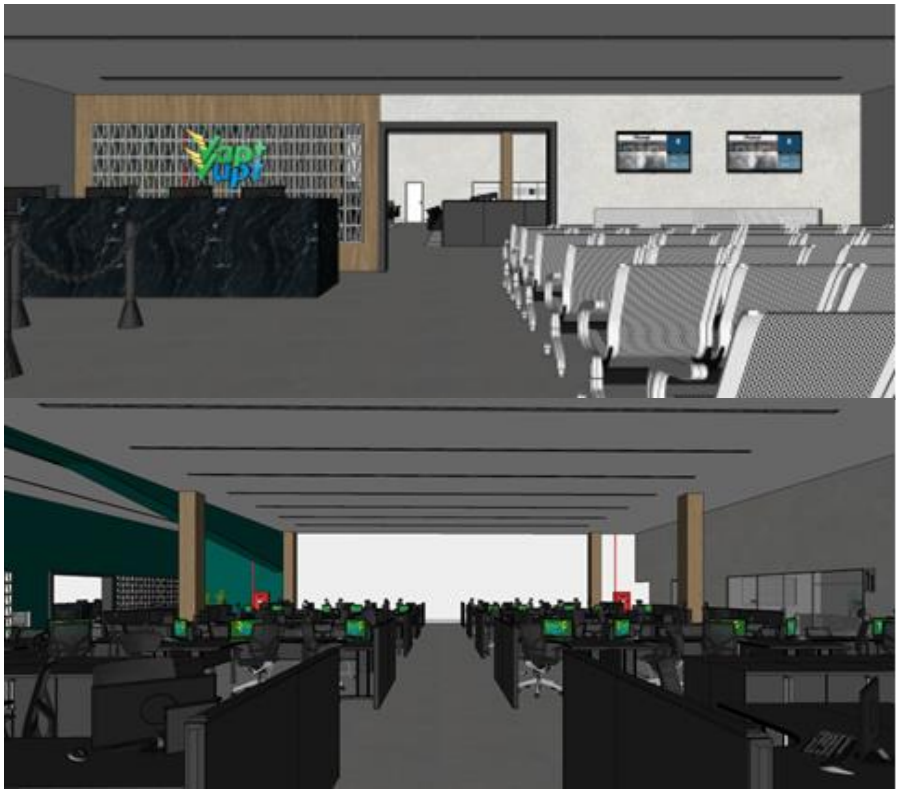
Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 18 – Vapt Vupt Praça da Bíblia



Fonte: GEINFRA/SEAD

Imagem 1 – Vapt Vupt Araguaia Shopping



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 19 – Vapt Vupt Mara Rosa



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 20 – Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 21 – Vapt Vupt São Miguel do Araguaia



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 22 – Vapt Vupt Mineiros (a)



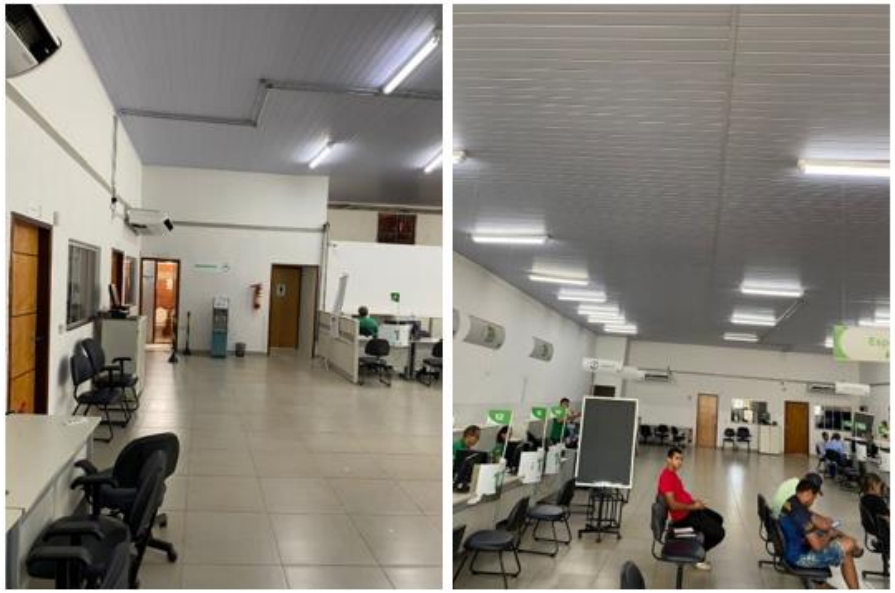
Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 23 – Vapt Vupt Mineiros (b)



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 24 – Vapt Vupt Mozarlândia



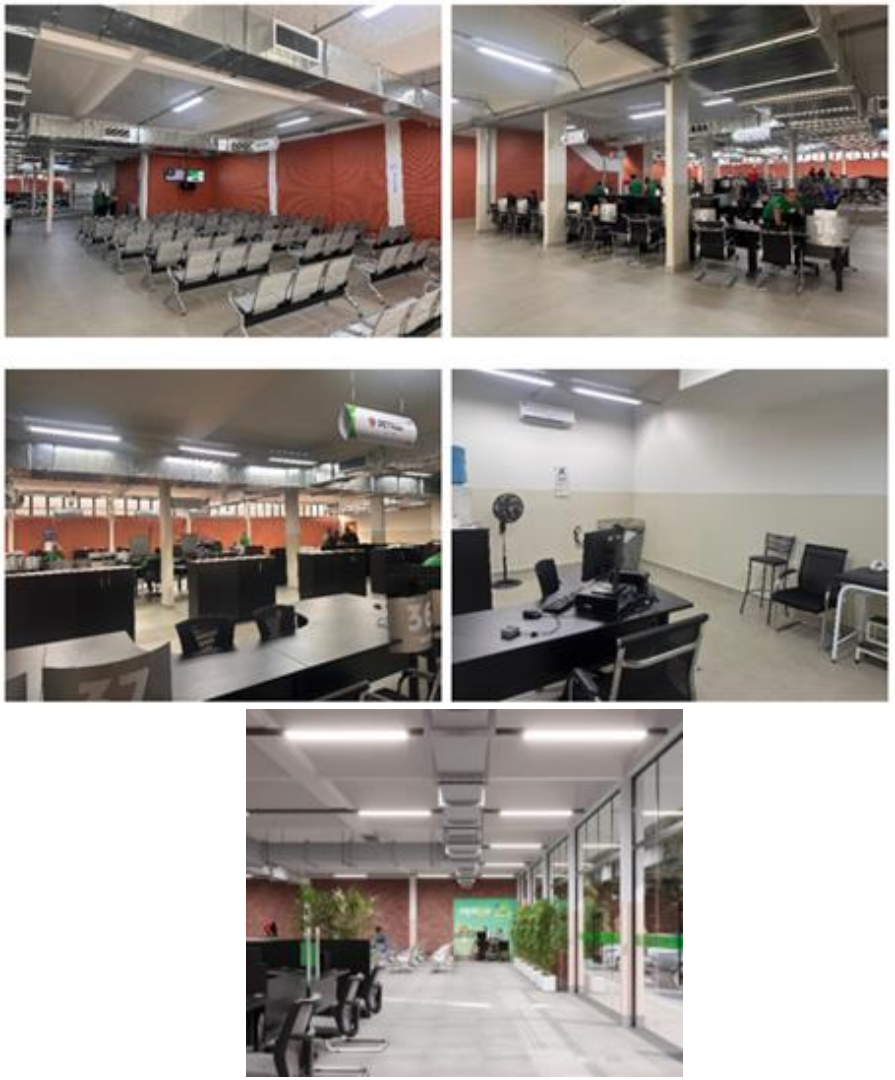
Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 25 – Escola de Governo Henrique Santillo



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 26 – Vapt Vupt Ciretran Anápolis



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 27 – FAPEG



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 28 – SEAPA (a)



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 29 – SEAPA (b)



Fonte: GEINFRA/SEAD

Imagem 2– Propostas de Fachadas de Unidades e Expansão da DESSS com contêineres



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 30 – Totem



Fonte: GEINFRA/SEAD

Foto 31 – Cancela



Fonte: GEINFRA/SEAD

Compras Governamentais

Em 2025, os principais resultados alcançados pela Gerência de Compras Governamentais decorreram da formalização de 110 contratos, conforme dados do Portal da Transparência do Estado de Goiás, além da condução de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, aditivos contratuais, convênios e termos de cooperação que asseguraram a continuidade e a modernização das atividades institucionais da SEAD. As contratações viabilizaram de forma imediata o funcionamento regular das unidades administrativas e de atendimento ao cidadão, com fornecimento de energia elétrica, água, link de dados, soluções tecnológicas, outsourcing de impressão, mobiliário, climatização e materiais de consumo. A celebração de aditivos garantiu a prorrogação de serviços essenciais sem interrupções, enquanto convênios e termos de cooperação ampliaram a capacidade operacional e institucional por meio de parcerias estratégicas.

Como efeitos diretos e de curto prazo, observou-se maior estabilidade operacional, melhoria da infraestrutura tecnológica, fortalecimento da conectividade institucional e qualificação técnica de servidores, refletindo ganhos imediatos em eficiência administrativa, redução de riscos de descontinuidade e melhoria no suporte às áreas finalísticas. Esses resultados demonstram a capacidade da unidade em transformar planejamento em entregas concretas, assegurando regularidade dos serviços públicos e geração de valor público à sociedade.

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00034 NE	Empenho em favor da empresa 3MRN SEGURANCA CIBERNETICA LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 27.451.750/0001-36, Referente à aquisição de 03 (três) Inscrições para o 9º Congresso Cyber Security Summit Brasil, conforme processo de contratação SISLOG nº 116575, processo SEI nº 202500005029561 e inexigibilidade de Contratação n.º 036/2025 - SEAD, visando o atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Administração - SEAD	R$ 6.051,00
019	O presente contrato tem por objeto a contratação de Licença do Software ORÇAFASCIO, compreendendo os módulos: ORÇAFASCIO MÓDULO ORÇAMENTO, ORÇAFASCIO MÓDULO BASESADICIONAIS, ORÇAFASCIO MÓDULO ORÇABIM, ORÇAFASCIO MÓDULO MEDIÇÃO DE OBRA e ORÇAFASCIOMÓDULO PLANEJAMENTO, para atendimento das necessidades dos órgãos do Poder Executivo pelo período de 36meses.	R$ 49.155,00
00157 NE	Empenho referente a contratação de empresa para fornecimento de 9360 pacotes de 500g cada de café, torrado e moído, embalado à vácuo, visando atender as Unidades Administrativas da Secretaria de Estado da Administração e VAPT VU PT. Pregão Eletrônico nº 011/2025 – SEAD	R$ 229.320,00
024	Contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses	R$ 350,50
004	Fornecimento de 100 monitores de 23 polegadas com garantia de 60 meses	R$ 62.700,00
009	Aquisição e instalação de 2 (duas) cancelas eletrônicas, de 6,00 metros (1 reta e 1 articulada), incluso Totem (tipo Fit), leitor facial, laço de piso e software de gestão, destinadas ao estacionamento do Anexo Universitário da SEAD, vinculado às condições e especificações estabelecidas no edital, termo de referência, seus anexos e proposta da CONTRATADA, independente de transcrição e conforme as cláusulas e condições abaixo relacionadas	R$ 33.880,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00028 NE	Objeto do Empenho referente a duas (02) inscrições destinadas a servidores para participação no 22º Congresso Nacional da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), que será realizado de 1º a 4 de outubro de 2025, no Centro de Convenções de Goiânia/GO. O evento terá como tema: Inteligência Artificial e Medicina do Trabalho: oportunidades, desafios e segurança. Inexigibilidade d e Licitação nº 32/2025 – SEAD	R$ 2.400,00
008	Locação do imóvel da Unidade Vapt Vupt Ana Shopping, localizado na Avenida Universitária, n.º 2.221, Vila Santa Isabel, CEP 75083-350, no município de Anápolis - GO. A referida locação será por um período de 12 meses a partir de 14 de março de 2025. Inexigibilidade de licitação n.º 110695.	R$ 144.000,00
037	Contratação da empresa BRASIL PUBLICIDADE LEGAL LTDA, especializada na prestação de serviços de publicação de atos oficiais, tais como atos administrativos, avisos, editais e demais matérias de interesse institucional, em jornal de grande circulação	R$ 30.640,00
027	Contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses	R$ 44.396,40
018	Locação de imóvel para continuidade da Unidade Vapt Vupt Admar Otto no Buriti Shopping, situado na ÁREA A QUADRA 102 02/ÁREA III/PARTE DAS RUAS CAMPOS DO JORDÃO E NARAYOLA/LOTE 01-06 da QUADRA 78A/LOTE 02 da QUADRA 77A/LOTE 01 da QUADRA 17A/LOTE 02/05/06 da QUADRA 103/LOTE 01 da QUADRA 105 do loteamento VILA SÃO TOMAZ, Aparecida de Goiânia-GO, registrado sob a matrícula n.º 232.122, do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Aparecida de Goiânia-GO, com área de 1.031 m², por um período de 60 (sessenta) meses.	R$ 1.305.864,60

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
052	Aquisição de 11 televisores 43 polegadas, 2 televisores de 65 polegadas e 2 tripés de suporte para televisores de 37 a 70 polegadas.	R$ 28.273,96
031	O presente contrato tem por objeto aquisição de bebedouro de uso industrial, em aço inoxidável com 2 torneiras, capacidade aproximada para 50 litros, geladeira/refrigerador com capacidade mínima de 300 litros e televisão/tv, smart tv, com no mínimo 55 polegadas acompanhada de suporte de parede para atender a demanda da Diretoria Executiva da Escola de Governo, das Unidades de Atendimento dos Vapt Vupts e Unidades Administrativas da SEAD	R$ 102.814,00
047	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análise, desenvolvimento, manutenção, documentação, teste de software, ciência de dados e big data, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, contemplando a transferência de conhecimento e agregação tecnológica, respeitando os padrões de desenvolvimento, desempenho e qualidade estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD. Valor total: R$ 32.962.348,80 (trinta e dois milhões e novecentos e sessenta e dois mil e trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)	R$ 32.962.348,80
016	Contratação de empresa prestadora de serviço especializado de agente de integração, na concessão de estágio de estudantes de nível superior, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual	R$ 2.964,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00002	Empenho a favor da empresa CONTROLE SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, relativo à aquisição de 04 (quatro) projetores laser interativos de curta d istância com módulo touch, com garantia e suporte técnico, de acordo com esp ecificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência. Descrição do item: projetores 4000 Lumens Epson BrightLink 725Wi + ModuloTouch Screen + Suporte Epson Para Projetor. Modalidade da licitação: Pregão Eletrônico nº 9 0024/2024.	R$ 64.942,00
032	Aquisição de forno micro-ondas com capacidade aproximada para 30 L e potência mínima de 1000W para atender a demanda da Diretoria Executiva da Escola de Governo, das Unidades de Atendimento dos Vapt Vupts e Unidades Administrativas da SEAD	R$ 32.842,88
028	contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses, mediante demanda.	R$ 15.459,00
005	Fornecimento de 350 Microcomputadores com 8 GB de memória RAM,com uma (1) unidade de disco rígido SSD (SolidState Drive) com capacidade de armazenamento total de 256 GB, monitor de 23", sistema operacional Windows 11, com garantia de 60 meses para serem utilizados nas unidades que integram esta Secretaria de Estado da Administração	R$ 1.267.000,00
058	Contratação de empresa para fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário, para Unidade Vapt Vupt de Caldas Novas, por prazo indeterminado.	R$ 10.002,24
007	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas, incluindo ações de desinsetização, desratização e descupinização, com fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, objetivando assegurar o bem-estar e a qualidade das unidades que integram esta Secretaria de Estado da Administração	R$ 134.975,01

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
051	Aquisição de 19 workstations com teclado e mouse, marca HP, modelo Z2 G9 TWR Workstation com garantia de 60 meses.	R$ 302.100,00
026	Contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses,	R$ 435,00
00023 NE	Aquisição de 09 (nove) inscrições destinadas a servidores da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, no Congresso de Licitações e Contratos Administrativos de Alto Nível - LICITA SAMPA	R$ 36.900,00
040	Contratação de empresa especializada no fornecimento de plataforma modular, integrada de tecnologia da informação	R$ 39.996.552,36
043	Locação do imóvel para unidade da Unidade Vapt Vupt Shopping Cidade Jardim, no Shopping Cidade Jardim, situado na quadra 53, sito a Avenida Nero Macedo, no Setor Cidade Jardim, Goiânia -GO, registrado sob o a matrícula nº 238.009, do Cartório de Registro de Imóveis da 1º Circunscrição de Goiânia, com área de 506,67 m².	R$ 480.000,00
001	Fornecimento de energia elétrica segundo a estrutura de tarifa – A4 Poder Público – Estadual THS_Verde, atividade Administração Pública em Geral - GRUPO A (Alta Tensão, referente ao consumo da Unidade nº 10031081167 do Vapt Vupt Aparecida Shopping, formalizada com a concessionária Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S/A, através dos Contratos CCER/CUSD nº 001/2025-SEAD.	R$ 41.073,72

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
010	Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica segundo a estrutura de tarifa – A4 Poder Público – Estadual THS_Verde, atividade Administração Pública em Geral - GRUPO A (Alta Tensão), para uso exclusivo em Unidade Consumidora atendida em tensão maior ou igual a 2,3 kV, ou atendida a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor que 2,3kV, referente à Unidade Consumidora (UC) nº 10006305740 Praça da Bíblia, formalizada com a concessionária Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S/A, através dos Contratos CCER/CUSD nº 010/2025-SEAD.	R$ 59.745,12
011	Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica segundo a estrutura de tarifa – A4 Poder Público – Estadual THS_Verde, atividade Administração Pública em Geral - GRUPO A (Alta Tensão), para uso exclusivo em Unidade Consumidora atendida em tensão maior ou igual a 2,3 kV, ou atendida a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor que 2,3kV, referente à Unidade Consumidora (UC) nº 10009003337 Escola de Governo, formalizada com a concessionária Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S/A, através dos Contratos CCER/CUSD nº 011/2025-SEAD.	R$ 93.917,04
030	Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica, segundo a estrutura de tarifa - Monômia, atividade Administração Pública em Geral - GRUPO B3 (Baixa Tensão), para uso exclusivo nas Unidades Consumidoras atendidas em tensão inferior a 2,3 kV, referente ao consumo das Unidades de Atendimento Vapt Vupt elencadas no ANEXO I do presente contrato, correspondentes a 45 (quarenta e cinco) UCs.	R$ 2.061.541,56

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
055	Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica, segundo a estrutura de tarifa - Monômia, atividade Administração Pública em Geral - GRUPO B3 (Baixa Tensão), para uso exclusivo nas Unidades Consumidoras atendidas em tensão inferior a 2,3 kV, referente ao consumo das Unidades de Atendimento da SEAD elencadas no ANEXO I do presente contrato, correspondentes a 03 (três) UC's, decorrente da inexigibilidade de licitação nº 020/2025, de 17.07.2025.	R$ 105.611,76
00026	Aquisição de inscrições para a participação no Congresso de Excelência em Contratações Públicas - CONEX 2025, realizado em Goiânia-GO, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2025 e carga horária de 30 (trinta) horas-aula	R$ 103.500,00
002	Contratação de empresa para fornecimento de recarga de gás de cozinha P - 13 - GPL (gás de cozinha), sob demanda, com a entrega prevista para as Unidades Administrativas da Secretaria da Administração-SEAD	R$ 10.800,00
013	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de condicionadores de ar tipo ACJ e do tipo SPLIT, modelos MINI SPLIT, SPLITÃO, INVERTER, MULTISPLIT, HI-WALL, PISO-TETO, CASSETE e ainda SISTEMAS AR CONDICIONADO CENTRAL, SISTEMAS DE RENOVAÇÃO DE AR, SISTEMAS VRF's e CORTINAS DE AR incluindo, além da mão de obra especializada, fornecimento total de peças, materiais, ferramentas e fornecimento de gás em todos os condicionadores de ar, instalados nas Unidades Administrativas da Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás, por um período de 12 (doze) meses	R$ 994.914,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
060	Aquisição de materiais de limpeza destinados às copas das Unidades Vapt Vupt vinculadas à Secretaria de Estado da Administração - SEAD	R$ 91.993,80
015	Contratação de pessoa jurídica de direito público, para o fornecimento de 2 (dois) links de dados, para conexão e acesso à Internet, com link dedicado de 300 Mbps, sendo um para a SEAD - Anexo Vila Yate (METAGO) e outro para a Escola de Governo, atendendo às necessidades da Secretaria de Estado da Administração - SEAD	R$ 70.798,20
044	Contratação de pessoa jurídica para emissão, sob demanda, de certificados digitais dos tipos A1 e A3 e-CPF (pessoa física) e e-CNPJ (pessoa jurídica), conforme Padrão da ICP-Brasil, com garantia e suporte técnico, para atender à necessidade desta Secretaria de Estado da Administração, em específico, da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor (DESSS), da Gerência de Contabilidade (GECONT), da Gerência de Obrigações Acessórias (GOA) e da Gerência de Infraestrutura Tecnológica e Serviços (GEITS)	R$ 3.432,00
0007 NE	Empenho a favor da empresa INFOCO-RH LTDA, referente à aquisição de 04 (quatro) inscrições para a participação no 3º Seminário Nacional de Governança em Gestão de Pessoas. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFEREN CIAIS: Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais são: 04 (quatro) inscrições no valor unitário de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), totalizando R$ 18.800,00	R$ 18.800,00
022	Contratação de instituição especializada para a realização de atividades pertinentes à execução do concurso público, que visa a seleção de 63 servidores para provimento em cargo efetivo de gestor de infraestrutura, no quadro da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (GOINFRA)	R$ 491.400,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00031 NE	Empenho em favor da empresa Aquisição de 5 (cinco) inscrições no XXIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias e 8 (oito) inscrições em workshops integrantes da programação do mesmo congresso, totalizando 13 (treze) inscrições, destinadas à participação de 5 (cinco) servidores lotados na Gerência de Avaliação de Imóveis – GEAVA no XXIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – COBREAP 2025. Contratação SISLOG nº 115668 (SEI 202500005024261), por meio de atividades de capacitação, como workshops e palestras, cujo valor total é de R$ R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais	R$ 10.200,00
00025	Empenho a favor da empresa INSTITUTO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DE GOIAS-IDA G, referente à aquisição de 19 (dezenove) inscrições, com o fornecimento de 2 (duas) cortesias para o 16º Congresso Goiano de Direito Administrativo. Estimativas DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS: Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais são: 19 (dezenove) inscrições no valor unitário de R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), totalizando R$ 16.340,00 (dezesseis mil, trezentos e quarenta reais)	R$ 16.340,00
00009	Inscrições para o 20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação	R$ 29.450,00
00010	Aquisição de 03 inscrições para participação no 20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agente de Contratação, por meio do INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA, CNPJ Nº 10.498.974/0001-09, processo SISLOG nº 112812 / Processo SEI 202500005005906.	R$ 14.890,00
00024 NE	Aquisição de 2 (duas) inscrições destinadas a servidores da SEAD no 6º Congresso Brasileiro de Compras Públicas.	R$ 11.124,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
0005/025 NE	Empenho referente a 14 inscrições no Masterclass de Inovações na Licitação e Contratação de Obras Públicas com a Nova Lei de Licitações, que será realizado nos dias 27 e 28 de janeiro de 2025, no formato presencial, no Castro's Park Hotel, em Goiânia - GO, com carga horária de 16 (dezesseis) horas-aula. Empenho por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, III, "f", da Lei Federal 14.133, de abril de 2021, referente ao processo de contratação SISLOG nº 112137/2025.	R$ 35.000,00
00033 NE	Empenho a favor da palestrante Prof.ª Lúcia Helena Galvão (por meio da empresa ISABELA ARRUDA E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 42.217.097/0001-39 (KALIOPE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA), para ministrar palestra no evento comemorativo ao Dia do Servidor Público, a ser realizado no dia 29/10/2025, a partir das 19h. Descrição do item 001 - Código 6492 - Contratação de Profissional Especializado, Palestrante. Período: 29/10/2025 - Local de Entrega: Auditório do Basileu França (Teatro Escola), situado na Avenida Universitária, nº 1750, Setor Leste Universitário, Goiânia/GO, em parcela única	R$ 50.000,00
036	O presente contrato tem por objeto a aquisição de 2 (duas) assinaturas digitais de jornal de grande circulação, a fim de atender ao Gabinete do Secretário de Estado da Administração e a Comunicação Setorial da SEAD, vinculada às condições e especificações estabelecidas no termo de referência, seus anexos e proposta da CONTRATADA, independente de transcrição e conforme as cláusulas e condições abaixo relacionadas	R$ 799,60
003	Aquisição de água mineral, acondicionada em galão de 20 litros, retornável, com galão em regime de comodato, com a entrega prevista para as Unidades Administrativas da Secretaria da Administração-SEAD	R$ 13.425,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
050	Aquisição de película de bloqueio/filtro solar, para vidros prediais, a serem instaladas nas unidades do Vapt Vupt e unidades administrativas da Secretaria de Estado da Administração - SEAD.	R$ 266.887,11
042	Prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação/alteração, reembolso e cancelamento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e seguro-viagem internacional.	R$ 383.008,00
00158 NE	Empenho referente a contratação de empresa para fornecimento de 1000 pacotes de 2 quilos cada de açúcar, tipo cristalizado, visando atender as Unidades Administrativas da Secretaria de Estado da Administração e VAPT VUPT. Pregão Eletrônico nº 011/2025 - SEAD	R$ 7.060,00
041	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte, para o sistema Autodesk AEC - Architecture Engineering and Construction Collection.	R$ 465.543,82
057	Contrato tem por objeto a aquisição de 04 (quatro) licenças para uso do software AltoQi Builder (plano ALTOQI BUILDER INFINITY GOV 2025 - assinatura para 05 anos	R$ 144.960,00
062	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Outsourcing de Impressão para a Secretaria de Administração do Estado de Goiás – SEAD.	R$ 2.072.077,50

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00006 NE	Empenho a favor da empresa Empenho relativo a aquisição de cartões de proximidade Idex/Acura 125 kHz IS O (cartão em PVC com tecnologia DNP para impressão em impressora térmica) e fitas de transferência térmica colorida (Ribbon) para impressora de cartões PVC FARGO DTC 1250 Dual, com capacidade para 250 impressões, destinados à confecção de crachás dos servidores desta Secretaria. Descrição dos Itens: Item 001 Código: 46 Confecção de Cartões e Convites. Descrição: Cartão de proximidade, em PVC, de 125 kHz. Quantidade: 1.000 (mil) unidades. Valor unitário: R$ 3,80. Valor total: R$ 3.800,00.	R$ 3.800,00
00031 NE	Empenho em favor da empresa Aquisição de 5 (cinco) inscrições no XXIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias e 8 (oito) inscrições em workshops integrantes da programação do mesmo congresso, totalizando 13 (treze) inscrições, destinadas à participação de 5 (cinco) servidores lotados na Gerência de Avaliação de Imóveis – GEAVA no XXIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – COBREAP 2025. Contratação SISLOG nº 115668 (SEI 202500005024261), por meio de atividades de capacitação, como workshops e palestras, cujo valor total é de R$ R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais	R$ 10.200,00
014	Locação de imóvel para continuidade da Unidade Vapt Vupt de Itapuranga no mesmo local, situado no loteamento denominado “Margem Esquerda do Rio Canastra ou Joaquim Cardoso”, Lote 02, Quadra 08, à Rua Pedro Sifuente Machado, Itapuranga-GO, registrado sob a matrícula n.º 2.423, do 2º Tabelionado de Notas, Registro de Imóveis, Registro Civil de Pessoas Naturais, de Interdições e Tutelas de Itapuranga-GO, com área de 468,10 m²	R$ 438.000,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
020	Locação de Imóvel para sediar a Unidade Vapt Vupt da Praça da Bíblia, localizada na Avenida Anhanguera, nº 2.727, Setor Leste Universitário, Camelódromo Praça da Bíblia, CEP: 74610-010, Goiânia – GO, corporificado na sala comercial composta de pavimento térreo e mezanino, com um total de 653,59m2, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, referente ao processo SISLOG nº 111407 e processo SEI! nº 202400005046755. Contrato nº 020/2025 – Roberta Carolinni Barros Ferreira.	R$ 750.000,00
038	Aquisição de licença de uso de software como serviço, para atividades de colaboração e inovação, sendo 3 licenças Miro, 4 licenças CapCut e 23 licenças Canva,	R$ 23.380,00
046	Contratação de instrutora externa, previamente credenciada nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2024-DEEG, consubstanciada na pessoa física da CONTRATADA, para ministração de cursos para turmas nas matérias de Inovação / Design de Experiências e em Gestão Estratégica / Gerenciamento de Processos, contemplando aulas em formato presencial, híbrido e entregas de conteúdo, até o máximo de 260 horas/aula.	R$ 44.200,00
064	Locação do imóvel, localizado na Avenida Cristóvão Colombo de Freitas, Qd.04, Lt.10, Setor Aeroporto, no Município de Jaraguá GO, para sediar a Unidade do VAPT VUPT na referida cidade, por um período de 60 (sessenta) meses a partir de 08/12/2025.	R$ 540.000,00
00020 NE	Empenho a favor da empresa Neurobox Tecnologia em Informática Ltda, referente à aquisição de 02 inscrições para o Agile Trends Gov 2025, em Brasília, nos dias 27 e 28 de agosto de 2025, por meio de atividades de capacitação, com o workshops e palestras	R$ 3.610,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00021 NE	Empenho a favor da empresa Neurobox Tecnologia em Informática Ltda., referente à aquisição de 07(sete) inscrições para participação no curso Agile TrendsGov 2025, que acontecerá de 25 a 28 de agosto de 2025, em Brasília-DF. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇAÕ E DOS PREÇOS REFERENCIAIS: Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais são: 01 (uma) inscrição para participação do evento R$ 1.805,00, 01 (uma) inscrição no valor de R$ 1.805,00, 05 inscrições, sendo: 03 (três) para os servidores da Gerência de Desenvolvimento de Sistemas de Gestão e 02 (duas) para a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas R$ 3.065,00, totaliz ando R$ 18.935,00 (dezoito mil, novecentos e trinta e cinco reais)	R$ 18.935,00
063	Aquisição de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública - Banco de Preços, vinculado às condições e especificações estabelecidas no edital	R$ 23.748,91
045	Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de vigilância armada, mediante fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo armamento, munição e coletes balísticos, visando atender as Unidades Administrativas e Vapt Vupt	R$ 10.299.570,48
017	Contratação de empresa para cobertura securitária total de 03 (três) veículos pertencentes à frota da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, vinculado às condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos e proposta da contratada, independente de transcrição e conforme as cláusulas e condições seguintes.	R$ 22.999,99

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
006	O fornecimento de 50 Microcomputadores com 16 GB de memória RAM, uma (1) unidade de disco rígido SSD (Solid State Drive) com capacidade de armazenamento total de 256GB, monitor de 23”, sistema operacional Windows 11, com garantia de 60 meses e 10 Notebooks com 8 GB de memória RAM, uma (1) unidade de disco rígido SSD (Solid State Drive) com capacidade de armazenamento total de 256 GB, tela de 14’’, sistema operacional Windows 11., com garantia de 60 meses	R$ 24.936,00
012	Fornecimento de 50 Notebooks com 16 GB de memória RAM, uma (1) unidade de disco rígido SSD (Solid State Drive) com capacidade de armazenamento total de 256 GB, tela de 14’’, sistema operacional Windows 11. Garantia de 60 meses.	R$ 204.250,00
00001 NE	Presente contratação tem por objeto a aquisição de Etiquetas de Identificação Patrimonial, para atendimento das necessidades da Seção de Patrimônio da Gerência de Apoio Administrativo e Logístico da SEAD	R$ 11.499,95
00006 NE	Empenho a favor da empresa Empenho relativo a aquisição de cartões de proximidade Idex/Acura 125 kHz IS O (cartão em PVC com tecnologia DNP para impressão em impressora térmica) e fitas de transferência térmica colorida (Ribbon) para impressora de cartões PVC FARGO DTC 1250 Dual, com capacidade para 250 impressões, destinados à confecção de crachás dos servidores desta Secretaria. Descrição dos Itens: Item 001 Código: 46 Confecção de Cartões e Convites. Descrição: Cartão de proximidade, em PVC, de 125 kHz. Quantidade: 1.000 (mil) unidades. Valor unitário: R$ 3,80. Valor total: R$ 3.800,00.	R$ 3.800,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00029 NE	Aquisição de 19 inscrições para o 18° Seminário em Gestão, Projetos e Liderança, promovido pelo Project Management Institute Goiás Chapter - PMIGO, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2025, em Goiânia, por meio de atividades de capacitação, como workshops e palestras.	R$ 16.150,00
048	Contratação de empresa para implementação de atendimento especializado de homologação de atestados médicos relacionados aos transtornos mentais e comportamentais visando assegurar a análise pericial especializada	R$ 6.979.449,60
056	locação do SESI MULTIPARQUE - CLUBE ANTÔNIO FERREIRA PACHECO, situado a Avenida João Leite, nº 915, Setor Santa Genoveva - CEP 74670-040 - Goiânia GO, visando a cessão do uso do espaço do complexo esportivo e de lazer para a realização da 2ª Edição dos Jogos dos Servidores Estaduais de Goiás, com destaque para a 4ª Etapa Regional - Região Metropolitana e a Etapa Final, ambas a serem realizadas no município de Goiânia - Goiás, nos dias 18 e 19 de outubro e 8 e 9 de novembro respectivamente, vinculado às condições e especificações estabelecidas no termo de referência, seus anexos e proposta do LOCADOR, independente de transcrição e conforme as cláusulas e condições abaixo relacionadas.1.2. O espaço oferece: 01 Quadra (Futsal); 01 Quadra (Vôlei); 02 Quadras de Areia; 02 Campos Society; Espaço (na quadra de basquete), para jogos de mesa e lutas; Piscina olímpica; Salão de Jogos (04 mesas). (Sinucão e tênis de Mesa); Salão de festas - Área de alimentação/Integração; Pedalinho; 04 piscinas; Lago com pesca esportiva; Valor total: R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).	R$ 124.000,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
034	Aquisição de cafeteira de uso industrial, 8 litros, sem pingador e alimentação por energia elétrica, cadeira de rodas para 160kg e tapete/capacho, em vinil, com medida de 2,00 m x 1,20 m para atender a demanda da Diretoria Executiva da Escola de Governo, das Unidades de Atendimento dos Vapt Vupts e Unidades Administrativas da SEAD	R$ 195.805,00
021	Prestação de serviços de comunicação visual para desenvolver e implementar soluções que visem aprimorar a identidade visual dos serviços da Administração Pública, aumentar a visibilidade e promover a comunicação efetiva com o público alvo, por meio de projetos de sinalização interna e externa e demais serviços correlatos à comunicação visual das unidades de Vapt Vupt	R$ 1.500.000,00
033	Aquisição de bebedouro de uso industrial, em aço inoxidável, 2 torneiras e capacidade de 25 litros para atender a demanda da Diretoria Executiva da Escola de Governo, das Unidades de Atendimento dos Vapt Vupts e Unidades Administrativas da SEAD.,	R$ 93.540,00
061	Aquisição de copos descartáveis biodegradáveis em polipropileno (PP), capacidade mínima de 180 ml, atóxico, adequado para contato com alimentos, resistente para uso com líquidos quentes e frios, embalado e identificado conforme normas vigentes, visando atender às necessidades da Secretaria da Administração – SEAD	R$ 49.950,00
029	Aquisição de Totem carregador simultâneo de celular e cabo/chicote, vinculado às condições e especificações estabelecidas no edital, termo de referência.	R$ 160.390,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
00007 NE	Empenho a favor da empresa SUMMIT EVENTO S LTDA, referente contratação de fornecimento de coquetel no evento comemorativo ao Dia do Servidor Público. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS P REÇOS REFERENCIAIS: Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais são: 750 (setecentos e cinquenta) refeições no valor unitário d e R$ 56,50 (cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), totalizando R$ 42. 375,00 (quarenta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais). DESCRIÇÃO DE TALHADA DO OBJETO: O objeto contratado consiste no fornecimento de coquetel volante no evento comemorativo em alusão ao Dia do Servidor Público Estadual , a ser comemorado no dia 29/10/2025, a partir das 19h, no Auditório do Basileu França (Teatro Escola), situado na Avenida Universitária, nº 1750, Setor Leste Universitário, Goiânia/GO	R$ 42.375,00
059	Aquisição de 80 (oitenta) equipamentos de climatização destinados às unidades da Secretaria de Estado da Administração - SEAD	R$ 712.000,00
00219 NE	Empenho a favor da empresa THERMOFLEXO INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA referente aquisição de Bobinas Térmica Amarela 80 x 40, 1 via, com entrega única, visando a reposição do Almoxarifado da Secretaria de Estado da Administração-SEAD, no intuito de atender as demandas do Sistema de Atendimento ao Cidadão, na emissão de senhas de atendimento nas Unidades Vapt Vupt localizadas na capital e no interior do Estado de Goiás. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Garantia legal contra defeitos de fabricação, conforme a Lei de nº 8.07/1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC). DO PRAZO DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	R$ 36.600,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
039	Manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, em 01 (um) grupo gerador de energia com potência 168 kVA/134 kWe, carenado, com quadro de transferência automático, marca/modelo Maxi Trust MX 185FWSL e 01 (um) grupo gerador de energia com potência 272 kVA/217 KWe, carenado, com quadro de transferência automático, marca/modelo Maxi Trust MX 300FWSL, instalados nas Unidades Administrativas Anexo Universitário e Diretoria Executiva da Escola de Governo	R$ 16.000,00
054	Prestação de serviços de agenciamento de hospedagem em hotéis nacionais e internacionais (com café da manhã incluso), por demanda, compreendendo reserva, emissão, cancelamento, alteração, marcação, endosso, e a devida entrega dos vouchers, bem como quaisquer outros serviços correlatos.	R$ 85.000,00
053	Aquisição de dispositivos Nobreaks (UPS) para os racks de Tecnologia da Informação (TI) da Secretaria de Estado da Administração de Goiás	R$ 112.845,75
023	Contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses,	R$ 15.364,20
035	Aquisição de frigobar com capacidade para 90 L, 220V, cor branco, para atender a demanda da Diretoria Executiva da Escola de Governo, das Unidades de Atendimento dos Vapt Vupts e Unidades Administrativas da SEAD	R$ 5.495,00

Continua

Quadro 4 – Contratações efetivadas no ano de 2025 - Continuação

Nº Contrato	Objeto da Aquisição	Valor da Aquisição (R$)
025	Contratação de empresa especializada nos suprimentos de informática diversos, por um período de 12 (doze) meses	R$ 1.933,00
049	O presente contrato tem por objeto a aquisição de 1.564,43 m² de persiana rolô com tela solar e 172,09 m² de persiana rolô blackout, a serem instaladas nas unidades do Vapt Vupt e unidades administrativas da Secretaria de Estado da Administração – SEAD,	R$ 284.789,20
00035	Inscrições para participação de servidores da Superintendência Central de Compras e Contratos (SCC) na "Capacitação online: Como Elaborar e Julgar a Planilha de Preços de Acordo com a IN nº 05/2017", que será realizada com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 11 a 19 de novembro de 2025.	R$ 15.720,00
VALOR TOTAL		**R$ 107.884.996,06**

Fonte: https://transparencia.go.gov.br/contratos/

Modernização de Processos

No período de referência, a Gerência de Modernização Organizacional e Processos consolidou avanços expressivos na melhoria da eficiência administrativa da SEAD, com foco na padronização, racionalização e digitalização dos fluxos internos.

Foram entregues 105 fluxos mapeados e estruturados, com atendimento a 13 áreas da Secretaria, promovendo maior clareza procedimental e redução de retrabalho. A unidade também produziu 4 e-books orientativos voltados à padronização de rotinas, ampliando o acesso à informação e fortalecendo a cultura de gestão por processos.

Destaca-se, ainda, a revisão de 84% da Carta de Serviços, aprimorando a transparência e a comunicação institucional, bem como a realização de 584 horas de capacitação, contribuindo para o desenvolvimento técnico das equipes e para a consolidação das melhorias implementadas.

Gestão de Convênios e Governança

No período em referência, a unidade consolidou resultados relevantes associados às metas e objetivos pactuados, especialmente no fortalecimento da governança, da gestão de riscos e do acompanhamento de instrumentos de parceria. As entregas realizadas produziram efeitos imediatos na melhoria da organização dos fluxos de trabalho e na qualificação das análises técnicas.

No âmbito da articulação institucional, verificou-se o fortalecimento das instâncias colegiadas e dos grupos de trabalho com participação da unidade, contribuindo para maior alinhamento decisório, integração de informações e coordenação de iniciativas estratégicas.

Como efeitos diretos e de curto prazo, observou-se: maior conformidade processual, melhoria na rastreabilidade das informações, incremento da maturidade em gestão de riscos e maior eficiência no suporte técnico prestado às áreas demandantes, contribuindo para a geração de valor público no âmbito da SEAD.

Planejamento Institucional

- Monitoramento da execução do Plano Plurianual – PPA e Relatório de fechamento de exercício

O monitoramento da execução do Plano Plurianual – PPA constitui procedimento fundamental da gestão pública, consistindo em processo contínuo de análise do desempenho das iniciativas e da execução dos programas. Entre suas principais finalidades, destaca-se o acompanhamento da execução física dos serviços e da execução físico-financeira dos produtos, bem como a verificação do alinhamento das ações governamentais aos objetivos estratégicos estabelecidos. Esse monitoramento subsidia a Revisão Anual do PPA, contribuindo para o aprimoramento da eficiência da gestão pública e para o fortalecimento da transparência na aplicação dos recursos.

O acompanhamento sistemático das iniciativas previstas no PPA, possibilita que a GPI avalie o desempenho das políticas públicas e a identificação de eventuais desvios ou dificuldades na execução das iniciativas planejadas. Esse acompanhamento contínuo permite ajustes tempestivos, via revisão ordinária do PPA promovido pela Central de Planejamento, assegurando que os programas sejam conduzidos de maneira eficaz, com alcance dos resultados esperados, dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos.

A análise desses dados subsidia a tomada de decisões estratégicas pela SEAD, contribuindo para a otimização da alocação de recursos e para a priorização de investimentos com maior potencial de retorno para a administração pública e para os cidadãos, com foco na geração e na entrega de valor público no âmbito da implementação das políticas públicas

Este monitoramento é realizado mensalmente, solicitado formalmente por intermédio do SEI via Despacho, com finalidade específica, no qual são anexadas planilhas elaboradas pela GPI a serem alimentadas pelas Unidades Administrativas responsáveis pelas entregas (serviço e/ou produto) no PPA. Feita a devolutiva, a GPI insere mensalmente as informações no Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual - SIPLAM. Ao término do exercício, após possíveis ajustes e revisões qualitativas e quantitativas, a GPI realiza o fechamento operacional das entregas sob sua reponsabilidade no SIPLAM para ulterior análise e consolidação da Secretaria de Estado da Economia que, por sua vez, disponibiliza os relatórios relativos ao PPA das demais unidades orçamentárias do Estado de Goiás à Controladoria-Geral do Estado - CGE, que na condição de órgão de controle interno, consolida os relatórios para o competente envio ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE.

Além disso, a Secretaria de Economia elabora um relatório anual contendo as realizações do exercício, que é enviado à Secretaria de Estado da Casa Civil. Esta, por sua vez, encaminha o documento à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na abertura da primeira Sessão Legislativa, para fins de avaliação dos resultados das políticas públicas.

A transparência e a prestação de contas também são aspectos essenciais do monitoramento do PPA. Acompanhando a execução do PPA, a SEAD, por meio da GPI, reforça sua responsabilidade perante os órgãos de controle interno e externo, e a sociedade, demonstrando de forma clara e acessível como os recursos públicos estão sendo empregados para atender às demandas da população.

Por fim, o monitoramento contínuo do PPA fortalece a cultura de planejamento dentro da administração pública, promovendo maior integração entre as áreas da administração pública, incentivando a adoção de metodologias modernas de gestão por resultados. Dessa forma, a SEAD consolida seu papel estratégico na gestão estadual, contribuindo para uma governança mais eficiente, transparente, orientada para resultados concretos na implementação das políticas públicas.

- Revisão Anual Ordinária do Plano Plurianual – PPA 2024-2027

A revisão anual ordinária do PPA 2024-2027, fundamentada na Lei nº 22.317/2023 (com as alterações da Lei Estadual nº 23.009/2024), consolidou um rito processual mais ágil e simplificado. Complementarmente, o Decreto nº 10.647/2025 estabeleceu as normas de programação orçamentária e financeira para o exercício, ratificando o Sistema de Planejamento e Monitoramento - SIPLAM como a ferramenta central para o aporte de dados que subsidiam a gestão e o aprimoramento das políticas públicas.

Realizada entre 5 de fevereiro e 21 de abril de 2025, a revisão não se limitou a ajustes formais; tratou-se de um esforço gerencial para garantir que o planejamento estadual mantivesse estrita aderência às entregas de maior valor para a sociedade goiana. O procedimento revisional permitiu maior integração técnica entre a SEAD e a Secretaria de Estado de Economia - por meio da Subsecretaria Central

de Planejamento, Monitoramento e Avaliação e da Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento.

O procedimento de revisão do PPA 2024-2027 referente à SEAD, realizado no exercício de 2025, está formalmente registrado por meio do Processo SEI nº 202500005005311, no qual verifica-se o início da revisão com a participação das partes integrantes da estrutura administrativa desta SEAD.

Após as tratativas entre esta Gerência de Planejamento Institucional e as demais unidades administrativas da SEAD, o resultado da revisão foi encaminhado à Secretaria de Estado da Economia, unidade orçamentária na qual encontra-se vinculada a Subsecretaria Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, mediante Processo SEI nº 202500005007996 no qual o observam-se as considerações e ajustes em razão da devolutiva do órgão Central de Planejamento.

O resultado desse esforço conjunto, que passou a vigorar em 1º de junho de 2025, permitiu:

i. Aperfeiçoamento Técnico: refinamento de indicadores e marcadores de políticas transversais;
ii. Flexibilidade Estratégica: alteração e acréscimo de iniciativas e produtos para adequar o plano ao segundo ano do mandato governamental;
iii. Qualidade do Monitoramento: fortalecimento da capacidade da SEAD em acompanhar e avaliar suas entregas finalísticas.

- A Relevância da Revisão Anual – RAP

A Revisão Anual do PPA (RAP) foca nos elementos não estruturantes do plano, permitindo ajustes sem descaracterizar o objetivo principal e as diretrizes de longo prazo do PPA. Na revisão anual são permitidos ajustes nos elementos não estruturantes: Inciativas[1] e Entregas[2]. Para tanto, procedeu-se à revisão do PPA para o ano de 2025 por intermédio da plataforma, disponibilizada pela Secretaria de Estado da Economia, denominada RAP, na qual a SEAD por intermédio da Gerência de Planejamento Institucional, efetivou os ajustes

1 - Os atributos associados ao elemento Iniciativa, passíveis de ajustes e adaptações na revisão anual do PPA: 2024, são: nome; problema; detalhamento; tipo (continuidade ou inovação). Ver: GOIÁS. Secretaria de Estado do Planejamento. **Manual de Revisão do PPA 2024-2027**. Goiânia, 2024. p. 14. Disponível em: https://ppa.go.gov.br/tutoriais/. Acesso em: 20 jan. 2026.

2 - Os atributos associados ao elemento Entregas, passiveis de ajustes e adaptações na revisão anual do PPA: 2024 são: adição, modificação e descrição da entrega; vínculo com a iniciativa; nome; cumulativa ou não; nível de monitoramento; unidade de medida; tipos de entrega (serviço, SIOFI e ex-SIOFI); descrição; métodos de comprovação; alinhamento com planos de governo; metas de desenvolvimento sustentável; localização do planejamento; valor da meta; custo estimado. Ver: GOIÁS. Secretaria de Estado do Planejamento. **Manual de Revisão do PPA 2024-2027**. Goiânia, 2024. p. 14. Disponível em: https://ppa.go.gov.br/tutoriais/. Acesso em: 20 jan. 2026.

necessários. Ao alinhar o PPA às novas realidades econômicas e sociais, o Governo de Goiás assegura que o planejamento seja um instrumento vivo e eficaz. Mais do que um cumprimento legal, a revisão anual otimiza a aplicação dos recursos públicos e garante que a execução orçamentária esteja rigorosamente alinhada às prioridades do Plano de Governo e as necessidades da população.

O Decreto nº 10.710, de 16 e junho de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2024-2027, define que a revisão do PPA compreende a atualização dos elementos estruturantes, gerenciais e operacionais do PPA, cujo objetivo é realizar ajustes necessários e possibilitar adequação ao contexto fiscal e orçamentário. Ademais, o elemento estruturante PROGRAMA[3] não foi objeto de revisão, sendo necessário a análise dos resultados obtidos no monitoramento e na avaliação, com a proposição de ajustes necessários por ocasião de uma revisão dos elementos estruturantes[4] do Plano Plurianual.

- Relatório para o GECEG

Conforme os autos do Decreto nº 10.584, de 02 de dezembro de 2024, foi criado o Grupo Especial de Consolidação e Encerramento da Gestão – GECEG, para a apresentação de relatórios de resultados e impactos de ações, projetos e políticas públicas implementadas pela gestão do Governo do Estado de Goiás entre 2019 e 2026, com intuito de ser uma atividade continuada e alimentada quadrimestralmente até o encerramento da gestão do atual Governo.

Considerando o Ofício Circular nº 826, processo SEI nº 202400004107988, oriundo da Subsecretaria Central de

3 - Definido como Instrumento de organização da atuação governamental, visando à concretização dos objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual, o elemento Programa tem os seguintes atributos: nome; tipo continuidade inovação; descrição; diagnóstico; resultado esperado; resultados mensurados; eixo; objetivo estratégico público alvo.

Conforme o glossário técnico da Secretaria de Estado da Economia, o elemento Programa pode ser tipificado em Programa Finalístico: aquele que resulta em bens e serviços de interesse direto e imediato da sociedade; Programa de Gestão de Políticas Públicas: aquele que abrange as ações de gestão de governo; Programa de Apoio Administrativo: aquele que corresponde ao conjunto de despesas de natureza administrativa e outras não passíveis de apropriação nos programas finalísticos, mas asseguram aos órgãos governamentais os meios necessários à sua implementação.

Fonte: Secretaria de Estado da Economia. Glossário Técnico: https://goias.gov.br/economia/glossario-tecnico/. Ver: GOIÁS. Secretaria de Estado do Planejamento. **Manual de Revisão do PPA 2024-2027**. Goiânia, 2024. p. 14. Disponível em: https://ppa.go.gov.br/tutoriais/. Acesso em: 20 jan. 2026.

4 - O Decreto nº 10.170, de 16 de junho de 2025, assim classifica os elementos sujeitos à revisão: I - estruturantes (eixos e objetivos estratégicos; e programas; II - gerenciais (entregas vinculadas a ações orçamentárias e não orçamentárias, órgãos e entidades responsáveis pelas entregas, quantitativo das metas de resultado, regionalização das metas de resultado e, iniciativas; e III - operacionais (elementos adicionais requeridos para o ajustamento no sistema de que trata o art. 12 da Lei nº 22.317, de 2023).

Planejamento, Monitoramento e Avaliação, da Secretaria de Estado da Economia, o qual informa que o Grupo Especial retromencionado será coordenado conjuntamente pela Economia e pela Secretaria-Geral de Governo, bem como conforme consta no §1º do art. 4º do referido Decreto, cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual comporá ao menos um dos 8 (oito) Eixos Estratégicos inspirados pelo Plano de Governo. Ainda, no art. 2º deste mesmo Decreto, esclarece-se que a SEAD figura como integrante dos Eixos II (Goiás Social) e VI (Sustentabilidade Fiscal e Gestão Governamental).

Sob a coordenação da GPI, foi realizado em fevereiro de 2025, o 1º ciclo do relatório de entregas das áreas finalísticas da SEAD. O relato contemplou todas as entregas realizadas pela atual gestão, no período de 2019 e 2024. Foram apresentadas todas as entregas de impacto que a SEAD realizou, bem como explanadas as dificuldades encontradas no início da gestão, em 2019, as melhorias alcançadas, e a visão de futuro da Pasta.

Em continuidade à entrega retromencionada, ainda foram realizados mais dois ciclos quadrimestrais de ajustes e atualizações das informações inseridas nos formulários, subsidiando a elaboração do Relatório de Entregas da Gestão publicitado pela Secretaria de Estado da Economia, sendo que ocorrerão novos ciclos até o fim de vigência da atual gestão, em dezembro de 2026.

- Execução do Plano Estratégico SEAD: 2023- 2026

No procedimento de elaboração do Plano Estratégico da SEAD 2023-2026[5] foi utilizado o framework OKR (Objectives and Key Results/ Objetivos e Resultados-Chave), considerando três níveis de planejamento (estratégico, tático e operacional) para os quais foram previstas reuniões de monitoramento e avaliação, tantos dos objetivos, quanto dos resultados-chave do referido plano estratégico aprovado pela Portaria nº 2079, de 11 de outubro de 2023.

O Plano Estratégico 2023-2026 é constituído por três segmentos definidos no processo participativo de construção do plano: Segmento Cidadãos; Segmento Órgãos e Entidades Públicas e; Segmento Servidores Públicos; para os quais estão previstos objetivos específicos.

Tendo em vista os objetivos estratégicos de cada segmento, as competências regulamentares da SEAD e os Programas e Iniciativas do Plano Plurianual - PPA 2024-2027, apresentamos a correlação entre os objetivos estratégicos do Plano Estratégico da SEAD 2023-2026 e as competência da SEAD e de suas Unidades Administrativas Básicas contidas no Anexo Único, do Decreto nº 10.437/2024 que aprova o regulamento da Secretaria de Estado da Administração, associados aos elementos do PPA, em consonância com o Decreto nº 10.710, de 16 de junho de 2025, que Regulamenta a Lei nº 22.317, de 18 de outubro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2024-2027, conforme a seguir:

5 - O procedimento de contratação do Plano Estratégico SEAD 2023-2026 está consignado no Processo SEI nº 202300005013296; sendo registrado nos autos do Processo SEI nº 202300005018393 os procedimentos referentes à gestão e à fiscalização do objeto contratado. O Plano Estratégico SEAD 2023-2026 está disponível no site da Secretaria de Estado da Administração - SEAD ou pelo seguinte endereço: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2025/10/Plano_Estrategico_2023-2026_SEAD_003.pdf

Quadro 5 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Cidadãos, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	*Garantimos o acesso humanizado e igualitário aos serviços do Estado até dezembro de 2026, oferecendo atendimento com excelência, e transformando digitalmente os serviços públicos passíveis de digitalização, para melhorar a qualidade de vida da população.*		
Anexo Único do Decreto nº 10.437/2024	**Competência Legal da SEAD (síntese)**	**Justificativa da Correlação**	**Unidade Administrativa**
Art. 2º, VII, als. 'a', 'b', 'c' e 'd'. **Arts. 64, 66, 71 e 75.**	Normatizar a inovação da gestão estadual, priorizando a eficiência e o valor entregue à sociedade, por meio da transformação digital, simplificação de procedimentos e ampliação da oferta de serviços em múltiplos canais, propiciando a universalização do acesso ao cidadão aos serviços públicos.	A melhoria do acesso e da experiência do cidadão aos serviços públicos, com fundamento na transformação digital e da excelência no atendimento ao cidadão.	Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos
(2024 - 2027) PLANO PLURIANUAL - NOVO PPA			
PROGRAMA	**GOIÁS DA INOVAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**		
INICIATIVA	**INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**		
PROBLEMA	Baixa disponibilidade de serviços públicos de qualidade, acessíveis ao cidadão, em virtude da ausência de sistemas atualizados e ineficiência de processos.		
DETALHAMENTO	Modernizar, reestruturar e fortalecer o Sistema de Atendimento ao Cidadão, com foco na otimização de processos, elevação da qualidade e incremento da eficiência operacional.		

Fonte: Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Disponível em: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2025/10/Plano_Estrategico_2023-2026_SEAD_003.pdf
Decreto nº 10.437, de 9 de abril de 2024.
SIPLAM - Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual.

Quadro 6 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Órgãos e Entidades Públicas, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	*Nos tornamos o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, para estabelecer novos padrões de excelência em gestão pública*.		
Anexo Único do Decreto nº 10.437/2024	**Competência Legal da SEAD (síntese)**	**Justificativa da Correlação**	**Unidade Administrativa**
Art. 2º, II ('a', 'b', 'c', 'd', 'f', 'g'), III, IV, V e VI. **Arts. 80, 81, 87 e 92.**	Formular a política de administração patrimonial, gestão imobiliária, incluindo inventário, registro e destinação de imóveis, gestão de bens móveis e documentos, definir políticas para compras corporativas, gestão de contratos, suprimentos, frotas e logística documental, além de prover e supervisionar sistemas corporativos de informação, compras e TIC.	Tornar-se órgão de referência pressupõe coordenação sistêmica e liderança institucional em relação às questões patrimoniais da Administração Pública.	Subsecretaria de Logística e Patrimônio
(2024 - 2027) PLANO PLURIANUAL - NOVO PPA			
PROGRAMA	**COMPLIANCE, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**		
INICIATIVA	**ADMINSTRAÇÃO/ESTRUTURAÇÃO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, LOGÍSTICA E DOCUMENTAL DO ESTADO**		
PROBLEMA	Baixa eficiência da gestão de logística, compras e patrimônio do Estado, em virtude da ausência de sistemas atualizados e ineficiência de processos.		
DETALHAMENTO	Elevar a qualidade da Gestão Pública mediante a otimização dos procedimentos, sistemas e soluções tecnológicas, a simplificação das práticas diárias, a unificação de bancos de informações, a adoção de decisões embasadas em dados concretos e evidências sólidas. Tais esforços têm como objetivo central fomentar uma administração pública eficaz, que traga valor significativo aos cidadãos.		

Fonte: Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Disponível em: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2025/10/Plano_Estrategico_2023-2026_SEAD_003.pdf
Decreto nº 10.437, de 9 de abril de 2024.
SIPLAM - Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual.

Quadro 7 – Correlação entre o Objetivo Estratégico do Segmento Servidores Públicos, as competências regulamentares da SEAD e o PPA 2024 - 2027 - NOVO PPA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	*Tornamos o poder executivo estadual o melhor lugar para se trabalhar até dezembro de 2026, para atrair e reter talentos excepcionais*		
Anexo Único do Decreto nº 10.437/2024	**Competência Legal da SEAD (síntese)**	**Justificativa da Correlação**	**Unidade Administrativa**
Art. 2º, VII, VIII, IX, X, XI, XII ('a'), XIII e XIV. **Arts. 34, 42, 47, 49, 55 e 61**	Formular Política de Desenvolvimento de Pessoas, Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, racionalizando gastos com pessoal e desenvolvimento de carreiras, além de coordenar as Políticas de Saúde e Segurança do Trabalho.	Para atrair e reter talentos excepcionais, o Poder Executivo deve consolidar-se como um ambiente de excelência, onde a organização administrativa impulsiona a produtividade e o bem-estar dos servidores, promovendo melhoria dos serviços públicos à sociedade.	Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
(2024 - 2027) PLANO PLURIANUAL - NOVO PPA			
PROGRAMA	**M.O.V.E. GOIÁS**		
INICIATIVA	**M.O.V.E. MODERNIZAR, OPORTUNIZAR, VALORIZAR E ENVOLVER**		
PROBLEMA	**Baixa produtividade da administração pública em virtude da ausência de sistemas atualizados e ineficiência de processos de gestão e desenvolvimento de pessoas somados ao déficit de servidores e iniquidade remuneratória.**		
DETALHAMENTO	Implementar tecnologias de forma a integrar os sistemas corporativos de pessoal e outros sistemas da gestão estadual, eliminando empecilhos, tornando os procedimentos de gestão de pessoas mais ágeis, padronizados e transparentes, permitindo o acesso às informações, aprimorando o controle, reduzindo gastos e otimizando recursos. Capacitar e reconhecer talentos, promovendo a gestão participativa com a melhoria da qualidade de vida, desempenho e produtividade dos servidores.		

Fonte: *Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Disponível em: https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2025/10/Plano_Estrategico_2023-2026_SEAD_003.pdf.*
Decreto nº 10.437, de 9 de abril de 2024.
SIPLAM - Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual.

Os Quadro 5, 6 e 7 demonstram o alinhamento dos objetivos estratégico do Plano Estratégico SEAD 2023-2026, referente a cada Segmento, em relação aos dispositivos normativos previstos no regulamento da SEAD, para os quais constatam-se as correlações positivas entre os respectivos textos.

Observa-se, ainda, a mesma relação entre o texto referente a cada conjunto de elementos específicos do Plano Plurianual - PPA 2024-2027 (programa, iniciativa, problema e respectivo detalhamento) revistos em 2025 e os objetivos estratégicos de cada Segmento previsto no referido plano estratégico da SEAD.

As reuniões de monitoramento e avaliação[6] dos OKRs referentes ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026 foram realizadas com a participação dos servidores lotados na SEAD (titulares e suplentes de OKRs), contando com o apoio institucional dos Gerentes de Projetos, OKRS Multiplicadores, Equipes Técnicas (Escritório de Projetos Setorial; Gerência de Convênios e Governança Corporativa; Gerência de Modernização Institucional e Processos; Gerência de Planejamento Institucional) conforme o segmento dos quais fazem parte, permitindo alinhar o plano estratégico nos três níveis de planejamento, em consonância com a dinâmica de execução do plano e necessidade de adaptação. Os OKRs (Objectives e os Key-Results: Objetivos e os Resultados-chave) são avaliados periodicamente com a possibilidade de replicação para o próximo período, encerramento, cancelamento ou inserção de novos OKRs; possibilitando ajustes necessários à manutenção de alinhamento com o PPA, respeitado o teor do Anexo Único do Decreto nº 10.437/2024 que aprova o regulamento da Secretaria de Estado da Administração. As referidas reuniões foram realizadas levando-se em consideração o respectivo Segmento definido no Plano Estratégico, o nível de planejamento, a especificação, o público alvo e os objetivos, da seguinte forma:

6 - No Ofício Circular nº 139/2025/SEAD (74555460) - Processo SEI nº 202500005016042 - constam os cronogramas de reuniões dos segmentos definidos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, a saber: cidadãos; órgãos e entidades públicas; servidores públicos.

Quadro 8 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual

REUNIÃO REALIZADA POR SEGMENTO	NÍVEL DE PLANEJAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
• Cidadãos (21/05/2025); • Órgãos e Entidades Públicas (26/05/2025); • Servidores Públicos (27/05/2025).	ESTRATÉGICO; TÁTICO, E; OPERACIONAL	Reuniões de Transição entre Períodos - Anual	• Titulares e Suplentes dos Objetivos e Resultados-Chave dos OKRs ESTRATÉGICOS; TÁTICOS e OPERACIONAIS do respectivo Segmento; • Gerentes de Projetos do respectivo Segmento; • OKRS Multiplicadores do respectivo Segmento; • Equipes Técnicas: a) Escritório de Projetos Setorial; b) Gerência de Convênios e Governança Corporativa - GCGC; c) Gerência de Modernização Institucional e Processos - GEMOP; d) Gerência de Planejamento Institucional - GPI.	• Avaliação, Encerramento e/ou Reprogramação dos OKRs ESTRATÉGICOS, TÁTICOS e OPERACIONAIS do respectivo Segmento; podendo ser criados novos OKRs nos três níveis.

Fonte: Ofício Circular nº 139 (74555460) - Processo SEI nº 202500005016042.
In: GOIÁS. Secretaria de Estado da Administração. **Reunião de Transição Anual 2024-2025 - Segmentos: CIDADÃOS; ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS; SERVIDORES PÚBLICOS**. Goiânia: SEAD, 2024. Disponível em: goiasgovbr.sharepoint.com. Acesso em: 26 jan. 2026. Segmento Cidadãos: LINK; Segmento Órgãos e Entidades Públicas: LINK; Segmento Servidores Públicos: LINK

Obs.: As Reuniões de check-in e as de Transição entre períodos passaram a ser denominadas de REUNIÕES DE MONITORAMENTO DAS ENTREGAS ESTRATÉGICAS, conforme teor do Ofício Circular nº 139 (74555460).

Quadro 9 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual

REUNIÃO REALIZADA POR SEGMENTO	NÍVEL DE PLANEJAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
• Cidadãos (19/12/2025); • Órgãos e Entidades Públicas (18/12/2025); • Servidores Públicos (16/12/2025).	ESTRATÉGICO	Reuniões de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual	• Titulares e Suplentes dos Objetivos e Resultados-Chave dos OKRs ESTRATÉGICOS do Segmento; • Gerentes de Projetos do Segmento; • OKRS Multiplicadores do Segmento; • Equipes Técnicas: a) Escritório de Projetos Setorial; b) Gerência de Convênios e Governança Corporativa - GCGC; c) Gerência de Modernização Institucional e Processos - GEMOP; d) Gerência de Planejamento Institucional - GPI.	• Monitoramento dos avanços dos OkRs Estratégicos do respectivo Segmento, registro dos 3 Ps (Progresso, Problemas e Planos) na plataforma Quantive Results[7]; • Monitoramento dos Projetos (Escritório de Projetos Setorial).

Fonte: Ofício Circular nº 139 (74555460) - Processo SEI nº 202500005016042.
In: GOIÁS. Secretaria de Estado da Administração. **Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual**. Goiânia: SEAD, 2024. Disponível em: goiasgovbr.sharepoint.com. Acesso em: 26 jan. 2026. Segmento Cidadãos: LINK; Segmento Órgãos e Entidades Públicas: LINK; Segmento Servidores Públicos: LINK.

Obs.: As Reuniões de check-in e as de Transição entre períodos passaram a ser denominadas de REUNIÕES DE MONITORAMENTO DAS ENTREGAS ESTRATÉGICAS, conforme teor do Ofício Circular nº 139 (74555460).

7 - A plataforma de monitoramento Quantive Results foi substituída pela plataforma bojaokr.io

Quadro 10 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral

REUNIÃO REALIZADA POR SEGMENTO	NÍVEL DE PLANEJAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
• Cidadãos (26/08/2025)* e (02/12/2025); • Órgãos e Entidades Públicas (27/08/2025)* e (17/12/2025) • Servidores Públicos (28/08/2025)* e (15/12/2025).	TÁTICO	Reuniões de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral	• Titulares e Suplentes dos Objetivos e Resultados-Chave dos OKRs TÁTICOS do respectivo Segmento; • Gerentes de Projetos do respectivo Segmento; • OKRS Multiplicadores do respectivo Segmento; • Equipes Técnicas: a) Escritório de Projetos Setorial; b) Gerência de Convênios e Governança Corporativa - GCGC; c) Gerência de Modernização Institucional e Processos - GEMOP; d) Gerência de Planejamento Institucional - GPI.	• Monitoramento dos avanços dos OKRs TÁTICOS do respectivo Segmento; registro dos 3 Ps (Progresso, Problemas e Planos) na plataforma Quantive Results[8]; • Monitoramento dos Projetos (Escritório de Projetos Setorial).

Fonte: Ofício Circular nº 139 (74555460) - Processo SEI nº 202500005016042.
In: GOIÁS. Secretaria de Estado da Administração. **Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral**. Goiânia: SEAD, 2024. Disponível em: goiasgovbr.sharepoint.com. Acesso em: 26 jan. 2026. Segmento Cidadãos: LINK; Segmento Órgãos e Entidades Públicas: LINK; Segmento Servidores Públicos: LINK.

Obs.: As Reuniões de check-in e as de Transição entre períodos passaram a ser denominadas de REUNIÕES DE MONITORAMENTO DAS ENTREGAS ESTRATÉGICAS, conforme teor do Ofício Circular nº 139 (74555460).
* Vide o teor do Ofício Circular nº 203/2025/SEAD (77708970) sobre Alteração no Cronograma de reuniões de Monitoramento das Entregas Estratégicas

8 - A plataforma de monitoramento Quantive Results foi substituída pela plataforma bojaokr.io

Quadro 11 – Reuniões de Monitoramento das Entregas - Quinzenal - Nível Operacional

REUNIÃO REALIZADA POR SEGMENTO	NÍVEL DE PLANEJAMENTO	ESPECFICAÇÃO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
• Cidadãos: (22/05; 03/06/; 17/06; 01/07; 15/07; 29/07; 12/08; 26/08*; 09/09; 23/09; 07/10; 21/10; 04/11; 18/11; 02/12 e 16/12/2025) • Órgãos e Entidades Públicas: (28/05; 04/06; 18/06; 02/07; 16/07; 30/07; 13/08; 27/08*; 10/09; 24/09; 08/10; 22/10; 05/11; 19/11; 03/12 e 17/12/2025) • Servidores Públicos (30/05; 05/06; 26/06; 03/07; 17/07; 31/07; 14/08; 28/08*; 11/09; 25/09; 09/10; 23/10; 06/11; 27/11; 04/12 e 18/12/2025)	OPERACIONAL	Reuniões de Monitoramento das Entregas - Quinzenal - Nível Operacional	• Titulares e Suplentes dos Objetivos e Resultados-Chave dos OKRs OPERACIONAIS do respectivo Segmento; • Gerentes de Projetos do respectivo Segmento; • OKRS Multiplicadores do respectivo Segmento; • Equipes Técnicas: a) Escritório de Projetos Setorial; b) Gerência de Convênios e Governança Corporativa - GCGC; c) Gerência de Modernização Institucional e Processos - GEMOP; d) Gerência de Planejamento Institucional - GPI.	• Monitoramento dos avanços dos OkRs Operacionais do respectivo Segmento, registro dos 3 Ps (Progresso, Problemas e Planos) na plataforma Quantive Results[9]; • Monitoramento dos Projetos (Escritório de Projetos Setorial).

Fonte: Ofício Circular nº 139 (74555460) - Processo SEI nº 202500005016042.

Obs.: As Reuniões de check-in e as de Transição entre períodos passaram a ser denominadas de REUNIÕES DE MONITORAMENTO DAS ENTREGAS ESTRATÉGICAS, conforme teor do Ofício Circular nº 139 (74555460).

Vide o teor do Ofício Circular nº 203/2025/SEAD (77708970) sobre Alteração no Cronograma de reuniões de Monitoramento das Entregas Estratégicas

[9] A plataforma de monitoramento Quantive Results foi substituída pela plataforma bojaokr.io

O desenvolvimento dos OKRs previstos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, no ano de 2025, resultou da realização de 66 (sessenta e seis) reuniões, com atualização dos KRs Operacionais, Táticos e Estratégicos, cujos objetivos em cada nível de planejamento evoluem conforme os respectivos registros de monitoramento efetivados na plataforma bojaokr.io de cada Segmento (Cidadãos, Órgãos e Entidades Públicas, Servidores Públicos) previsto no plano.

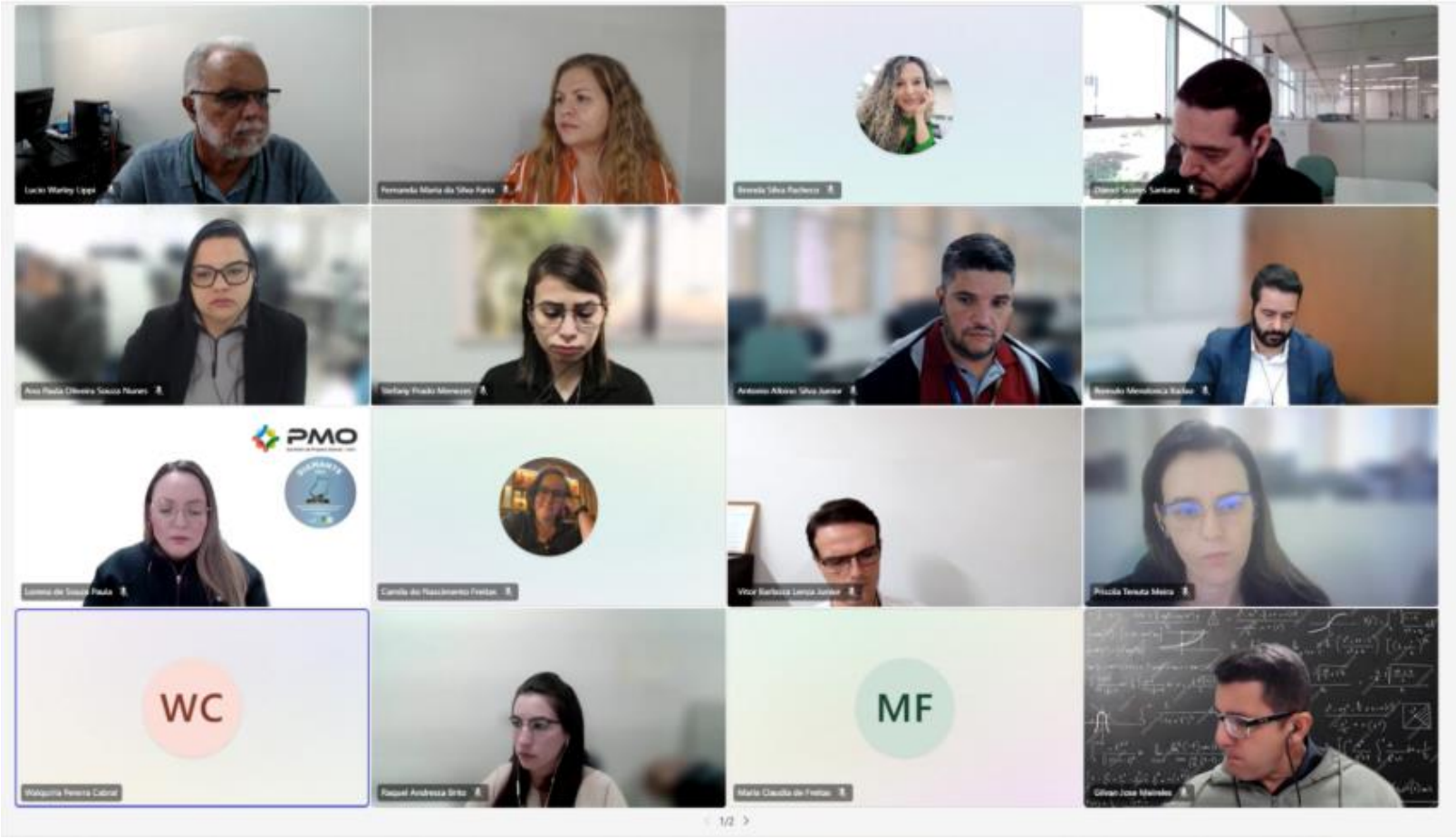
As 66 (sessenta e seis) reuniões, distribuídas entre os três Segmentos, são tipificadas da seguinte forma: 6 Reuniões de Transição Operacional entre Períodos - Semestral; 48 reuniões de Monitoramento das Entregas - Quinzenal - Nível Operacional; 6 Reuniões de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral; 3 Reuniões de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual; e 3 Reuniões de Transição entre Períodos - Anual.

Considerando o nível de planejamento estratégico observa-se que o Segmento Cidadãos, alcançou 67% do seu Objetivo Estratégico; o Segmento Órgãos e Entidades Públicas, atingiu 20% do seu Objetivo Estratégico; enquanto o Segmento Servidores Públicos registra 72% de progresso do seu Objetivo Estratégico. Há expectativa de que o Segmento Órgãos e Entidades Públicas possa apresentar considerável evolução, dada a estruturação dos KRs Estratégicos apresentarem evolução linear, tendo a necessidade de conclusão de um dos KRs Estratégicos para que os demais evoluam satisfatoriamente.

Consta-se que, para o exercício de 2025, o nível de planejamento Tático apresentou 88% de evolução para o Segmento Cidadãos; 100% de evolução do Objetivo Tático do Segmento Órgãos e Entidades Públicas; enquanto o Segmento Servidores Públicos atingiu 100% do seu Objetivo Tático.

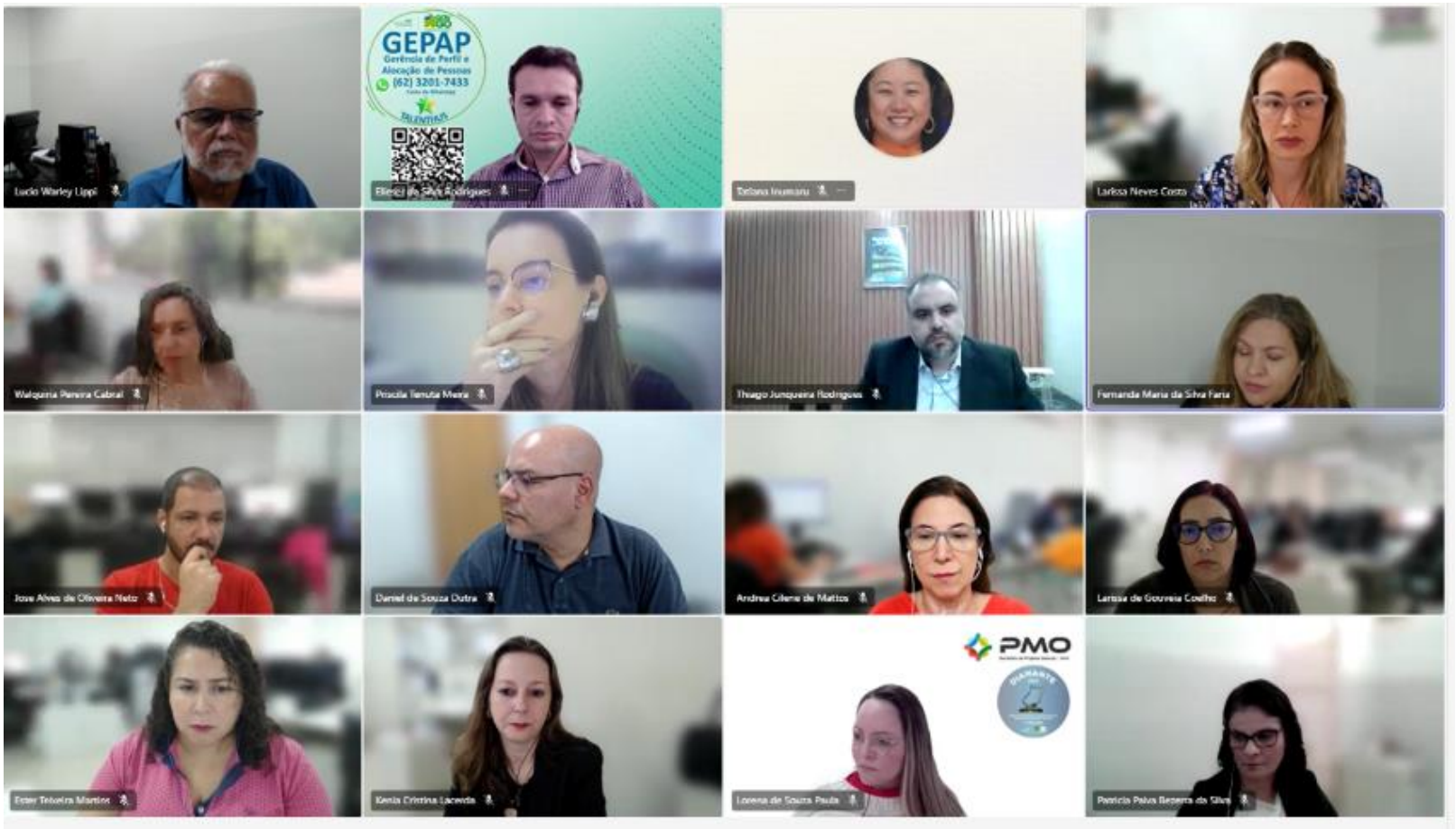
No que se refere ao nível de planejamento Operacional, especificamente ao final do 2º semestre de 2025, o Segmento Cidadãos atingiu 71% de execução dos seus Objetivos Operacionais; o Segmento Órgãos e Entidades Públicas obteve 100% de êxito do seu Objetivo Operacional; por sua vez o Segmento Servidores Públicos obteve 100% de cumprimento do seu Objetivo Operacional.

Registro de Tela 3 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual: Segmento Cidadãos



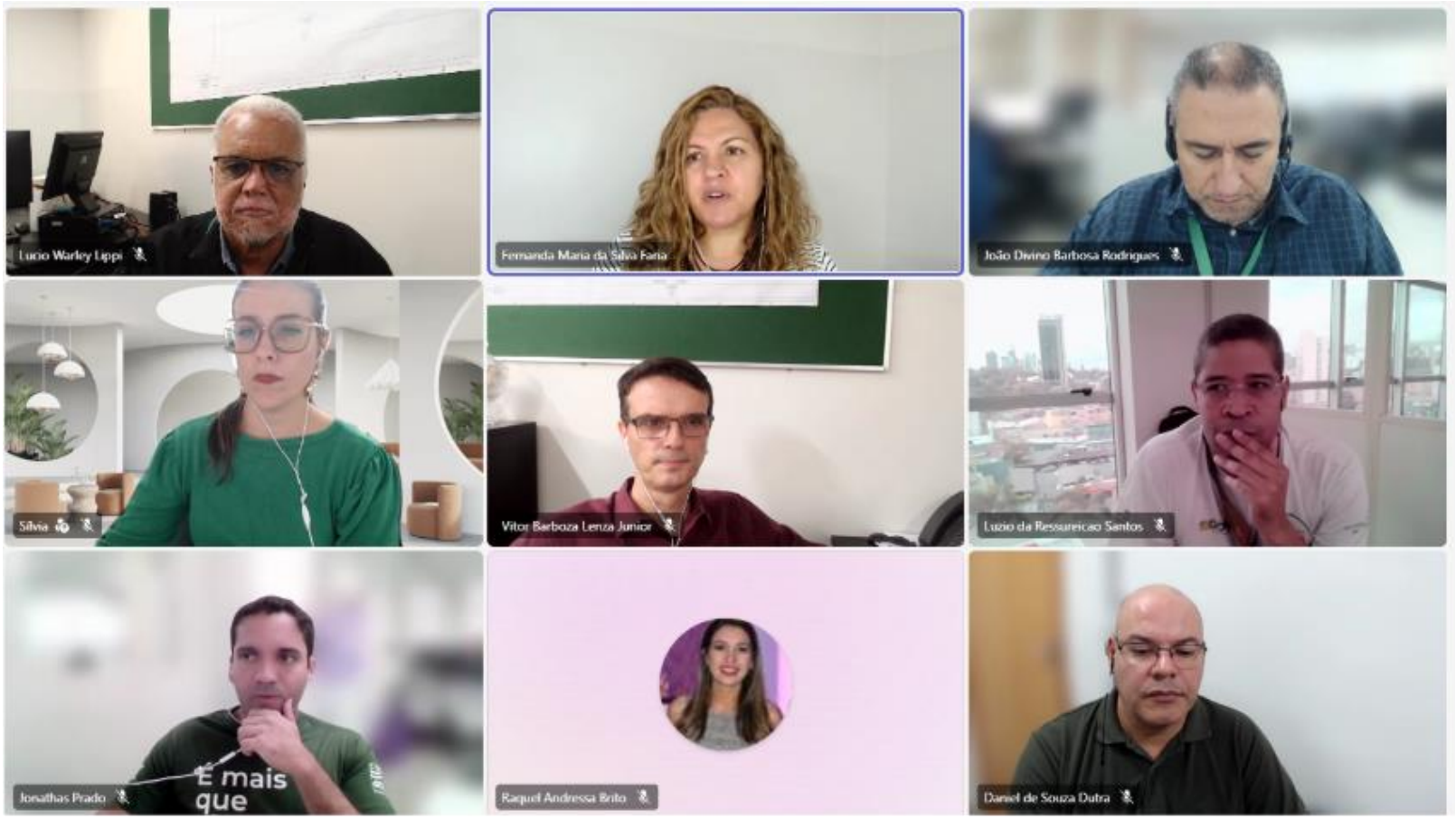
Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 21/05/2025

Registro de Tela 4 – Reunião de Transição entre Períodos - Anual: Segmento Servidores Públicos



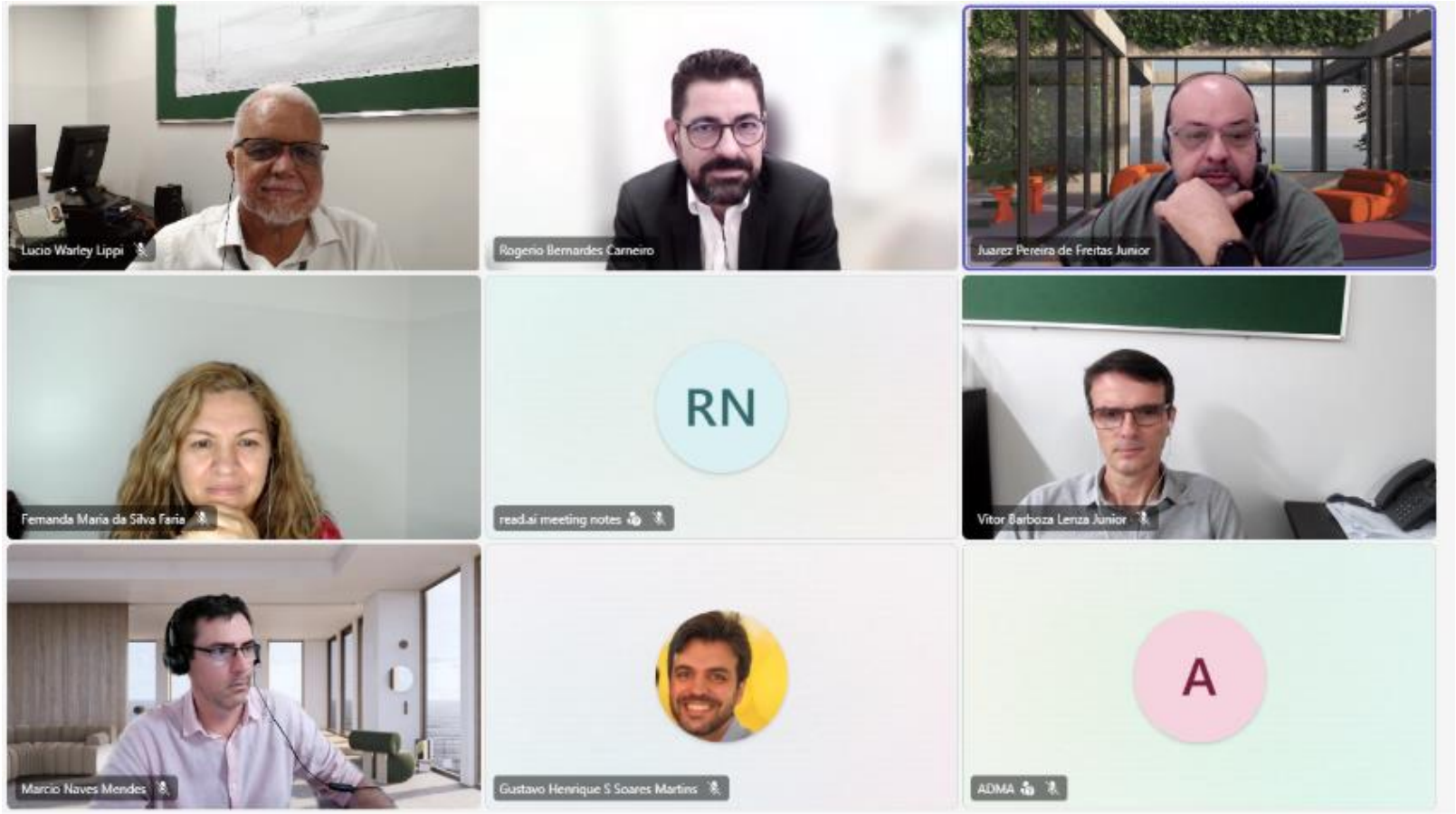
Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 27/05/2025

Registro de Tela 5 – Reunião de Transição Operacional entre Períodos - Semestral: Segmento Cidadãos



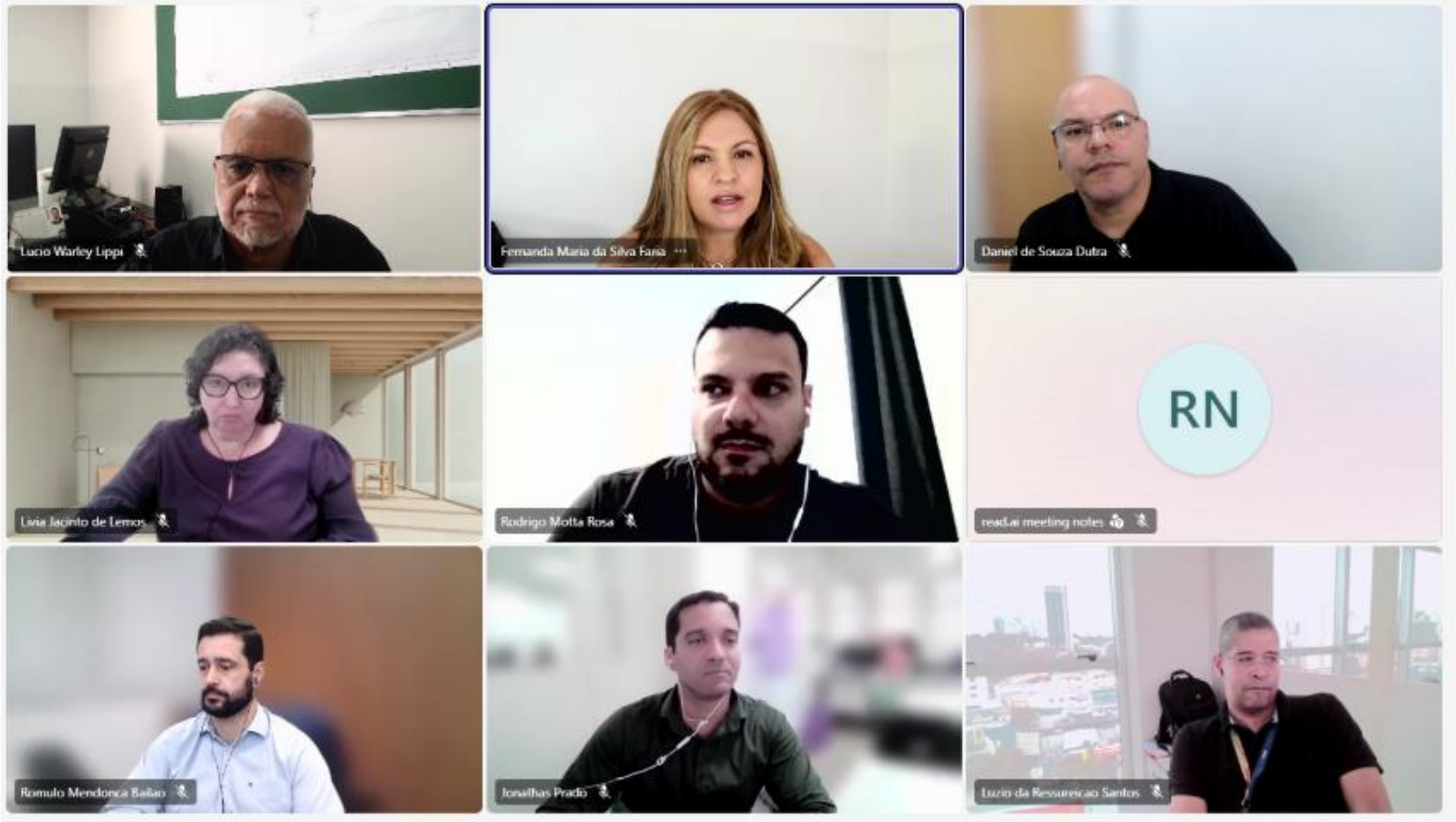
Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 16/12/2025

Registro de Tela 6 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual: Segmento Órgãos e Entidades Públicas



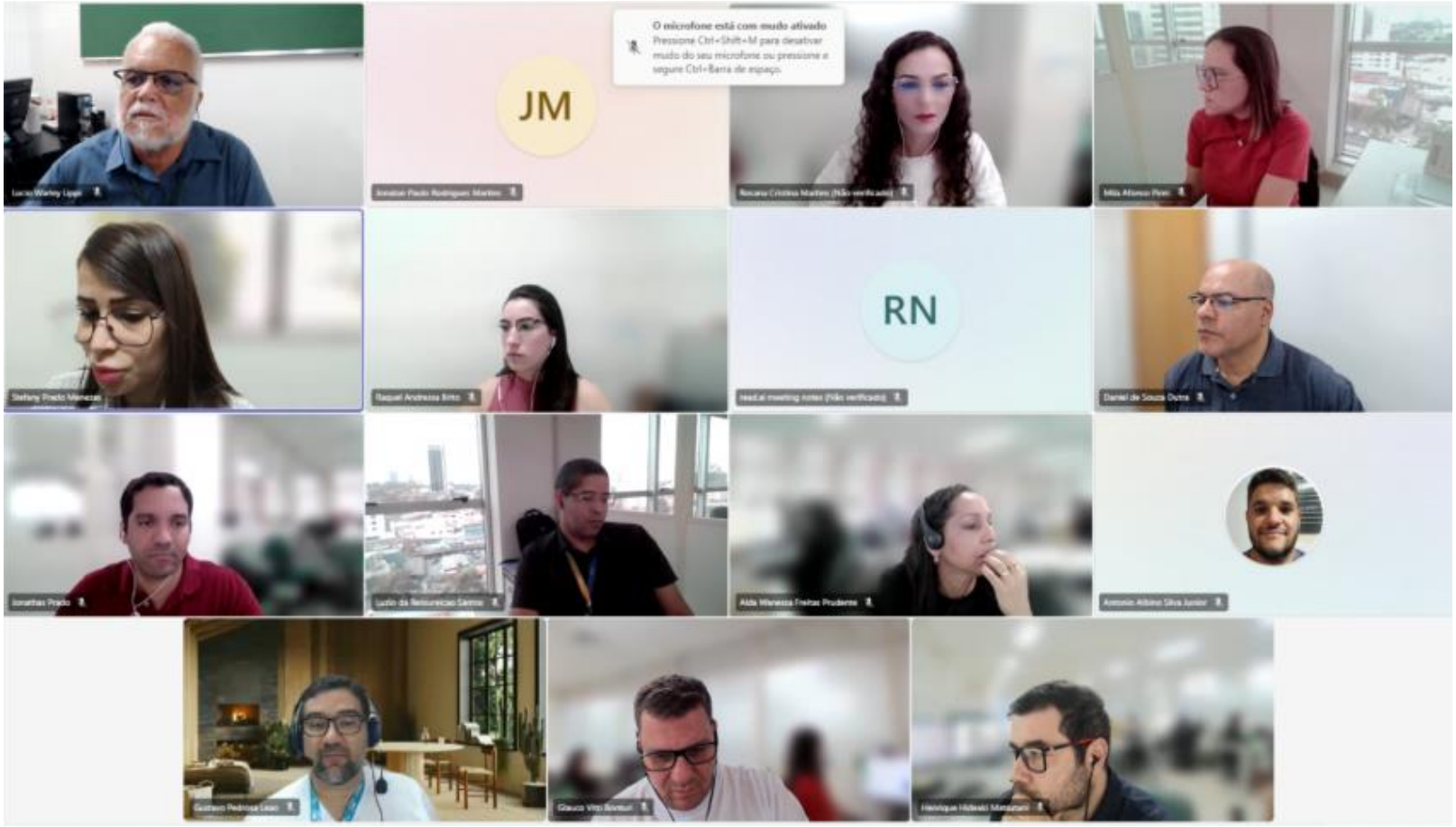
Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 18/12/2025

Registro de Tela 7 – Reunião de Monitoramento das Entregas Estratégicas - Anual: Segmento Cidadãos



Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 19/12/2025

Registro de Tela 8 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral: Segmento Cidadãos



Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 19/09/2025

Registro de Tela 9 – Reunião de Monitoramento das Entregas Táticas - Semestral: Segmento Órgãos e Entidades Públicas



Fonte: Gerência de Planejamento Institucional - 19/09/2025

- Relatório de Evolução dos OKRs da SEAD

Como parte do acompanhamento contínuo da implementação e desempenho dos Objetivos e Resultados-Chave (OKRs) da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), realizamos a atualização sistemática do Relatório de Evolução dos OKRs.

As informações que compõem este relatório são obtidas a partir das reuniões de monitoramento das entregas estratégicas, as quais seguem a cadência definida para cada nível, qual seja: quinzenal para operacional, semestral para tático e anual para estratégico. As atualizações dos KRs (Key-Results) são inseridas na plataforma bojaokr.io, e sua extração e composição do relatório possui o objetivo de otimizar os processos e manter a qualidade da coleta e análise dos dados.

Os referidos dados coletados e inseridos em planilhas do Microsoft Excel, alimentam múltiplas plataformas que garantem ampla visualização, análise e acompanhamento da evolução dos OKRs, entre as quais destacam-se:

- Microsoft Power BI
- Miro.com

O relatório é constantemente atualizado e divulgado tanto no site oficial da SEAD quanto no SharePoint da GPI, servindo como instrumento estratégico para análise e tomada de decisões por parte das áreas envolvidas na gestão e governança institucional.

- Boletim dos Avanços da Implementação dos OKRs da SEAD

Como forma de publicização dos avanços da implementação dos OKRs da SEAD, a Gerência de Planejamento Institucional vem trabalhando constantemente na divulgação dos avanços dos OKRs na SEAD, sejam através do Sharepoint da gerência via intranet, seja via o portal oficial da SEAD, através do Link do Planejamento Estratégico na página principal do site da SEAD. Com atualizações constantes, é possível acompanhar tais avanços de forma detalhada, inclusive com o Progresso, Problema e Plano das últimas duas reuniões de check-in de todos os três segmentos (Cidadãos, Servidores Públicos e Órgãos e Entidades Públicas) via Dashboard do Power Bi no site da SEAD, através do link Planejamento Estratégico e também via intranet através do SharePoint da GPI. Além disso, com a diretriz de implementação dos projetos ou iniciativas da SEAD aos KRs, foi criado um tutorial para que os Gerentes de Projetos – GPs recém inseridos no processo de monitoramento das entregas dos OKRs, possam entender como é executado o processo de vinculação dos Projetos aos seus respectivos KRs, dentro da plataforma “bojaokr.io”. Ao mesmo tempo como forma de gestão de riscos e controle de backup, os dados alimentados na atual plataforma de monitoramento, são também exportados para o formato de planilhas de excel, mitigando os riscos de perda dos dados na plataforma online “bojaokr.io” e garantindo maior controle de risco das informações.

- Atualização do Regulamento da SEAD

No exercício da competência de gerir e coordenar a elaboração do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, conforme as diretrizes da unidade central de gestão de modelos organizacionais, via e-book “Como formatar pedidos de atualização da legislação de organização administrativa do Poder Executivo”, a GPI, enquanto Setorial de Planejamento, atuou na condução técnica

e na articulação institucional necessárias à atualização do instrumento normativo.

O Regulamento institucional estabelece a estrutura organizacional e as competências das unidades administrativas, constituindo instrumento essencial para o adequado funcionamento da Secretaria. Sua atualização, especialmente em decorrência de alterações estruturais e de competências, assegura a conformidade da organização administrativa às diretrizes governamentais e às normativas vigentes.

O processo de revisão regulamentar envolveu a realização de estudos técnicos preliminares, análises de mérito quanto às alterações propostas, consultas às unidades administrativas e verificação de aderência às diretrizes da unidade central competente, garantindo a coerência normativa e a adequada distribuição de responsabilidades.

Em 13 de setembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás o Decreto nº 10.548, de 12 de setembro de 2024, que alterou a organização administrativa da SEAD. Em decorrência desse ato, foi instaurado o processo de atualização do Regulamento institucional, atualmente formalizado no Processo SEI nº 202500005027027, evidenciando a atuação coordenada da GPI junto às unidades administrativas e órgãos centrais envolvidos.

A atuação da GPI nesse processo contribui para o fortalecimento da segurança jurídica, da clareza das atribuições institucionais e da eficiência administrativa, ao assegurar a definição precisa das competências das unidades administrativas e dos respectivos limites de responsabilidade. A atualização do Regulamento institucional reforça a transparência e a accountability, promovendo o alinhamento estrutural da Secretaria às diretrizes estratégicas do Governo do Estado e às boas práticas de governança pública, além de aprimorar a prestação de contas quanto à aplicação dos recursos públicos na execução das políticas sob responsabilidade da SEAD.

- Elaboração do Relatório de Prestação de Contas dos Gestores

No âmbito de suas competências, a GPI tem como uma das mais importantes entregas, a consolidação e o subsídio do processo de elaboração anual do Relatório de Gestão da Prestação de Contas dos Gestores da SEAD, assegurando a sistematização das informações relativas aos programas, planos, projetos e ações sob responsabilidade da Secretaria, com vistas à prestação de contas dos gestores da administração pública estadual. O trabalho foi desenvolvido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle interno e externo, especialmente a Controladoria-Geral do Estado – CGE e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, bem como em alinhamento às orientações do Tribunal de Contas da União TCU, adotando como referência a Estrutura Internacional de Relato Integrado (International Integrated Reporting Framework), mantida pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), da Value Reporting Foundation. A adoção desse modelo, amplamente implementado por organizações públicas e privadas em âmbito nacional e internacional, contribuiu para o fortalecimento do Relatório de Gestão como instrumento de governança, gestão e comunicação institucional, ao evidenciar a criação de valor público, a integração entre estratégia, desempenho, riscos e alocação de recursos, bem como a transparência e a qualidade das informações prestadas às partes interessadas.

A Gerência de Planejamento Institucional desempenha um papel fundamental na governança e transparência da SEAD, sendo responsável pela elaboração do Relatório de Gestão da Prestação de Contas dos Gestores. Esse documento constitui uma entrega essencial, pois integra a prestação de contas anual da SEAD junto ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, garantindo a conformidade da Secretaria com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública, visando oferecer uma visão clara para a sociedade sobre a Pasta, sua estratégia e os resultados

alcançados frente às suas atribuições e objetivos estabelecidos para o exercício.

O relatório apresenta um panorama detalhado das ações desenvolvidas pela SEAD ao longo do exercício, abrangendo entre outros aspectos a execução orçamentária e financeira, o cumprimento dos objetivos estratégicos, os principais programas e projetos implementados, além de indicadores de desempenho e gestão. A elaboração desse documento exige um trabalho técnico minucioso, envolvendo a análise de dados financeiros e administrativos, a coleta de informações junto às diversas unidades da Pasta e a consolidação de resultados em conformidade com as diretrizes do TCE.

Além de atender às exigências legais e normativas, a prestação de contas reforça a transparência na administração pública, permitindo que os órgãos de controle e a sociedade tenham acesso a informações precisas sobre a aplicação dos recursos públicos e os impactos das ações desenvolvidas. A GPI atua de forma estratégica para garantir que o relatório reflita com clareza e objetividade a eficiência da gestão, evidenciando os avanços, desafios e medidas adotadas para o aprimoramento contínuo da Secretaria e seu compromisso na implementação das políticas públicas e entregas de valor aos cidadãos.

Dessa forma, a elaboração do Relatório de Prestação de Contas dos Gestores não apenas assegura o cumprimento das obrigações legais da SEAD, mas também fortalece a cultura de prestação de contas e governança, contribuindo para uma administração pública mais transparente, eficiente e orientada para resultados.

- Gestão dos Riscos

No que se refere à gestão de riscos no âmbito do Programa de Compliance Público, esta setorial de Planejamento atuou na coordenação e no fortalecimento das práticas de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos institucionais, em consonância com as diretrizes da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e com os referenciais adotados pelos órgãos de controle. As ações desenvolvidas contribuíram para a integração da gestão de riscos aos processos de planejamento, tomada de decisão e controle interno, promovendo maior previsibilidade, integridade e segurança na execução das políticas, programas e projetos da SEAD. Como resultado imediato, observou-se o aprimoramento dos mecanismos de prevenção, mitigação e monitoramento de riscos, bem como o fortalecimento da cultura de integridade, transparência e responsabilidade na gestão pública.

A Gerência de Planejamento Institucional – GPI da SEAD apresenta uma análise técnica sobre a gestão de riscos que estão sobre os seus cuidados, focando em dois pontos críticos que estão na planilha Smartsheet-Matriz de Risco-Compliance-CGE para a eficiência da administração pública: a convergência entre planejamento e orçamento, e o monitoramento do PPA.

O risco “Disparidade entre Instrumentos de Planejamento e Orçamento” explicita a falta de sintonia entre o que é planejado estrategicamente e o que é efetivamente alocado no financeiro, gerando uma situação em que as ações são executadas com base apenas na disponibilidade financeira imediata oferecida por parte da Secretaria da Economia, deixando à margem as metas de longo prazo, o que pode acarretar no impacto de descontinuidade de políticas públicas e projetos, subutilização de recursos e falha no alcance dos objetivos estratégicos da SEAD.

Para tanto, foram tomadas medidas de mitigação para promover a integração PPA-LOA, utilizando os programas, produtos e serviços

como o elo central de integração, em que o PPA define o desenho da política e a Lei Orçamentária Anual detalha o recurso financeiro necessário.

O alinhamento estratégico vinculou as entregas da SEAD diretamente ao Plano Estratégico Institucional e às metas do PPA vigente, bem como implementou os processos de revisão periódica para ajustar o PPA às variáveis fiscais e decisões orçamentárias anuais.

Com a implementação do Sistema de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, através do Instrumento de Planejamento, Orçamento e Finanças – IPOF, permitiu previsões plurianuais e melhor estruturação do fluxo de caixa, apoiada pelo Plano de Contratação Anual (PCA), o que de certa maneira, propiciou a diminuição de créditos suplementares.

Ressalta-se que com a atualização do Regulamento da SEAD para 2026, a competência de conciliar propostas de planejamento com a execução financeira ficará a cargo da GEOF (Gerência de Execução Orçamentária e Financeira) e que, portanto, o risco atual será excluído/descontinuado na Gerência de Planejamento Institucional.

O risco “Ineficiência no Monitoramento e Avaliação das Ações do PPA” tem monitoramento constante por parte da Gerência de Planejamento Institucional, ocorrendo de forma preventiva, o que permitiu o controle de não materialização do risco nos últimos dois anos.

O acompanhamento das metas e ações do PPA é realizado de forma rigorosa com periodicidade mensal. O histórico de monitoramento está documentado em processos no SEI nos exercícios 2023, 2024 e 2025.

Como medidas de controle e mitigação do risco, a Gerência de Planejamento Institucional vem mantendo o foco na qualificação contínua dos seus colaboradores, com a participação de cursos realizados pela Escola de Governo, dentre outros cursos, dentro e fora do estado de Goiás. Foco também na transparência da SEAD através dos relatórios de prestação de contas governamentais com o intuito de assegurar a excelência na aplicação dos recursos públicos.

Apoio e Administrativo e Logístico

Com o investimento na qualificação dos servidores, foram alcançados os seguintes resultados:

- Melhoria nos resultados da gestão de frotas, com maior controle das rotas e maior rigor no acompanhamento da manutenção preventiva dos veículos, o que gerou economia nos custos de manutenção, redução no consumo de combustível, maior agilidade operacional e ampliação da capacidade de atendimento;
- Maior controle da gestão matrimonial mobiliária, com foco na consciência de uso dos bens móveis, contribuindo para redução do quantitativo de manutenções corretivas e para a preservação do patrimônio público;
- Melhoria na logística de atendimento, reduzindo o tempo de atendimento às demandas, proporcionando melhor qualidade na prestação dos serviços e melhor condição laboral aos servidores da Pasta.

Convênios e Governança Corporativa

No período em referência, a unidade consolidou resultados relevantes associados às metas e objetivos pactuados, especialmente no fortalecimento da governança, da gestão de riscos e do

acompanhamento de instrumentos de parceria. As entregas realizadas produziram efeitos imediatos na melhoria da organização dos fluxos de trabalho e na qualificação das análises técnicas.

No âmbito da articulação institucional, verificou-se o fortalecimento das instâncias colegiadas e dos grupos de trabalho com participação da unidade, contribuindo para maior alinhamento decisório, integração de informações e coordenação de iniciativas estratégicas.

Como efeitos diretos e de curto prazo, observou-se: maior conformidade processual, melhoria na rastreabilidade das informações, incremento da maturidade em gestão de riscos e maior eficiência no suporte técnico prestado às áreas demandantes, contribuindo para a geração de valor público no âmbito da SEAD.

Contabilidade

No período de referência, a Gerência de Contabilidade promoveu o aprimoramento dos procedimentos contábeis e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, com foco na conformidade, transparência e eficiência da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Entre os principais resultados, destacam-se a entrega de fluxos padronizados, o atendimento a diversas áreas da Secretaria, a produção de gráficos gerenciais para subsidiar a tomada de decisão e a realização de prestações de contas em conformidade com as normas vigentes.

Ressalta-se, ainda, o investimento contínuo na capacitação e qualificação da equipe, contribuindo para a melhoria dos processos, a redução de inconsistências e o aprimoramento da gestão contábil no âmbito da Superintendência de Gestão Integrada.

Execução Orçamentária e Financeira

No período de referência, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira assegurou a manutenção da regularidade fiscal da Secretaria, por meio do acompanhamento sistemático da execução orçamentária e do rigoroso controle das obrigações financeiras.

Destacam-se como resultados a execução eficiente do orçamento, o monitoramento e controle dos restos a pagar e o suporte integral às unidades administrativas e ao Vapt Vupt, garantindo a continuidade dos serviços e o cumprimento dos prazos legais.

Ressalta-se, ainda, a melhoria na organização dos fluxos processuais financeiros, promovendo maior padronização, celeridade e segurança nos procedimentos, com impactos diretos na qualidade da gestão e na conformidade institucional.

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

No exercício de 2025, a GGDP consolidou avanços relevantes tanto na modernização de processos internos quanto na implementação de iniciativas estratégicas voltadas à valorização do servidor e ao fortalecimento institucional.

Destaca-se, inicialmente, a automatização do lançamento de atestados, medida que trouxe ganhos significativos de eficiência administrativa. A digitalização desse fluxo simplificou o tempo de processamento, minimizou erros operacionais e proporcionou maior agilidade no controle de frequência dos servidores. A iniciativa otimizou o trabalho da equipe técnica, ampliou a precisão das informações registradas e melhorou a experiência dos servidores ao eliminar etapas burocráticas, reforçando a diretriz de transformação digital e racionalização de processos.

Outro marco estruturante foi a formalização do Programa SEAD Por Você, com a assinatura do Termo de Abertura do Programa (TAP) no mês de março, consolidando a iniciativa como projeto estratégico da Secretaria de Estado da Administração. O Programa foi concebido a partir da identificação da necessidade de fortalecimento do cuidado integral com os servidores, considerando aspectos físicos, mentais, sociais, ambientais e institucionais, em alinhamento com o Planejamento Estratégico da Pasta.

Estruturado em quatro eixos temáticos, sendo: Saúde Física e Mental; Lazer e Cultura; Social e Ambiental; e Comunicação e Desenvolvimento. Dito isso, o Programa organizou e sistematizou ações contínuas ao longo do ano, promovendo campanhas de conscientização, eventos institucionais, capacitações, ações de responsabilidade socioambiental e iniciativas de fortalecimento da comunicação interna e das lideranças. A medição dos indicadores das ações executadas passou a integrar a gestão do Programa, permitindo monitoramento de resultados, avaliação de impacto e aprimoramento contínuo das iniciativas implementadas.

No **Eixo 1 - Saúde Física e Mental**, cujo objetivo é promover o bem-estar integral dos servidores, foram desenvolvidas ações contínuas e campanhas de conscientização ao longo do exercício. A ginástica laboral foi mantida durante todo o ano, com atividades realizadas duas vezes por semana no Anexo Universitário e no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, proporcionando momentos regulares de cuidado com a saúde física e integração entre as equipes. Foram realizadas campanhas temáticas como Janeiro Branco, com produção de conteúdos voltados à conscientização sobre saúde mental; Março Azul Marinho, voltado à prevenção do câncer colorretal; Mexa-se Pela Vida, com foco na prevenção de doenças cardiovasculares; Agosto Lilás, abordando o enfrentamento à violência contra a mulher; Setembro Amarelo, com oficina voltada à saúde mental; e as ações do Outubro Rosa, realizadas nas modalidades presencial e online, reforçando a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. Destaca-se ainda a campanha de vacinação promovida em parceria com a Faculdade de Enfermagem da UFG, ampliando o acesso dos servidores à imunização.

Tais evidenciais podem ser acessadas através do seguinte link: Eixo 1- Evidências.

No **Eixo 2 - Lazer e Cultura**, as ações concentraram-se na promoção da integração institucional e no fortalecimento do ambiente organizacional. Foram realizados eventos comemorativos e culturais como o Carnaval da SEAD, o evento “Mulher, Protagonista”, o Dia das Mães, o Arraiá da SEAD, o Dia dos Pais e a Confraternização de Final de Ano, proporcionando momentos de valorização, reconhecimento e fortalecimento dos vínculos entre servidores. Ao longo do exercício, ocorreram edições mensais da Feira GYN e a realização quinzenal da Feira Gastronômica, incentivando o empreendedorismo local e ampliando a interação institucional. A unidade também apoiou os Jogos dos Servidores 2025, as ações do Dia do Servidor, o evento “Todo Mundo Cabe Aqui”, promovido pela Controladoria-Geral do Estado, e a 19ª SIPAT da SEAD, reforçando a cultura de prevenção e cuidado no ambiente de trabalho.

As evidências mencionadas podem ser consultadas por meio do seguinte link: Eixo 2 - Evidências.

No **Eixo 3 - Social e Ambiental**, foram implementadas iniciativas voltadas à sustentabilidade e responsabilidade social. Destacam-se a doação de mudas para incentivo à conscientização ambiental; a parceria com a SUCATECH para coleta de lixo eletrônico; a campanha Tampa Mania, destinada à arrecadação de tampinhas plásticas para aquisição de cadeiras de rodas; a campanha “Aquecendo Vidas”, realizada em parceria com a OVG para arrecadação de agasalhos; e a campanha “Adote um Copo”, voltada à redução do consumo de descartáveis. Foi firmado, ainda, convênio com o SESC Goiás, ampliando o acesso dos servidores a atividades de lazer, cultura e

qualidade de vida, fortalecendo a política de valorização do capital humano.

As referidas evidências encontram-se disponíveis para acesso no link a seguir: Eixo 3 - Evidências.

No **Eixo 4 - Comunicação e Desenvolvimento**, voltado ao fortalecimento da comunicação interna e ao desenvolvimento institucional, destacam-se a criação do SharePoint da SEAD/GGDP, plataforma interna em desenvolvimento destinada a centralizar informações, manuais, calendários e orientações institucionais, promovendo maior organização e transparência. Foi realizado o Seminário "GGDP em Foco", primeiro evento estruturado para apresentação de boas práticas e resultados da Secretaria, promovendo troca de experiências e integração entre equipes. Em parceria com a Escola de Governo, foi realizada a Oficina de Gestão do Conhecimento e Inteligência Artificial Generativa aplicada à Gestão de Pessoas, ampliando as competências técnicas dos servidores. O programa "Amigos da GGDP" passou por reestruturação em 2025, totalizando 29 servidores representantes, fortalecendo o fluxo de comunicação entre a Gerência e as unidades da Secretaria. Encerrando o ciclo anual, foi realizado o evento "Desenvolve GGDP", destinado às lideranças, com foco em gestão de mudanças, alinhamento estratégico e fortalecimento das competências gerenciais.

As evidências que fundamentam as informações apresentadas podem ser verificadas no seguinte link: Eixo 4 - Evidênciais.

Paralelamente às ações estratégicas do Programa, a GGDP manteve elevado desempenho operacional em suas atividades finalísticas. A Assessoria da GGDP tramitou 730 processos de cessão e disposição, 120 processos de movimentação, elaborou 50 portarias de gratificação e conduziu 212 processos judiciais. A Coordenação de Atendimento realizou aproximadamente 14.000 atendimentos, recebeu 770 processos via chatbot e emitiu 2.500 notificações. A Coordenação de Direitos e Benefícios tramitou cerca de 2.500 processos. A Coordenação de Folha de Pagamento efetuou 2.425 lançamentos manuais no RHNET, tramitou 2.100 processos no SEI, autuou 3.500 processos de férias e analisou e concedeu 715 progressões funcionais. Já a Coordenação de Gestão Documental arquivou 30.200 documentos, digitalizou 10.800, autuou 1.200 processos no SEI e realizou 1.200 consultas de dossiês.

Os resultados alcançados demonstram a consolidação de uma gestão orientada a resultados, com forte atuação na valorização do servidor, na modernização de processos e no fortalecimento institucional. O conjunto das ações desenvolvidas evidencia o compromisso da GGDP com a eficiência administrativa, a sustentabilidade organizacional e a geração contínua de valor público.

Na esfera da Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, evidencia-se como principal resultado o avanço consistente da regularização fundiária nos núcleos atendidos e formalização da condução técnica do passivo federal junto à Fazenda Nacional, com foco na redução e reorganização da dívida. Esse cenário fortalece a organização patrimonial e fiscal necessária ao encerramento da empresa e à redução progressiva de repasses do Tesouro para manutenção da estrutura.

A atuação da Diretoria Executiva da Escola de Governo propiciou que o Estado de Goiás obtivesse resultados impactantes relacionados à qualificação e profissionalização administrativa por meio de ações de capacitação para seus servidores públicos. Foram emitidos no total 42.457 certificados de cursos diversos que permeiam as competências gerais e transversais na gestão pública, com índice de aprovação de 98,88%, aferido por meio de pesquisa de reação nos cursos e demais ações educacionais (percentual de bom e ótimo).

Figura 69 – Registros de Capacitação



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

Dentre os projetos/ações executados em 2025, destacam-se:

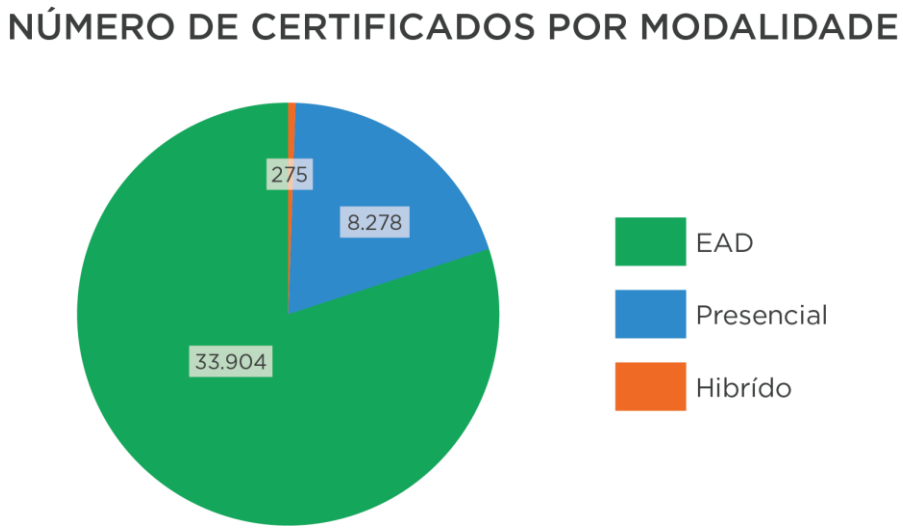
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – CURSOS CURTA DURAÇÃO

42.457 servidores certificados;
948 ações educacionais;
98,88% Índice de satisfação (bom e ótimo).

Modalidades:

- Cursos presenciais: 8.278 certificados;
- Cursos híbridos: 275 certificados;
- Cursos EaD: 33.904 certificados.

Gráfico 12 – Número de Certificados por Modalidade

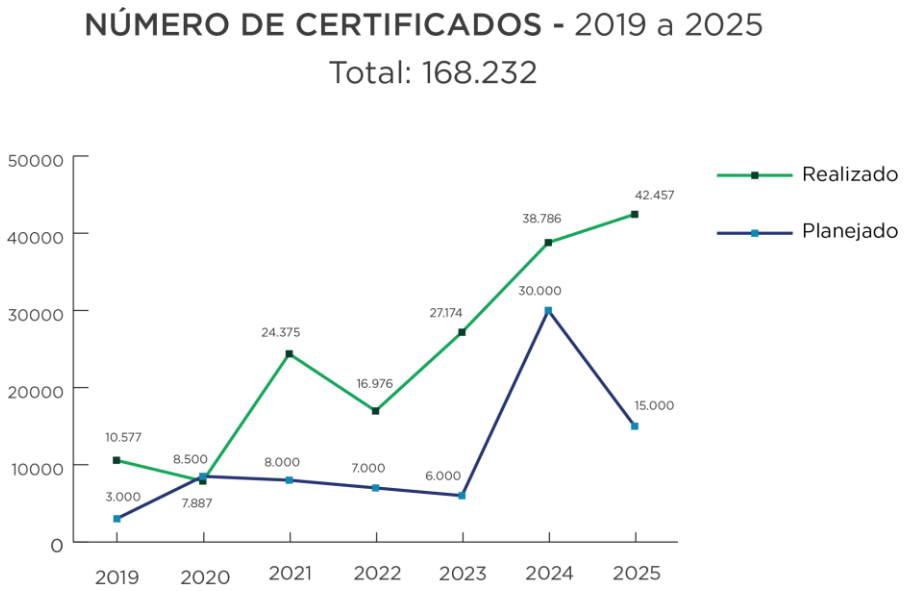


Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

Objetivando uma visão mais detalhada e ilustrativa, apresenta-se o número total de certificados desde 2019:

- 168.232 servidores certificados (acumulado 2019 a 2025);
- 2.899 ações educacionais (acumulado 2019 a 2025).

Gráfico 13 – Número de Certificados (2019 a 2025)



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÕES E-Gov - 2025

40 servidores diplomados Especialização em Gestão, Pessoas e Inovação (2ª turma);
46 servidores cursando Especialização em Gestão de Projetos e Processos;
40 servidores cursando MBA em Políticas Públicas.

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Programa de Certificação em Compliance Público

4.614 servidores certificados (2025);
24.871 servidores certificados (acumulado 2019 – 2025);
492 servidores com a certificação completa (180 horas).

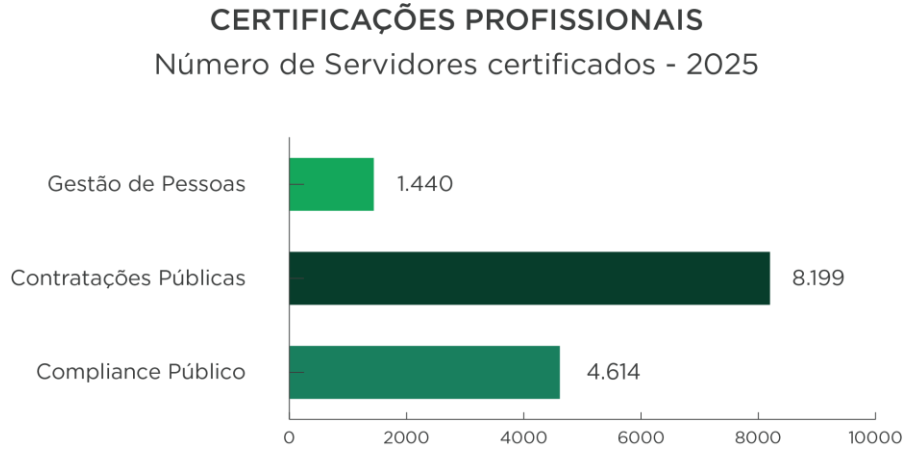
- Programa de Certificação em Compras Governamentais

8.199 servidores certificados (2025);
30.021 servidores certificados (acumulado 2019 - 2025);
150 servidores com a certificação completa (300 horas).

- Programa de Certificação em Gestão de Pessoas

1.440 servidores certificados (2025);
4.558 servidores certificados (acumulado 2023 – 2025).

Gráfico 14 – Número de Servidores Certificados em 2025



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

- Trilha de Dados

2.478 servidores certificados (2025);
5.596 servidores certificados (acumulado 2023 – 2025).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES - LiderAção

2.052 servidores certificados (acumulado 2024 - 2025);
73 turmas finalizadas.

Foto 32 – Capacitações 2025



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

PEQUILAB (Laboratório de Inovação da Escola de Governo) – 2025

Em 2025, a Gerência do Laboratório de Inovação e Desenvolvimento de Pessoas – PequiLAB consolidou-se como espaço estratégico para a promoção da inovação em governo e o fortalecimento das competências dos servidores públicos estaduais. Suas ações estiveram alinhadas ao Decreto nº 9.738/2020, que institui a Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, e responderam à crescente demanda por soluções inovadoras diante da complexidade dos desafios contemporâneos da administração pública.

No âmbito da Entrega "Iniciativa de capacitação para a inovação realizada", o PequiLAB promoveu oficinas, minicursos, workshops, programas de certificação, ações de team building e eventos temáticos, superando as metas inicialmente planejadas. No período de janeiro a dezembro de 2025, foram realizadas 68 ações de capacitação, frente a 33 planejadas, evidenciando expressivo salto na execução. Essas iniciativas resultaram na participação de aproximadamente 1.826 servidores ao longo do ano, contribuindo para o total acumulado de 11.611 participações entre 2019 e 2025.

No campo da disseminação de conteúdos sobre inovação em governo, o PequiLAB intensificou sua atuação digital, com a produção sistemática de newsletters, materiais educativos e conteúdos para mídias institucionais, ampliando o alcance das ações formativas e fortalecendo a cultura de inovação no serviço público estadual. Em 2025, essa estratégia apresentou desempenho superior ao planejamento, consolidando-se como instrumento relevante de aprendizado contínuo e acessível.

Além disso, as ações do PequiLAB em 2025 estiveram fortemente alinhadas aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança). Destacaram-se iniciativas voltadas à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, à promoção da diversidade, inclusão e equidade, bem como ao fortalecimento da liderança e da governança pública. Nesse contexto, merece destaque o reconhecimento nacional da mentoria entre pares, integrante do programa LiderAção, apontado pelo INSPER como uma das três iniciativas de referência no desenvolvimento de lideranças no setor público brasileiro.

De forma integrada, o desempenho do PequiLAB em 2025 evidencia sua contribuição efetiva para o fortalecimento institucional da Escola de Governo e da SEAD, promovendo inovação, desenvolvimento de pessoas e geração de valor público para a administração estadual e para a sociedade goiana.

No âmbito da DESSS, destacam-se as seguintes entregas no exercício de 2025:

a) Atendimentos em conformidade com as Normas Regulamentadoras:
   A DESSS manteve a execução de suas atividades em conformidade com as NRs de Segurança e Saúde no Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/1978, do Ministério do Trabalho, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e as adaptações necessárias ao contexto do serviço público estadual.
   As ações da Diretoria abrangeram a condução de programas e instrumentos técnicos previstos nas NRs, tais como o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, a realização de Exames Médicos Periódicos – EMP e o acompanhamento das atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA.
   Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento das práticas de prevenção de riscos ocupacionais, para a

promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis e para o aprimoramento da gestão da saúde ocupacional, reforçando o alinhamento institucional às obrigações legais e às boas práticas de saúde e segurança no trabalho.

b) Novo formato de perícias em psiquiatria:
A partir de 1º de dezembro de 2025, as perícias médicas referentes a afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (CID F) dos servidores do Poder Executivo estadual passaram a ser realizadas em novo formato de avaliação especializada. Esse modelo adotado estabelece a realização das perícias em formato estritamente presencial, conduzidas por junta médica especializada composta por três médicos psiquiatras devidamente registrados com Registro de Qualificação de Especialista – RQE.
A iniciativa buscou fortalecer a qualidade técnica das avaliações periciais, ampliar a segurança diagnóstica e aprimorar a análise das condições clínicas relacionadas aos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais.

c) Manutenção da conformidade com as normas dos Conselhos de Medicina:
A DESSS manteve a conformidade com as normas e resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina no que se refere à organização e ao funcionamento de seus serviços médicos. A unidade permaneceu regular quanto às exigências relacionadas à Diretoria Clínica e ao Comitê de Ética Médica, observando os parâmetros estabelecidos pelos órgãos de regulação profissional. No período, foi também renovado o Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás – CREMEGO, em cumprimento à Lei nº 6.839/1980 e às Resoluções do Conselho Federal de Medicina nº 997/1980 e nº 1.980/2011.
A renovação do certificado atesta a adequação da unidade às normas e regulamentos exigidos pelo conselho profissional, reforçando o compromisso institucional com a ética médica, a regularidade do exercício profissional e a observância dos padrões técnicos e legais aplicáveis às atividades de saúde no âmbito da Administração Pública estadual.

d) Reforma da unidade e retomada do atendimento presencial:
No referido exercício, foi concluída a reforma das instalações da DESSS, com intervenções voltadas à melhoria das condições de segurança, à organização dos fluxos de atendimento e ao aprimoramento do acolhimento aos servidores do Poder Executivo estadual.
Durante a execução das obras, a equipe manteve a continuidade das atividades institucionais em regime temporário de trabalho remoto, assegurando a regularidade dos serviços prestados. Após aproximadamente quatro meses, os atendimentos presenciais foram retomados nas novas instalações, marcando uma etapa de reorganização do ambiente de trabalho e de fortalecimento da convivência institucional.
A reestruturação do espaço físico proporcionou melhores condições de trabalho às equipes e maior segurança e conforto aos servidores atendidos, contribuindo para a qualificação do atendimento e para o reforço do compromisso institucional da DESSS com a promoção da saúde e da segurança dos servidores.

e) Capacitação para utilização do Sistema de Gerenciamento Geral de Saúde e Segurança – SGG:
Nos dias 3 e 4 de abril de 2025, a DESSS promoveu, na Escola de Governo do Estado de Goiás, capacitação voltada à utilização do SGG. O treinamento foi conduzido por especialistas da CONPLAN Sistemas de Informática Ltda. e contou com a participação de servidores das áreas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Segurança do Trabalho.
O SGG constitui ferramenta estratégica para a gestão integrada de Segurança e Medicina do Trabalho, permitindo centralizar informações, acompanhar riscos ocupacionais, registrar treinamentos e apoiar a elaboração de instrumentos técnicos, como o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e laudos de segurança do trabalho. O sistema também contribui para o atendimento das obrigações legais relacionadas ao eSocial, além de viabilizar a digitalização de processos e o uso de assinaturas eletrônicas.
A capacitação teve como finalidade qualificar as equipes para a utilização das funcionalidades do sistema, fortalecendo a gestão baseada em dados, aprimorando o monitoramento das condições de saúde e segurança dos servidores e contribuindo para maior eficiência administrativa.

Figura 70 – Capacitação para utilização do software SGG



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

No âmbito da Superintendência de Sistemas de Informação, com relação às metas e objetivos para o ano de 2025, em suma, foram alcançados os resultados destacados a seguir:

1. Implantação do eSocial

- Envio das informações da 2ª e 3ª Fases do eSocial referente a 92% dos servidores ativos e pensionistas do Estado de Goiás e para o período de ago/22 a dez/25;
- Implementação de novas visões do Painel de BI para acompanhamento dos envios dos eventos;

- Realização de força-tarefa bem-sucedida conjunta com a STI/SGG para regularização de situações exigidas pelo eSocial e não previstas no RHNet.

2. SNP – Sistema de Nomeação e Posse

- Implementação e entrega da primeira fase do sistema, que contemplou a automatização do processo de convocações de candidatos aprovados em concurso público.

3. RH 4.0 / IntegraGO - Plataforma Integrada de Gestão de Pessoas

- Contratação da plataforma integrada para gestão de recursos humanos;
- Início das etapas de implantação, customização e parametrização do sistema para atendimento às necessidades do Estado de Goiás.

4. SEI! – Sistema Eletrônico de Informações

- Migração da Plataforma SEI para versão 5.0, que contempla novos recursos de segurança e autenticação via integração com o Gov.br, maior conformidade com normativas vigentes, redução de custos operacionais com manutenção corretiva e integração aprimorada com outros sistemas institucionais;
- Apoio tecnológico e sustentação do ambiente para a expansão do SEI! para as prefeituras dos municípios goianos partícipes do projeto Prefeitura sem Papel.

5. SIGO - Sistema de Patrimônio Imobiliário

- Desenvolvimento dos módulos de Cadastro de Imóveis e Carga de PUI (Patrimônio de Unidade Imobiliária), com a implantação da primeira versão em produção;
- Implementação e implantação de nova versão do sistema contendo a Gestão de Inventário de Imóveis;
- Lançamento do SIGO para uso pelas setoriais de patrimônio e realização do primeiro inventário de imóveis automatizado na Administração do Estado de Goiás.

6. SIGAC - Sistema de Gestão do Atendimento ao Cidadão

- Implantação do módulo de Gestão Administrativa das unidades do Vapt Vupt em substituição ao sistema legado SGI.

7. Infraestrutura e Serviços

- Implantação de 2 novas unidades do Programa Vapt Vupt para atendimento ao cidadão;
- Movimentação e reinstalação de toda a infraestrutura tecnológica em 6 unidades do Vapt Vupt reformadas ou que mudaram de imóvel;
- Substituição de computadores defasados por unidades novas nas unidades do Vapt Vupt;
- Contratação e instalação parcial de pontos de acesso sem fio nas dependências dos Vapt Vupts para disponibilização de Internet gratuita para os cidadãos.

8. Inteligência de Dados

- Fomento à cultura de uso e governança de dados na Secretaria de Estado da Administração;
- Soluções de *Business Intelligence* – BI entregues em produção para atendimento às áreas de Compras e Patrimônio;
- Implementação de um mecanismo de busca baseado em inteligência artificial para auxiliar os usuários do Observatório de Gestão de Pessoas.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, ao longo do período, a Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário – SUPATI alcançou significativos resultados em relação às metas e

objetivos pactuados. Pelo link: Resultados BI - Patrimônio, pode-se obter maior detalhamento sobre os resultados alcançados, bem como detalhes sobre os programas, planos, projetos e ações realizadas.

O referido relatório fornece uma visão geral detalhada dos principais resultados, incluindo gráficos, imagens e tabelas que ilustram os avanços alcançados.

Sobre estes, insta mencionar que, em 2025, alcançaram-se os resultados pactuados no PPA 2024-2027, constantes na Ação 3251 - Gestão de Compras, Patrimônio, Logística, com mitigação de excessos em 21.888 itens (efeito imediato: menor risco de compras emergenciais) e 340 capacitações de servidores, elevando acuracidade via modelagem de 5 processos. Esses efeitos diretos otimizaram serviços públicos no curto prazo, com 1.740 suportes, reduzindo rupturas e promovendo cultura de rede que valoriza o erário – correlacionando capacitação (27% dos 1.237 usuários do SIGMATE) a maior eficiência.

O planejamento de avaliações de maturidade gerou bases para avanços no projeto de modernização, impactando no médio prazo, com transparência fiscal para os 39 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, a Coordenação dos Aprendizes do Futuro realizou as seguintes entregas que se destacam:

- Capacitação de jovens: capacitação de 112 jovens ao longo de 2025, por meio da realização de aproximadamente 51 encontros formativos, com carga horária média de 3 horas por encontro, distribuídos nos turnos matutino e vespertino, totalizando cerca de 153 horas de capacitação, com foco no desenvolvimento técnico, comportamental e como cidadão, conforme as diretrizes do Programa Aprendiz do Futuro;
- Inserção nas unidades administrativas: inserção e acompanhamento dos aprendizes nas Unidades Vapt Vupt e em unidades administrativas da SEAD, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos;
- Melhoria no atendimento ao cidadão: atuação de apoio às rotinas de atendimento ao cidadão, com suporte aos agendamentos e cadastros de serviços públicos nas unidades;
- Fortalecimento da comunicação e do suporte: consolidação dos grupos de WhatsApp como canais permanentes de orientação institucional, apoio técnico e comunicação direta com os jovens, unidades e famílias;
- Continuidade do Programa: atualmente, o Programa conta com 254 jovens ativos, todos devidamente capacitados e encaminhados às unidades, encontrando-se aptos para iniciar suas atividades laborais. Esse resultado evidencia a continuidade do Programa, bem como a efetividade das ações de capacitação e inserção, com impactos positivos observados nos curto e médio prazos;
- No período de 28 de agosto a 14 de novembro de 2025, a Coordenação do Programa Aprendiz do Futuro realizou visitas técnicas às unidades do Vapt Vupt, totalizando 15 unidades visitadas, com o objetivo de acompanhar as atividades dos jovens aprendizes e fortalecer a articulação com as equipes locais.

Quanto à SCTP, destacam-se como principais resultados institucionais alcançados:

- Consolidação do Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES: institucionalização e fortalecimento das redes TransformaGOV, Compras e Contratos, Patrimônio, Gestão de

Pessoas, Contabilidade, Planejamento, Gestão e Finanças e Projetos e Tecnologia da Informação;

- Aprimoramento do marco normativo da gestão pública: publicação de 34 regulamentos e 1 em andamento, contribuindo para a modernização institucional e fortalecimento da governança;
- Revisão e Atualização da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás: conclusão da revisão abrangendo 39 órgãos e entidades estaduais, promovendo maior eficiência, integração e racionalização das atividades governamentais;
- Qualificação da Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás e aplicação da Linguagem Simples: abrangendo 46 órgãos, totalizando 763 serviços públicos, dos quais 129 em formato digital, com foco em transparência, padronização e melhoria da experiência do cidadão;
- Desenvolvimento de soluções de inteligência analítica (BI): disponibilização de painéis estratégicos para monitoramento e tomada de decisão, incluindo Avaliação dos Canais de Atendimento EXPRESSO, Avaliação EXPRESSO, Mapa de Transformação de Serviços, Banco de Desafios, Problemas e Soluções, Cadeia de Valor Integrada e Ranking de Competitividade dos Estados;
- Transformação e modernização de serviços públicos ao cidadão e ao servidor: revisão e melhoria de serviços relevantes, como a Emissão da Carteira de Identidade Nacional – CIN; Renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH; Registro e Emplacamento de Veículo Novo; Regularizar Dívida Ativa Junto ao DETRAN; Implantação da Plataforma Digital de Processos - Protocolo Digital; Passe Livre da Pessoa com Deficiência; Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA; Matrícula Escolar; Tomada de Posse em Cargo Público; Validação de Contracheque; e Conselho Virtual de Usuários dos Serviços Públicos do Estado de Goiás, com foco em simplificação e digitalização;
- Estruturação de jornadas e experiências do usuário: construção e atualização da jornada do cidadão, da jornada do servidor público e de jornadas específicas vinculadas às iniciativas de transformação digital, fortalecendo a abordagem centrada no usuário;
- Promoção de eventos estratégicos de articulação institucional: realização do 2º Seminário Estadual de Transformação Digital, que reuniu cerca de 500 participantes, em parceria com a Secretaria-Geral de Governo – SGG e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI; a realização do 2º Prêmio de Inovação do Setor Público de Goiás, também em parceria com a SGG e a SECTI; o 1º Encontro Temático de Experiência do Usuário, Avaliação e Modelos Organizacionais, com a participação de aproximadamente 50 servidores pontos focais da Rede TransformaGOV; o 3º Encontro Temático de Gestão da Carta de Serviços, reunindo cerca de 30 servidores; o 2º Encontro Temático de Gestão de Processos, com aproximadamente 40 participantes; e a realização do BPM Day Goiás, evento técnico especializado em inovação, governança e gestão de processos, que reuniu cerca de 600 participantes entre servidores públicos, profissionais da iniciativa privada e representantes da academia, consolidando-se como importante espaço de integração e disseminação de boas práticas em gestão pública;
- Certificação Profissional em Transformação e Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos: disponibilização, em parceria com a Escola de Governo, com o objetivo de fortalecer a Rede TransformaGOV (instituída pelo Decreto nº 10.287/2023) e

capacitar servidores para o desenvolvimento de soluções inovadoras, eficientes e orientadas a resultados no setor público.

Quanto à SGAC, destacam-se como principais resultados alcançados:

- Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atendimento ao Cidadão – SIGAC: conclusão da implantação do sistema desenvolvido internamente pela SEAD, permitindo gestão integrada dos atendimentos e geração de dados em tempo real. Entre os avanços implementados destacam-se: contabilização por serviço, relatórios customizáveis, redirecionamento e recuperação de senhas, distribuição proporcional da demanda entre atendentes, comunicação interna instantânea e utilização de painéis informativos. Em 2025, foi desenvolvido o novo módulo para automatização da gestão das informações e avaliação de desempenho dos colaboradores, atualmente em fase de testes em unidade piloto;
- Ampliação e modernização da rede física (GT Renova): desde 2019, 53 unidades foram reformadas, realocadas ou inauguradas. Em 2024 foi implantada a Unidade Padrão DETRAN e, em 2025, a Unidade Padrão PROCON, promovendo melhorias na infraestrutura, conforto e acessibilidade para servidores e cidadãos;
- Fortalecimento da capacitação institucional: intensificação do Programa de Capacitação Vapt Vupt e Expresso, com formações presenciais e on-line alinhadas à missão e aos objetivos estratégicos da rede de atendimento. Em 2025 foram realizadas 61.830 horas de capacitação, contribuindo para o aprimoramento técnico, melhoria da qualidade do atendimento e aumento da produtividade;
- Atuação em eventos itinerantes de atendimento ao cidadão: participação e gerenciamento do fluxo de atendimento em ações itinerantes voltadas à população em situação de maior vulnerabilidade. Em 2025 foram realizados aproximadamente 102 mil atendimentos em 71 municípios, ampliando o acesso a serviços essenciais como emissão de documentos, serviços digitais, atendimentos sociais e intermediação de emprego.

Figura 71 – Treinamento realizado em abril de 2025



Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

Foto 33 – Atendimento Vapt Vupt no Goiás Social em março de 2025



Fonte: SGAC/SEAD, 2025.

Quanto à SUPERINOVA, destacam-se como principais resultados alcançados:

- Consolidação da Jornada de Inovação Aberta na SEAD, com estruturação e padronização de métodos para mapeamento de problemas públicos, definição de desafios, cocriação, testes e validação de soluções inovadoras, fortalecendo a governança da inovação e reduzindo riscos técnicos e operacionais na adoção de novas soluções pelos órgãos estaduais;
- Fortalecimento do modelo de Contratação Pública para Solução Inovadora – CPSI no âmbito do Governo do Estado, com organização de fluxos, produção de orientações metodológicas e aplicação prática do modelo em projetos estratégicos, contribuindo para maior segurança jurídica, previsibilidade processual e ampliação do uso de instrumentos inovadores de contratação pública;
- Ampliação da articulação interinstitucional por meio do Programa GovTech, promovendo a conexão estruturada entre secretarias estaduais e o ecossistema de inovação (*startups*, empresas e instituições de ciência e tecnologia), com a organização de desafios públicos e estímulo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à melhoria da gestão pública;
- Disponibilização de soluções tecnológicas de apoio à tomada de decisão, com destaque para ferramentas baseadas em inteligência artificial e analítica de dados, como a ANE – Análise Expresso e a Prioriza IA, gerando efeitos imediatos na qualificação das análises gerenciais, na priorização de iniciativas estratégicas e no fortalecimento do uso de dados nos processos decisórios;
- Implantação de automações robóticas de processos – RPA e painéis de *Business Intelligence*, apoiando áreas administrativas e estratégicas com ganhos mensuráveis de eficiência operacional, redução de tempo de execução de atividades, diminuição de retrabalho e aumento da confiabilidade das informações institucionais;
- Realização de estudos técnicos e provas de conceito – POCs para avaliação de soluções tecnológicas emergentes, ampliando a capacidade institucional de análise prévia de viabilidade técnica e operacional, reduzindo riscos de implementação e qualificando a seleção de alternativas para modernização da gestão;
- Produção e disseminação de materiais metodológicos e e-*books* institucionais sobre inovação aberta, cultura de inovação e inteligência de negócios públicos, fortalecendo a padronização de práticas, a replicabilidade de métodos e a formação de capacidades institucionais nos órgãos estaduais;
- Ampliação e fortalecimento da rede de servidores e pontos focais de inovação, por meio de ações formativas, eventos e iniciativas estruturadas de disseminação da cultura de inovação, promovendo maior engajamento institucional, colaboração entre órgãos e incorporação gradual de práticas inovadoras na gestão pública.

No tocante à subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, durante o exercício de 2025, a SUGEP e unidades vinculadas tiveram os seus servidores como o principal recurso disponível para atendimento às demandas. As capacitações permanentes e os treinamentos de educação continuada dos servidores foram essenciais para garantir a qualidade dos serviços prestados.

Já em relação aos sistemas informatizados, o aperfeiçoamento e expansão do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas e o avanço no desenvolvimento da ferramenta corporativa eletrônica de

inteligência de negócios no Power BI da área de pessoal, embora não totalmente finalizada, colaboraram com os processos de trabalho.

Em 2025, a SUGEP conjuntamente com suas unidades subordinadas, realizou as seguintes entregas relevantes:

1. Aperfeiçoamento dos controles e Gestão da Folha de Pagamento do Executivo pela SEAD

A Superintendência Central de Gestão de Pessoal da SEAD, conjuntamente com suas gerências subordinadas, vem promovendo com seriedade a gestão de gastos com pessoal no âmbito do Poder Executivo estadual, adotando uma série de medidas internas visando o aperfeiçoamento dos controles e na gestão da folha de pagamento dos servidores.

As seguintes ações já foram incorporadas nas rotinas de trabalho das unidades: auditoria mensal com a consequente exclusão da folha de servidores comissionados exonerados, análise e conferência de todos os processos de diferenças salariais, o que resulta no não pagamento de valores indevidos, seja por cálculo equivocado ou por se tratar de pagamentos sobrestadas pelos órgãos colegiados, auditoria mensal de óbitos com o cruzamento da base de dados da folha com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos – SISOBI, com a consequente exclusão de servidores falecidos da folha, além da constante revisão da parametrização do sistema responsável pelo processamento da folha - RHNet.

As constantes ações preventivas relacionadas ao controle da folha evitaram aos cofres públicos, no período de janeiro a dezembro de 2025, uma despesa imprópria de mais de R$ 80,4 milhões de reais, conforme quadro abaixo:

Quadro 12 – Economias geradas com ações de controle da folha de pagamento do Poder Executivo

AÇÕES	ECONOMIA EM 2025 (acumulado)	TOTAL GERAL DE 2019 A 2025	ECONOMIA GERADA ATÉ O FINAL DE 2025
Devolução e exclusão da folha de pagamento de 74 servidores comissionados da Metrobús	-	**4.655.402**	**32.587.811**
Exclusão da folha de pagamento de servidores comissionados da Diretoria-Executiva de Liquidação.	-	**1.546.197**	**10.823.382**
Auditoria mensal com a consequente exclusão da folha de servidores comissionados exonerados que o Órgão de lotação não retirou da folha no mês de exoneração	10.853.291	**43.051.079**	**165.839.668**
Auditoria mensal de óbitos com o cruzamento da base de dados com o Sisobi, o que resulta na exclusão de servidores falecidos da folha de pagamento	44.455.133	**351.517.733**	**1.386.589.998**
Economias resultantes da análise de processos de ressarcimento de faltas ou achados na folha de pagamento em desconformidade ou ausência de descontos devidos	-	**13.709.538**	**41.483.691**
Revisão na Parametrização de Rubricas e economias resultantes da análise e conferência de processos de diferenças salarias e Auditoria prévia na folha de pagamento, o que resultou no não pagamento de valores indevidos, seja por cálculos errados ou por tratar-se de diferenças que estão sobrestadas pelos órgãos colegiados	25.143.431	**178.635.660**	**178.635.660**
Apuração de créditos de INSS relativos a pagamentos recolhidos aos cofres públicos (compensações), considerando pagamentos bloqueados de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022	-	**13.137.631**	**13.137.631**
Revisão e Parametrização na incidência de descontos de IRRF de Rubricas na folha e pagamento	-	**29.884.280**	**207.938.213**
TOTAL	**80.451.855**	**636.137.520**	**2.037.036.053**

Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Com esses procedimentos adotados, até o fim do exercício de 2025, a economia gerada alcançou o montante de cerca de R$ 2,037 bilhões, considerando o período desde 2019 de forma acumulada, caso as ações não tivessem sido implantadas.

Outras ações foram implementadas pela SEAD para garantir a qualificação do gasto, bem como gerar economias indiretas, tais como:

- Revisão permanente da parametrização das rubricas da folha de pagamento (Garantia de conformidade com a Legislação);
- Treinamentos e capacitação constante das Gerências de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas dos órgãos;
- Implementação e acompanhamento da Matriz de Riscos do *Compliance*, com a respectiva elaboração dos Planos de Ação;
- Além da atualização da Legislação de Pessoal, em especial podemos citar o novo Estatuto (Lei 20.756/2020), o Decreto nº 9.802/2021 (Folha) e o Decreto 8.465/2015 (Frequência).

Além dessas medidas, a administração também vem investindo na melhoria e integração dos seus sistemas informatizados, de forma a modernizar e garantir a segurança nas transações, bem como facilitar a obtenção de dados estratégicos para a tomada de decisão.

O desafio é vultoso, mas, com seriedade e comprometimento, as ações vêm sendo implementadas para assegurar a manutenção da regularidade do cadastro funcional e financeiro, cujos resultados já são perceptíveis.

2. Treinamento às Unidades Setoriais de Gestão de Pessoas

A partir de outubro de 2023, por meio da Portaria 2.045, de 06 de outubro de 2023, a SEAD deu um grande passo visando a capacitação dos servidores do Poder Executivo lotadas nas áreas de Gestão de pessoas, uma vez que, em parceria com a Diretoria Executiva da Escola de Governo, foi lançado o Programa de Certificação em Gestão de Pessoas no âmbito da Administração Pública Estadual.

A Certificação é composta por 3 (três) formações:

I – Estruturante;

II – Gestão estratégica de pessoas;

III – Desenvolvimento humano e gestão de talentos.

Dentro da Certificação em Gestão de Pessoas, a SUGEP atua diretamente nos cursos “BI na Gestão de Pessoas” (20 horas presencial), “Gestão e Controle da Folha de Pagamento e Frequência – Nível I” (30 horas EAD)”, “Gestão e Controle da Folha de Pagamento – Nível Prático” (20 horas presencial), e “Gestão e Controle da Frequência – Nível Prático” (8 horas presencial), sendo que o curso “Gestão e Controle da Folha de Pagamento e Frequência – Nível I” oferecido no formato EAD possibilita alcançar um número maior de servidores para treinamento, especialmente aqueles lotados no interior do Estado.

A capacitação no curso BI na Gestão de Pessoas visa preparar os servidores públicos do Poder Executivo estadual que atuam ou desejam atuar na área de gestão e/ou desenvolvimento de pessoas a utilizar o BI (inteligência de negócios) como uma ferramenta estratégica para a análise, planejamento e a tomada de decisão na gestão de pessoas.

O curso aborda as aplicações do BI na gestão de pessoas, apresentando o Observatório da Rede de Gestão de Pessoas e o BI de Pessoas no conjunto de dados no Power BI, como recursos para a obtenção, a organização, a análise e a visualização dos dados dos sistemas centrais de gestão de pessoas.

3. Rotinas da SUGEP – Análises de Processos SEI

Por se tratar de uma unidade na qual se concentra a execução e entrega da folha de pagamentos de todos os servidores ativos e inativos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, esta Superintendência possui uma rotina intensa na análise de milhares de processos administrativos.

Pelo quadro abaixo, pode-se observar que apenas em 2025, foram analisados, em média, mais de 3,1 mil processos por mês, sendo que a média de análise por dia útil de trabalho foi de 144 processos:

Quadro 13 – Quantitativo de processos administrativos que tramitaram na SUGEP

Nome da Unidade Administrativa	Quantidade de 2025	Média de 2025 (Proc / mês)	Média de 2025 (dia útil)
Assessoria da Superintendência - SUGEP	347	29	1,3
Gerência Central da Folha de Pagamento - GEPAG	29.881	2.490	113,2
Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal - GEIIP	2.256	188	8,5
Gerência de Gestão do Sistema de Pessoal - GGSP	2.904	242	11,0
Gerência de Consignação - GEBS	2.221	185	8,4
Gerência de Obrigações Acessórias - GOA	475	40	1,8
TOTAL GERAL	**38.084**	**3.174**	**144**

Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Ainda no âmbito da SUGEP, destacam-se as referidas entregas de suas unidades administrativas subordinadas:

À Gerência Central de Gestão de Sistema de Pessoal – GGSP compete a administração centralizada das configurações e parametrizações do sistema de folha de pagamento e a responsabilidade pela sua elaboração para o Poder Executivo estadual. Essa atribuição visa atender às demandas da área de negócios em estreita colaboração com a área técnica (tecnologia da informação), além de fornecer orientação às unidades setoriais da Rede Estadual de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, com o propósito de assegurar maior conformidade e padronização dos processos. Assim, garante-se que as rotinas relacionadas à folha de pagamento estejam em plena conformidade com as normas estabelecidas.

A GGSP finalizou o exercício de 2025 com um marco estratégico já concretizado: a contratação do projeto RH 4.0, atualmente em processo de implantação da primeira onda do projeto. Este projeto representa um avanço estruturante para a gestão de pessoas no âmbito do Poder Executivo estadual, consolidando um novo modelo de governança, mais integrado, tecnológico e orientado a dados.

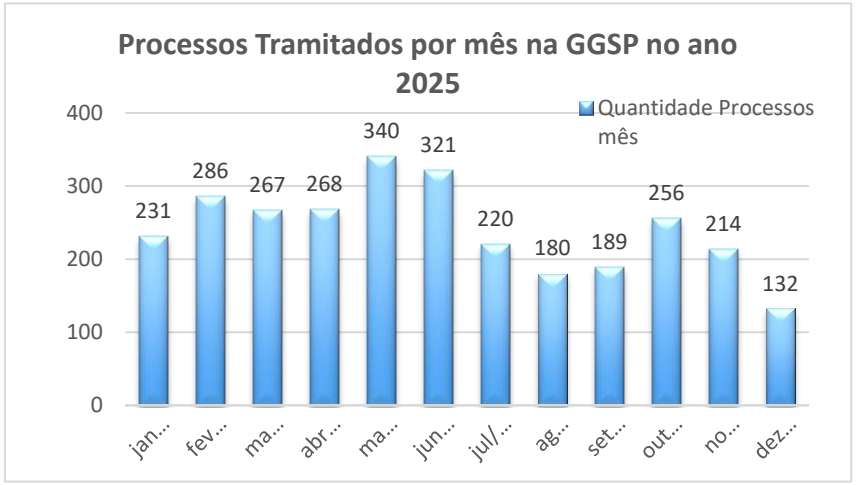
O projeto RH 4.0 tem como produto de implantação a ferramenta IntegraGO, que já proporciona benefícios relevantes ao Governo do Estado de Goiás, tais como o aumento da eficiência operacional, a modernização e padronização dos processos de gestão de pessoas e a melhoria na qualidade e agilidade do processo decisório, bem como a redução de erros operacionais e de riscos de não conformidade legal. Soma-se a isso o fortalecimento das políticas de desenvolvimento de talentos, o aprimoramento da cultura organizacional e a ampliação da capacidade de adaptação às constantes transformações institucionais e normativas.

No campo das obrigações legais, foi enviado, quase em sua totalidade, o eSocial referente ao ano 2025, promovendo alto grau de conformidade da linha do tempo das obrigações do Poder Executivo estadual. Essa ação possibilita ganhos expressivos para a gestão nas áreas tributária e trabalhista, tais como a otimização dos processos de cumprimento legal, a mitigação de riscos de

penalidades, além do fortalecimento da transparência e da prestação de contas junto aos órgãos de controle.

No ano de 2025, tramitou na GGSP o total de 2.904 processos, correspondendo a uma média aproximada de 242 processos por mês. Os autos em trâmite nesta Gerência concentram-se, majoritariamente, em matérias relativas a reajustes de tabelas salariais; parametrização de rubricas de pagamento e de desconto; gestão de cargos e carreiras públicas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás; evolução e progressão funcional; inclusão e atualização de tabelas salariais de servidores oriundos de outras esferas e cedidos ao Poder Executivo estadual; bem como em assuntos correlatos a essas configurações, incluindo a implementação de decisões judiciais relacionadas a cargos e carreiras dos servidores, entre outros.

Gráfico 15 – Processos tramitados por mês na GGSP em 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Além das atividades acima descritas, a GGSP tem atuado como unidade responsável pela gestão e acompanhamento dos seguintes projetos prioritários da SEAD:

1. Implantação do IntegraGO

A implantação do Sistema IntegraGO, por intermédio da ETIPI, tem como finalidade o aperfeiçoamento da área de Tecnologia da Informação aplicada à gestão de pessoas, mediante a aquisição de uma suíte tecnológica moderna, robusta e integrada, destinada à substituição da plataforma atualmente em uso (RHNet), a qual se revela insuficiente, fragmentada, com limitações funcionais e incapaz de atender de forma adequada às necessidades operacionais, legais e estratégicas do Poder Executivo do Estado de Goiás na dimensão de gestão de pessoas.

A solução contratada deverá proporcionar padronização, automação, confiabilidade, segurança da informação e integração de dados, garantindo maior eficiência administrativa, redução de retrabalho, melhoria na qualidade das informações gerenciais e aderência à legislação vigente.

A contratação tem por objeto a instalação, configuração, parametrização, implantação assistida e disponibilização operacional de uma suíte Integrada de Administração de Pessoas, contemplando, de forma unificada e interoperável, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades:

- Gestão de Recursos Humanos, abrangendo cadastro funcional completo, histórico do servidor, movimentações, controle de cargos, funções, vínculos, jornadas, férias, licenças, afastamentos e demais eventos funcionais;

- Folha de Pagamento, com capacidade de processamento mensal, complementar e retroativo, cálculos automáticos de remunerações, vantagens, descontos, encargos, benefícios e obrigações legais, assegurando conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e estatutária;
- Integração nativa com o eSocial, garantindo geração, validação, transmissão e acompanhamento dos eventos obrigatórios, com consistência de dados, rastreabilidade e atendimento aos prazos legais; e
- Gestão Estratégica de Pessoas, incluindo ferramentas de apoio à tomada de decisão, indicadores, relatórios gerenciais, painéis de controle (dashboards), acompanhamento de desempenho, dimensionamento da força de trabalho e suporte ao planejamento institucional.

A solução deverá ser totalmente integrada, escalável, segura e aderente às normas técnicas, legais e de governança de TI, possibilitando evolução futura, interoperabilidade com outros sistemas corporativos e suporte às demandas atuais e futuras da Administração.

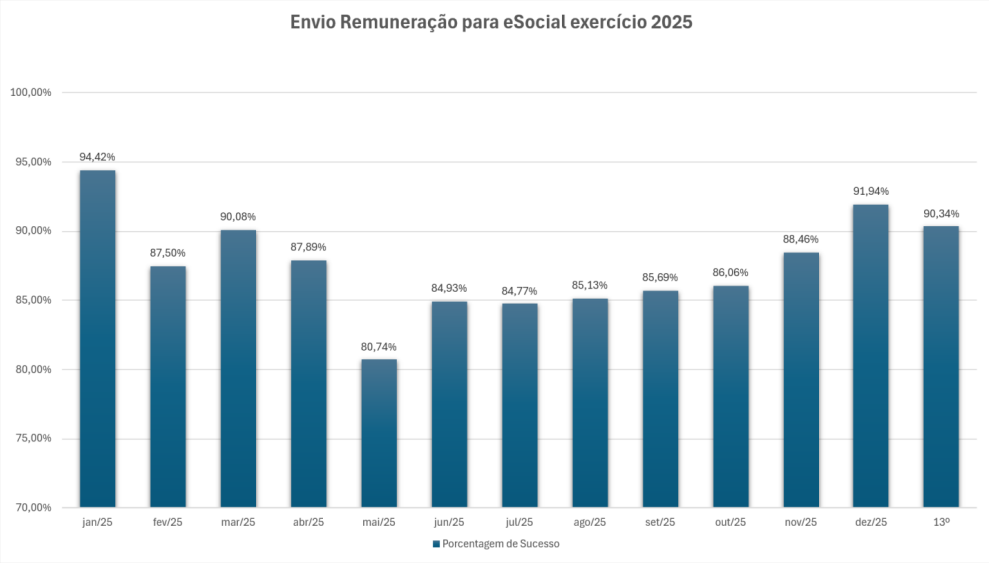
2. Acompanhamento do Projeto de Implantação do eSOCIAL

O projeto de implantação do eSocial é gerido pelas Gerências de Gestão do Sistema de Pessoal e pela Gerência de Obrigações Acessórias, porém com participação ativa da Gerência Central da Folha de Pagamento e da Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal.

O Poder Executivo do Estado de Goiás conseguiu atualizar na linha do tempo informações das quatro fases do projeto. Neste momento o trabalho é de saneamento de dados visando melhorar a qualidade destas informações prestadas buscando a integridade e consistência de dados conforme diretrizes estabelecidas no eSocial. Estão sendo feitas algumas evoluções no software para conseguir contemplar informações que ainda não foram todas enviadas, bem como permitir retificações caso sejam necessárias.

Durante o ano de 2025, foram enviadas as informações de remuneração dos servidores dos órgãos do Poder Executivo estadual para o exercício atual, bem como atualizações e retificações de algumas informações dos anos de 2022 até 2024. Estes envios atingiram percentuais superior a 80% para todas as competências dos exercícios acima citados.

Gráfico 16 – Envio de remuneração para eSocial



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

A Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal – GEIIP, vinculada à SUGEP, tem como missão prover inteligência em informações de pessoal por meio de análises avançadas, ciência de dados e desenvolvimento de ferramentas estratégicas, visando a manutenção da conformidade dos registros cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Goiás.

Em 2025, a GEIIP consolidou sua relevância, desempenhando funções essenciais para o aprimoramento da gestão de pessoas. Algumas das principais frentes de atuação incluem:

1. Gestão da Frequência

Parametrização dos sistemas SFR e FRE, visando a segurança e confiabilidade nos registros de frequência, com 77 chamados atendidos e implementados pela TI central, contemplando ajustes em regras de cálculo e compensação de horas, melhorias em auditorias, permissões de acesso e relatórios, além de adequações cadastrais e operacionais.

Prestou suporte contínuo às unidades setoriais, totalizando 4.135 interações no grupo “Goiás Ponto Eletrônico” e 78 atendimentos por e-mail, contribuindo para o uso adequado das ferramentas.

Ademais, aperfeiçoou o monitoramento de justificativas, abonos, férias e perfis de acesso, intensificou o controle de faltas e ressarcimentos e utilizou cruzamentos de dados para prevenção de inconsistências.

Implementou, ainda, boas práticas e diretrizes, resultando em uma queda expressiva de atendimentos diretos, graças às orientações e interações colaborativas.

2. Monitoramento do Cadastro Funcional e Financeiro

Atuação estratégica da GEIIP na prevenção de pagamentos indevidos, gerando uma economia superior a R$ 1,6 bilhão desde 2019, que representa o potencial de prejuízo ao Estado caso nenhuma ação tivesse sido implementada até o final de 2025.

Foram desenvolvidos painéis analíticos avançados e incorporadas técnicas de análise preditiva, ampliando a precisão na tomada de decisão e o controle da folha.

Destaca-se a reestruturação da equipe, integrando profissionais de tecnologia e especialistas de negócios, além da continuidade da solução de Cálculo de Diferença e Projeção de Impacto e da evolução do projeto de Monitoramento de Inconsistências, que passou a combinar regras de negócio e modelos de IA para detecção de anomalias.

Mensalmente, mais de 1 milhão de registros e 7 mil rubricas foram analisados, com notificação diária das 25 principais anomalias durante o processamento da folha. Houve ampliação de painéis, aprimoramento de algoritmos, monitoramento de variáveis críticas, automatização de rotinas e consolidação metodológica das regras de análise.

Como resultado, foram implementadas novas técnicas de auditoria preventiva baseada em dados, com fortalecimento do controle, da conformidade e da mitigação de riscos financeiros.

3. Inovação e Transformação Digital na Gestão de Pessoas

A GEIIP se destacou na implantação e aprimoramento de soluções inovadoras, reforçando a inteligência analítica e a automação de processos. Entre as principais iniciativas:

- Observatório da Rede de Gestão de Pessoas

  O Observatório da Rede de Gestão de Pessoas consolidou-se como ferramenta estratégica para monitoramento, controle e tomada de decisão baseada em dados. Atualmente, reúne 24 temas estratégicos e mais de 400 painéis interativos, proporcionando visão ampla, detalhada e transparente da força de trabalho.

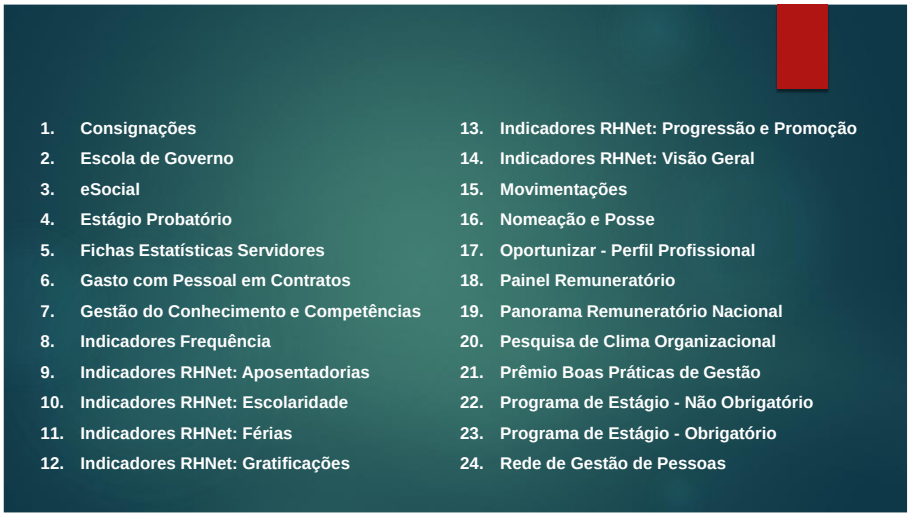
  Sua sustentação ocorre de forma colaborativa, em parceria com diversas unidades do órgão central de pessoal, evidenciando modelo de governança integrada e compromisso institucional compartilhado com a excelência na gestão de pessoas.

  Em 2025, o Observatório passou por relevante evolução estrutural, com a consolidação do projeto G2C2 to Fabric, que ampliou o modelo semântico para todos os órgãos do Estado e promoveu ganhos de performance, inclusive com adoção do formato parquet e modularização de código.

  Adicionalmente, houve remodelagem do Cadastro Completo, com organização dimensional, tratamento de duplicidades e estruturação de rotinas automatizadas, além do desenvolvimento de scripts em Python para atualização de rubricas e painéis de gratificações.

  Destacam-se, ainda, os avanços nos painéis temáticos (Frequência, Férias, Progressão, Escolaridade, entre outros), com integração de bases, aprimoramento de regras de negócio, melhorias de usabilidade e implementação da Busca Inteligente (V1), fortalecendo o ambiente analítico e a gestão orientada por evidências.

Figura 72 – Descrição dos assuntos do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

- Projeto Busca Inteligente

  O Projeto Busca Inteligente foi desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2025 como uma iniciativa conjunta entre equipes, envolvendo a Coordenação de Dados da Superintendência de Sistema de Informação e a GEIIP, que atuou como time de negócio, contribuindo na definição e validação das regras, bem como nas articulações com as demais áreas da SEAD.

  A iniciativa passou por etapas de planejamento, estruturação e aprimoramento contínuo. Inicialmente, foram realizados a formalização do projeto e o levantamento de requisitos. Em seguida, foi disponibilizada uma interface web para testes,

acompanhada do detalhamento dos painéis e da estruturação das perguntas e respostas que compõem a métrica.

Posteriormente, a solução foi integrada ao Expresso Aplicações em ambiente de homologação, passando por ajustes e customizações voltadas à melhoria da experiência do usuário.

Após a coleta e análise de feedbacks (percepções dos usuários), especialmente de usuários não técnicos, o projeto foi publicado em produção, com a entrega da versão V1.

Figura 73 – Tela inicial - assuntos do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

- Projeto RH Integrado – BI de Pessoas

  Houve expansão do BI de Gestão de Pessoas, com unificação de dados dos sistemas RHNet, SALIS e SFR, superando desafios técnicos e estruturais e viabilizando modelagem semântica otimizada para aprimoramento das análises. Consolidou-se o uso do *Power* BI como principal plataforma analítica da área.

  Destaca-se a validação e evolução do *Data Warehouse* SRH Pessoas, com testes comparativos entre ambientes, validação de cargas em produção, ajustes no modelo semântico e tratamento de inconsistências em articulação com a equipe de desenvolvimento.

  Também foram criados e aprimorados painéis estratégicos, estruturadas rotinas de extração e tratamento de dados, elaborados guias de padronização do Observatório da Rede e realizadas análises para carga no *Data Lake*.

  No âmbito do Plano de Dados Abertos da SEAD, houve apoio à Coordenação de Dados na organização e documentação técnica de painéis externos, viabilizando sua disponibilização à CGE e fortalecendo a transparência institucional.

- Automatizações

  Ao longo do ano, foram desenvolvidas e finalizadas aplicações em Microsoft Access para aprimorar o gerenciamento de avaliações da Rede de Gestão de Pessoas e controle de ressarcimentos, com automação de rotinas, padronização de campos e ajustes técnicos para maior confiabilidade dos dados.

  Também foram ampliadas e mantidas automatizações voltadas à redução do tempo de inserção de ocorrências e ao aumento da conformidade nos sistemas corporativos. Destaca-se a evolução do Lança Fácil, com unificação de módulos, inclusão de novos códigos de ocorrência e melhorias de parametrização e acesso. Em 2025, a ferramenta registrou

148.571 lançamentos, evidenciando sua consolidação como instrumento de automação e padronização no Sistema de Recursos Humanos – Rhnet.

Foram, ainda, implementados automatizadores para SFR, RHnet e SEI, incluindo soluções específicas como registros de Aposentadoria (em parceria com a GOIASPREV), Programação de Férias, Vagas e Cargos, coleta de relatórios de fechamento de folha, geração automática de Termos de Posse no SEI e rotinas relacionadas ao eSocial e à GEPAG.

As entregas envolveram reuniões técnicas, ajustes sob demanda, operação assistida e sustentação contínua das ferramentas implementadas, reforçando a modernização e a eficiência dos processos de gestão de pessoas.

- Apoio na implementação do eSocial

  Considerando a relevância estratégica do projeto eSocial e os riscos associados ao cumprimento das obrigações legais, parte da equipe foi dedicada prioritariamente à sua implementação e operacionalização, com o objetivo de assegurar a conformidade dos envios e evitar penalidades ao erário.

  Ao longo do exercício, foram desenvolvidos relatórios e rotinas de extração de dados para apoio ao time de negócios, com base em mineração de dados do RHnet e de outras bases. As atividades incluíram a criação de programas executáveis, validação e cruzamento de vínculos com eventos enviados ao eSocial, além da classificação e tratamento de retornos com erro.

  Também foram elaborados relatórios específicos para qualificação das informações funcionais e financeiras, bem como *scripts* em *Python* para extrações massivas e cruzamentos de bases.

  As entregas contribuíram significativamente para a mitigação de possíveis inconsistências, melhoria da qualidade dos dados e fortalecimento da conformidade nos envios periódicos.

- Projeto Comparativo de Rubricas

  O Projeto Comparativo de Rubricas foi continuamente aprimorado para fortalecer o processo de auditoria da Gerência Central da Folha de Pagamento – GEPAG, especialmente nos processos instruídos pelas GGDPs dos órgãos.

  Neste sentido, destacam-se: a criação de versão específica para a GOIASPREV, com detalhamento de servidores por rubrica e de rubricas por servidor; o desenvolvimento de nova aba para evidenciar variações na parametrização; a adaptação do modelo de inconsistências para análise em janela de processamento da folha, com prioridade para rubricas recém-alteradas; e a atualização do modelo da GOIASPREV para contemplar apenas aposentados e pensionistas.

  Também foram implementadas melhorias estruturais, como a migração de etapas de ETL para *Python*, adoção de nova arquitetura com fonte no *SharePoint*, criação de fluxos no *Power Automate* para monitoramento de atualizações e atualização da aba de histórico de pagamentos (dia-a-dia).

  Foi disponibilizado à GEPAG um novo modelo do Comparativo, com maior navegabilidade e cruzamento de informações, além de funcionalidade específica para identificação de possíveis casos de substituição em cascata, reforçando o controle interno.

- Gestão do Conhecimento na GEIIP

  No âmbito da Gestão do Conhecimento da GEIIP, foi realizada a atualização mensal do Portfólio de Serviços, com base nas folhas fechadas, contemplando dados de análise de anomalias, batimento de comissionados e óbitos, quantitativo de processos SEI analisados e lançamentos efetuados pelos órgãos via Lança Fácil.

  Também foi elaborada e finalizada a primeira versão do Manual de Utilização do Modelo Semântico SRH Pessoas, incluindo orientações de acesso, visão geral do modelo, aplicação de filtros, exemplos práticos de uso, exportação de dados e noções introdutórias sobre *Power* BI, consolidando instrumento formal de apoio aos usuários.

  Subordinada à SUGEP, a Gerência Central da Folha de Pagamento – GEPAG é a unidade administrativa responsável pela gestão dos lançamentos relativos à folha de pagamento, bem como a conferência prévia de todos os processos de diferenças salariais dos órgãos e/ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, para inclusão na folha de pagamento, dos termos de rescisão contratual de empregados públicos, do treinamento e assessoramento técnico das unidades setoriais da Rede Estadual de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, entre outros.

  Assim, para assegurar a conformidade legal dos atos praticados (lançamentos) pelas unidades setoriais de gestão e desenvolvimento de pessoas são realizados comparativos com cada órgão que utiliza o Sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás – RHNet.

  Durante o comparativo, são realizadas as seguintes etapas: auditoria da folha de pagamento do Estado, conferência dos lançamentos, acertos rescisórios de servidor, validação de férias etc. A título informativo, em 2025, a GEPAG realizou 936 comparativos, considerando, nesse número, os comparativos de diferenças salarias que são realizados separadamente do comparativo da folha de pagamento.

  Também compete à GEPAG a gestão dos bloqueios de pagamentos em razão da não realização do recadastramento anual, bem como dos desbloqueios dos pagamentos, independente dos motivos, e o lançamento de devolução de faltas, quando constatada a irregularidade do referido desconto.

  Sob sua responsabilidade, também está a confecção dos Demonstrativos Financeiros mensais do fechamento das folhas de pagamento, os quais são disponibilizados aos órgãos para a emissão dos empenhos por grupo de natureza de despesa, bem como ao Tesouro Estadual para os procedimentos de liberação do recurso a cada órgão para quitação da folha todos os meses, com a responsabilidade de manter sempre a data definida pelo Governo para o crédito aos servidores, qual seja, o último dia útil do mês.

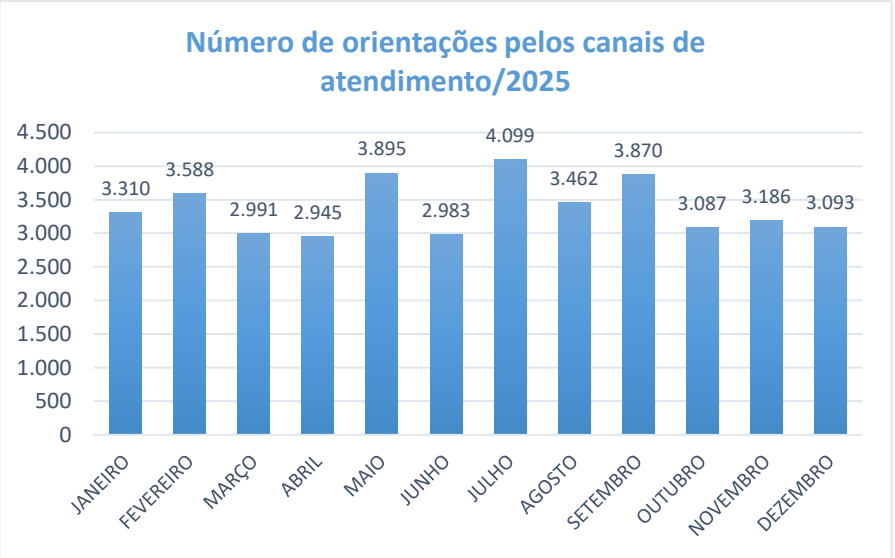
  Ainda em relação à quitação da folha mensal, a unidade é responsável, após a liberação do Tesouro Estadual, pela abertura do SAG de autorização do envio dos arquivos de pagamento à Caixa Econômica Federal, para que esta realize o crédito nas contas informadas pelos servidores, quer seja da própria Caixa ou qualquer outra Instituição Financeira da preferência de cada um.

Outra atribuição relevante que é de responsabilidade da unidade, em razão da quantidade de servidores atingidos, é o lançamento, por meio de arquivos, de rubricas como, adicional noturno, localidade AC3, prêmios da SES, IPEI armas e Mandados, serviço extraordinário AC4, GDVV etc. Estes lançamentos, no ano de 2025, chegaram ao montante de 819.638 registros em folha de pagamento.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento técnico do corpo funcional das unidades setoriais, bem como sanar dúvidas sobre a folha de pagamento, são realizadas orientações por meio de telefone, WhatsApp, correio eletrônico.

Em 2025, foram realizados 40.509 atendimentos de folha por esses canais de atendimento disponibilizados, orientando e oferecendo suporte técnico às unidades setoriais de gestão e desenvolvimento de pessoas ou equivalentes dos órgãos e entidades que compõem o Poder Executivo de Goiás.

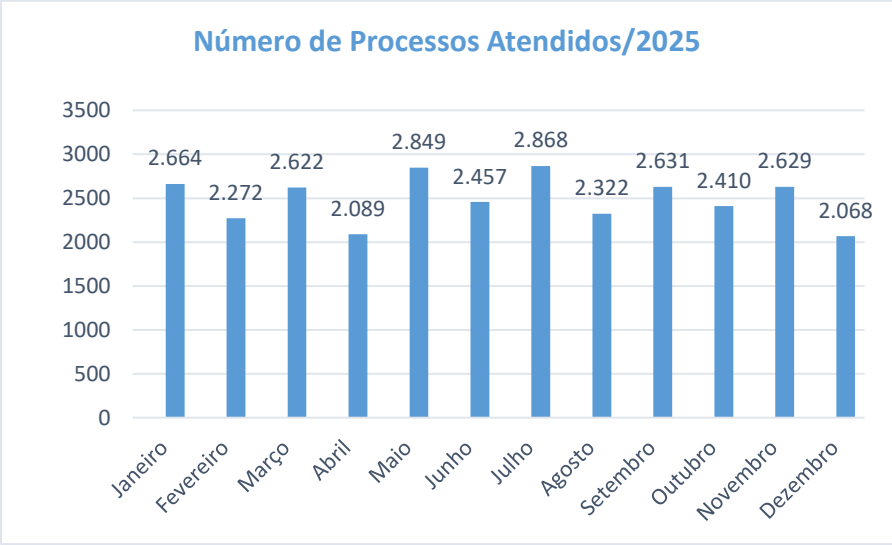
Gráfico 17 – Nº de atendimentos pelos canais de atendimento da GEPAG em 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

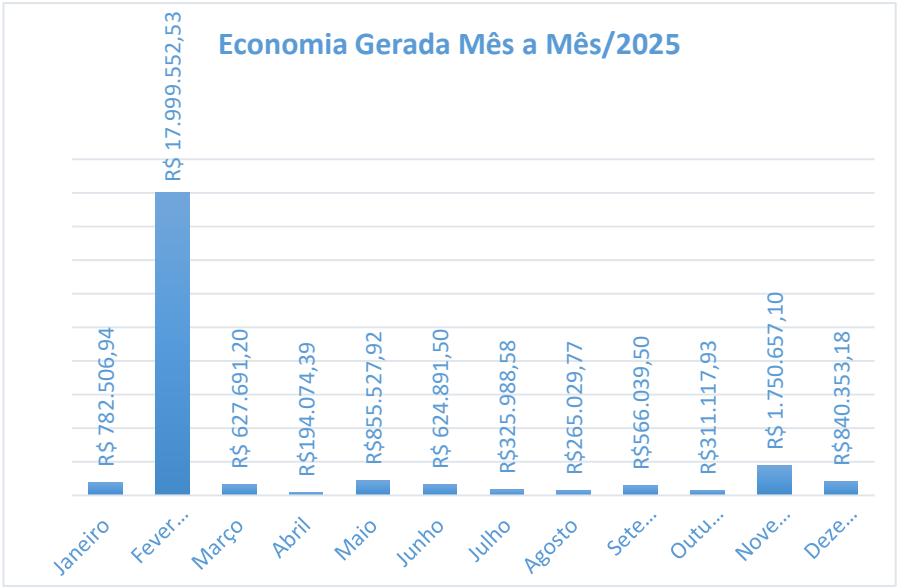
Em 2025, foram analisados e respondidos 29.881 processos na GEPAG, uma média de 2.490 processos mensais. Tais processos tratam de temas relacionados à folha de pagamento e gestão de pessoas, os quais estão centralizados na unidade, como: cumprimento de decisão judicial, evolução funcional (progressão e promoção), conferência e lançamento dos processos de diferença, análise e validação de requerimento de pagamento de auxílio-funeral, elaboração de resposta ao Ministério Público e à Ouvidoria, desbloqueios, indenizações, dentre outros.

Gráfico 18 – Nº de processos tramitados na GEPAG em 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Gráfico 19 – Economia gerada pela conferência de processos em 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Merece destaque a economia gerada com a conferência de processos de diferença e dos lançamentos efetuados pelos órgãos, os quais impediram o pagamento indevido do montante de R$ 25.143.430,54 (vinte e cinco milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos) em 2025.

Além dessas atividades, a GEPAG participou ativamente da elaboração dos manuais de procedimentos da folha de pagamento, os quais foram conduzidos pela Gerência da Rede de Pessoas.

Importante destacar, ainda, que a GEPAG analisou, em média, 115 requerimentos por mês de pagamento de auxílio-funeral em 2025, o que totalizou 1.385 processos atendidos no ano.

Destacam-se, também, outras ações desenvolvidas em 2025 pela GEPAG:

- Lançamento mensal das promoções/progressões aos servidores que implementaram o direito;
- Lançamentos mensais por meio de arquivos, de rubricas tais como: adicional noturno, localidade AC3, prêmios de incentivo, serviço extraordinário AC4, adicional noturno, GDVV, localidade, entre outros; esses lançamentos totalizam, em média, 68.303 registros mensais em folha;
- Em média, foram realizados o desbloqueio de 1.616 pagamentos mensais;
- Foi conferida uma revisão geral nas remunerações dos servidores;
- Ao final do exercício, a unidade realizou o acerto do 13º salário dos servidores ativos e inativos, lançando as diferenças ou devoluções apuradas em folha de pagamento.

Merecem destaque, as ferramentas criadas utilizando a plataforma *Power* BI, que possibilita a conferência dos lançamentos em folha de pagamento, entre elas:

- Funcionalidade que enumera os lançamentos, fora do tempo hábil, de licenças que devem ser consideradas para o desconto do auxílio alimentação;
- Verificação de lançamento de substituições por mais de um servidor utilizando o mesmo CPF do substituído;
- Funcionalidade que demonstra o valor informado da remuneração de servidores requisitados, o que agiliza a conferência dos processos de ressarcimento;
- Funcionalidade que demonstra o lançamento de diferenças, comparando o mês anterior e o atual, de modo a verificar o lançamento em duplicidade;
- Alta procura pelo curso prático da Gestão e Controle da Folha de Pagamentos - Nível II, o qual é integrante do Programa de Certificação em Gestão de Pessoas no âmbito da Administração Pública Estadual, o que demonstra o interesse das Pastas na capacitação de seus servidores.

Insta mencionar, que também é de responsabilidade da GEPAG:

- A gestão dos processos de ressarcimento dos servidores requisitados que somam, em média, 200 processos mensais;
- A gestão dos processos de inclusão e exclusão de contratos de estágio;
- A gestão do convênio com o IPASGO-SAÚDE, o qual resulta nos lançamentos das mensalidades a serem descontadas dos servidores;
- A Fiscalização do contrato da aquisição do novo sistema de folha de pagamento.

Subordinada à SUGEP, a Gerência de Consignação – GEBS tem como principal atribuição a gestão das Consignações Facultativas na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo estadual, e o credenciamento das entidades consignatárias.

Nesse contexto, o Governo do Estado de Goiás trabalha para oferecer cada vez mais confiabilidade no serviço de Consignação em Folha de Pagamento. Logo, as ações da unidade têm como objetivo fiscalizar e dar segurança em todas as etapas do processo de consignação para que os servidores do Poder Executivo de Goiás tenham acesso às taxas de juros mais competitivas do mercado.

Além de rigor na fiscalização do sistema, outro fator positivo é a confiança das instituições financeiras parceiras em relação ao repasse regular das consignações descontadas na folha dos servidores, o que contribui sobremaneira para a manutenção das taxas em níveis bem atrativos.

A unidade tem atuado no sentido de orientar os servidores que, ao procurar um empréstimo consignado, a agir com consciência e cautela. Ou seja, é dito a ele que é preciso avaliar o impacto dos descontos do empréstimo na sua renda mensal, que, na contratação de uma consignação, ele está sujeito à diminuição do poder de compra e ao risco de endividamento.

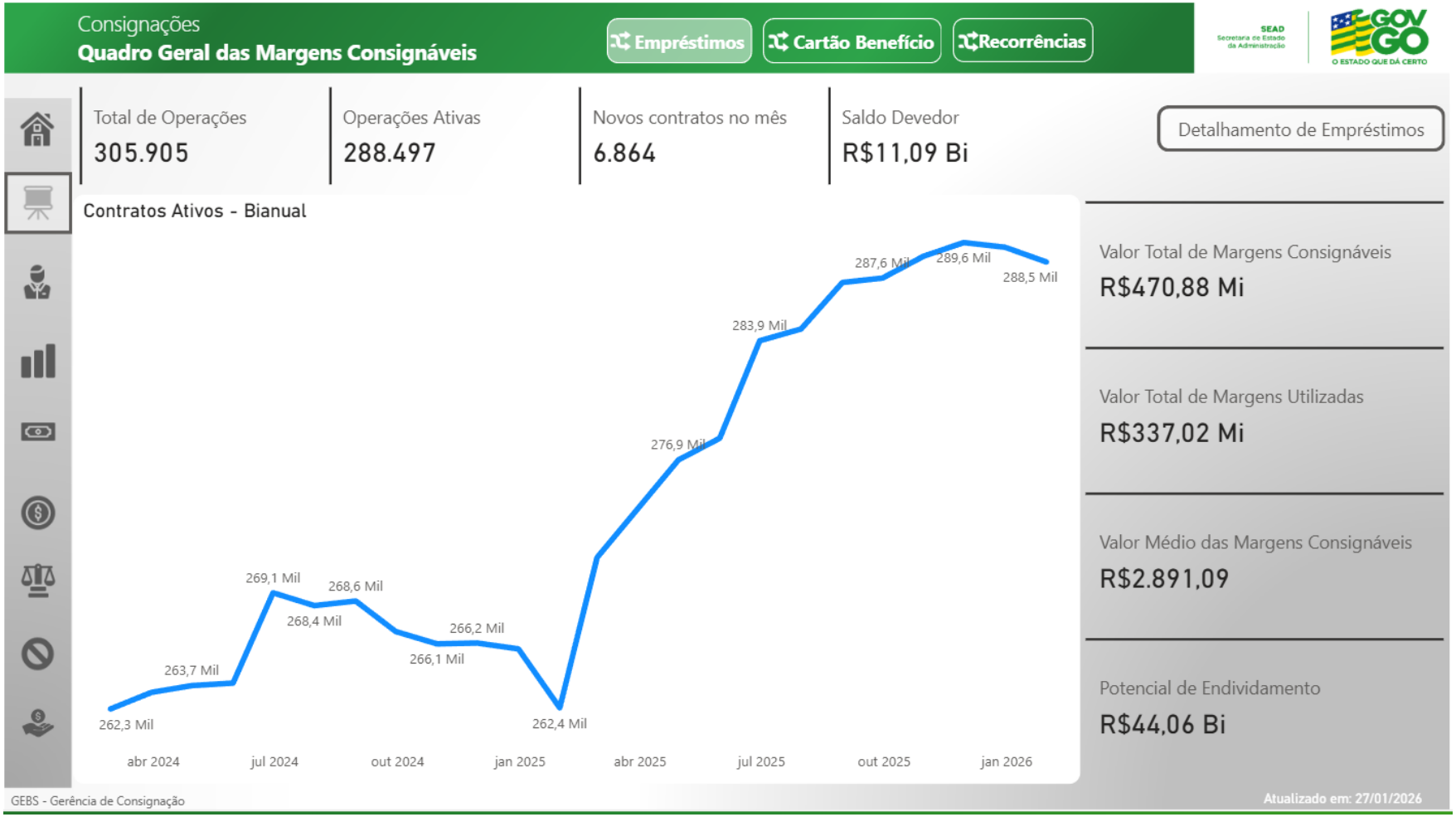
Salienta-se que todo o serviço de Consignação em Folha de Pagamento é disciplinado pela Lei Estadual nº 16.898/2010 e regulamentado pelo Decreto 10.372, de 22 de dezembro de 2023. Neste sentido, em 2025, a unidade atuou nas seguintes frentes:

1. Melhorias nos Painéis de BI sobre a Consignação

Os painéis objetivaram a disponibilização dos dados das consignações prontos e acessíveis aos gestores das consignações do Estado a qualquer tempo. Para isso, foram criados diversos painéis de consignação dentro do Observatório da Rede de Gestão de Pessoas, com diversos indicadores, destacando-se os indicadores de margens, servidores com empréstimos, percentuais de margens e consignações suspensas judicialmente, dentre outros.

No gráfico abaixo, demonstra-se um quadro geral das margens consignáveis, quantidade de consignações/operações ativas no sistema de consignação, quantidade de contratos incluídas mensalmente e o saldo devedor relativos às consignações existentes.

Gráfico 20 – Quadro geral das margens consignáveis



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

2. Atendimentos aos usuários em 2025

No ano de 2025, a Gerência de Consignação realizou mais de 41.000 atendimentos, dentre os principais atendimentos destacam-se: cumprimento de decisões judiciais, atendimento a manifestações de ouvidorias e auxílio para demandas diversas relacionadas a empréstimo consignado.

A tabela abaixo mostra o total de atendimentos realizados pela Gerência de Consignação trimestralmente por tipo de solicitação:

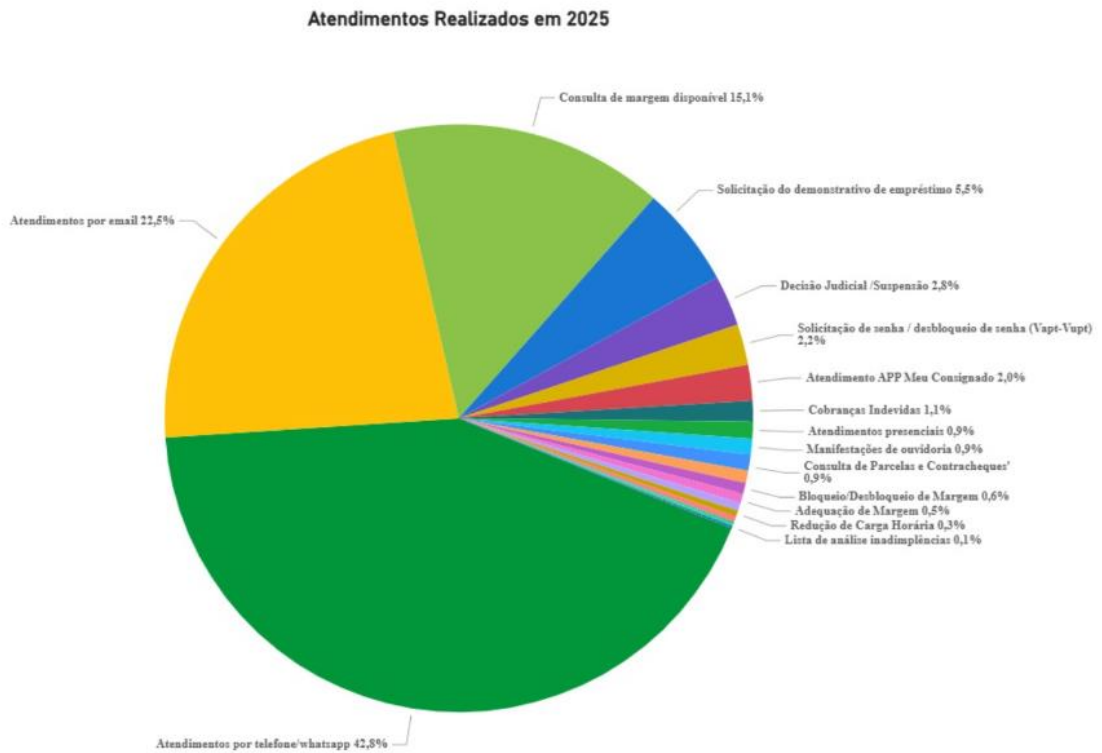
Tabela 7 – Número de atendimentos por assunto - 2025

SEAD - GERÊNCIA DE CONSIGNAÇÃO - GEBS			
CONSOLIDAÇÃO DOS ATENDIMENTOS E SERVIÇOS DA GERÊNCIA NO ANO 2025			
Tipo	**TOTAL 1º Quadrimestre**	**TOTAL 2º Quadrimestre**	**TOTAL 3º Quadrimestre**
Adequação de Margem	58	88	67
Atendimento APP Meu Consignado	397	161	252
Atendimentos por email	3873	2694	2693
Atendimentos por telefone/whatsapp	6890	6537	4238
Atendimentos presenciais	108	130	146
Bancos disponíveis para Empréstimo'	82	49	54
Bloqueio/Desbloqueio de Margem	32	106	108
Cobranças Indevidas	94	185	187
Consulta de margem disponível	1986	3100	1140
Consulta de Parcelas e Contracheques'	153	183	22
Criação de Rubricas	45	27	63
Decisão Judicial /Suspensão	474	360	318
Decisões judiciais cumpridas pela NEOCONSIG e auditadas na Gerência	78	99	106
Formulário Geral	10	16	13
Lista de análise inadimplências	12	10	16
Manifestações de ouvidoria	109	131	123
Redução de Carga Horária	53	33	54
Repasse Reembolso	13	16	19
Senha para Empréstimo'	10	5	1
Solicitação de senha / desbloqueio de senha (Vapt-Vupt)	591	243	90
Solicitação do demonstrativo de empréstimo	1205	808	265
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS	**16273**	**14981**	**9975**

Fonte: SUGEP/SEAD, 2025

A atividade principal da Gerência de Consignação é o gerenciamento das consignações em folha de pagamento dos servidores do Executivo estadual. Além disso, outra atividade bastante relevante da unidade é o atendimento aos servidores e consignatárias no tocante às suas consignações. Nesse sentido, é oportuno informar que tais atendimentos se deram da seguinte forma: e-mail, WhatsApp, telefone e presencialmente. Abaixo, observa-se que os atendimentos eletrônicos prevalecem sobre os demais, dos quais, mais de 65% (sessenta e cinco por cento), foram feitos eletronicamente:

Gráfico 21 – Número de atendimentos por tipo de canal - 2025

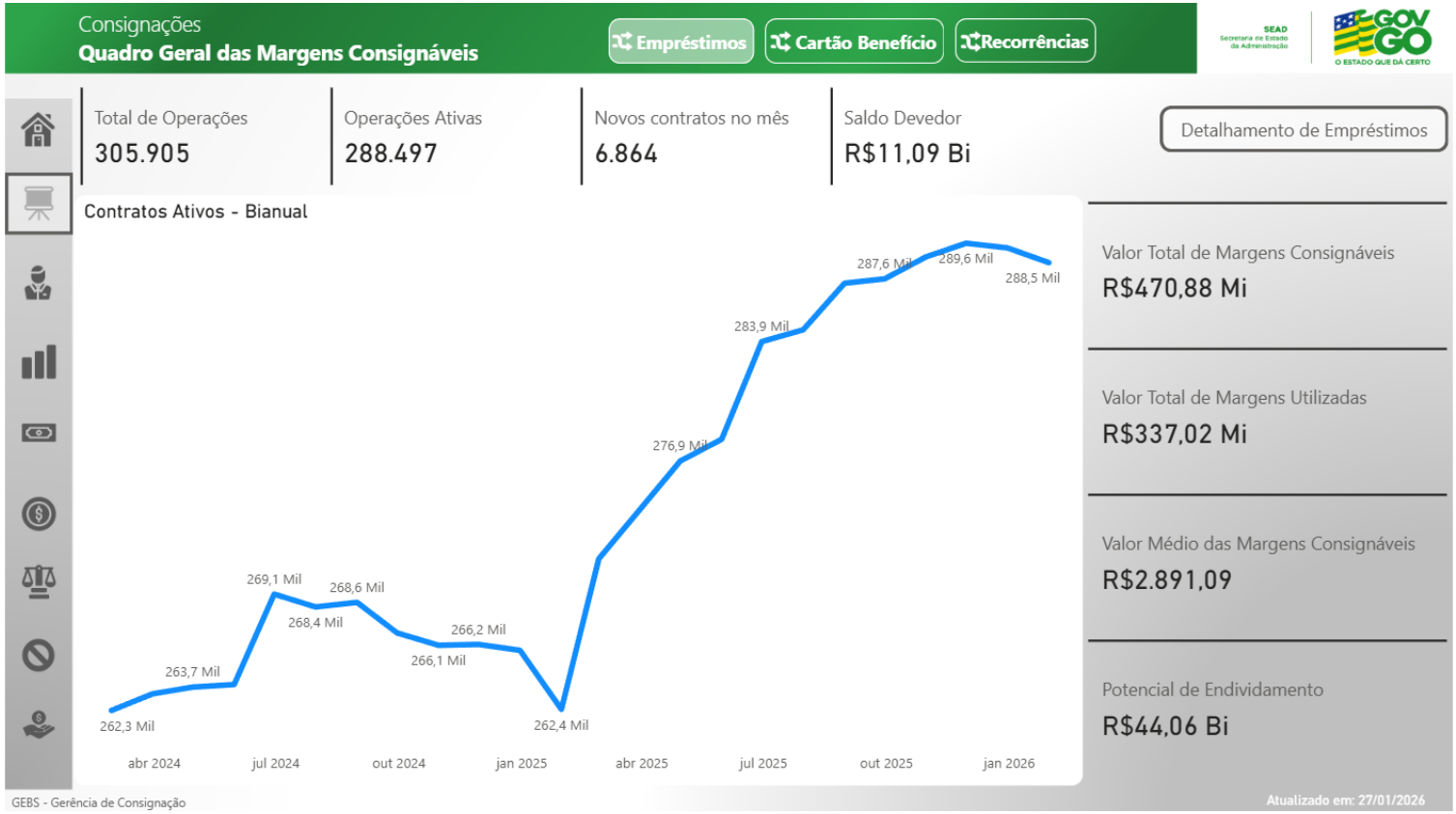


Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

3. Contratos de Empréstimos Consignados averbados no ano de 2025

Ao longo do ano de 2025, houve uma média de 1.618 novos contratos de empréstimos consignados averbados mensalmente, sendo que o pico de contratações ocorreu no mês de novembro de 2025, ou seja, 2.084 novos contratos, conforme se vê no gráfico abaixo.

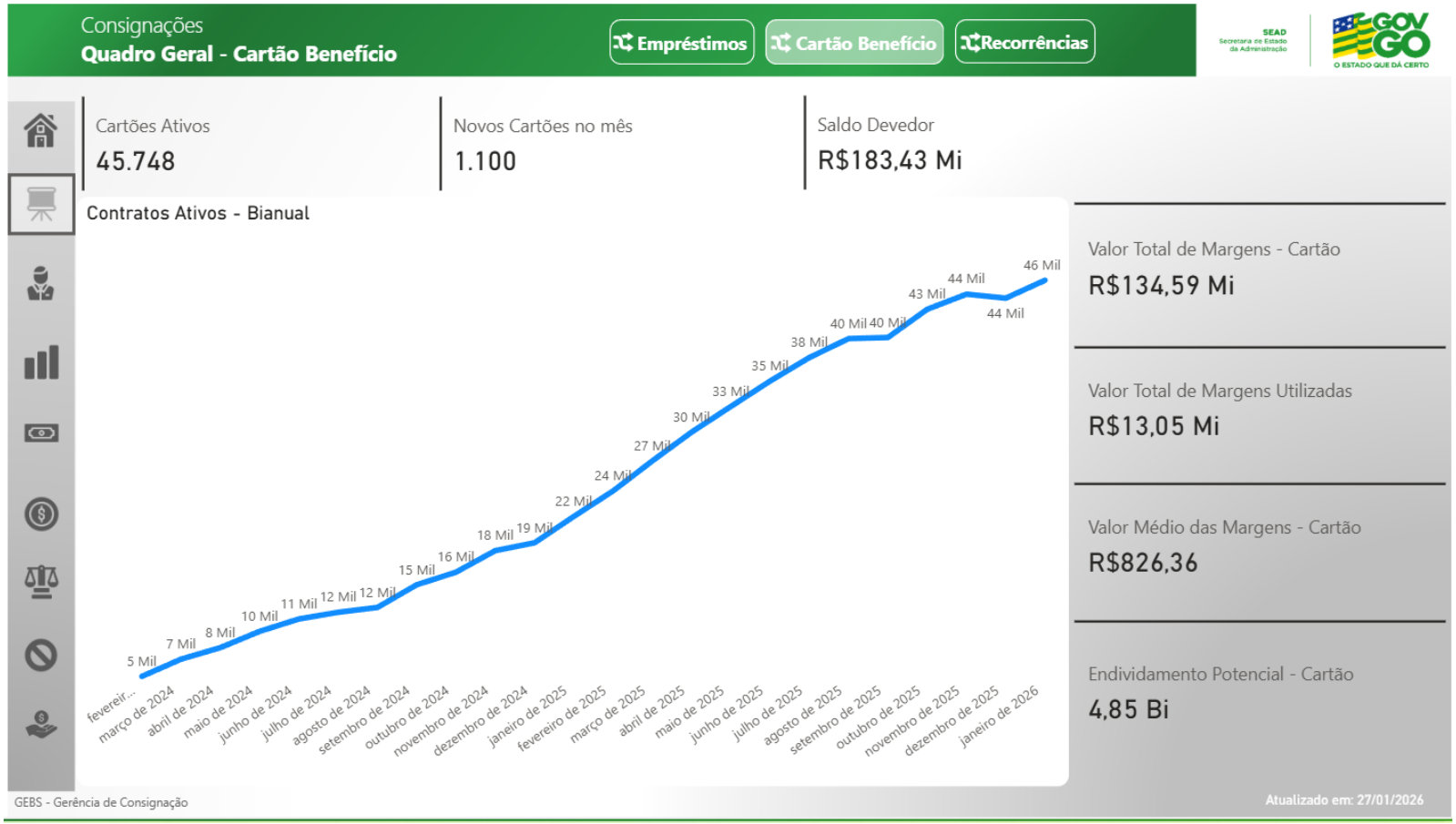
Gráfico 22 – Contratos averbados no mês de novembro de 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Quanto ao produto Cartão de Benefícios, ao longo do ano de 2025, houve uma média de 2.884 novos contratos de Cartão de Benefícios averbados mensalmente, sendo que o pico de contratação ocorreu no mês de março de 2025, ou seja, foram realizados 3.070 novos contratos, conforme se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 23 – Contratos de Cartão de Benefício averbados em 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025.

Por fim, também subordinada à SUGEP, a Gerência de Obrigações Acessórias – GOA, além de suas entregas de rotina, em 2025, teve como principal missão a implantação do eSocial.

O projeto de implantação do eSocial é gerido em parceria com a Gerência de Gestão do Sistema de Pessoal, porém com participação ativa da Gerência Central da Folha de Pagamento e da Gerência de Inteligência de Informações de Pessoal.

O eSocial é um projeto compulsório do governo federal, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que tem por objetivo desenvolver um sistema eletrônico de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

A obrigatoriedade dos órgãos públicos está prevista no inciso III, do § 1º do art. 2º do mencionado Decreto federal nº 8.373/2014, in verbis:

> § 1º A prestação das informações ao eSocial substituirá, na forma disciplinada pelos órgãos ou entidades partícipes, a obrigação de entrega das mesmas informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitos:
> I - o empregador, inclusive o doméstico, a empresa e os que forem a eles equiparados em lei;
> II - o segurado especial, inclusive em relação a trabalhadores que lhe prestem serviço;
> III - as pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
> IV - as demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, ainda que em um único mês do ano-calendário.

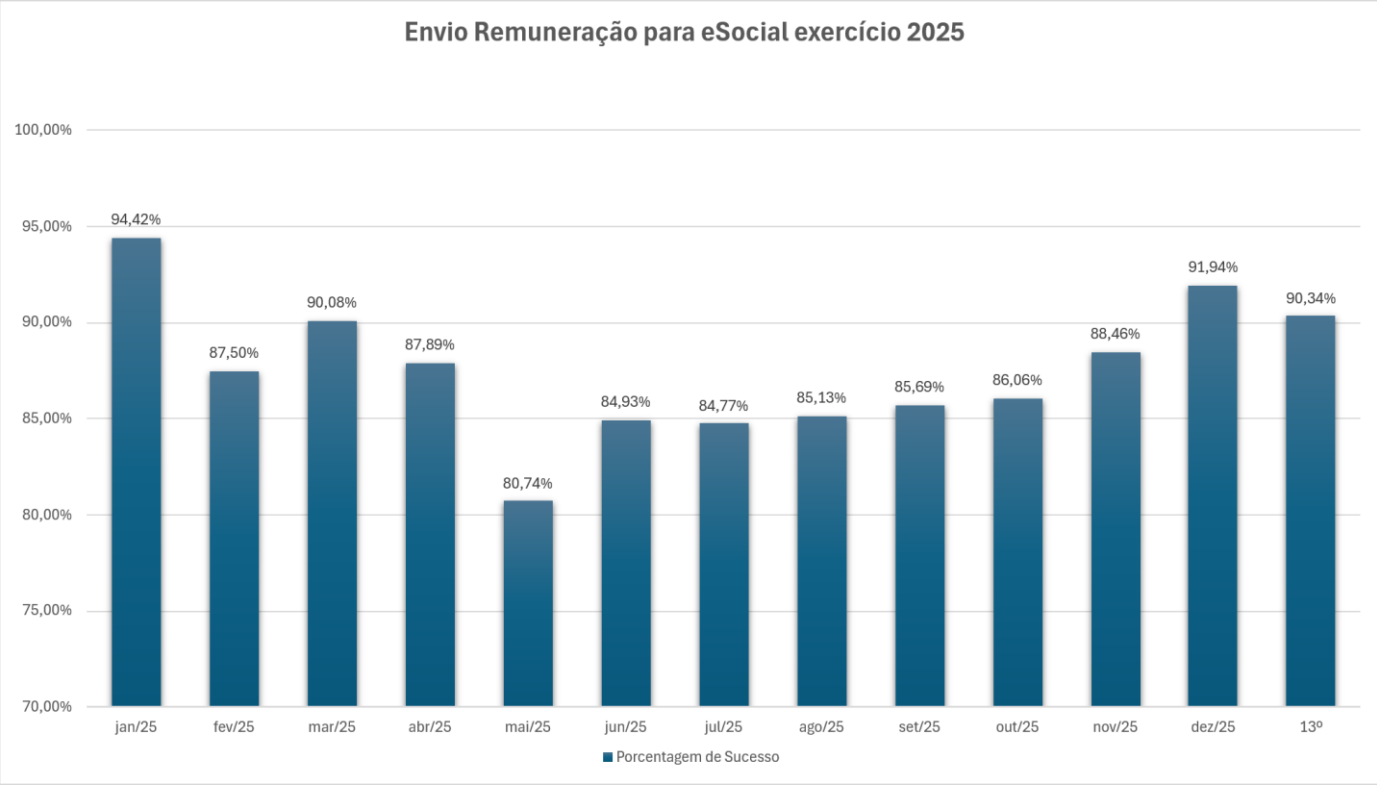
O eSocial foi substituindo de forma gradativa diversas obrigações acessórias, conforme previsão do § 1º do art. 2º do Decreto federal nº 8.373/2014:

- GFIP: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP;
- CAGED: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT;
- RAIS: Relação Anual de Informações Sociais;
- LRE: Livro de Registro de Empregados;
- CAT: Comunicação de Acidente de Trabalho;
- CD: Comunicação de Dispensa;
- CTPS: informações constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- PPP: Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- DIRF: Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- DCTF: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
- Quadro Horário de Trabalho: Quadro de Horário de Trabalho;
- MANAD: Manual Normativo de Arquivos Digitais;
- Folha de pagamento: Folha de pagamento;
- GRF e GRRF: Guia de Recolhimento do FGTS – GRF e Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF;
- GPS: Guia da Previdência Social.

O Poder Executivo do Estado de Goiás conseguiu atualizar, na linha do tempo, informações das quatro fases do projeto. Neste momento, o trabalho é de saneamento de dados, visando melhorar a qualidade destas informações prestadas, buscando a sua completude, conforme o estabelecido no eSocial. Estão sendo realizadas algumas evoluções no software para se conseguir contemplar informações que ainda não foram todas enviadas, bem como permitir retificações caso sejam necessárias.

Durante o ano de 2025, foram enviadas as informações de remuneração dos servidores dos órgãos do Poder Executivo estadual para o exercício de 2026, bem como atualizações e retificações de algumas informações entre os anos de 2022 a 2024. Estes envios atingiram percentuais acima de 80% para todas as competências dos exercícios acima citados.

Gráfico 24 – Envio de remuneração para o eSocial - exercício de 2025



Fonte: SUGEP/SEAD, 2025

A estratégia adotada durante este período foi de conseguir completar o envio de todos os meses para as informações que já estavam em conformidade com os layouts estabelecidos pelo eSocial. A intenção, a partir de agora, é elevar estes percentuais para próximo de 100% em relação aos envios de 2025, e retificar as informações enviadas dos exercícios anteriores, visando adequação com os recolhimentos fiscais efetuados.

Partindo para a análise de processos de assuntos inerentes ao eSocial, a unidade realizou a análise de 475 processos, com elaboração de despachos técnicos relativos a assuntos diversos correlatos, tais como sobre Previdência, IRRF etc.

Quanto à SURES, os principais resultados alcançados por meio dos projetos e ações da unidade no ano de 2025 foram os Concursos e Processos Seletivos, bem como a Admissão de Pessoal. As ações de recrutamento e seleção apresentaram os seguintes resultados:

- **Homologação de 02 Concursos Públicos:**

1. SSP/SPTC - Concurso para Superintendência da Polícia Técnico-Científica, para Médico-legista, 84 vagas para 5.222 inscritos / Odonto-legista, 4 vagas para 103 inscritos;
2. SSP/DGPP - Diretoria-Geral de Polícia Penal, para Policial Penal, 1.600 vagas para 50.775 inscritos.

- **Homologação de 20 Processos Seletivos Simplificados, dos quais 01 foi delegado ao respectivo órgão demandante:**

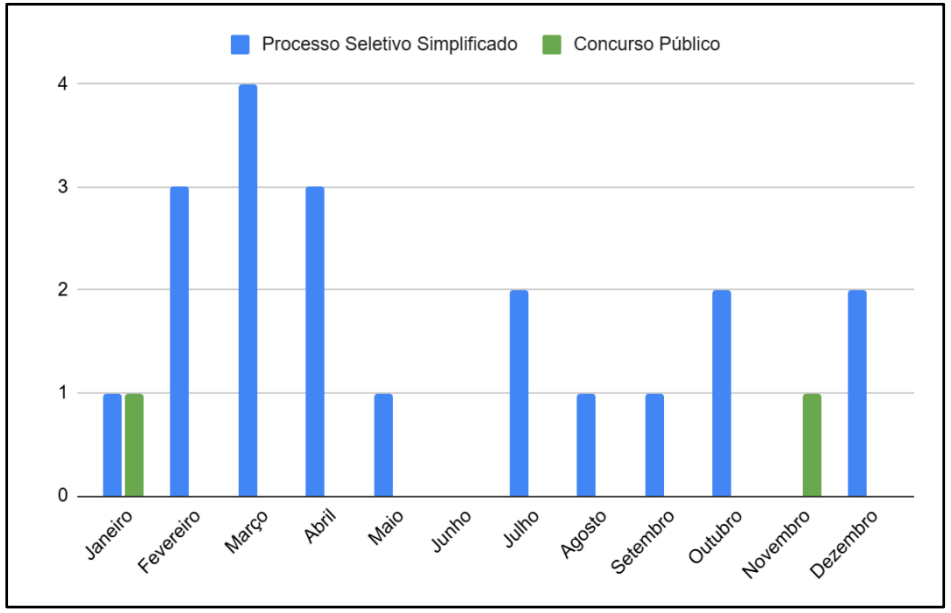
1. SGG - Processo Simplificado para Secretaria-Geral de Governo - 103 vagas (37 funções) para 1074 inscritos;
2. SIC - Processo Simplificado para Secretaria de Indústria e Comércio - 24 vagas (13 funções) para 649 inscritos;
3. SEAD - Processo Simplificado para Secretaria de Administração - 34 vagas (15 funções) para 423 inscritos;
4. CASA CIVIL - Processo Simplificado para Secretaria da Casa Civil do Estado de Goiás - 3 vagas (1 função) para 314 inscritos;
5. SER - Processo Seletivo para Secretaria de Estado da Retomada - 18 vagas oferecidas para 575 inscritos;
6. SEDUC - Processo Seletivo para Secretaria de Estado da Educação - Banco de Habilitados para 16.377 inscritos;
7. GOIÁS TURISMO - Processo Seletivo para Agência Estadual de Turismo - 5 vagas para 94 inscritos;
8. SECTI - Processo Seletivo para Secretaria de Ciência e Tecnologia- SECTI - 12 vagas (5 funções) para 266 inscritos;
9. SES - Processo Seletivo para Secretaria de Estado da Saúde - 1801 inscritos - 183 vagas (4 funções) para 1796 inscritos;
10. SEEL - Processo Seletivo para Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - 14 vagas (4 funções) para 403 inscritos;
11. DGPP - Diretoria-Geral da Polícia Penitenciária - Seleção para promoção e Merecimento;
12. PROCON/SSP - Processo Seletivo para Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor- 19 vagas (5 funções) para 699 inscritos;
13. SES - Processo Seletivo para Secretaria de Estado da Saúde - 39 vagas (5 funções) para 700 inscritos;
14. SEDS - Processo Seletivo para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - 94 vagas (10 funções) para 1.774 inscritos.
15. SSP/CBMGO - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás / CHOA - Curso de Habilitação de Oficiais de Administração/2025 - 20 vagas 129 inscritos;

16. SSP/CBMGO -Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás / TAP - Teste de Avaliação Profissional – 350 inscritos;
17. SEAD / Escola de Governo - MBA em Políticas Públicas - 40 vagas, 256 inscritos;
18. GOINFRA - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – 13 funções, 150 vagas e 1.763 inscritos;
19. SEAD - Instrutores para a Escola de Governo - Banco de Instrutores Internos – 72 inscritos.

Processo seletivo delegado ao órgão demandante para execução:

20. SEDS - Processo Seletivo para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - 14 vagas para 1552 inscritos.

Gráfico 25 – Concursos públicos e processos seletivos simplificados (2025)



Fonte: SURES/SEAD, 2025.

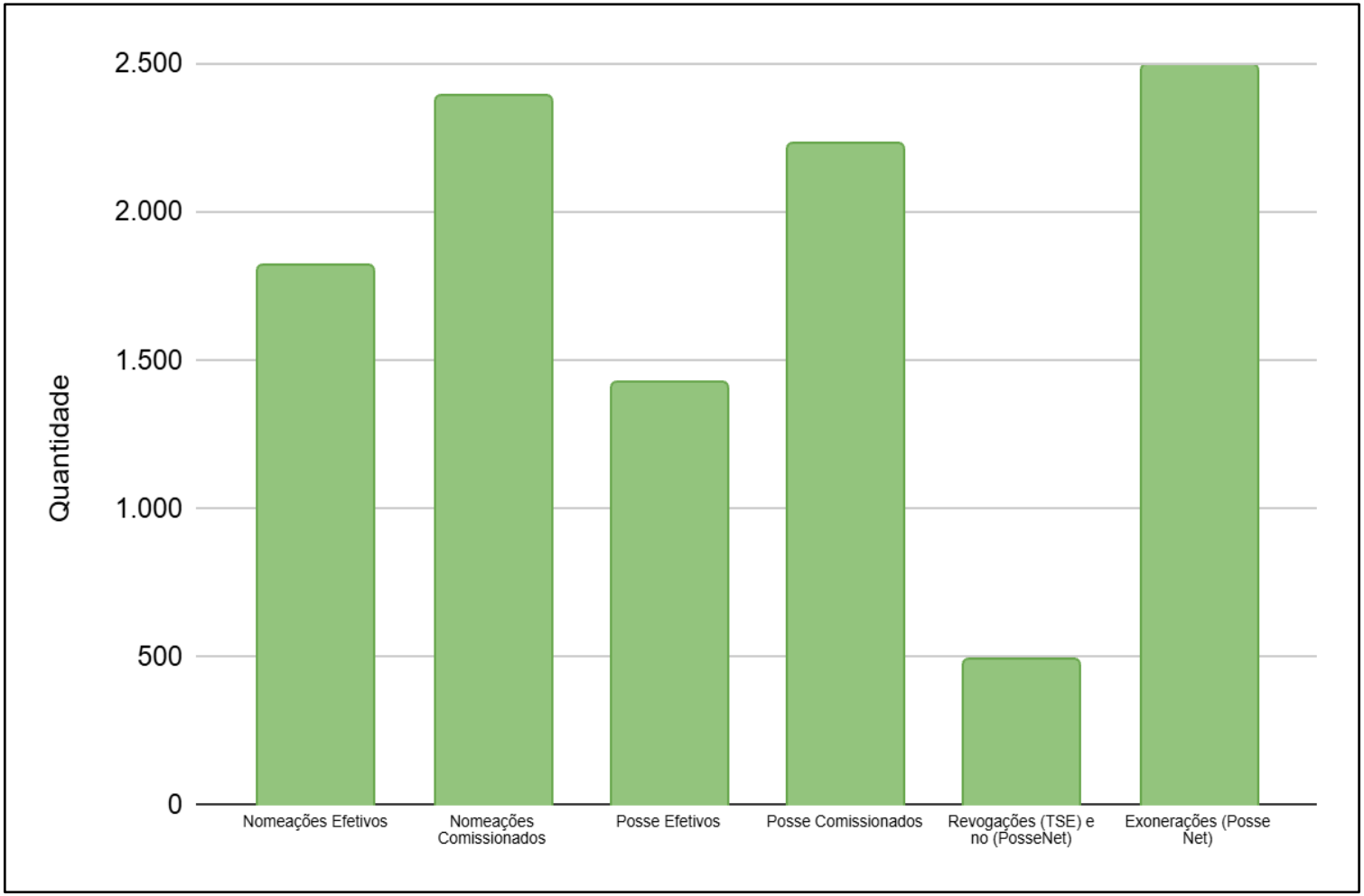
Quanto às ações de Admissão de Pessoal em 2025, apresentaram os seguintes resultados:

- **Total de Nomeações (Posse Net): 4.212**
  Efetivos: 1.821
  Comissionados: 2.391
- **Total de Posses: 3.657**
  Presencial: 2.025
  Efetivos: 0
  Comissionados: 2.025

Posses Eletrônica (SEI): 1.632
Efetivos: 1.427
Comissionados: 205

- **Revogações (TSE) no (Posse Net): 490**
- **Exonerações (Posse Net): 2.493**

Gráfico 26 – Visão Geral de Admissão de Pessoal - 2025



Fonte: SURES/SEAD, 2025.



SISTEMAS CORPORATIVOS

27 SISTEMAS CORPORATIVOS

No âmbito da SEAD, são adotados os seguintes sistemas corporativos:

SISTEMAS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E PLANEJAMENTO:

- Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SIOFINet;
- Administração Financeira do Tesouro - AFT;
- Sistema de Solicitação de Diárias – SSD;
- Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual - SIPLAM.

SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAL:

- Gestão da Força de Trabalho - GFT;
- Sistema de Controle de Frequência - FRE;
- Sistema de Frequência - SFR;
- Sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás - RHNet;
- Portal de Avaliação do Servidor - PAV;
- Sistema de Acompanhamento a Licença do Servidor - SALIS;
- Sistema Promove - PROMOVE;
- Sistema Oportunizar;
- Sistema de Gestão de Capacitação - SGC;
- Observatório da Rede de Gestão de Pessoas - Observatório.

SISTEMAS DE PROJETOS E MONITORAMENTO:

- Monitoramento e Acompanhamento de Projetos - GOMAP;
- Big Data Estadual;
- Business Objects (BO);
- BOJA OKR;
- SMARTSHEET;
- Quantive Results.

SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL:

- Sistema de Gestão de Demandas - SGD;
- Sistema de Patrimônio Mobiliário - SPM;
- Sistema de Gestão de Material do Estado - SIGMATE;
- Sistema de Logística de Goiás - SISLOG;
- GoMobi - Mobilidade Corporativa;
- Sistema de Gestão de Frotas - GESFROTA;
- GO Patrimônio Móvel.

SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES:

- Sistema de Controle, Organização, Registro e Automação de Processos - CORA;
- Sistema Eletrônico de Informação - SEI;
- OFFICE 365 (Outlook);
- SHAREPOINT;
- Miro.com;
- Ecossistema Microsoft 365.

SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO:

- Sistema de Atendimento de Goiás - SAG;
- Sistema de Gestão de Ouvidoria - SGO;
- Sistemas Aplicação Expresso;
- Sistema de Gestão do Atendimento ao Cidadão – SIGAC



INDICADORES INSTITUCIONAIS

28 INDICADORES INSTITUCIONAIS

28.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS

Os indicadores do Plano Estratégico da SEAD são estruturados em três níveis: estratégico, tático e operacional, e constituem o principal instrumento de monitoramento e avaliação do desempenho institucional.

No nível estratégico, os indicadores estão relacionados aos objetivos de longo prazo da instituição, permitindo a avaliação global do cumprimento da missão e da visão organizacional, bem como dos resultados institucionais mais amplos.

No nível tático, os indicadores desdobram os objetivos estratégicos em metas intermediárias, apoiando a gestão das áreas responsáveis e possibilitando o acompanhamento da execução das iniciativas e programas institucionais.

No nível operacional, os indicadores estão voltados ao acompanhamento das atividades e processos do cotidiano organizacional, permitindo o controle da execução, da eficiência e da entrega das ações planejadas.

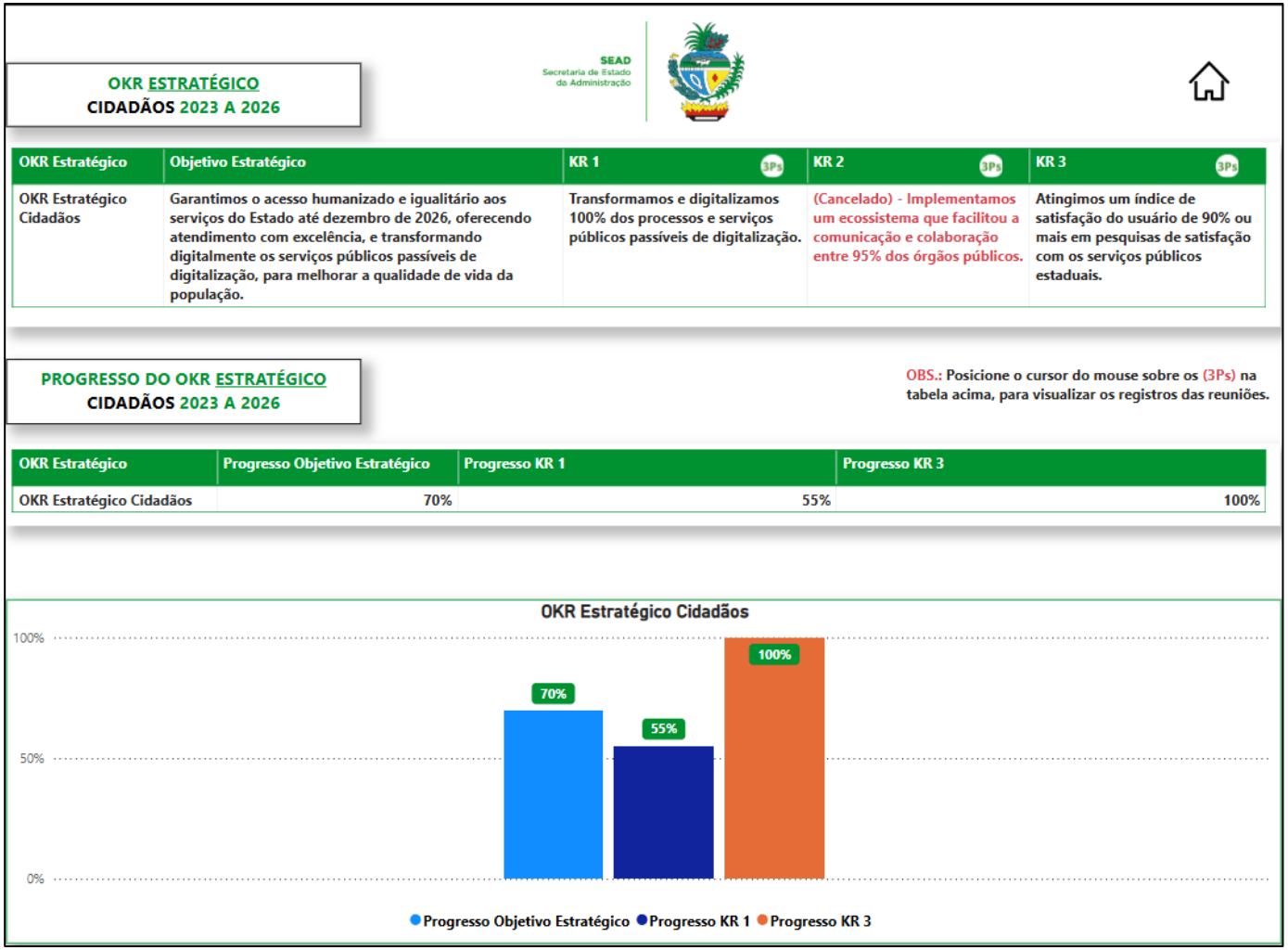
Esse sistema de indicadores é complementado por práticas de gestão de desempenho inspiradas na metodologia de Objectives and Key Results - OKRs, que reforçam o alinhamento entre objetivos institucionais e resultados-chave, promovendo maior foco, clareza e acompanhamento contínuo da execução estratégica.

Os gráficos a seguir apresentam indicadores de desempenho diretamente vinculados ao Plano Estratégico da SEAD 2023–2026, estruturados de forma a evidenciar o monitoramento e a avaliação dos resultados institucionais nos segmentos prioritários de atuação: Cidadãos; Órgãos e Entidades Públicas; e Servidores Públicos. Esses indicadores, alinhados aos diferentes níveis de gestão — estratégico, tático e operacional — refletem o acompanhamento sistemático dos objetivos e das metas estabelecidas, permitindo analisar a efetividade das ações implementadas e o alcance dos resultados esperados. Além disso, ao incorporarem a lógica dos Key Results (KRs) ou Resultados Chave, os gráficos reforçam o papel dos indicadores como instrumentos centrais de mensuração do desempenho, promovendo maior clareza, foco e transparência na execução da estratégia institucional.

SEGMENTO CIDADÃOS

KRs ESTRATÉGICOS - CIDADÃOS

Figura 74 – KRs Estratégicos: Segmento Cidadãos 2025



OKR ESTRATÉGICO
CIDADÃOS 2023 A 2026

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

OKR Estratégico	Objetivo Estratégico	KR 1 (3Ps)	KR 2 (3Ps)	KR 3 (3Ps)
OKR Estratégico Cidadãos	Garantimos o acesso humanizado e igualitário aos serviços do Estado até dezembro de 2026, oferecendo atendimento com excelência, e transformando digitalmente os serviços públicos passíveis de digitalização, para melhorar a qualidade de vida da população.	Transformamos e digitalizamos 100% dos processos e serviços públicos passíveis de digitalização.	(Cancelado) - Implementamos um ecossistema que facilitou a comunicação e colaboração entre 95% dos órgãos públicos.	Atingimos um índice de satisfação do usuário de 90% ou mais em pesquisas de satisfação com os serviços públicos estaduais.

PROGRESSO DO OKR ESTRATÉGICO
CIDADÃOS 2023 A 2026

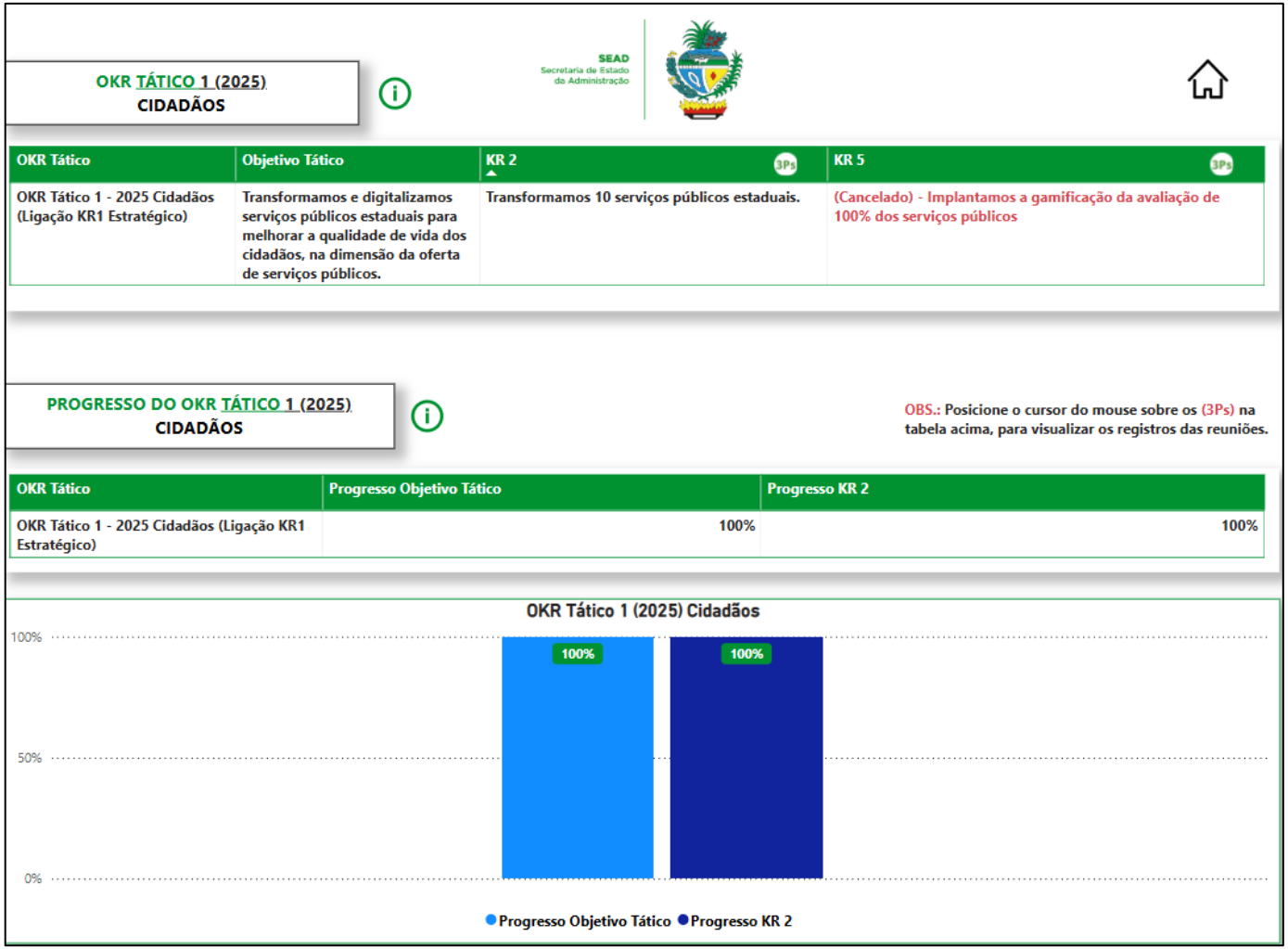
OBS.: Posicione o cursor do mouse sobre os (3Ps) na tabela acima, para visualizar os registros das reuniões.

OKR Estratégico	Progresso Objetivo Estratégico	Progresso KR 1	Progresso KR 3
OKR Estratégico Cidadãos	70%	55%	100%

Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KRs TÁTICOS 1 - CIDADÃOS

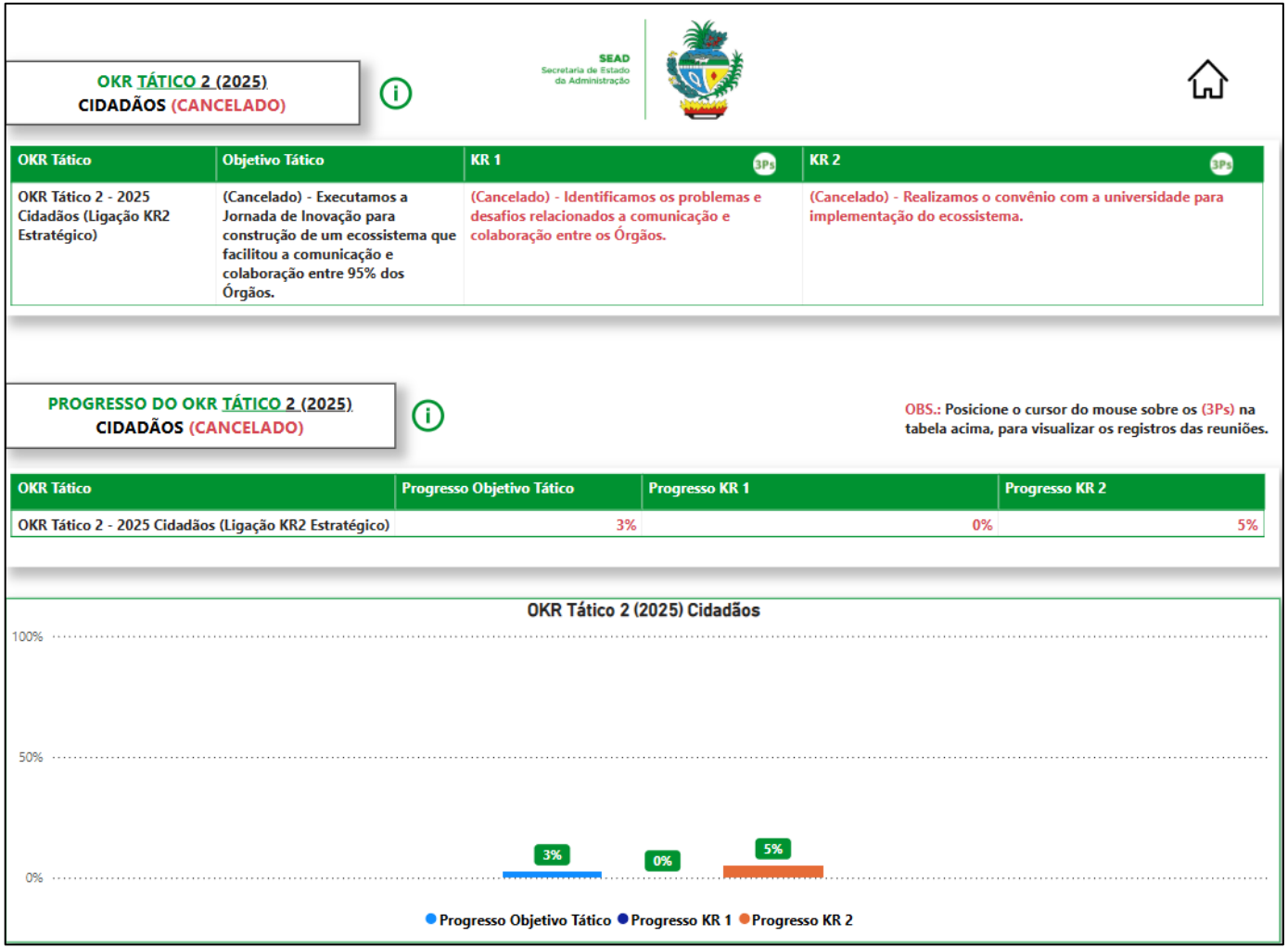
Figura 75 – KRs Táticos 1: Segmento Cidadãos 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KRs TÁTICOS 2 - CIDADÃOS

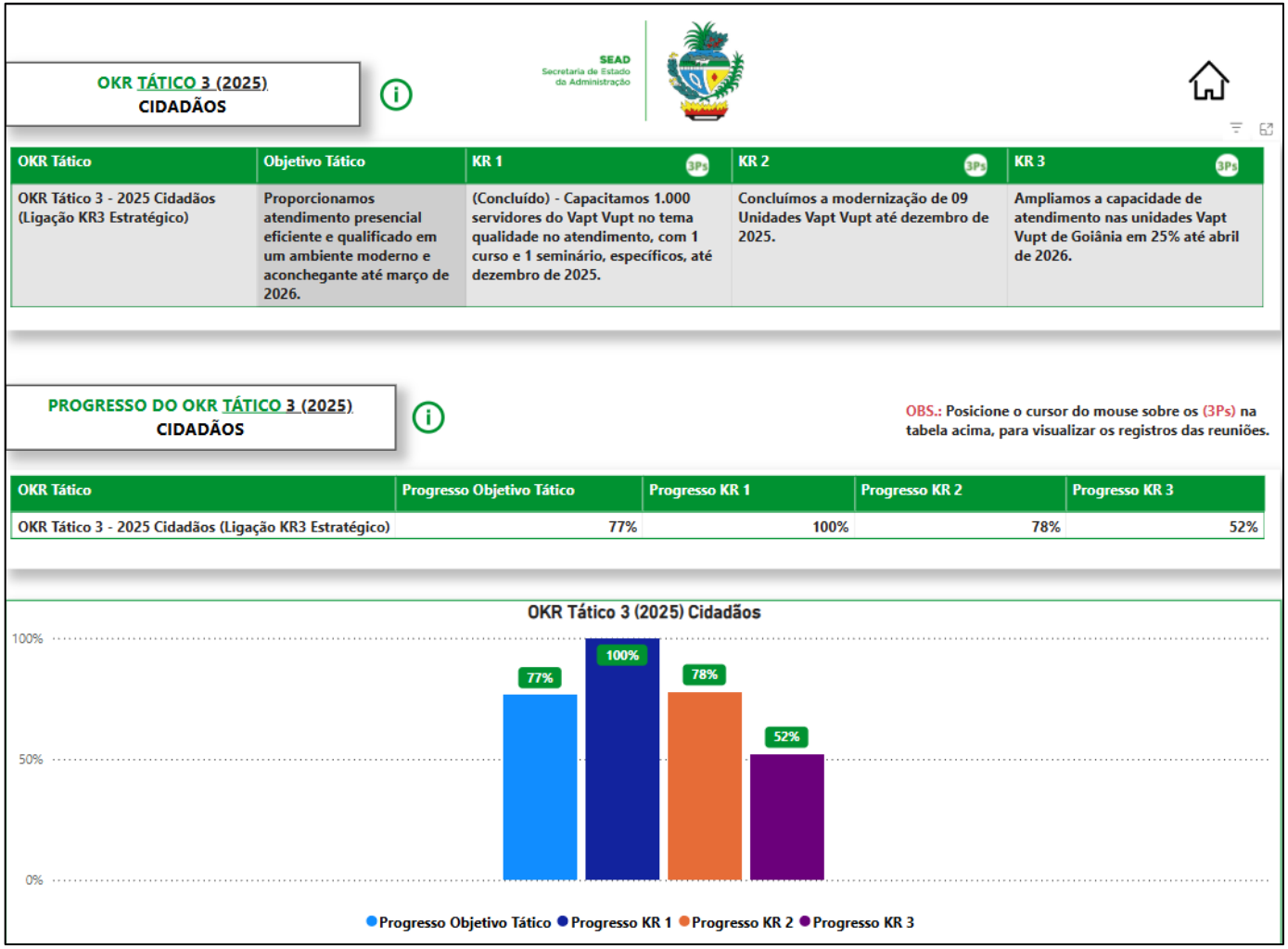
Figura 76 – KRs Táticos 2: Segmento Cidadãos 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KRs TÁTICOS 3 - CIDADÃOS

Figura 77 – KRs Táticos 3: Segmento Cidadãos 2025



OKR TÁTICO 3 (2025)
CIDADÃOS

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

OKR Tático	Objetivo Tático	KR 1 (3Ps)	KR 2 (3Ps)	KR 3 (3Ps)
OKR Tático 3 - 2025 Cidadãos (Ligação KR3 Estratégico)	Proporcionamos atendimento presencial eficiente e qualificado em um ambiente moderno e aconchegante até março de 2026.	(Concluído) - Capacitamos 1.000 servidores do Vapt Vupt no tema qualidade no atendimento, com 1 curso e 1 seminário, específicos, até dezembro de 2025.	Concluímos a modernização de 09 Unidades Vapt Vupt até dezembro de 2025.	Ampliamos a capacidade de atendimento nas unidades Vapt Vupt de Goiânia em 25% até abril de 2026.

PROGRESSO DO OKR TÁTICO 3 (2025)
CIDADÃOS

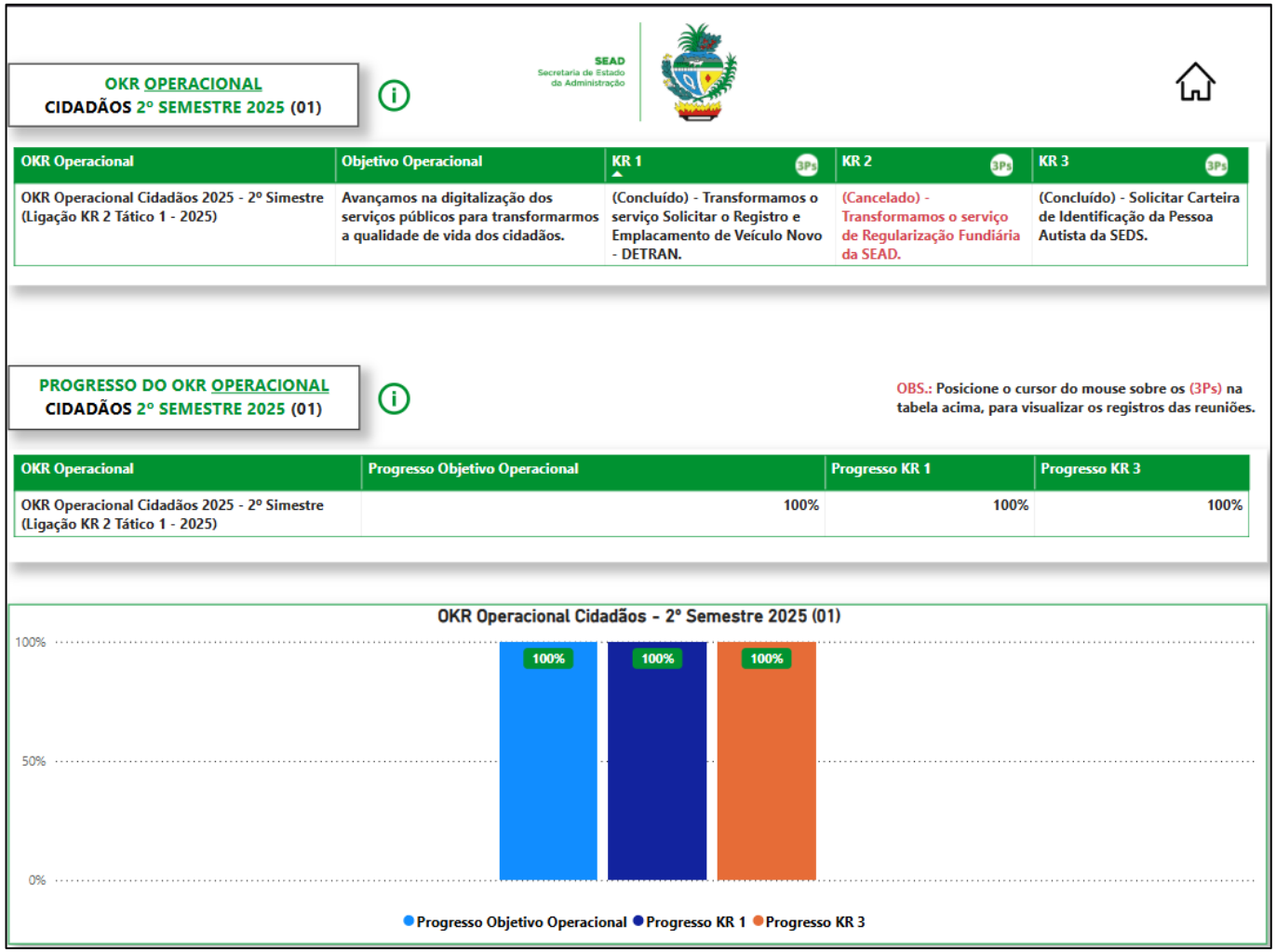
OBS.: Posicione o cursor do mouse sobre os (3Ps) na tabela acima, para visualizar os registros das reuniões.

OKR Tático	Progresso Objetivo Tático	Progresso KR 1	Progresso KR 2	Progresso KR 3
OKR Tático 3 - 2025 Cidadãos (Ligação KR3 Estratégico)	77%	100%	78%	52%

Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KRs OPERACIONAIS 1 - CIDADÃOS

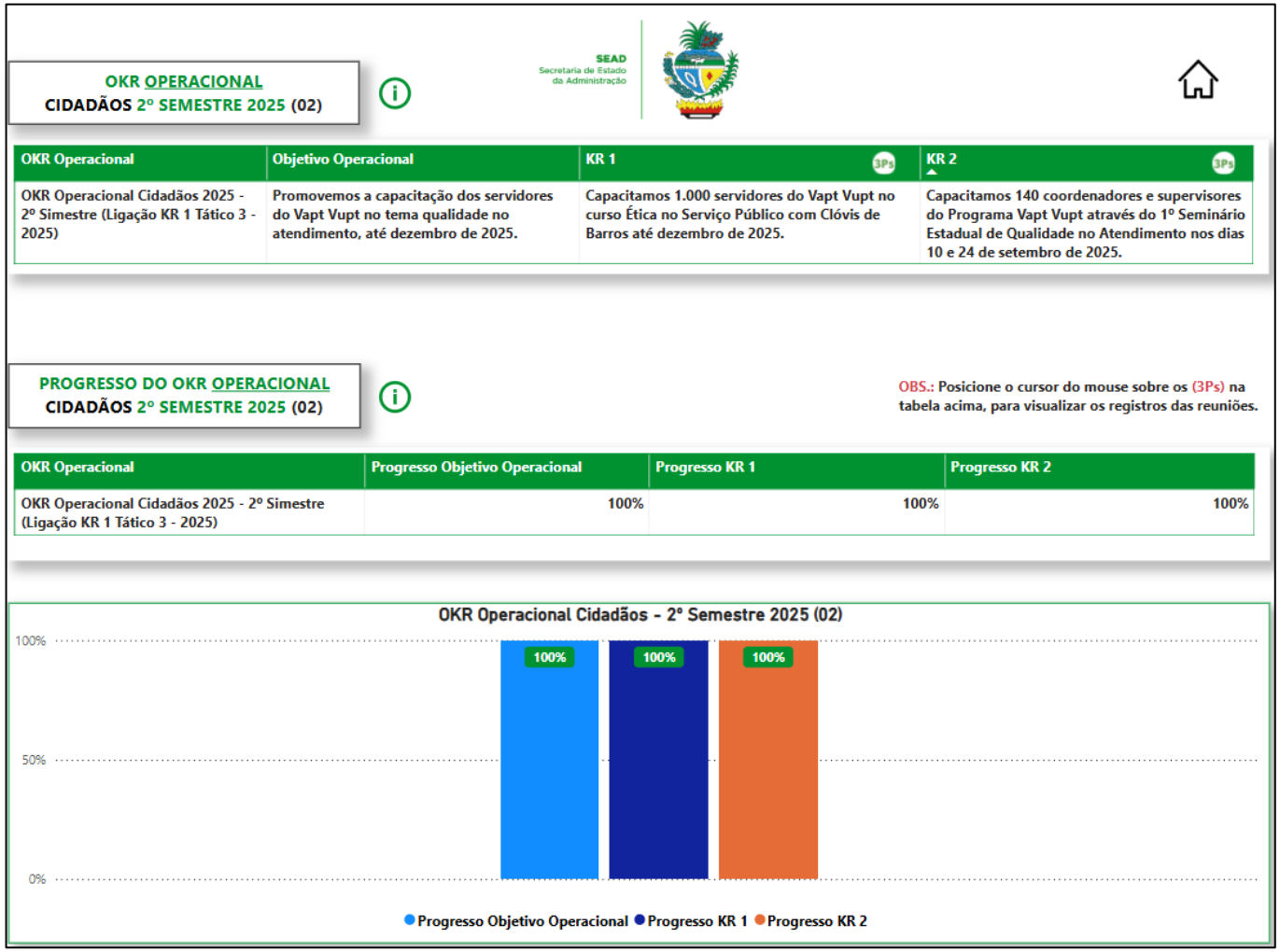
Figura 78 – KRs Operacionais 1: Segmento Cidadãos 2025



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KRs OPERACIONAIS 2 - CIDADÃOS

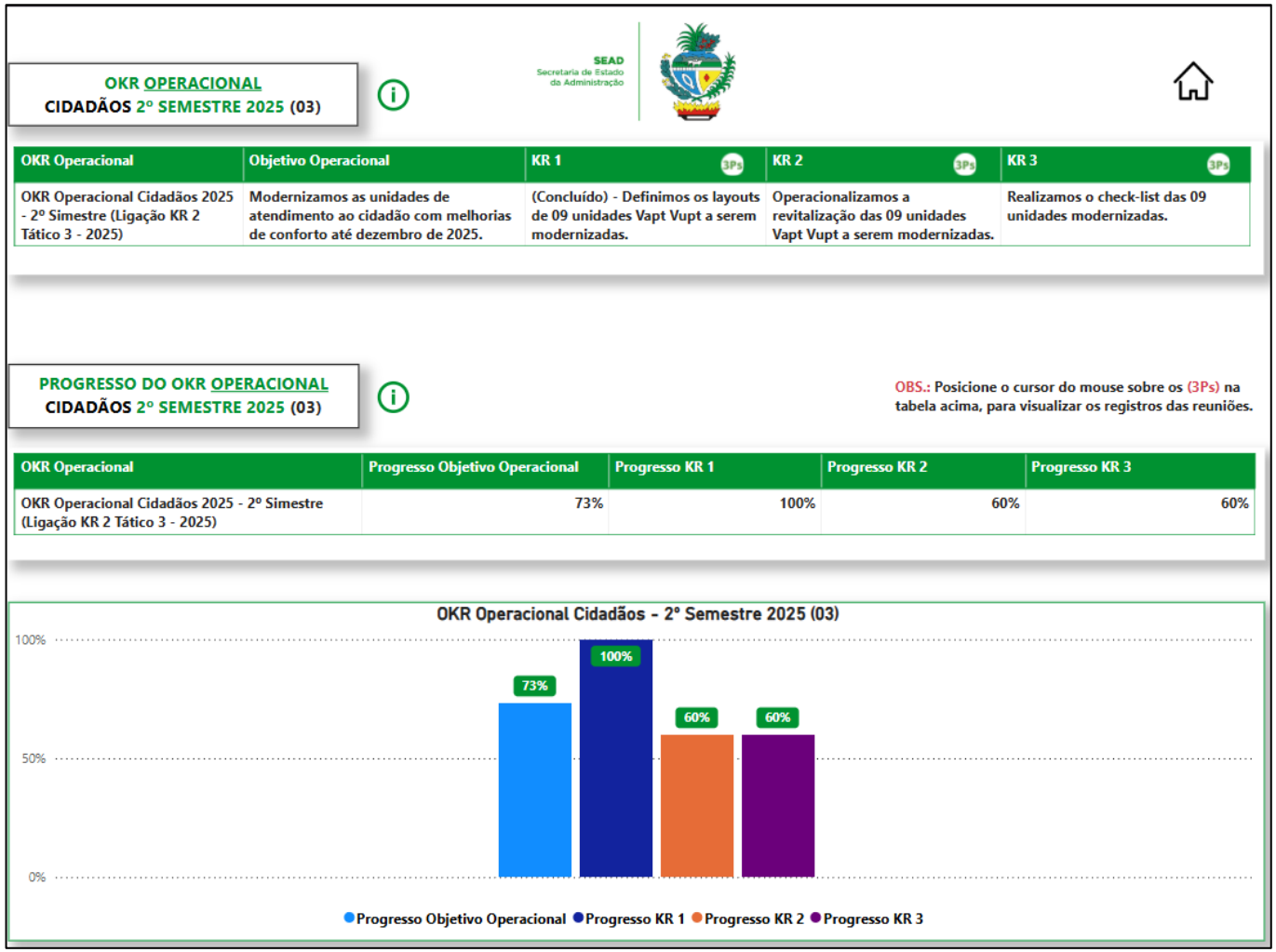
Figura 79 – KRs Operacionais 2: Segmento Cidadãos 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KRs OPERACIONAIS 3 - CIDADÃOS

Figura 80 – KRs Operacionais 3: Segmento Cidadãos 2025



OKR OPERACIONAL
CIDADÃOS 2º SEMESTRE 2025 (03)

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

OKR Operacional	Objetivo Operacional	KR 1 (3Ps)	KR 2 (3Ps)	KR 3 (3Ps)
OKR Operacional Cidadãos 2025 - 2º Simestre (Ligação KR 2 Tático 3 - 2025)	Modernizamos as unidades de atendimento ao cidadão com melhorias de conforto até dezembro de 2025.	(Concluído) - Definimos os layouts de 09 unidades Vapt Vupt a serem modernizadas.	Operacionalizamos a revitalização das 09 unidades Vapt Vupt a serem modernizadas.	Realizamos o check-list das 09 unidades modernizadas.

PROGRESSO DO OKR OPERACIONAL
CIDADÃOS 2º SEMESTRE 2025 (03)

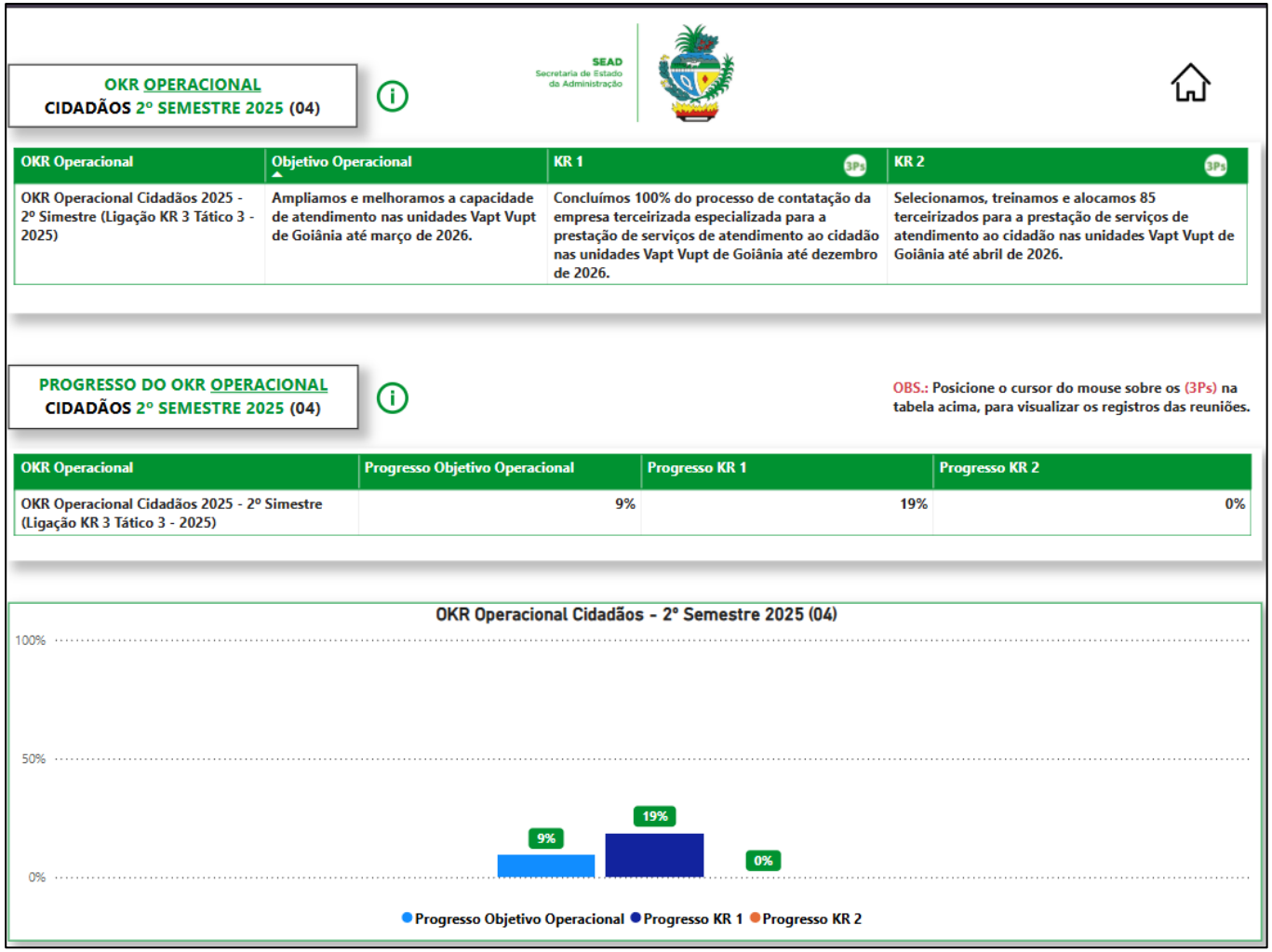
OBS.: Posicione o cursor do mouse sobre os (3Ps) na tabela acima, para visualizar os registros das reuniões.

OKR Operacional	Progresso Objetivo Operacional	Progresso KR 1	Progresso KR 2	Progresso KR 3
OKR Operacional Cidadãos 2025 - 2º Simestre (Ligação KR 2 Tático 3 - 2025)	73%	100%	60%	60%

Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KRs OPERACIONAIS 4 - CIDADÃOS

Figura 81 – KRs Operacionais 4: Segmento Cidadãos 2025

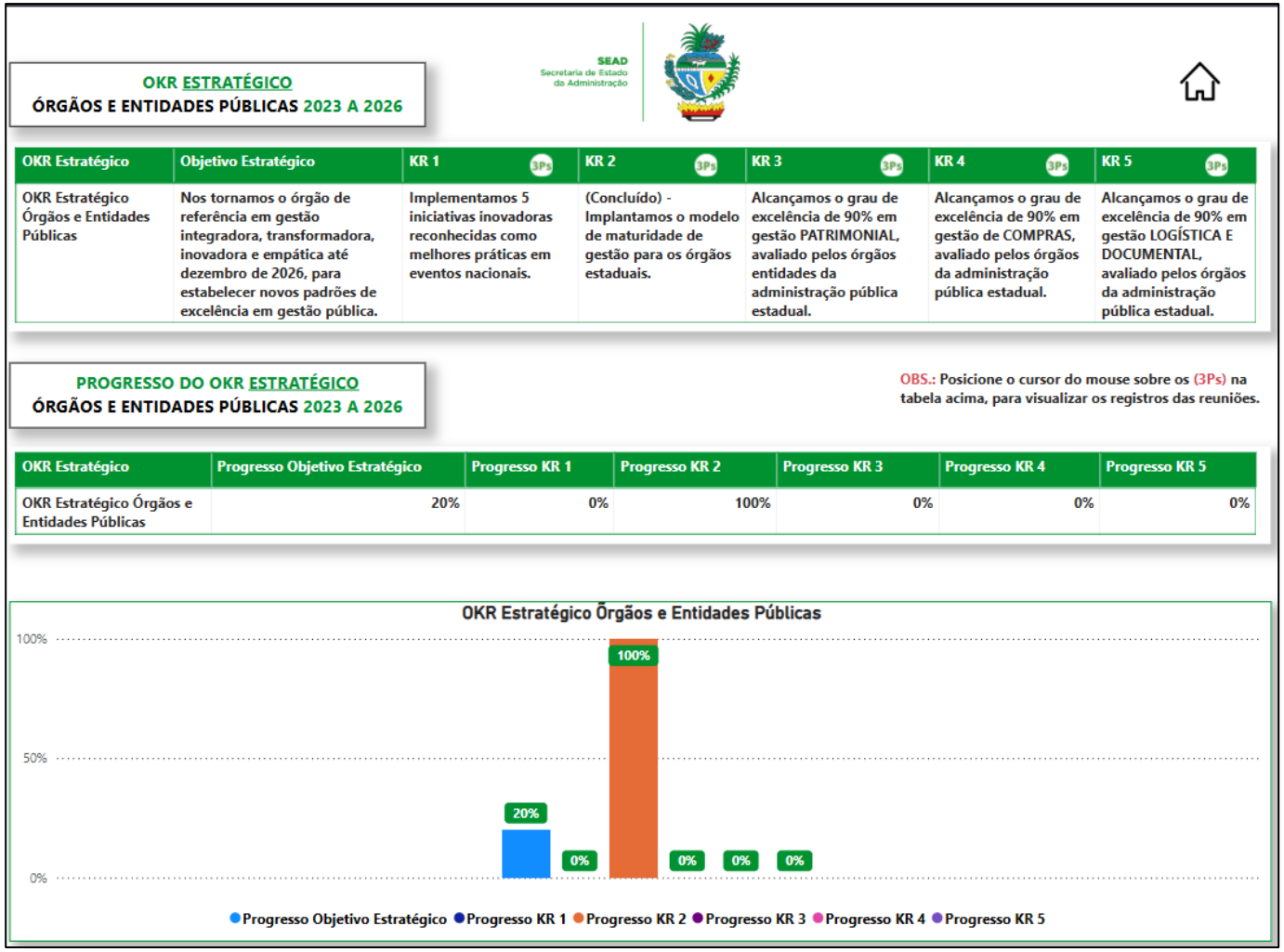


Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

SEGMENTO ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

KRs ESTRATÉGICOS – ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

Figura 82 – KRs Estratégicos: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025



OKR ESTRATÉGICO
ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS 2023 A 2026

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

OKR Estratégico	Objetivo Estratégico	KR 1	KR 2	KR 3	KR 4	KR 5
OKR Estratégico Órgãos e Entidades Públicas	Nos tornamos o órgão de referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até dezembro de 2026, para estabelecer novos padrões de excelência em gestão pública.	Implementamos 5 iniciativas inovadoras reconhecidas como melhores práticas em eventos nacionais.	(Concluído) - Implantamos o modelo de maturidade de gestão para os órgãos estaduais.	Alcançamos o grau de excelência de 90% em gestão PATRIMONIAL, avaliado pelos órgãos entidades da administração pública estadual.	Alcançamos o grau de excelência de 90% em gestão de COMPRAS, avaliado pelos órgãos da administração pública estadual.	Alcançamos o grau de excelência de 90% em gestão LOGÍSTICA E DOCUMENTAL, avaliado pelos órgãos da administração pública estadual.

PROGRESSO DO OKR ESTRATÉGICO
ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS 2023 A 2026

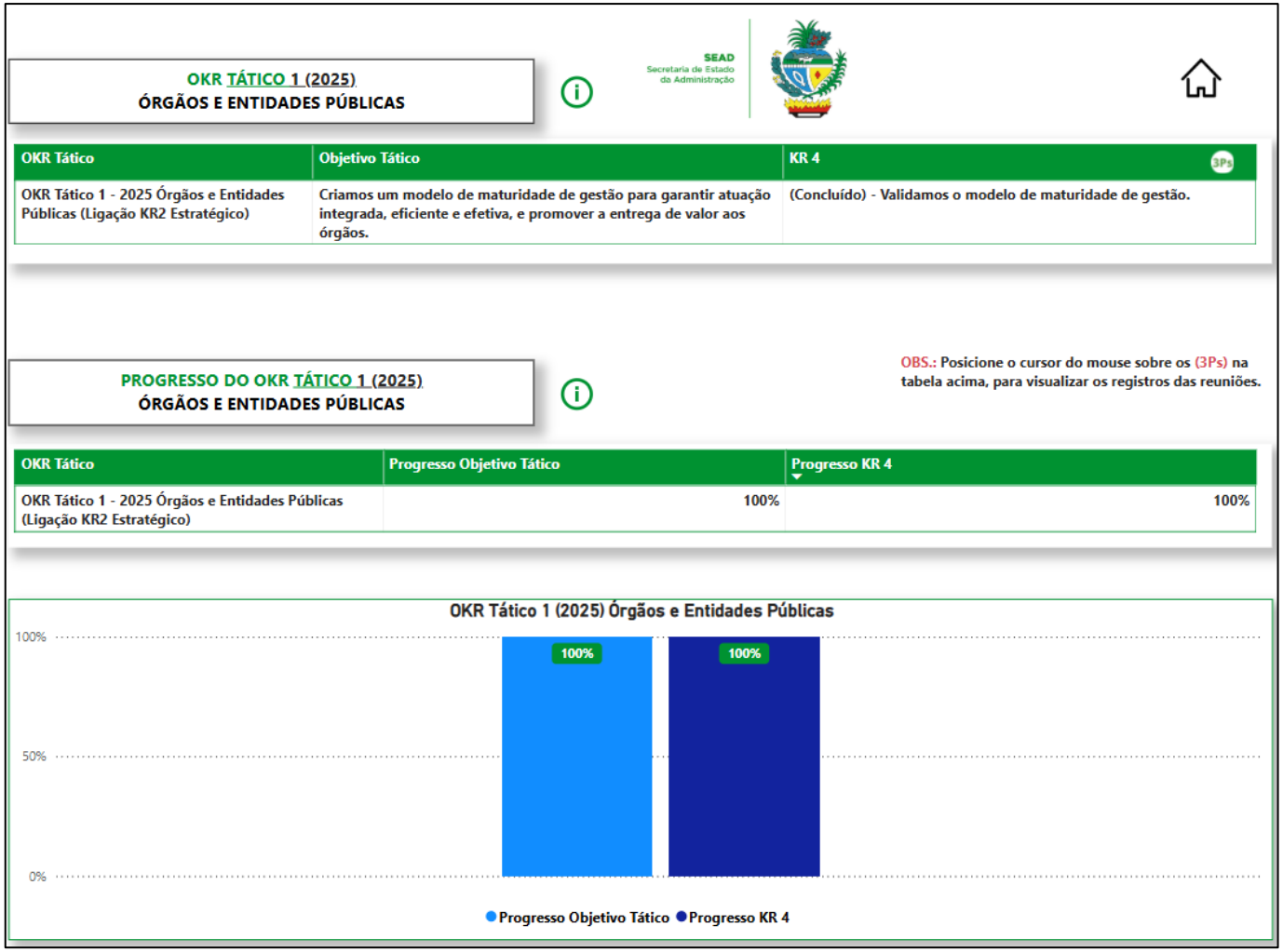
OBS.: Posicione o cursor do mouse sobre os (3Ps) na tabela acima, para visualizar os registros das reuniões.

OKR Estratégico	Progresso Objetivo Estratégico	Progresso KR 1	Progresso KR 2	Progresso KR 3	Progresso KR 4	Progresso KR 5
OKR Estratégico Órgãos e Entidades Públicas	20%	0%	100%	0%	0%	0%

Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KR TÁTICO 1 – ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

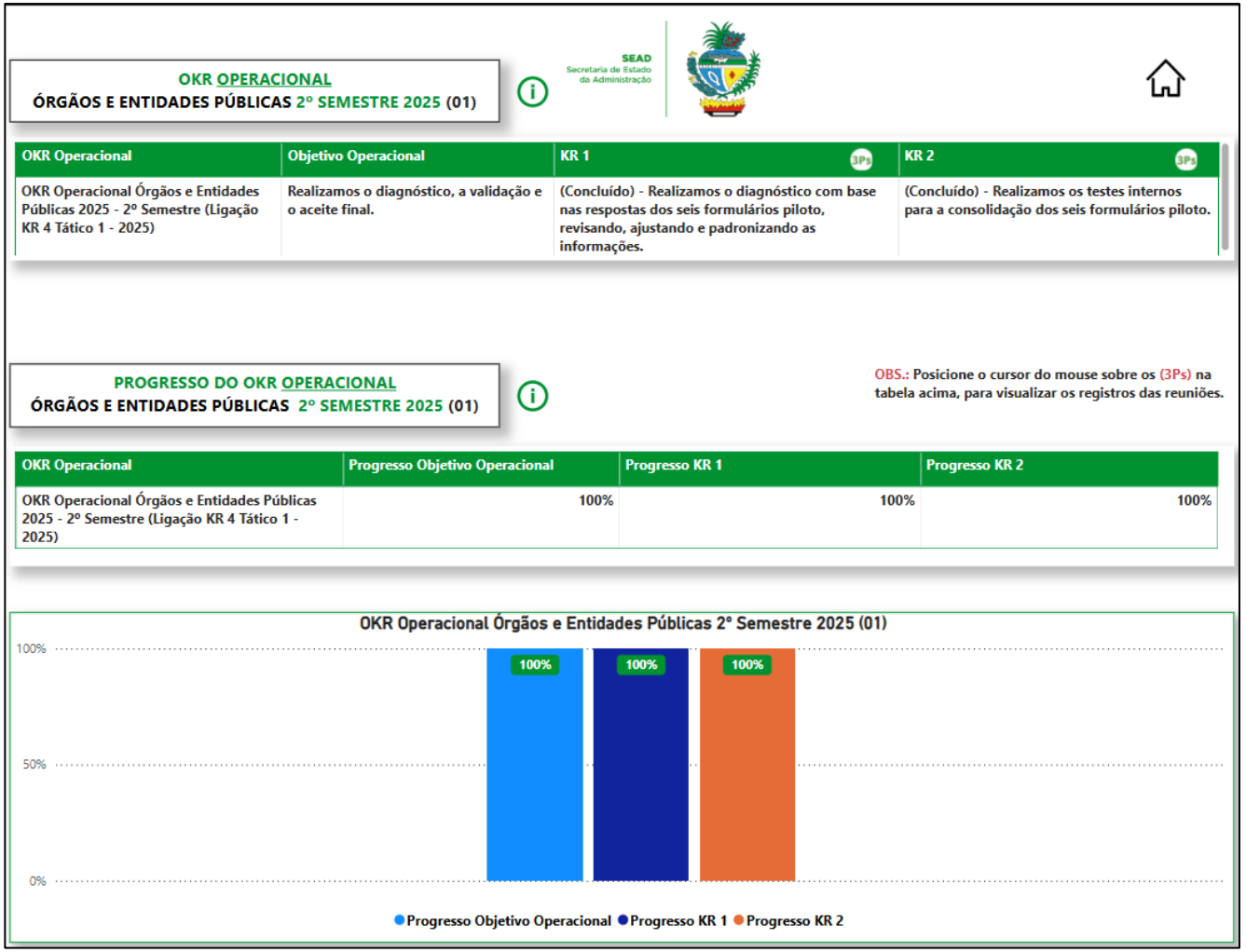
Figura 83 – KR Tático 1: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KRs OPERACIONAIS 1 – ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS

Figura 84 – KRs Operacionais 1: Segmento Órgãos e Entidades Públicas 2025

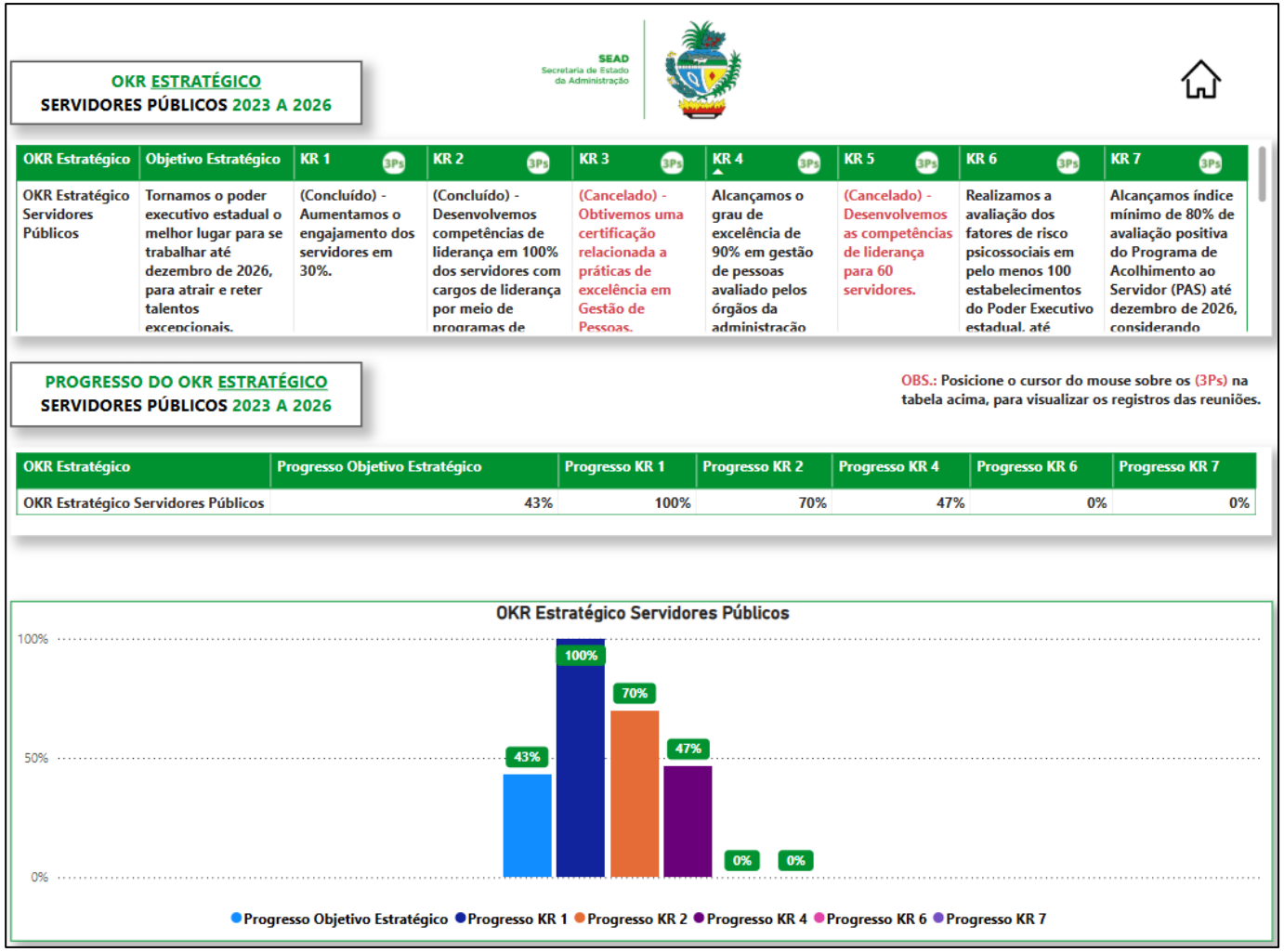


Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

SEGMENTO SERVIDORES PÚBLICOS

KRs ESTRATÉGICOS – SERVIFORES PÚBLICOS

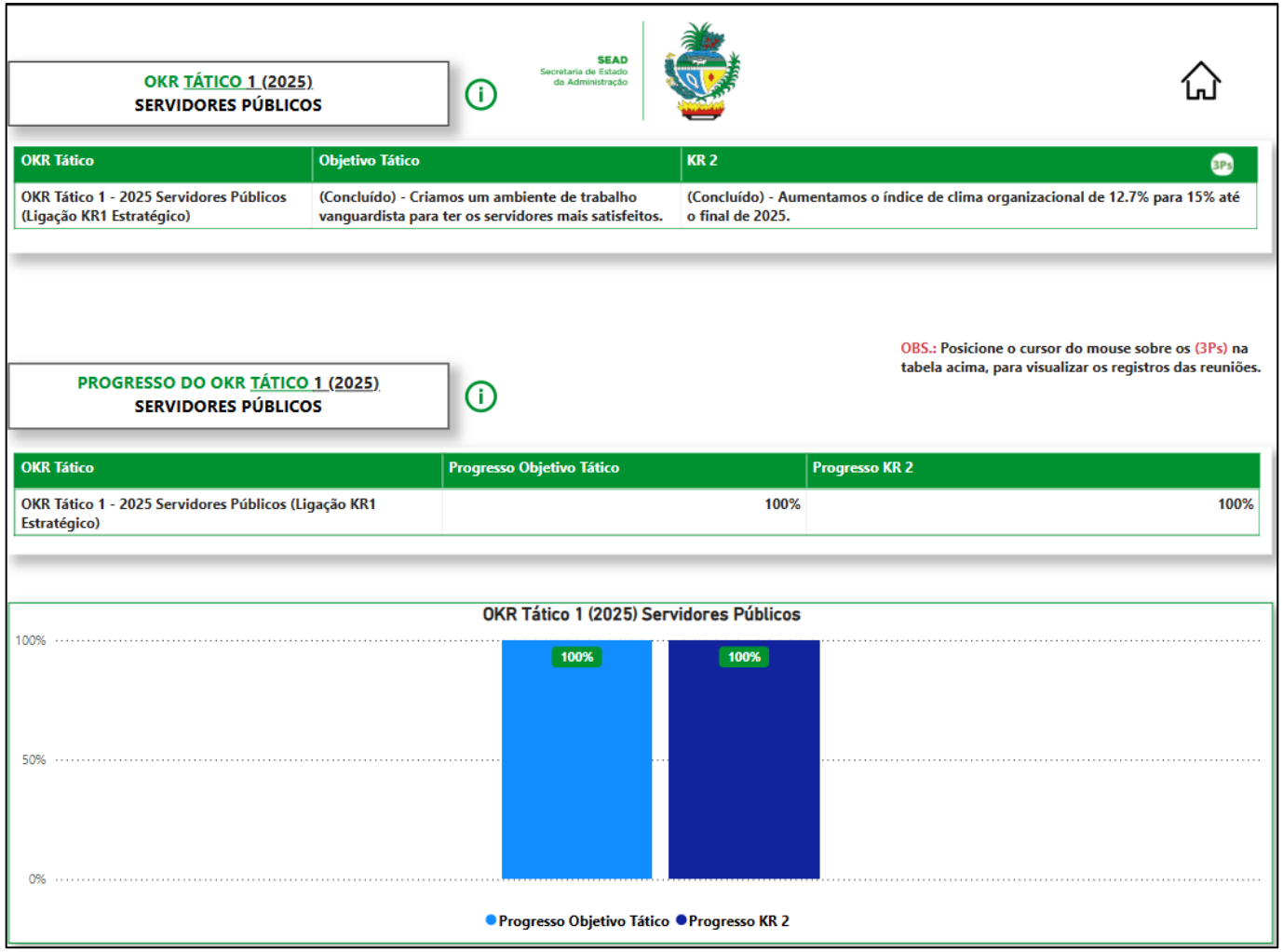
Figura 85 – KRs Estratégicos: Segmento Servidores Públicos 2025



Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

KR TÁTICO 1 – SERVIDORES PÚBLICOS

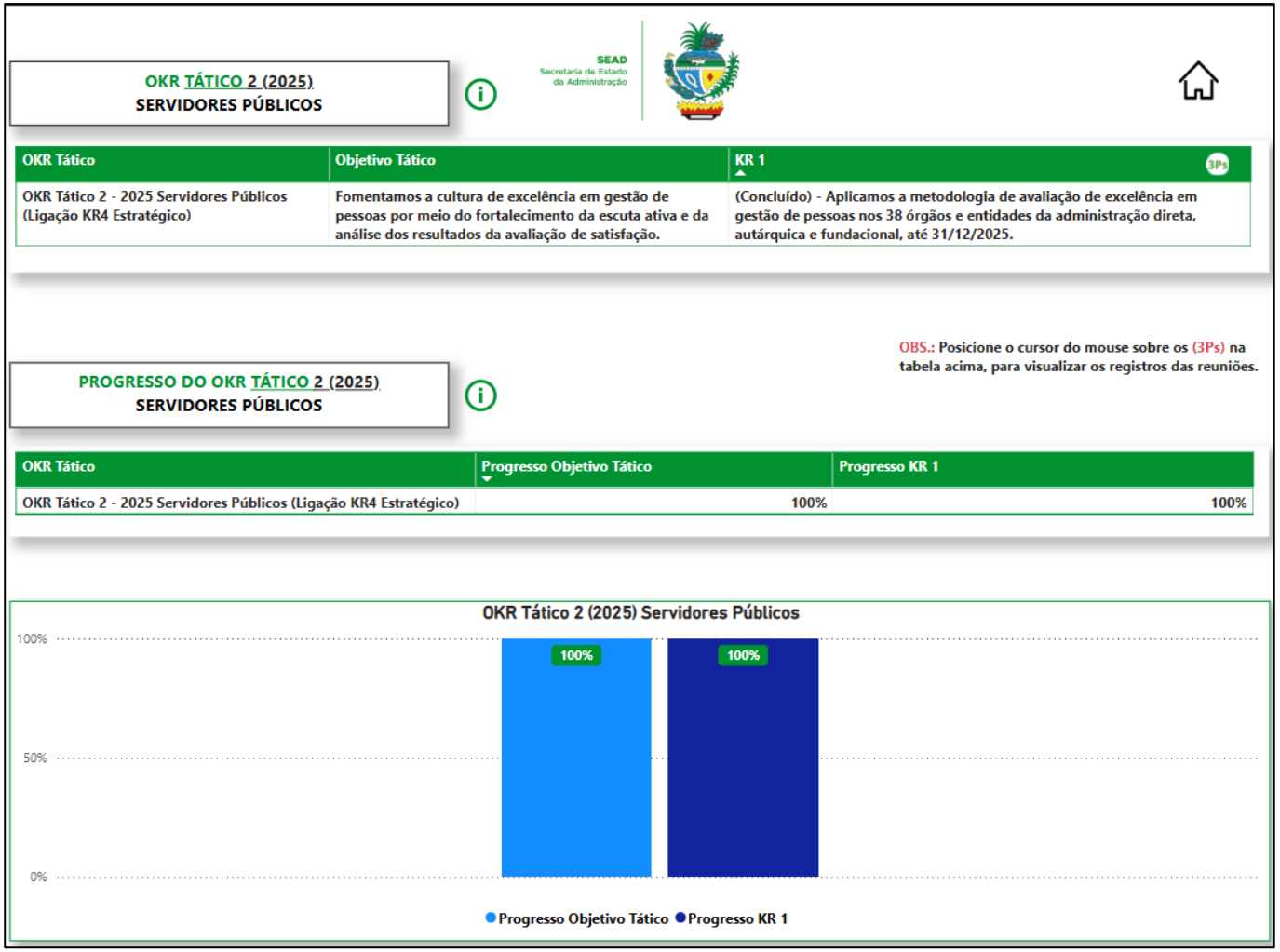
Figura 86 – KR Tático 1: Segmento Servidores Públicas 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KR TÁTICO 2 – SERVIDORES PÚBLICOS

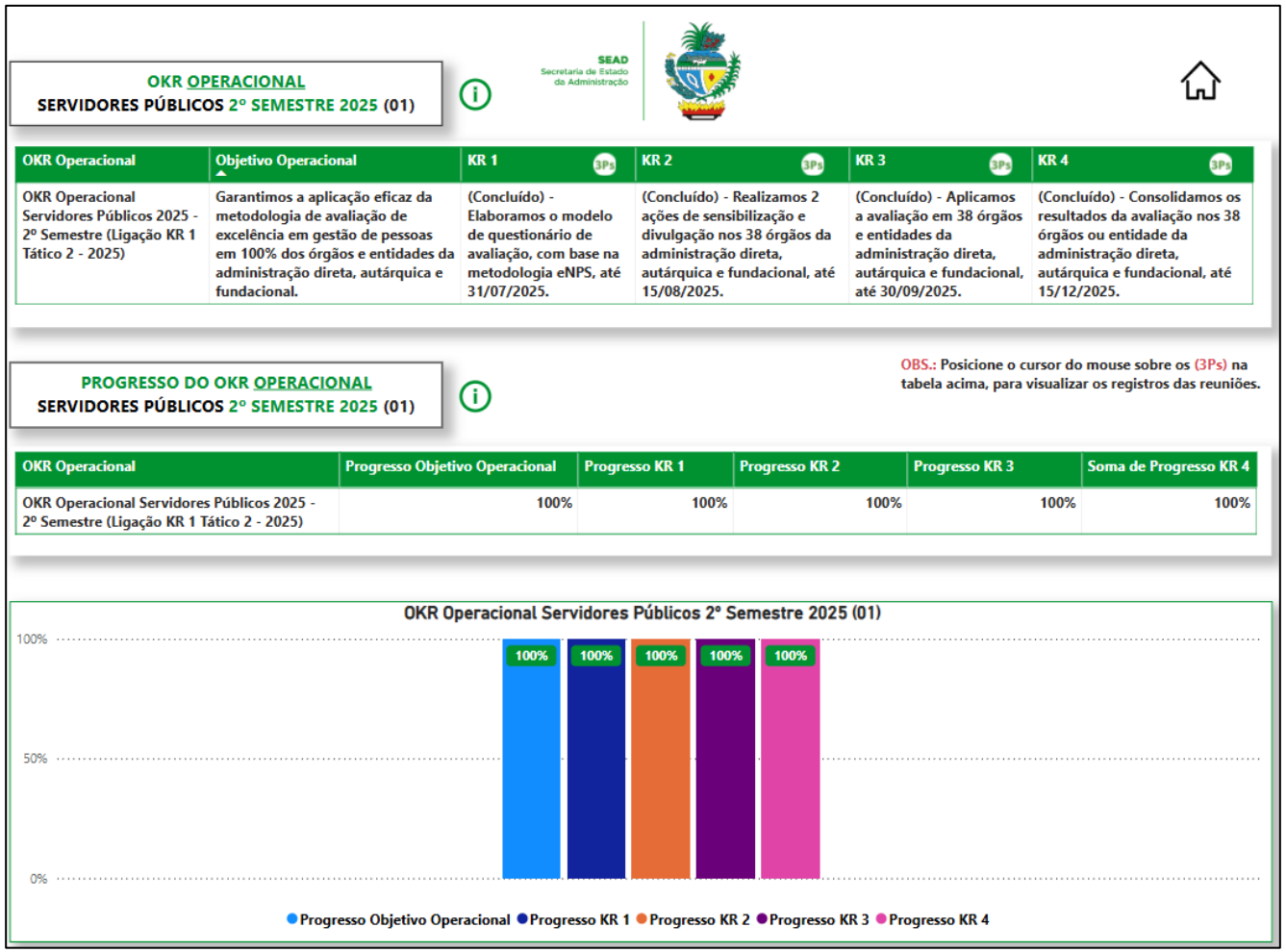
Figura 87 – KR Tático 2: Segmento Servidores Públicas 2025



Fonte: [Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026]

KRs OPERACIONAIS 1 – SERVIDORES PÚBLICOS

Figura 88 – KRs Operacionais 1: Segmento Servidores Públicos 2025



OKR OPERACIONAL
SERVIDORES PÚBLICOS 2º SEMESTRE 2025 (01)

SEAD
Secretaria de Estado da Administração

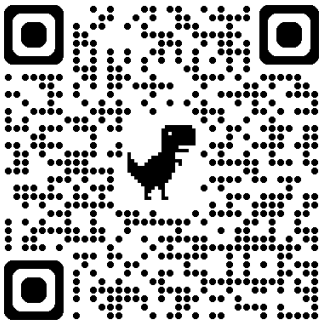
OKR Operacional	Objetivo Operacional	KR 1	KR 2	KR 3	KR 4
OKR Operacional Servidores Públicos 2025 - 2º Semestre (Ligação KR 1 Tático 2 - 2025)	Garantimos a aplicação eficaz da metodologia de avaliação de excelência em gestão de pessoas em 100% dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.	(Concluído) - Elaboramos o modelo de questionário de avaliação, com base na metodologia eNPS, até 31/07/2025.	(Concluído) - Realizamos 2 ações de sensibilização e divulgação nos 38 órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, até 15/08/2025.	(Concluído) - Aplicamos a avaliação em 38 órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, até 30/09/2025.	(Concluído) - Consolidamos os resultados da avaliação nos 38 órgãos ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, até 15/12/2025.

PROGRESSO DO OKR OPERACIONAL
SERVIDORES PÚBLICOS 2º SEMESTRE 2025 (01)

OBS.: Posicione o cursor do mouse sobre os (3Ps) na tabela acima, para visualizar os registros das reuniões.

OKR Operacional	Progresso Objetivo Operacional	Progresso KR 1	Progresso KR 2	Progresso KR 3	Soma de Progresso KR 4
OKR Operacional Servidores Públicos 2025 - 2º Semestre (Ligação KR 1 Tático 2 - 2025)	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dashboard do Plano Estratégico SEAD 2023-2026



Acesse o QR-CODE para a Evolução dos OKRs do Plano Estratégico SEAD 2023-2026

Os Indicadores Estratégicos da Chefia de Gabinete da SEAD representam o nível mais elevado de monitoramento da unidade, conectando as operações diárias à Visão de Futuro e à Missão da Secretaria. Enquanto os indicadores de gestão focam na eficiência interna, os estratégicos medem o sucesso da unidade em cumprir o seu papel de liderança, articulação e suporte no âmbito do Plano Estratégico SEAD 2023-2026.

Estes indicadores são ferramentas de alta gestão que permitem verificar se as ações da Chefia de Gabinete estão efetivamente movendo a organização em direção aos seus grandes objetivos de longo prazo, como a transformação digital, a austeridade fiscal e a excelência na gestão pública.

No que diz respeito à estrutura dos indicadores estratégicos, no Gabinete, as métricas estratégicas são desenhadas para avaliar o alinhamento institucional e o sucesso na implementação das políticas de Estado:

- Índice de Alcance das Metas Estratégicas da SEAD: Monitora o percentual de objetivos do Plano Estratégico que estão com execução "no prazo" ou "concluídos", sob a coordenação do Gabinete;
- Índice de Maturidade em Governança e Compliance: Avalia a evolução da Secretaria nos rankings de governança estaduais, refletindo o esforço do Gabinete em institucionalizar a ética e a transparência;
- Taxa de Sucesso na Articulação Interinstitucional: Mede a eficácia do Gabinete em viabilizar parcerias e projetos conjuntos com outros Poderes e esferas de governo.

Quanto ao papel estratégico na Tomada de Decisão, a comparação destes resultados com o planejamento permite que a Chefia de Gabinete atue como a "guardiã da estratégia". Se um indicador estratégico aponta para um desempenho abaixo do esperado, o Gabinete tem a autoridade para propor o realinhamento de recursos, a revisão de prioridades ou a criação de novos Grupos de Trabalho para garantir que a Missão da SEAD não seja comprometida.

Ao final do ciclo, os indicadores estratégicos provam se a Chefia de Gabinete foi capaz de transformar o planejamento em realidade. Eles evidenciam que a unidade não apenas assiste ao Secretário, mas lidera o processo de transformação da SEAD em uma organização referência, gerando resultados duradouros que garantem a sustentabilidade do Estado de Goiás e a entrega de valor real à sociedade.

No âmbito da Procuradoria Setorial, esta fixa-se alinhada aos indicadores estratégicos da Secretaria de Estado da Administração,

vinculados à sua contribuição para o direcionamento institucional da SEAD, especialmente quanto ao suporte jurídico prestado às iniciativas prioritárias e às decisões de caráter estruturante. A atuação da unidade é acompanhada a partir da aderência das orientações jurídicas às diretrizes institucionais, da regularidade dos processos submetidos à análise e da integração entre assessoramento preventivo e planejamento administrativo.

A gestão orientada por indicadores estratégicos possibilita uma visão clara do desempenho organizacional, facilitando a identificação de avanços, desafios e oportunidades de melhoria. No contexto do Escritório de Projetos Setorial, esses indicadores desempenham um papel central na governança e na tomada de decisão, assegurando que os projetos e programas estejam alinhados às prioridades do governo e gerem valor público.

Dentre os principais aspectos monitorados pelos indicadores estratégicos, destacam-se:

- Alinhamento ao planejamento estratégico: verificação da contribuição dos projetos e políticas públicas para os objetivos estratégicos da SEAD;
- Monitoramento de metas de desempenho: comparação contínua entre os resultados alcançados e os objetivos pactuados nos planos de governo;
- Gestão baseada em dados: utilização de painéis gerenciais, relatórios analíticos e metodologias de *Business Intelligence* (BI) para apoiar a tomada de decisão;
- Aprimoramento contínuo: identificação de ajustes necessários nas estratégias e priorização de ações que maximizem os resultados institucionais.

Os indicadores estratégicos são revisados periodicamente para garantir que continuem relevantes e alinhados ao contexto dinâmico da administração pública. A transparência na divulgação desses dados fortalece a governança e a prestação de contas à sociedade, consolidando uma cultura de alto desempenho e eficiência na gestão pública.

Com essa abordagem estruturada, a SEAD assegura que suas ações estejam direcionadas para o desenvolvimento sustentável e a entrega de serviços de qualidade, promovendo melhorias contínuas na gestão governamental.

No âmbito da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS, há 2 (dois) indicadores estratégicos, quais sejam:

Indicador 1: Impacto das licenças médicas na folha de pagamento

Em 2025, foram registradas 24.478 licenças médicas, correspondendo a 608.012 dias não trabalhados e a um impacto financeiro de 1,36% da folha anual de pagamento. De modo geral, os dados indicam que, embora o volume absoluto de afastamentos seja relevante, seu impacto proporcional na folha de pagamento permanece controlado, reforçando a importância do monitoramento contínuo e das políticas de promoção da saúde e prevenção de agravos no ambiente de trabalho.

Assim, considerando a fórmula Percentual de Impacto = (Valor dos Dias Não Trabalhados / Total da Folha de Pagamento) × 100, observa-se que o impacto financeiro das licenças médicas sobre a folha de pagamento manteve-se praticamente estável no período analisado. Os resultados apurados foram de 1,356% em 2024 e 1,36% em 2025.

Tabela 8 – Impacto das Licenças Médicas na Folha de Pagamento 2025

Total da Folha de Pagamento 2025: **R$ 12.304.177.810,00**

CATEGORIA DA LICENÇA MÉDICA	LICENÇAS CONCEDIDAS	SERVIDORES EM LICENÇA	DIAS NÃO TRABALHADOS	VALOR DOS DIAS NÃO TRABALHADOS	PERCENTUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO
TRATAMENTO DE SAÚDE	22.156	11.977	528.659	139.332.981,50	1,132%
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	1.819	1.282	21.748	6.033.327,57	0,049%
MATERNIDADE	314	310	51.593	20.535.346,01	0,167%
ACIDENTE DE TRABALHO	130	97	3.861	1.038.793,02	0,008%
DOENÇA OCUPACIONAL	16	7	800	162.648,93	0,001%
ACIDENTE DE TRABALHO DE TRAJETO	43	33	1.351	284.335,10	0,002%
TOTAL	24.478	13.706	608.012	167.387.432,18	1,36%

Fonte: SALIS; Folha de Pagamento/SEAD, 2025.

Indicador 2: Comparativo estratégico de indicadores

A redução do número de licenças concedidas, de servidores afastados e de dias não trabalhados indica melhora no comportamento dos afastamentos por motivo de saúde no período analisado. Esse movimento sugere maior estabilidade na frequência e na duração das licenças médicas, refletindo evolução positiva nos indicadores operacionais relacionados à gestão dos afastamentos.

O aumento do valor financeiro associado aos dias não trabalhados acompanha a expansão da folha de pagamento no período, refletindo a elevação da massa salarial e não necessariamente aumento do volume de afastamentos. Nesse contexto, o crescimento do custo financeiro estaria mais relacionado à dinâmica da folha do que à intensificação das licenças médicas.

Observa-se, ainda, que o impacto percentual das licenças na folha de pagamento manteve-se praticamente estável, passando de 1,356% em 2024 para 1,36% em 2025, o que reforça a interpretação de que o comportamento do absenteísmo permaneceu sob controle no período.

O índice de absenteísmo também apresentou leve redução, passando de 2,67% em 2024 para 2,65% em 2025, indicando estabilidade do indicador e convergência com a tendência de diminuição dos afastamentos observada nos demais parâmetros analisados.

De forma geral, o conjunto dos indicadores evidencia melhora no desempenho operacional relacionado à gestão das licenças médicas, ao mesmo tempo em que demonstra estabilidade no impacto do absenteísmo sobre a folha de pagamento, mesmo em cenário de crescimento da massa salarial.

Tabela 9 – Comparativo estratégico de indicadores (2024-2025)

PODER EXECUTIVO ESTADUAL			
ITEM	2024	2025	VARIAÇÃO %
LICENÇAS CONCEDIDAS	26.841	24.478	- 8,8%
SERVIDORES EM LICENÇA	15.704	13.706	- 12,7%
DIAS NÃO TRABALHADOS	637.277	608.012	- 4,6%
VALOR DOS DIAS NÃO TRABALHADOS (R$)	153.694.050,03	167.387.432,18	+ 8,9%
IMPACTO PERCENTUAL NA FOLHA DE PAGAMENTO	1,356%	1,36%	+ 0,3%
TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO (R$)	11.333.819.424,71	12.304.177.810,00	+ 8,6%
ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO	2,67%	2,65%	- 0,75%

Fonte: SALIS; Observatório, BI/SEAD, 2025.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, seus indicadores estratégicos constituem instrumentos essenciais para acompanhar a execução das diretrizes de transformação da gestão e dos serviços públicos, permitindo monitorar o progresso das iniciativas alinhadas ao planejamento institucional e às agendas governamentais de longo prazo. Esses indicadores refletem resultados relacionados à ampliação da digitalização e simplificação de serviços, à melhoria da experiência do usuário, ao fortalecimento da gestão por processos, à integração entre órgãos e à consolidação de práticas inovadoras e orientadas a dados. O acompanhamento sistemático e a análise comparativa entre os resultados alcançados e as metas estratégicas pactuadas possibilitam avaliar o grau de alcance dos objetivos institucionais, orientar decisões de alta gestão e promover o alinhamento contínuo entre estratégia, execução e geração de valor público sustentável para a sociedade.

Quanto à SGAC, os indicadores estratégicos são utilizados para monitorar o alinhamento da atuação da rede de atendimento às diretrizes de modernização administrativa, ampliação do acesso a direitos e melhoria contínua da experiência do cidadão. Destacam-se como indicadores estratégicos:

- Ampliação e consolidação da rede de atendimento, medida pelo volume anual de atendimentos realizados e pela capilaridade das unidades no território estadual;
- Qualidade da experiência do cidadão, aferida pelo índice médio de satisfação;
- Eficiência operacional da rede, monitorada pelo tempo médio de espera;
- Fortalecimento institucional, evidenciado pela implantação e evolução do SIGAC e pela ampliação das ações de capacitação das equipes.

A análise comparativa entre os resultados alcançados — 7,4 milhões de atendimentos, tempo médio de espera de 8 minutos e 84,49% de satisfação — e os objetivos estratégicos pactuados demonstra aderência às metas de melhoria do acesso, eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão.

O monitoramento contínuo desses indicadores assegura o alinhamento entre estratégia e execução, subsidia decisões da alta gestão e contribui para a geração de valor público sustentável no longo prazo.

Quanto à SUPERINOVA, esta acompanha seus objetivos de longo prazo por meio de indicadores estratégicos voltados à consolidação da inovação na gestão pública, ao fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos estaduais e à ampliação do uso de abordagens colaborativas e orientadas a dados na administração pública.

Nesse contexto, as iniciativas conduzidas pela unidade contribuem diretamente para o avanço do objetivo estratégico institucional de posicionar a SEAD como referência em gestão integradora, transformadora, inovadora e empática até 2026, especialmente no que se refere ao indicador associado à implementação de iniciativas inovadoras reconhecidas como boas práticas em eventos nacionais. Os resultados já alcançados, incluindo reconhecimentos institucionais e participação em premiações e eventos técnicos, demonstram evolução consistente nesse indicador e sinalizam o alinhamento das entregas ao alcance das metas estratégicas pactuadas.

A comparação entre os resultados alcançados e as metas estabelecidas é realizada por meio do acompanhamento periódico do portfólio estratégico da unidade, permitindo avaliar o grau de maturidade das iniciativas de inovação, subsidiar ajustes de priorização e orientar a expansão das ações com maior potencial de geração de valor público.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, os indicadores estratégicos constituem instrumentos de gestão utilizados para monitorar, mensurar e avaliar o desempenho institucional no alcance dos objetivos definidos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Esses indicadores permitem verificar, de forma objetiva, o progresso das ações e iniciativas desenvolvidas pelas unidades administrativas, possibilitando a comparação entre os resultados obtidos e as metas previamente estabelecidas.

No âmbito da Gerência de Governança de Estatais, os indicadores estratégicos são utilizados para acompanhar, de forma concreta, a efetividade das políticas de governança corporativa aplicadas às empresas estatais do Estado de Goiás. Esse acompanhamento se materializa, por exemplo, por meio da análise de manifestações técnicas registradas em processos administrativos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, da verificação do cumprimento de recomendações e orientações emitidas pela unidade, bem como do monitoramento de publicações institucionais, relatórios e normativos relacionados à governança das estatais. Além disso, consideram-se elementos centrais o cumprimento das orientações da SEAD pelas empresas, a regularidade dos dados enviados à gerência, a conformidade com os instrumentos de governança (regimentos, políticas e relatórios) e o nível de alinhamento das entidades às políticas públicas e às diretrizes institucionais do Governo do Estado.

O monitoramento desses indicadores contribui para o aprimoramento da gestão, da transparência e da eficiência administrativa, permitindo identificar oportunidades de melhoria, apoiar a tomada de decisão e assegurar que as iniciativas implementadas estejam aderentes aos objetivos estratégicos do Estado. Nesse contexto, a análise periódica dos resultados, comparados às metas pactuadas, possibilita avaliar o desempenho institucional e verificar se as ações adotadas estão gerando o valor público esperado, em conformidade com as competências atribuídas à SEAD no que se refere ao acompanhamento, orientação e integração das políticas relacionadas às empresas estatais estaduais.

28.2 INDICADORES DE RESULTADOS

Os Indicadores de Resultados da Chefia de Gabinete da SEAD funcionam como o termômetro da eficácia imediata das ações de governança e apoio estratégico. Enquanto os indicadores de desempenho focam no esforço e na produtividade (processos), os de resultados medem o desfecho e o impacto direto das entregas da unidade. Eles são essenciais para validar se as iniciativas de suporte à alta gestão estão, de fato, gerando a agilidade e a segurança jurídica necessárias para que a SEAD cumpra sua missão institucional no curto e médio prazo.

Quanto à estrutura e aplicação dos indicadores, a unidade utiliza métricas específicas que traduzem os objetivos operacionais em dados concretos sobre a efetividade das políticas de gestão. A análise desses indicadores permite à alta administração decidir, com base em evidências, sobre a continuidade ou o ajuste de projetos estratégicos.

- Índice de Resolutividade das Demandas Estratégicas: mede o percentual de processos e solicitações que foram concluídos com solução definitiva dentro do prazo pactuado, refletindo a eficácia da articulação do Gabinete;
- Taxa de Conformidade e Integridade (*Compliance*): avalia a eficácia das ações de controle interno, medindo o índice de atos administrativos que não sofreram contestações jurídicas ou apontamentos de órgãos de controle;
- Tempo Médio de Resposta ao Cidadão (Ouvidoria/LAI): mede a agilidade na entrega de informações, funcionando como um indicador de resultado direto da política de transparência e interação com a sociedade.

Os indicadores de resultados acima são fundamentais para a gestão adaptativa. Se o indicador de "Celeridade Decisória" apresenta queda, o Gabinete identifica se o problema é técnico (falha em sistemas) ou humano (sobrecarga), permitindo um ajuste imediato. Esse monitoramento constante garante que a unidade não apenas execute atividades, mas gere efeitos reais que fortalecem a governança da SEAD, assegurando que o suporte ao Secretário resulte em políticas públicas executadas com maior precisão e menor risco institucional.

Na Procuradoria Setorial, os resultados estão relacionados à mitigação de riscos jurídicos decorrentes da atuação preventiva exercida pela unidade, medindo os efeitos imediatos das orientações emitidas nos processos administrativos. Esses resultados são aferidos por meio da regularidade dos atos formalizados após análise jurídica, do atendimento às recomendações constantes nas manifestações técnicas e da inexistência de ajustes posteriores decorrentes de falhas previamente apontadas.

O indicador de resultado da Ouvidoria Setorial é o Índice de Resolutividade, que visa aferir, sob a ótica do usuário, a efetiva solução da demanda. Por meio de uma pesquisa de satisfação, realizada após a finalização da manifestação, o usuário é questionado: “Sua demanda foi resolvida?” e, a partir da resposta fornecida (sim, não ou parcialmente) calcula-se o Índice de Resolutividade.

Em 2025, o Índice de Resolutividade apurado foi de 58%, 2 pontos percentuais acima do média estadual, registrado em 56%, conforme evidencia o gráfico abaixo:

Gráfico 27 – Evolução Mensal do Índice em 2025



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025.

A Gerência de Modernização e Processos, unidade administrativa subordinada à Superintendência de Gestão Integrada, utiliza a Pesquisa de Satisfação do Cliente como ferramenta essencial para avaliar a qualidade e a efetividade dos trabalhos de mapeamento realizados. Enviada às áreas envolvidas ao final de cada processo, por meio de um formulário específico, essa pesquisa permite coletar percepções, identificar pontos de melhoria e garantir que os serviços prestados atendam às expectativas e necessidades dos usuários. Com base nos resultados obtidos, é possível aprimorar continuamente os processos, reforçando o compromisso com a eficiência, a transparência e a excelência na gestão pública.

Figura 89 – Formulário de Pesquisa de Satisfação do Cliente



Fonte: GEMOP / SEAD

A Diretoria Executiva da Escola de Governo possui 2 indicadores de resultados, quais sejam:

Indicador 1: Horas per capita de capacitação

Com periodicidade anual, o indicador representa a média de horas de capacitação realizada na Escola de Governo dividido pelo número de servidores públicos ativos na Administração Pública Estadual.

Cálculo: o numerador da fração é a soma de todas as horas de capacitação oferecidas, multiplicado pelo número de servidores certificados, dividido pelo total de servidores ativos. (Soma da carga horária (CH) do curso x servidores certificados) / (total de servidores ativos).

Os resultados são apresentados pela evolução do indicador de 2019 a 2025, no quadro abaixo:

Quadro 14 – Horas per capita de capacitação

Taxa de Conclusão de Cursos - por modalidade							
Total de servidores concluintes / total de servidores inscritos							
Modalidade	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Presencial	89,69%	90,62%	83,61%	86,74%	84,40%	89,19%	90,14%
EaD/Híbrido	-	78,14%	80,41%	73,16%	70,74%	72,22%	71,27%

Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

Impactos: com os esforços empreendidos em ações educacionais e principalmente com o avanço do EaD as capacitações da Escola de Governo alcançaram um número maior de servidores, propiciando uma maior profissionalização da administração pública e melhores serviços ofertados à sociedade.

Indicador 2: Taxa de Conclusão de Cursos

Com periodicidade anual, o indicador representa o percentual de alunos que concluem os cursos para os quais se inscrevem, incluindo no cômputo as desistências e reprovações por falta ou nota.

Cálculo: o numerador é a soma de todos os concluintes certificados pela Escola de Governo, dividido pelo total de inscritos (Total de concluintes / total de inscritos).

Os resultados são apresentados pela evolução do indicador de 2019 a 2025, no quadro abaixo:

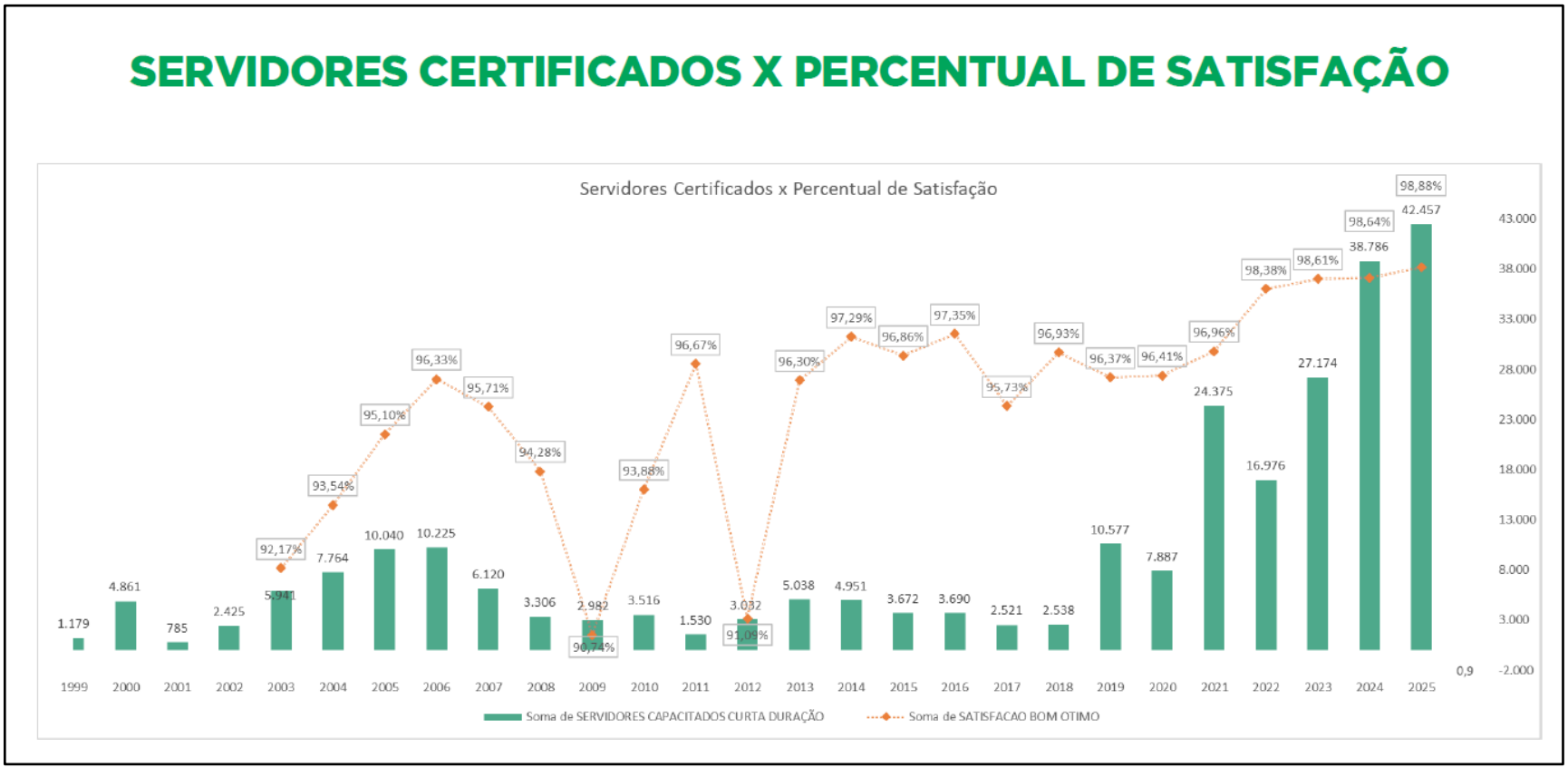
Quadro 15 – Taxa de Conclusão de Cursos

Horas per capita de capacitação						
(Soma da CH do curso x servidores certificados) / (total de servidores ativos)						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
2,11	1,92	3,54	4,09	5,15	8,83	9,29

Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

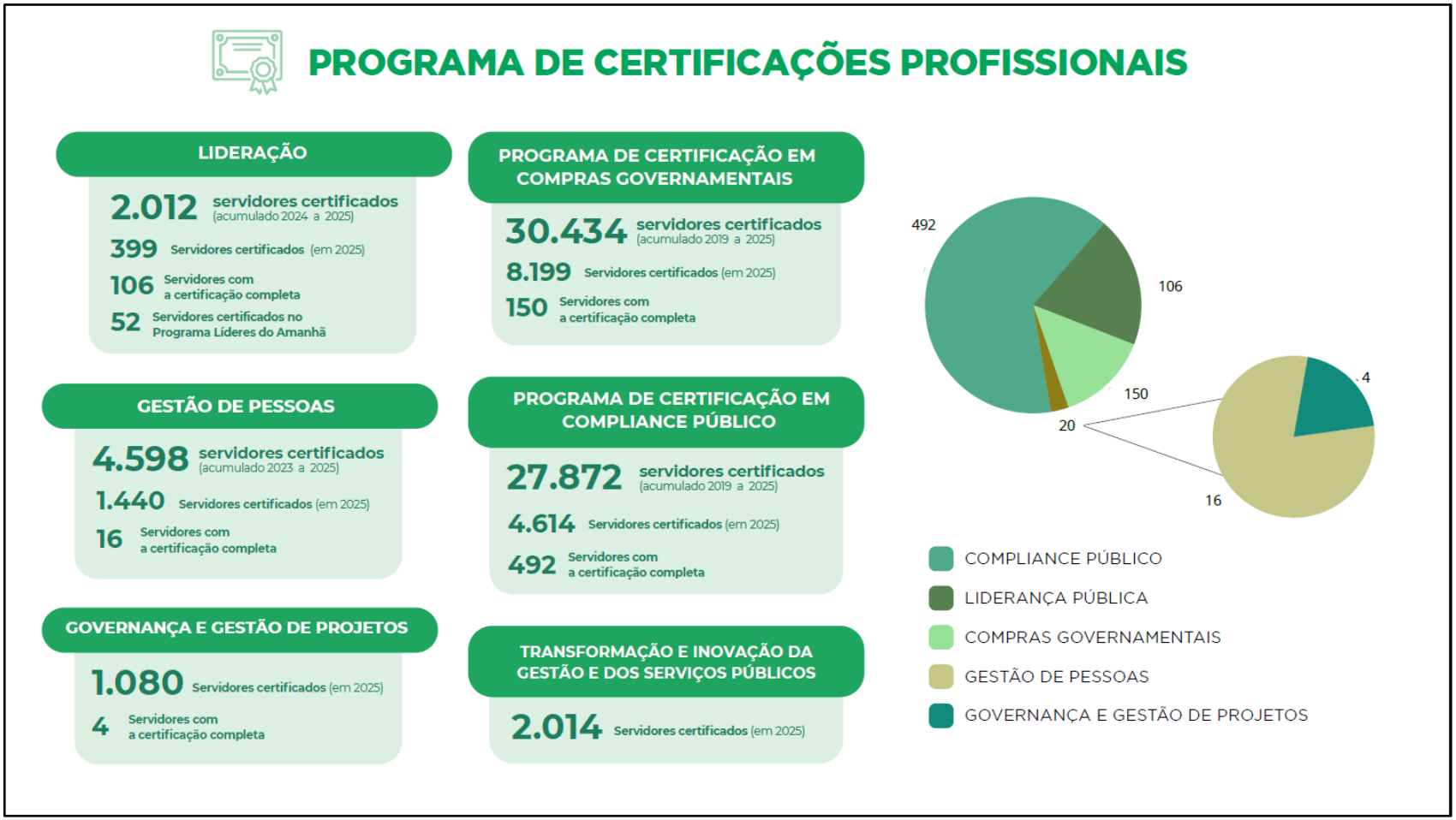
Impactos: considerando que as taxas de conclusão nas modalidades presencial e EaD estão compatíveis com o esperado, tem-se um excelente aproveitamento dos recursos investidos em capacitações, como demonstrando ainda nas figuras e gráficos abaixo.

Gráfico 28 – Servidores Certificados x Percentual de Satisfação: 1999- 2025



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

Figura 90 – Programa de Certificações Profissionais



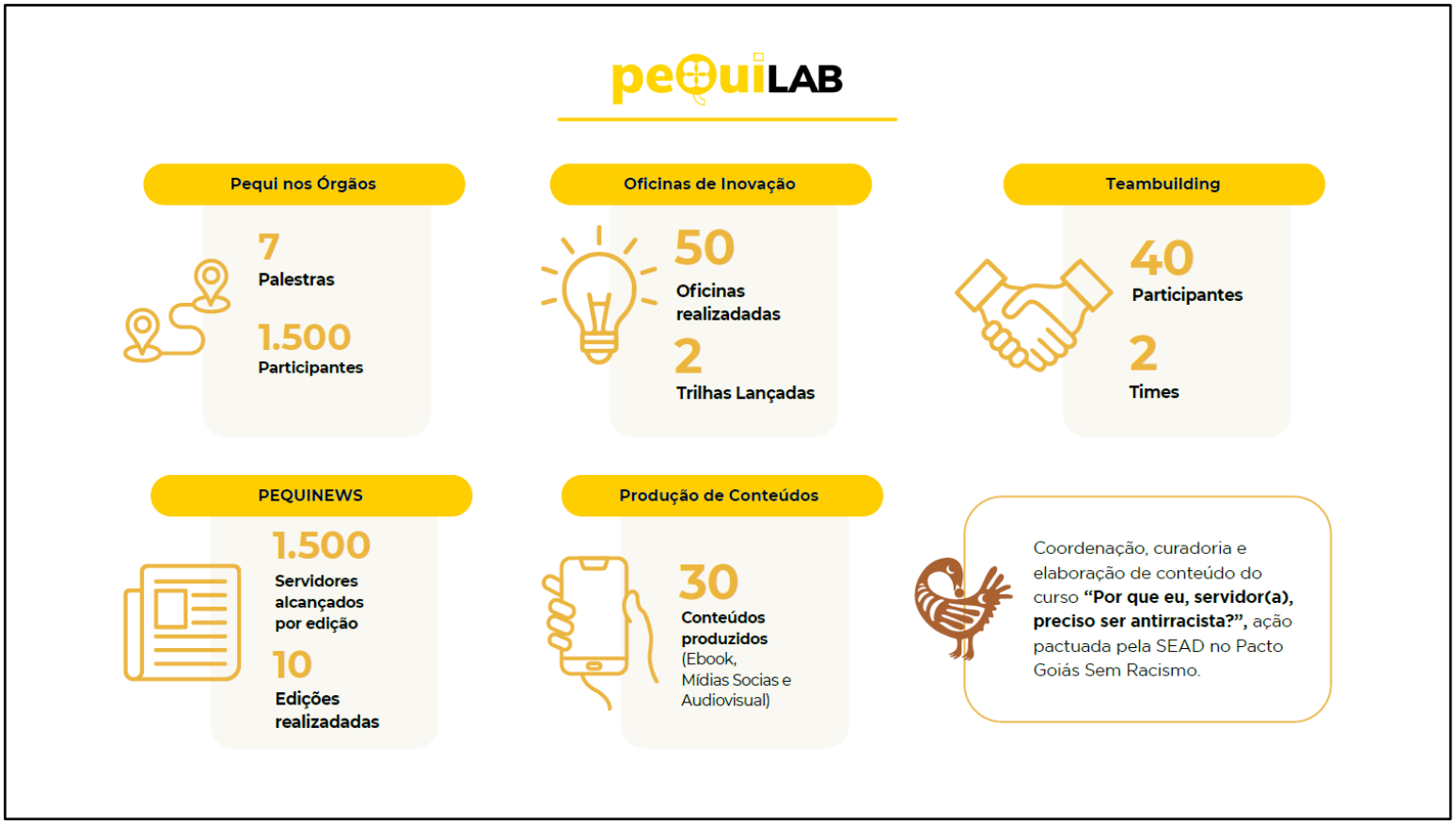
Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

Figura 91 – Resultado acumulado de servidores certificados



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

Figura 92 – peQuiLAB



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

Figura 93 – Programa de Pós Graduações



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

.

A Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS monitora 5 indicadores de resultados, quais sejam:

Indicador 1: CIPAs

O quantitativo de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs atualizadas em 2025, aliado ao número de integrantes devidamente capacitados, evidencia o esforço contínuo da DESSS no fortalecimento da cultura de prevenção de acidentes e de promoção de ambientes de trabalho mais seguros no âmbito do Poder Executivo estadual. Os resultados indicam avanço na estruturação das comissões, embora permaneça a necessidade de continuidade das ações de sensibilização, implantação e qualificação para ampliação da cobertura e consolidação da política de saúde e segurança do servidor.

Figura 94 – Indicadores das CIPAs 2025



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Indicador 2: Evolução da demanda pelo PAS

O crescimento expressivo da demanda pelo PAS no período de 2022 a 2025 sinaliza maior adesão dos servidores e ampliação da conscientização sobre a importância dos atendimentos psicológicos no ambiente de trabalho. Esse avanço também indica melhoria das estratégias de divulgação e aumento da confiança dos usuários no

serviço, reforçando a relevância do PAS e a pertinência de sua institucionalização como política permanente.

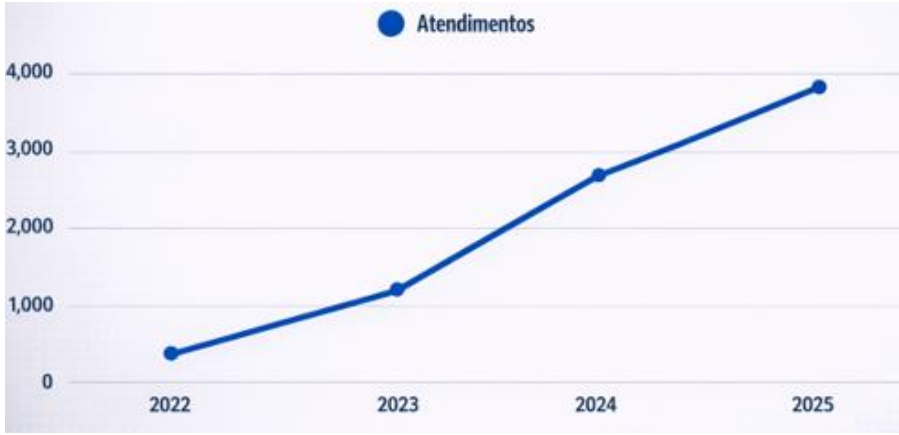
- 2022: 1.050 atendimentos;
- 2023: 1.636 atendimentos;
- 2024: 3.004 atendimentos;
- 2025: 3.952 atendimentos.

Gráfico 29 – Comparativo mensal de atendimentos do PAS de 2022 a 2025



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Gráfico 30 – Evolução da Demanda pelo Programa de Acolhimento ao Servidor – PAS de 2022 a 2025



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Sob a perspectiva da gestão, a evolução dos atendimentos tem possibilitado à DESSS qualificar o monitoramento das demandas psicossociais e produzir informações gerenciais que subsidiam o aperfeiçoamento contínuo do programa. Ressalta-se, contudo, que o PAS ainda se encontra em processo de consolidação institucional. Apesar da tendência de crescimento, a cobertura do programa frente ao universo potencial de servidores indica espaço para ampliação gradual de sua atuação, condicionada ao fortalecimento de sua estrutura operacional, tecnológica e assistencial. Nesse contexto, a DESSS mantém o acompanhamento sistemático dos indicadores do PAS, buscando equilibrar a expansão do acesso com a sustentabilidade do serviço e a qualidade do atendimento prestado.

Indicador 3: Número de licenças médicas concedidas por categoria

O indicador reflete o volume e o perfil de afastamentos por categoria de licença médica, o que permite orientar ações preventivas.

Tabela 10 – Número de Licenças Médicas por Categoria em 2025

CATEGORIA DA LICENÇA	LICENÇAS CONCEDIDAS	SERVIDORES EM LICENÇA	LICENÇAS INDEFERIDAS
TRATAMENTO DE SAÚDE	**22.156**	11.977	**1.802**
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	1.819	1.282	102
MATERNIDADE	314	310	06
ACIDENTE DE TRABALHO	130	97	03
DOENÇA OCUPACIONAL	16	07	02
ACIDENTE DE TRABALHO DE TRAJETO	43	33	02
TOTAL	**24.478**	**13.706**	**1.917**

Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Indicador 4: Número de servidores participantes em atividades de saúde e segurança em 2025

O indicador evidencia a abrangência das ações SST implementadas pelos SESMTs públicos no âmbito do Poder Executivo estadual. Em 2025, as atividades realizadas mobilizaram a participação expressiva de servidores em iniciativas de capacitação, prevenção e promoção da saúde, contribuindo para o fortalecimento gradual da cultura de prevenção, segurança e valorização do servidor.

Tabela 11 – Participação dos Servidores em Atividade de Saúde e Segurança em 2025

EVENTO	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES NA CAPITAL	Nº DE SERVIDORES EM OUTROS MUNICÍPIOS	TOTAL DE SERVIDORES PARTICIPANTES
CIRCUITO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR	778	-	778
SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO (SIPAT)	5.517	5.524	11.041
CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE	34.220	12.230	46.450
TREINAMENTO PARA BRIGADAS DE INCÊNDIO	270	60	330
TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS	3.468	67	3.535
TREINAMENTO PARA ESVAZIAR LOCAL COM SEGURANÇA	3.335	-	3.335
TREINAMENTO PARA USO CORRETO DE EPIS	3.465	1.011	4.476
CAPACITAÇÃO PARA REALIZAR TRABALHO EM ALTURA	1.918	-	1.918
CAPACITAÇÃO EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE	36	0	36
	36	-	36

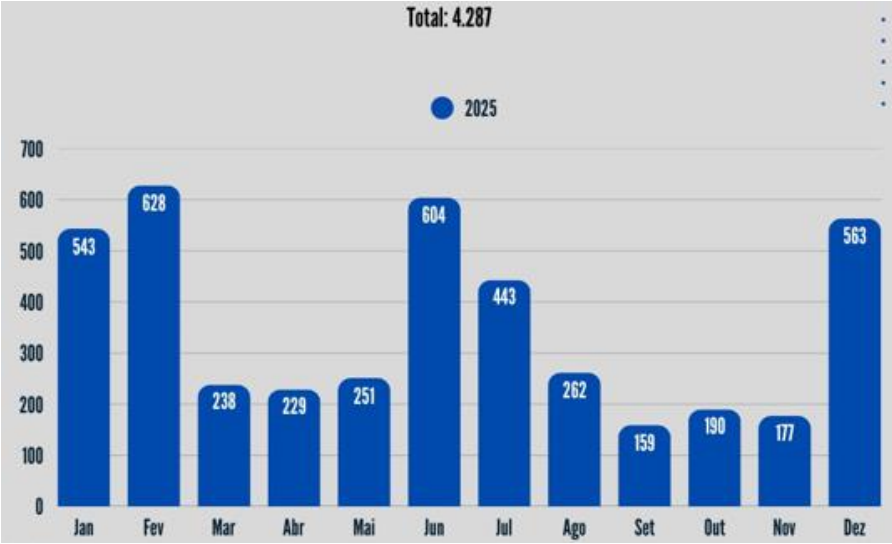
Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Indicador 5: Exames médicos admissionais realizados

O indicador mensura o volume de avaliações médicas admissionais realizadas no período, refletindo a capacidade operacional da DESSS no suporte aos processos de ingresso de servidores no Poder Executivo estadual.

Em 2025, a DESSS realizou 4.287 exames médicos admissionais, com maior concentração nos meses de fevereiro, junho e dezembro, assegurando a verificação da aptidão laboral dos ingressantes e apoiando a regularidade dos processos de provimento no Poder Executivo estadual.

Gráfico 31 – Exames Médicos Admissionais Realizados de Jan a Dez de 2025



Fonte: Sistema SGG, DESSS/SEAD, 2025.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, quanto à gestão de logística, os indicadores de resultados mediram efeitos imediatos: avanços no Projeto Modernização e mitigação de excessos (meta: redução qualitativa, curto prazo), validando ações do PPA 2024-2027 com menor risco de rupturas, por meio de 1.740 suportes. Esses dados mostram objetivos alcançados, formando base para continuidade mediante planejamento de sistemas, superando o ano de 2024 em eficiência para os 39 órgãos e entidades públicas do Poder Executivo do Estado de Goiás.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, tem-se que a SCTP não possui indicadores formais de resultados específicos, uma vez que a atuação da unidade concentra-se, predominantemente, em funções estruturantes, metodológicas e de apoio transversal à transformação da gestão e dos serviços públicos estaduais. Ainda assim, os efeitos diretos das iniciativas desenvolvidas são monitorados por meio de evidências concretas de entrega e geração de valor público, como a ampliação da oferta de serviços digitais, a qualificação de serviços públicos, a evolução das avaliações dos canais do Programa EXPRESSO, a realização de diagnósticos institucionais e a disponibilização de painéis estratégicos de Business Intelligence, que subsidiam decisões e aprimoramentos contínuos. Dessa forma, a aferição dos resultados ocorre de maneira integrada aos resultados-chave institucionais e às metas estratégicas pactuadas, permitindo avaliar a eficácia das ações no curto e médio prazo, orientar ajustes operacionais e fortalecer a gestão pública baseada em evidências, dados e melhoria contínua das entregas à sociedade.

Quanto à SGAC, esta monitora os resultados operacionais da rede por meio de indicadores que evidenciam os efeitos diretos das ações implementadas na prestação dos serviços públicos. Neste sentido, destacam-se:

- **Volume de atendimentos realizados:** aproximadamente 7,4 milhões, demonstrando elevada capacidade operacional e ampla cobertura da rede de atendimento estadual;
- **Tempo médio de espera:** 8 minutos, refletindo eficiência na organização dos fluxos e cumprimento do objetivo de redução do tempo de atendimento ao cidadão;
- **Índice médio de satisfação:** 84,49%, aferido por meio de pesquisa aplicada ao final dos atendimentos, indicando percepção positiva quanto à qualidade do serviço prestado.

Os resultados observados demonstram aderência aos objetivos estratégicos de melhoria da experiência do cidadão, eficiência operacional e qualificação contínua dos serviços. O acompanhamento sistemático desses indicadores subsidia decisões gerenciais, orienta ajustes operacionais e fundamenta a continuidade e o aprimoramento das iniciativas implementadas.

Quanto à SUPERINOVA, esta monitora os resultados imediatos de suas iniciativas por meio de indicadores que permitem avaliar a efetividade das ações de inovação aberta, inteligência de negócios públicos e disseminação da cultura de inovação, verificando se os objetivos operacionais pactuados para o exercício estão sendo alcançados.

A natureza das atividades desenvolvidas pela Superintendência de Inovação da Gestão Pública, voltadas predominantemente para funções estruturantes, não enseja a adoção de indicadores formais de resultados específicos para a unidade, sendo os avanços mensurados diretamente no âmbito de cada projeto e iniciativa conduzidos. A comparação entre os objetivos alcançados e os traçados é realizada por meio do acompanhamento e monitoramento contínuo dos projetos e atividades, permitindo avaliar a eficácia das ações no curto e médio prazos, subsidiar decisões sobre continuidade, ampliação ou redirecionamento dos projetos e apoiar o aprimoramento contínuo das iniciativas sob responsabilidade da unidade.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, os indicadores de resultados são utilizados para avaliar os efeitos das ações desenvolvidas pela unidade no acompanhamento das empresas estatais do Estado de Goiás. Esses indicadores permitem verificar, no curto e médio prazo, se as iniciativas de monitoramento e orientação estão contribuindo para o aprimoramento da gestão e da governança das 13 empresas estatais estaduais. Os dados econômico-financeiros e operacionais das empresas estão apresentados por meio de Boletins Periódicos (Trimestrais e Anuais), permitindo a comparação de desempenho entre períodos e a identificação de tendências, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://goias.gov.br/administracao/publicacao-dos-boletins-das-empresas-estatais/

Como forma de orientação estão disponibilizados Painéis Gerenciais em Power BI, desenvolvidos pela GGE, objetivando a organização e visualizam de informações padronizada para subsidiar a tomada de decisão da Secretaria:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJjNjI2OTktYzA0My00ZWExLWJmMzItZWJhYTUxNjU3NTNkIiwidCI6IjY3ZmQ0MzFjLWIyYWQtNDg2Ny04MWJjLWQ3NTYyMjBiNTZkNCJ9

Ainda, manifestações técnicas por meio do Serviço Eletrônico de Informações – SEI disponibiliza registros formais de análises e orientações emitidas pela Gerência em processos administrativos, conforme as competências estabelecidas no Decreto nº 10.437/2024.
https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/108665/decreto-10437

Como forma de auxiliar no controle e transparência das estruturas de governança, esta disponibilizado o Cadastro de Autoridades das Empresas Estatais, conforme o seguinte endereço eletrônico: https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vSRFjTQbS0hA_WzeH6nHDhmT2lzlrkeVAfkJnRaCnO27IPF02sjnID3dAaPEeYMB2RrhzdRLp7b6vyk/pubhtml#

A análise desses resultados é realizada com base nas informações consolidadas nos boletins trimestrais e anual das empresas estatais, que possibilitam comparar os dados apresentados ao longo dos

períodos analisados, permitindo identificar tendências, evolução de desempenho e possíveis pontos de melhoria na gestão das empresas.

Dessa forma, a análise periódica desses indicadores possibilita verificar os resultados alcançados pelas empresas estatais ao longo do tempo e avaliar a efetividade das ações de acompanhamento desenvolvidas pela unidade.

28.3 INDICADORES DE GESTÃO

Os Indicadores de Gestão são ferramentas fundamentais para avaliar, monitorar e aprimorar a eficiência, eficácia e transparência das políticas públicas e dos serviços prestados à população. Seu principal objetivo é medir a performance das diferentes áreas governamentais, fornecendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas, identificação de oportunidades de melhoria e fortalecimento da governança pública.

No âmbito da Chefia de Gabinete da SEAD, os indicadores de gestão funcionam como o "painel de controle" da unidade administrativa. Enquanto os indicadores de impacto olham para o futuro e a sociedade, os de gestão focam no agora, monitorando a saúde operacional e a capacidade da unidade de transformar recursos (humanos, financeiros e tecnológicos) em serviços eficientes e transparentes. Eles são a base para a tomada de decisão baseada em evidências, permitindo que a alta gestão corrija desvios antes que eles afetem os resultados finalísticos.

Na Chefia de Gabinete, os indicadores de gestão são desenhados para avaliar a performance interna e a aderência aos princípios da administração pública. Eles fornecem uma visão detalhada sobre a otimização de processos e a transparência.

- Indicadores de Eficiência: avaliam a relação entre os produtos gerados e os recursos utilizados (ex: custo por processo tramitado, tempo de resposta interna);
- Indicadores de Transparência e *Accountability*: medem o nível de abertura da unidade (ex: índice de atualização do Portal da Transparência, cumprimento de prazos da LAI); e
- Indicadores de Gestão de Pessoas: monitoram a força de trabalho (ex: índice de capacitação da equipe em *Compliance* e novas tecnologias).

Estes indicadores permitem que a Chefia de Gabinete identifique pontos fracos, como gargalos em determinadas etapas da assessoria jurídica ou técnica, e pontos fortes, como a capacidade de resposta rápida em crises institucionais.

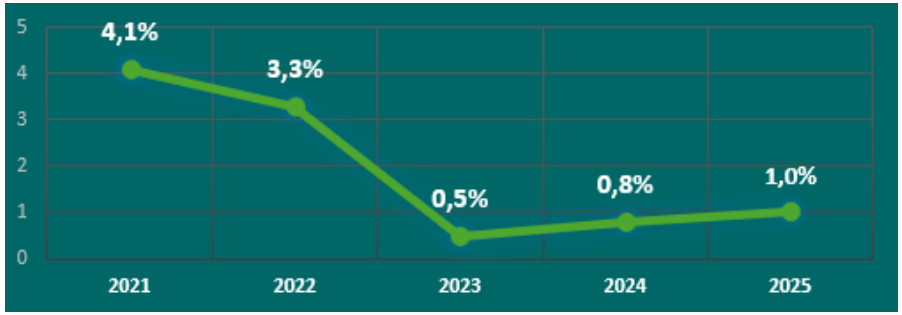
A comparação contínua com as metas pactuadas garante a responsabilidade (*accountability*): ao demonstrar que os processos estão sendo otimizados e que a transparência é absoluta, o Gabinete fortalece sua legitimidade para coordenar as demais áreas da Secretaria.

Em última análise, os indicadores de gestão provam que a SEAD não está apenas "gastando" recursos, mas investindo-os em uma estrutura administrativa que é, simultaneamente, econômica, ética e eficaz.

Na Procuradoria Setorial, os indicadores de gestão são utilizados para acompanhar o cumprimento dos prazos, a organização do fluxo de trabalho e a distribuição das demandas internas. O monitoramento desses parâmetros subsidia a tomada de decisões gerenciais e permite ajustes nas rotinas da unidade, promovendo maior eficiência e previsibilidade na condução das atividades jurídicas.

O indicador de impacto da Ouvidoria Setorial é a Resposta Insatisfatória. Sendo que é considerada insatisfatória quando a manifestação é reativada pelo usuário no Sistema de Ouvidoria. Ao reativar a manifestação, o usuário informa que a resposta oferecida não atendeu às expectativas dele e ao serviço público que há a necessidade de produzir uma nova e melhor resposta. No ano de 2025, a SEAD obteve excelente resultado, registrando percentual de 1% de insatisfação, dentre o total geral de manifestações, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

Gráfico 32 – Comparativo Anual



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025.

Quanto ao Escritório de Projetos Setorial, este utiliza indicadores de gestão como instrumentos estratégicos para monitorar, avaliar e aprimorar a eficiência, a eficácia, a transparência e a qualidade dos programas e projetos executados no âmbito da SEAD. Esses indicadores possibilitam acompanhar o desempenho das iniciativas institucionais, subsidiar a tomada de decisão gerencial e identificar oportunidades de melhoria contínua nos processos organizacionais.

No exercício de suas competências, o Escritório de Projetos Setorial realiza o monitoramento sistemático de indicadores relacionados à gestão do portfólio de projetos estratégicos, abrangendo aspectos como cumprimento de prazos, aderência ao escopo planejado, execução orçamentária, gerenciamento de riscos, qualidade das entregas e grau de alinhamento das iniciativas às diretrizes do Planejamento Estratégico, do Plano Plurianual e do Plano de Governo. Esses indicadores são consolidados em relatórios gerenciais e painéis de acompanhamento que permitem visão integrada do desempenho institucional.

Observa-se o aumento progressivo da taxa de projetos entregues dentro dos prazos e parâmetros definidos, refletindo o fortalecimento das práticas de gerenciamento e o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e governança. Esse desempenho contribui diretamente para o alcance dos objetivos institucionais relacionados à eficiência administrativa e à melhoria da prestação dos serviços públicos.

Outro indicador relevante refere-se ao nível de aderência dos projetos ao planejamento estratégico institucional, evidenciando que as iniciativas conduzidas estão alinhadas às prioridades governamentais e às metas pactuadas para o período. Os resultados obtidos demonstram que a adoção de metodologias estruturadas de gestão de portfólio e priorização estratégica tem contribuído para a otimização da alocação de recursos e para a ampliação da efetividade das ações governamentais.

Destaca-se, também, o monitoramento dos indicadores relacionados à maturidade em gestão de projetos, os quais apontam evolução progressiva na padronização de processos, no fortalecimento da governança e na qualificação das equipes envolvidas. Os resultados alcançados apresentam aderência às metas institucionais de fortalecimento da gestão orientada a resultados, evidenciando ganhos na previsibilidade, na transparência e na qualidade das entregas.

No que se refere à Maturidade em Gestão de Projetos, realiza-se anualmente uma pesquisa baseada no Modelo de Maturidade em Gerenciamento de Projetos – MMGP, que mensura o nível de maturidade organizacional em dimensões técnicas, comportamentais e contextuais. Além disso, é conduzida análise integrada do Escritório de Projetos da organização, fundamentada no Triângulo de Talentos do *Project Management Institute* – PMI, abrangendo as competências técnicas, comportamentais e o conhecimento do ambiente governamental.

Essa abordagem metodológica permite identificar tantos pontos fortes quanto oportunidades de melhoria, contribuindo para o aprimoramento contínuo da governança de projetos na SEAD.

O levantamento de maturidade fornece uma visão detalhada sobre o estágio atual da organização, avaliando práticas e capacidades em várias dimensões. Em 2025, foi conduzido o terceiro levantamento de maturidade e a terceira avaliação do Escritório Setorial, incluindo a autoavaliação da chefia, agregando robustez e integração ao processo.

Quadro 16 – Indicadores de Gestão de Projetos da SEAD: 2023-2025

Indicadores	2023			2024			2025		
	01/23	07/23	12/23	01/24	07/24	12/24	01/25	07/25	12/25
Quantidade de Projetos Em Andamento	17	23	48	48	44	33	31	36	29
Quantidade de Projetos Paralisados	0	0	0	0	2	2	3	1	2
Quantidade de Projetos Em Planejamento	1	1	10	14	7	17	13	29	35
Quantidade de Projetos Órgãos Proponentes	0	0	0	0	0	2	1	2	3
Total de Projetos (andam. + paral. + planej. + propon.)	18	24	58	62	53	54	48	68	69
Quantidade de Projetos Cancelados	0	0	2	0	6	0	2	0	0
Quantidade de Projetos Concluídos	0	1	4	2	3	7	3	6	3
Entregas Acumulativas Total de Projetos Concluídos de 2021 a 2025	5	10	18	20	30	45	48	69	72
Percentual de Projetos Monitorados	94,10%	100,00%	68,80%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Percentual de Qualidade do Cronograma							94,60%	96,70%	98,10%
Percentual de Projetos com Riscos Cadastrados	35,30%	95,70%	91,70%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Percentual de Projetos com Vinculação de PDF	10,00%	62,50%	76,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Percentual de Frequência de Replanejamentos							54,70%	73,50%	92,30%
Percentual de Avanço em Relação ao Cronograma Planejado							61,60%	71,40%	67,50%
Nota Geral no Ranking do GOMAP	3,62	7,33	7,71	9,42	9,65	9,57	8,44	8,28	8,69
Quantidade de Projetos no Prazo (Atraso < 20%)				28	32	28	27	33	28
Quantidade de Projetos Atrasados (Atraso > 20% < 35%)				6	7	6	6	1	1
Quantidade de Projetos Críticos (Atraso > 35%)				14	7	3	2	2	6

Fonte: Escritório de Projetos Setorial - SEAD

Como Indicador de Gestão, a Superintendência de Gestão Integrada – SGI utiliza o Big Data para monitoramento financeiro e orçamentário refere-se à aplicação de tecnologias e sistemas especializados para coletar, processar e analisar grandes volumes de dados, permitindo um acompanhamento em tempo real dos fluxos de recursos e da execução orçamentária. Isso proporciona uma visão detalhada e dinâmica, possibilitando projeções financeiras mais precisas e a tomada de decisões informadas para uma gestão mais eficiente e transparente.

Métrica:

- Precisão na Execução Orçamentária: Percentual de conformidade entre o orçamento planejado e os gastos executados, com base nos dados provenientes da análise de Big Data.
- Eficiência no Fluxo de Recursos: Tempo médio de execução de processos financeiros, desde a solicitação de recursos até o pagamento ou implementação da despesa.
- Projeção de Cenários Futuros: Percentual de acerto nas projeções financeiras realizadas através da análise de Big Data, comparando as projeções realizadas com os dados efetivos após a execução.

Objetivo:

- Aprimorar o monitoramento financeiro e orçamentário com uma análise em tempo real dos recursos disponíveis e gastos realizados, garantindo maior precisão no controle orçamentário.
- Prever e ajustar cenários futuros de forma dinâmica e assertiva, utilizando os dados de Big Data para antecipar necessidades financeiras e orçamentárias das unidades.
- Garantir maior transparência nas execuções financeiras, promovendo responsabilidade fiscal e melhor alocação dos recursos.

Impacto:

- A utilização de Big Data possibilita um controle mais eficiente e dinâmico dos recursos financeiros, melhorando a saúde financeira das unidades, aumentando a transparência e a eficiência da gestão orçamentária.
- A análise preditiva de cenários futuros permite ajustes proativos nas estratégias orçamentárias, ajudando a evitar desequilíbrios financeiros e a otimizar a execução dos recursos, além de reduzir falhas e desperdícios.
- O monitoramento em tempo real assegura uma visão mais detalhada e precisa do orçamento, contribuindo para decisões mais rápidas e fundamentadas, alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade fiscal.

Comparação com Metas e Objetivos Pactuados:

- Meta de Conformidade Orçamentária: Garantir que 95% ou mais dos recursos sejam executados conforme o planejamento orçamentário.
- Meta de Eficiência no Fluxo de Recursos: Reduzir o tempo de processamento de demandas financeiras em 10% no próximo ciclo.

- Meta de Proiecão de Cenários Futuros: Atingir uma precisão de 90% ou mais nas proiecões financeiras comparadas com a execução real dos recursos.

A SGI, ao adotar esta ferramenta, melhora a precisão no gerenciamento financeiro, antecipa necessidades, e garante que os recursos sejam alocados de maneira otimizada e eficaz, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável e gestão fiscal responsável.

A Diretoria Executiva da Escola de Governo possui como indicador de gestão o “Número de Servidores Certificados”. Com periodicidade anual, este indicador representa o número de certificados emitidos aos servidores em ações educacionais da Escola de Governo.

Cálculo: quantidade total (número absoluto) de certificados emitidos por cursos.

Os resultados são apresentados pela evolução do indicador de 2019 a 2025, no quadro abaixo:

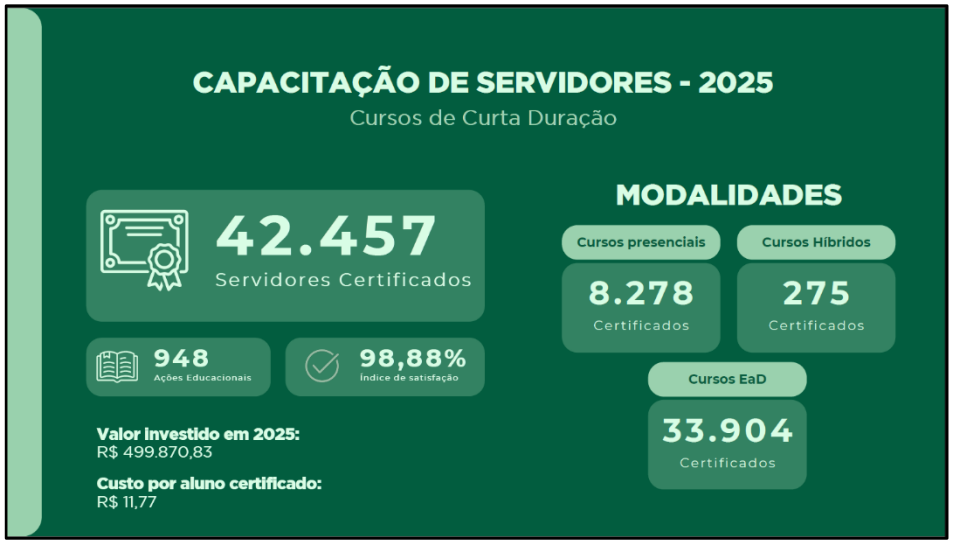
Quadro 17 – Número de Servidores Certificados

Número de servidores certificados						
(quantidade de certificados emitidos em cursos de capacitação)						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
10.577	7.887	24.375	16.976	27.174	38.786	42.457

Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025.

Impactos: de janeiro de 2019 a dezembro de 2025 foram certificados um total de 168.232 servidores, fruto da expansão do número de projetos e ações da Escola e do avanço dos cursos EaD.

Figura 95 – Capacitação de Servidores - 2025



Fonte: Diretoria Executiva da Escola de Governo/SEAD, 2025

No âmbito da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS, esta possui 2 (dois) indicadores de gestão, quais sejam:

Indicador 1: Número de exames médicos periódicos realizados

O indicador de Exames Médicos Periódicos – EMP expressa o alcance das ações de acompanhamento da saúde ocupacional. Após a implementação da nova metodologia, em julho de 2022, os resultados passaram a apresentar variações compatíveis com o ciclo bianual dos exames e com a dinâmica de adesão dos órgãos.

No exercício de 2025, foram realizados 42.139 exames, frente a 20.284 em 2024, indicando retomada do ritmo de execução do programa, com distribuição mensal mais equilibrada ao longo do ano.

A DESSS mantém o monitoramento do indicador, considerando fatores como programação bianual, adesão dos órgãos e capacidade operacional, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo do programa.

Gráfico 33 – Exames Médicos Periódicos Realizados de Jan a Dez (2024/2025)



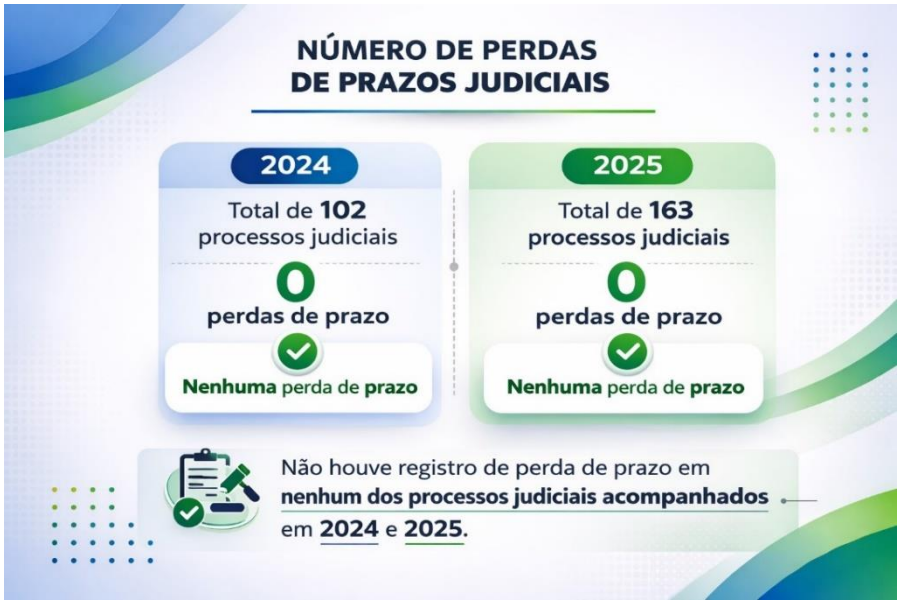
Fonte: Sistema SGG, DESSS/SEAD, 2025.

Indicador 2: Número de perdas de prazos judiciais

O indicador integra o conjunto de métricas monitoradas no âmbito da Gestão de Riscos do Programa de Compliance Público, evidenciando o zelo da Diretoria pela segurança jurídica institucional.

Em 2025, considerando o acompanhamento de 163 processos judiciais, não houve registro de perda de prazo, o que reflete a efetividade do monitoramento sistemático dos fluxos processuais implementado pela unidade.

Figura 96 – Perdas de prazos judiciais em 2025



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, quanto à gestão de suprimentos, os indicadores de gestão de 2025 avaliaram o desempenho institucional com foco em conformidade e eficiência. Registrou-se alta conformidade nos controles internos, com

acuracidade de 94,1% na gestão de 21.888 itens, superando a meta de 90%. Adicionalmente, os avanços na otimização dos fluxos para os 36 órgãos e entidades públicas alcançaram a marca de 40%, fortalecendo a transparência dos serviços prestados.

O monitoramento sistemático permitiu identificar as fortalezas operacionais da unidade e atuar na mitigação de fragilidades em sistemas legados, otimizando processos por meio da análise contínua de dados. Tais indicadores subsidiaram a realização de 1.740 suportes técnicos, superando as metas do PPA 2024-2027 e demonstrando compromisso com a responsabilidade societal. Em comparação a 2024, houve ganho expressivo em monitoramento, consolidando uma cultura de rede que valoriza o erário e evidencia a alta performance do Poder Executivo estadual.

Tabela 12 – Resultados de performance

ANO	2025
Usuários internos	119.000
Usuários externos	63.000
Chamados atendidos	62.423
Processos autuados	1.460.000

Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, tem-se que seus indicadores de gestão são utilizados como instrumentos estruturantes para monitorar a execução das iniciativas de transformação da gestão e dos serviços públicos, permitindo avaliar a eficiência operacional, a eficácia das entregas e o nível de transparência e governança institucional. Esses indicadores abrangem dimensões como evolução da digitalização e simplificação de serviços, maturidade em gestão por processos, desempenho dos canais de atendimento e avaliação do cidadão, execução de projetos estratégicos, disseminação de metodologias e integração entre órgãos estaduais. O acompanhamento sistemático e a comparação entre resultados alcançados e metas pactuadas possibilitam identificar oportunidades de melhoria, otimizar fluxos de trabalho, fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências e demonstrar responsabilidade pública, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão e para a geração de valor sustentável à sociedade. Os dados e detalhes estão distribuídos na organização deste Relatório de Gestão.

Quanto à SGAC, os indicadores de gestão são utilizados para monitorar a eficiência operacional da rede, a qualidade da prestação dos serviços e a transparência na administração dos recursos públicos. Destacam-se como principais instrumentos de gestão:

- Monitoramento do volume de atendimentos e da capacidade operacional das unidades, permitindo avaliação da produtividade e planejamento da distribuição de demandas;
- Acompanhamento do tempo médio de espera, como parâmetro de eficiência e organização dos fluxos;
- Índice de satisfação do cidadão, utilizado como métrica de qualidade do atendimento;
- Relatórios gerenciais extraídos do SIGAC, que permitem controle de desempenho por unidade, serviço e colaborador;
- Indicadores de capacitação, como carga horária de treinamentos realizados, voltados ao fortalecimento das competências institucionais.

A comparação sistemática desses indicadores com metas internas pactuadas permite identificar pontos de melhoria, ajustar processos operacionais, priorizar investimentos e fortalecer a tomada de decisão baseada em dados.

O acompanhamento contínuo desses parâmetros contribui para maior eficiência administrativa, transparência na gestão da rede de atendimento e aprimoramento permanente dos serviços ofertados à sociedade.

Quanto à SUPERINOVA, esta utiliza indicadores de gestão para monitorar a execução de suas atividades, a organização do portfólio de iniciativas e a eficiência dos processos internos, com foco no acompanhamento da performance da unidade, no apoio à tomada de decisão gerencial e no fortalecimento da transparência institucional.

A comparação entre os resultados apurados e as metas e objetivos pactuados é realizada por meio do acompanhamento sistemático das iniciativas e do monitoramento gerencial da unidade, possibilitando a identificação de desvios, a reprogramação de atividades, a otimização dos processos internos e o aprimoramento contínuo da gestão, em consonância com as prioridades institucionais da SEAD.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, os indicadores de gestão são utilizados para acompanhar e avaliar a eficiência, a organização e a qualidade dos processos administrativos desenvolvidos pela unidade, no âmbito de suas atribuições de acompanhamento e orientação das empresas estatais do Estado de Goiás.

Destaca-se a publicação de informações sobre as empresas, tais como os boletins periódicos, a atualização dos painéis de BI e do cadastro de autoridades. Além disso, existem as manifestações via processos SEI nos tópicos estabelecidos pelo art. 11 do Decreto nº 10.437, de 9 de abril de 2024.

A avaliação periódica desses indicadores, em comparação com os objetivos institucionais estabelecidos, contribui para o fortalecimento da gestão, da transparência e da responsabilidade administrativa no acompanhamento das empresas estatais, em consonância com as diretrizes da SEAD.

28.4 INDICADORES DE DESEMPENHO

Na estrutura da Chefia de Gabinete da SEAD, os indicadores de desempenho constituem o sistema métrico que permite traduzir a eficiência da gestão e a governança em dados quantificáveis, assegurando que o suporte estratégico ao Titular da Pasta seja mensurado de forma objetiva. Diferente das metas globais da Secretaria, esses indicadores focam na praticidade organizacional e no desempenho de processos específicos, como o tempo médio de resposta a processos administrativos, o índice de resolutividade de demandas da Ouvidoria e o percentual de conformidade dos atos normativos analisados pelo gabinete. Ao monitorar essas métricas, a unidade consegue realizar uma análise minuciosa de sua capacidade operacional, identificando gargalos em departamentos ou fluxos individuais que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos pactuados no Plano Estratégico SEAD 2023-2026.

A comparação entre os resultados obtidos e as metas estabelecidas revela o grau de aderência da Chefia de Gabinete às diretrizes de eficiência e agilidade. Por exemplo, a meta de reduzir o tempo de tramitação de processos sob responsabilidade do gabinete é confrontada mensalmente com os dados extraídos do sistema de gestão, permitindo verificar se a alocação de recursos humanos e

tecnológicos está surtindo o efeito esperado. Da mesma forma, o índice de cumprimento das recomendações de *Compliance* serve como um termômetro para a saúde ética da unidade, comparando o estado atual da governança com os níveis de integridade exigidos pela alta administração. Esse confronto entre o "realizado" e o "pactuado" fornece a base para o ciclo de melhoria contínua, onde o desvio de qualquer indicador aciona imediatamente ações de correção ou reforço tático.

Além da produtividade interna, os indicadores de desempenho da Chefia de Gabinete avaliam a qualidade da interação com as partes interessadas, como o tempo de atendimento às solicitações via Lei de Acesso à Informação – LAI e o nível de satisfação dos usuários com a Ouvidoria. Quando os resultados superam as metas, evidencia-se uma potencialidade na gestão de talentos e no uso de tecnologias disruptivas; quando ficam aquém, os indicadores apontam a necessidade de requalificação ou revisão de processos. Portanto, essas ferramentas não são apenas mecanismos de controle, mas instrumentos de transparência que demonstram como o esforço diário da equipe do gabinete se converte em eficácia administrativa, garantindo que cada meta operacional contribua para a missão institucional de gerar valor público duradouro.

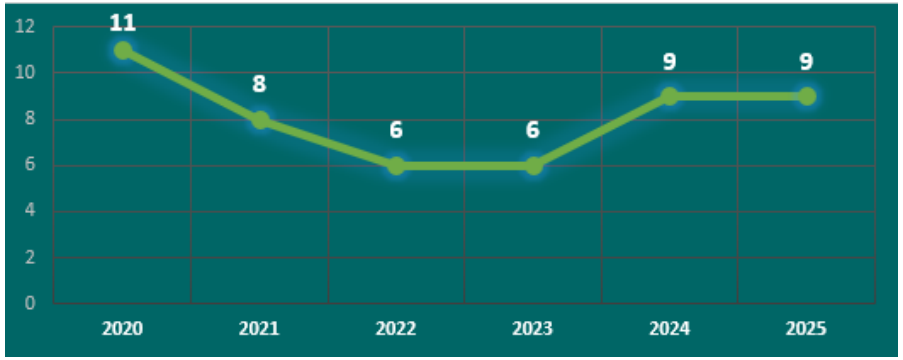
Quanto à Procuradoria Setorial, os indicadores utilizados pela unidade permitem acompanhar a produtividade da unidade e a qualidade das análises jurídicas realizadas. Para esse monitoramento, são considerados o volume de processos examinados no exercício, o tempo médio de emissão de pareceres e o índice de atendimento das demandas dentro dos prazos estabelecidos.

Os dados são registrados no sistema CORA-PGE, ferramenta que se encontra em processo de reformulação pela Procuradoria-Geral do Estado, contando com a participação da unidade na adequação das funcionalidades às suas rotinas específicas. O acompanhamento desses parâmetros evidencia a regularidade das atividades desenvolvidas, o cumprimento dos prazos institucionais e a manutenção de padrões de conformidade jurídica, refletindo na prevenção de riscos e no fortalecimento das práticas de governança.

O indicador de desempenho da Ouvidoria Setorial é o Tempo Médio de Resposta. Em relação a este tempo por parte das Unidades de Ouvidoria, a Lei Federal n.º 13.460/17 estabelece o prazo de 30 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, para oferecer resposta conclusiva à manifestação registrada pelo usuário de serviços públicos. No Poder Executivo do Estado de Goiás utiliza-se o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa, conforme o Decreto Estadual n.º 10.466, de 14 de maio de 2024. Dessa forma, considera-se o prazo mais benéfico ao usuário.

Durante o ano de 2025, no que tange ao prazo médio de resposta geral, o resultado foi de 9 dias, mantendo bom desempenho, abaixo dos 10 (dez) dias de resposta.

Gráfico 34 – Comparativo Anual – Tempo Médio de Resposta



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025.

O Escritório de Projetos Setorial utiliza um conjunto estruturado de indicadores de desempenho para monitorar e avaliar a eficácia das suas ações e a aderência aos objetivos estratégicos. Esses indicadores fornecem uma análise detalhada do desempenho da unidade, permitindo ajustes e aprimoramentos contínuos.

Como parte da Estrutura da Rede de Projetos, centralizada na Secretaria-Geral de Governo, a governança dos projetos utiliza o sistema de monitoramento e acompanhamento de projetos do Estado de Goiás - GOMAP. Mensalmente, os projetos cadastrados no GOMAP são atualizados e monitorados, com a orientação do Escritório de Projetos Setorial. Cada projeto é avaliado segundo os seguintes indicadores (Ref. 2025):

- Monitoramento atualizado (mensal);
- Qualidade do Cronograma;
- Cadastro e monitoramento de riscos;
- Vinculação de PDF - Previsão de desembolso financeiro ao projeto;
- PDFs Consistentes;
- Frequência de Replanejamento;
- Aderência ao Cronograma;
- Gestão dos Prioritários.

A pontuação obtida com o atendimento a esses critérios resulta em uma nota para cada Órgão, e é gerado um Ranking dos órgãos no GOMAP, que mostra o desempenho de cada um nas boas práticas de Gestão de Projetos.

Além da Nota geral no Ranking do GOMAP, os seguintes indicadores também são acompanhados:

- Quantidade de projetos em execução;
- Avaliação da maturidade em gerenciamento de projetos.

A Superintendência de Gestão Integrada – SGI apresenta os seguintes indicadores:

1. **Eficiência no Saneamento dos Convênios**
    - Meta Pactuada: Arquivar 100 % dos convênios
    - Resultado Obtido: Arquivamento de 27,45% dos convênios
    - Análise: Estão em andamento tratativas com o Tribunal de Contas do Estado a fim de efetivar o arquivamento de 100% dos convênios sob custódia da Gerência.
2. **Implantação dos riscos na SEAD**
    - Meta Pactuada: Mapear os riscos em 100% das unidades da SEAD
    - Resultado Obtido: Mapeamento dos riscos em 57% dos convênios
    - Análise: Com a reforma administrativa houve a criação de novas áreas e atualmente o quantitativo de servidores atuando na Gestão de Riscos está aquém do ideal para cumprimento da meta.
3. **Tempo Médio de Resposta a Demandas Internas e Externas**
    - Meta Pactuada: Atender 100% das solicitações em até 5 dias úteis.
    - Resultado Obtido: O índice foi de 99%, ficando 1 ponto percentual abaixo da meta.
    - Análise: A necessidade de ajustes nos processos internos impactou na agilidade das respostas.

4. Índice de maturidade em Gestão de Risco da SEAD

- Meta Pactuada: Atingir nível 3 no índice de maturidade em gestão de riscos na SEAD.
- Resultado Obtido: Atingimos nível 3 de maturidade em gestão de riscos na SEAD.
- Análise: O atingimento do nível 3 no índice de maturidade em gestão de riscos na SEAD reflete um avanço relevante nas classificações de práticas estruturadas para segurança, avaliação, mitigação e monitoramento de riscos. Esse resultado demonstra que a Secretaria adotou diretrizes e metodologias eficazes para garantir a efetividade da gestão de riscos, fortalecendo a governança pública e a transparência nos processos administrativos.

5. Capacitação em Gestão de contratos de Gestores e Fiscais de Contratos da SEAD

- Meta pactuada: Ter 100% dos Gestores e Fiscais de contratos da SEAD capacitados em Gestão de contratos.
- Resultado Obtido: O índice de capacitação dos Gestores e Fiscais de contratos da SEAD foi de 90%
- Análise: Embora a meta de 100% de capacitação não tenha sido completamente atingida, o índice de 90% representa um progresso expressivo e evidencia o compromisso da SEAD com a qualificação dos servidores.

6. Capacitação em Gestão de Riscos dos Titulares de Unidades Básicas e Complementares da SEAD

- Meta pactuada: Ter 100% dos Titulares de Unidades Básicas e Complementares da SEAD capacitados em Gestão de riscos.
- Resultado Obtido: O índice de capacitação dos Titulares de Unidades Básicas e Complementares da SEAD foi de 48,81%.
- Análise: O índice de 48,81% evidencia um desafio na disseminação da cultura de gestão de riscos na SEAD.

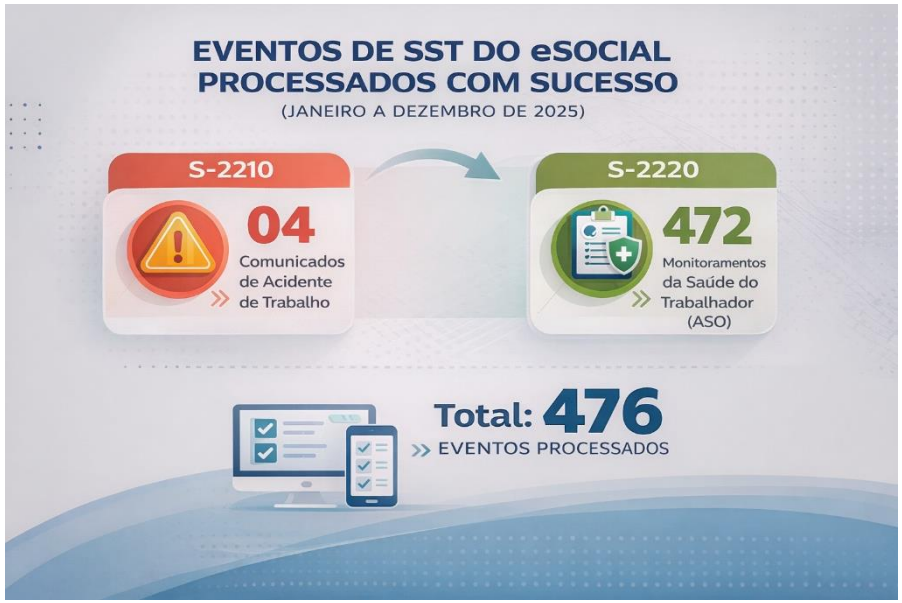
No âmbito da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS, esta possui 5 (cinco) indicadores de desempenho, quais sejam:

Indicador 1: Número de eventos do eSocial processados com sucesso

O indicador sinaliza a eficiência no cumprimento das obrigações legais de SST no âmbito do eSocial, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.373/2014.

A quantidade de eventos S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador) processados com sucesso evidencia a atuação da DESSS na gestão e no registro dos exames médicos ocupacionais dos servidores.

Figura 97 – Eventos de SST do eSocial processados com sucesso de Jan a Dez/2025



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

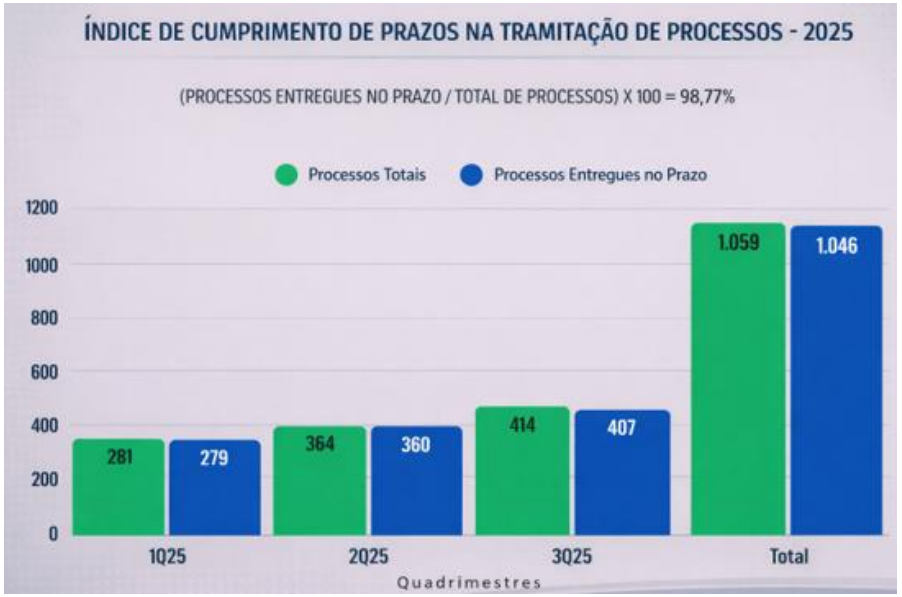
A interpretação dos eventos deve considerar sua natureza específica. Enquanto o aumento dos registros S-2220 tende a refletir maior cobertura das ações de monitoramento da saúde ocupacional, a ocorrência de eventos S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho) está associada a registros de acidentes laborais, sendo desejável sua redução ao longo do tempo.

Indicador 2: Índice de cumprimento de prazos na tramitação de processos

O indicador avalia a eficiência na gestão de processos administrativos da unidade, mensurando o percentual de processos finalizados dentro do prazo estabelecido.

Em 2025, o índice de cumprimento de prazos na tramitação de processos alcançou 98,77%, resultado que evidencia elevado nível de conformidade temporal. O desempenho observado está associado ao monitoramento contínuo das atividades e ao alinhamento de prazos com as áreas envolvidas, contribuindo para maior previsibilidade na gestão dos atos administrativos e para a regularidade das entregas institucionais.

Gráfico 35 – Índice de cumprimento de prazos na tramitação de processos (2025)



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

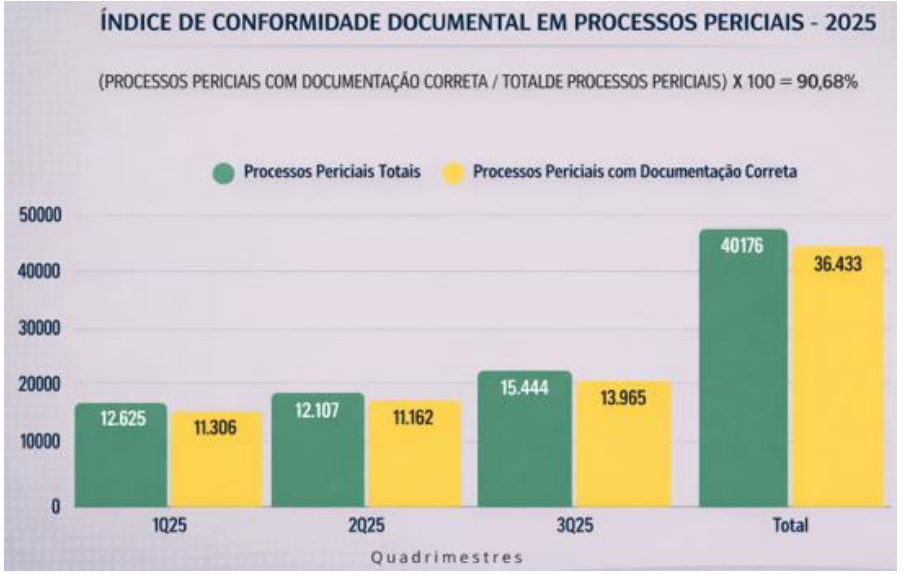
Indicador 3: Índice de conformidade documental em processos periciais

O indicador mede o grau de adequação da documentação apresentada pelos servidores no momento da solicitação da perícia, refletindo a efetividade das orientações institucionais prestadas pela DESSS. Em 2025, o índice alcançou 90,68%, indicando que a maior parte dos processos foi instruída adequadamente já na fase inicial, o que contribui para a redução de retrabalho e para maior celeridade do fluxo pericial.

O desempenho observado está associado, entre outros fatores, ao fortalecimento das comunicações institucionais, à revisão de instruções e formulários com foco em maior clareza e à ampliação dos canais de orientação ao servidor.

Cálculo: (Nº de processos periciais com documentação correta/ Total de processos periciais) ×100 = Índice de Conformidade Documental.

Gráfico 36 – Índice de conformidade documental em processos periciais (2025)



Fonte: DESSS/SEAD, 2025.

Indicador 4: Indicador de eficiência do teleatendimento

Os indicadores de teleatendimento em 2025 evidenciam a manutenção da capacidade operacional da unidade no suporte remoto aos servidores. A média de 2.504 atendimentos telefônicos mensais demonstra demanda contínua pelo canal, enquanto o tempo médio de atendimento de 3 minutos e 39 segundos indica atendimento objetivo e compatível com a natureza predominantemente orientativa das demandas. No período, foram realizados 7.393 agendamentos e 943 encaixes para exame admissional, refletindo a atuação do teleatendimento como

importante porta de acesso aos serviços da DESSS e como mecanismo de apoio à organização do fluxo assistencial.

Figura 98 – Indicadores de Eficiência do Teleatendimento 2025



Fonte: Sistema de Acompanhamento à Licença do Servidor – Salis, 2025.

De forma geral, os resultados sugerem funcionamento regular do canal, permanecendo como oportunidade de evolução a ampliação do monitoramento qualitativo dos atendimentos e o aperfeiçoamento contínuo dos fluxos de comunicação com os usuários.

Indicador 5: Indicadores de uso da intranet

Em 2025, a intranet da unidade manteve utilização regular como instrumento de apoio informacional interno. Ao longo do ano, foram publicados 91 conteúdos, que somaram 49.503 visualizações e 3.627 visitas. Além disso, a média de 13,17 páginas por visita sugere navegação consistente pelos usuários.

De forma geral, os dados indicam que o ambiente tem cumprido seu papel de suporte às rotinas informacionais da DESSS, permanecendo como oportunidade de evolução o aprimoramento contínuo da usabilidade e do monitoramento dos acessos.

Figura 99 – Indicadores de Uso da Intranet 2025



Fonte: Sistema WordPress, DESSS/SEAD, 2025.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio, quanto à gestão de logística, os indicadores de desempenho em 2025 quantificaram praticidade: acuracidade de 94,1% (meta de 90%, com foco em processos de armazenamento para 21.888 itens), e 1.740 suportes (meta de 1.500 suportes, com análise departamental para 1.237 usuários), superando os objetivos via suporte às decisões baseadas em dados. Os indicadores específicos para almoxarifados reduziram inconsistências se comparado a 2024, avaliando eficiência em indivíduos e fluxos nos 39 órgãos e entidades públicas do Poder Executivo do Estado de Goiás.

Os resultados destacam análise de *gaps* em planejamento de maturidade, otimizando departamentos para redes colaborativas que valorizam o erário.

No tocante à Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à Superintendência Central de Transformação Pública, os indicadores de desempenho são estruturados a partir do Plano Estratégico SEAD 2023-2026 e da metodologia OKR, permitindo monitorar de forma contínua a execução das iniciativas de modernização da gestão e dos serviços públicos, bem como a geração de valor público à sociedade. Nesse contexto, destacam-se indicadores como percentual de serviços digitalizados e disponibilizados em múltiplos canais, nível de simplificação e revisão de processos com base na cadeia de valor, índice de satisfação do cidadão e qualidade da experiência do usuário, tempo médio de atendimento e resolução de demandas, grau de maturidade em gestão por processos e integração entre órgãos, evolução dos OKRs estratégicos e operacionais voltados a cidadãos, servidores e órgãos públicos, além do nível de execução das estratégias institucionais de inovação, integração e eficiência administrativa.

O acompanhamento sistemático desses indicadores, alinhado aos mecanismos de governança, liderança, estratégia e controle, possibilita análises comparativas com metas pactuadas, aprimora a tomada de decisão baseada em evidências e fortalece a transparência, a prestação de contas e a melhoria contínua das políticas e serviços públicos ofertados. Sendo que os dados e detalhes estão distribuídos na organização deste Relatório de Gestão.

Quanto à Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão, os indicadores de desempenho são utilizados para monitorar a eficiência dos processos internos, a produtividade da rede e a qualidade da gestão operacional. Destacam-se:

- Monitoramento em tempo real por meio do SIGAC, permitindo acompanhamento da produtividade por atendente, por unidade e por serviço;
- Distribuição proporcional de demandas, assegurando equilíbrio operacional entre equipes;
- Controle do fluxo de atendimento e redirecionamento de senhas, reduzindo retrabalho e otimizando a jornada do usuário;
- Relatórios gerenciais customizáveis, que subsidiam decisões estratégicas e ajustes operacionais;
- Avaliação de desempenho dos colaboradores, por meio de módulo específico em fase de implantação.

O acompanhamento sistemático desses indicadores permite análise comparativa com metas internas pactuadas, identificação de gargalos e implementação de melhorias contínuas na gestão do atendimento.

Quanto à Superintendência de Inovação da Gestão Pública, esta acompanha o desempenho de suas atividades por meio de indicadores operacionais e gerenciais voltados ao monitoramento das iniciativas de inovação aberta, de inteligência de negócios públicos e de disseminação da cultura de inovação, com foco na verificação do alcance dos objetivos pactuados para o exercício.

A comparação entre os resultados obtidos e as metas estabelecidas ocorre de forma contínua no acompanhamento do portfólio de iniciativas da unidade, permitindo ajustes de priorização, redistribuição de esforços da equipe e reprogramação de atividades, de modo a assegurar o alinhamento com os objetivos institucionais e a efetividade das ações desenvolvidas.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, são utilizados indicadores de desempenho para acompanhar a execução das atividades desenvolvidas pela unidade no âmbito do monitoramento das empresas estatais do Estado de Goiás. Esses indicadores permitem avaliar a eficiência dos processos de acompanhamento, análise e consolidação das informações relativas às 13 empresas estatais estaduais.

O acompanhamento é realizado por meio da coleta, consolidação e análise das informações apresentadas nos boletins trimestrais e anual das empresas estatais, que reúnem dados econômico-financeiros e operacionais relevantes para o monitoramento da gestão dessas entidades.

Como forma de aprimorar esse processo, a unidade desenvolveu painéis gerenciais em plataforma *Power* BI, que possibilitam a organização e visualização das informações de maneira padronizada e mais eficiente. A utilização dessa ferramenta contribui para maior agilidade na análise dos dados e para o acompanhamento sistemático das informações relacionadas às empresas estatais.

Dessa forma, os indicadores de desempenho permitem avaliar a eficiência das atividades de monitoramento realizadas pela Gerência, contribuindo para o fortalecimento da governança e da gestão das empresas estatais no âmbito do Estado de Goiás.

28.5 INDICADORES DE IMPACTO

Os Indicadores de Impacto são métricas essenciais para avaliar as mudanças estruturais e duradouras promovidas por políticas públicas, programas e projetos governamentais. Eles permitem verificar se as ações implementadas pela SEAD resultaram em transformações socioeconômicas, ambientais e culturais que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

No âmbito da Chefia de Gabinete da SEAD, os indicadores de impacto representam o nível mais elevado de avaliação, pois mensuram a transformação real, estrutural e de longo prazo gerada pela governança na sociedade goiana. Enquanto os resultados focam no imediato, o impacto observa se as ações de suporte estratégico e articulação institucional conseguiram, de fato, elevar o patamar da administração pública, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida por meio de um Estado mais eficiente e íntegro.

Para uma unidade administrativa de comando e suporte, o impacto não é medido apenas por uma entrega isolada, mas pela perenidade das mudanças na cultura de gestão. Os indicadores de impacto refletem se a SEAD tornou-se uma instituição mais resiliente e se essa eficiência interna transcendeu para os serviços públicos finalísticos (como saúde e segurança), gerando economia de recursos e maior confiança do cidadão no governo:

- Índice de Confiança Institucional e Transparência: avalia a mudança na percepção do cidadão e dos órgãos de controle sobre a integridade da Pasta ao longo dos anos;
- Sustentabilidade da Austeridade Fiscal: mede o impacto de longo prazo das decisões de racionalização de gastos orquestradas pelo Gabinete na saúde financeira do Estado; e
- Nível de Maturidade da Governança Estadual: observa como a articulação interinstitucional do Gabinete elevou o padrão de gestão em outros órgãos, criando uma cultura de governança sistêmica.

O impacto final da Chefia de Gabinete é garantir que a SEAD funcione como um alicerce seguro para o Estado. Ao assegurar que as decisões do Secretário sejam rápidas e baseadas em dados, o Gabinete minimiza o desperdício de recursos que, de outra forma, fariam falta em políticas de justiça social. A melhoria na qualidade de vida do cidadão ocorre de forma indireta, mas profunda: um Estado bem gerido, transparente e tecnologicamente avançado é capaz de responder melhor às crises e planejar o futuro com sustentabilidade.

A comparação constante desses impactos com as metas do Plano de Governo assegura que a unidade não perca de vista sua missão de gerar valor público que transcenda mandatos, consolidando-se como um legado de excelência para a sociedade goiana.

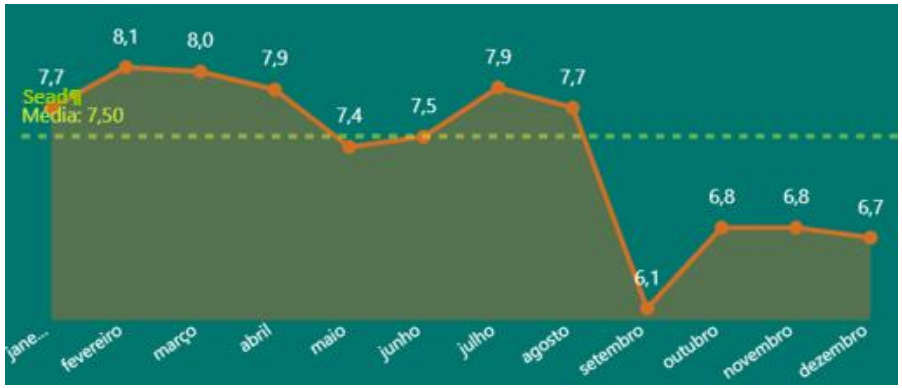
Na Procuradoria Setorial, os indicadores de impacto relacionam-se às mudanças estruturais observadas na condução dos processos administrativos assessorados pela unidade, especialmente quanto à estabilidade jurídica das decisões adotadas ao longo do tempo.

O acompanhamento da manutenção dos atos formalizados após análise jurídica, da redução de ajustes posteriores decorrentes de falhas formais e da diminuição de questionamentos reiterados evidencia a consolidação de práticas mais seguras e padronizadas no âmbito da gestão.

O indicador de impacto da Ouvidoria Setorial é a nota de recomendação, que considera a média das notas dadas pelos manifestantes, numa escala de 0 a 10, em pergunta aos usuários do serviço público na pesquisa de satisfação, realizada após a finalização

da manifestação: “Você recomendaria a ouvidoria?”. No gráfico abaixo é possível verificar na maioria dos meses excelente nível de recomendação, registrando, no ano de 2025, nota média de 7,5, permanecendo acima da nota média estadual de 7,4:

Gráfico 37 – Evolução Mensal de 2025



Fonte: Ouvidoria Setorial/SEAD, 2025.

Na seara do Escritório de Projetos Setorial, para gestão de projetos, a análise de impacto é um elemento fundamental do ciclo de vida das iniciativas, garantindo que os objetivos estratégicos sejam alcançados e que os investimentos públicos gerem benefícios reais e mensuráveis para a sociedade.

No contexto da SEAD, os indicadores de impacto estão relacionados, principalmente, à melhoria da eficiência na gestão de recursos públicos, ao aprimoramento da governança organizacional e ao aumento da qualidade das entregas governamentais direcionadas ao cidadão. Esses resultados refletem o alinhamento das ações conduzidas com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Governo, no Plano Plurianual – PPA e no Plano Estratégico SEAD 2023-2026.

Entre os impactos observados, destaca-se o fortalecimento da cultura de gestão orientada a resultados, evidenciado pela consolidação de práticas estruturadas de gerenciamento de projetos, programas e portfólios, contribuindo para maior previsibilidade, transparência e efetividade na execução das políticas públicas. Esse avanço atende às metas institucionais relacionadas à melhoria da governança e ao aumento da maturidade organizacional, demonstrando evolução consistente em relação aos níveis anteriormente aferidos.

Outro impacto relevante refere-se à ampliação da integração entre áreas estratégicas da Secretaria e entre diferentes órgãos governamentais, promovendo maior articulação interinstitucional e otimização do uso de recursos públicos. Os resultados alcançados indicam aderência às metas pactuadas de fortalecimento da gestão transversal e de melhoria da coordenação das iniciativas estratégicas, contribuindo para a entrega de soluções mais eficazes e alinhadas às necessidades da sociedade.

Observa-se, ainda, impacto positivo na qualificação da tomada de decisão estratégica, decorrente da disponibilização de informações gerenciais consolidadas, monitoramento sistemático de riscos e acompanhamento estruturado dos projetos prioritários. Esse cenário contribui para maior assertividade na definição de prioridades institucionais e para o direcionamento adequado dos investimentos públicos, atendendo aos objetivos estratégicos de eficiência administrativa e sustentabilidade das políticas públicas.

A análise comparativa entre metas e resultados demonstra que as ações coordenadas pelo Escritório de Projetos Setorial têm contribuído para a geração de impactos institucionais relevantes e

progressivos, especialmente no fortalecimento da governança, na melhoria da qualidade da gestão pública e na ampliação da capacidade do Estado em entregar resultados estruturantes à sociedade. Os avanços observados indicam aderência às diretrizes estratégicas estabelecidas, bem como evolução contínua na capacidade de promover transformações organizacionais sustentáveis.

No que diz respeito à Superintendência de Gestão Integrada observa-se os seguintes Indicadores de Impacto:

1. Indicador de Condições Estruturais das Unidades

Este indicador mede o impacto das manutenções prediais nas condições físicas das unidades Administrativas e **VAPT VUPT**. O objetivo é garantir que as instalações estejam adequadas para o atendimento ao público.

- **Métrica**: Percentual de unidades com infraestrutura em bom estado (baseado em inspeções periódicas).
- **Objetivo**: Aumentar o número de unidades em que a infraestrutura predial não apresenta problemas significativos, como vazamentos, defeitos elétricos, ou falhas estruturais.
- **Impacto**: Melhorias na infraestrutura predial aumentam a eficiência do atendimento, diminuem o tempo de espera e promovem um ambiente mais agradável para os cidadãos.

2. Indicador de Qualidade e Conforto do Mobiliário

Esse indicador avalia a qualidade e adequação do mobiliário (mesas, cadeiras, balcões, etc.) nas **unidades administrativas** e **VAPT VUPT**, com base em solicitações específicas ou necessidades identificadas.

- **Métrica**: Percentual de unidades em que o mobiliário foi avaliado como adequado, com base em uma análise das condições de conforto e funcionalidade, levando em consideração as solicitações feitas pelas unidades ou necessidades críticas.
- **Objetivo**: Atender às solicitações de substituição ou adequação do mobiliário nas unidades administrativas e VAPT VUPT, garantindo que as condições de trabalho e atendimento ao público sejam adequadas quando identificado um problema ou necessidade específica.
- **Impacto**: Melhorias no mobiliário, quando solicitadas, contribuem para a agilidade no atendimento e para o conforto dos servidores e cidadãos, resultando em um ambiente mais eficiente e com maior satisfação no serviço prestado.

3. Indicador de Frequência e Eficiência das Manutenções Prediais

Esse indicador mede a eficácia e a frequência das manutenções prediais realizadas nas unidades VAPT VUPT.

- **Métrica**: Tempo médio entre manutenções e a taxa de resolutividade das manutenções prediais.

- **Objetivo**: Reduzir o tempo entre manutenções e garantir que as manutenções realizadas resolvam de maneira eficaz os problemas estruturais.
- **Impacto**: Manutenções bem realizadas e dentro de prazos curtos contribuem para a continuidade dos serviços, minimizando interrupções e garantindo que as unidades funcionem sem falhas significativas.

4. Indicador de Satisfação com a Infraestrutura

Esse indicador pode ser baseado em pesquisas de satisfação feitas com cidadãos e servidores sobre as condições da infraestrutura e do mobiliário nas unidades VAPT VUPT.

- **Métrica**: Monitoramento da frequência de solicitações de manutenção relacionadas à infraestrutura e mobiliário, além da análise de feedbacks obtidos por outras unidades responsáveis pela coleta de opiniões de cidadãos e servidores (ex.: unidades de atendimento ao público ou pesquisas realizadas pelas gerências responsáveis).
- **Objetivo**: Melhorar a infraestrutura e o mobiliário nas unidades, garantindo que a manutenção e as reformas tenham impacto positivo na eficiência dos serviços prestados e no ambiente de trabalho dos servidores.
- **Impacto**: A melhoria da infraestrutura contribui para maior eficiência no atendimento e conforto no ambiente de trabalho, minimizando falhas estruturais e proporcionando um atendimento mais ágil e adequado aos cidadãos.

5.Comparação com Metas e Objetivos Pactuados

Esses indicadores de impacto devem ser analisados em relação às metas estabelecidas tanto para as **unidades administrativas** quanto para as **unidades VAPT VUPT**, com foco na melhoria contínua das condições físicas e mobiliárias.

- **Meta de Infraestrutura**: Realizar a manutenção, reforma ou melhorias em 10% das unidades administrativas e VAPT VUPT, com o objetivo de melhorar o conforto, segurança, acessibilidade das unidades e expandir o atendimento ao público nas unidades VAPT VUPT.
- **Meta de Mobiliário**: Melhorar a qualidade do mobiliário nas unidades administrativas e VAPT VUPT conforme a necessidade, com foco na substituição de itens críticos e adequação das condições de trabalho e atendimento.
- **Meta de Satisfação**: Alcançar uma satisfação de 90% ou mais com a qualidade da infraestrutura nas unidades, tanto entre os servidores das unidades administrativas quanto entre os cidadãos atendidos nas unidades VAPT VUPT.

A comparação entre os resultados obtidos e as metas estabelecidas ajuda a determinar se as ações de manutenção e melhoria estão sendo eficazes, além de permitir ajustes necessários para alcançar os objetivos de longo prazo da SGI.

No âmbito da Diretoria Executiva de Saúde e Segurança do Servidor – DESSS, o Índice de Absenteísmo constitui importante indicador de impacto da unidade. Este mede o percentual de tempo de trabalho

não realizado em razão de ausências dos servidores, especialmente por motivos de saúde e permite monitorar tendências de afastamento e apoiar a tomada de decisão gerencial.

Considerando um total de 255 dias úteis em 2025 (para um regime de trabalho semanal de segunda a sexta-feira) e o quantitativo de 89.739 servidores públicos estaduais ativos do Poder Executivo (Fonte: *Power* BI, posição em 31 de dezembro de 2025), estima-se um total aproximado de 22.883.445 dias potenciais de trabalho no ano, obtido pela multiplicação entre o número de dias úteis e o total de servidores ativos.

A partir dessa base de referência, o índice de absenteísmo é calculado pela razão entre o total de dias não trabalhados por motivo de licença e o total de dias potenciais de trabalho, multiplicada por 100. Em 2025, o indicador registrou 2,65%, enquanto em 2024 havia sido de 2,67%. Observa-se, portanto, leve redução do absenteísmo, indicando relativa estabilidade do indicador no período analisado.

Tabela 13 – Informações para o Índice de Absenteísmo em 2025

CATEGORIA DA LICENÇA MÉDICA	LICENÇAS CONCEDIDAS	SERVIDORES EM LICENÇA	DIAS NÃO TRABALHADOS
TRATAMENTO DE SAÚDE	22.156	11.977	528.659
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	1.819	1.282	21.748
MATERNIDADE	314	310	51.593
ACIDENTE DE TRABALHO	130	97	3.861
DOENÇA OCUPACIONAL	16	07	800
ACIDENTE DE TRABALHO DE TRAJETO	43	33	1.351
TOTAL	24.478	13.706	608.012

Fonte: Sistema de Acompanhamento à Licença do Servidor – Salis, 2025.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, quanto à gestão de logística, os indicadores de impacto em 2025 avaliaram mudanças duradouras: redução qualitativa em desperdícios ambientais (meta: melhoria sustentável, via mitigação de excessos em 21.888 itens), e elevação em confiança societal (meta: 20%, *feedbacks* de 39 órgãos e entidades públicas), transformando condições socioeconômicas melhoradas por serviços eficientes e 1.740 suportes.

Os resultados evidenciam efeitos em diversidade (340 capacitados, 27% dos 1237 usuários do SIGMATE) e cultura, promovendo desenvolvimento via redes que valorizam o erário.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, seus indicadores de impacto são compreendidos como métricas voltadas à avaliação das transformações estruturais e duradouras decorrentes das iniciativas de modernização da gestão e dos serviços públicos, evidenciando efeitos de médio e longo prazo para a sociedade e para a Administração Pública estadual. Consideram-se, nesse contexto, impactos relacionados à ampliação sustentável da digitalização e do acesso aos serviços públicos, ao aumento da satisfação e confiança do cidadão, ao fortalecimento da cultura de gestão por processos e tomada de decisão baseada em dados, à melhoria da eficiência administrativa e à consolidação de modelos de governança mais transparentes e colaborativos. A análise comparativa entre os resultados alcançados e os objetivos estratégicos pactuados – alinhados ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, aos OKRs e às agendas de transformação governamental – permite verificar a efetividade das políticas implementadas, avaliar sua contribuição para o desenvolvimento institucional e a qualidade de vida da população e orientar o aprimoramento contínuo das ações públicas com foco na geração de valor público sustentável. Dessa forma, os

dados e detalhes estão distribuídos na organização deste Relatório de Gestão.

A atuação da SGAC gera impactos estruturais na forma como a população acessa os serviços públicos estaduais. Observa-se, como efeitos de médio e longo prazos:

- Ampliação do acesso a direitos, com maior capilaridade e organização da rede de atendimento presencial;
- Redução de barreiras de acesso, especialmente para públicos mais vulneráveis, promovendo maior equidade no atendimento;
- Consolidação de padrão estadual de qualidade, garantindo previsibilidade, transparência e melhoria contínua dos serviços; e
- Fortalecimento da confiança do cidadão na administração pública, sustentado por níveis consistentes de satisfação e eficiência operacional.

Os resultados demonstram alinhamento aos objetivos estratégicos de modernização administrativa, inclusão e melhoria da qualidade dos serviços públicos, evidenciando contribuição efetiva para o desenvolvimento institucional e social no Estado.

Quanto à SUPERINOVA, esta acompanha os impactos de médio e longo prazos de suas iniciativas por meio de indicadores voltados à avaliação das mudanças estruturais na capacidade institucional do Estado para inovar, planejar e implementar políticas públicas de forma mais eficiente, colaborativa e orientada a dados, considerando que sua atuação não se dá diretamente na prestação de serviços finalísticos ao cidadão.

A comparação entre os resultados observados e as metas pactuadas ocorre no acompanhamento contínuo da evolução das iniciativas e da consolidação das práticas institucionais nos órgãos atendidos, permitindo verificar, no médio e longo prazos, se as ações desenvolvidas contribuem para o fortalecimento da gestão pública, para a melhoria sustentável da capacidade estatal e para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, os indicadores de impacto buscam avaliar os efeitos de médio e longo prazos decorrentes das ações voltadas ao fortalecimento da governança das empresas estatais do Estado de Goiás. Esses indicadores permitem verificar se as iniciativas de acompanhamento e orientação desenvolvidas pela unidade contribuem para mudanças estruturais na gestão dessas entidades.

Nesse contexto, os impactos podem ser observados na evolução das práticas de governança, no aprimoramento da transparência e na melhoria da gestão econômico-financeira das empresas estatais, fatores que contribuem para maior eficiência administrativa e sustentabilidade institucional.

A análise desses aspectos permite verificar se as ações desenvolvidas estão alinhadas aos objetivos estratégicos do Governo do Estado, promovendo uma gestão mais responsável, transparente e orientada à geração de valor público e à melhoria dos serviços prestados à sociedade.

.



INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

29 INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

No âmbito da Chefia de Gabinete, a interação com a sociedade é pautada pelo fortalecimento da transparência pública e pelo estímulo ao controle social, cumprindo rigorosamente as normativas de acesso à informação e participação cidadã. A unidade atua como o principal elo entre as demandas externas e o gabinete do Secretário, gerenciando canais que permitem ao cidadão não apenas obter informações, mas também intervir e colaborar com a gestão. O pilar central dessa interação é a Ouvidoria Setorial, subordinada tecnicamente à Chefia de Gabinete, que funciona como a porta de entrada para denúncias, reclamações, sugestões e elogios. Este canal é essencial para que a administração receba o *feedback* direto da sociedade sobre a qualidade dos serviços prestados, permitindo que a Pasta ajuste suas estratégias e metas conforme as necessidades reais da população goiana.

Além da Ouvidoria, a Chefia de Gabinete é responsável por coordenar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação – LAI. Por meio deste serviço, são disponibilizadas orientações e dados detalhados sobre a área de atuação da SEAD, garantindo que o cidadão exerça seu direito de fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução dos projetos previstos no Plano Estratégico SEAD 2023-2026. A unidade também promove a interação por meio da gestão de correspondências e solicitações oficiais que chegam via protocolo e sistemas digitais, assegurando que o tempo de resposta seja ágil e que a linguagem utilizada seja clara e acessível, eliminando barreiras burocráticas entre o Poder Executivo e o administrado.

A participação do cidadão é fomentada ainda pela disponibilização de informações no Portal da Transparência, cuja alimentação é supervisionada para garantir que os dados sobre gestão de pessoal, patrimônio e logística estejam sempre atualizados. A Chefia de Gabinete atua na mediação de audiências e reuniões, organizando o atendimento presencial e virtual para representantes da sociedade civil e demais interessados, reforçando o compromisso com a gestão participativa. Essas iniciativas visam não apenas cumprir as normas vigentes de governança, mas transformar a SEAD em uma instituição aberta e receptiva, onde a adoção de tecnologias e a digitalização de serviços facilitam a jornada do usuário e fortalecem a confiança da sociedade na Administração Pública estadual.

A Gerência da Secretaria-Geral – GESG realiza atendimento direto ao cidadão no âmbito de suas atribuições administrativas, por meio de atendimento presencial, e-mail institucional gesg.administracao@goias.gov.br, telefone (62) 3201-5780, que também é WhatsApp institucional, assegurando orientação e encaminhamento adequado das demandas relacionadas à atuação da secretaria.

A unidade atua como ponto de recepção e direcionamento de expedientes e solicitações administrativas, garantindo que as demandas externas sejam formalizadas, registradas e encaminhadas às áreas competentes para análise e providências. No exercício de 2025, a atuação da GESG no atendimento ao público foi pautada pelos princípios da transparência, formalidade e rastreabilidade, assegurando:

- Orientação clara quanto aos procedimentos administrativos;
- Encaminhamento adequado das demandas às unidades responsáveis;
- Registro e controle das comunicações recebidas;
- Observância aos prazos institucionais.

A interação direta com a sociedade contribui para o fortalecimento da transparência institucional e para a melhoria da experiência do cidadão no relacionamento com a Pasta, promovendo maior organização no fluxo das informações e eficiência na resposta às solicitações apresentadas.

A Procuradoria Setorial, em observância às normas vigentes de transparência, acesso à informação e participação social, integra os canais institucionais de atendimento ao cidadão, contribuindo para o fortalecimento do controle social e para a ampliação da interação entre a SEAD e a sociedade.

A atuação da unidade está alinhada aos princípios da publicidade, eficiência e transparência previstos na Constituição Federal, bem como às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assegurando que informações de interesse público sejam prestadas de forma clara, tempestiva e acessível.

A Procuradoria Setorial integra o sistema de Ouvidoria da SEAD, responsável por receber manifestações dos cidadãos, tais como denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações de informação. As demandas relacionadas a aspectos jurídicos são analisadas tecnicamente pela Procuradoria, quando necessário, garantindo resposta fundamentada e alinhada à legislação vigente.

No âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação, a unidade presta suporte jurídico às respostas fornecidas pela Secretaria, especialmente quando envolvem interpretação normativa, restrições legais de acesso ou classificação de informações sensíveis.

Como resultado, contribui para maior clareza nas informações prestadas à sociedade; segurança jurídica nas respostas e manifestações; prevenção de conflitos e judicializações desnecessárias.

A unidade atua como suporte técnico-jurídico essencial à política de transparência e participação social da SEAD, assegurando que o diálogo com o cidadão ocorra dentro dos parâmetros legais e com elevado padrão de qualidade técnica.

A Procuradoria Setorial contribui para a conformidade jurídica das informações divulgadas no Portal da Transparência, orientando quanto à publicidade de atos administrativos, contratos, pareceres e demais instrumentos sujeitos à transparência ativa.

A atuação da Procuradoria Setorial fortalece o controle social ao: garantir respostas fundamentadas às demandas da sociedade; assegurar conformidade legal na divulgação de informações públicas; mitigar riscos de omissão ou divulgação indevida de dados; promover maior transparência nos atos administrativos; contribuir para a confiabilidade institucional da SEAD.

Assim, ao qualificar juridicamente as respostas institucionais e orientar a Administração quanto aos limites e deveres de publicidade, a Procuradoria Setorial contribui para a consolidação de um ambiente de governança participativa e responsável.

A Corregedoria Setorial interage com a sociedade, predominantemente, por meio do recebimento e tratamento de manifestações e denúncias registradas nos canais institucionais, em

especial no Sistema de Gestão de Ouvidoria – SGOe, além de comunicações encaminhadas por outros meios oficiais.

A Corregedoria Setorial depende da participação social e institucional para identificação de irregularidades e aprimoramento da integridade pública. Nesse sentido, permanece acessível para receber denúncias, questionamentos e documentos por canais institucionais, assegurando encaminhamento adequado e resguardando o sigilo legal quando aplicável.

A partir dessas manifestações, quando cabível, a Corregedoria adota providências de apuração e encaminhamento conforme sua competência, resguardando o sigilo legal e as restrições de acesso aos autos.

No exercício, a Corregedoria prestou esclarecimentos sobre trâmites e encaminhamentos, na medida do possível e dentro dos limites legais, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a Lei de Acesso à Informação e a demais legislação aplicável. Também prestou orientações e suporte aos envolvidos nos processos de sua competência, inclusive partes e representantes, com foco em assegurar previsibilidade procedimental, transparência compatível com a natureza dos feitos e adequada condução das demandas, sem prejuízo das cautelas aplicáveis a informações sensíveis e casos submetidos a sigilo.

A Ouvidoria Setorial constitui, atualmente, um dos principais canais de participação dos usuários dos serviços públicos estaduais nos processos de tomada de decisão da Administração Pública. No exercício dessa função, os serviços da unidade são disponibilizados de forma acessível, garantindo aos usuários dos serviços prestados pela Pasta meios adequados para registrar suas manifestações e contribuir para a melhoria da gestão pública.

No Portal Expresso, https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria o registro de manifestação está disponível 24hs por dia, todos os dias, contendo as ferramentas de acessibilidade.

A unidade também disponibiliza, em horário comercial, a Central de Atendimento Telefônico, comunicação direta com Administração Pública. Esse canal é instância de orientação, tira dúvidas e registro de manifestações. Central de atendimento:(62) 3201-5739/(62) 3201-5743.

Os usuários dos serviços público da pasta podem também a qualquer momento formalizar sua manifestação via e-mail ouvidoria.administracao@goias.gov.br e canal fale conosco, https://goias.gov.br/administracao/fale-conosco.

O atendimento presencial conta com espaço amplo, reservado, acolhedor e adequado ao atendimento de quaisquer tipos de manifestação. A unidade de Ouvidoria está localizada no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 7º andar, ala oeste, situado à Rua 82, nº 400, Setor Central, CEP: 74.015-908, Goiânia-GO. Endereço este que possibilita, também, o envio de correspondências.

A Ouvidoria Setorial tem por objetivo intermediar a relação da SEAD com o cidadão, como controle de participação social e responsável pelo tratamento, das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados pelo órgão, com vistas ao aprimoramento da gestão.

A gestão de projetos realizada pelo Escritório de Projetos desempenha um papel essencial na interação entre a SEAD e a sociedade, garantindo que os serviços públicos sejam entregues de forma estruturada, eficiente e com valor agregado. Por meio de metodologias bem definidas, a gestão de projetos possibilita:

- Entrega de Soluções Baseadas nas Necessidades da Sociedade: o uso de metodologias ágeis e tradicionais permite o planejamento e desenvolvimento de serviços e políticas públicas que estejam alinhados às demandas reais da população;
- Maior Transparência no Desenvolvimento dos Projetos: acompanhamento contínuo das fases de execução e divulgação periódica dos resultados, permitindo que os cidadãos acompanhem os avanços e contribuam com sugestões;
- Criação de Plataformas de Atendimento Mais Acessíveis: projetos voltados à digitalização e modernização dos serviços públicos facilitam o acesso da população a informações e serviços essenciais;
- Redução de Burocracia e Melhoria na Experiência do Cidadão: processos otimizados resultam em serviços mais rápidos e eficazes, reduzindo filas, tempos de espera e aumentando a satisfação dos usuários; e
- Monitoramento da Satisfação do Cidadão: a implementação de indicadores de satisfação e pesquisas junto à população permite ajustes constantes e aprimoramento dos serviços oferecidos.

A Superintendência de Gestão Integrada – SGI, em razão da natureza de suas competências, não realiza atendimento direto e continuado ao cidadão em geral. Sua interação ocorre de forma institucional e técnica, vinculada à execução das atividades administrativas, financeiras, contratuais e de gestão de pessoas.

Os canais formais de comunicação consistem em ramais institucionais e endereço eletrônico oficial, por meio dos quais são recepcionadas e formalizadas as demandas relacionadas à sua área de atuação, assegurando registro, controle e rastreabilidade das tratativas realizadas.

No âmbito externo, a interlocução concentra-se em fornecedores, órgãos de controle, instituições financeiras e outras Pastas da Administração Pública Estadual e Municipal. No que se refere aos fornecedores, a interação decorre da gestão e acompanhamento de contratos administrativos, abrangendo, entre outros, contratos de mão de obra terceirizada e contratos de locação de imóveis, bem como demais ajustes necessários à manutenção da estrutura administrativa. Essas tratativas envolvem acompanhamento da execução contratual, análise documental, verificação de conformidade e providências relacionadas à regularidade financeira e ao cumprimento das obrigações pactuadas.

Quanto aos órgãos de controle e instituições financeiras, a interação ocorre por meio do atendimento a diligências, requisições de informações, encaminhamentos processuais e demais providências relacionadas à regularidade da gestão administrativa e financeira.

No âmbito interno, por meio da Gerência de Gestão de Pessoas, a Superintendência mantém atendimento contínuo e estruturado aos servidores da Pasta, constituindo relevante frente de interação institucional. Esse atendimento envolve orientações e esclarecimentos acerca da vida funcional, direitos e deveres, registros funcionais, frequência, afastamentos, benefícios, atos administrativos e demais matérias de competência da área, assegurando suporte técnico permanente e observância à legislação aplicável.

As demandas recebidas, tanto externas quanto internas, são analisadas pelas áreas técnicas competentes, com observância

aos fluxos formais de tramitação, padronização de procedimentos e princípios da legalidade, eficiência e transparência, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração.

Dessa forma, a interação desenvolvida pela Superintendência ocorre de maneira estruturada, contínua e alinhada às suas atribuições institucionais, contribuindo para a regularidade administrativa, a adequada execução contratual e o fortalecimento dos mecanismos de governança e controle.

Canais de Comunicação:

Unidade: Superintendência de Gestão Integrada

Código da Unidade: SEAD/SGI-05576
Responsável: Antônio de Oliveira Lino
Cargo: Superintendente de Gestão Integrada
E-mail: Antonio.lino@goias.gov.br
Telefone: (62) 3201-8730

No tocante à Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, a interação com a sociedade ocorre diretamente nos bairros, via mutirões, e no atendimento presencial na sede para beneficiários da REURB-S. Estes canais garantem transparência, orientação técnica e acesso direto à regularização imobiliária, fomentando o controle social durante o processo de liquidação

Quanto à Diretoria Executiva da Escola de Governo, além dos canais já retromencionados, existe, ainda, um canal aberto com a sociedade por meio da Ouvidoria setorial, este no âmbito da SEAD, e da Central, por meio da CGE.

As manifestações são encaminhadas para a Escola de Governo, sendo devidamente respondidas e tratadas, conforme o caso, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

No âmbito da Subsecretaria de Logística e Patrimônio – SUBLP, tem-se que a Superintendência Central de Compras e Contratos – SCC utiliza múltiplos canais de comunicação para interação com a sociedade e com as partes interessadas, incluindo o site institucional do SISLOG, serviço de *help desk*, correio eletrônico e atendimento telefônico.

Por meio do site do SISLOG, são disponibilizadas orientações para cadastro, manuais de uso do sistema e informações operacionais, com o objetivo de facilitar o acesso, promover a transparência e apoiar usuários internos e externos na correta utilização da plataforma.

Adicionalmente, a SCC assegura o adequado tratamento das manifestações encaminhadas por meio dos canais de ouvidoria, bem como das demandas relacionadas à Lei de Acesso à Informação – LAI, conduzindo-as com diligência, tempestividade e observância aos princípios da transparência e do controle social. A atuação institucional é orientada por valores éticos e princípios de integridade, que se refletem tanto na gestão dos recursos públicos quanto no relacionamento com as partes interessadas.

Embora as áreas de atuação da SCLPM estejam diretamente voltadas para a administração pública, é inegável que suas ações atingem indiretamente o cidadão goiano, na medida em que fornecem transparência, economicidade, padronização e organização de cada área.

De maneira direta, a implantação do Peticionamento Eletrônico pelo SEI trouxe um canal de comunicação direto, pelo qual o cidadão pode

registrar seus pedidos e demandas e encaminhar diretamente para o órgão responsável pelo assunto.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, a SCTP coordena a avaliação e o aprimoramento dos canais de comunicação e atendimento ao cidadão do Programa EXPRESSO, que opera em todos os municípios goianos por meio de canais digitais (Portal e Aplicativo) e presenciais (Vapt Vupt e EXPRESSO Balcão). Após o atendimento, os usuários avaliam sua experiência via QR *Code* e *links* digitais, fortalecendo o diálogo com a administração pública e gerando informações estratégicas para qualificar serviços e entregas.

Complementarmente, são utilizados múltiplos canais de comunicação com a sociedade e com públicos institucionais – site da SEAD, Ouvidoria, SIC, e-mails, reuniões técnicas, aplicativos corporativos, SharePoint, painéis de BI e a Rede TransformaGOV – promovendo transparência, participação, alinhamento metodológico e disseminação contínua de informações e boas práticas na gestão pública.

Quanto à SGAC, esta mantém canais permanentes de interação com a sociedade, assegurando transparência, acesso à informação e participação cidadã, em conformidade com as normas vigentes.

A disponibilização de serviços ocorre por meio da rede presencial das Unidades Vapt Vupt e dos canais digitais integrados ao Portal Expresso, ampliando o acesso da população aos serviços públicos estaduais.

Como instrumentos de participação e controle social, destacam-se:

- Ouvidoria Setorial, para registro de reclamações, sugestões, elogios e denúncias;
- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, garantindo acesso às informações públicas nos termos da Lei de Acesso à Informação;
- Pesquisas de satisfação aplicadas ao final dos atendimentos, permitindo avaliação direta da experiência do usuário.

As manifestações recebidas são analisadas sistematicamente, gerando ações de melhoria contínua e fortalecendo o modelo de atendimento centrado no cidadão.

Quanto à SUPERINOVA, esta promove a interação com a sociedade, principalmente, por meio das iniciativas de inovação aberta, que possibilitam a participação direta de cidadãos, *startups*, empresas, instituições de ciência e tecnologia e demais interessados na construção de soluções para desafios da administração pública estadual. Essa interação ocorre ao longo das jornadas de inovação e do Programa GovTech, nas etapas de divulgação dos desafios, submissão de propostas, *lives* de esclarecimento, eventos públicos e ações de mobilização do ecossistema, fortalecendo a participação social e a transparência das iniciativas.

De forma complementar, a unidade disponibiliza informações e orientações ao cidadão e às partes interessadas por meio dos canais institucionais da SEAD, com destaque para a divulgação de vídeos no perfil oficial da Secretaria nas redes sociais, a publicação de e-books e materiais orientativos, bem como a realização de eventos e encontros abertos. As manifestações de cidadãos encaminhadas pelos canais corporativos de Ouvidoria e da Lei de Acesso à Informação são tratadas pela SEAD, com apoio técnico da Superintendência quando relacionadas à sua área de atuação, contribuindo para o fortalecimento do controle social e da transparência institucional.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, a interação com a sociedade constitui princípio fundamental da Administração Pública, sendo instrumento essencial para o fortalecimento da transparência, do controle social e da participação cidadã na gestão pública. Nesse sentido, a SEAD disponibiliza canais institucionais de comunicação e atendimento que permitem ao cidadão acessar informações, encaminhar demandas, registrar manifestações e acompanhar serviços prestados pelo Estado.

No âmbito institucional, os principais canais de interação incluem a Ouvidoria do Poder Executivo estadual, o Portal da Transparência, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, bem como os meios oficiais de comunicação disponibilizados no portal eletrônico do Governo do Estado de Goiás. Esses instrumentos possibilitam ao cidadão solicitar informações, apresentar sugestões, registrar reclamações, denúncias ou elogios, em conformidade com as normas de transparência pública e acesso à informação.

No que se refere à área de atuação da unidade, as informações e orientações relativas às suas atividades são disponibilizadas por meio dos canais institucionais da SEAD, garantindo ao cidadão acesso a conteúdo relevantes sobre as políticas, programas e iniciativas desenvolvidas. Quando necessário, as demandas recebidas são analisadas e encaminhadas para as áreas competentes, assegurando o devido tratamento e resposta dentro dos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Dessa forma, a disponibilização de canais de atendimento e de participação social contribui para o fortalecimento da governança pública, promovendo maior proximidade entre a Administração Pública e a sociedade, além de possibilitar o aprimoramento contínuo das ações e serviços prestados pelo Estado.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, a SURES disponibiliza canais de atendimento ao cidadão voltados à orientação e ao esclarecimento de dúvidas relacionadas a concursos públicos, processos seletivos e atos de admissão, incluindo atendimento eletrônico, publicações oficiais, suporte direto aos candidatos e, ainda, um *chatbot* (62 3201-2815) para atendimento ao cidadão, com foco nos procedimentos de admissão de pessoal. Essas ações promovem transparência, acesso à informação e fortalecimento do controle social.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA (ESG)

30 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA (ESG)

A integração da responsabilidade socioambiental (ESG) na atuação da Chefia de Gabinete da SEAD reflete o compromisso da Pasta em modernizar a gestão pública por meio de práticas sustentáveis, éticas e socialmente responsáveis. No pilar ambiental, a Chefia de Gabinete atua como articuladora de iniciativas voltadas à ecoeficiência e à minimização dos impactos operacionais. Isso se traduz no apoio direto à aceleração da digitalização de processos, visando a eliminação do papel e a redução das emissões de carbono associadas à logística governamental. Além disso, a unidade monitora e incentiva a gestão adequada de resíduos e a conservação de recursos naturais nas dependências da Secretaria, promovendo uma cultura de consumo consciente que se estende às diretrizes de compras públicas sustentáveis sob a gestão da Pasta.

No âmbito social, a responsabilidade da Chefia de Gabinete manifesta-se no cuidado com o capital humano e na promoção de um ambiente de trabalho inclusivo e seguro. As práticas envolvem o suporte a políticas de diversidade e inclusão, garantindo que o ambiente organizacional da SEAD seja plural e respeitoso aos direitos dos colaboradores. Há também um foco contínuo na saúde e segurança no trabalho, especialmente frente às mudanças nas dinâmicas laborais impostas pelas tecnologias disruptivas.

Para além dos muros da instituição, o Gabinete auxilia o Titular da Pasta na condução de projetos que visam humanizar a prestação do serviço público, assegurando que as entregas da Pasta facilitem a jornada do cidadão e contribuam para o bem-estar social, fortalecendo o papel do Estado como promotor de equidade.

Quanto ao pilar de governança, a Chefia de Gabinete desempenha uma função de liderança ao assegurar que a administração seja pautada pela transparência e pela integridade. Isso inclui a supervisão rigorosa do Programa de Compliance Público e a garantia do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, consolidando políticas anticorrupção e de prestação de contas. A responsabilidade corporativa é exercida por meio de uma gestão por resultados que prioriza a austeridade fiscal e a transparência nas operações, assegurando que todas as decisões estratégicas estejam alinhadas ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026. Ao harmonizar esses três eixos, a Chefia de Gabinete garante que a SEAD não apenas responda aos desafios tecnológicos atuais, mas que o faça de forma sustentável, ética e voltada para a geração de valor público de longo prazo.

Quanto à atuação da Procuradoria Setorial, esta contribui para a incorporação dos princípios de responsabilidade socioambiental (ESG) no âmbito da Secretaria de Estado da Administração por meio de sua atuação consultiva, preventiva e estratégica, assegurando que os atos administrativos estejam alinhados às normas ambientais, sociais e de governança pública.

A unidade contribui para a dimensão ambiental ao analisar juridicamente editais e contratos que incluam critérios de sustentabilidade e compras públicas sustentáveis; ao orientar quanto à conformidade com normas ambientais aplicáveis às contratações e à gestão patrimonial, ao mitigar riscos decorrentes de descumprimento de obrigações ambientais em contratos administrativos; ao apoiar a inclusão de cláusulas contratuais relacionadas à responsabilidade ambiental e logística reversa.

Essa atuação fortalece a segurança jurídica das iniciativas sustentáveis da Secretaria e reduz potenciais passivos ambientais.

Na dimensão social, a Procuradoria Setorial contribui para assegurar que os processos licitatórios observem critérios de inclusão, acessibilidade e equidade; garante a conformidade com normas de integridade, ética e combate à discriminação; previne irregularidades que possam gerar impactos sociais negativos ou responsabilizações; além de orientar juridicamente políticas internas relacionadas a direitos fundamentais dos servidores e usuários dos serviços públicos. Dessa forma, a atuação preventiva promove decisões administrativas socialmente responsáveis e juridicamente sustentáveis.

Na esfera do Escritório de Projetos Setorial, a gestão de projetos pode colaborar para garantir uma gestão pública sustentável, inclusiva e transparente, incorporando aspectos ambientais, sociais e de governança em todo o ciclo de vida dos projetos. Desde a concepção do projeto, devem ser considerados os impactos ambientais e sociais, garantindo alinhamento com as diretrizes ESG. Deve ser realizado o engajamento das partes interessadas, através de consultas públicas (conforme o caso), participação de comunidades impactadas e diálogo com setores relevantes para garantir transparência e adesão ao projeto. Além disso, devem ser estabelecidas metas ambientais, sociais e de governança, vinculadas aos indicadores estratégicos do governo. Ao planejar o projeto, devem ser adotadas metodologias que minimizem impactos ambientais, promovam a inclusão social e garantam a transparência no uso dos recursos, identificando e mitigando riscos ambientais (exemplo: impacto no consumo de recursos naturais), sociais (exemplo: equidade no acesso aos benefícios do projeto) e de governança (exemplo: conformidade regulatória).

Estão em execução projetos de digitalização, que visam a sustentabilidade ao reduzir o uso de papel.

São utilizadas ferramentas de monitoramento para garantir conformidade com políticas anticorrupção e prestação de contas à sociedade, além de identificação e registro de boas práticas sustentáveis para replicação em novos projetos.

É preciso ainda aprimorar o monitoramento contínuo do impacto do projeto junto às partes interessadas, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam incorporadas.

A integração dos princípios ESG em todas as fases da gestão de projetos assegura que os investimentos públicos promovam desenvolvimento sustentável, inclusão social e transparência governamental. Ao buscar estruturar os projetos com essa abordagem, a SEAD fortalece sua atuação como um órgão inovador e comprometido com o futuro, garantindo que cada iniciativa gere valor público duradouro e contribua para um Estado mais eficiente, sustentável e equitativo.

Em 2025, a Superintendência de Gestão Integrada – SGI consolidou uma atuação socioambiental robusta ao integrar práticas alinhadas aos princípios ESG em suas rotinas de gestão, com destaque para a liderança técnica da GEINFRA e para as parcerias estratégicas conduzidas por outras unidades. No âmbito da mobilização social e da conscientização ambiental, a GGDP celebrou parceria com o Tampa Mania, iniciativa reconhecida pela coleta de tampinhas plásticas e pela destinação do material à ONG responsável, que o comercializa para reciclagem e reverte os recursos em cadeiras de rodas, andadores, muletas e outros equipamentos essenciais a pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa articulação ampliou o engajamento interno, fortaleceu a cultura de responsabilidade socioambiental entre servidores e transformou resíduos que seriam

descartados inadequadamente em soluções concretas de acessibilidade e dignidade.

Em paralelo, no eixo de inclusão digital e economia circular, a GEAAL firmou parceria com o Programa Sukatech, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, apoiando fluxos de recebimento, triagem e destinação de equipamentos eletroeletrônicos inservíveis. Com a atuação do Centro de Recondicionamento de Computadores, os equipamentos são recondicionados e doados a instituições públicas e filantrópicas, ampliando o acesso à tecnologia e promovendo qualificação profissional, ao mesmo tempo em que se reduz o passivo de resíduos eletrônicos no Estado.

Complementando essas frentes, a GEINFRA incorporou soluções sustentáveis diretamente na gestão predial, reforçando os pilares ambiental, social e de governança. Entre as ações, destacam-se a especificação de equipamentos de climatização de maior eficiência e a adoção do gás refrigerante R-32, com menor potencial de aquecimento global; a ampliação do uso de iluminação LED associada à logística reversa; e a execução de rotinas de manutenção preventiva das instalações elétricas e hidrossanitárias, mitigando desperdícios e custos operacionais. No pilar social, a Gerência assegurou o cumprimento das normas de acessibilidade em adequações e reformas, promoveu ambientes laborais mais seguros por meio da fiscalização das condições estruturais e de combate a incêndio e otimizou layouts para melhorar conforto e eficiência no atendimento. Em governança, fortaleceu a padronização de procedimentos, o uso de checklists de fiscalização, a implementação de matrizes de risco e o monitoramento contratual, garantindo transparência, conformidade e correta aplicação dos recursos públicos.

Assim, com a parceria da GGDP no Tampa Mania, a parceria da GEAAL no Sukatech e a condução técnica da GEINFRA na infraestrutura sustentável, a SGI consolidou em 2025 uma atuação integrada, orientada à sustentabilidade ambiental, ao impacto social e à governança responsável, entregando valor público de forma efetiva e mensurável.

A Escola de Governo, em consonância com as diretrizes institucionais da SEAD e atenta às demandas contemporâneas da administração pública, vem incorporando, de forma progressiva, práticas alinhadas aos princípios ESG – *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança) em suas frentes de atuação. Em 2025, essas iniciativas foram intensificadas, especialmente por meio das ações desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Inovação em Desenvolvimento de Pessoas – PequiLab, reafirmando o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento da governança pública.

No pilar Ambiental, destacam-se as ações voltadas à disseminação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS junto aos servidores públicos. Em 2025, foram realizadas três turmas da Oficina Agenda 2030 para Governos Sustentáveis e lançada a Oficina ESG no Setor Público, que contou com cerca de 30 participantes. Essas iniciativas contribuíram para a sensibilização e capacitação dos servidores quanto à incorporação de práticas sustentáveis na formulação e na execução de políticas públicas, fortalecendo a cultura institucional voltada à responsabilidade ambiental.

No pilar social, a Escola de Governo promoveu ações voltadas à diversidade, inclusão e equidade no ambiente de trabalho. Em 2025, foram realizadas cinco turmas da oficina Estratégias para Diversidade

e Inclusão, com aproximadamente 115 participantes, incluindo ações descentralizadas no interior do Estado, com alunos e professores da Universidade Estadual de Goiás – UEG, no município de Quirinópolis, ampliando o alcance territorial das iniciativas. Ainda no mesmo exercício, foram promovidas cinco turmas da Oficina Compreender Pessoas para Inovar, com 95 participantes, além da Oficina de Colagem e Ancestralidade, ofertada durante a Semana de Inovação da ENAP, que reuniu cerca de 40 servidores de diferentes estados brasileiros, fortalecendo o intercâmbio de experiências e a valorização da diversidade no setor público.

No pilar Governança, as ações da Escola de Governo concentraram-se no fortalecimento da liderança, da ética e do diálogo institucional como fundamentos de uma gestão pública responsável. Em 2025, destaca-se o reconhecimento do programa LiderAção pelo Insper como uma das três iniciativas de destaque nacional no campo do desenvolvimento de lideranças no setor público brasileiro. O programa reforça o papel estratégico da liderança para a consolidação de práticas de boa governança, temática transversal às ações formativas e às oficinas ofertadas ao longo do exercício.

De forma integrada, as iniciativas desenvolvidas em 2025 evidenciam o compromisso da Escola de Governo com a promoção de uma gestão pública sustentável, inclusiva e orientada por princípios éticos, contribuindo para o fortalecimento institucional da SEAD e para a geração de valor público à sociedade goiana.

No tocante à DESSS, suas práticas estão alinhadas aos princípios de ESG, na medida em que a unidade atua na promoção da saúde e segurança dos servidores, na adoção de rotinas administrativas responsáveis e na transparência institucional.

No pilar ambiental, a unidade deu continuidade à digitalização de processos e ao uso de sistemas corporativos, com consequente racionalização do uso de documentos físicos, contribuindo para a redução do consumo de papel e para maior eficiência operacional, em consonância com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

No eixo social, destacaram-se as ações voltadas à saúde ocupacional, à saúde mental e à prevenção de riscos no ambiente de trabalho, bem como iniciativas de acolhimento e orientação aos servidores. Em 2025, observaram-se evidências concretas desse esforço, tais como:

- Análise qualificada do absenteísmo, por meio do monitoramento de 24.478 licenças médicas concedidas;
- Fortalecimento da cultura de prevenção, com a atualização de 50 CIPAs e a capacitação de 517 integrantes, além da mobilização de 46.450 participações em ações de saúde e segurança do trabalho, incluindo campanhas educativas e treinamentos;
- Ampliação do suporte à saúde mental dos servidores, por meio da realização de 3.952 atendimentos psicossociais pelo PAS.

Essas iniciativas apresentam aderência direta ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ao promover ambientes laborais mais seguros e atenção ao cuidado com o servidor.

No eixo da governança, a atuação da DESSS permaneceu pautada pela observância das normas vigentes, pela rastreabilidade dos processos, pelo monitoramento de indicadores e pela articulação com as instâncias de controle e planejamento da SEAD. Destaca-se, nesse campo, o índice de 98,77% de cumprimento de prazos processuais e o acompanhamento dos eventos de SST no eSocial,

reforçando a integridade institucional e o alinhamento ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

No tocante à Superintendência de Sistemas de Informação, esta realiza o descarte sustentável dos computadores e demais equipamentos eletrônicos da SEAD por meio do programa SUKATECH, que consiste em um programa do Governo de Goiás, por meio do Goiás Social, gerido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI em parceria com a Organização da Sociedade Civil – OSC Programando o Futuro, que tem em sua concepção ações que aliam sustentabilidade e desenvolvimento social.

Por meio do programa, o governo do Estado mantém um Centro de Recondicionamento de Computadores – CRC que recebe resíduos eletrônicos e realiza a reciclagem e o recondicionamento, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Além disso, os eletrônicos recondicionados são doados a entidades filantrópicas ou públicas.

No âmbito da SUBLP, quanto à área de compras e contratos, encontra-se em fase de elaboração a regulamentação referente ao Plano de Logística Sustentável, cujo objetivo é estabelecer diretrizes e estratégias para as contratações e para a gestão logística no âmbito dos órgãos e entidades, incorporando critérios e práticas de sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

A SCLPM possui as seguintes iniciativas que promovem sustentabilidade ambiental:

- Disposição final ambientalmente adequada de bens móveis e de consumo, regulamentada pelo Decreto 10.007/2021;
- Redução do uso de papel na administração pública estadual, pelo uso do SEI como gerador e gestor de documentos digitais;
- Redução do uso de papel nos procedimentos de Inventário Anual, pelo uso do GO Patrimônio Móvel; e
- Redução das emissões de carbono, pela priorização do uso de combustíveis sustentáveis na frota.

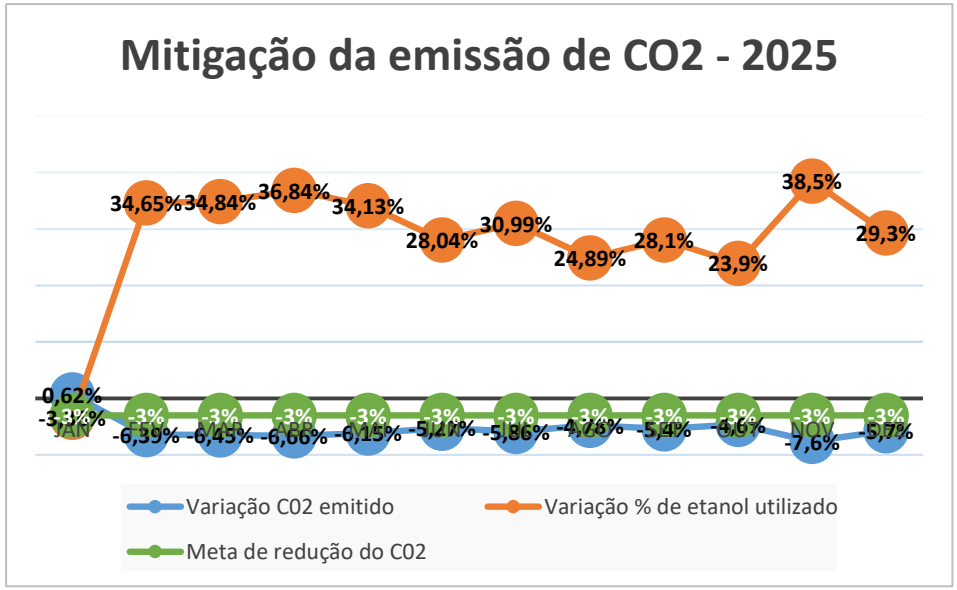
Em 2025, foram adotadas práticas ESG com pilar ambiental via mitigação de resíduos por otimização de 21.888 itens de estoque, conservando recursos e minimizando emissões; social, promovendo diversidade com 340 capacitações inclusivas e saúde laboral em treinamentos; governança.

Os resultados incluem avanços em acuracidade de 94,1%, apoiando comunidades via serviços públicos eficientes e inclusão de *stakeholders*, com 1.740 suportes, refletindo impacto social positivo.

O ESG foi o foco da gestão de frotas no ano de 2025, nesse período, buscou-se diminuir o impacto ambiental dos deslocamentos e viagens, obtendo um resultado bastante expressivo na diminuição da emissão de gases do efeito estufa (-5,35%). Também se fizeram várias reuniões com os gestores de frotas, visando compartilhar as melhores práticas que se possam encontrar, tanto no âmbito do estado de Goiás, como em outros estados.

Houve, também, forte atuação para a melhoria da governança das frotas, redigindo novos regramentos em parceria com os órgãos e entidades públicas (Decretos e Instruções normativas), além de cursos, visando a modernização e a qualificação da atuação dos servidores que trabalham com deslocamento e viagens no Estado de Goiás.

Gráfico 38 – Mitigação da emissão de CO2 em 2025



Fonte: SUBLP/SEAD, 2025.

O aumento do consumo de etanol (linha laranja) ocasionou a diminuição da emissão de gases do efeito estufa (linha azul) abaixo das metas estabelecidas (linha verde).

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, quanto à SCTP, esta desenvolve e apoia práticas alinhadas aos princípios ESG, promovendo iniciativas que fortalecem a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e a governança pública. Destacam-se ações voltadas à digitalização e simplificação de serviços, contribuindo para a redução do uso de recursos físicos e impactos ambientais; à promoção de ambientes de trabalho colaborativos, inclusivos e orientados à valorização das pessoas; e ao aprimoramento contínuo dos mecanismos de transparência, integridade, participação social e prestação de contas. Essas práticas reforçam o compromisso com uma gestão pública moderna, eficiente e responsável, orientada à geração de valor público sustentável e à melhoria contínua dos serviços oferecidos à sociedade.

Quanto à SGAC, a atuação em ESG está integrada às atividades de coordenação, padronização e melhoria contínua dos serviços de atendimento, com foco em sustentabilidade, inclusão e governança:

- **Ambiental:** incentivo à digitalização e ao uso de canais eletrônicos, reduzindo consumo de papel e insumos; orientação às unidades para uso racional de recursos e boas práticas ambientais nos espaços de atendimento.
- **Social:** promoção de atendimento humanizado, acessível e inclusivo, garantindo equidade no acesso aos serviços públicos; capacitação contínua das equipes, com foco em ética, respeito, diversidade e qualidade no atendimento; fortalecimento da escuta do cidadão como instrumento de aprimoramento dos serviços.
- **Governança:** padronização de fluxos e procedimentos, assegurando transparência e eficiência; monitoramento de indicadores de desempenho e satisfação do usuário; atuação alinhada às diretrizes de integridade, controle e prestação de contas.

Essas iniciativas consolidam o compromisso da unidade com uma gestão pública responsável, eficiente e orientada à geração de valor público sustentável.

Quanto à SUPERINOVA, esta adota práticas alinhadas aos princípios ESG ao priorizar o uso de meios digitais em seus processos e ações, reduzindo o consumo de insumos e deslocamentos (pilar ambiental), promover iniciativas formativas e de inovação abertas, inclusivas e

colaborativas, que ampliam o acesso de servidores e atores do ecossistema às agendas de inovação (pilar social), e conduzir suas atividades com base na transparência, na legalidade, na ética e na formalização dos processos decisórios e de acompanhamento das iniciativas (pilar de governança), contribuindo para o fortalecimento de uma atuação institucional responsável e sustentável no âmbito da SEAD.

No tocante à Gerência de Governança de Estatais – GGE, as práticas relacionadas aos princípios ESG estão voltadas ao acompanhamento e incentivo à adoção de boas práticas de governança, sustentabilidade e responsabilidade social pelas 13 empresas estatais vinculadas ao Estado de Goiás.

Nesse contexto, a atuação da unidade consiste em orientar e monitorar as estatais quanto à implementação de práticas de governança corporativa, transparência, integridade e prestação de contas, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes da SEAD.

Além disso, a GGE incentiva que as empresas estatais adotem iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e fortalecimento da governança, contribuindo para uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada às boas práticas de Administração Pública.

Dessa forma, a atuação da unidade busca fortalecer a governança das empresas estatais estaduais, promovendo a geração de valor público e o alinhamento dessas entidades às diretrizes estratégicas do Governo do Estado.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, a SURES possui sua atuação alinhada aos princípios ESG, especialmente no eixo social e de governança. Destacam-se as iniciativas voltadas à promoção da equidade, como a implementação de políticas de inclusão e o apoio a ações de heteroidentificação, além da adoção de práticas que fortalecem a transparência, a integridade e a conformidade dos processos seletivos. No aspecto ambiental, a utilização de sistemas digitais contribui para a redução do uso de papel e para a modernização sustentável dos processos administrativos.



EMPRESAS ESTATAIS ATIVAS

31 EMPRESAS ESTATAIS ATIVAS

A atuação setorial da Gerência de Governança de Estatais da SEAD se orienta por uma função central de coordenação, harmonização e qualificação da governança das estatais sob controle direto ou indireto do Estado, mediante a consolidação de diretrizes e parâmetros comuns, o monitoramento econômico-financeiro e a indução de boas práticas, sem prejuízo das competências societárias próprias e da supervisão por vinculação exercida pelos órgãos jurisdicionantes. Essa atribuição está expressamente fixada como competência da unidade, que deve monitorar, articular e integrar as políticas das empresas estatais, propondo diretrizes inclusive em transparência, *Compliance*, pessoal, governança e orçamento, além de orientar a elaboração das peças orçamentárias (LDO/LOA e créditos adicionais) e promover a melhoria da eficiência, transparência e integração dos sistemas de monitoramento, com a possibilidade de solicitar documentação e demandar ações corretivas quando necessárias.

No eixo de governança e transparência, a gestão setorial das estatais ativas é estruturada para assegurar aderência à Política Estadual de Governança das Empresas Estatais, a qual determina que as empresas observem diretrizes de governança corporativa e adotem estruturas e práticas a partir de orientações técnicas da CGE e da própria SEAD, combinadas a diretrizes estratégicas do acionista controlador.

Nesse marco, a GGE promove parâmetros objetivos de transparência mínima e padronizada, especialmente quanto à obrigação de divulgação periódica de informações relevantes e à elaboração de documentos de governança, como a carta anual com compromissos de políticas públicas e impactos econômico-financeiros, a política de divulgação de informações, a política de transações com partes relacionadas, a carta anual de governança corporativa, e relatório integrado/sustentabilidade.

Nesse contexto, a diretriz prática é que a SEAD atue como “órgão de indução” de conformidade, que processa e disponibiliza informações econômico-financeiras e correlatas remetidas pelas estatais, sem prejuízo desses instrumentos de transparência e integridade, garantindo rastreabilidade e comparabilidade mínima entre empresas e ao longo do tempo.

No eixo de *Compliance*, integridade e gestão de riscos, a atuação da GGE se materializa em critérios e rotinas de controle que exigem evidências documentais e governança interna compatível com o regime estadual. Em coerência, a unidade também possui competência expressa para avaliar e propor ações de melhoria da conformidade das estatais com parâmetros de governança corporativa, transparência, gestão de riscos e controle interno

No eixo de pessoal e relações de trabalho, a gestão das políticas das estatais ativas deve incorporar controles prévios e parâmetros de sustentabilidade de gasto, especialmente quando houver impacto recorrente em folha, benefícios e obrigações trabalhistas. Além de a unidade deter competência para se manifestar tecnicamente sobre matérias, como alteração de remuneração, plano de cargos e salários, quantitativo de empregados, propostas de negociação coletiva e programas de desligamento voluntário. A normativa específica de negociação coletiva estabelece que propostas de acordo coletivo sejam encaminhadas para aprovação prévia da SEAD, com observância de limites vinculados a índices aplicáveis, capacidade econômico-financeira e desempenho operacional, e

condicionantes para aumentos reais e benefícios acima de limites mínimos.

Assim, como diretriz, a atuação da GGE deve padronizar o conjunto mínimo de informações econômico-financeiras e projeções de impacto exigidas para instruir pleitos de pessoal (memória de cálculo, séries históricas, premissas, cenários e mitigadores), reforçando a lógica de decisão informada e de preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

No eixo de orçamento, planejamento e investimentos, a gestão setorial pressupõe que o orçamento das estatais não seja tratado como peça isolada, mas como instrumento de governança orientado a metas e resultados. A SEAD, por meio da GGE, também coordena a elaboração do orçamento das empresas estatais, mediante revisão final da proposta orçamentária e das diretrizes instituídas pela LDO e LOA do ano corrente.

Atualmente, o Estado de Goiás possui 13 empresas estatais ativas:

DEPENDENTES:

a. Agência Goiana de Habitação S.A. – AGEHAB;
b. Goiás Telecomunicações - S.A. – GOIÁS TELECOM;
c. Indústria Química do Estado de Goiás – IQUEGO;
d. Metrobus Transporte Coletivo S.A. – METROBUS;

NÃO DEPENDENTES:

a. Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A. – GOIÁSFOMENTO;
b. Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – GOIASGÁS;
c. Central de Abastecimento de Goiás S.A. – CEASA;
d. Companhia CELG de Participações – CELGPAR;
e. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO;
f. Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - GOIÁS PARCERIAS;
g. Lago Azul Transmissão S/A – LAZ;
h. Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO;
i. Companhia Firminópolis Transmissão S.A.



LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

32 LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

A Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais – DELE, no ano de 2025, manteve a condução do encerramento das estatais sem atividade finalística, com foco na PRODAGO em liquidação e suas incorporadas, concentrando esforços na redução de passivos históricos, na organização do acervo patrimonial e na preparação da etapa final de extinção societária, conforme o rito do Decreto Estadual nº 9.659/2020.

1. Regularização fundiária – REURB-S e segurança do acervo

A REURB-S foi tratada como medida estruturante da liquidação, tanto pelo resultado social quanto pelo efeito direto na redução de risco fiscal ligado a imóveis ocupados há décadas. Em 2025, foram cadastrados 1.024 processos; deste total, 701 já estavam prontos e encaminhados aos cartórios de Goiânia e Senador Canedo, com atuação em bairros como Vitória, Floresta, São Carlos, Vila Mutirão e Conjunto Primavera. Em 11/12/2025, registrou-se a entrega do processo nº 600 para encaminhamento ao Cartório de Registro de Imóveis. A meta operacional é concluir o encaminhamento da totalidade dos 1.024 processos, com previsão de realização de mais 4 mutirões no 1º semestre de 2026 para aceleração das entregas remanescentes.

Figura 100 – Imóveis Objeto de Regularização Fundiária (malas diretas endereçadas, faixas nos bairros, mapa esquelético dos imóveis)



Foto: Imagem com malas diretas endereçadas, faixas nos bairros, mapa esquemáticos dos imóveis objeto de regularização

Fonte: DELE/SEAD, 2025.

2. Realização de ativos e reforço de caixa

A realização de ativos avançou por meio de leilões, com consolidação de arrematações em dois ciclos: leilão iniciado em 2024 e concluído em 2025 (R$ 2.650.000,00 - Dois milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) e Leilão Público Eletrônico nº 002/2025 (R$ 1.217.004,15 - um milhão, duzentos e dezessete mil, quatro reais e quinze centavos). A diretriz foi reforçar a capacidade de custeio da estrutura de liquidação e enfrentar o passivo federal, por ser a frente crítica para a extinção definitiva.

Tabela 14 – Arrematações por Ciclos de Leilão (2024-2025)

Ciclo	Ano de início	Ano de adjudicação/conclusão	Evento/Leilão	Valor de arrematação (R$)
1	2024	2025	Leilão (iniciado em 2024, adjudicação concluída em 2025)	2.650.000,00
2	2025	2025	Leilão Público Eletrônico nº 002/2025	1.217.004,15

Fonte: DELE/SEAD, 2025

3. FGTS e encerramento de entraves trabalhistas (avanço concreto em 2025)

Na frente trabalhista e de conformidade, 2025 registrou evolução operacional relevante no saneamento do FGTS, tema historicamente complexo na PRODAGO e incorporadas. No CRISA, além da conclusão da análise de cálculos em reclamatória trabalhista, houve individualização de valores para cerca de 1.500 ex-empregados, com comparativos ainda em andamento, e incremento expressivo com a análise e o lançamento sistemático de aproximadamente 1.600 dossiês ligados a vínculos classificados como “contratos nulos”, incluindo regularização cadastral, escrituração de remunerações por competência e checagem direta de extratos para identificar lacunas remanescentes. A TRANSURB e a PRODAGO (folha própria) tiveram todas as pendências de FGTS regularizadas; no CERNE, a individualização avançou na maior parte dos saldos, restando menos de 10% a concluir, em razão de inconsistências de informação e dificuldades de conciliação com a CAIXA/FGTS. Esse conjunto de ações reduz contingências, evita travas documentais e sustenta a etapa final de encerramento das incorporadas.

Quadro 18 – Situação Atual por Empresa (2024-2025)

Situação Atual por Empresa – 2024

Empresa	Valor (R$)	Situação
PRODAGO	R$ 280.104,97	Individualização do FGTS concluída em 2023 (saldo residual registrado em 2024).
CERNE	R$ 3.691.511,38	Levantamento de informações em andamento, com dificuldades de conciliação com a CEF.
CRISA	R$ 21.996.148,53	Análise dos cálculos da auditoria concluída; fase de operacionalização/individualização em andamento.
TRANSURB	R$ 0,00	Individualização do FGTS concluída após regularização de pendências fiscais.

Situação Atual por Empresa – 2025

Empresa	Valor (R$)	Situação
PRODAGO	R$ 0,00	**Saldo finalizado (individualização do FGTS concluída e encerramento do saldo residual).**
CERNE	R$ 0,00	**Saldo finalizado (conclusão do processo e encerramento do saldo).**
CRISA	R$ 14.941.172,87	Evolução do passivo em relação a 2024, com redução do saldo remanescente após avanços de individualização e/ou ajustes decorrentes de conferências.
TRANSURB	R$ 0,00	**Saldo finalizado (processo concluído).**

Fonte: DELE/SEAD, 2025

4. Passivo municipal: Município de Goiânia

No passivo municipal, manteve-se o resultado estrutural da renegociação com o Município de Goiânia, que reduziu substancialmente uma exposição historicamente onerosa, trazendo previsibilidade ao passivo remanescente e retirando obstáculos que dificultavam a evolução do encerramento.

Registro de Tela 10 – D.U.A.M. Dívida Ativa Ajuizada



PREFEITURA DE GOIANIA
SECRETARIA DE FINANCAS

D.U.A.M. - DOCUMENTO UNICO DE ARRECADACAO MUNICIPAL

CONTRIBUINTE
EMPRESA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE GOIAS PRODAGO

COD. DEBITO: 00000006758147838199300O

PAGAR VIA PIX

INSCRICAO CADASTRAL
000.0067 5814

CPF/CNPJ
24.812.554/0001-51

ENDERECO
R 5 QD. AREA LT. AREA NR. 2535
SET MORAIS GOIANIA - GO CEP 74000-000

TRIBUTO
7838 - ISS AUTO INFRACAO DIVIDA ATIVA AJUIZADO

REFERENCIA	VENCIMENTO	EXERCICIO	PARCELA	EMISSAO
00/1993	19/08/1993	1993	0	13/12/2023

INFORMACOES
* * * * * DIVIDA AJUIZADA * * * * *
PROCESSO: 5518938 AUTO INFRACAO: 0
LIVRO : 1 FOLHA: 172 CERTIDAO: 172 DATA INSCR: 19081993
CARTORIO: 2 PROTOCOLO: 585383919938090051
HONORARIOS: 5.372.545,12 CUSTAS: 12.169,10

VALIDADE	QUANTIDADE DE UFIR	VALOR A RECOLHER	TAXA DE EXPEDIENTE
13/12/2023	******,**	*12.182.642,00	**********0,00
MULTA	**JUROS**	**DESCONTOS**	**TOTAL A PAGAR**
*********0,00	*41.542.809,20	*********0,00	****59.110.165,42

MENSAGENS
VALOR ORIGINAL EM CRUZEIRO REAL. VALOR TOTAL EM REAL.
ISS AUTO INFRACAO DIVIDA ATIVA AJUIZADO

VIA CONTRIBUINTE 86810591101-1 65420161209-4 22023121301-5 61001569700-8 13/12/23-WEB

Fonte: DELE/SEAD, 2025

5. Passivo federal: PGFN e transação tributária

No passivo federal, a atuação técnica junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN permaneceu como frente prioritária, com medidas administrativas e complementação judicial para compatibilizar a capacidade de pagamento de uma empresa em liquidação, sem atividade operacional e sem receita própria, com as alternativas de transação previstas, inclusive na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

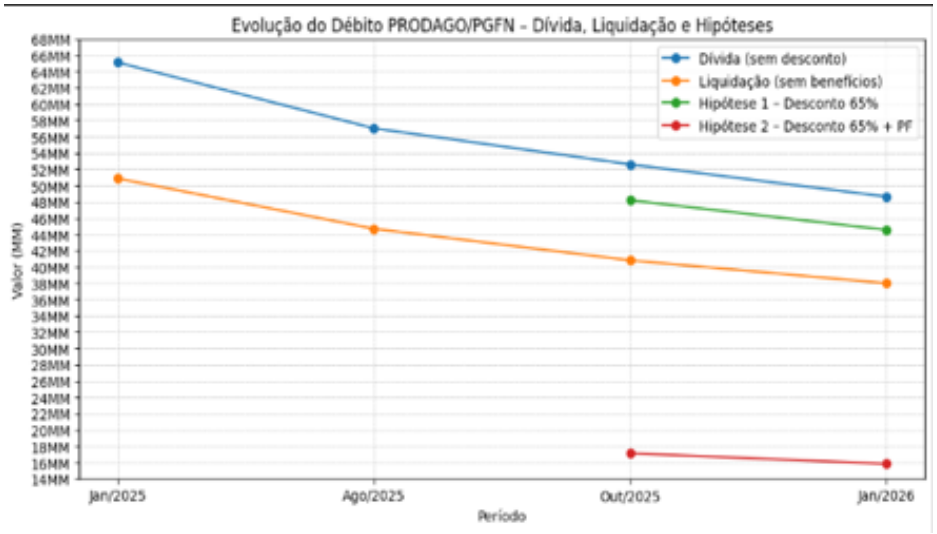
Tabela 15 – Situação do Débito PRODAGO em liquidação

SITUAÇÃO DÉBITO PRODAGO EM LIQUIDAÇÃO / PGFN
Tabela 2 (Jan/2026)

Item	Valor	Situação
Dívida em Jan/2026	R$ 48.628.586,31	Valor da dívida consolidada parcelada
Liquidação antecipada	R$ 37.996.005,00	Valor necessário para quitação integral da dívida sem aplicação de benfícios da transação
Hipótese 1 - Desconto 65%	R$ 44.548.860,77	Aplicação do desconto máximo da Portaria PGFN nº 6.757/2022 sobre juros, multas e encargos, sem uso de prejuízo fiscal
Hipótese 2 - Desconto 65% + PF	R$ 15.819.268,87	Situação ideal: além dos descontos legais, aplica-se crédito de prejuízo fiscal acumulado

Fonte: DELE/SEAD, 2025

Gráfico 39 – Evolução do Débito PRODAGO



Fonte: DELE/SEAD, 2025

6. Diretriz financeira e fechamento do ciclo

Por fim, a gestão financeira em 2025 manteve a diretriz de restringir os repasses do Tesouro às obrigações com pessoal e ao parcelamento federal, com custeio administrativo suportado por recursos próprios e reforço de caixa mediante realização de ativos. Como desdobramento do planejamento, projeta-se para 2026 redução dos repasses estaduais, na medida em que a PRODAGO em liquidação pretende assumir integralmente o custeio da folha de pessoal com recursos próprios, bem como ampliar a participação direta da empresa no pagamento das obrigações mensais relacionadas ao passivo federal. Com isso, a liquidação avança para sua etapa final, com condições estruturadas para a extinção definitiva, nos termos do Decreto nº 9.659/2020 e da Lei Federal nº 6.404/1976, com segurança jurídica, responsabilidade fiscal e eliminação progressiva de estruturas sem função operacional.



CONTRATO DE GESTÃO

33 CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão, celebrado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Administração – SEAD e a Organização das Voluntárias de Goiás, tem por objeto a gestão, o fomento e a execução de atividades de Assistência Social, baseadas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e legislação correlata, bem como a execução e manutenção do Programa Universitário do Bem - PROBEM, que tem por objetivo auxiliar no desenvolvimento social e econômico do estado de Goiás, por meio de concessão de bolsas de estudos, mediação do acesso ao mundo do trabalho e fomento à participação cidadã para alunos universitários socioeconomicamente vulneráveis. Possui ainda a finalidade de implementar e de manter programas e projetos sociais que objetivam promover a inclusão social nas áreas da criança, do adolescente, do idoso e das pessoas com deficiência, assim como a concessão de benefícios às famílias em situação de vulnerabilidade social, respaldando as ações que a OVG desenvolve em parceria com o Governo do Estado de Goiás e a sociedade civil. Visa, também, viabilizar outras ações que possam contribuir para a inclusão social, como a implementação, a execução e a manutenção de Ações de Produção e Abastecimento e de Consumo de Alimentos.

A Comissão, designada pela Portaria nº 1.643, de 01 de setembro de 2025, criada pelo Decreto estadual nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, é integrante da estrutura complementar da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, conforme o artigo 3º, inciso X, do Decreto estadual nº 10.437, de 9 de abril de 2024, que aprova o seu Regulamento.

A Comissão Tem como atividade a fiscalização e o monitoramento da execução financeira e operacional do contrato, realizados por meio da análise dos documentos apresentados pela OVG, incluindo relatórios financeiros, notas fiscais e comprovações da execução das metas físicas e financeiras. Verifica a conformidade desses documentos com os repasses efetuados e os objetivos pactuados, assegurando que as aplicações dos recursos estejam em conformidade com as normativas vigentes.

A execução contratual tem apresentado notas finais de desempenho institucional superiores a 9,0 nos últimos anos, conforme os critérios estabelecidos na Sistemática de Acompanhamento e Avaliação. O monitoramento contínuo pela CACG, permite ajustes e aprimoramentos na execução, contribuindo para a conformidade do contrato e a transparência na aplicação dos recursos públicos. A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão mantém a fiscalização permanente da execução contratual, garantindo que os serviços prestados pela OVG sejam realizados conforme as diretrizes estabelecidas. O monitoramento contínuo assegura a regularidade da execução financeira e operacional do contrato, permitindo a adoção de medidas corretivas sempre que necessário.

O Relatório de Gestão da OVG referente ao exercício de 2025 pode ser acessado na íntegra pelo seguinte endereço eletrônico:

https://www.ovg.org.br/site/wp-content/uploads/2026/05/Relatorio-Conclusivo-do-Acompanhamento-e-Avaliacao-da-Execucao-e-do-Desempenho-do-Contato-de-Gestao-Exercicio-2025_Retificacao-V2-30.04.2026.html.

Acesse o QR Code do Relatório de Gestão da OVG:



PRÓXIMOS DESAFIOS

34 PRÓXIMOS DESAFIOS

As transformações disruptivas no cenário global trazem à Administração Pública novos desafios a serem enfrentados e superados. A Chefia de Gabinete propõe desafios condizentes, a fim de aperfeiçoar o setor público, lidará com inovação tecnológica e integração de pessoas de forma que essas duas frentes coexistam de forma harmônica. Assim, nos próximos anos, estruturam-se os próximos desafios da seguinte forma:

1. Governança e *Compliance* em Ambiente de Transformação Digital: a Chefia de Gabinete tem a atribuição legal de coordenar a implantação do Programa de Compliance Público e monitorar a Lei de Acesso à Informação – LAI. Assim, necessita-se integrar as novas tecnologias (IA e *Big Data*) aos mecanismos de controle, garantindo que a aceleração digital não comprometa a transparência e a ética, implementando ferramentas de monitoramento automatizado para garantir a conformidade em tempo real, mitigando riscos em processos de alta complexidade;

2. Articulação Institucional e Gestão da Mudança: compete à área promover a articulação das subsecretarias e superintendências, além do relacionamento com outros órgãos. Atuar como o principal facilitador para romper "silos" administrativos, garantindo que as mudanças disruptivas (como a computação em nuvem e a digitalização de processos) sejam adotadas de forma harmônica por toda a Pasta, fortalecendo fluxo de comunicação interna para que a estratégia da SEAD (Plano Estratégico SEAD 2023-2026) seja compreendida e executada em todos os níveis, especialmente no suporte às decisões do Secretário;

3. Capital Humano, Requalificação e Bem-Estar: o ambiente externo impõe uma janela curta para a requalificação das equipes frente às novas tecnologias. Apoiar a alta gestão na criação de um ambiente de trabalho que integre o capital humano à tecnologia sem prejuízo à performance e ao bem-estar dos colaboradores, articulando com a Escola de Governo e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas estratégias de desenvolvimento de competências digitais, garantindo que a Chefia de Gabinete auxilie na identificação de gargalos de talentos;

4. Foco na Jornada do Cidadão e Eficiência Pública: o regulamento prevê a supervisão da Ouvidoria Setorial pela Chefia de Gabinete. Converter o *feedback* dos cidadãos em insumos estratégicos para a melhoria da prestação de serviços, em um contexto onde o usuário exige agilidade e qualidade digital (Governo como Plataforma), modernizando os canais de ouvidoria com o uso de inteligência de dados para antecipar demandas da sociedade e subsidiar a tomada de decisão do titular da Pasta; e

5. Austeridade Fiscal e Gestão de Valor: a SEAD é o órgão central de gestão de pessoal, patrimônio e compras do Estado. Assim, apoiar o Secretário na manutenção da austeridade fiscal, assegurando que os projetos estratégicos entreguem valor público real com o menor custo possível, supervisionando a Gerência da Secretaria-Geral e processos administrativos para eliminar burocracias desnecessárias, permitindo que a Pasta foque em entregas de alto impacto.

O cenário atual exige que a Chefia de Gabinete seja a "Torre de Controle da Inovação Estratégica", garantindo a agilidade decisória necessária para que a SEAD responda às disrupções tecnológicas e às expectativas crescentes da sociedade goiana, mantendo a integridade e a governança interna como pilares inegociáveis

A atuação da Chefia de Gabinete da SEAD no exercício atual consolidou-se como o eixo integrador entre o planejamento estratégico e a execução operacional. A unidade transcendeu a função de suporte administrativo para atuar como um núcleo de inteligência estratégica, fundamentado em quatro pilares interconectados que garantem a entrega de valor público, quais sejam:

1. Governança e Estratégia: o alinhamento rigoroso ao Plano Estratégico 2023-2026 permitiu que o Gabinete coordenasse com precisão a alocação de recursos e a articulação interinstitucional. A participação ativa em comitês e grupos de trabalho garantiu que as decisões do Titular da Pasta fossem sustentadas por conformidade jurídica e técnica, mitigando riscos por meio do Programa de Compliance Público e assegurando que a visão de longo prazo do Governo de Goiás fosse traduzida em ações concretas;

2. Relacionamento e Valor Público: A qualidade nas relações com as partes interessadas (servidores, outros órgãos e cidadãos) foi fortalecida por canais de comunicação contínuos e transparentes. A gestão eficiente da Ouvidoria e da LAI não apenas cumpriu requisitos legais, mas serviu como ferramenta de escuta ativa para o aperfeiçoamento dos serviços. O resultado final é a geração de valor público tangível: um Estado mais eficiente, que gasta menos consigo mesmo para investir mais na qualidade de vida do cidadão, promovendo justiça social e austeridade;

3. Ciclo de Indicadores e Resultados: a análise integrada dos indicadores demonstra um desempenho robusto:

- Gestão e Desempenho: processos mais céleres e conformidade absoluta.
- Resultados e Impacto: mudanças estruturais que garantem a sustentabilidade fiscal e a confiança institucional. A comparação entre as metas pactuadas e os resultados alcançados evidencia que a Chefia de Gabinete superou os principais marcos operacionais, mantendo a organização na trajetória correta para o cumprimento de sua missão institucional.

A Chefia de Gabinete da SEAD reafirma seu compromisso com a excelência, a ética e a inovação. Os resultados aqui consolidados provam que a unidade é o alicerce que permite à Secretaria transformar desafios administrativos em conquistas sociais, consolidando um legado de eficiência e integridade para a administração pública goiana.

A Gerência da Secretaria-Geral – GESG identifica como principais desafios para os próximos exercícios:

- Ampliação da eficiência operacional: o crescimento contínuo do volume de expedientes administrativos exige o aperfeiçoamento permanente dos fluxos internos, com vistas à manutenção da celeridade e da qualidade técnica dos atos produzidos;
- Qualificação contínua da equipe: a constante atualização normativa e a complexidade crescente das demandas administrativas impõem a necessidade de capacitação permanente, garantindo alinhamento às boas práticas de governança e controle interno; e
- Atendimento com qualidade e eficiência: diante da ampliação dos canais de comunicação e do aumento da interação direta com a sociedade, a unidade busca aprimorar os mecanismos de organização e registro das demandas externas,

fortalecendo a transparência e a efetividade das respostas institucionais.

A Procuradoria Setorial atuou no exercício com foco no controle preventivo de legalidade, assessoramento técnico qualificado e mitigação de riscos jurídicos, assegurando conformidade normativa e regularidade dos atos administrativos.

A unidade reafirma seu papel estruturante na Administração, contribuindo para a estabilidade institucional, mitigação de riscos e fortalecimento dos mecanismos de controle interno.

No aspecto tecnológico, a Procuradoria Setorial integra o projeto Escalada CORA que atua na implementação de melhorias no sistema e-PGE (CORA) de controle e distribuição de processos da Procuradoria-Geral do Estado visando adequações às necessidades específicas da Unidade, fornecimento de dados seguros e implementação de novas tecnologias como a inteligência artificial.

Como perspectiva, destacam-se o fortalecimento da atuação preventiva, o aprimoramento contínuo da gestão e a adoção de práticas inovadoras para o atendimento das expectativas da sociedade e às exigências dos órgãos de controle, a qualificação contínua da equipe jurídica, assegurando elevado padrão de qualidade técnica e responsabilidade administrativa, com alinhamento às melhores práticas de governança pública.

No âmbito da Corregedoria Setorial, os desafios para os próximos exercícios concentram-se em consolidar ganhos de qualidade e tempestividade na atividade correcional, ao mesmo tempo em que se enfrenta o aumento de complexidade das demandas. Nesse contexto, permanece prioritário fortalecer a estabilidade e a qualificação das equipes, reduzindo impactos da rotatividade e ampliando o contingente de servidores com perfil técnico compatível para atuação correcional, inclusive em matérias sensíveis e de maior especialização, como aquelas relacionadas ao IPASGO.

A continuidade do investimento em capacitação, tanto em conteúdos técnicos de correição e Tomada de Contas Especial, quanto em ferramentas digitais aplicáveis ao serviço público, em especial soluções de inteligência artificial aplicáveis à área de atuação da SEAD, com respeito ao dever de sigilo legal dos processos. Busca-se, dessa forma, desenvolver uma maturidade digital da equipe e dos procedimentos implementados na Unidade, aprofundando a modernização e a integração dos fluxos de trabalho diante das novas ferramentas digitais com os sistemas institucionais já implementados, como o SISPAC, assegurando rastreabilidade, qualidade de dados e segurança jurídica. Tais práticas são essenciais para sustentar a qualidade da entrega correcional em termos de eficiência e efetividade, bem como para se manter instruções técnicas robustas e consistentes.

Por sua vez, enfrenta-se a demanda de orientação contínua às comissões, frente à necessidade de ajustes interpretativos ante a evolução do direito administrativo, além da necessidade constante de aprimoramento de práticas internas, mantendo atenção permanente à proteção de informações sensíveis, ao sigilo legal e às exigências da LGPD e da LAI.

Também se impõe como desafio fortalecer a articulação interna e interinstitucional que sustenta a instrução dos feitos. A ampliação da integração com unidades demandantes da SEAD, bem como a manutenção de interlocução técnica com CGE, PGE e TCE, fatores determinantes para garantir a fluidez da melhor instrução processual, a obtenção tempestiva de informações e o correto encaminhamento de medidas administrativas.

No mesmo sentido, a Corregedoria seguirá aprimorando rotinas de suporte às demais unidades da SEAD, bem como às partes e seus representantes, com transparência possível e respeito aos limites legais de acesso aos autos.

Por fim, considera-se estratégico reforçar a cultura de prevenção e correção de condutas, estimulando o uso adequado dos canais oficiais de manifestação dos cidadãos, especial o Sistema de Gestão de Ouvidoria – SGOe, fomentando a cultura de reporte das irregularidades, e qualificando o tratamento das demandas recebidas. O objetivo é assegurar que as providências de apuração e responsabilização, quando cabíveis, sejam adotadas com proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, fortalecendo a confiança institucional, a integridade pública e a efetividade do sistema de correição no âmbito da SEAD.

A Ouvidoria Setorial constitui instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relacionadas às políticas públicas e aos serviços prestados pela Secretaria de Estado da Administração, independentemente da forma ou regime de execução. Sua atuação visa avaliar a efetividade dos serviços ofertados, contribuir para o aprimoramento da gestão pública e promover a excelência no atendimento aos usuários. Nesse contexto, torna-se essencial fortalecer a vinculação entre os tipos de serviços disponibilizados pela Pasta e as manifestações registradas na ouvidoria, possibilitando a identificação de demandas recorrentes, fragilidades operacionais e oportunidades de melhoria específicas em cada área de atuação administrativa.

Nesse sentido, um dos principais desafios consiste em acompanhar a evolução da digitalização dos serviços públicos e dos processos de trabalho, garantindo que os canais de participação social avancem em sintonia com essa transformação. Destaca-se a necessidade de incorporação de novas tecnologias voltadas ao atendimento e ao tratamento das demandas, tais como soluções de autoatendimento, utilização de *chatbot* com inteligência artificial e ampliação dos canais digitais, visando maior agilidade, acessibilidade e eficiência no relacionamento com o usuário dos serviços públicos.

Os dados produzidos pela Ouvidoria configuram importante fonte de informação estratégica para subsidiar a tomada de decisão pelos gestores da Pasta. Assim, apresenta-se como desafio o avanço na automação dos relatórios gerenciais por meio de ferramentas de *Business Intelligence* – BI, permitindo a disponibilização de painéis interativos para acompanhamento em tempo real das manifestações, denúncias e pedidos de acesso à informação, bem como o monitoramento dos indicadores de qualidade relacionados às unidades administrativas e aos diferentes serviços prestados.

No âmbito do fortalecimento da participação social, destaca-se, ainda, o desafio de implementação e consolidação do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, instituído pelo Decreto nº 10.850/2025. A iniciativa busca ampliar o diálogo estruturado entre a Administração Pública e os cidadãos, permitindo a avaliação contínua dos serviços públicos pelos usuários e a construção colaborativa de propostas de melhoria. A efetiva operacionalização do Conselho demanda ações de mobilização social, regulamentação de fluxos internos e integração com as atividades da Ouvidoria, de modo a fortalecer os mecanismos de controle social e participação cidadã.

Quanto à evolução institucional da Ouvidoria Setorial, permanece como objetivo estratégico a obtenção, novamente, da certificação Diamante no Prêmio de Ouvidoria Pública promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás. No campo da transparência ativa, o desafio consiste em manter a certificação máxima alcançada

no Prêmio Goiás Mais Transparente nas edições anteriores, bem como atender integralmente aos requisitos que vierem a ser estabelecidos nas futuras avaliações.

O Escritório de Projetos Setorial da SEAD entra em um novo ciclo com foco em inovação, integração e mensuração de valor público, consolidando sua atuação como eixo estratégico da gestão pública estadual. Os principais planos incluem:

1. Implementação de Inteligência Artificial para Priorização de Projetos

- Descrição: desenvolvimento de uma solução baseada em IA para analisar documentos de planejamento (Plano de Governo, OKRs, PPA, etc) e gerar rankings objetivos de projetos.
- Impacto: maior assertividade na seleção de iniciativas, alinhamento estratégico automatizado e otimização do uso de recursos públicos.

2. Medição de Impacto e Valor Público dos Projetos

- Descrição: criação de uma metodologia para identificar, monitorar e comunicar os benefícios gerados pelos projetos, com indicadores tangíveis e intangíveis.
- Impacto: fortalecimento da prestação de contas, maior transparência e valorização das entregas perante a sociedade e os órgãos de controle.

3. Integração Intersetorial e Expansão da Rede de Projetos

- Descrição: realização de workshops e fóruns temáticos para integrar o Escritório de Projetos com outras áreas da SEAD e órgãos parceiros.
- Impacto: maior colaboração entre setores, compartilhamento de boas práticas e fortalecimento da cultura de projetos em toda a Administração.

4. Desenvolvimento Profissional da Equipe

- Descrição: participação dos membros do Escritório de Projetos em cursos e eventos.
- Impacto: elevação da capacidade técnica, maior autonomia na condução de projetos complexos e fortalecimento da liderança institucional.

5. Comunicação Estratégica e Valorização da Cultura de Projetos

- Descrição: lançamento de campanhas internas, boletins informativos e eventos de reconhecimento para valorizar os projetos e os servidores envolvidos.
- Impacto: engajamento contínuo da Rede, fortalecimento da identidade institucional e maior adesão às práticas de governança.

<u>Impacto Esperado na Organização:</u>

- Consolidar o Escritório de Projetos como hub de inteligência estratégica da SEAD;
- Promover eficiência operacional e transparência institucional;
- Gerar valor público mensurável, com foco no cidadão goiano;
- Fortalecer a sustentabilidade institucional do Escritório de Projetos, garantindo sua relevância em futuras gestões.

No âmbito da Diretoria Executiva da Escola de Governo, para assegurar a continuidade das entregas de valor sob sua responsabilidade, bem como adaptação às transformações

institucionais, tecnológicas e sociais que impactam a Administração Pública contemporânea, pretende-se superar os seguintes desafios:

- Ampliar e modernizar o mobiliário e os ambientes internos da Escola, por meio da substituição, adequação e aquisição de novos bens, bem como da realização de adequações na estrutura física, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho, fortalecer a infraestrutura de apoio às ações formativas e qualificar a experiência dos usuários dos espaços institucionais, em resposta à crescente demanda pelos serviços ofertados;
- Investir na continuidade e ampliação das ações do Programa de Capacitação de Lideranças - LiderAção;
- Aprimorar os sistemas de gestão de capacitações e pós-graduações;
- Ampliar oferta dos cursos de Pós-graduações e Mestrados Profissionais;
- Expandir o alcance das ações do PequiLab, o Laboratório de Desenvolvimento de Pessoas da Escola de Governo;
- Diversificar quadro de professores para implementar novas Certificações Profissionais em áreas estratégicas; e
- Ampliar o quadro de servidores administrativos, cuja quantidade atual tem se mostrado insuficiente frente ao aumento significativo das demandas.

No que concerne à DESSS, para os próximos ciclos, esta concentrará esforços na ampliação de sua capacidade de entrega de valor público, destacando-se como prioridades:

- Expansão dos programas de bem-estar, suporte psicológico e promoção da saúde física e mental dos servidores, visando maior alcance e efetividade das ações preventivas e assistenciais;
- Estruturação de Assessoria Jurídica especializada nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário, com vistas ao fortalecimento da segurança jurídica e da sustentação técnica das decisões da unidade, no campo da governança; e
- Aperfeiçoamento da ferramenta de SST no Integra Goiás (RH 4.0) e evolução do Salis 2.0, priorizando integração de dados, eficiência operacional e melhoria da experiência do usuário, sob a perspectiva tecnológica.

Quanto à Superintendência de Gestão Integrada suas unidades apresentam os seguintes desafios

No que tange à GPI, os desafios concentram-se na conclusão do Plano Estratégico SEAD 2023 a 2026, vinculando projetos e iniciativas aos Resultados-Chave de cada Objetivo Operacional dos segmentos Servidores Públicos, Órgãos e Entidades Públicas e Cidadãos, com a coparticipação dos servidores formados como OKRs Multiplicadores; no aprimoramento da condução do processo de prestação de contas em consonância com os órgãos de controle interno e externo; na avaliação do método e dos resultados dos OKRs, com proposição de melhorias e verificação da possibilidade de manutenção do framework ou adoção de outro método para o próximo Plano Estratégico; na otimização da gestão integrada à governança sob sua responsabilidade; na condução integrada do PPA com o Plano Estratégico; e na maximização da integração entre as áreas da SEAD para atualização de atos normativos.

No campo de atuação da GGDP, os desafios decorrem do ambiente interno de governança e das mudanças disruptivas recentes, exigindo maior eficiência e inovação, equilíbrio entre transformação digital,

qualificação dos profissionais e sustentabilidade fiscal, adaptação a novos arranjos de governança, decisões mais ágeis e estratégicas, digitalização acelerada dos processos, requalificação contínua da equipe para aquisição de novas competências tecnológicas, manutenção da performance e do bem-estar em novas dinâmicas de trabalho, além do atendimento às exigências crescentes dos cidadãos por serviços digitais acessíveis, intuitivos e responsivos.

A GESTD estabelece como desafio a automatização de processos de dados na gestão de convênios.

No tocante à atuação da GEOF aponta como desafios a ampliação da digitalização dos processos financeiros, o aperfeiçoamento da gestão de riscos fiscais, a adaptação às tecnologias de big data e automação, a manutenção da austeridade fiscal, a capacitação contínua da equipe e o aprimoramento da análise preditiva orçamentária.

Como desafio inicial a GEMOP tem as tratativas para estruturação de Comitê de Processos da SEAD, dar continuidade ao mapeamento da GGDP e da Gerência de Suprimentos, ampliar o mapeamento com revisão da Cadeia de Valor da SEAD, utilizar apoio de IA na modelagem de processos e criação de chatbot para o conteúdo dos ebooks, implementar metodologia de monitoramento dos processos mapeados, consolidar a cultura de gestão por processos e implementar controle interno de demandas e indicadores.

A GEINFRA destaca como desafios o fortalecimento da governança e da capacidade decisória com arranjos mais ágeis e integrados, o enfrentamento das restrições orçamentárias mediante priorização de projetos de maior impacto social, otimização de recursos, revisão contínua de contratos e modelos de execução e busca por soluções inovadoras de baixo custo, além da superação do déficit de capital humano qualificado diante da velocidade das transformações tecnológicas.

Na área de atuação da GECONT consta o desafio de desenvolvimento de uma aplicação com a utilização de Inteligência Artificial para consulta tributária, em parceria com a Gerência de Dados, utilizando-se nos trâmites processuais para mapeamento dos processos da unidade; implementação de controle interno de demandas e indicadores; início dos procedimentos operacionais para cadastros em dívida ativa e equilíbrio entre volume de demandas e capacidade operacional.

A GECG enfrenta como desafios a consolidação da transformação digital das contratações com adoção de big data e inteligência artificial para análise preditiva de riscos e monitoramento das aquisições, a requalificação da equipe para atuação com novas tecnologias, a manutenção da eficiência e qualidade das contratações em cenário de austeridade fiscal e o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança para assegurar contratações ágeis, sustentáveis e transparentes.

No tocante à GEAAL destaca como desafios o aperfeiçoamento da qualificação dos servidores que executam atividades operacionais, administrativas e de gestão contratual, a consolidação das informações de controle de frotas com geração de dados para práticas sustentáveis, o aprimoramento da especificação de bens e serviços nas contratações, maior integração com uso de tecnologia da informação para mensuração mais precisa da gestão de frota, contratos e patrimônio, e a melhoria na disposição da frota e na qualidade do suporte oferecido às unidades da SEAD.

A GCGC estabelece como desafios o fortalecimento da governança e do Compliance Público, com aprimoramento dos processos de gestão de riscos, conformidade e auditoria interna para garantir maior segurança e transparência; a capacitação contínua da equipe, mediante implementação de programas estruturados de formação

em governança, gestão de riscos, análise de dados e novas tecnologias; a otimização e automação dos processos com ampliação do uso de plataformas integradas e inteligência artificial para reduzir prazos e riscos operacionais; a gestão estratégica dos indicadores, com refinamento da análise de desempenho para acompanhamento preciso da efetividade das entregas; e a busca por sustentabilidade financeira e eficiência orçamentária, mediante soluções para o saneamento dos convênios sob sua responsabilidade, evitando desperdício de recursos públicos.

No tocante à Superintendência de Sistemas de Informação, a unidade prepara-se para iniciar, em 2026, a execução do novo Plano Diretor de TI do Estado de Goiás, que combina ações para atendimento ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, bem como para atendimento ao Plano Estratégico de TI – PETI do Estado, vigente até 2029. Nesse contexto, a unidade precisa implementar indicadores que orientem a tomada de decisão estratégica de forma que garanta o alinhamento com o planejamento institucional.

Além disso, a SSI encontra-se em expansão do volume de serviços especializados de TI contratados, para conseguir dar vazão às crescentes demandas por desenvolvimento de novos sistemas ou modernização dos sistemas legados. O desafio consiste em gerir de forma eficaz tais recursos, a fim de maximizar as entregas da unidade.

Existe, no momento, uma fila de projetos que aguardam serem iniciados ou retomados, sendo que a expectativa é de que, em 2026, este gargalo seja liquidado e a transformação digital da SEAD avance a passos mais largos.

No tocante à Subsecretaria de Logística e Patrimônio, esta tem, como próximos desafios:

- Regulamentação de temas, como: Sistema de Registro de Preços, Gestão de Contratos, Credenciamento e exigência nas contratações públicas de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica;
- Revisão dos decretos de pesquisa de preços, pregão e concorrência;
- Continuidade no desenvolvimento e entrega de novas funcionalidades contempladas na versão 3.0 do SISLOG;
- Ampliação da Rede de Contratações – REDECON, de modo a abranger os gestores e fiscais de contratos;
- Implantação do Catálogo Eletrônico de Padronização – CEPAD;
- Realização do inventário imobiliário por meio de sistema informatizado, com consolidação e atualização permanente da base cadastral e documental, assegurando integridade, confiabilidade e rastreabilidade das informações;
- Regulamentação da gestão patrimonial por meio de lei estadual, bem como do processo de regularização fundiária de imóveis estaduais rurais ocupados irregularmente;
- Otimização dos processos de geração de receita e de redução de custos relacionados aos imóveis estaduais;
- Modernização tecnológica da área patrimonial, com implantação de módulo de vistoria/monitoramento no SIGO, evolução e integração de sistemas corporativos e adoção de soluções digitais mais eficientes (incluindo identificação de imóveis via QR Code);
- Estruturação e fortalecimento da área técnica de agrimensura e vistoria, com aquisição e atualização de softwares e

hardwares compatíveis com as atividades de engenharia, aquisição de acessórios para GNSS (que é um Sistema Global de Navegação por Satélite), manutenção preventiva de equipamentos e contratação de empresa especializada para levantamentos topográficos (inclusive fotogramétricos);

- Otimização do processo de avaliação de imóveis públicos, especialmente os locados pelo Estado, com apoio de sistema informatizado, bem como conclusão do Manual de Procedimentos de Avaliação de Imóveis Públicos;
- Investimento na capacitação contínua da equipe, por meio de pós-graduação, congressos, cursos de extensão e formação nas áreas de legislação patrimonial, tecnologia da informação, geotecnologias e gestão de ativos;
- Credenciamento de profissionais na área de vistoria e agrimensura;
- Aquisição de certificado digital para acesso às plataformas cartorárias;
- Requalificação de 870 servidores em gestão avançada de suprimentos, fomentando mudanças culturais nas redes de governança inseridas no Plano Estratégico SEAD 2023-2026, com metas de implantação de sistemas em cenário de austeridade fiscal;
- Necessidade de implantação de sistema de gestão de estoque com características disruptivas, como big data, inteligência artificial e digitalização, voltado ao aprimoramento da performance e da qualidade dos serviços prestados em 39 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;
- Superação de entraves que impactam os projetos de modernização, por meio de parcerias voltadas à integração humano-tecnológica, fortalecendo a cultura inovadora na área de suprimentos e a valorização sustentável do erário;
- Correlação entre planejamento, capacitações e maior engajamento dos usuários e atores da Rede de Suprimentos como estratégia para consolidação das melhorias;
- Foco em aprendizado contínuo e otimização de processos, com vistas à facilitação das jornadas cidadãs e à consolidação da resiliência pública;
- Publicação do novo Decreto de Frotas;
- Contratação e implementação de novo software de gestão de frotas;
- Publicação da ata de contratação de veículos elétricos e híbridos; e
- Disponibilização de informações sobre o custo do quilômetro rodado por veículo e por secretaria.

No âmbito da Subsecretaria de Inovação da Gestão e dos Serviços Públicos, considera-se que os principais desafios para a Coordenação do Programa Aprendizes do Futuro estão relacionados à continuidade e ao fortalecimento das ações do Programa, em alinhamento ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026.

Entre os desafios, destacam-se a necessidade de melhorar os processos internos de acompanhamento e gestão, adaptar as rotinas de trabalho aos sistemas digitais utilizados pela SEAD, atuar com recursos limitados e ampliar a divulgação do Programa para que a população compreenda sua importância para a formação dos jovens e sua preparação para o futuro mercado de trabalho.

O enfrentamento desses desafios é essencial para garantir a efetividade do Programa e a manutenção dos benefícios gerados à sociedade.

Já para a SCTP, dentre os principais desafios estratégicos para a continuidade da geração de valor público, destacam-se a ampliação da transformação digital dos serviços públicos e a simplificação contínua dos aproximadamente 763 serviços disponibilizados na Carta de Serviços ao Usuário do Estado de Goiás, garantindo maior eficiência, acessibilidade e qualidade na prestação ao cidadão. Soma-se a esse cenário a necessidade de consolidar, de forma transversal, a cultura gerencial orientada à gestão por processos nos órgãos do Poder Executivo estadual, bem como fortalecer a oferta de serviços centrados na experiência do usuário, assegurando jornadas mais simples, integradas e resolutivas.

No campo organizacional e operacional, persistem entraves relevantes, como a rotatividade de servidores qualificados - que demanda esforços contínuos de capacitação e transferência de conhecimento, a insuficiência de ferramentas tecnológicas adequadas para monitoramento da produtividade e a carência de recursos humanos especializados em tecnologia da informação para o desenvolvimento, manutenção e evolução dos sistemas corporativos. A elevada dependência da área central de TI e de outras unidades administrativas também impacta a celeridade das entregas, agravada pela existência de sistemas defasados que ainda exigem controles manuais e processos pouco automatizados.

Adicionalmente, observam-se desafios relacionados à resistência à mudança e à inovação em parte das organizações, às desigualdades de acesso e de letramento digital e à necessidade de promover transformações estruturantes ao longo de todo o ciclo de vida do servidor público, desde novos modelos de ingresso e alocação estratégica, até formas mais modernas de aprendizagem, desenvolvimento, avaliação e mudança de mentalidade organizacional.

Por fim, destaca-se a importância de estabelecer parcerias estratégicas com instituições e especialistas para assegurar a atualização permanente de metodologias, tecnologias educacionais e práticas de inovação, bem como a necessidade de desenvolver novas certificações profissionais em áreas estratégicas, fortalecendo competências institucionais essenciais para sustentar a agenda de modernização, transformação digital e melhoria contínua dos serviços públicos estaduais.

Para a SGAC, os principais desafios concentram-se na consolidação de um modelo de atendimento cada vez mais integrado, digital e centrado na experiência do usuário, alinhado ao Plano Estratégico SEAD 2023–2026. Destacam-se:

- Aprimoramento contínuo da jornada do cidadão, com simplificação de fluxos, padronização de procedimentos e redução de retrabalho;
- Integração de sistemas e bases de dados, ampliando o uso de tecnologias como automação, análise de dados e inteligência artificial para monitoramento de desempenho e melhoria da tomada de decisão;
- Fortalecimento da cultura orientada a dados e resultados, com indicadores de qualidade, produtividade e satisfação do usuário;
- Requalificação permanente das equipes, considerando a aceleração tecnológica e a necessidade de novas competências digitais, comportamentais e de gestão;

- Gestão da mudança organizacional, enfrentando resistências internas e promovendo mentalidade inovadora e foco no cidadão;
- Redução das desigualdades de acesso e letramento digital, garantindo inclusão e equidade na prestação dos serviços; e
- Atuação em cenário de austeridade fiscal, buscando eficiência operacional, otimização de recursos e parcerias estratégicas.

Superar esses desafios é fundamental para assegurar atendimento público mais ágil, acessível, resolutivo e orientado à geração de valor público sustentável.

Por fim, para a SUPERINOVA, esta tem como principais desafios a consolidação da inovação como prática institucional nos órgãos e entidades públicas estaduais, o fortalecimento dos arranjos de governança para a condução de iniciativas inovadoras e a ampliação da capacidade técnica das equipes para lidar com soluções baseadas em dados, inteligência artificial e novas tecnologias, em um contexto de rápida evolução tecnológica e de crescente complexidade dos problemas públicos. Destacam-se, ainda, a necessidade de ampliar a maturidade institucional para a adoção de modelos colaborativos de inovação, a superação de resistências à mudança em processos consolidados e o fortalecimento da articulação interinstitucional para assegurar maior alinhamento, priorização e continuidade das iniciativas.

No ambiente externo, impõem-se como desafios a aceleração da adoção tecnológica, a exigência crescente por serviços públicos mais eficientes e orientados às necessidades da sociedade, a necessidade de requalificação contínua dos servidores em janelas de tempo mais curtas, o equilíbrio entre inovação, bem-estar e desempenho das equipes, bem como as restrições decorrentes do cenário de austeridade fiscal. Nesse contexto, a unidade deverá concentrar esforços na priorização estratégica das iniciativas, no uso mais intensivo de evidências para a tomada de decisão, no fortalecimento da cultura de inovação e na ampliação da capacidade institucional dos órgãos para gerar e sustentar entregas de valor público no médio e longo prazos.

No âmbito da Gerência de Governança de Estatais – GGE, os próximos desafios estão relacionados ao fortalecimento das práticas de governança corporativa nas 13 empresas estatais do Estado de Goiás, em alinhamento com as diretrizes institucionais da SEAD e com os objetivos previstos no Plano Estratégico SEAD 2023–2026.

Nesse contexto, merece destaque o processo de estadualização da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos. A incorporação da companhia ao rol de estatais estaduais amplia o escopo de atuação da GGE, exigindo a adaptação dos mecanismos de acompanhamento, a adequação da empresa às diretrizes de governança estabelecidas pelo Estado, e a integração de seus instrumentos de gestão, controle e transparência aos padrões adotados pela SEAD.

Diante desse cenário, entre os principais desafios, destacam-se o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e acompanhamento das estatais, o fortalecimento da transparência e da conformidade com a legislação aplicável, bem como a promoção da padronização de práticas de governança e gestão entre as empresas.

No âmbito da Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, quanto a SUCEP tem como próximos desafios a coordenação e o gerenciamento das entregas e atividades relacionadas às competências das gerências a ela vinculadas, especialmente àquelas relacionadas aos projetos prioritários de governo, às metas do Plano

Plurianual e ao Plano Estratégico SEAD 2023-2026, dentre as quais destacam-se:

- O aperfeiçoamento do acompanhamento gerencial dos gastos com pessoal em contratos de gestão e terceirizações, bem como a ampliação das informações disponíveis no Observatório de Gestão de Pessoas;
- A continuidade do Projeto Repensar Carreiras, a fim de concluir o encaminhamento dos anteprojetos de lei dos demais órgãos, a depender da disponibilidade orçamentária-financeira do Poder Executivo, a ser validada pela Secretaria de Estado da Economia e por decisão do Chefe do Poder Executivo, além da ampliação dos estudos de gestão dos benefícios concedidos aos servidores do Poder Executivo;
- A melhoria contínua da gestão do conhecimento e a adaptação às novas tecnologias de IA Generativa, integrando cada vez mais a GC com IAGen, para fortalecer a eficiência governamental. Dessa forma, estão previstos a criação de oportunidades de capacitação em GC com foco em multiplicadores de conhecimento, além da garantia de recursos junto ao PROFISCO para viabilizar a execução de projeto de consultoria para implementação da gestão do conhecimento inicialmente na ECONOMIA, SEAD e PGE;
- A coordenação geral da execução da sistemática de evolução funcional estabelecida pelo Decreto nº 10.802, de 22 de outubro de 2025, aos servidores das carreiras alcançadas pelo Projeto Repensar Carreiras, e a gestão do desenvolvimento e implementação do Sistema PROMOVE. Ainda, atuar na melhoria dos processos de avaliação especial de desempenho do estágio probatório, considerando o ingresso de novos servidores civis no Poder Executivo estadual, além do prosseguimento dos demais anteprojetos de lei do Repensar Carreiras e de outras demandas relacionadas às normativas de pessoal do Estado de Goiás; e
- A viabilização de recursos pelo PROFISCO para ampliação do projeto de dimensionamento da força de trabalho, e a implementação do banco de talentos nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, além a execução da gestão do Programa de Estágio, com a realização de novos processos seletivos das modalidades Seleção SEAD e Seleção ProBem, bem como a ampliação da oferta de estágio na modalidade obrigatório.

Quanto à SUGEP, destacam-se como próximos desafios:

- A capacitação da equipe para as aplicações práticas do novo Sistema de Folha de Pagamento que foi adquirido pelo Estado;
- O treinamento dos servidores das Pastas para utilização do novo Sistema de Folha de Pagamento;
- A continuidade da capacitação da equipe para a utilização de recursos automatizados, os quais, somados à correta análise dos documentos exigidos para os lançamentos em folha de pagamento, terão mais um recurso para a conferência realizada ao longo dos cálculos mensais da folha e, por fim, no momento do comparativo, que é o fechamento geral da folha de cada órgão;
- Treinamento da equipe para utilização da nova ferramenta para elaboração do demonstrativo financeiro, documento utilizado pelas pastas para o empenho das folhas mensais e para a liberação dos recursos para o pagamento pelo Tesouro, a qual reduzirá o prazo de confecção em 70%;

- Dar o suporte necessário para a disponibilização de mais recursos no Portal Expresso, cujo desafio, nesse ano de 2026, é aumentar o leque de serviços já disponibilizados, de modo a dar agilidade nos atendimentos ao servidor que terá à mão um portal ágil e de fácil utilização para solicitação de documentos e/ou demandas relacionadas à folha de pagamento;
- A elaboração dos novos manuais de procedimentos da Folha de Pagamentos, em razão da implantação do novo Sistema de folha de pagamento;
- A participação nas tratativas do e-social, de modo a garantir o envio correto das informações que envolvem os servidores do Estado;
- Continuidade da implantação e utilização da nova ferramenta de gestão de pessoas (IntegraGO), bem como concluir 100% do envio das informações do eSocial dos anos anteriores, no *layout* exigido pelo Governo Federal, e a manutenção dos envios dados atuais dentro dos prazos estabelecidos;
- Manutenção das parametrizações do sistema atualmente em uso (RHNet), bem como a implantação gradual do IntegraGO, assegurando o pleno atendimento às legislações vigentes. Essa atuação integrada garante a continuidade operacional, a segurança jurídica e a transição estruturada para o novo modelo de gestão de pessoas;
- Aperfeiçoamento dos processos de registro, controle e gestão estratégica dos dados nos sistemas de Recursos Humanos e de Frequência. Mantendo o compromisso com a automatização das rotinas e o aprimoramento de relatórios e painéis gerenciais, visando a eficiência e a precisão;
- Consolidação da cultura de inovação em gestão de pessoas, aproveitando ao máximo os recursos tecnológicos disponíveis. A transformação digital e a inteligência analítica continuarão a ser fundamentais para a criação de soluções inovadoras, promovendo maior eficiência, confiabilidade e transparência nos registros cadastrais, funcionais e financeiros;
- Fortalecer a integração dos dados, apoiar a tomada de decisão baseada em informações qualificadas e fomentar um ambiente organizacional mais ágil e estratégico, aptos a apoiar a gestão de pessoas com as melhores práticas e tecnologias, contribuindo para um setor público mais eficiente e inovador;
- Renovação do Contrato nº 016/2024, que teve vigência de 30 meses, iniciada em 15/03/2024, resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2023, que teve por objeto o fornecimento de solução de *software* para gestão e operacionalização de consignados e cartão benefícios no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás.

Quanto à SURES, tem-se que seu principal desafio é executar todas as suas atividades dentro dos prazos estabelecidos, contando com uma equipe técnica reduzida. Essa missão se torna ainda mais complexa diante do aumento de processos judiciais relacionados aos certames e da necessidade de adaptação a novas regulamentações, como a implementação da cota racial. Mesmo com essas demandas crescentes, a SURES mantém seu compromisso com a transparência e a excelência na condução dos concursos e processos seletivos.

Uma das iniciativas estratégicas para enfrentar esses desafios é a automatização de processos que atualmente são realizados manualmente, reduzindo erros operacionais e aumentando a

eficiência da equipe. Entre as principais ações em andamento, destacam-se:

- Automatização do processo de convocação de candidatos aprovados em concurso público: atualmente, a gestão dos candidatos aprovados, incluindo alterações de nome, solicitações de final de fila, cumprimento de mandados judiciais e reclassificação, é feita manualmente em planilhas eletrônicas. Esse método pode gerar inconsistências que impactam diretamente nas nomeações e posses. A digitalização desse fluxo garantirá maior precisão na classificação dos candidatos, eliminando riscos de erro e assegurando o cumprimento correto de determinações judiciais;
- Automatização do processo de posse dos candidatos nomeados: o objetivo dessa iniciativa é centralizar todas as informações e etapas necessárias para a posse dos candidatos em uma única plataforma intuitiva e responsiva. Isso simplificará a experiência do cidadão, reduzirá o tempo de resposta e tornará o processo totalmente digital, conferindo maior transparência, eficiência e segurança. Além disso, a automação permitirá que a equipe foque na análise estratégica dos processos, minimizando retrabalhos e melhorando a gestão de admissões.

No âmbito da Comunicação Setorial da SEAD, para os próximos ciclos de gestão, esta projeta como principais desafios o aprimoramento contínuo da comunicação pública, alinhado às transformações digitais e às crescentes demandas por transparência, agilidade e proximidade com o cidadão.

Dentre os principais desafios, destacam-se:

- Fortalecimento da comunicação digital e multiplataforma, com ampliação da presença institucional em canais digitais e uso estratégico de dados para segmentação de públicos e mensuração de resultados;
- Combate à desinformação e gestão de crises, com implementação de protocolos mais ágeis de resposta e monitoramento em tempo real, garantindo a integridade das informações e a credibilidade institucional;
- Aprimoramento do uso de dados e inteligência de comunicação, com evolução dos relatórios de clipping para análises preditivas e indicadores de desempenho mais robustos;
- Humanização da comunicação pública, tornando a linguagem mais acessível, inclusiva e conectada com as reais necessidades da população, especialmente no que se refere à divulgação de serviços públicos;
- Integração entre as áreas e órgãos do Governo de Goiás, promovendo maior alinhamento das mensagens institucionais e fortalecendo a comunicação como ferramenta estratégica de gestão;
- Capacitação contínua da equipe, diante das rápidas mudanças tecnológicas e das novas dinâmicas de consumo de informação; e
- Mensuração de impacto e geração de valor público, avançando de métricas quantitativas (volume de inserções) para qualitativas (percepção, confiança e engajamento da sociedade).

Dessa forma, a Comunicação Setorial reafirma seu compromisso com a inovação, a transparência e a excelência na comunicação pública, contribuindo para o fortalecimento da relação entre o Estado e o cidadão, e para a efetividade das políticas públicas.



TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

35 TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Trata-se da apresentação de informações para integrar a elaboração da Prestação de Contas Anual/2024, exarada para atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 005/2018 TCE, em especial, em seu Anexo III.

No que toca à Comissão de Tomada de Contas Especiais – SEAD, apresenta-se abaixo tabelas relativa à relação dos processos de Relação das Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2025, com o número do processo e os fatos a serem apurados, bem como relação das Tomadas de Contas Especiais - TCE concluídas no exercício, com o número do processo, valor do dano, valor ressarcido, situação identificada e os responsáveis pelo dano.

Informa-se que os acórdãos expedidos pelo TCE/GO nos autos de Tomadas de Contas Especiais referentes aos convênios anteriores a 2010, celebrados entre a antiga SEPLAN e municípios/entidades, têm sido no sentido de reconhecer de ofício a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória, com o consequente arquivamento dos autos, sem demais providências a serem adotadas por esta Secretaria.

Quadro 19 – Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2025

Número do Processo	Fatos a Serem Apurados
202500005028486	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 313/2009, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da antiga Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, e o município de Iporá/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado à iluminação do Estádio de Futebol do município de Iporá
202500005030390	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 097/2009, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da então denominada Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, atualmente Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e o município de Bela Vista de Goiás/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado à pavimentação asfáltica.

Continua

Quadro 19 – Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2025 - Continuação

202500005036560	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 041/2006, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da então denominada Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, atualmente Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e o município de Planaltina/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado às obras de Infraestrutura.
202500005036559	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 025/2003, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da então denominada Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, atualmente Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e o município de Águas Lindas/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado a obras de Infraestrutura Urbana, especialmente, Pavimentação Asfáltica.
202500005036562	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 029/2004, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da então denominada Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, atualmente Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e o município de Planaltina/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado a obras de Infraestrutura Urbana.
202500005036563	Apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 054/2004, celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da então denominada Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, atualmente Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e o município de Brazabrantes/GO, que teve por objeto a concessão de auxílio financeiro destinado à pavimentação asfáltica.

Fonte: COSET/SEAD, 2025.

Quadro 20 – Resultados das Tomadas de Contas Especiais concluídas no exercício 2025

Número do processo SEI	Valor do dano	Valor ressarcido	Situação identificada	Responsáveis pelo dano
200900005000975	R$ 1.034,72	R$ 1.034,72	Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, conforme artigo 74 da Lei ordinária estadual nº 16.168/07. Logo após a publicação da Portaria de instauração da Tomada de Contas Especial, o Município de Santa Rita do Araguaua manifestou interesse na quitação integral do débito apurado.	Município de Santa Rita do Novo Destino – GO.
202300005001398	R$ 496.188,52	-	Não comprovação da aplicação dos recursos repassados.	Município de Nova Crixás-GO.

Fonte: COSET/SEAD, 2025.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS

36 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS

A Secretaria de Estado da Administração – SEAD é o órgão do Estado de Goiás responsável pela gestão centralizada de patrimônio, logística e compras governamentais, de liquidação de empresas estatais, gestão de pessoas, formação e capacitação dos servidores, realização de concursos públicos e processos seletivos, e gestão das unidades Vapt Vupt.

A SEAD, como órgão, possuí o código orçamentário 1800, o qual é subdivido em duas Unidades Orçamentárias – U.O., quais sejam: 1801 - Gabinete do Secretário de Estado da Administração; e 1802 - Encargos Gerais do Estado.

Por meio da U.O. 1801, são executadas as despesas relacionadas às atividades administrativas da Pasta, e pela U.O. 1802, são executadas as transferências financeiras destinadas à empresa em liquidação Prodago e à Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, organização social que presta assistência a indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Mais de 96% dos recursos necessários para custear as despesas da SEAD são provenientes de transferências financeiras recebidas do Tesouro Estadual. Em que pese a Pasta possuir receitas provenientes de remuneração realizada pelas instituições financeiras em decorrência das consignações e faltas, estas não são suficientes para custear todas as despesas relativas às atividades do órgão.

PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E CONTÁBEIS

Os principais demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis aplicados ao setor público são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrativo da Variação Patrimonial, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstrativo da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstrativos das Despesas, Demonstrativos das Receitas, Demonstrativo do Registro de Saldos Bancários, Demonstrativos de Créditos Adicionais Abertos ou Reduzidos, Demonstrativos da Dívida Fundada e Flutuante, Demonstrativos de Restos a Pagar e Notas Explicativas.

Principais contas contábeis patrimoniais da SEAD

As principais contas contábeis patrimoniais da SEAD são:

- Ativo - estoque, bens móveis, bens imóveis, intangível; e
- Passivo e Patrimônio Líquido.

Estoque

A evolução do estoque/almoxarifado da SEAD de 2020 a 2024 ocorreu normalmente, com movimentações decorrentes de aquisições e baixas.

Já em 2025, houve acréscimo de 62% do estoque em decorrência da inserção do depósito Geinfra, o qual foi criado para registro dos materiais adquiridos destinados à manutenção, conservação e reparos dos imóveis da SEAD. Este depósito não existia anteriormente e a gestão desse material era feita pela equipe da Gerência de Infraestrutura, porém, para melhor controle, foi criado o depósito Geinfra no Sigmate.

Quadro 21 – Resumo do estoque resgistrado na U.O. 1801 – Gabinete do Secretário de Estado da Administração - 2020 a 2025

Resumo do estoque registrado na U. O. 1801-Gabinete do Secretário de Estado da Administração - 2020 a 2025						
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025
A.5 - Estoque =(A.5.1-A.5.2+A.5.3-A.5.4+A.5.5-A.5.6+A.5.7-A.5.8)	**426.693,47**	**276.216,84**	**283.541,75**	**383.365,86**	**427.909,98**	**693.835,04**
A.5.1 - Produtos e serviços acabados	-	-	-	-	-	-
A.5.2 - (-) Ajustes de perdas - Produtos e serviços acabados	-	-	-	-	-	-
A.5.3 - Materias-primas	-	-	-	-	-	-
A.5.4 - (-) Ajuestes de perdas - Matérias-primas	-	-	-	-	-	-
A.5.5 - Almoxarifado	-	-	283.541,75	383.365,86	427.909,98	693.835,04
A.5.6 - (-) Ajuestes de perdas - Almoxarifado	-	-	-	-	-	-
A.5.7 - Outros Estoques	-	-	-	-	-	-
A.5.8 - (-) Ajuestes de perdas - Outros Estoques	-	-	-	-	-	-
Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial - SCG - Sistema de Contabilidade Geral - Saldos em 31/12 de cada exercício.						

Fonte: SGC/GECONT/SEAD, 2025.

Bens Móveis

Em relação à evolução dos bens móveis da SEAD, verifica-se que também transcorreu normalmente, com aquisições de equipamentos, localização e ativação de bens baixados indevidamente, baixas de inservíveis e reconhecimento das depreciações.

Quadro 22 – Saldos dos bens móveis registradas na U.O. 1801 – Gabinete do Secretário de Estado da Administração (202-2025)

Saldos dos Bens Móveis registrados na U. O. 1801-Gabinete do Secretário de Estado da Administração (SEAD) 2020 a 2025						
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025
B.3.1 - Bens móveis	17.012.450,61	16.647.998,86	25.399.889,13	34.283.696,48	41.005.871,80	50.172.977,01
B.3.2 - (-) Depreciação dos bens móveis	-	311.253,66	2.602.309,77	9.297.502,42	15.395.826,91	17.826.153,24
B.3.3 - (-) Exaustão dos bens móveis	-	-	-	-	-	
B.3.4 - (-) Amortização dos bens móveis	-	-	-	-	-	
B.3.5 - (-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	-	-	-	-	-	
Saldo final dos bens móveis	**17.012.450,61**	**16.336.745,20**	**22.797.579,36**	**24.986.194,06**	**25.610.044,89**	**32.346.823,77**
Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial / SCG-Sistema de Contabilidade Geral de Goiás - Saldo e 31/12 de cada exercício.						

Fonte: SGC/GECONT/SEAD, 2025.

Entre as aquisições de equipamentos, destaca-se aquisição de equipamentos de processamento de dados e mobiliário em geral. A maior parte dos mobiliários e parte dos equipamentos de informática adquiridos, foram destinados às unidades Vapt Vupts que foram reformadas e modernizadas nos últimos anos em todo o Estado. Os equipamentos de processamento de dados foram adquiridos para substituir os equipamentos obsoletos e para viabilizar o desenvolvimento e oferta de serviços digitais disponibilizados à sociedade.

Outro fator que influenciou o aumento do saldo dos bens móveis, foram as auditorias realizadas em visitas técnicas com a finalidade específica de localização de bens baixados indevidamente nos inventários de exercícios anteriores. Esta ação é contínua e resultou na localização de inúmeros bens que constavam como inativos. As reativações destes bens localizados foi um fator que contribuiu significativamente para o acréscimo do saldo dos bens móveis nos últimos anos.

Intangível

Foi realizado em 2023 um trabalho de avaliação sobre os sistemas e licenças que já se encontravam em uso pelas unidades da SEAD com vistas a agregar o devido valor a estes bens.

Após análise realizada pelas comissões instituídas pelas Portarias nº 2374/2023 e nº 2376/2023, de inventário e avaliação respectivamente, foi alocado o devido valor monetário a cada sistema e/ou licença pertencente à SEAD até 2024.

Quadro 23 – Saldo da conta contábil intangível (2020-2025)

Saldo da conta contábil Intangível - 2020 a 2025 (SCG)						
Intangível	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
1.2.4.1.1.01.00.00.00 - Software	834,24	1.134,24	290.372,84	7.247.884,95	7.231.291,99	7.074.430,96
1.2.4.1.1.02.00.00.00 - Software em Desenvolvimento	-	-	-	-	-	7.653.117,74
1.2.4.8.1.01.01.00.00 - (-) Amortização Acumulada de Software	-	-	-	-	-	4.156,83
Saldo final	**834,24**	**1.134,24**	**290.372,84**	**7.247.884,95**	**7.231.291,99**	**14.723.391,87**
Fonte:Balancete de Verificação e Balanço Patrimonial no SCG - Saldo em 31/12 de cada exercício						

Fonte: SGC/GECONT/SEAD, 2025.

Em 2025, com vistas ao melhor controle dos bens intangíveis, houve a separação dos registros em contas contábeis distintas, quais sejam: "1.2.4.1.1.01.00.00.00 – *Softwares*"; 1.2.4.1.1.02.00.00.00 – *Softwares* em Desenvolvimento" e "1.2.4.8.1.01.01.00.00 - (-) Amortização Acumulada de Softwares".

As despesas com desenvolvimento de *softwares* passaram a sensibilizar as contas contábeis patrimoniais no momento da liquidação e o respectivo saldo, juntamente com o saldo da conta de *Software* finalizado, compõe o saldo final da conta Intangível, no Ativo não Circulante, do Balanço Patrimonial, de forma a garantir o registro contábil fidedigno e tempestivo desses investimentos realizados pela SEAD.

Já no Sistema de Patrimônio Mobiliário – SPM, o saldo do Intangível é composto apenas pelo saldo dos *softwares* finalizados. O SPM não possui uma conta específica para registro do saldo dos softwares em desenvolvimento.

Quadro 24 – Saldo do intangível (2020-2025)

Saldo do Intangível - 2020 a 2025 (SPM)						
Intangível	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Software	834,24	1.134,24	290.372,84	7.247.884,95	7.231.291,99	7.074.430,96
Depreciação de Software	-	-	-	-	-	4.156,83
Saldo final	**834,24**	**1.134,24**	**290.372,84**	**7.247.884,95**	**7.231.291,99**	**7.070.274,13**
Fonte: Sistema de Patrimônio Mobiliário - Saldo em 31/12 de cada exercício						

Fonte: SPM/GECONT/SEAD, 2025.

Por fim, verifica-se que as avaliações realizadas pelas comissões e as providências adotadas pelas áreas de negócios para melhorar a forma de realizar os registros dos bens intangíveis, mostraram-se primordiais para garantir a evidenciação da composição do saldo desta classe de bens pertencentes à SEAD.

Bens Imóveis

O conjunto de imóveis públicos de Goiás é composto por construções históricas em Goiânia, edificadas em Art Déco; a Cidade de Goiás, reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em 2001; diversos imóveis espalhados na capital e nos 246 municípios e, ainda, em outras unidades da federação, tais como um imóvel no Rio de Janeiro/RJ e outro em Belém/PA.

A SEAD, como órgão central de patrimônio do Estado de Goiás, é responsável por todos os imóveis estaduais que não estão afetados a nenhum outro órgão, ou seja, além dos imóveis que estão sendo utilizados pela SEAD, consta em seu inventário aqueles imóveis que não estão afetados e/ou sendo utilizados por outros órgãos Estaduais, quais sejam: terrenos, fazendas, lotes, edificações, entre outros.

A gestão dos bens envolve o registro, avaliação, tombamento (para bens culturais) e a atualização da localização física e funcional, garantindo o controle da administração direta, autarquias e fundações, com foco na preservação e na integridade do erário estadual, no que tange ao patrimônio.

A administração patrimonial do Estado de Goiás, até o ano de 2019, era precária e não dispunha de informações relativas à situação da maioria dos bens. Esse panorama era resultado da falta de infraestrutura, pessoal capacitado, equipamentos e sistemas. A área responsável pelo patrimônio estatal atuava apenas de forma reativa.

Em 2019, diante da necessidade de implantação dos procedimentos previstos na Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP), foram adotadas providências para estruturar a área, quais sejam: criação das Gerências de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário, o aumento e qualificação dos servidores, melhoria do espaço físico e a substituição total dos equipamentos de informática, entre outras.

A partir daquele ano foi possível, gradativamente, realizar os inventários e implantar os processos de controle previstos nos normativos já existentes, bem como regulamentar novos procedimentos e desenvolver os sistemas informatizados.

Atualmente consta no inventário da SEAD o total de 2.013 imóveis, os quais encontram-se sob sua gestão, ocupados ou não, registrados contabilmente nas seguintes contas analíticas:

Quadro 25 – Bens imóveis do Estado de Goiás afetados à SEAD (2024-2025)

a) BENS IMÓVEIS	Saldo final 2024	Saldo final 2025
1.2.3.2.1.01.01.01.00 - IMÓVEIS RESIDENCIAIS	7.100.282,09	39.784.951,41
1.2.3.2.1.01.02.01.00 - SALAS E ESCRITÓRIOS	6.953.374,82	3.086.774,76
1.2.3.2.1.01.03.01.00 - EDIFÍCIOS	29.106.282,11	36.678.916,60
1.2.3.2.1.01.04.01.00 - TERRENOS	17.198.768,60	165.193.074,75
1.2.3.2.1.01.06.01.00 - QUARTÉIS	151.424.847,45	627.075,45
1.2.3.2.1.01.08.01.00 - ESCOLAS	95.578.800,77	151.679.583,40
1.2.3.2.1.01.10.01.00 - FAZENDAS	166.380.976,51	103.056.206,45
1.2.3.2.1.01.10.02.00 - PARQUES	176.611.891,06	22.489.796,55
1.2.3.2.1.01.10.03.00 - RESERVAS	24.471.127,57	97.026,47
1.2.3.2.1.01.11.01.00 - CLUBES	42.261.328,20	489.670,74
1.2.3.2.1.01.11.02.00 - ESTÁDIOS	1.347.960,00	3.629.962,88
1.2.3.2.1.01.11.04.00 - CENTRO DE EVENTOS	0,00	18.944.614,23
1.2.3.2.1.01.11.06.00 - CENTRO ESPORTIVO / CAMPO DE FUTEBOL	10.822.240,00	155.166.119,41
1.2.3.2.1.01.15.01.00 - HOSPITAIS	111.426.157,46	161.994.397,65
1.2.3.2.1.01.15.02.00 - UNIDADES DE SAÚDE	136.190.928,85	62.697.415,89
1.2.3.2.1.01.17.01.00 - PRESÍDIOS	0,00	3.226.577,73
1.2.3.2.1.01.19.90.00 - OUTROS IMÓVEIS PARA FINS INDÚSTRIAIS -SCP	0,00	216.266.364,02
1.2.3.2.1.01.21.01.00 - ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	19.486.197,28	27.578.717,16
1.2.3.2.1.01.98.01.00 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE INTERESSE	0,00	9.425.906,20
1.2.3.2.1.01.98.03.00 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS E HIDROVIÁRIOS - SCP	1.064.400,00	1.484.400,00
1.2.3.2.1.01.98.09.00 - OUTRAS EDIFICAÇÕES	0,00	233.320.441,01
1.2.3.2.1.01.98.10.00 - OUTROS BENS IMÓVEIS	749.230.489,49	386.432.051,54
1.2.3.2.1.04.01.01.00 - EDIFÍCIOS	159.476.097,40	97.755.428,15
1.2.3.2.1.04.13.01.00 - TERRENOS	300.876.995,39	245.830.546,82
1.2.3.2.1.04.18.01.00 - GLEBAS RURAIS	0,00	484.475,37
1.2.3.2.1.05.02.01.00 - PRAÇAS	15.928.570,81	16.491.126,74
1.2.3.2.1.05.06.01.00 - SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	1.284.625,80
1.2.3.2.1.05.99.90.00 - OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	6.146.939,46	0,00
1.2.3.2.1.99.05.01.00 - BENS IMÓVEIS NÃO LOCALIZADOS	1.143.714.810,35	0,00
1.2.3.2.1.99.99.03.00 - BENS IMÓVEIS COM OCUPAÇÃO IRREGULAR	2.578.033.938,56	1.897.619.162,60
a) Total dos bens imóveis	**5.950.833.404,23**	**4.062.815.409,78**

Fonte: SGC/GECONT/SEAD, 2025.

Quadro 14 – Bens imóveis do Estado de Goiás afetados à SEAD (2024-2025) - continuação

b) DEPRECIAÇÃO	Saldo final 2024	Saldo final 2025
1.2.3.8.1.02.01.01.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS	207.020,93	41.221,94
1.2.3.8.1.02.01.02.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE SALAS E ESCRITÓRIOS	315.156,64	160.492,64
1.2.3.8.1.02.01.03.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE EDIFÍCIOS	613.942,53	1.578.162,85
1.2.3.8.1.02.01.06.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE QUARTÉIS	15.695.959,32	23.726,06
1.2.3.8.1.02.01.08.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ESCOLAS	2.933.235,23	4.652.034,30
1.2.3.8.1.02.01.10.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE FAZENDAS	51.707,75	251.087,77
1.2.3.8.1.02.01.10.02 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PARQUES	15.741.382,78	146.240,24
1.2.3.8.1.02.01.11.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE CLUBES	653.546,54	1.330,48
1.2.3.8.1.02.01.11.02 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ESTÁDIOS	53.918,40	9.862,90
1.2.3.8.1.02.01.11.04 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE CENTRO DE EVENTOS	0,00	53.192,06
1.2.3.8.1.02.01.11.06 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE CENTRO ESPORTIVO / CA	2.489,60	2.395.673,64
1.2.3.8.1.02.01.15.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE HOSPITAIS	2.914.956,40	6.068.720,73
1.2.3.8.1.02.01.15.02 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE UNIDADES DE SAÚDE	3.160.889,39	2.906.470,73
1.2.3.8.1.02.01.17.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PRESÍDIOS	0,00	3.370,10
1.2.3.8.1.02.01.19.90 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE OUTROS IMÓVEIS PARA	0,00	82.637,31
1.2.3.8.1.02.01.21.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ESTACIONAMENTOS E GA	80.376,56	325.008,68
1.2.3.8.1.02.01.98.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DESAPROPRIAÇÃO DE IM	0,00	84.137,79
1.2.3.8.1.02.01.98.03 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE TERMINAIS RODOVIÁRIC	27.952,92	61.920,40
1.2.3.8.1.02.01.98.09 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES	0,00	9.167.074,30
1.2.3.8.1.02.01.98.10 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE OUTRAS BENS IMÓVEIS	28.641.800,89	13.538.681,63
1.2.3.8.1.02.02.01.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE EDIFÍCIOS	3.402.721,55	2.363.982,10
1.2.3.8.1.02.02.18.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE GLEBAS RURAIS	0,00	78.217,09
1.2.3.8.1.02.03.02.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PRAÇAS	428.520,13	653.944,47
1.2.3.8.1.02.03.99.90 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE OUTROS BENS DE USO C	245.877,58	0,00
b) Total da depreciação	**75.171.455,14**	**44.647.190,21**
c) Total líquido dos imóvies (c = a - b)	**5.875.661.949,09**	**4.018.168.219,57**
Fonte: Balancete de Verificação e BP no SCG - Data 31/12/2025		

Fonte: SGC/GECONT/SEAD, 2025.

Em 2019, quando se iniciou o Censo Imobiliário do Estado de Goiás, a situação encontrada era caótica. Havia inexistência de informações consolidadas sobre os bens patrimoniais do Estado, com dados dispersos em planilhas, e, desconhecimento da localização, ocupação e pendências jurídicas e cartorárias dos imóveis.

Com o apoio da alta gestão, como dito anteriormente, o primeiro passo foi reestruturar a área de patrimônio da SEAD, para então dar início ao Censo Imobiliário.

À época, a SEAD possuía registrado contabilmente, o montante de R$ 4.082.429.439,71 (quatro bilhões, oitenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos) na conta do ativo imobilizado “imóvel”. Considera-se o ano de 2019 como “marco zero”, e o montante supra como referencial igual a 100%.

Nos anos seguintes, foi dada continuidade nas ações de identificação, avaliação, regularização e melhoria das informações quantitativas e qualitativas dos imóveis. Iniciou-se o desenvolvimento do Sistema de Patrimônio Imobiliário de Goiás – SIGO e a reclassificação patrimonial de imóveis sem destinação específica.

Houve, também, o reconhecimento de reavaliações e depreciações, intensificação das vistorias para regularização de ocupações de imóveis públicos, inclusão de imóveis próprios de empresas estatais dependentes no inventário, baixa de matrículas por alienações, permutas e doações, publicação de instruções normativas, descentralização da responsabilidade do inventário para os órgãos aos quais estavam afetados, criação da Rede de Patrimônio – REDEPAT, instituída pelo Decreto nº 10.276/2023, criação do Código Identificador do Patrimônio Estadual – CIPE, com vistas à maior precisão na gestão dos imóveis, identificação de imóveis cedidos a terceiros e melhoria nos registros contábeis.

A Rede de Patrimônio foi integrada ao Sistema Estruturador das Redes de Gestão – SIGES, a qual reuniu todas as unidades de gestão de patrimônio dos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, tendo como unidade central a Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEAD.

Para melhor compreensão dos resultados alcançados após adoção de todas estas ações efetivas de identificação, mensuração e registro dos bens, segue demonstrado abaixo, a evolução histórica em valores, dos bens imóveis da SEAD, adotando-se o exercício de 2019 como período referencial de início da realização censo imobiliário:

Quadro 26 – Evolução histórica dos bens imóveis da SEAD 2019-2025

Saldos dos bens imóveis registrados na U. O. 1801-Gabinete do Secretário de Estado da Administração - 2019 a 2025							
a) Descrição	**b) 2019**	**c) 2020**	**d) 2021**	**e) 2022**	**f) 2023**	**g) 2024**	**h) 2025**
Bens imóveis	4.082.429.439,71	4.666.624.965,04	4.413.857.827,08	3.730.536.121,62	5.774.335.986,28	5.950.833.404,23	4.062.815.409,78
(-) Depreciação	-	-	-	15.516.003,41	26.305.684,77	75.171.455,14	44.647.190,21
(-) Redução ao valor recuperável de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final bens imóveis	**4.082.429.439,71**	**4.666.624.965,04**	**4.413.857.827,08**	**3.715.020.118,21**	**5.748.030.301,51**	**5.875.661.949,09**	**4.018.168.219,57**
Percentual do valor dos imóveis em relação ao exercício de 2019	100%	114%	108%	91%	141%	144%	98%
Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial da SEAD (U. O. 1801) - Data base: 31 de dezembro de cada exercício.							

Fonte: GECONT/SEAD, 2025.

Com base nos dados apresentados acima, verifica-se que em 2020 e 2021, o saldo contábil dos imóveis da SEAD sofreu variação em decorrência da continuidade do processo de inventário, a saber: localização de novas escrituras, baixas, encampações, transferências de afetação à outras pastas etc.

Já em 2022, o saldo da conta de ativo imóvel sofreu um decréscimo de 9% em relação a 2019. Isto ocorreu devido a transferência do saldo referente aos imóveis cedidos das contas do ativo não circulante para as contas de controle de credores e devedores. Houve, ainda, a exclusão de matrículas inativas e/ou duplicadas. Neste período, houve também o início do registro dos valores correspondentes às depreciações, bem como a transferência de afetação de imóveis a outros órgãos.

Em 2023, a conta contábil imóvel da SEAD sofreu um acréscimo de 41% em relação a 2019, em decorrência das reavaliações realizadas sobre o saldo inicial de cada bem. Esta ação planejada, organizada e desenvolvida pela equipe da central de patrimônio da SEAD encontra-se descrita em detalhes na Nota Explicativa nº 3/2024/SEAD/SUPATI.

Em 2024, houve alterações decorrentes dos lançamentos habituais de reavaliação, depreciação, transferência de afetação, entre outros, sem ocasionar mudanças substanciais nos saldos.

Já em 2025, ocorreram mudanças significativas coordenadas pela Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário – SUPATI/SEAD, com vistas ao cumprimento da sua incansável missão de garantir que a gestão patrimonial do estado reflita transparência, confiabilidade e aderência às normas de contabilidade pública.

Houve a implantação do Sistema de Patrimônio Imobiliário de Goiás – SIGO, e diversos ajustes foram necessários sobre os cadastros dos bens para viabilizar a importação dos dados para o referido sistema. Dentre os ajustes realizados para implantar a base de dados, destacam-se: alteração de CIPEs; ajustes e baixas de depreciação; classificação de bens não localizados; baixas por regularização fundiária; saneamento de duplicidades na incorporação de bens; correções cadastrais e transferência de terras devolutas. Estas ações integraram um amplo processo de depuração, padronização e fortalecimento do controle sobre o cadastro imobiliário da SEAD no SIGO e no SCG.

As alterações de CIPEs vinculados à SEAD, foram necessárias para garantir a compatibilização entre registros físicos, cadastrais e contábeis. Foram identificadas inconsistências e duplicidades em CIPEs sob gestão da SEAD, o que ensejou ajustes de codificação para assegurar a unicidade do registro patrimonial de cada imóvel; corrigir as duplicidades e sobreposições de códigos; manter a rastreabilidade entre o CIPE original e o CIPE vigente; e reduzir distorções na conciliação patrimonial e contábil. Essas alterações não representaram, por si só, movimentação física de bens, e tampouco, danos ao erário, mas sim reclassificação e consolidação de códigos, garantindo que cada imóvel possua apenas um CIPE ativo, sem prejuízo da manutenção do histórico para fins de auditoria e controle.

Outra ação relevante foi a instituição do Grupo de Trabalho – GT para identificação, análise e tratamento de bens imóveis não localizados (Portaria SEAD nº 004/2023). Os imóveis objeto dessa apuração constavam no inventário e permaneciam cadastrados no SCG, estando, por cautela técnico-documental, classificados na conta 1.2.3.2.1.99.05.01.00 – Bens Imóveis Não Localizados.

Foram identificados 266 bens imóveis com valor patrimonial agregado, que historicamente compuseram as rotinas do balanço patrimonial por serem os únicos registros com lastro mínimo de individualização física e documental. Ao longo dos trabalhos do GT, parte dessas situações foram esclarecidas com: a) reclassificação como faixas de domínio; b) vinculação a outros órgãos; c) transferência de responsabilidade para a SEAPA em razão de terras devolutas; d) regularizações fundiárias e ajustes de cadastro.

Por fim, as mutações dos valores contábeis do patrimônio imóvel da SEAD, nos últimos exercícios, ocorreram por diversos fatores, quais sejam: atualização do inventário; identificação de novos imóveis, correção de valores desatualizados; reconhecimento da depreciação; transferência de afetação entre os órgãos; baixa e/ou encampação de valores registrados como obras; reavaliações; ajustes de valor recuperável, depuração de cadastro, entre outros.

Conhecer o próprio patrimônio permitiu à administração pública estadual implantar medidas em benefício da sociedade. Dentre elas, destaca-se: a regularização fundiária de imóveis ocupados irregularmente por famílias carentes; doação de terrenos para instalação de unidades públicas; venda direta de imóveis para gerar receitas; transferências de unidades públicas de imóveis locados para imóveis próprios, gerando economia etc.

Atualmente, após superadas incontáveis dificuldades, os efetivos resultados alcançados possibilitam aos gestores, servidores, sociedade e órgãos de controle interno e externo, a compreensão de como uma gestão patrimonial ativa e responsável por parte dos administradores públicos pode ser benéfica à população, de forma a evitar gastos desnecessários, depredações, invasões, desperdícios, danos ao erário, bem como gerar receitas que podem ser utilizadas em diversos programas e ações de governo.

Quando se compara o total desconhecimento que havia em 2019 com a situação patrimonial alcançada até 2025, é notória a evolução, devido a uma atuação ativa, incansável e focada em obter resultados efetivos, com vistas a garantir o devido registro, mensuração, afetação e utilização dos bens imóveis do Estado de Goiás.

A equipe de patrimônio da SEAD nos últimos seis anos, não tem medido esforços para garantir uma gestão patrimonial escorreita, superando árduos obstáculos e seguindo em frente em cumprimento à sua missão.

Despesas

Como já mencionado, a SEAD é o órgão central de gestão de diversas áreas, como pessoal, compras governamentais, patrimônio, Escola de Governo, concursos públicos e processos seletivos, e Vapt Vupt. As despesas necessárias para custear estas atividades são executadas na Unidade Orçamentária 1801 – Gabinete do Secretário de Estado da Administração. Devido às suas atribuições, a maior despesa executada na U.O. 1801 refere-se ao pagamento de pessoal, e a maior despesa executada na U.O. 1802 refere-se às ações destinadas à assistência social desenvolvida pela OVG, nos termos do Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG.

Em 2020 e 2021 houve redução na execução das despesas da U.O. 1801 em decorrência da Pandemia de COVID 19. Nos exercícios subsequentes, as atividades da SEAD foram restabelecidas, e novas atividades implementadas, como por exemplo, as reformas e modernização da infraestrutura das unidades Vapt Vupts.

Até 2020, parte dos repasses executados e destinados à OVG eram realizados na Unidade Orçamentária do Fundo Protege por meio de descentralização, e outra parte era executada na Unidade Orçamentária 1802 - Encargos Gerais do Estado.

Em 2018, os repasses retromencionados foram executados na Unidade Orçamentária 2350 - Protege Goiás, e, em 2019 e 2020 na Unidade Orçamentária 1750 - Protege Goiás. Já no período de 2021 a 2025, as transferências dos recursos repassados à OVG tiveram sua execução orçamentária executada em sua totalidade na Unidade Orçamentária 1802 - Encargos Gerais do Estado, acarretando o acréscimo da execução nesta unidade.

Em suma, o acréscimo das despesas executadas pelas Unidades Orçamentárias da SEAD, nos últimos exercícios, ocorreu devido a diversos fatores, tais como: mudança na sistemática de execução dos repasses destinados à OVG e ampliação das ações sociais; gastos destinados à reforma e modernização da infraestrutura dos Vapt Vupts; aplicação em investimentos (aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, desenvolvimento de sistemas); estruturação e realização do inventário dos bens móveis e imóveis; reformas de imóveis, entre outros.

A execução de despesas correntes referentes à reforma de imóveis próprios destinados à ocupação de unidades administrativas que estavam instaladas em imóveis locados, acarretaram aumento dos gastos no primeiro momento, porém, ao longo do tempo, a realocação das unidades da SEAD e de outros órgãos que ocupam imóveis locados, para imóveis próprios do Estado, reduzirão despesas com locação, demostrando, assim, a boa gestão dos recursos públicos.

Tabela 16 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1801 por exercício

Órgão Sucessor	1801 - GAB. SEC. ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		
Grupo Despesa Nome	(Tudo)		
Exercício	**1-Empenhado**	**2-Liquidação**	**3-Pago**
2020	215.131.075,17	210.639.664,60	210.351.125,87
2021	227.138.666,34	214.744.132,95	214.740.499,19
2022	250.401.365,43	242.873.831,90	241.964.787,18
2023	275.202.263,17	271.150.343,67	271.012.166,33
2024	301.350.251,71	293.132.859,87	292.904.604,84
2025	391.879.874,47	375.170.505,13	292.544.179,60
Total Geral	**1.661.103.496,29**	**1.607.711.338,12**	**1.523.517.363,01**

Fonte: GECONT/SEAD, 2025.

Tabela 17 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1802 por exercício

Órgão Sucessor	1802 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		
Grupo Despesa Nome	(Tudo)		
Exercício	**1-Empenhado**	**2-Liquidação**	**3-Pago**
2020	74.060.424,05	74.060.424,05	74.060.424,05
2021	233.262.586,32	216.124.354,12	216.124.354,11
2022	264.200.981,55	244.255.148,17	244.255.148,17
2023	337.033.647,20	337.033.647,20	337.033.647,20
2024	417.027.344,52	417.027.344,52	417.027.344,52
2025	591.180.761,62	591.180.761,62	591.180.761,62
Total Geral	**1.916.765.745,26**	**1.879.681.679,68**	**1.879.681.679,67**

Fonte: GECONT/SEAD, 2025.

A execução das despesas e os resultados alcançados relativos aos gastos executados na U.O. 1802 podem ser consultados nos demonstrativos contábeis e relatórios de gestão da empresa em liquidação Prodago e da OVG, em seus respectivos portais de transparência.

Em suma, o acréscimo da execução orçamentária e financeira ocorrida na U.O. 1802, em grande parte, foi resultado das ampliações dos programas executados pela OVG, especialmente com a preparação das instalações para abertura de novos restaurantes (inaugurados no início de 2026); o aumento das demandas do Programa Universitário do Bem; ampliação dos programas de assistência social; e consequentemente, o aumento da quantidade de servidores.

Tabela 18 – Evolução histórica das despesas orçamentárias executadas na U.O. 1801 por grupo de despesa

Órgão Suces 1801 - GAB. SEC. ESTADO DA ADMINI RAÇÃO				
Exercício	**Grupo Despesa Nome**	**1-Empenhado**	**2-Liquidação**	**3-Pago**
2020	INVERSÕES FINANCEIRAS	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	INVESTIMENTOS	4.642.651,61	2.797.355,40	2.797.355,40
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.467.259,90	36.821.145,54	36.586.714,96
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.991.163,66	170.991.163,66	170.937.055,51
2020 Total		**215.131.075,17**	**210.639.664,60**	**210.351.125,87**
2021	INVESTIMENTOS	11.534.197,14	3.460.573,56	3.460.573,56
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.530.887,57	41.209.977,76	41.209.977,76
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.073.581,63	170.073.581,63	170.069.947,87
2021 Total		**227.138.666,34**	**214.744.132,95**	**214.740.499,19**
2022	INVESTIMENTOS	4.825.012,39	3.520.291,07	3.133.065,49
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.685.085,72	50.462.273,51	49.950.940,65
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	188.891.267,32	188.891.267,32	188.880.781,04
2022 Total		**250.401.365,43**	**242.873.831,90**	**241.964.787,18**
2023	INVESTIMENTOS	7.236.240,32	6.398.139,16	6.392.959,79
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.663.824,61	50.450.006,27	50.329.350,65
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	214.302.198,24	214.302.198,24	214.289.855,89
2023 Total		**275.202.263,17**	**271.150.343,67**	**271.012.166,33**
2024	INVESTIMENTOS	11.680.671,75	10.049.324,10	10.049.324,10
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.549.348,86	49.963.304,67	49.735.049,64
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	233.120.231,10	233.120.231,10	233.120.231,10
2024 Total		**301.350.251,71**	**293.132.859,87**	**292.904.604,84**
2025	INVERSÕES FINANCEIRAS	82.459.048,00	82.459.048,00	
	INVESTIMENTOS	20.345.571,96	10.303.469,05	10.303.469,05
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.243.697,80	45.576.431,37	45.409.153,84
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	236.831.556,71	236.831.556,71	236.831.556,71
2025 Total		**391.879.874,47**	**375.170.505,13**	**292.544.179,60**
Total Geral		**1.661.103.496,29**	**1.607.711.338,12**	**1.523.517.363,01**

Fonte: GECONT/SEAD, 2025.

O montante empenhado e liquidado no grupo Inversões Financeiras em 2025, refere-se à aquisição do Imóvel Corporate Financial Center, destinado às novas instalações do Centro Administrativo. O pagamento, entretanto, foi realizado em 05/02/2026.

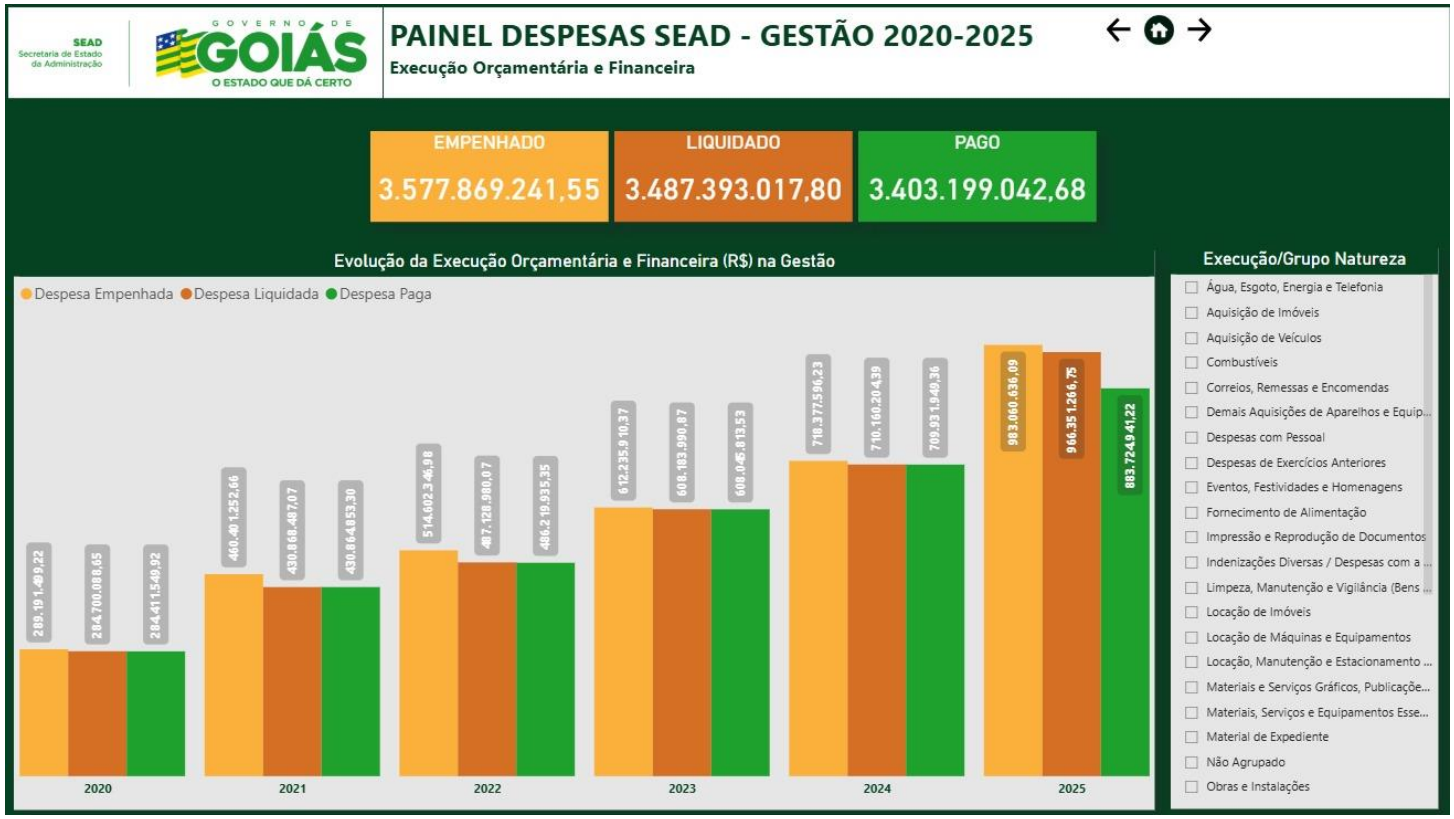
DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Durante todo o processo de execução, há um acompanhamento rigoroso dos gastos e uma comparação constante entre o que foi planejado e o que está sendo efetivamente gasto. Isso inclui o controle de despesas, verificação de conformidade com a legislação, avaliação de eventuais necessidades de ajustes e ações corretivas, se necessário.

Os relatórios financeiros abrangem informações relativas aos valores empenhados, liquidados e pagos. Essas informações são essenciais para orientar as decisões futuras. Os gráficos abaixo ilustram esses dados dos últimos 5 anos, proporcionando uma visualização mais clara e acessível.

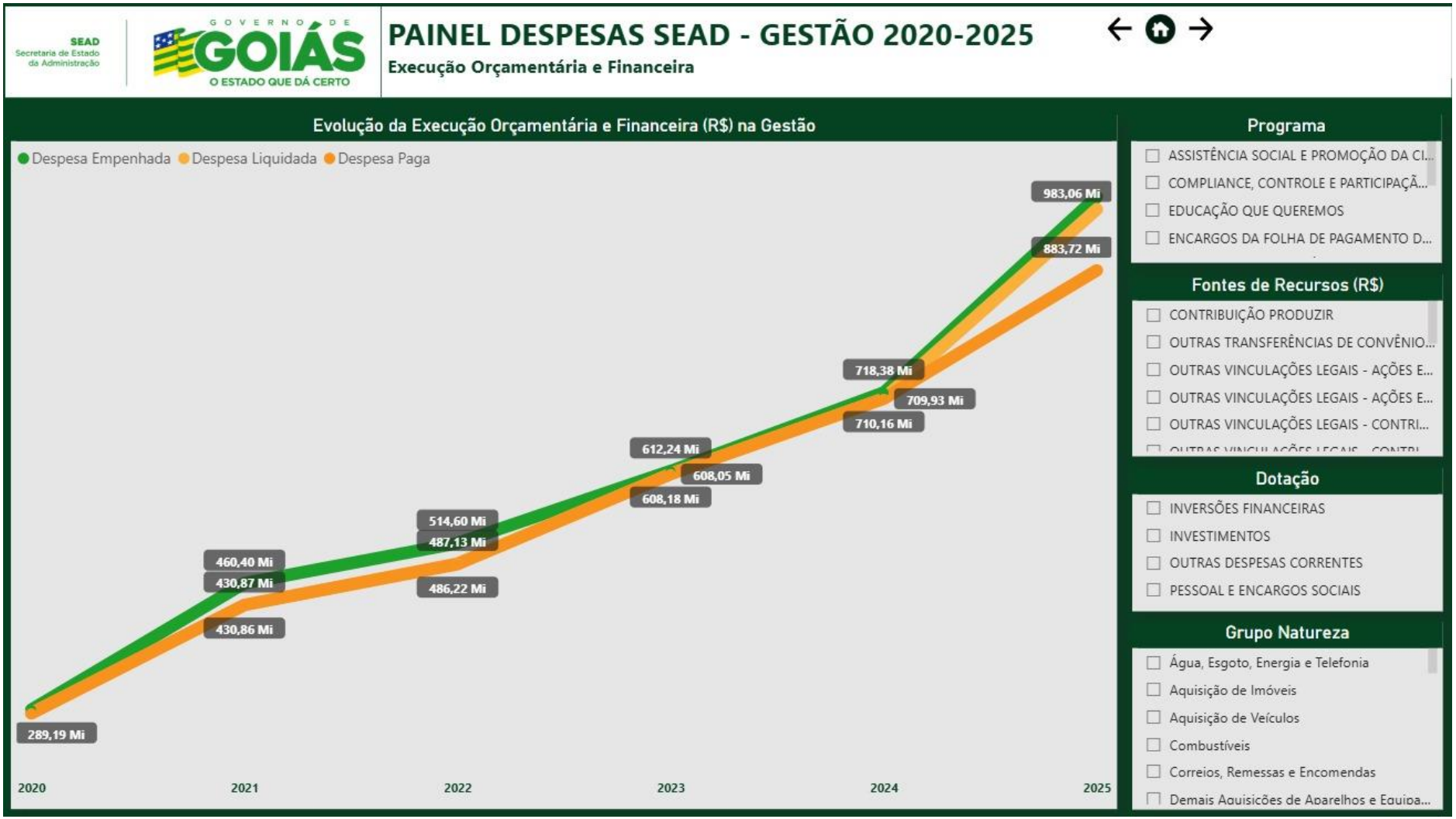
GRÁFICOS DA EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SEAD - 2020 A 2025

Gráfico 40 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira na Gestão



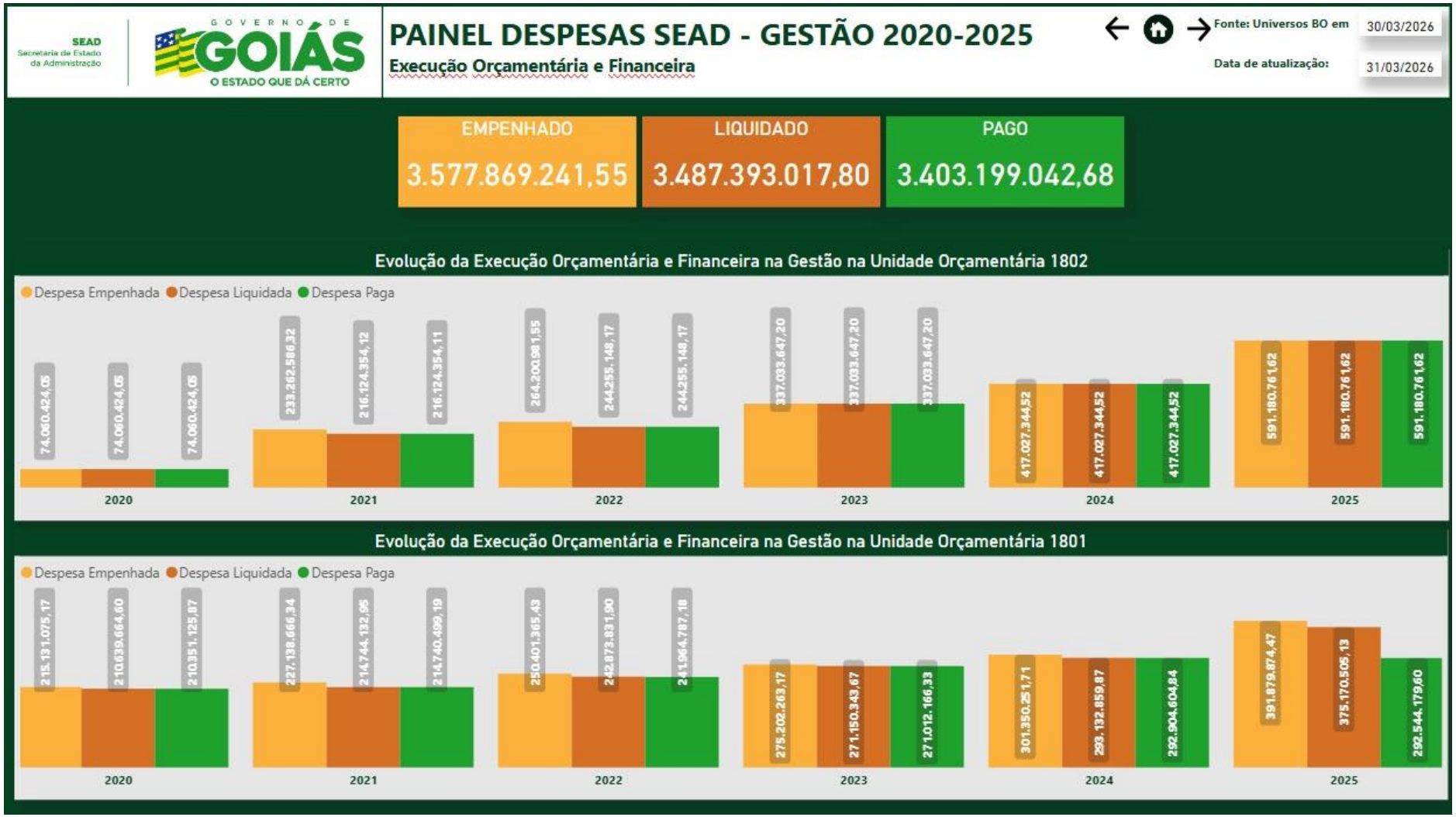
Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 41 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira na Gestão



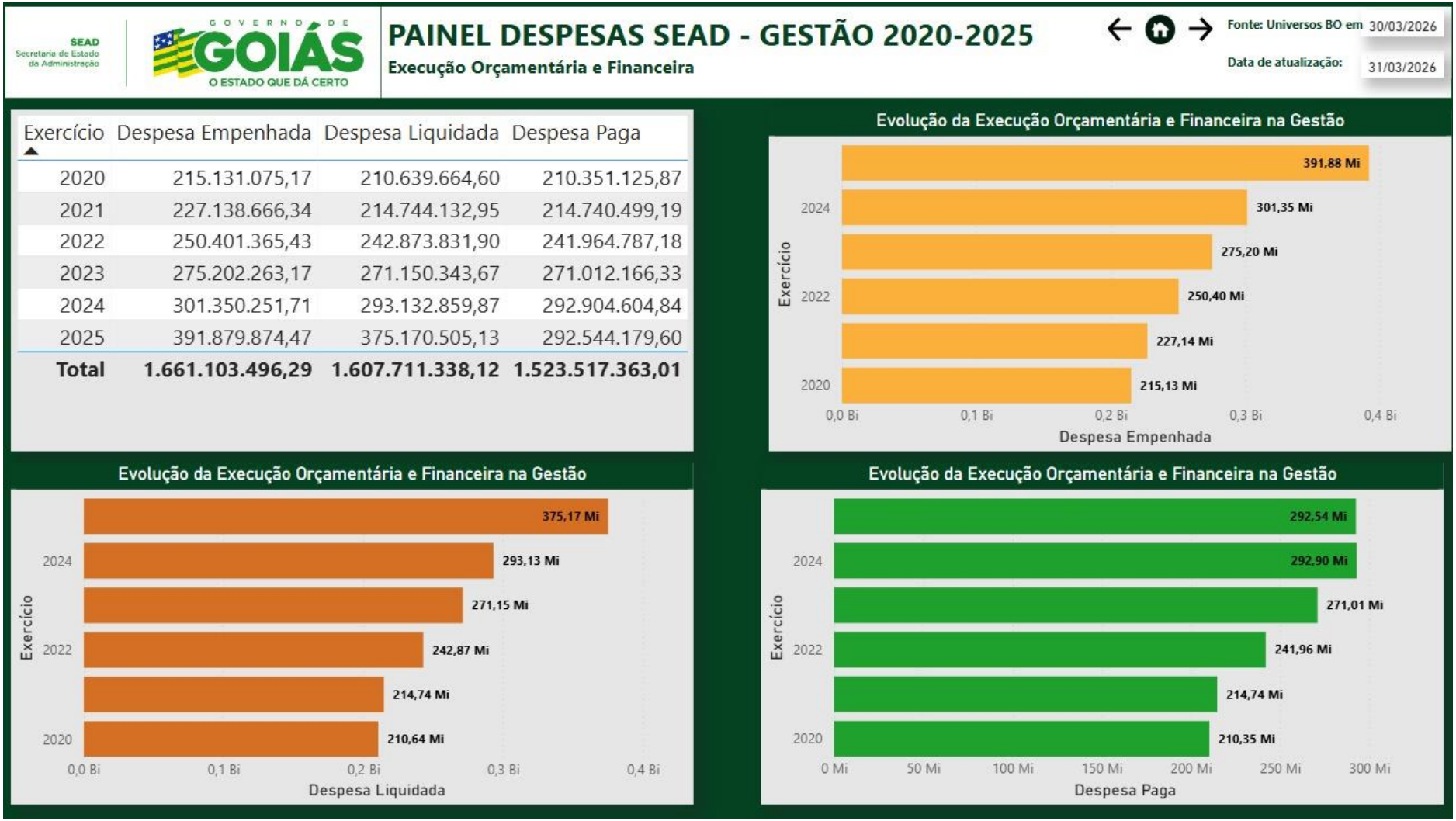
Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 42 – Evolução Orçamentária e Financeira da SEAD por U.O. (1801 e 1802) – 2020 a 2025



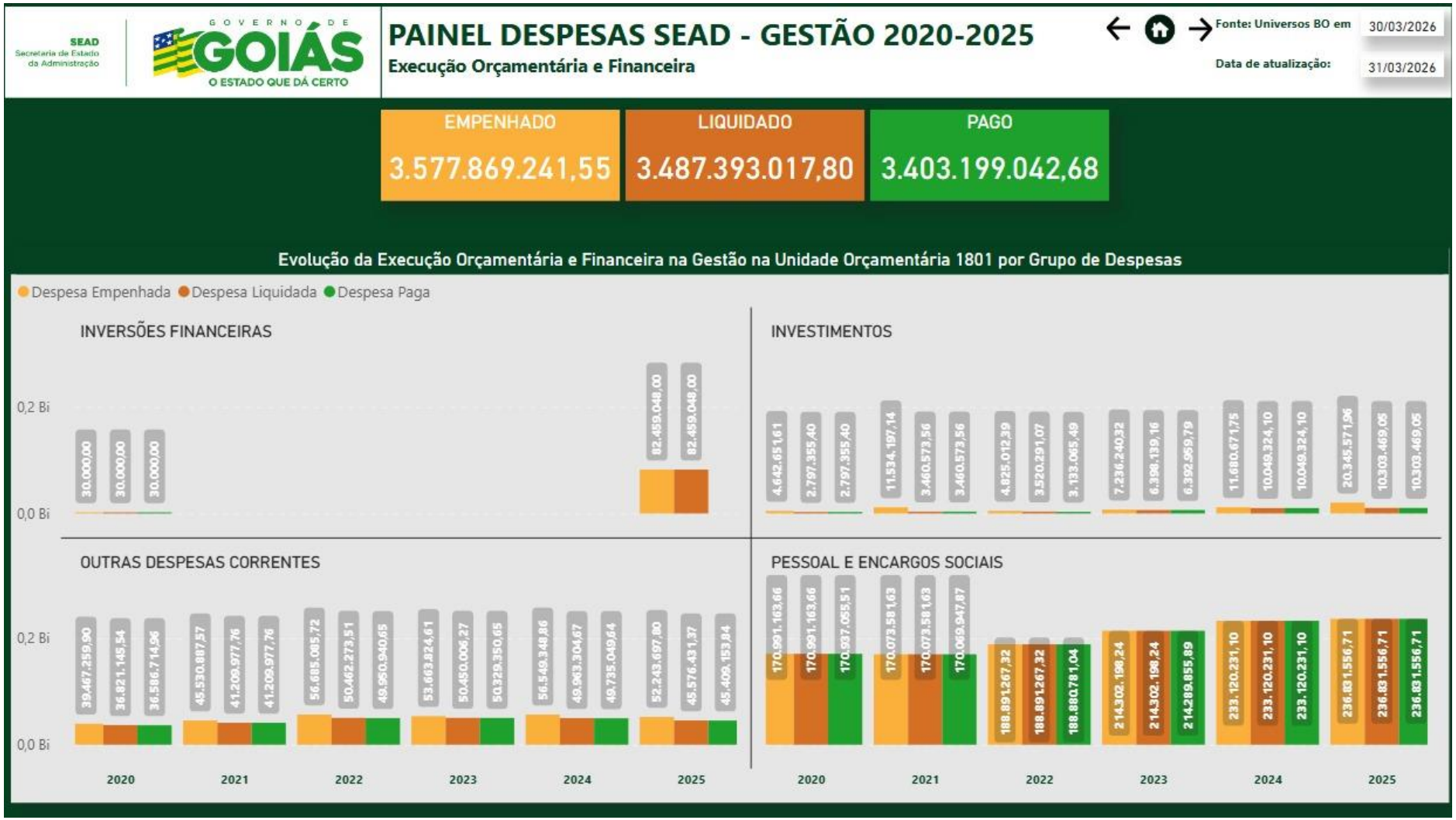
Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 43 – Evolução Orçamentária e Financeira da U.O. 1801 - 2020 a 2025



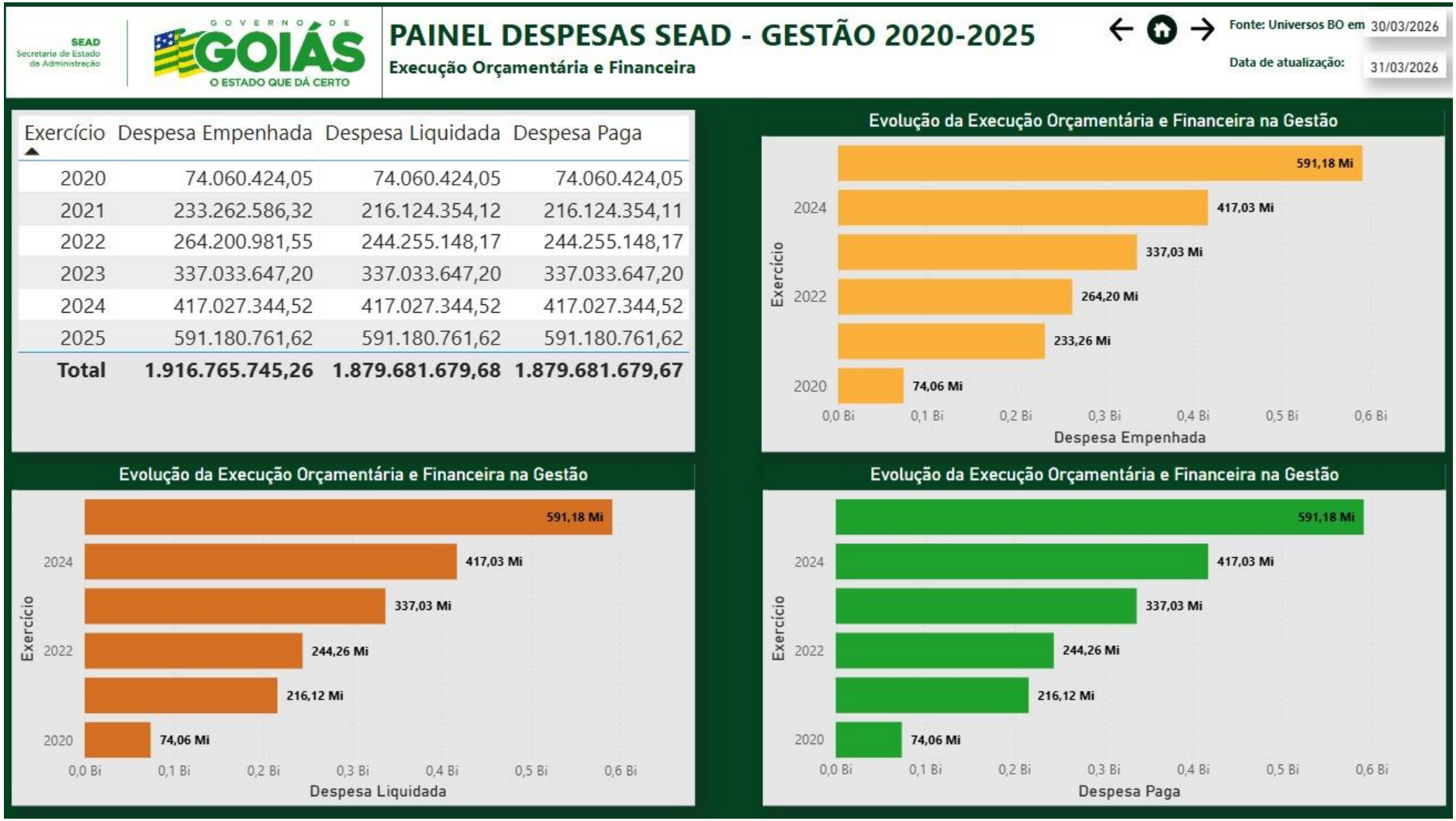
Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 44 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira da U.O. 1801 por Grupo de Despesas



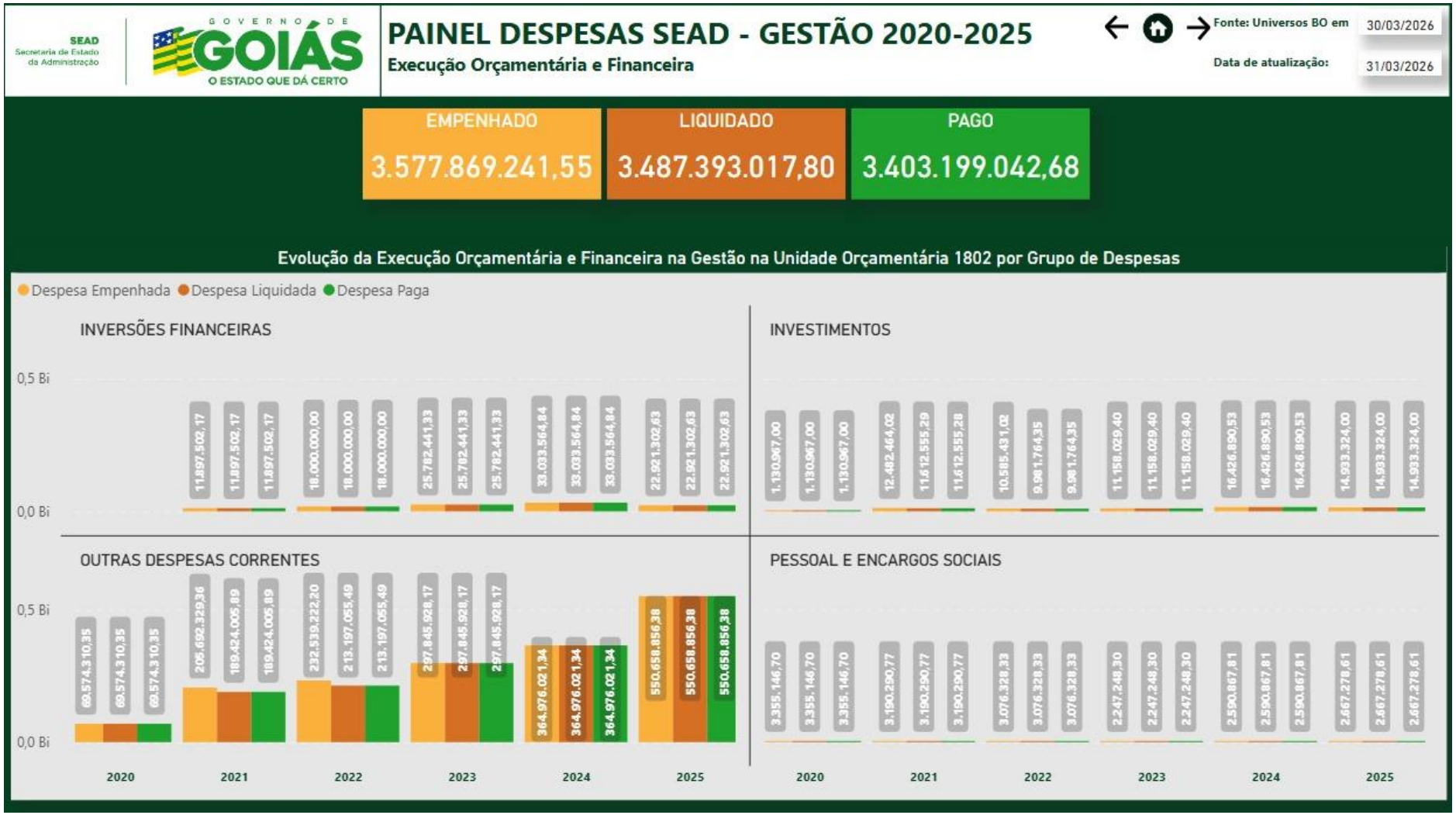
Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 45 – Evolução Orçamentária e Financeira da U.O. 1802 - 2020 a 2025



Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Gráfico 46 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira da U.O. 1802 por Grupo de Despesas



Fonte: GEOF/SEAD, 2025.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido – PL de um órgão público é a diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos. É um indicador contábil que reflete a situação patrimonial da entidade. O PL é composto por: patrimônio, reservas, lucro ou prejuízos acumulados, ajustes de avaliação patrimonial. Em suma, o patrimônio líquido da SEAD (órgão) é impactado em grande proporção, pelos resultados e movimentações ocorridas na conta contábil patrimonial "imóveis" do ativo não circulante.

Em 2025, como já descrito anteriormente no item "Imóveis", vários ajustes foram necessários quando ocorreu a importação dos dados dos bens imóveis para o SIGO, dentre eles, pode-se citar a baixa do saldo dos "imóveis não localizados" por precaução, após análise realizada pelo GT, e ainda, a depuração do saldo de diversas contas contábeis de imóveis, especialmente a conta "imóveis com ocupação irregular" (Vide quadro 14).

Quadro 27 – Saldos do patrimônio líquido da SEAD

Saldos do Patrimônio Líquido da SEAD (Órgão 1800)						
Descrição	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Patrimônio Líquido	4.406.917.969,18	4.171.499.987,39	3.443.665.811,74	5.176.601.333,32	5.369.509.460,18	3.625.467.661,14
Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial do Órgão - SCG - Sistema de Contabilidade Geral de Goiás						

Fonte: SCG/GECONT/SEAD, 2025.

Os demonstrativos contábeis do Estado de Goiás, bem como, manuais, formulários e regulamentações correlatas, são publicados no Portal de Informações Contábeis da Secretaria de Economia (SCGI) e podem ser acessados por meio do *link* https://scgi.economia.go.gov.br/scgi.